

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

A VÁRZEA E A METRÓPOLE:

Futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989)

APRESENTADA POR

RAPHAEL RAJÃO RIBEIRO

Rio de Janeiro, junho de 2021

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO: BERNARDO BORGES BUARQUE DE
HOLLANDA**

RAPHAEL RAJÃO RIBEIRO

A VÁRZEA E A METRÓPOLE:

Futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989)

Tese de Doutorado apresentada à Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, junho de 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Ribeiro, Raphael Rajão

A várzea e a metrópole : futebol amador, transformação urbana e política local em Belo Horizonte (1947-1989) / Raphael Rajão Ribeiro. – 2021.
492 f.

Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Bernardo Borges Buarque de Hollanda.

Inclui bibliografia.

1. Futebol – Belo Horizonte (MG) – História – 1947-1989. 2. Futebol – Aspectos sociais – Belo Horizonte (MG). 3. Crescimento urbano – Belo Horizonte (MG). I. Hollanda, Bernardo Borges Buarque de, 1974-. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 796.334

Elaborada por Márcia Nunes Bacha – CRB-7/4403

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

RAPHAEL RAJÃO RIBEIRO

"A VÁRZEA E A METRÓPOLE: FUTEBOL AMADOR, TRANSFORMAÇÃO URBANA E POLÍTICA LOCAL EM BELO HORIZONTE (1947-1989)".

TESE APRESENTADO(A) AO CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR(A) EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS.

DATA DA DEFESA: 20/08/21

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROFº/ª BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLLANDA

Bernardo B.B. de Hollanda
PROFº/ª BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLLANDA
ORIENTADOR(A)

p/ Bernardo B.B. de Hollanda
PROFº/ª ARLEI SANDER DAMO
MEMBRO EXTERNO

p/ Bernardo B.B. de Hollanda
PROFº/ª JOÃO MALAIA
MEMBRO EXTERNO

p/ Bernardo B.B. de Hollanda
PROFº/ª MIRIAM HERMETO
MEMBRO EXTERNO

p/ Bernardo B.B. de Hollanda
PROFº/ª PAULO FONTES
MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 20 DE AGOSTO DE 2021.

Celso Corrêa Pinto de Castro
PROFº/ª CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
DIRETOR(A)

Antonio de Araujo Freitas Junior
PROFº ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Antonio Freitas, PhD
Pró-Reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação
Fundação Getúlio Vargas

*Esta tese é dedicada àqueles e àqueles que construíram a
várzea em Belo Horizonte.
Em especial, ao meu tio, Salvino (in memoriam), que produziu
belas histórias nos campos e nas quadras da cidade.*

Agradecimentos

O período no qual me dediquei a esta pesquisa foi, antes de tudo, um tempo de aprendizado. Entre as primeiras aproximações, que se desdobraram no projeto de doutorado, e a escrita desta tese, passaram-se pouco mais de cinco anos, durante os quais pude estar com inúmeras pessoas que, de diferentes formas, contribuíram para a conclusão dessa travessia. Segue-se, pois, meus agradecimentos a elas.

Ao Bernardo Buarque, que aceitou a orientação do trabalho quando ainda nem nos conhecíamos pessoalmente e que, ao longo da convivência durante o doutorado, mostrou-se muito mais que um supervisor de pesquisa. Sua generosidade, a qual possibilitou que realizássemos uma variedade de parcerias nos últimos anos, sua acolhida, com ótimas conversas durante a orientação, e sua leitura acurada, com incontáveis sugestões certeiras que abriram possibilidades, presentes e futuras, serão sempre lembradas por mim.

Aos professores José Paulo Florenzano e Murilo Leal, que, para minha felicidade, pude contar em minha banca de qualificação, realizada na FGV, em São Paulo, e cujas indicações foram determinantes para o avanço do trabalho até o formato da presente tese.

Ao(a)s professore(a)s Arlei Damo, João Malaia Santos, Miriam Hermeto e Paulo Fontes que aceitaram o convite para a composição da banca de defesa da tese, é verdadeiramente uma honra contar com a presença e a leitura do trabalho por intelectuais que, cada um(a) à sua maneira, são referências para a minha formação.

Ao Paulo Fontes, assim como ao João Marcelo Maia, pela oportunidade das disciplinas cursadas no CPDOC-FGV. Como o formato final da tese demonstra, as reflexões que conduziram durante o semestre em que estivemos juntos estão, de diferentes formas, incorporadas ao trabalho. Ao Paulo ainda devo a oportunidade de ter um capítulo da qualificação debatido em uma das reuniões do LEHMT/UFRJ, de modo que estendo o obrigado a todo(a)s o(a)s membro(a)s do grupo que contribuíram com sugestões e críticas.

Ao Sérgio Martins, professor do curso de Geografia da UFMG, pelo aceite de minha inscrição isolada na disciplina que ofereceu na pós-graduação. Os debates que conduziu sobre urbanização, política e cidadania foram centrais para a conformação da tese.

À Maria Eliza Borges, minha orientadora durante a graduação e o mestrado, pelos longos anos de aprendizado, seus ensinamentos seguem comigo para a vida. A quem agradeço, ainda, pela leitura de um dos capítulos da qualificação, sempre com observações preci(o)sas.

Ao(a)s amigo(a)s da pós-graduação do CPDOC-FGV, André Amud (outrora Botelho), Aira Bonfim, Marina Fontanelli e Regiane Matos, com quem vivi bons momentos nos últimos quatros anos e pude compartilhar as expectativas em torno dessa etapa de formação.

Ao(a)s coordenadore(a)s do PPHPBC do CPDOC-FVG, professores Alexandre Moreli e Angela Moreira, além da Daniela Aires, por oferecerem as melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa e a participação nas atividades acadêmicas.

À CAPES, pela bolsa PROSUP.

Ao(a)s integrantes do LESP/FGV, representado(a)s nas figuras do Jimmy Medeiros e da Vivian Fonseca, pelas poucas, mas valiosas oportunidades de encontro. À Vivian, ainda, pela parceria na coordenação do simpósio temático no Encontro Regional Sudeste de História Oral.

Ao(a)s colegas do FULIA/UFMG, representado(a)s nas figuras do Elcio Cornelsen, do Marcelino Rodrigues Silva e do Gustavo Cerqueira, que, em sessões de debate de diferentes versões de capítulos da qualificação e da tese, sempre se mostraram leitor(a)s generoso(a)s, oferecendo sugestões e críticas que foram determinantes para a construção do formato final do trabalho. A possibilidade de participar do grupo, durante o, muitas vezes, solitário percurso da pesquisa, foi sempre estimulante. Devo, em especial, às observações do Elcio, do Chico Brinati, da Luciana Cirino e do Vinicius Tonet.

Ao Thiago Costa, ao Marcus Lage, colegas do FULIA/UFMG, e à Sarah Soutto Mayor pela parceria na realização dos simpósios temáticos e do minicurso, em diferentes edições do EPHIS/UFMG. Ao Euclides Couto, que se somou ao grupo, para dividirmos a organização do II Encontro Nacional de Historiadores do Esporte.

A todo(a)s o(a)s colegas pesquisadore(a)s que, em diferentes momentos do estudo, durante as realizações de encontros, palestras, *lives* etc. destinaram perguntas, sugestões e críticas que contribuíram para o contínuo processo de desenvolvimento do trabalho. O mesmo vale para o(a)s pareceristas anônimo(a)s que avaliaram artigos e ofereceram indicações igualmente importantes para a construção do texto em sua versão final.

Ao(a)s pesquisadore(a)s da várzea, Raphael Piva Favero, Enrico Sppagiari, Diana Mendes Silva, Alberto Santos, Reinaldo Pacheco, Mauro Myskiw, Rosângela Pimenta, Roberta Silva com quem, em diferentes momentos, tive a oportunidade de fazer incursões, dividir a escrita de textos, trocar ideias ou compartilhar mesas de apresentação. Ao Francisco Farina, pelo giro pelo “fútbol de potrero” buenairense.

À Marilita Arantes Rodrigues, que, desde a minha graduação, cumpre um papel fundamental na minha trajetória como pesquisador da História do Esporte e que foi figura determinante para o desenvolvimento do estudo, sendo uma articuladora central no projeto do “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte”. Não há palavras para descrever toda a gratidão por seu apoio.

Ao José Oliveira Junior, que, como pesquisador das políticas públicas, foi capaz de compreender a mais que necessária intersectorialidade entre cultura e esporte, com a criação de ações conjuntas e coordenadas entre essas e outras áreas.

Ao(a)s técnico(a)s da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, Rita Márcia Oliveira, Claudia Calhau e Guilherme Fonseca, bem como ao(a)s diferentes estagiário(a)s que me acolheram no Centro de Memória do Esporte e Lazer e com quem pude conviver durante a realização do “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte”. Devo citar a ajuda fundamental da Beth e do Ricardo, da *Copa Centenário*, na viabilização do acesso aos clubes.

Ao Ismael Neiva, que acompanhou o desenvolvimento do “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte”, cuja participação foi muito importante na viabilização de sua conclusão.

Ao Pedro Vasconcelos Silva e ao Fábio Marcelino, bem como à equipe da Cordélia Filmes, pela parceria no cotidiano da várzea de Belo Horizonte e pelo desenvolvimento de registros audiovisuais do futebol amador na cidade.

Ao Ricardo Laf, à Mariana Botelho, ao Victor Louvisi e ao Paulo “Udi” Ribeiro, colegas da Fundação Municipal de Cultura, pelas incursões fotográficas e cinematográficas pelos campos de várzea de Belo Horizonte.

Ao Léo Oliveira, do *site* Futebolá Brasil, por toda a receptividade e pelo apoio inestimável na interlocução com os integrantes dos clubes.

Ao Marco Artur “Gá” e ao Sérgio Romanelli, do Departamento de Futebol Amador da Capital da Federação Mineira de Futebol, pela intermediação de contatos com os clubes e pelo acesso aos arquivos do setor. Ao Felipe Rajão, pelo acesso às pastas arquivadas da FMF.

Ao(a)s membro(a)s dos clubes, que muito gentilmente e pacientemente me acolheram nas dezenas de campos e sedes que visitei, compartilhando histórias da várzea belo-horizontina, meu agradecimento a vocês não tem tamanho. Os nomes de todo(a)s o(a)s entrevistado(a)s nesse percurso estão citados ao final deste trabalho. Para representá-lo(a)s lembro aqui de Antônio Jorge “Ió” Silva (*in memoriam*), do Suzana, um ícone do futebol amador da capital mineira.

À Ana Cristina Araújo e à Letícia Marcolan, com quem tenho uma impagável dívida, a dedicação e o cuidado de vocês no percurso da pesquisa, auxiliando-me na coleta das fontes, foi determinante para a concretização da tese. Sem a possibilidade de me dedicar integralmente ao estudo, a conclusão desta tese é tributária do excelente trabalho realizado por vocês.

Ao(a)s funcionário(a)s da Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais, Ana Paula, Bernardo, Juliana e Renan, que me atenderam e atenderam às minhas assistentes com toda eficiência e cordialidade, durante um ano e meio de visitas regulares à instituição.

Às funcionárias e colegas do Arquivo Público da Cidade, Ana Paula, Cirlei, Ingrid e Maria, que assistiram a mim e à Letícia Marcolan da melhor forma possível, subindo caixas e caixas de documentos, minhas desculpas pelo exagero nos pedidos e meu muito obrigado.

Ao(a)s colegas do Museu Histórico Abílio Barreto, que nos últimos anos conviveram com minha presença mais esparsa na instituição, sempre oferecendo as melhores condições para que pudesse investir em minha formação. Em especial, à Natércia Pons, pelo suporte frente às negativas da licença integral para meu aperfeiçoamento profissional.

Ao(a)s amigo(a)s da Fundação Municipal de Cultura, Amanda Leite, Ana Paula Cantagalli, Bruno Borges, Bruno Cortina, Ismael Neiva, Nilson Oliveira e Ricardo Costa pelos encontros e papos nesses últimos anos. Ao pessoal da pelada da FMC, Alexandre Costa, Fred Diniz, Gustavo Costa, Raphael Santos, nós voltaremos!

Ao(a)s amigo(a)s que a História me deu, meu pouso certo, sentimentalmente e logisticamente falando, de longe ou de perto, vocês são muito importantes para mim. João Paulo Lopes, que me acolheu no semestre de disciplinas no Rio de Janeiro, Davidson Rodrigues, Gerusa Radicchi, Hilário Figueiredo, Imara Mineiro, Márcio Bustamante e Samuel Oliveira. Ao Samuel, ainda devo a leitura, com ótimas críticas e sugestões, de um capítulo da qualificação.

À família da Mariana, Norma, Manuela, Leonardo, José Albano, Ana e Tita, obrigado por me acolherem sempre tão carinhosamente nesses anos todos.

Às minhas avós Alice e Carmelita, por meio das quais abraço tio(a)s e primo(a)s, saudades de nossos encontros.

Ao meu irmão Pedro, meu companheiro de estádio, a quem vi crescer sempre com uma bola por perto.

À minha irmã Isabela, pelo cuidado e carinho, meu muito obrigado. Ao Bernardo, parceiro de pelada e das resenhas sobre o Galo.

Ao meu pai Celso, juvenil esforçado do Nacional, do Carmo, que cultivou em mim o gosto pelo futebol, a quem acompanhei por quadras, campos e estádios. Suas lições seguirão sempre comigo.

À minha mãe Vera, meu exemplo de vida. Sua conduta e seus ensinamentos guiam meus passos.

À Mariana, a companheira que me escolheu e a quem eu escolhi. Seu papel nessa travessia foi fundamental, me ouvindo quando o projeto desta pesquisa era uma ideia mal formulada, me aconchegando nos momentos de dúvida, compreendendo minhas ausências durante esse processo, curtindo os bons momentos, pois a vida se trata de muito mais. Você é, ao mesmo tempo, minha mais temível e mais adorável leitora. A você, todo o meu amor.

Resumo

A presente tese investiga a trajetória do futebol de várzea em Belo Horizonte no contexto de sua metropolização. Com a mobilização de uma variedade de fontes que inclui, principalmente, relatos orais, acervos dos clubes, escritos da imprensa, dados cartográficos, leis e decretos e documentos dos entes públicos municipais, o trabalho aborda esse fenômeno esportivo entre o final da década de 1940 e os últimos anos da década de 1980. Ao longo do texto, são examinados processos como a configuração de um *circuito* da várzea, articulado à estruturação de um sistema esportivo nacional e à constituição de uma cultura atlética própria dos grupos populares; as implicações da conversão da capital mineira em um centro metropolitano sobre a prática amadorista e as alternativas encontradas pelas agremiações para o desenvolvimento de suas atividades; bem como, a inserção das equipes e de seus membros em redes políticas locais, em busca da resolução de problemas que afetavam a manutenção de um calendário de jogos e as demais ações das associações. Os fenômenos tratados neste estudo entremeiam-se a uma ampla gama de questões concernentes a debates sobre o desenvolvimento esportivo no Brasil, notadamente do futebol, sobre as reconfigurações urbanas atreladas à industrialização em meados do século XX e sobre as relações políticas locais no período democrático (1945-1964) e durante e depois da Ditadura Civil-Militar no país. A opção por um objeto de pesquisa que se constrói a partir de uma prática social e cultural atrelada a grupos trabalhadores e subalternos oferece um ponto de vista de baixo, com identificação de outras perspectivas de interpretação que se conectam a debates tradicionais em torno da realidade brasileira.

Palavras-chave: História social; História do esporte; Futebol de várzea; Belo Horizonte; Metrópole; Política local

Abstract

This thesis investigates the *futebol de várzea*'s (grassroots football) path in Belo Horizonte, Brazil, capital city of Minas Gerais State, during its metropolisation context. Using a wide range of historical sources that includes, mainly, oral narratives, clubs archives, printed press records, map data, acts and decrees and municipal documentation, this report focus on that sportive phenomena between the final 1940's and the 1980's. Over the text, processes such as the várzea's *circuit* configuration, connected to a national sportive system and to the construction of a own athletic culture among working class groups are examined; the implications of the conversion of the Minas Gerais' capital city into a metropolitan center over the amateur sportive practice and the alternatives found by the clubs for the development of its actives are focused too; as well, the insertion of the teams and its members in local policy networks, in order to solve problems that affect the maintenance of a fixture list and others associations' plans. The phenomena discussed in this study interspersed with a broad spectrum of questions concerned to debates on sportive development in Brazil, notably the football, on the urban reconfigurations linked to industrialization in the middle of the 20th century, and on the local policy relations among the democratic period (1945-1964) and during and after the Civil-Military Dictatorship in Brazil. The option for an object of research that arise from a social and cultural practice of the working and subordinate classes provide a point of view from below, with the identification of other interpretation perspectives that connect with traditional debates around the Brazilian reality.

Keywords: Social history; Sports history; Futebol de várzea; Belo Horizonte; Metropolis; Local policy

Lista de ilustrações

Figura 1 – Equipe de várzea do <i>Clube Atlético Mineiro</i> , 1949.	68
Figura 2 – Charge “Pai de santo”, 1956.	76
Figura 3 – Registros das torcidas à beira de campo, 1948.	84
Figura 4 – Delegação do <i>Alvorada Futebol Clube</i> em excursão à cidade de Monte Carmelo, 1957.	100
Figura 5 – Programa do festival de 36º aniversário do <i>Inconfidência E.C.</i> , 1980.	104
Figura 6 – Entrada em campo de capitães, patrono e madrinha da bola durante festival do <i>Suzana</i> , anos 1980.	106
Figura 7 – Entrada de capitães e rainha em festival da <i>Ferroviária</i> , anos 1970.	106
Figura 8 – Entrada em campo durante festival do <i>Alvorada Futebol Clube</i> , anos 1950.	112
Figura 9 – Programa do festival do <i>Alvorada F.C.</i> em comemoração ao título do <i>DFA</i> de 1972.	115
Figura 10 – Anúncio de transmissão da partida <i>Rosário x Tremedal</i> , 1967.	143
Figura 11 – Anúncio do cigarro <i>Arizona</i> , 1976.	145
Figura 12 – Equipe da <i>Ferroviária</i> na <i>Copa Arizona</i> , 1979.	151
Figura 13 – Anúncio <i>Squibb produtos farmacêuticos</i> , 1950.	162
Figura 14 – Equipe do <i>Panterloco</i> , 1980.	170
Figura 15 – Obras de construção do campo do <i>Brasília</i> , 1950.	188
Figura 16 – Envelope timbrado do <i>Terrestre Esporte Clube</i> , 1953.	193
Figura 17 – Quadra da <i>Associação Atlética Popular</i> , anos 1950.	195
Figura 18 – Campanha do alambrado do <i>Vasco da Gama F. C.</i> , 1956.	205
Figura 19 – <i>Instituto Agrônomo</i> durante festival, anos 1950.	218
Figura 20 – Índios do <i>Ponte Preta</i> , anos 1950.	224
Figura 21 – Campo do <i>Tremedal</i> , 1958.	234
Figura 22 – Demonstração futebol de rua, 1978.	237
Figura 23 – Anúncio Edifício Paula Ferreira, 1956.	269
Figura 24 – Anúncio Edifício “Renato Boschi”, 1961.	270
Figura 25 – Anúncio Edifício Igarapé, 1962.	271
Figura 26 – Anúncio Edifício Adriana, 1962.	271
Figura 27 – Anúncio Edifício Cidade de Itapecerica, 1962.	271
Figura 28 – Anúncios edifícios no Sion e no Serra, 1975.	274
Figura 29 – Anúncio bairro Piratininga, 1955.	279

Figura 30 – Planta de aprovação de loteamento no Alto dos Pinheiros, 1997.	289
Figura 31 – Inauguração da “Ponte do Povo”, 1978.	302
Figura 32 – Visitas de Bento Gonçalves às sedes de clubes, 1950.	331
Figura 33– Pontapé inicial em festival esportivo, 1950.	334
Figura 34 – Candidato Heráclito Mourão em festival do <i>Vila Gutierrez F.C.</i> , 1950.	335
Figura 35 – Peça publicitária da campanha de Nilton Veloso, 1962.....	345
Figura 36 – Palanque durante festival da A. A. <i>Cachoeirinha</i> , 1963.....	360
Figura 37 – Charge seleção dos candidatos da bola, 1972.	395
Figura 38 – Abertura do <i>I Encontro de Ligas do Interior</i> , 1979.	423
Figura 39 – Gil César diploma o <i>Rosário</i> , 1982.....	426
Figura 40 – Anúncio publicitário da <i>Prefeitura</i> e do <i>Governo do Estado</i> , 1982.	429
Figura 41 – Inauguração dos campos da Via Expressa, 1982.	431
Figura 42 – Inauguração de quadra no campo do <i>Suzana</i> , 1986.	443

Lista de gráficos e tabelas

Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura organizacional esportiva e <i>circuito</i> da várzea no final dos anos 1940. .	90
Gráfico 2 – Passageiros transportados entre 1945 e 1948.	181
Gráfico 3 – Passageiros transportados entre 1955 e 1960.	182
Gráfico 4 – Valor total dos subsídios aos clubes de várzea em número de salários mínimos (1953-1983).	387

Tabela

Tabela 1 – Subvenções do vereador Geraldo Pereira Sobrinho à A.A. <i>Cachoeirinha</i>	370
---	-----

Lista de mapas

Mapa 1 – Mapa do Município de Belo Horizonte, 1940.....	30
Mapa 2 – Mapa de Belo Horizonte, 1958.....	31
Mapa 3 – Mapa do Município de Belo Horizonte, 1970.....	32
Mapa 4 – Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte – 1918-1950, sobre o mapa atual do município.....	179
Mapa 5 – Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953, sobre mapa atual do município.....	184
Mapa 6 – Detalhe de campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953, sobre mapa atual do município, bairros selecionados.....	185
Mapa 7 – Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1967, sobre mapa atual do município.....	191
Mapa 8 – Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte – 1918-1977, sobre o mapa atual do município.....	229
Mapa 9 – Principais vias construídas em Belo Horizonte entre os anos 1960 a 1980, sobre o mapa atual do município, trechos selecionados.....	246
Mapa 10 – Campos de várzea em Belo Horizonte desaparecidos entre 1967 e 1981, sobre mapa atual do município, trechos selecionados.....	249
Mapa 11 – Campos de várzea existentes em 1989 e criados após 1967, sobre bairros regularizados entre 1972 e 1988 e mapa atual do município.	284
Mapa 12 – Campos de várzea existentes em 1989, sobre mapa atual do município.....	286
Mapa 13 – Situação dos campos de várzea existentes em 1989 durante o ano de 2015, sobre mapa atual do município.....	445
Mapa 14 – Bairros citados ao longo da tese sobre mapa atual do município, bairros selecionados.....	491
Mapa 15 – Padrões de ocupação citados na tese sobre mapa atual do município, bairros selecionados.....	492

Lista de abreviaturas e siglas

ACM – Associação Cristã de Moços

ADEMG – Administração dos Estádios de Minas Gerais

AGAP – Associação de Garantia ao Atleta Profissional

ALDEMG – Associação das Ligas Desportivas do Estado de Minas Gerais

AMCE – Associação Mineira de Cronistas Esportivos

APCBH – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BETRAN – Batalhão de Trânsito

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CAD – Centro Amadorista de Desportos

CBD – Confederação Brasileira de Desportos

CDPCM – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas

CEMEL – Centro de Memória do Esporte e do Lazer

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CHISBEL – Coordenação de Habitação e Interesse Social de Belo Horizonte

CME – Conselho Municipal de Esportes

CND – Conselho Nacional de Desportos

CONFEN – Conselho Federal de Entorpecentes

CPI – Comissão parlamentar de inquérito

CRD – Conselho Regional de Desportos

DBP – Departamento de Habitação e Bairros Populares

DED – Departamento de Educação Física e Desporto

DEMG – Diretoria de Esportes de Minas Gerais

DFA – Departamento de Futebol Amador

ECAD – Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil

FACEMG – Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais

FIFA – Federação Internacional de Futebol
FMF – Federação Mineira de Futebol
FTFBH – Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte
IAB-MG – Instituto dos Arquitetos do Brasil – Seção Minas Gerais
IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
ICA – Indústria de Concreto Armado
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana
JDD – Junta Disciplinar Desportiva
LES – Liga Esportiva Suburbana
LFBH – Liga de Futebol de Belo Horizonte
LMDT – Liga Mineira de Desportes Terrestres
LMSA – Liga Mineira de Sports Athleticos
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PFL – Partido da Frente Liberal
PL – Partido Libertador
PLAMBEL – Plano Metropolitano de Belo Horizonte
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PR – Partido Republicano
PRP – Partido Republicano Popular
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S/A
ROTA – Representação e Organização de Torneios Amadoristas

SAGMACS – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais

SCMD – Serviço de Controle Médico Desportivo

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SLU – Superintendência de Limpeza Urbana

SMCITE – Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes

SME – Secretaria Municipal de Esportes

SMT – Superintendência Municipal de Transportes

STJD – Supremo Tribunal de Justiça Desportiva

SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital

TJD – Tribunal de Justiça Desportiva

UDC – União de Defesa Coletiva

UDN – União Democrática Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

Sumário

Agradecimentos	6
Resumo	10
Abstract	11
Lista de ilustrações	12
Lista de gráficos e tabelas	14
Lista de mapas	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	16
Introdução	21
PARTE I – A VÁRZEA	40
Capítulo 1 – A conformação de um <i>circuito</i> da várzea	41
1.1 – A oficialização do futebol amador.....	45
1.2 – Entre o amadorismo e o profissionalismo	61
1.3 – Disciplina para a várzea.....	74
Capítulo 2 – Cultura esportiva popular	91
2.1 – A garantia de um calendário ininterrupto de jogos nos fins de semana	92
2.2 – Controle burocrático do futebol de várzea	122
2.3 – A “Federação” e a atuação autônoma dos clubes varzeanos	136
Capítulo 3 – Vasta várzea	141
3.1 – Renovações na organização varzeana.....	142
3.2 – Várzea para todos	156
3.3 – A várzea também é delas	165
PARTE II – A METRÓPOLE.....	176
Capítulo 4 – A comunidade em construção.....	177
4.1 – Várzea periférica.....	183
4.2 – Clubes completos.....	193
4.3 – Fazer clube, fazer bairro	201

Capítulo 5 – A danação da várzea.....	227
5.1 – Do suburbano ao urbano.....	231
5.2 – A imposição da metrópole.....	238
5.3 – A cidade sob pressão	256
Capítulo 6 – Vida nova no bairro popular	267
6.1 – Um estilo moderno de morar	268
6.2 – A cidade clandestina.....	278
6.3 – A várzea e o associativismo comunitário	290
PARTE III – A PELEJA.....	312
Capítulo 7 – A várzea e a política na cidade	313
7.1 – Políticas para o esporte	315
7.2 – A várzea em tempos de eleição	328
7.3 – A política cotidiana e a várzea.....	349
Capítulo 8 – Redes políticas locais e resolução de problemas	363
8.1 – Reconhecimento aos benfeitores	364
8.2 – Reassentando as bases	379
8.3 – “Bancada da bola”	395
Capítulo 9 – Projetos esportivos em disputa	408
9.1 – A vez do especializado	410
9.2 – Mais uma vez o popular.....	418
9.3 – Um novo horizonte	432
Epílogo – A peleja não tem fim	448
Fontes.....	459
Referências bibliográficas.....	474
ANEXOS	489

Introdução

Esta tese se propõe a pensar o futebol em sua interseção com a cidade, mais especificamente, pretende examinar a vertente varzeana da modalidade na sua relação com a capital mineira, Belo Horizonte. Tal abordagem não se resume a um recorte temático do objeto. Essa opção traz consigo implicações metodológicas que orientaram a condução da pesquisa e a construção do texto que agora se apresenta. São questões que se cruzam com a própria trajetória desse esporte como fenômeno social e como alvo de investigação das Humanidades, com a história do município selecionado e com a escolha de uma expressão da prática atlética apropriada, sobretudo, por sujeitos trabalhadores e subalternos.

É recorrente a referência às origens inglesas do futebol em seu formato moderno¹, bem como à sua expansão pelo mundo como um fenômeno global, entre o final do século XIX e o início do XX². Na mesma medida, é inegável como essa prática esportiva transnacional articulou-se a dinâmicas locais, em especial, no seu contexto de espalhamento pelos países e continentes³. Não por acaso, mesmo obras que se propuseram a abordar a modalidade em sua expressão nacional, acabaram circunscrevendo a investigação ao recorte municipal⁴.

A concentração dos estudos ao caso de uma única cidade articula-se, em parte, aos limites impostos às pesquisas, no acesso a fontes documentais ou na realização do trabalho de campo. Mas relaciona-se, também, à própria natureza do futebol como objeto que, mesmo que examinado a partir de recortes locais, permite a sua conexão a debates mais amplos, seja por sua vinculação a processos nacionais e globais⁵, seja por sua associação a um sistema internacional que, ao longo do século XX, passou a ser capitaneado pela *Federação Internacional de Futebol*⁶ (FIFA)⁷.

A constituição do fenômeno futebolístico no país e as múltiplas apropriações que a modalidade sofreu ao longo de sua trajetória fizeram com que ela assumisse, em nossa cultura, um protagonismo que a aproxima de processos históricos de toda ordem, o que a torna um

¹ Cf. ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1992; BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983, p. 136-153.

² Cf. FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³ É para o que apontou o geógrafo Gilmar Mascarenhas, que indicou a forma fragmentária como o futebol se espalhou pelo Brasil, com introdução autônoma e relativamente simultânea por diferentes centros urbanos do país. Tal tendência de circunscrição municipal também pôde ser vista na experiência argentina. Cf. MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014; FRYDENBERG, Julio. **Historia social del fútbol**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

⁴ Exemplo mais notório, no Brasil, é o clássico da literatura sobre o tema “O negro no futebol brasileiro”, dedicado, sobretudo, à experiência carioca: RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

⁵ Cf. FRANCO JÚNIOR, 2007.

⁶ Ao longo de todo o trabalho, os nomes de instituições, sejam elas de natureza esportiva, administrativa, política, empresarial, social etc. serão grafados em itálico; o mesmo vale para categorias conceituais mobilizadas por esta tese.

⁷ Cf. DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 34-36.

objeto de investigação especialmente rico para a reflexão sobre as mais diferentes esferas do universo social brasileiro⁸. É nessa medida que a presente tese opta por circunscrever o estudo ao caso belo-horizontino, sem perder de vista, contudo, as inúmeras questões articuladas às conjunturas regional, nacional e internacional que dialogaram e impactaram os rumos do futebol de várzea na capital mineira. Da mesma forma, entende-se que essa atividade esportiva só pode ser compreendida se conectada a outros eventos que se desenrolavam na cidade e que, direta ou indiretamente, a influenciaram e foram por ela influenciados.

A própria opção por Belo Horizonte como recorte geográfico do estudo implica desafios de ordem metodológica e teórica. A capital mineira possui uma trajetória singular, em especial, se comparada a outras capitais do sudeste brasileiro ou às cidades mais populosas do país. Construída no final do século XIX, em meio à expulsão dos habitantes do antigo Arraial do Curral Del Rei⁹, e baseada em um plano inspirado por ideais do moderno urbanismo e da República emergente¹⁰, sua história é fortemente marcada pelos debates acerca do planejamento, pela lógica da substituição arquitetônica¹¹ e pela remoção de populações, principalmente, pobres e negras¹². Nessa medida, investigar o futebol de várzea em um momento de constituição do espaço metropolitano implica em dedicar particular atenção aos processos urbanos e seus impactos sobre o desenvolvimento daquela atividade esportiva.

Ainda que, em Belo Horizonte, o debate sobre a constituição do espaço tenha um papel importante, dada a sua configuração histórica, não se pode esquecer que os fenômenos que orientaram a construção da cidade e sua posterior conversão em centro de uma região metropolitana associam-se a transformações urbanas que também se processavam no Brasil e no mundo, tanto na passagem do século XIX para o XX, como no pós Segunda Guerra¹³. Desse modo, um jogo de escalas é necessário para compreender que, mesmo que examinado de forma local, o fenômeno guarda conexões com processos mais abrangentes.

⁸ As inúmeras possibilidades de investigação do futebol e a plasticidade da prática são alvo de um longo debate nesse campo interdisciplinar de estudo. Uma publicação pioneira dessa polêmica é DAMATTA, Roberto *et al* (Org.) **Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982.

⁹ Cf. PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (Séculos XIX e XX)**. 2019. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

¹⁰ Cf. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006; MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 11-47.

¹¹ CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas: a rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, 1996, p.183-237.

¹² Cf. PEREIRA, 2019; SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

¹³ Cf. HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1988; RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Se a opção pela escala municipal não implica em uma análise restrita a questões meramente locais, ela, por outro lado, encaminha enquadramentos que orientaram a escrita deste trabalho. Entende-se que tal abordagem permitiu uma maior aproximação de temas do que se convencionou chamar do cotidiano¹⁴, da vida comum, de modo que os grandes processos foram investigados a partir do ponto de vista, mediado ou não, de um grupo social específico, vinculado a camadas trabalhadoras e habitantes de bairros suburbanos ou periféricos da capital mineira. Nessa medida, foram os procedimentos de pesquisa mais associados à História Social aqueles que orientaram a condução do estudo, o que incluiu a própria relação entre evidências empíricas e referenciais teóricos na formulação da análise¹⁵.

A conexão entre o futebol e a cidade já havia sido objeto de investigação do autor desta tese anteriormente¹⁶. Desse modo, a escolha pela expressão varzeana da modalidade surge como desdobramento de uma reflexão que vem sendo conduzida ao longo de minha trajetória profissional¹⁷ e acadêmica. Tal opção permite o aprofundamento desse debate e leva em consideração o próprio desenvolvimento do fenômeno em Belo Horizonte. Se a conformação do *campo esportivo*¹⁸ local levou à hegemonia de um grupo restrito e pouco numeroso de clubes aderentes ao futebol espetáculo, na contramão dessa segmentação, uma grande quantidade de agremiações vinculou-se à expressão amadorista do jogo. Esse grupo extenso, formado, em sua maioria, por habitantes das regiões suburbanas e periféricas da capital mineira, interagiu de inúmeras formas com os processos que impulsionavam transformações sociais, econômicas, políticas, urbanas e culturais que tinham lugar ali.

A própria natureza do fenômeno, que se vinculava às experiências desses grupos subalternos em seu tempo livre, permite perceber a atuação dessas pessoas em um dos raros momentos em que podiam assumir uma postura mais criativa e autônoma em relação à gestão de seu cotidiano¹⁹ – sem com isso se cair na ilusão de que as práticas de lazer não sejam

¹⁴ Cf. MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002; CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁵ Cf. THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

¹⁶ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018.

¹⁷ Além da produção acadêmica, a investigação sobre o futebol em Belo Horizonte atravessou minha atuação profissional como técnico da *Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte*, como será tratado a seguir. Dentre essas ações, assumi, entre 2011 e 2012, ao lado de Letícia Dias Schirm, a curadoria da exposição “Belo Horizonte F.C.: trajetórias do futebol na capital mineira” que permaneceu em cartaz no *Museu Histórico Abílio Barreto* entre os anos de 2012 e 2014. Cf. OLIVEIRA, Leônidas José de; RIBEIRO, Raphael Rajão; SCHIRM, Letícia Dias (org.) **Belo Horizonte F.C.: trajetórias do futebol na capital mineira**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, Museu Histórico Abílio Barreto, 2013.

¹⁸ Cf. BOURDIEU, 1983, p. 136-153.

¹⁹ Cf. MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 22.

igualmente atravessadas por constrangimentos e relações de poder²⁰, inclusive por assimetrias entre os próprios praticantes. De todo modo, considerando-se os objetivos desta tese de compreender as relações e as possibilidades de agência desses sujeitos históricos no processo de transformação da cidade, em especial da conversão de Belo Horizonte em uma metrópole, a opção pelo futebol de várzea abre interessantes possibilidades de percepção da participação de segmentos populares pouco visibilizados nas narrativas sobre a trajetória da capital mineira.

A atuação desses grupos pôde ser notada por um conjunto de evidências – o qual será elencado adiante – que se constitui tanto de narrativas produzidas por eles mesmos, como de indícios de sua interação com grupos de jornalistas, dirigentes esportivos, políticos e empresários que, também, se envolveram com a conformação da vertente varzeana da modalidade. Foi pela contraposição das referências oferecidas pelos variados segmentos sociais imbricados com essa prática futebolística, bem como de fenômenos históricos correlatos, que se buscou construir a análise estruturada nesta tese.

Para tal tarefa contou-se ainda com o exame de uma recente, mas já vasta, produção bibliográfica sobre o futebol nas Humanidades, inclusive em sua expressão varzeana – ou amadora – que permitiu o diálogo com uma gama de questões atinentes ao esporte, em especial, à sua vertente popular²¹. São estudos de natureza interdisciplinar originados de campos como a

²⁰ Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

²¹ Para ficar apenas na produção de obras mais extensas – dissertações, teses e livros – sobre o futebol de várzea, amador ou suburbano no Brasil, podem ser citados: SANTOS, Marco Antonio da Silva. **Futebol de várzea como espaço de sociabilidade**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001; GONÇALVES, Alana Mara Alves. **Futebol amador: campo emergente de sociabilidade**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002; BAULER, Sílvia Regina Godinho. **O futebol faz rolar mais do que uma bola: um estudo sobre o significado do futebol numa periferia urbana**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005; HIRATA, Daniel Veloso. **O futebol varzeano: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005; SILVA, Alexsander Batista e. **Territórios peladeiros da periferia proletária de Goiânia: o jogo de bola que subverte o tempo e o espaço**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, 2008; CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. **Uma geografia do futebol amador: espaços de representação do futebol amazonense a partir do "peladão"**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009; PIMENTA, Rosângela Duarte. **Desvendando o jogo: futebol amador e pelada na cidade e no sertão**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009; SILVA, Joanna Lessa Fontes. **Os significados do futebol amador recifense a partir de sua interdependência com o futebol profissional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009; MYSKIW, Mauro. **Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; PEREIRA, Tatiana Rovina Castro. **Interação, sentido e visibilidade no futebol de várzea em São Paulo: sujeitos, comunidades, marcas e uma cidade em jogo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012; GOMES, Lívio Rodrigues. **Entre campos e cantos: para uma sociologia do futebol amador**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013; CHIQUETTO, Rodrigo Valentim. **A cidade do futebol: etnografia sobre a prática futebolística na metrópole manauara**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Bangu e Andaraí**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014; ABRAHÃO, Fernando Antônio. **XXV de Agosto Futebol Clube: uma história do futebol amador de São Paulo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015; SPAGGIARI, Enrico. **Família jogu bola:**

Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Educação Física e a História. Em grande medida, devotados à investigação do fenômeno na contemporaneidade, eles lançam mão, principalmente, da pesquisa de campo, com a mobilização de técnicas etnográficas. Há, contudo, trabalhos que investigam o fenômeno na diacronia, notadamente na primeira metade do século XX²², para o que mobilizam registros documentais iconográficos e escritos, além de fontes orais.

Partindo de questões muito diversas entre si, esse conjunto de pesquisas que se debruçou sobre a expressão do futebol caracterizada como “de várzea”, “amadora” ou “suburbana” aponta algumas convergências que contribuíram para a delimitação do objeto e para a elaboração de questões que nortearam a pesquisa. Desse modo, essa série de estudos ressalta a importância das formas e lógicas próprias de organização da modalidade em sua vertente popular e suas tensões com as agências oficiais; a sua vinculação a camadas sociais subalternas e a regiões empobrecidas das cidades; a percepção externa da prática como uma manifestação precária, em dissonância com as infraestruturas planejadas; bem como as tensões e os conflitos originados de processos de renovação urbana que buscam eliminar ou conformar modos de ocupação do espaço e de vida de grupos trabalhadores.

Esses pontos e outros associados à História do Esporte²³ e à História Urbana articularam os tópicos investigados ao longo da tese. A construção do objeto de pesquisa, contudo, não se restringe, apenas, a um diálogo com a bibliografia do tema. Ela também se relaciona a uma progressiva aproximação do universo contemporâneo do futebol de várzea em Belo Horizonte, especialmente, a partir do ano de 2016.

Como citado, ao longo de minha trajetória profissional tive oportunidade de desenvolver pesquisas e produtos relativos ao futebol na capital mineira. Mais recentemente, entre 2016 e 2018, compus a equipe responsável pelo “Inventário do futebol amador em Belo

constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol de várzea em São Paulo**: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940). São Paulo: Alameda, 2016; BIAGI, Diego Fernandes de. **Amadores, profissionais e varzeanos**: os significados das práticas futebolísticas na cidade de São Paulo e os clubes da comunidade. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017; SILVA, Roberta Pereira da. **Campo de terra, campo da vida**: interfaces das expressões cotidianas, as alternativas de resistência popular e o Negritude Futebol Clube. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017; FAVERO, Raphael Piva Favalli. **“A várzea é imortal”**: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018; SOUZA, Glauco José Costa. **“Adiantam-se bastante nos subúrbios”**: o desenvolvimento do futebol na região suburbana do Rio de Janeiro (1907-1924). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018; SANTOS, Alberto Luiz dos. **O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP)**: as batucadas de beira de campo e o futebol de várzea. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

²² São os casos de SANTOS JUNIOR, 2014; SILVA, 2016; SOUZA, 2018. ABRAHÃO, 2015 articula um relato memorialista com a pesquisa documental para tratar do caso de um clube paulistano na segunda metade do século XX.

²³ Sobre o campo da História do Esporte, cf. MELO, Victor Andrade *et al* (org.) **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

Horizonte”, uma iniciativa articulada pela *Fundação Municipal de Cultura*, por meio da então *Diretoria de Patrimônio Cultural*, e pela *Secretaria Municipal de Esportes e Lazer*, que tinha por objetivo reunir informações sobre essa vertente popular da modalidade na cidade. Tal ação foi uma resposta a demandas vocalizadas, especialmente, pela *Câmara de Vereadores* que, no início de 2016, aprovou o projeto de lei 1634/2015. Este teve por ementa “Autoriza o Executivo a criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento de Campos de Futebol de Várzea no Município”²⁴. Apesar da votação favorável na casa legislativa, a proposição foi vetada pelo prefeito Marcio Lacerda (2009-2016), sob alegação de que tal competência era privativa do *Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município (CDPCM)*, responsável pelas políticas dessa natureza²⁵.

Mesmo com o veto, a tramitação do projeto reforçava uma demanda que fora apresentada à *Diretoria de Patrimônio Cultural*, ainda em 2011, quando uma proposição de lei semelhante recebeu parecer do órgão. Nessa medida, uma equipe que reuniu técnicos dos setores da cultura e dos esportes e do lazer foi montada para o desenvolvimento do inventário do futebol amador²⁶, o qual se concentrou em agremiações e/ou campos que se mantinham em atividade há mais de 50 anos, o que totalizou 33 locais e 39 entidades identificadas dentro desse perfil ao final do processo. Tal esforço visava o reconhecimento da prática como patrimônio imaterial do município, sendo que a primeira etapa da patrimonialização, com a autorização para a abertura do registro, se deu em dezembro de 2017, conforme deliberação do *CDPCM*²⁷. A conferência definitiva da proteção segue, contudo, pendente de votação, apesar de o dossiê sobre o tema ter sido finalizado ainda em 2018²⁸.

Levando-se em conta a natureza da manifestação e as metodologias propostas para a produção de inventários do patrimônio imaterial²⁹, o levantamento se compôs de pesquisas de campo, consultas a acervos documentais, rodas de debate com a comunidade interessada, assim

²⁴ Cf. BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei n. 1.634**, de autoria do vereador Adriano Ventura. Autoriza o Executivo a criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento de Campos de Futebol de Várzea no Município. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/1634/2015>. Acesso em 26 de abril de 2021.

²⁵ Cf. PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 6/16 – RAZÕES DO VETO. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Governo, 1º de março de 2016. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1158793>. Acesso em 26 de abril de 2021.

²⁶ Cf. BELO HORIZONTE. **Portaria Conjunta FMC/SMEL n. 001/2016**. Institui Comissão para Elaboração de Inventário do Futebol Amador em Belo Horizonte. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1157724>. Acesso em 22 de maio de 2021.

²⁷ Cf. DELIBERAÇÕES GERAIS DA 276ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura – CDPCM, 9 de janeiro de 2018. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1189026>. Acesso em 26 de abril de 2021.

²⁸ A produção do inventário e o processo de patrimonialização do futebol amador serão retomados ao final da tese.

²⁹ Cf. IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

como lançou mão da produção de relatos gravados. O processo de investigação e produção do dossiê de registro foi oportunidade para a aproximação do universo atual do futebol de várzea na capital mineira. Possibilitou visitas a uma diversidade de clubes e campos, realização de entrevistas com envolvidos, acompanhamento das atividades das equipes, das reuniões das entidades organizadoras dos torneios e do desenrolar das competições, além da produção de registros variados sobre o desenvolvimento atual da prática³⁰.

Ainda que possuísse objetivos diferentes em relação àqueles que orientaram a escrita desta tese, a pesquisa empreendida no contexto da elaboração do “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte” representou a aproximação inicial do tema que se desdobraria na construção deste trabalho. A convivência cotidiana com a várzea local, por cerca de dois anos, propiciou a percepção de questões que orientavam a prática, a identificação de uma cultura esportiva compartilhada, bem como dos principais impasses colocados para o desenvolvimento das atividades dos clubes. Ao longo do processo, foi possível ter acesso a acervos compostos de fotografias, documentos escritos e objetos mantidos pelas entidades e por pessoas com trajetória nas agremiações. Um conjunto de fontes que, apesar de disperso e fragmentário, é especialmente rico em evidências da participação mais direta dos grupos sociais vinculados às associações amadoristas e que foi mobilizado na escrita do presente estudo.

Do ponto de vista do exame da trajetória dos campos e das agremiações que compuseram o “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte”, foi o recurso à História Oral aquele que propiciou os dados mais abrangentes para analisar a existência do fenômeno varzeano na capital mineira. A incorporação da metodologia em iniciativas do tipo não é novidade³¹. Para atender aos objetivos da investigação destinada ao reconhecimento dessa manifestação cultural foram realizadas entrevistas com um recorte temático³² e com a adoção de roteiros semiestruturados. O mais usual foi a produção de relatos com uma dupla de narradores, sendo um deles um membro atual do clube, no mais das vezes, o seu presidente, e uma figura histórica da entidade, em muitos casos, reconhecida como fundador da associação. Ainda que tal escolha pudesse implicar em interferências de um dos participantes sobre a fala do outro³³, tratou-se de uma rica experiência que permitiu, inclusive, o compartilhamento de

³⁰ Parte desse material orientou a produção do documentário “Amadores”, dirigido pelo pesquisador e cineasta Pedro Vasconcelos Costa e Silva, o qual integra o “Inventário do Futebol Amador em Belo Horizonte” e segue inédito.

³¹ Cf. GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Entre bordados, costuras e tambores: a oralidade nos maracatus-nação do Recife, Pernambuco. Apontamentos para pensar o trabalho de campo e a história oral nos inventários do patrimônio imaterial. In: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade (org.) **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 113-135.

³² Cf. ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 37-41.

³³ Cf. PORTELLI, Alessandro. Sempre existe uma barreira: a arte multivocacional da história oral. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 19-35.

memórias ou referências, por inúmeras vezes, desconhecidas pelo outro depoente. Uma diacronia que possibilitava a percepção de mudanças e permanências em suas formas de fazer e de transmitir os saberes que orientavam a (re)produção e a (re)criação do futebol varzeano.

Ao final de pouco menos de dois anos de pesquisa, formou-se um conjunto de 49 entrevistas, que totalizaram aproximadamente 60 horas de gravação. Os registros digitais, bem como a transcrição do material, originalmente comporiam o acervo do *Centro de Memória do Esporte e do Lazer (CEMEL)*, sediado na *Secretaria Municipal de Esportes e Lazer*. Contudo, uma mudança de planos da gestão levou à desativação do setor e, como consequência, o material encontra-se em processo de recolhimento pelo *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)* e terá sua guarda permanente associada ao “Fundo Secretaria Municipal de Esportes e Lazer”.

O conteúdo dessas entrevistas, todas elas conduzidas por mim – sozinho ou em dupla –, constitui-se em uma importante fonte para a construção da presente tese. Apesar de minha participação na elaboração dos roteiros e na realização dos relatos, trata-se de um material percebido como um acervo originado com outras intencionalidades³⁴. Assim, as informações são consideradas em seu contexto de produção, incluindo as expectativas acerca de um processo de patrimonialização capitaneado pelo poder público, bem como nas diferentes inserções dos narradores no meio varzeano, levando-se em conta a distância temporal dos fenômenos analisados. Não é demais lembrar que são registros que contrapõem, em regra, integrantes atuais e “figuras históricas” das agremiações e são, portanto, marcados pela diacronia, com idas e vindas, entre passado e presente.

Para que se pudesse delimitar o escopo das entidades a serem incluídas no inventário foi necessário identificar o seu tempo de atuação na cidade, um dos critérios adotados pela *Diretoria de Patrimônio Cultural* para definir manifestações passíveis de reconhecimento. Nesse processo, buscou-se identificar, por meio das datas de fundação, o período de existência das agremiações varzeanas, mas, igualmente, procurou-se documentar a longevidade dos campos de jogo mantidos na capital. Para essa última tarefa, o acesso a registros cartográficos do passado foi especialmente importante, com destaque para os levantamentos aerofotogramétricos do município produzidos nos anos de 1953, 1967, 1981 e 1989³⁵. Esse conjunto de imagens aéreas ofereceu evidências da existência de espaços de prática, permitindo a composição de uma cartografia histórica que ajudava a compreender os movimentos de criação e desaparecimento das canchas varzeanas.

³⁴ Cf. HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? In: BAUER; BORGES, 2018, p. 11-29.

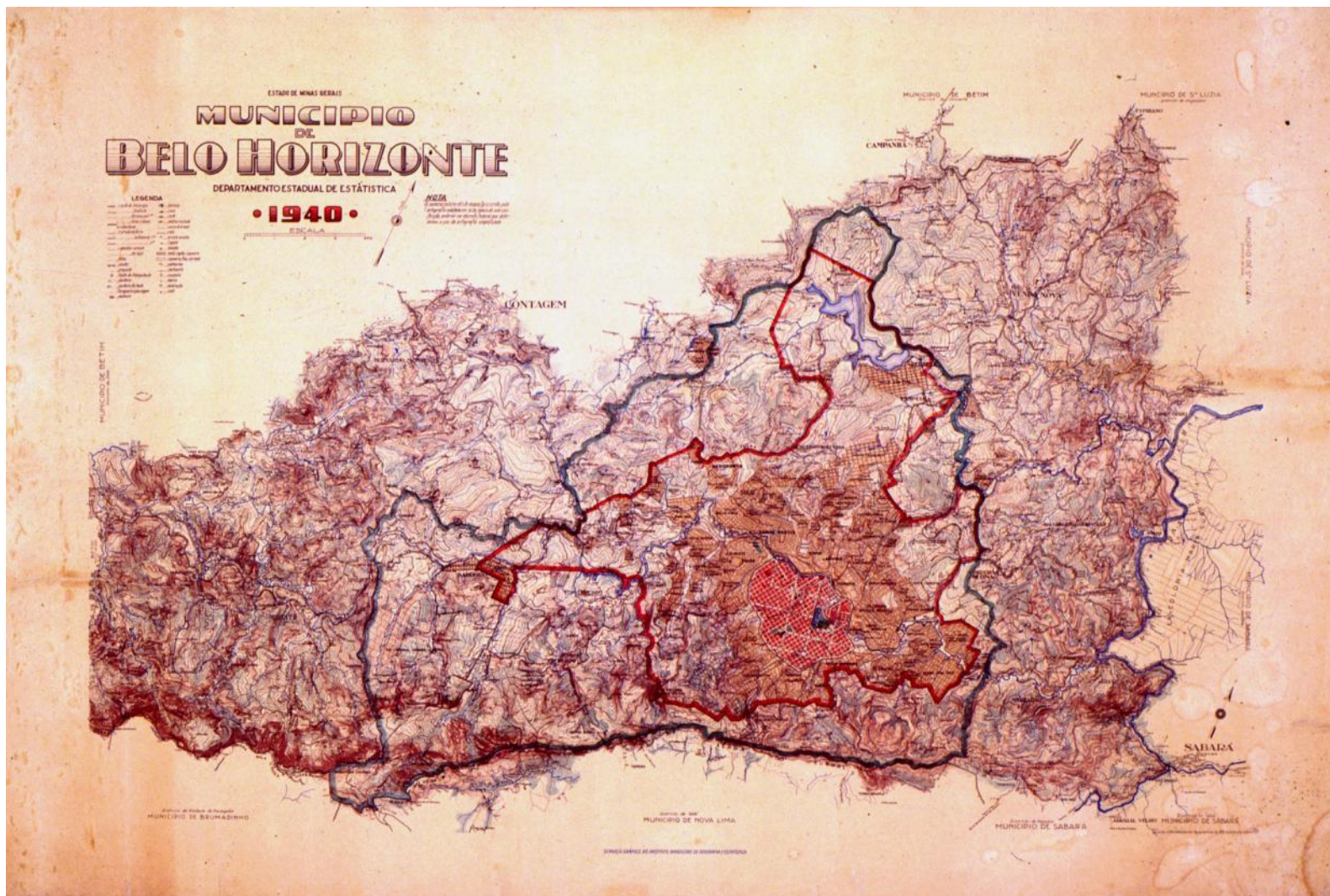
³⁵ Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1953 e 1967 – Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte/APCBH, e 1981 e 1989 – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte/PRODABEL.

Esse mapeamento de fundações e permanências de clubes, bem como de implantação e desaparecimento de campos de várzea possibilitou não apenas a delimitação das entidades e lugares a serem inventariados, como também ofereceu evidências de uma cronologia histórica que indicava relações com outros fenômenos articulados à trajetória da capital mineira. Dados que eram corroborados pelos acervos mantidos pelas agremiações e pelos relatos orais produzidos durante a pesquisa. Foi, portanto, a partir desses indícios preliminares, que se percebeu a importância da segunda metade do século XX, momento que coincide com o processo de conversão de Belo Horizonte em centro metropolitano, para a configuração da rede de espaços de jogo e a estruturação da prática que se observa atualmente.

Ainda que imerso no exame do fenômeno em sua expressão contemporânea, uma percepção histórica do processo apontava para a necessidade do recuo a meados do século XX, quando uma configuração diversa do futebol de várzea parecia ter lugar, com um avanço até o final dos anos 1980, momento em que a distribuição física dos campos mostrava-se similar ao que se observa nos dias atuais. Indicação também dada pelos relatos orais, que citavam uma paisagem diversa, povoada por práticas sociais e esportivas que teriam entrado em desuso ao final do século XX, mas que eram centrais para a organização do cotidiano das agremiações.

Nessa perspectiva, um mergulho no futebol de várzea contemporâneo de Belo Horizonte foi um ponto de partida determinante para a delimitação do recorte temporal adotado neste trabalho. Esse se concentrou no final dos anos 1940, mais especificamente em 1947, momento de alcance da autonomia administrativa da capital mineira, e se estendeu até 1989, quando transformações importantes se observavam, tanto nas políticas públicas para o esporte, como na própria organização do meio amadorista local. Trata-se de um intervalo em que relevantes mudanças foram observadas na cidade, desde sua organização econômica, com o impulsionamento da industrialização a partir da instalação de um pólo produtivo – cidade industrial – na localidade vizinha de Contagem, até sua própria configuração espacial, com a redefinição dos limites municipais e o avanço da urbanização sobre seu território.

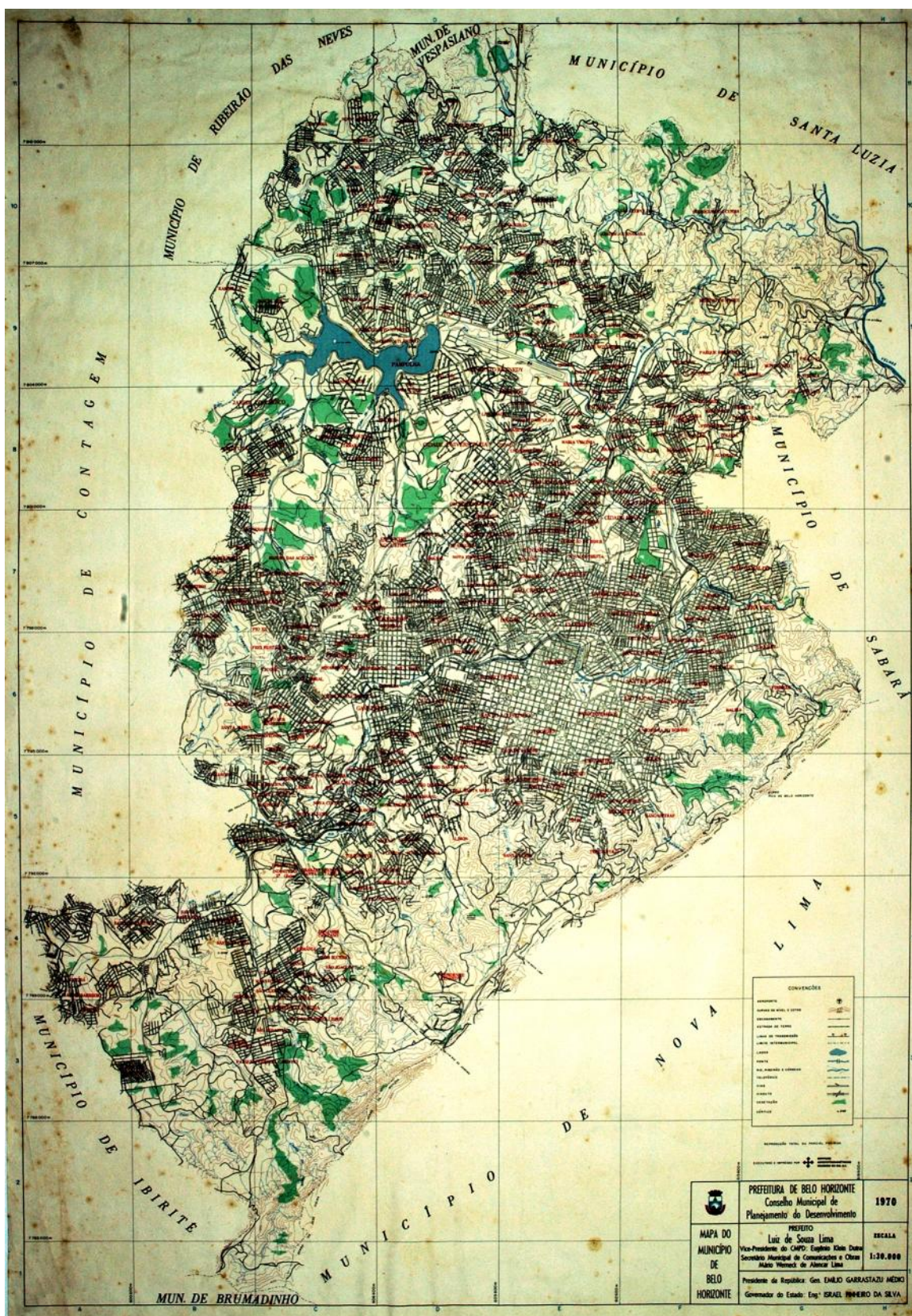
Para que se possa perceber essa transformação e conhecer a organização espacial da capital mineira, a qual será explorada ao longo desta tese, são apresentados três mapas do município datados de 1940, 1958 e 1970. Uma série que evidencia esse momento de transição, na qual se notam tanto as redefinições territoriais, com a expansão dos limites da cidade ao norte, como o adensamento da trama urbana, com a ampliação das áreas urbanizadas e a ampliação do número de bairros. Destaca-se, em especial, a consolidação de uma delimitação da capital mineira na década de 1970, a qual será tomada como referência para a produção das representações cartográficas adotadas neste trabalho.



Mapa 1 – Mapa do Município de Belo Horizonte, 1940, elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.



Mapa 2 – Mapa de Belo Horizonte, 1958, organizado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.



Mapa 3 – Mapa do Município de Belo Horizonte, 1970, elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto.

Ao se tomar por referências a área central da cidade, compreendida como a zona urbana do plano original do final do século XIX, representada em vermelho no mapa de 1940, e a lagoa da Pampulha, o corpo d'água mais volumoso nas três plantas, pode-se perceber o avanço dos limites municipais rumo ao norte. Na mesma medida, a ampliação das áreas urbanizadas em direção às franjas da capital mineira é facilmente visualizada nas três cartas.

O balizamento cronológico e geográfico proposto, que abarca mais de quatro décadas e abrange a totalidade de uma capital estadual, lança um desafio à pesquisa, dada a sua escala. Se a apropriação de métodos da Antropologia pela História Social recomenda a adoção de recortes mais restritos, de forma a se praticar o que Geertz denominou de uma descrição densa³⁶, a opção por uma abordagem municipal, ao longo de quase meio século, afastava essa possibilidade. Isso não impediu, contudo, que, em alguns momentos, certos eventos ou fenômenos fossem examinados em mais profundidade, por se considerar que tinham o potencial de elucidar transformações conjunturais relevantes³⁷. Uma perspectiva que, como citado antes, orienta a construção do objeto, pensado na sobreposição de escalas³⁸, inclusive temporais³⁹.

Apesar da riqueza do acervo mantido pelos clubes e pelos seus integrantes, bem como das narrativas registradas nos relatos orais, a natureza fragmentária dessas fontes conduziu à necessidade do levantamento de um conjunto documental que fosse capaz de constituir uma série mais constante, com dados recorrentes sobre o tema. Desde a pesquisa de campo e o contato com os sujeitos varzeanos, uma lembrança corrente entre eles era a cobertura realizada, por décadas, pelo jornal *Diário da Tarde*, do qual muitos mantinham recortes em seus arquivos pessoais.

Editado entre os anos 1930⁴⁰ e os anos 2000, o *Diário da Tarde*, como o próprio nome aponta, era um vespertino pertencente aos *Diários Associados* que mantinha um perfil mais popular em relação ao *Estado de Minas*, outro periódico diário da mesma empresa⁴¹. Por décadas, foi o segundo mais lido em Belo Horizonte, atrás apenas da publicação coirmã, sendo o líder de vendas às segundas-feiras, dia em que não se produzia o *Estado de Minas*⁴². Suas notícias se voltavam, principalmente, para temas do cotidiano da cidade, policiais e esportivos. O que incluía uma pouco usual e constante cobertura do futebol de várzea na capital mineira.

³⁶ Cf. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 3-21.

³⁷ Cf. DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines**: 27 de julho de 1214. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

³⁸ Cf. REVEL, Jacques. **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

³⁹ Cf. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 41-78.

⁴⁰ Cf. LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte**: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995, p. 288-289.

⁴¹ Para um panorama da imprensa belo-horizontina na primeira metade do século XX: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola *et al.* **Folhas do tempo**: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG, Associação Mineira de Imprensa, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

⁴² Cf. Mais uma vez a Marplan não deixa dúvidas! **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 20 de novembro de 1967.

Por meio do acervo mantido na *Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais*, foi possível ter acesso aos exemplares físicos do periódico, publicados entre os anos de 1948 e 1984, oportunidade que se desdobrou na análise extensiva de todo o material, com o exame da série em sua totalidade. Entende-se que a opção pelo levantamento do conteúdo completo do jornal, sem a restrição à sua página de esportes ou sem a adoção de uma amostragem, tem desdobramentos diretos na construção do trabalho. Uma escolha que permitiu que o futebol de várzea fosse percebido em sua relação com outros processos que se desdobravam na cidade. Se essa decisão implicou na restrição a um único título, isso se deve, em parte, à singularidade do *Diário da Tarde*, o único jornal a manter uma cobertura sistemática do meio amadorista, mas também à possibilidade de cotejamento da fonte com indícios de outras naturezas.

Dentre os conteúdos veiculados pelo *Diário da Tarde*, mereceram especial atenção as inserções iconográficas, sejam elas fotografias⁴³, charges ou outras representações. Considerando-se o momento da produção desse jornal e a sua proposta editorial, a inclusão de imagens era recorrente, muitas vezes associada a uma matéria mais ampla, outras de maneira individual, compondo pequenas fotorreportagens, charges pontuais em meio às colunas temáticas ou anúncios publicitários. Com uma gramática própria, foram indícios relevantes na escrita do trabalho, com informações que extrapolavam o que era apresentado nos textos. Na mesma medida, muitas fontes dessa natureza se apresentaram nos acervos pessoais dos clubes e dos membros das agremiações, igualmente examinadas em sua especificidade.

O acesso a esses conjuntos documentais orientou a construção do objeto de pesquisa, examinado sob três diferentes perspectivas que estruturam as partes desta tese. O bloco de abertura do trabalho, intitulado “A várzea”, volta-se para a compreensão da configuração da prática na experiência belo-horizontina. Trata-se de um debate sobre o que se convencionou chamar de futebol de várzea na capital mineira e sobre as formas pelas quais os agentes envolvidos com essa atividade interferiram na delimitação de seu universo.

O capítulo 1, “A conformação de um *circuito* da várzea”, concentra-se entre os anos 1940 e 1960, momento em que se consolidava uma estrutura oficial de organização do amadorismo, em diálogo com um sistema esportivo nacional. Uma época em que os limites entre o futebol espetáculo e a expressão varzeana não estavam claros, em especial, ao se levar em conta o critério das formas de remuneração dos atletas. A seção se dedica, ainda, a examinar as contradições entre os esforços disciplinares e educativos das entidades dirigentes e as iniciativas dos clubes populares para driblar tais constrangimentos. Todos esses temas são articulados ao debate sobre a

⁴³ Cf. BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

constituição de um segmento específico da prática conectado por um conjunto de atividades, notadamente, competições, reconhecido como apartado de uma expressão profissional do jogo.

Essa reflexão sobre a especificidade de uma variedade de formas de se vivenciar o futebol leva ao tema examinado no capítulo 2, “Cultura esportiva popular”, que amplia o olhar para além dos clubes vinculados à entidade oficial dirigente do amadorismo local. Ao articular as referências textuais aos relatos orais e aos registros iconográficos, observa-se a constituição de maneiras próprias de experimentação do jogo, organizadas autonomamente por uma diversidade de agremiações. Esses modos de fazer o futebol de várzea se deparariam com restrições decorrentes da imposição de uma cultura burocrática e autoritária aprofundada no período da Ditadura Civil-Militar, a qual tinha efeitos sobre inúmeras práticas populares vivenciadas em Belo Horizonte. A esse fenômeno, as agremiações e seus membros contrapuseram uma solução que se aproveitava de arranjos cultivados por eles em seu cotidiano, com a criação da “Federação”.

As novidades de uma configuração esportiva em transformação, a qual se dava em diálogo com a criação de um *circuito* nacional do futebol espetáculo, a distensão do autoritarismo político e a emergência de outros padrões de comportamento são o tema do capítulo 3, “Vasta várzea”. Nessa seção, é examinada a ampliação da participação dos clubes amadoristas possibilitada pelo surgimento de novos formatos de competição articulados às empresas e às mídias, com repercussões sobre a relação estabelecida entre as agremiações e as agências esportivas dirigentes locais. Também são tratadas as ampliações das possibilidades de participação de novos atores sociais nas disputas varzeanas, com o alargamento dos perfis masculinos engajados em torneios e a introdução da prática por mulheres frente ao enfraquecimento da proibição imposta desde o Estado Novo.

O exame do objeto empreendido ao longo da primeira parte da tese concentra-se principalmente sobre a configuração do futebol de várzea. Ainda que articulado à paisagem social de Belo Horizonte, não se desenvolve, até então, uma intersecção com a transformação urbana. De todo modo, as referências aos impactos da conversão da capital mineira em centro metropolitano são inescapáveis e apontam, a todo o tempo, para renovações da prática que passavam pela reestruturação da rede de campos de jogo, pela pressão sobre a existência das agremiações mais tradicionais do *circuito* e pela possibilidade de ampliação das associações nas novas periferias para as quais a cidade se expandia.

Para que se pudesse realizar a investigação dessa intersecção entre o futebol de várzea e as transformações por que a cidade passou foi necessária a incorporação de novos referenciais bibliográficos, especialmente em diálogo com a História Urbana, a Geografia e o Urbanismo, assim como a ampliação do arsenal empírico mobilizado. Como citado, a

utilização da documentação cartográfica, com destaque para os levantamentos aerofotogramétricos foi determinante para a própria delimitação do tema do estudo. Além desse material, os conteúdos presentes no *Diário da Tarde* ajudavam a compreender a repercussão midiática da nova conformação urbana da capital mineira.

Nesse processo, ficava clara a atuação do poder público, em especial o municipal, na condução de grandes projetos de infraestrutura, mas também na regulamentação do uso e da ocupação do solo na cidade. Nessa medida, outro tipo de fonte incorporado à pesquisa foi a de natureza administrativa, notadamente a coleção de relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte, mantida pelo *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, bem como o conjunto da legislação local, mais especificamente, aquela voltada ao ordenamento urbano.

A partir do exame desses dados compõe-se a segunda parte desta tese, intitulada “A metrópole”, a qual procura contrastar os processos que levaram à constituição de Belo Horizonte como centro metropolitano à reconfiguração da prática do futebol de várzea local. Uma investigação que tenta compreender como as transformações urbanas repercutiram no desenvolvimento do associativismo esportivo popular, mas também que busca observar de que forma esse mesmo fenômeno esperava responder a desafios impostos pela cidade e interferir na conformação de seus lugares. A mobilização de representações cartográficas é especialmente importante para a condução do argumento nesse bloco do trabalho.

A discussão se inicia pelo capítulo 4, “A comunidade em construção”, que se volta para o desenvolvimento da prática em um contexto de crescimento demográfico e territorial de Belo Horizonte, em meados do século XX. São debatidas as aproximações entre as formas de ocupação dos espaços periféricos da capital e os modos de espalhamento da rede de campos pela cidade. A inserção comunitária dos clubes varzeanos é objeto de atenção, com a identificação de um amplo programa esportivo, social e cultural que os inseria no vasto fenômeno do associativismo popular, do qual eram os principais e mais conhecidos representantes.

À expansão física e populacional de Belo Horizonte, seguiu-se um amplo processo de reestruturação urbana que teve lugar entre o final dos anos 1960 e o início dos 1980, capitaneado, principalmente, pela *Prefeitura* local. O fenômeno que teve implicações diretas sobre a organização espacial do amadorismo na cidade é o tema discutido no capítulo 5, “A danação da várzea”. Nessa seção, são observadas as consequências da reconfiguração dos bairros suburbanos e das vilas operárias, originados de um processo anterior de expansão da capital mineira, em especial para a prática esportiva e para as agremiações daqueles lugares. São, ainda, tratadas as lógicas de transformação do tecido da cidade, com a adoção de remoções e a pouca atenção aos usos populares da terra, o que afetava não apenas o futebol de várzea, mas

um amplo contingente de trabalhadores pobres. Por fim, são identificados os primeiros esforços para contenção dos efeitos perversos das reformas urbanas e a criação de alternativas legais para a reversão dos impactos da atuação do poder público e dos setores imobiliários.

Após um exame do quadro mais abrangente da transformação urbana, com as repercussões dos projetos estruturantes conduzidos pela Municipalidade, o capítulo 6, “Vida nova no bairro popular”, busca observar desdobramentos pontuais da conversão de Belo Horizonte em centro metropolitano. Trata-se do processo de reorganização da zona sul da cidade como área de expansão de um mercado imobiliário voltado para as classes altas e médias e as consequências para a prática esportiva nessa região. Voltando-se para as áreas de expansão recente, é examinada a proliferação de bairros clandestinos, loteamentos comercializados sem aprovação prévia e responsáveis por grande parte da expansão periférica da capital na segunda metade do século XX. São analisadas as relações entre essa forma de ocupação e a renovação do meio varzeano local. Por fim, são investigadas as interações entre o associativismo comunitário e o futebol amadorista, com um panorama desse tipo de articulação popular pelas regiões da capital mineira e o compartilhamento de repertórios de atuação para a resolução de problemas.

As estratégias mobilizadas pelos sujeitos varzeanos para superar os desafios impostos pela metrópole emergente e por outros constrangimentos impostos à manutenção de suas práticas chamam a atenção para a atuação política desse grupo de trabalhadores e habitantes dos bairros suburbanos e periféricos da cidade. Interessante notar como no vocabulário dos entrevistados essa ação raramente era nomeada como tal. Em suas narrativas, foi comum que informassem que não mantinham relações com a “política”, ainda que, uma série de agentes públicos eleitos, integrantes de quadros partidários e membros dos setores estatais fossem citados em inúmeros episódios de superação de problemas enfrentados pelas agremiações.

Foi assim, em diálogo com uma bibliografia associada à Antropologia, à Sociologia e à História, que se buscou empreender um debate sobre a agência política dos sujeitos varzeanos. Um debate que pretende se afastar de esquematismos consagrados para a avaliação da interação entre lideranças políticas e grupos subalternos e que propõe uma leitura que parta de uma perspectiva desde baixo para compreender esses fenômenos. Para tanto, textos produzidos a partir de pesquisas históricas centradas nas camadas trabalhadoras ou de investigações etnográficas apresentaram outras possibilidades de análise dessa interação.

Se o objetivo era pensar as articulações dos integrantes do meio varzeano com lideranças políticas locais, era importante levantar indícios que complementassem aqueles oferecidos pelas narrativas orais e pelos relatos jornalísticos. Nessa medida, a pesquisa se concentrou sobre a documentação da *Câmara Municipal de Belo Horizonte* e de diferentes

setores da *Prefeitura* local em busca de evidências da articulação entre os agentes públicos e os sujeitos ligados aos clubes, tanto em contextos democráticos, como no período ditatorial.

O exame desse material permitiu abordar as iniciativas e os impasses que se impuseram aos sujeitos varzeanos na busca da superação dos entraves para a sobrevivência das agremiações que integravam e as forma pelas quais se deram as aproximações e distanciamentos dos poderes públicos nessa trajetória. Essas reflexões compõem a terceira e última parte da tese intitulada “A peleja”. Seus capítulos têm por objetivo tratar os projetos e as saídas políticas que conduziram a configuração do meio amadorista e de sua rede de campos de jogo que se observou no final da década de 1980 e que, como tratado antes, mantiveram-se relativamente estáveis até as primeiras décadas do século XXI.

O capítulo 7, “A várzea e a política na cidade”, que abre esse bloco, remete à introdução das eleições municipais na capital mineira, as quais só ocorreram a partir de 1947, e as consequências da instalação de uma gestão local, com as primeiras elaborações de políticas esportivas para a cidade. Por meio de uma aproximação inicial, baseada nas votações para a escolha dos prefeitos no período democrático (1945-1964), observa-se a presença do futebol de várzea nas campanhas e as intersecções entre essa prática esportiva e as tentativas de conquista do sufrágio das classes populares. Por fim, a ampliação do olhar sobre a política local e sobre o cotidiano amadorista permite identificar uma articulação mais abrangente e duradoura.

A manutenção de vínculos entre clubes e lideranças políticas locais fica ainda mais evidente quando são examinadas as relações mantidas com integrantes dos poderes legislativos, notadamente vereadores. Essas conexões são tratadas no capítulo 8, “Redes políticas locais e resolução de problemas”, que aborda essas articulações desde a introdução das eleições municipais até a distensão autoritária, na passagem da década de 1970 para a de 1980. A mobilização da documentação oficial dá a ver uma série de interações possíveis entre os membros da *Câmara Municipal* e as entidades comunitárias, incluindo as agremiações amadoristas, as quais compuseram um vasto repertório usado tanto na resolução de problemas, como na formação de máquinas eleitorais, mesmo no contexto ditatorial.

O capítulo 9, “Projetos esportivos em disputa”, encerra o bloco, com uma discussão sobre vários projetos de políticas públicas para o esporte na cidade, entre os anos 1970 e 1980. Essas propostas articularam diferentes visões sobre os objetivos das atividades atléticas, opuseram grupos políticos que se consolidaram ao longo da Ditadura Civil-Militar, bem como responderam a demandas colocadas por múltiplos segmentos sociais. Em um contexto de distensão autoritária e redemocratização, a Municipalidade reposicionava-se, mobilizada pelo

ingresso de novos dirigentes e pela pressão das classes populares urbanas que se engajavam em diferentes frentes na busca pelo acesso a novos direitos e pela construção de sua cidadania.

Boa parte das discussões constantes nesta tese parte de questões que se colocaram na convivência com a várzea belo-horizontina contemporânea. Em que pese a inesgotável contribuição das análises de uma vasta bibliografia sobre inúmeros temas aqui abordados, foram situações vivenciadas nessa aproximação e reflexões apresentadas por vários dos entrevistados e por outras tantas pessoas que pude escutar nessa imersão que suscitaram várias das indagações presentes nas páginas que se seguem. Nessa perspectiva, o recuo aos anos 1940 a 1980 e a tentativa de produção de uma narrativa sobre esse período se fez, também, com os olhos voltados para o presente e para os desafios que levaram à demanda de uma política pública de patrimonialização da prática.

Talvez essa motivação não fique tão clara ao longo do trabalho, imerso no debate com as evidências documentais e com os enquadramentos teóricos. Tais questões são, portanto, examinadas em um epílogo, que busca retomar, mesmo que pontualmente, alguns dos desdobramentos a partir do cenário traçado para o final da década de 1980, tal como impasses contemporâneos que, mais uma vez, desestabilizam as formas de (re)produção e (re)criação do futebol de várzea em Belo Horizonte.

PARTE I – A VÁRZEA

Capítulo 1 – A conformação de um *circuito da várzea*

No ano de 1956, o *Diário da Tarde* publicou, entre os meses de maio e julho, uma série intitulada “Radiografia do profissionalismo mineiro” na qual traçou um panorama da situação de nove dos dez clubes integrantes da divisão profissional da *Federação Mineira de Futebol (FMF)*. As reportagens diagnosticavam a situação empregatícia dos atletas, com um balanço daqueles que reuniam ou não condições de se dedicarem exclusivamente à prática esportiva. Como informado no primeiro episódio dedicado ao *Vila Nova*, da cidade de Nova Lima:

O regime remunerado em Minas apesar de ter sido adotado há vinte e três anos (desde 1933), continua incipiente, mal compreendido, quase falso. A rigor, dentre os nossos clubes profissionais, apenas dois (Atletico e America), agem de forma a serem considerados verdadeiramente profissionais, muito embora algumas poucas restrições. Os craques de Lourdes e da Alameda são integrados no regime com suas obrigações afetas somente ao clube que os contrataram, sendo mínima a percentagem daqueles que não fazem do futebol o seu meio de vida. Alvi-negros e alvi-verdes estão sempre dando exemplo de aquisições fora do Estado, buscando nomes que provoquem a curiosidade do público, com folhas de pagamentos vultosas, enfim, demonstrando adotarem, de fato, o regime que abraçaram.

Os demais, adotam (*sic*) um misto de profissionalismo e amadorismo marron, representando este ultimo criterio na providencia de garantir para os seus “profissionais” empregos que variam entre o comercio, a industria, o funcionalismo municipal, estadual e federal, colocações que venham possibilitar a permanencia deste ou daquele valor.¹

O argumento da matéria de abertura seria evidenciado a cada episódio, com a indicação dos arranjos criados pelos clubes para garantir o sustento de seus atletas. As agremiações das cidades fabris mantinham jogadores-operários que se desdobravam entre a atividade industrial e a prática futebolística. Situação que se verificava nos casos do *Vila Nova* de Nova Lima, associado à *Companhia Morro Velho*², do *Siderúrgica* de Sabará, próximo à *Companhia Siderúrgica Belgo Mineira*³, do *Asas* de Lagoa Santa, baseado na fábrica de aviões existente ali⁴ e do *Metalusina* de Barão de Cocais, com relações com a usina metalúrgica local⁵.

Quanto às equipes belo-horizontinas do *Cruzeiro* e do *Sete de Setembro*, o que se verificava era a manutenção de uma rede de apoio e de tráfico de influências, suportada pelos associados dos clubes, que permitia que atletas assumissem postos de trabalho no comércio local e em repartições públicas, com flexibilidade para se dedicarem aos treinamentos⁶. No

¹ RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 25 de maio de 1956.

² Cf. *Ibidem*.

³ Cf. RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 30 de maio de 1956.

⁴ Cf. RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 22 de junho de 1956.

⁵ Cf. RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 28 de junho de 1956.

⁶ Cf. RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 7 de junho de 1956; RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 13 de junho de 1956.

caso do *Sete de Setembro*, a condição empregatícia de seu elenco levou a agremiação a transferir seus exercícios para o período noturno, de modo a não prejudicar o expediente regular dos jogadores⁷. O novato *Democrata*, de Sete Lagoas, que até tinha seis profissionais integrais, dependia de uma “caixinha” sustentada por alguns de seus diretores⁸.

Nessa perspectiva, somente duas agremiações da divisão profissional da FMF tinham a maioria de seus atletas com dedicação exclusiva à preparação e às partidas: *Atlético* e *América*, ambas da capital mineira. Apenas essas custeavam seus elencos diretamente, em boa parte com rendas geradas por suas próprias atividades⁹.

O quadro traçado pelas reportagens do *Diário da Tarde* indica um profissionalismo que não era autossustentável. Passadas mais de duas décadas da formalização da remuneração de atletas no futebol belo-horizontino, equipes tradicionais, com estádios próprios, como *Cruzeiro* e *Sete de Setembro*, dependiam de arranjos similares aos anteriores a 1933¹⁰. Tal situação não era exclusiva do meio esportivo mineiro, como revela, por exemplo, o relato de Rui Campos, meia do *São Paulo* e da *Seleção Brasileira* nos anos 1940 e 1950, prestado ao *Museu da Imagem e do Som de São Paulo*, dentro do projeto “Memórias do Futebol”, que comenta a conciliação, durante toda sua carreira, entre cargos no *Governo do Estado de São Paulo* e a condição de atleta¹¹.

A identificação de um meio profissional em busca de consolidação na metade dos anos 1950 chama a atenção para o fato de que o processo de constituição do futebol como espetáculo rentável e autossustentável prolonga-se por várias décadas¹². Apesar da importância do reconhecimento do regime de remuneração de atletas a partir de 1933, o qual não se efetivou simultaneamente em todas as regiões brasileiras, tal marco faz parte de um fenômeno de duração mais longa que não se encerra nele, como bem destacou Arlei Damo:

O primeiro dá conta de que o ano de 1933, embora sirva como referência, não pode levar a crer que o acordo entre as agremiações paulistas e cariocas tenha modificado radicalmente o que quer que seja, muito menos que tenha reverberado de modo idêntico em todas as partes do Brasil. A profissionalização dos pés-de-

⁷ Cf. O SETE NÃO PODE AMARRAR-SE MAIS À MENTALIDADE AMADORISTA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 17 de julho de 1958.

⁸ Cf. RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 4 de julho de 1956.

⁹ Cf. RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 14 de junho de 1956; RADIOGRAFIA DO PROFISSIONALISMO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 20 de junho de 1956.

¹⁰ Há vasta bibliografia que documenta a prática de remuneração de atletas de futebol antes de 1933, em cidades das diferentes regiões brasileiras, em um arranjo conhecido como amadorismo marrom, que envolvia variadas táticas para garantir benefícios financeiros a jogadores que oficialmente eram apresentados como não profissionais. Para um panorama desse cenário ver: GOMES, Eduardo de Souza; PINHEIRO, Caio Lucas Moraes (org.). **Olhares para a profissionalização do futebol**: análises plurais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

¹¹ Cf. CAMPOS, Rui [60 anos]. [jun. 1983]. Entrevistador: José Sebastião Witter. São Paulo, SP, 28 jun. 1983.

¹² O historiador José Sebastião Witter propunha a periodização de 1933 a 1950, como profissionalismo amador e de 1950 a 1980, como profissionalismo contemporâneo. Cf. WITTER, José Sebastião. Futebol...futebol. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; WITTER, José Sebastião. **Futebol e cultura**: coletânea de estudos. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1982, p. 84.

obra é paralela ao processo de espetacularização do futebol e este é matizado, entre outros fatores, pela urbanização, pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação, incluindo-se a invenção do jornalismo especializado. Por tais motivos, a espetacularização do futebol no Brasil é um processo inacabado e diversificado, embora tenha se consolidado um circuito nacional, a partir dos anos de 1970, do qual faz parte a elite clubística.¹³

Nessa perspectiva, é possível pensar o reconhecimento da profissionalização dos atletas como parte do fenômeno mais abrangente de criação de um *circuito* do futebol espetáculo em diferentes cidades brasileiras. A possibilidade da cobrança de entradas e da geração de um mercado de consumo voltado para o fomento de disputas futebolísticas remonta ao início do século XX, momento ainda embrionário da modalidade no Brasil¹⁴. A constituição de uma elite de agremiações que capitaneou esse processo, especialmente por meio das entidades dirigentes, e que concentrou o poder de definir as condições para o ingresso no *circuito* que se consolidava pôde ser observada desde a fase inaugural dessa prática atlética.

Sob esse prisma, a distinção de uma série de clubes ou de tipos de clubes que estariam apartados de um *circuito* que se consolidava remonta à própria estruturação do *campo esportivo*¹⁵ nas diferentes cidades. A oposição entre agremiações profissionais e amadoras que consagraria tal separação não seria instituinte dessa segregação, se não que um desdobramento do fenômeno de bases anteriores. Essa divisão, como será demonstrado neste capítulo, em diversos momentos vivenciou situações tênues, a exemplo da condição semi-profissional experimentada pelas equipes da principal divisão da *Federação Mineira de Futebol (FMF)* na década de 1950.

Este capítulo se propõe a investigar a constituição de um *circuito* de várzea que, assim como aquele do futebol espetáculo, vivenciou desdobramentos importantes entre as décadas de 1940 e 1960, em Belo Horizonte. O exame das disputas pela consolidação da estrutura institucional amadorista e pelo alcance que esse arranjo oficial teria permitirá uma primeira aproximação das formas pela qual essa expressão esportiva se organizou na capital mineira.

A opção por denominar *circuito* o amplo universo de práticas desenvolvidas por equipes componentes de um meio esportivo formal e informal reconhecido como aderente ao futebol amador se dá, em especial, a partir do diálogo com dois autores, Mauro Myskiw e Arlei Damo.

¹³ DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão**: uma etnografia do futebol espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005, p. 171.

¹⁴ Cf. GAMBETA, Wilson Roberto. **A bola rolou**: O Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol (1895-1916). 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁵ Pierre Bourdieu distinguiu aspectos do espetáculo em seu texto sobre o *campo esportivo*. Cf. BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983, p. 136-153.

Em sua tese, Mauro Myskiw empreendeu estudo etnográfico com times de Porto Alegre entre os anos de 2009 e 2011. Durante seu esforço de delimitação do objeto de pesquisa, o autor rapidamente percebeu a diversidade de situações em que o termo *várzea* era utilizado, às vezes representando um lugar – *na várzea* –, às vezes algo, uma coisa – *a várzea*¹⁶. Para auxiliar seu esforço de análise, o pesquisador recorreu à categoria *circuito*, proposta pelo antropólogo José Guilherme Magnani, que se refere a um conjunto “(...) que une estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos em sua totalidade apenas pelos usuários (...)”¹⁷. A partir dessa demarcação, Myskiw conseguia circunscrever um grupo de práticas e espaços que se diferenciavam de outras expressões futebolísticas vivenciadas em Porto Alegre.

Ao considerar a diversidade de expressões que essa modalidade esportiva experimentou e experimenta, Arlei Damo cunhou em sua tese a categoria *futebóis*, com a identificação do que chamou de diferentes matrizes futebolísticas: espetacularizada, comunitária, bricolada e escolar¹⁸. Mais recentemente, ao revisitar o debate, o autor comentou sobre a melhor adequação da noção de *circuito*, ainda que a partir de uma referência diversa da utilizada por Mauro Myskiw:

A noção de matriz deu mais a ideia de um sistema do que de processo ou de fluxo. Tivesse a oportunidade de reescrever a proposta, provavelmente substituiria “matriz” por “circuito”, inspirado na utilização deste termo por Viviana Zelizer (2005) ao tratar da diversidade de mercados no espectro do capitalismo, porque o termo sugere uma ideia de fluxo – no caso da formação de jogadores poderia ser pensado como um fluxo de praticantes, de técnicas corporais, de modos de governo, de dinheiro, afetos e assim por diante. A noção de Zelizer ajudaria a pensar que as práticas atinentes à formação e atuação profissionais fazem parte de um circuito específico, uma espécie de mainstream, vistas como legítimas do ponto de vista da estética e da eficácia.¹⁹

Em ambas as referências, os enquadramentos buscam lidar com a diversidade das expressões futebolísticas por meio de noções de descontinuidade e fluidez, o que faz de *circuito* um termo mais apropriado que *rede*, por exemplo. Da mesma maneira, há o pressuposto de um reconhecimento social que permite que comunidades internas e externas às

¹⁶ Cf. MYSKIW, Mauro. **Nas controvérsias da várzea**: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 28.

¹⁷ MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (org.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008, p. 45.

¹⁸ Cf. DAMO, 2005, p. 36-44.

¹⁹ DAMO, Arlei. Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. **FuLiA/UFMG**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 37-66, set.-dez. 2018, p. 49.

práticas possam percebê-las como conjunto, um universo, que, neste caso, seria denominado de a *várzea*²⁰, mesmo que ele não goze de uma estrutura fixa e contínua. Antes de tudo, os clubes e sujeitos que a integram compartilham de uma série de práticas (disputas esportivas, em especial) que os colocam em circulação, visitando diferentes campos e, eventualmente, competindo entre si, de modo a se perceberem como parte de um mesmo conjunto²¹.

A construção dessa ideia ou desse espaço simbólico que viria a ser identificado no caso belo-horizontino como a *várzea* local possui uma historicidade que abarca múltiplos eventos que resultaram na configuração que tal *circuito* assumiu na capital mineira. Foi em diálogo com as reconfigurações do meio esportivo nacional e regional, com a dinâmica do mercado e do mundo do trabalho, com as transformações da cidade, com as expressões culturais populares e com as estratégias de controle e de luta política que essa expressão futebolística foi se moldando e reinventando na experiência cotidiana dos seus adeptos.

Para se passar ao exame dos embates que cercavam a constituição de um *circuito* da *várzea* no final da década de 1940, quando este estudo propriamente se inicia, faz-se necessária uma pequena digressão sobre os antecedentes da disputa institucional em torno da condução do futebol amador na capital mineira.

1.1 – A oficialização do futebol amador

Como apontado antes, a formação de uma elite de clubes que lideraram a conformação de um *circuito* do futebol espetáculo, os quais assumiram o controle sobre as entidades diretivas e estabeleceram limites à participação das demais agremiações em suas competições, remonta ao período inaugural da modalidade em diversas cidades brasileiras. São inúmeras as referências de separações entre equipes, com a fundação de ligas alternativas para driblar as vedações impostas pelos grupos hegemônicos nos meios esportivos²². Nessa medida, a segregação de agremiações originadas da associação de trabalhadores braçais, de negros, de pobres e de moradores das áreas suburbanas foi observada desde as primeiras décadas da prática no país.

²⁰ Outra referência digna de nota à utilização da noção de *circuito* da *várzea* encontra-se na obra de Gilmar Mascarenhas, que estabelece a comparação entre um circuito corporativo (fabril e comercial) e um do futebol de *várzea* ao abordar os caminhos da popularização da modalidade nas cidades brasileiras. Cf. MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2014, p. 98.

²¹ Uma representação da relação do *circuito* com a estrutura institucional esportiva pode ser conferida no gráfico 1, no final deste capítulo.

²² Cf. GAMBETA, 2013; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. **A construção do sentimento local: o futebol nos arrabaldes de Bangu e Andaraí**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014; SOUZA, Glauco José Costa. **“Adiantam-se bastante nos subúrbios”: o desenvolvimento do futebol na região suburbana do Rio de Janeiro (1907-1924)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018; SOUZA, Jhonatan Uewerton; CAPRARO, André Mendes. “Mercadorias postas em leilão”: tensões sociais no prematuro processo de reconhecimento do profissionalismo no futebol paranaense. In: GOMES; PINHEIRO, 2015, p. 235-263.

No caso belo-horizontino, a organização de clubes dedicados ao exercício do futebol em bairros populares observou-se poucos anos após a criação das agremiações mais tradicionais. Em 1910, – ou seja, apenas dois anos após a fundação do *Atlético*, a primeira associação a se consolidar na cidade – surgiu no bairro operário do Barro Preto, o *Yale Athletic Club*²³. Em 1913, registrava-se a existência de equipes em bairros suburbanos como a Floresta e a Lagoinha²⁴. Com um número limitado de times na cidade, alguns mais bem estruturados como o *Yale* participaram das primeiras edições da competição organizada pela *Liga Mineira de Sports Athleticos (LMSA)*, o que perdurou até o início dos anos 1920²⁵.

No médio prazo, a tendência foi a de acomodação das equipes suburbanas na incipiente segunda divisão da *Liga Mineira de Desportes Terrestres (LMDT)*. No campeonato de 1928, por exemplo, além de *Atlético*, *América*, *Cruzeiro* – então, *Palestra Itália* – e *Sete de Setembro*, apenas outros dois clubes belo-horizontinos, ambos do bairro da Lagoinha, *Fluminense* e *Guarani*, integravam a primeira divisão ao lado do *Vila Nova*, de Nova Lima e do *Alves Nogueira*, de Sabará. As demais associações da capital mineira concentravam-se na divisão inferior²⁶. Estrutura semelhante era observada no início da década de 1930²⁷.

A distinção representada na organização da liga local se expressaria na passagem ao profissionalismo²⁸. Inicialmente, apenas *Atlético*, *América* e *Palestra Itália* aderiram à regulamentação da remuneração de atletas dentre os clubes belo-horizontinos em 1933. O *Sete de Setembro* se articulou com outras entidades para a criação de uma liga amadora, mas terminaria por ingressar no novo regime no ano seguinte²⁹. Assim, as demais equipes da capital mineira passaram a se mobilizar para organizar disputas entre as que se mantiveram no amadorismo.

Os anos que se seguiram foram de tentativas de criação de entidades dirigentes capazes de agregar os clubes que permaneceram ligados à expressão amadora da prática futebolística, como rememorou matéria do *Diário da Tarde*:

(...) Surgiu, então sob os auspícios do DIÁRIO DA TARDE, numa iniciativa brilhante de Menotti Mucelli, cuja memória reverenciamos, a primeira liga de amadores da capital – L.A.F. (Liga Amadorista de Futebol. *sic*)

²³ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018, p. 70.

²⁴ Cf. *Ibidem*, p. 79.

²⁵ Cf. *Ibidem*.

²⁶ Cf. ASSIS, Anatólio Alves de. Recordações de BH do passado, do “footing” ao “football”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 23 de julho de 1981.

²⁷ Cf. MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. **O futebol na cidade de Belo Horizonte**: amadorismo e profissionalismo nas décadas de 1930 e 1940. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017, p. 166.

²⁸ Cf. LAGE, Marcus Vinicius Costa; MEDEIROS, Regina de Paula. Aspectos sociológicos da profissionalização do futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 9, n. 23, p. 1-14, mar. 2014.

²⁹ Cf. MAYOR, 2017, p. 214-216.

(...)Posteriormente, apareceu o D.A. (Departamento Amadorista), entidade prestigiada pela então Liga de Futebol de Belo Horizonte ou Liga Mineira de Desportos Terrestres, que se transformou, posteriormente, na Federação Mineira de Futebol.³⁰

Narrativa parecida é apresentada na tese de Sarah Soutto Mayor, que igualmente aponta para criação de uma entidade voltada às disputas amadoristas atrelada à estrutura institucional vinculada às agremiações profissionais, no caso, a *Liga de Futebol de Belo Horizonte (LFBH)*³¹. Essa tendência de subordinação seria consolidada na década seguinte, mais especificamente em 1942, como parte de um fenômeno maior de remodelação esportiva nacional.

O início da década de 1940 foi um momento central para a estruturação da política de esportes no país, a qual se expressou, principalmente, na edição do Decreto-Lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Tal legislação, além de criar o *Conselho Nacional de Desportos (CND)*, ao qual se subordinava toda a rede de entidades diretivas do setor, estabeleceu outras orientações para o desenvolvimento das modalidades atléticas no Brasil, reproduzindo a mesma lógica de unicidade que se via no controle das associações sindicais³².

Sob o novo regime, cabia ao *CND* a regulamentação da organização e das práticas esportivas no país, o que ocorria por meio de uma série de normativas do órgão que tinha por objetivo complementar as diretrizes gerais apresentadas no Decreto-Lei 3.199/41. Foi sob essa prerrogativa que o conselho estabeleceu em outubro de 1942 que: “Numero 13 – Cada Federação manterá um Departamento de Futebol Amador, com Organização própria, dirigido por um delegado por escolha do presidente (...)”³³. Seguindo a imposição do órgão superior federal, em 16 de dezembro de 1942, foi instalado o *Departamento de Futebol Amador (DFA)*³⁴ como parte da estrutura da *Federação Mineira de Futebol (FMF)*, entidade criada em 1939³⁵.

Em seu esforço de pesquisa, Sarah Soutto Mayor inventariou 197 clubes amadores que atuaram em Belo Horizonte na década de 1940, número muito superior aos 76 filiados ao *DFA* em seu primeiro ano³⁶. Como se verá adiante, o universo de equipes varzeanas sempre foi mais

³⁰ Um pouco da história do futebol amador de Belo Horizonte. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 16 de maio de 1956.

³¹ Cf. MAYOR, 2017, p. 217.

³² Cf. LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996; SOARES, Jorge Miguel Acosta. **Justiça desportiva: o Estado Novo entra em campo (1941-1945)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015; SOUZA, Denaldo Alchome de. **O Brasil em ação! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008.

³³ “DEIXEM CÔRTEZ TRABALHAR”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 18 de julho de 1956.

³⁴ Cf. DFA – LEGENDA DO AMADORISMO DE BELO HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 3º caderno, 12 de dezembro de 1956.

³⁵ Cf. MAYOR, 2017, p. 217.

³⁶ Cf. *Ibidem*, p. 218; 227-228.

abrangente do que aquelas inscritas no setor responsável da *FMF*, o que ajuda a compreender várias tensões entre a entidade diretiva e as iniciativas autônomas de promoção de disputas.

No intuito de se recuperar os antecedentes da constituição de um arranjo institucional de controle do futebol amador da cidade, deve-se, por fim, pontuar a criação de um órgão disciplinar a partir da configuração da Justiça Desportiva, pelo *CND*, em 1945. No desenho organizacional, duas instâncias atuavam em âmbito estadual, o *Tribunal de Justiça Desportiva (TJD)* e a *Junta Disciplinar Desportiva (JDD)*³⁷, essa última dedicada à expressão amadora do esporte. Uma representação da estrutura esportiva oficial pode ser conferida no gráfico 1, ao final deste capítulo.

É, portanto, a partir desse cenário, com a constituição de uma proposta de organização oficial da várzea local por meio do *Departamento de Futebol Amador (DFA)* e de uma instância disciplinar, a *Junta Disciplinar Desportiva (JDD)*, que se observaram os embates em torno da constituição de um *circuito* que articulasse as equipes de futebol amador em Belo Horizonte. Nesse contexto, variados interesses estavam em disputa, com destaque para os dos grupos desejosos de assumir o protagonismo das entidades dirigentes, os de um meio profissional em dificuldades de afirmação e os de sujeitos varzeanos atuando frente aos esforços para controlá-los. As páginas que se seguem pretendem acompanhar os movimentos desses personagens.

1.1.1 – Disputas pelo controle do amadorismo

A criação do *Departamento de Futebol Amador (DFA)* pressupunha a instalação de um setor atrelado à *Federação Mineira de Futebol (FMF)* que teria dupla atuação, uma em âmbito estadual, com a coordenação das ligas das diferentes cidades do estado, e outra de alcance municipal, sendo responsável pela organização dos clubes amadores de Belo Horizonte e pela promoção das competições entre essas agremiações. Apesar de sua pretensão de abarcar a totalidade da várzea da capital mineira, a entidade oficial incidia tão somente sobre seus filiados que, como citado anteriormente, representavam uma parcela do universo amadorista.

Com o duplo desafio de orientar uma ampla rede de ligas municipais em todo o estado de Minas Gerais e de promover as competições em Belo Horizonte, não eram poucas, como se verá a seguir, as reclamações sobre a baixa capacidade de trabalho do *DFA*. Ao ter de responder a interesses múltiplos, tais como os de uma política de esporte operada pelo *CND*, os de clubes originados das divisões inferiores das antigas ligas hegemônicas e os de novas agremiações em busca de inserção num circuito competitivo, esse setor da *FMF* mostrava-se incapaz de conciliar todas as contradições originadas de expectativas tão diversas.

³⁷ Cf. SOARES, 2015, p. 285-286.

Exemplo disso era a dificuldade enfrentada para a manutenção das competições das categorias juvenis e de aspirantes entre os clubes filiados, com baixa procura em comparação às disputas adultas dos primeiros e dos segundos quadros. Conforme questionamento da imprensa: “Porque (*sic*) não exige o D.F.A. que todos os seus filiados cuidem da formação de quadros juvenis, conforme determina o decreto 3.199?”³⁸ Para reforçar seu argumento, o periódico ainda citava a importância da formação de jogadores e do fornecimento de valores para o futuro, além do sucesso da seleção brasileira de base em recente torneio sul-americano.

Em 1951, ao levar em conta as dificuldades disciplinares, pelo envio frequente de casos à *JDD*, e a inexistência de uma adequação à lógica da formação de novos valores, o *DFA* definiu a extinção do campeonato entre os segundos quadros adultos, com manutenção apenas das competições dos times principais, dos aspirantes e dos juvenis³⁹. A presença da categoria com jogadores de qualidade mais baixa, que participavam dos embates sem expectativas muito maiores que as do lazer e do prazer da disputa, não se enquadrava na lógica de uma entidade dedicada ao alto rendimento, ainda que fizesse grande sentido nas tradições varzeanas.

Em virtude de suas dificuldades cotidianas, o *DFA* acabava por perder respaldo entre seus filiados, com reclamações sobre descuidos da entidade, a exemplo das longas demoras para conferência das premiações aos clubes vencedores de suas competições. Em 1948, a entidade diretiva acumulava um passivo de entrega de troféus aos campeões das diferentes divisões e categorias desde 1944⁴⁰. A falta de renovação dos quadros de arbitragem também era motivo constante de reivindicações dos dirigentes amadoristas⁴¹. Ao gerenciar um grande número de atletas⁴² e clubes, o *DFA* descuidava-se recorrentemente da organização das tabelas, com a marcação de jogos de equipes desistentes⁴³ ou atrasos na condução do campeonato, em especial por acúmulo de casos não julgados na *JDD*, que poderiam estender o certame para o período chuvoso, o que inviabilizava algumas rodadas quase por completo⁴⁴.

Aos problemas cotidianos de operação do *DFA*, somavam-se imposições burocráticas para filiação e manutenção das agremiações – tema que será tratado mais detidamente adiante –, o que

³⁸ O D.F.A. não cuida do futebol juvenil. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 4 de maio de 1949.

³⁹ Cf. Medida errada. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 10 de maio de 1951.

⁴⁰ Cf. OS CAMPEÕES DO D.F.A. VÃO RECEBER PREMIO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 27 de dezembro de 1948.

⁴¹ Cf. PEREGRINAÇÃO PELOS CLUBES. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 9 de outubro de 1948; ITAÚ, UM PATRIMÔNIO DE GLÓRIAS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 1º de novembro de 1948.

⁴² Estimava-se que os campeonatos do *DFA* de 1948 reuniam 2.080 jogadores inscritos. Cf. Notas amadoristas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 15 de janeiro de 1949.

⁴³ Cf. NOTAS AMADORISTAS, **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 30 de julho de 1949; Fogem os clubes a compromissos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2 de dezembro de 1949.

⁴⁴ Cf. DE 140 JOGOS AMADORISTAS PROGRAMADOS, APENAS 3 FORAM REALIZADOS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 15 de novembro de 1948.

fez com que o órgão diretivo não ampliasse o número de membros, mantendo quadro estável de associados⁴⁵. Tal situação abria espaço para outros arranjos de organização do vasto contingente de clubes que não tinham vínculo com o departamento oficial, como noticiava o *Diário da Tarde*:

Possuimos nada menos de 180 clubes amadores na capital. A entidade congrega em seu seio 62 agremiações, recebendo subvenção do Estado através da Diretoria de Esportes, bem como porcentagens sobre as arrecadações nos jogos dos clubes profissionais. A' margem desses privilegiados, mais de 100 agremiações esportivas reclamam orientação e direção.⁴⁶

Como indicava a reportagem, por estar vinculado a uma estrutura oficial, o *DFA* gozava de vantagens financeiras, como subsídios estaduais, tema que será tratado no capítulo 7. Segundo evidencia o periódico, uma quantidade considerável de equipes amadoras desenvolvia-se à margem do controle da *FMF*. Tal contexto impulsionaria diferentes iniciativas para a congregação dessas agremiações avulsas e a criação de associações que, dentre outras, fossem capazes de promover competições entre os times filiados.

Já em 1948, foi fundada uma entidade do tipo, a *Liga Esportiva Suburbana (LES)* que teve como idealizador e primeiro presidente Durval Alves de Souza⁴⁷. Em entrevista ao *Diário da Tarde*, o dirigente definiu-se como integrante da velha guarda da várzea belo-horizontina, que depois de hiato de alguns anos, retornava com a criação da nova entidade diretiva. Na mesma ocasião, condenava a existência de agremiações avulsas e defendia a organização do meio amadorista, com a necessidade de todos os clubes terem alguma filiação, sob pena de não poderem acessar eventuais auxílios⁴⁸.

A respeito da *LES*, chama atenção, inicialmente, a utilização da categoria “suburbana” para designar a nova liga. Essa qualificação convivia com outras para delimitar o universo dos clubes que praticavam o futebol na cidade sem a adesão ao regime profissional. Ao lado dela, “amador” – ou amadorista – e “de várzea” – ou varzeano – eram os termos mais recorrentes. Seus usos não eram neutros e buscavam associar a prática a um determinado conjunto de valores, conferindo-lhe sentidos mais bem delimitados.

“Amador” claramente era um uso do mundo oficial, utilizado na própria titulação do departamento associado à *FMF*. Em documentos, a exemplo de ofícios, emitidos pelas entidades diretivas e pelas agremiações era o termo corrente. Uma categoria que dialogava com o universo jurídico e com a ordenação esportiva imposta pelo *CND*. Também era a

⁴⁵ Em 1950, anunciava-se que a participação de 58 clubes no campeonato organizado pela entidade. Cf. 58 clubes disputarão o certame do D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 4 de maio de 1950.

⁴⁶ Proliferam as entidades amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 12 de outubro de 1949.

⁴⁷ Cf. ANDARAÍ, LEGITIMA GLORIA DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 15 de janeiro de 1949.

⁴⁸ Cf. Quais são os problemas do amadorismo? *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2ª edição, 8 de novembro de 1948.

expressão recorrente na elaboração de políticas públicas. Um adjetivo que nunca entrou em desuso, mas que igualmente carregava certa solenidade, pouco capaz de gerar identidade, pertencimento, ao demarcar sua condição pelo contrário, o não profissional.

A qualificação “suburbano” fazia sentido para o caso belo-horizontino, uma vez que a organização espacial da cidade, contida no seu plano de construção do final do século XIX, estabelecia áreas urbanas, suburbanas e rurais. Era termo corrente de delimitação de um conjunto de bairros situados além dos limites da Avenida do Contorno. Ademais, dialogava com um léxico do futebol da então capital federal, o Rio de Janeiro, com suas ligas suburbanas⁴⁹. Referência carioca que esteve presente na organização esportiva local desde as fases iniciais da atividade atlética na capital mineira⁵⁰. Apesar disso, o adjetivo “suburbano” perdeu força com os anos e foi abandonado. Difícil afirmar os motivos, talvez pela reconfiguração urbana, que apagou essa divisão, com a emergência da referência à periferia, ou pela menor influência da crônica esportiva carioca e do futebol suburbano dali.

A despeito da relevância dos adjetivos “amador” e “suburbano”, seria uma expressão com poucas conexões com a geografia dos campos da cidade que ganharia força como autorreferência dos praticantes da expressão não profissional do futebol. Apesar da ocupação de algumas áreas alagáveis para a manutenção de espaços de jogo pela cidade, essa não era uma forma recorrente da prática na capital mineira. O mais provável é que o termo “futebol de várzea” – ou varzeano – seja uma apropriação da expressão paulistana que se consolidou ainda nos tempos do amadorismo⁵¹. A circulação de jornais paulistas e a repercussão de sua imprensa na crônica esportiva belo-horizontina puderam ser observadas desde o início do século XX, não sendo surpreendente que um termo recorrente em São Paulo ganhasse espaço localmente⁵². Tal categoria tornou-se a que mais fortemente delimitava a comunidade que se autodenominava a *várzea*. A força do termo despontaria na própria produção do *Diário da Tarde* que, em seu esforço de se consolidar dentre esse público, adotava a expressão⁵³.

A intenção da *Liga Esportiva Suburbana (LES)* era congregar equipes de bairro que, por diferentes motivos, não estivessem abrigadas no *Departamento de Futebol Amador*. Era o caso,

⁴⁹ Cf. SANTOS JUNIOR, 2014; SOUZA, 2018.

⁵⁰ Cf. RIBEIRO, 2018.

⁵¹ Cf. GAMBETA, 2013; SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol de várzea em São Paulo: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940)**. São Paulo: Alameda, 2016.

⁵² Cf. RIBEIRO, 2018.

⁵³ Se no final dos anos 1940, a seção de pequenas notícias sobre o futebol não profissional denominava-se “Notas Amadoristas”, nos anos 1950, ela já assumiria o título “Notas da Várzea”. Cf. Notas amadoristas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 15 de janeiro de 1949; CARAM, Foad. Notas da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 15 de maio de 1954.

por exemplo, do *Andaraí*, uma agremiação do Calafate⁵⁴ que originalmente integrava as fileiras do *DFA*, mas que, após breve extinção das atividades, retomou os trabalhos participando da fundação da nova liga⁵⁵. Ou ainda, do *Unidos da Brasilina*, time da Vila Maria Brasilina, no bairro Sagrada Família⁵⁶, que havia sido criado apenas dois anos antes, em 1946⁵⁷.

Ao apresentar suas condições para filiação, a *Liga Esportiva Suburbana* ressaltava os valores módicos de suas mensalidades que seriam “de apenas Cr. \$30,00⁵⁸, podendo o clube disputar em todas as categorias” (grifo nosso)⁵⁹. A lista de documentos arrolada era ligeiramente menor que a do *DFA*, contudo, ao contrário da entidade oficial⁶⁰, não havia referência à necessidade de registro de pessoa jurídica, tão somente à remissão dos estatutos à diretoria da liga para conhecimento e aprovação. Em 1949, a nova associação dirigente já havia realizado duas competições e congregava “42 clubes filiados, sendo 22 amadores, 11 juvenis e 9 aspirantes, todos bem organizados, formando, assim, uma parcela saliente do nosso amadorismo⁶¹”.

A criação de uma nova liga no ano seguinte, em 1949, aponta para outro universo de equipes que se engajavam em um *circuito* da várzea que aos poucos se constituía. Segundo noticiou o *Diário da Tarde*:

Acaba de ser fundado (*sic*) na Capital mais uma entidade desportiva. Trata-se do Centro Amadorista de Desportos, idealizado por Saul Pereira conhecido desportista que por varios anos, militou no Departamento de Futebol Amador e na Federação Mineira de Futebol. A novel entidade estará em funcionamento no mes de agosto, com o objetivo de congregar os clubes independentes da capital.

(...)

Os jogos programados pelo Centro Amadorista de Desportos, serão (*sic*) realizados aos sábados, em virtude do numero reduzido de praças de esportes existentes na capital.

Haverá no C.A.D. a categoria classista para os clubes do comercio e da industria, que, aliás constituirão (*sic*) a divisão principal da entidade.⁶²

⁵⁴ O Calafate era um bairro de extração operária, situado a oeste da área urbana, margeado pelo Ribeirão Arrudas, com pequenas indústrias de artigos variados. Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Oeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. A localização dos bairros tratados nas notas de rodapé pode ser conferida no mapa ao final da tese, nos anexos.

⁵⁵ Cf. ANDARAÍ, LEGITIMA GLORIA DO AMADORISMO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 15 de janeiro de 1949.

⁵⁶ O Sagrada Família originou-se da junção de três vilas operárias da década de 1930: Maria Brasilina, Mauá e São João. Não se vinculava a uma atividade econômica específica, ainda que estivesse nas proximidades do bairro ferroviário do Horto. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁵⁷ Cf. ANDARAÍ, LEGITIMA GLORIA DO AMADORISMO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 15 de janeiro de 1949; SOUZA, Gemir de [89 anos]; PAULA, Marcelo de [62 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jun. 2016.

⁵⁸ Valor correspondente a menos de 8% do salário mínimo praticado no período. Cf. BRASIL. **Decreto Lei n. 5.977**, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário mínimo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5977-10-novembro-1943-416056-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁵⁹ Exigências para filiação na L.E.S. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2 de fevereiro de 1949.

⁶⁰ Cf. Exigências para o registro civil dos clubes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 17 de novembro de 1948.

⁶¹ Caminha vitoriosa a entidade suburbana. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 15 de julho de 1949.

⁶² Surge uma nova entidade amadorista. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 23 de julho de 1949.

A exemplo da *LES*, o *Centro Amadorista de Desportos (CAD)* fora concebido por um dirigente experimentado do amadorismo local, com passagem pelo *DFA*. Contudo, a entidade apresentava duas distinções: a proposta de realização de partidas aos sábados e a ênfase nas equipes classistas. Essas diferenças demonstravam a multiplicidade e a abrangência do *circuito* que se constituía e que incorporava não apenas as equipes de bairro, mas também aquelas formadas pelos trabalhadores dos mais variados ramos⁶³.

Se a sugestão da promoção de competições aos sábados revelava uma escassez de campos, por outro lado, ela apontava para dinâmicas de formação de equipes que independiam da existência de base física e para um engajamento de grupos que se reuniam para a prática esportiva mesmo que ainda não contassem com espaço de jogo próprio. Essa tendência seria especialmente recorrente nos clubes classistas, que dificilmente eram capazes de promover estrutura material, a exemplo do que faziam as agremiações de bairro. Não por acaso, no processo de formação do *circuito* de várzea em Belo Horizonte, os sábados à tarde se consagrariam como o horário das competições entre times que agregavam colegas de trabalho.

Rapidamente o *CAD* conseguiria arregimentar os clubes formados a partir de vínculos laborais. Na semana seguinte ao anúncio de sua criação, a nova entidade conquistava a adesão do *Comitê Olímpico dos Funcionários Públicos*⁶⁴. Tratativas eram realizadas com o *Serviço Social da Indústria (SESI)* para apoio às iniciativas da liga⁶⁵. Tais parcerias se articulavam a um discurso de promoção de disputas não apenas futebolísticas, mas de modalidades variadas. Em que pese essa intenção, outras iniciativas foram raras, ainda que não totalmente ausentes, a exemplo de corrida rústica promovida pela *LES*⁶⁶. Em finais de 1949, o *CAD* anunciava o torneio início de sua divisão “comércio e indústria”, para o qual contou com o apoio dos árbitros da *LES*⁶⁷.

⁶³ Há vasta bibliografia sobre as articulações entre o esporte e o mundo do trabalho, especialmente a partir do que se denomina futebol operário ou de fábrica. Dentre os estudos sobre o tema podem ser citados: ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Futebol de fábrica em São Paulo**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992; CIOCCARI, Marta Regina. **Do gosto da mina, do jogo e da revolta**: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010; FONTES, Paulo. Futebol de várzea and the working class – amateur football clubs in São Paulo, 1940s – 1960s. In: FONTES, Paulo; HOLLANDA, Bernardo Buarque de (Org.). **The country of football**: politics, popular culture, and the beautiful game in Brazil. Londres: Hurst Publishers, 2014, p. 87-101; LOPES, José Sérgio Leite. Da usina de açúcar ao topo do mundo do futebol nacional: trajetória de um jogador de origem operária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 16, n. 28, p. 13-40, 2010; SILVA, Daniela Alves da. **Cultura operária**: um estudo de caso do Villa Nova Atlético Clube. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007; STÉDILE, Miguel Enrique. **Da fábrica à várzea**: clubes de futebol operário em Porto Alegre. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

⁶⁴ Cf. COMITÊ OLÍMPICO ADERIU AO C.A.D. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 29 de julho de 1949.

⁶⁵ Cf. Apoio da Diretoria de Esportes ao C.A.D. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 5 de agosto de 1949.

⁶⁶ Cf. A L.E.S. patrocinará uma prova rústica. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 3 de outubro de 1949.

⁶⁷ Cf. SABADO, A “BIG-PARADE” DO C.A.D. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 1º de novembro de 1949.

Outras formas de associação de clubes no *circuito* da várzea local não implicavam na criação de ligas paralelas, mas sim na articulação de agremiações de um mesmo bairro para a promoção de pequenos torneios locais. Nesses casos, agremiações filiadas ou não ao *DFA* congregavam-se nas chamadas *uniões esportivas*, como indicado pelo *Diário da Tarde*:

Movimentam-se os clubes de Santo André para a fundação da União Esportiva daquele bairro. Os entendimentos para a concretização desse plano estão bem adiantados. (...)

A iniciativa das agremiações de Santo André visa a uma unidade esportiva dos clubes daquele bairro, a exemplo de seus co-irmãos de Carlos Prates e do Horto Florestal.⁶⁸

A nota evidencia a existência de ao menos duas *uniões esportivas*, além da tentativa de formação de uma terceira. Os bairros citados do Carlos Prates⁶⁹ e do Horto⁷⁰ eram reconhecidamente polos da constituição de clubes de várzea no final dos anos 1940, com grande número deles, alguns em posição de destaque no *circuito*. No Santo André⁷¹, que buscava se articular, as equipes aproveitavam a vizinhança à Pedreira Prado Lopes⁷², para arregimentarem atletas, contudo, não há clareza se essa *união esportiva* foi efetivamente constituída.

A existência de uniões ou ligas de bairro seguiu sem maiores problemas por vários anos, como demonstrava a *Associação Barropretana de Futebol* que operou nos anos 1960⁷³. Contudo, a manutenção de entidades mais abrangentes que acolhiam agremiações independentes, sejam times de bairro, sejam clubes classistas, gerava conflitos com a atuação do *Departamento de Futebol Amador* da FMF. Pouco depois da criação da *Liga Esportiva Suburbana* e do *Centro Amadorista de Desportos* iniciaram-se debates acerca da adequação dessas instituições, sempre à sombra da política nacional de esportes e da ordem criada pelo Decreto-Lei 3.199/41.

Já em seu ano de criação, 1948, integrantes da *LES* apontavam preocupação com seu ajustamento à legislação esportiva nacional⁷⁴. O *DFA*, por sua vez, advogava pela existência de

⁶⁸ UNIÃO DE SANTO ANDRÉ. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 22 de dezembro de 1949.

⁶⁹ Originado da subdivisão de terrenos da Colônia Agrícola Carlos Prates e com população operária, o bairro formado às margens do Córrego do Pastinho, aos poucos ganhou ares de classe média, a partir da canalização do curso d'água e da abertura da Avenida Pedro II. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁷⁰ Marcado pela presença das oficinas da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, o Horto Florestal assumiu perfil ferroviário em quase todo o século XX. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Leste, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁷¹ Situado no eixo da Avenida Antônio Carlos, ao lado da Pedreira Prado Lopes, o Santo André era um bairro de perfil operário, impulsionado pelas fábricas Renascença e Cachoeirinha, que ficavam nas suas proximidades. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Noroeste, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁷² A Pedreira Prado Lopes consagrou-se como a mais antiga favela existente na cidade de Belo Horizonte, situada nas proximidades da Avenida Antônio Carlos, entre a Lagoinha, o Bonfim e o Santo André. Seu nome remete a existência de uma área de extração mineral esgotada. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Noroeste, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁷³ Cf. Associação Barropretana de Futebol. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 23 de março de 1964; LIMA, Veiga. Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 4 de agosto de 1966.

⁷⁴ Cf. Serão modificados os estatutos da LES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 25 de novembro de 1948.

entidade única⁷⁵, propondo a criação de um departamento suburbano e a absorção da nova liga⁷⁶. A partir de então, estava formado o impasse e seguiram-se as pressões para a dissolução da *LES* que, por sua vez, trazia novo argumento na figura do jovem dirigente Fernando Silveira:

Há elementos que apregoam ser a *LES* uma entidade ilegal, porém o fato é que existimos de acordo com o artigo 141 da Constituição. Estamos num regime democrático, no qual é livre o direito de pensar, agir, manifestar e de reunião. Portanto, só os mal intencionados podem apregoar ser a *LES* uma entidade fora da lei. É fato que não somos uma entidade oficial, porém dizer que temos vida ilegal, é (*sic*) um disparate.⁷⁷

Ao remeter à constituição de 1946, o integrante da *LES* questionava a organização esportiva estruturada a partir do Decreto-Lei 3.199/41, norma promulgada em um contexto ditatorial e que, na ótica do dirigente, deveria ser sobreposta pela nova carta magna. Ao opor-se à lógica da unicidade da direção do meio amadorista, pressupunha a possibilidade de coexistência de diferentes ligas e competições. A composição do *CAD* se deu sob a mesma polêmica, com o acréscimo do fato de que, por reunir atletas das equipes classistas, uma futura encampação pelo *DFA* levaria ao problema da dupla inscrição, uma vez que os mesmos jogadores atuavam aos sábados pelos times de empresas e aos domingos pelas agremiações de bairro⁷⁸.

Além da mera discussão jurídica, duas importantes disputas estavam colocadas no impasse sobre a organização do futebol amador local: a definição de um grupo hegemônico de dirigentes varzeanos e o controle das verbas destinadas à(s) entidade(s) organizadora(s) do meio. Como citado acima, o *DFA* recebia valores originados da *Diretoria de Esportes*, incluindo recursos oriundos dos ingressos cobrados nas partidas profissionais. Além disso, em fins dos anos 1940, havia articulações junto à *Prefeitura* para a realização de repasses em favor do amadorismo, como indicou o *Diário da Tarde*:

Por solicitação do sr. Otacilio Negrão de Lima, o diretor do Departamento de Futebol Amador está organizando um plano para a Municipalidade prestar auxílio financeiro ao esporte amador, que, até hoje, sempre viveu na rua da amargura, sem que nenhuma autoridade se lembrasse que o amadorismo é, de fato, o mais necessitado. (...)

Causou estranheza no setor da Liga Esportiva Suburbana, o fato de não ter sido a entidade da rua Curitiba consultada pelo encarregado do ante-projeto, pois a exemplo do D.F.A., aquela novel entidade também vem prestando

⁷⁵ A tendência monopolista é um traço da organização das entidades dirigentes do futebol nas suas diferentes esferas, a exemplo do que se viu na formação da FIFA. Cf. BURLAMAQUI, Luiz Guilherme. **A dança das cadeiras**: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974). São Paulo: USP/Capes; Intermeios, 2020.

⁷⁶ Cf. O D.F.A. CRIARÁ O DEPARTAMENTO SUBURBANO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de janeiro de 1949.

⁷⁷ Fernando Silveira, o mais jovem paredro esportivo da capital, concede-nos interessante entrevista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 13 de janeiro de 1949.

⁷⁸ Cf. A DIVISÃO COMERCIO E INDUSTRIA DO C.A.D. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 3 de agosto de 1949.

relevantes serviços ao futebol varzeano, congregando em seu seio elevado numero de clubes, tendo, portanto, direito a um lugar ao sol.⁷⁹

O debate em torno da criação de uma política municipal de financiamento do amadorismo dava a ver as possibilidades de gerenciamento de recursos variados das direções das entidades associativas de agremiações varzeanas. Ao assumirem postos no *DFA* ou consolidarem ligas independentes, dirigentes poderiam se tornar responsáveis pela distribuição de verbas entre os clubes e pela destinação de recursos para contratação de pessoal e condução de melhorias associadas ao meio amador. Além disso, também galgavam posições dentro do *campo esportivo* local, ao acumularem prestígio e abrirem perspectivas de ascensão a cargos ainda mais desejados⁸⁰.

Nessa medida, havia vários indivíduos e grupos mobilizados na disputa pela liderança do meio oficial varzeano, para o que a criação de entidades concorrentes ao *DFA* mostrou-se uma estratégia interessante. Dentre os participantes dessa concorrência é possível destacar vários cronistas esportivos que se confundiam entre a cobertura cotidiana do *circuito*, a participação nos clubes e a competição por postos de comando. Esse intercâmbio de posições indica o papel ativo que a imprensa sempre se atribuiu no desenvolvimento do *campo esportivo*.

Para exemplificar a afirmação acima, pode ser citado o caso de Dilson Aquino Andrade que, além de atuar na *Rádio Guarani*⁸¹ e no *Diário da Tarde*⁸², ocupou posições de diretor de publicidade do *Horizonte Textil*⁸³, orador oficial do *Guarani A. C.*⁸⁴ e diretor do *São Cristovão A. C.*⁸⁵ e, por fim, foi um dos fundadores do *Centro Amadorista de Desportos*⁸⁶, tendo assumido a função de assistente da diretoria na primeira composição da liga⁸⁷. Da mesma forma que Dilson, outras figuras, tais como Foad Abrahão Caram⁸⁸, Naeme Mansur⁸⁹ e Maurício Veiga Lima⁹⁰ atuaram na imprensa, nas agremiações e em entidades

⁷⁹ AMPARO AOS CLUBES SUBURBANOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 20 de dezembro de 1948.

⁸⁰ Foi o caso de Antonio Abrahão Caram que depois dirigir o do *DFA* nos anos 1940, foi eleito presidente da *FMF*, em 1952. Cf. Amadorismo, força ponderável do esporte nacional. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 15 de maio de 1952.

⁸¹ Cf. Será gravada a irradiação do jogo Almirante Barroso x Renascença. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 10 de dezembro de 1948.

⁸² Cf. AQUINO, Dilson Andrade. MISERIAS DO AMADORISMO, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5 e 7, 8 de outubro de 1948.

⁸³ Cf. Posse da nova diretoria do Horizonte Textil. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 14 de abril de 1949.

⁸⁴ Cf. O SR. JUVENAL DOLABELA NA PRESIDENCIA DO GUARANÍ. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 25 de abril de 1949.

⁸⁵ Cf. Notas amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de janeiro de 1952.

⁸⁶ Cf. Surge uma nova entidade amadorista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 23 de julho de 1949.

⁸⁷ Cf. ELEITA A DIRETORIA DO C.A.D. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 30 de julho de 1949.

⁸⁸ Cf. Nova diretoria do São Paulo F. C. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 20 de dezembro de 1950; Reorganização administrativa do Matadouro F. Clube. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de janeiro de 1951.

⁸⁹ Cf. Treina hoje, o Pitangui. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 11 de outubro de 1951; O Bremente vai reaparecer. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 11 de setembro de 1952.

organizadoras do amadorismo, experiências que renderam aos três a responsabilidade de, em épocas diferentes, coordenarem a cobertura varzeana do *Diário da Tarde*⁹¹, assim como assumirem postos de comando no DFA⁹².

Como fica demonstrado, havia uma tendência de interpolações de posições na crônica esportiva, na direção de clubes e na organização das entidades diretivas. Um último caso que demonstra a longevidade dessa tendência é o do radialista Mario Batista, mais popularmente conhecido como “Matista”, que capitaneava o programa *Futebol por Esporte* na *Rádio Guarani*⁹³, o qual entrou no ar em 1943⁹⁴ e seguiu até, pelo menos, 1957⁹⁵. Com vasta trajetória na cobertura do meio varzeano⁹⁶, o veterano jornalista também atuava nos órgãos diretivos. Em 1949, aparecia como vice-presidente da *Liga Esportiva Suburbana*⁹⁷ e membro do Conselho Administrativo do CAD⁹⁸, sendo que, no ano seguinte, já assumia a chefia administrativa do DFA⁹⁹, onde ainda atuou como juiz da *Junta Disciplina Desportiva (JDD)*¹⁰⁰ e diretor de arbitragem¹⁰¹.

Muito mais do que se envolverem com a cobertura do cotidiano amadorista belo-horizontino, diversos cronistas assumiam-se como sujeitos ativos nas transformações desse meio, hora atuando em consonância com o órgão oficial, o DFA, hora participando de dissidências como a LES e o CAD. Nessa disputa, as páginas dos jornais muitas vezes serviam de campo de batalha, uma forma de demonstrarem sua capacidade de influência sobre o meio varzeano. Em 1950, o *Diário da Tarde* traçou paralelo da atuação do DFA e do CAD:

Enquanto que o campeonato do Departamento de Futebol Amador está em pleno desenvolvimento, sendo que o mesmo não se acha ainda em sua metade, o Centro Amadorista de Desportos já tem o seu certame oficial terminado, além de um campeonato relâmpago que patrocinou com relativo sucesso. Cuida ainda a entidade classista da capital de organizar o campeonato para o ano de 1951, atestando que os dirigentes dispensam a questão de início de campeonatos o

⁹⁰ Cf. Nova diretoria do São Paulo F. C. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 20 de dezembro de 1950; O C.A.D. tem novo superintendente. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de janeiro de 1951; VEIGA LIMA SERÁ O PRESIDENTE DO TERRESTRE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 12 de abril de 1956.

⁹¹ Cf. CARAM, Foad. Notas da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 15 de maio de 1954; Notas da Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 12 de março de 1958; LIMA, Veiga. Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 4 de agosto de 1966.

⁹² Cf. FUAD CARAM NOMEADO DIRETOR DO D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de outubro de 1951; Notas da várzea, *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8 e 11, 28 de maio de 1953; CARAM, Foad. Notas da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 25 de junho de 1953.

⁹³ Cf. O aniversário de Mario Batista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 24 de novembro de 1948.

⁹⁴ Cf. 5 anos de luta pelo progresso do amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 20 de outubro de 1948.

⁹⁵ Cf. CARAM, Foad. O AMADORISMO E SUAS COUSAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 4 de abril de 1957.

⁹⁶ Cf. MAYOR, 2017, p. 222.

⁹⁷ Cf. SERÁ EMPOSSADA, SABADO, A NOVA DIRETORIA DA L.E.S. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 15 de fevereiro de 1949.

⁹⁸ Cf. ELEITA A DIRETORIA DO C.A.D. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 30 de julho de 1949.

⁹⁹ Cf. Nova ordem de serviço no D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 21 de agosto de 1950.

¹⁰⁰ Cf. Junta Disciplinar Desportiva do DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 6 de junho de 1950.

¹⁰¹ Cf. Novo diretor de árbitros do DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de julho de 1951.

devido carinho, já que nem sempre se consegue terminar o certame dentro do ano no qual é iniciado.

Considerando que a entidade oficial amadorista ainda não decidiu o campeonato de 1949 e que o de 1950 está muito atrasado, culminando, tudo isso com a inatividade em que se acha a Junta Disciplinar Desportiva, tudo leva a crer que o certame do DFA se transformará numa “sinfonia-inacabada”.¹⁰²

Vale pontuar que o *CAD* era entidade que reunia inúmeros cronistas em suas fileiras, figuras como Dilson Aquino Andrade, Januário Carneiro – fundador da *Rádio Itatiaia* –, Mario Batista e Maurício Veiga Lima¹⁰³. Em meio a pressões do *DFA* para a encampação das ligas independentes, pontuar a incapacidade de atuação da entidade oficial era estratégia que reforçava o argumento de pluralidade de associações diretivas, dada a sobrecarga do *DFA* e da *JDD*. Tal oposição, contudo, não era necessariamente uma rejeição completa da manutenção do sistema vigente, se não que uma forma de permitir um reposicionamento das ligas e de seus dirigentes no processo de incorporação de outros segmentos na estrutura hegemônica.

Em relação ao *CAD*, por exemplo, desde suas primeiras semanas de funcionamento a possibilidade de associação à *Federação Mineira de Futebol* estava colocada¹⁰⁴. O que se dava em meados de 1949, mesmo momento em que se tratava da incorporação da *LES* como um departamento suburbano do *DFA*¹⁰⁵. Uma primeira tentativa de encampação da liga ocorreu entre março e maio daquele ano. Nas páginas do *Diário da Tarde*, o presidente em exercício da *LES*, Mario Batista, o “Matista”, defendia a pertinência do ingresso da associação no sistema oficial e reivindicava que os novos clubes tivessem direitos semelhantes aos das agremiações filiadas¹⁰⁶.

Tal proposta, contudo, desagradou as equipes integrantes da *Liga Esportiva Suburbana*, defensoras da criação de um departamento autônomo suburbano, desvinculado do *DFA*, as quais rejeitaram a incorporação em assembleia realizada no dia 5 de maio de 1949¹⁰⁷. Por parte da *FMF*, mantinha-se a pressão sobre as ligas, com acusações de que elas passavam a abrigar atletas suspensos pelo órgão oficial¹⁰⁸ e que agiam em desacordo com a legislação federal¹⁰⁹.

O impasse da encampação da *LES* atravessou toda a temporada de 1949, com a retomada dos debates em meados de 1950, quando se anunciava que:

Acha-se em grande atividade a Liga Esportiva Suburbana. A entidade de Durval Alves procura se enquadrar dentro da lei, em breve, estará fazendo

¹⁰² “SINFONIA INACABADA”, OS CERTAMES DO DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de outubro de 1950.

¹⁰³ Cf. ELEITA A DIRETORIA DO C.A.D. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 30 de julho de 1949; O C.A.D. tem novo superintendente. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de janeiro de 1951.

¹⁰⁴ Cf. A DIVISÃO COMERCIO E INDUSTRIA DO C.A.D. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 3 de agosto de 1949.

¹⁰⁵ Cf. Transforma-se a LES em Departamento. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 6 de abril de 1949.

¹⁰⁶ Cf. ENCAMPAÇÃO DAS L.E.S. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 3 de março de 1949.

¹⁰⁷ Cf. Notas amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 10 de maio de 1949.

¹⁰⁸ Cf. NÃO HAVERÁ ENCAMPAÇÃO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 19 de maio de 1949.

¹⁰⁹ Cf. D.F.A. QUER FECHAR AS ENTIDADES AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 13 de agosto de 1949.

parte da Federação Mineira de Futebol. Os primeiros passos nesse sentido já foram dados, sendo que até as salas do Departamento de Futebol Amador já foram cedidas á entidade suburbana.

Passará a funcionar esta, pois, em duas salas que lhe foram cedidas pelo diretor Honorio Ferreira que colabora, assim, para o desenvolvimento da prestigiosa entidade, que congrega os clubes suburbanos da Capital.¹¹⁰

A *LES*, que vinha perdendo algumas das principais equipes para o *DFA*¹¹¹, prosseguiria com a competição do ano corrente, até que fosse absorvida pela entidade oficial. Vale notar que é nesse movimento que, no mês seguinte às notícias sobre a encampação da liga suburbana, seu antigo vice-presidente, “Matista”, aparece como “nomeado chefe dos Serviços Administrativos do Departamento do Futebol Amador, sem onus para a entidade”¹¹². O não recebimento de salário, citado na nota, aponta para uma disputa que se voltava mais para a conquista de prestígio e de posições no *campo esportivo*, do que necessariamente de ocupações profissionais.

A atuação do *Centro Amadorista de Desportos* prolongou-se por mais tempo. Em fins de 1951, as notícias eram de que a diretoria da entidade independente já havia transferido suas atividades para a sede do *DFA* e que as tratativas para a criação de uma divisão classista prosperavam¹¹³. Em maio eram anunciadas as bases do acordo de encampação:

O Departamento de Futebol Amador acaba de criar a sua Divisão Classista, à qual se vincularão as associações do comércio e da indústria, das instituições bancárias e das repartições públicas federais, estaduais e municipais da capital. Trata-se de uma iniciativa de merito, precisamente porque contará, de início com a colaboração dos clubes filiados ao Centro Amadorista (*sic*) de Desportos, entidade que há muito vem desenvolvendo esforços em pról do engrandecimento do futebol amador de Belo Horizonte.

De conformidade com os entendimentos mantidos entre os srs. Fuad Caram e Julio Melo, respectivamente, diretor do Departamento de Futebol Amador e presidente do Centro Amadorista de Desportos, bem como entre os clubes da entidade classista, deverá a CAD transportar-se para o DFA (...)¹¹⁴

Com a incorporação do *CAD*, o *DFA* reafirmava sua hegemonia na organização oficial do amadorismo local. Nos dois casos, rapidamente as identidades suburbana e classista desapareceriam em meio às atividades do departamento da *FMF*. Em 1959, nova tentativa de organizar um certame entre empresas revelava que “(...) agremiações classistas – comércio, indústria, serviço público, etc. – procuram abrigar-se em entidade oficial, no caso, o

¹¹⁰ A LES SE ENQUADRA NAS LEIS DA FMF. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 25 de julho de 1950.

¹¹¹ Cf. O Madureira filiou-se ao DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 24 de maio de 1950.

¹¹² Nova ordem de serviço no D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 21 de agosto de 1950.

¹¹³ Cf. Notas amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 3 de dezembro de 1951.

¹¹⁴ O CAD ENCAMPADO PELO DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 27 de maio de 1952.

Departamento de Futebol Amador. Este deverá criar a “Divisão Classista”, a exemplo do que ocorreu em 1953, com o mais amplo sucesso”¹¹⁵.

Iniciativas pontuais de ligas independentes seriam notícias, mas sem o mesmo impacto e longevidade da *LES* e do *CAD*. Foi o caso de uma *Associação de Clubes Varzeanos* que atuou em 1952¹¹⁶, quando promoveu uma competição¹¹⁷. Ou de uma entidade chamada *Representação e Organização de Torneios Amadoristas (ROTA)*, sediada na Vila Concórdia¹¹⁸, que realizou certames em 1957¹¹⁹. Afastado do *DFA*, o setor classista passou a ser conduzido, em grande parte, por *SESI*, *SESC* e por entidades de bancários e funcionários públicos, com o apoio da imprensa na elaboração e condução dos torneios¹²⁰. Vinculados à entidade oficial ou não, essa gama ampla de partidas era reconhecida como parte de um mesmo *circuito* denominado de a *várzea*. Como se verá no capítulo 2, outros tipos de pelepas aproximariam ainda mais esse vasto universo de equipes.

O debate sobre a independência na organização do meio amadorista não passou só pela articulação de associações concorrentes do *DFA*, tendo atingido o próprio cerne da entidade oficial da *várzea* belo-horizontina. A pauta da desvinculação do departamento em relação à *FMF* foi tema que povoou palestras e conversas do setor por décadas. Até mesmo dirigentes do órgão defenderam a criação de uma liga autônoma, a exemplo de Antônio Abrahão Caram¹²¹ e Esmeraldo Botelho¹²². A separação, no entanto, esbarrava sempre no sistema normativo do esporte no país que, durante todo o período, esteve organizado a partir do Decreto-Lei 3.199/41 e das deliberações do *Conselho Nacional de Desportos (CND)*¹²³.

Mesmo sem alcançar sua autonomia, o *Departamento de Futebol Amador da Federação Mineira de Futebol* consolidou-se como a liga hegemônica na promoção de competições do

¹¹⁵ FUTEBOL AMADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 10 de novembro de 1959.

¹¹⁶ Cf. Associação organizada para estimular o amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 26 de março de 1952.

¹¹⁷ Cf. I Torneio da Associação Varzeana. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 9 de fevereiro de 1952.

¹¹⁸ A Vila Concórdia foi a primeira vila operária criada em Belo Horizonte, no final dos anos 1920. Para lá foram transferidos antigos moradores do Barro Preto e de áreas desocupadas no que se tornariam os bairros de Lourdes e Santo Agostinho. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte*: Regional Nordeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹¹⁹ Cf. Entrega de prêmios aos vencedores de 1957. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 20 de janeiro de 1958.

¹²⁰ Cf. Certame do Sesi. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 5 de julho de 1952; O CAMPEONATO DE FUTEBOL DOS FUNCIONARIOS PUBLICOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 9 de maio de 1957; 35 JOGOS HOJE E AMANHÃ NA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 22 de julho de 1961; LAVOURA LIDERA (INVICTO) O SUPER-TORNEIO BANCÁRIO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 24 de janeiro de 1962.

¹²¹ Cf. MOVIMENTA-SE O AMADORISMO EM UMA CAMPANHA PELA SUA AUTONOMIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 5 de fevereiro de 1949; O DFA terá autonomia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 27 de abril de 1955.

¹²² Cf. EIS O NOVO HOMEM FORTE DA FEDERAÇÃO DISPOSTO A CONSERTAR O NOSSO FUTEBOL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 3 de maio de 1973.

¹²³ Cf. Côrtes julga difícil a autonomia do DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 27 de julho de 1956.

circuito não profissional¹²⁴. A ele vinculavam-se as agremiações com maior estrutura material e com mais capacidade de organização para a manutenção dos custos e da documentação necessária para aderir à entidade oficial. Compor os quadros do *DFA* e destacar-se em seus campeonatos garantia o reconhecimento aos clubes como pertencentes de um grupo seletivo: a elite da várzea local. A força de algumas associações esportivas era tamanha que permitia que pudessem aspirar à transição para um *circuito* de espetáculo. Em um período de profissionalismo incipiente nos anos 1940 e 1950, a fluidez entre os dois universos expressou-se por algumas vezes.

1.2 – Entre o amadorismo e o profissionalismo

Em 1948, o profissionalismo coordenado pela *FMF* tinha alcance limitado, o campeonato local contava apenas com sete equipes, quatro delas da capital, além do *Siderúrgica* de Sabará, do *Metalusina* de Barão de Cocais e do *Vila Nova* de Nova Lima, todas cidades situadas a um raio de 100 quilômetros de Belo Horizonte. No ano anterior, a entidade diretiva mineira havia organizado o que chamou de *I Campeonato Estadual de Futebol*, desdobramento da realização do *I Campeonato do Interior*, promovendo um certame entre as agremiações das diferentes ligas municipais e regionais. Em um movimento de incremento da modalidade em Minas Gerais, a presidência da federação propunha a criação, a partir de 1949, da 2ª divisão profissional, para o que esperava arregimentar “clubes da Capital, de eficiência técnica comprovada e possivelmente, associações das cidades vizinhas”¹²⁵.

Como citado anteriormente, desde ao menos o início da década de 1920, as disputas do que então se denominava campeonato da cidade envolviam a participação de clubes da capital mineira e de localidades vizinhas, com destaque para Nova Lima e Sabará. A adesão de agremiações às ligas que hegemonizaram o futebol espetáculo em Belo Horizonte até a regulamentação do profissionalismo envolvia a presença de cerca de duas dezenas de equipes, separadas em duas divisões. Com a passagem para o regime oficial de remuneração de atletas, considerável parcela das associações abdicou da disputa do principal torneio local que, em sua nova versão, contava entre os belo-horizontinos apenas com *América*, *Atlético* e *Palestra Itália*, com a adesão do *Sete de Setembro*, a partir de 1934¹²⁶.

Nessa medida, diversas agremiações que, embora não gozassem de protagonismo na principal liga belo-horizontina, compunham o mais prestigiado torneio local, a partir do advento

¹²⁴ Até mesmo pelo arranjo nacional, essa tendência observou-se em outras capitais, como em São Paulo, onde o *Departamento Amador* da *Federação Paulista de Futebol* era o responsável pelos mais prestigiados campeonatos organizados entre os anos 1950 e 1960. Cf. ABRAHÃO, Fernando Antônio. **XXV de Agosto Futebol Clube: uma história do futebol amador de São Paulo**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 55.

¹²⁵ EM 49, A CRIAÇÃO DA II DIVISÃO DA F.M.F. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4 e 5, 20 de dezembro de 1948.

¹²⁶ Cf. MAYOR, 2017, p. 216.

do profissionalismo, passaram a atuar num *circuito* diverso, associado à *várzea*, onde outros tantos times já desenvolviam pequenos certames e se organizavam de maneira autônoma. Com boa estrutura material, mantendo campos e sedes próprias e com um corpo de sócios contribuintes razoável, tais clubes viviam o impasse de arcar com os custos do regime oficializado de remuneração de atletas ou de seguirem no amadorismo, talvez sem a mesma visibilidade garantida pelo esporte espetáculo. Por outro lado, com um número restrito de participantes, o campeonato mantido pela *Federação Mineira de Futebol* mostrava-se incapaz de ocupar parcela considerável do calendário de seus participantes e de garantir rendas para a manutenção dos conjuntos de jogadores, demandando a ampliação do quantitativo de concorrentes.

Liderada por um político com estreitas relações com o futebol, o prefeito Otacílio Negrão de Lima, ex-atleta e dirigente do *América*, a Municipalidade procurava intervir, de modo a favorecer o incremento do espetáculo esportivo local, para o que organizou um plano de apoio à profissionalização de equipes da capital mineira que consistia no seguinte:

Faz três meses que o futebol amador viveu um período de intensa expectativa, com as demarches para a escolha de dois clubes inscritos no Departamento de Futebol Amador afim de preencherem o quadro da primeira categoria da Federação Mineira de Futebol.

Depois de prolongadas conversações de exames das documentações apresentadas pelos clubes, depois de uma serie infundavel de exigencias que deveriam ser satisfeitas pelos gremios amadoristas, os membros da comissão encolhida (*sic*), em reuniões sucessivas, ponderando todos os requisitos oferecidos pelos candidatos á ascensão, optaram pela elevação do Tremedal e do Terrestre á categoria profissional.

Vencida, portanto, a primeira fase das providencias que se prendiam ao estudo e apreciação das condições que poderiam oferecer os clubes para a sua promoção ao profissionalismo, estava a segunda parte, qual seja a da construção das praças de esportes para os que fossem elevados. O trabalho da comissão presidida pelo saudoso vereador Alvaro Celso de Trindade, se desenvolveu dentro do mais rigoroso critério, sendo atendidos todos os requisitos exigidos ao fim das continuadas reuniões, pode a comissão chegar, com a brevidade esperada, á colimação do fim a que estava sendo pretendido.¹²⁷

Com vistas a atender a necessidade de ampliação das equipes na divisão da *FMF*, a *Prefeitura* encampou a missão de financiar a profissionalização de duas equipes vinculadas ao *DFA*. Como relata o trecho, foram selecionados o *Terrestre*, do bairro da Lagoinha¹²⁸, e o *Tremedal*, do Carlos Prates¹²⁹. Ambas as agremiações, além da boa estrutura, tinham destacada

¹²⁷ TERRESTRE E TREMEDAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2ª edição, 13 de dezembro de 1948.

¹²⁸ A Lagoinha é um dos bairros de ocupação mais precoce na nova capital mineira. Integrante da Sexta Seção Suburbana, na divisão proposta pelo plano original, acolheu boa parte dos operários e trabalhadores braçais, nacionais e estrangeiros, que atuaram nos primeiros anos de Belo Horizonte. Também ficou marcada como área comercial e boêmia da cidade, especialmente até os anos 1960. Foi berço de importantes clubes, como *Guarani*, *Fluminense*, *Pitangui*, *Lagoinha* e o próprio *Terrestre*. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Noroeste, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹²⁹ Vide nota 66.

atuação na política esportiva local. Reportagem de 1956 do *Diário da Tarde* recordava que, até aquele ano, apenas dois diretores do *DFA* não tinham saído das fileiras do *Tremedal*¹³⁰.

Além do peso político envolvido na escolha, interessante perceber como o plano de profissionalização passava pela necessária construção de uma praça de esportes para cada uma das entidades, com financiamento municipal. Nesse momento, boa parte da sustentabilidade do futebol espetáculo baseava-se na cobrança de ingressos para as disputas esportivas¹³¹. Portanto, era fundamental a existência de um estádio próprio, fechado e com bilheteria para garantir a transição das agremiações amadoras ao novo regime.

Em um contexto de profissionalismo incipiente, a estrutura de uma agremiação varzeana de elite pouco se diferenciava da de um clube de segundo escalão da liga principal. O *Tremedal* que, em 1956, vangloriava-se de ser a mais organizada entidade do futebol amador, ostentava “(...) sede (cedida pelo Governo do Estado), onde faz funcionar, com brilho, uma Escola Infantil. Está construindo vestiários e quadras para volei e basquetebol”^{132 133}.

Apesar do anúncio da *Prefeitura* sobre a incorporação de dois clubes da capital na liga principal da *FMF*, o que gerou o pedido de desligamento de *Terrestre* e *Tremedal* dos quadros do *DFA*¹³⁴, a entidade diretiva estadual parecia ter um plano diverso, com a divulgação da criação de sua 2ª divisão profissional que, além das duas agremiações citadas, comportaria os belo-horizontinos *Fluminense*, *Santa Tereza* e *Pampulha*, e os interioranos *Pedro Leopoldo* e *União Itabirito*¹³⁵. O “rebaixamento” das duas equipes selecionadas pela Municipalidade deu início a um impasse, uma vez que elas não mais teriam a possibilidade de se envolver em competição com os principais times locais, o que frustrava consideravelmente a visibilidade, o prestígio e as previsões de arrecadação com venda de ingressos que esperavam. Frente a isso, o presidente do *Tremedal* rejeitou a proposta de integrar uma divisão inferior¹³⁶.

A persistência da querela, incluindo o recuo da *Prefeitura* em relação ao financiamento da construção dos estádios¹³⁷, fez com que a ideia de uma 2ª divisão profissional esfriasse e que a sua implantação para o ano de 1949 não vingasse. Em 1950, o debate seria retomado, com a

¹³⁰ Cf. A INFLUENCIA DO TREMEDAL NO AMADORISMO DE B. HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8 e 9, 5 de janeiro de 1956.

¹³¹ Cf. SANTOS, 2010.

¹³² A INFLUENCIA DO TREMEDAL NO AMADORISMO DE B. HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8 e 9, 5 de janeiro de 1956.

¹³³ O tema da atuação comunitária dessas associações, como a manutenção de educandários, será retomado no capítulo 4.

¹³⁴ Cf. TREMEDAL E TERRESTRE DESISTIRAM DO CAMPEONATO DO DEPARTAMENTO DE FUTEBOL AMADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 5 de outubro de 1948.

¹³⁵ Cf. SERÁ CRIADA A SEGUNDA DIVISÃO DE PROFISSIONAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de dezembro de 1948.

¹³⁶ Cf. EXPLICA O SR. HELIO MOSCI. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 21 de dezembro de 1948.

¹³⁷ Cf. TERRESTRE E TREMEDAL NA “BERLINDA”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de janeiro de 1949.

indicação do sucesso alcançado pelo campeonato de acesso no estado de São Paulo. Contudo, a resistência de muitas equipes do interior mineiro de aderirem ao regime profissional era apresentada como motivação principal da dificuldade de se implantar tal iniciativa¹³⁸.

O tema da incorporação de equipes do *circuito* varzeano nas competições masculinas adultas da *FMF*, seja com a ampliação de vagas na divisão de elite ou com a criação de uma 2ª divisão persistiria nos anos 1950. Em 1952, o *DFA* anunciava que escolheria duas agremiações, as quais teriam apoio para a profissionalização¹³⁹, proposta que não teve maiores desdobramentos. Da mesma maneira, a questão da 2ª divisão era retomada, com nova indicação de um fracasso¹⁴⁰. Não havia demonstrações de força daquele regime para permitir sua expansão.

Um dos principais desafios enfrentados pelos clubes da divisão principal da *Federação Mineira de Futebol* era garantir uma sequência de partidas com bons públicos que permitisse arrecadação suficiente para arcar com os custos inerentes ao profissionalismo e incrementar seus elencos, oferecendo espetáculos ainda mais atraentes. Essa preocupação mobilizava as agremiações que, em 1950, formularam uma proposta para contornar a crise que se impunha:

O desinteresse do publico pelos jogos do atual certame tornou-se evidente. Aos poucos, os apaixonados vão fugindo dos estádios, observando-se esta verdade através da reduzida receita até agora apresentada quando cerca de dez rodadas já foram levadas a efeito.

Sentiu-se a necessidade urgente de se tomar providencias para o retorno de grandes publicos aos espetaculos futebolisticos, a fim de impedir a derrocada do “association” montanhês. E foi por isso que, por iniciativa dos proprios clubes, se reuniu ontem á noite o Conselho Divisional da Federação Mineira de Futebol, na sede daquela entidade. (...)

Aproveitando a presença do sr. Constantino Siqueira, representante dos clubes amadoristas junto á FMF entenderam-se os membros do Conselho Divisional com o objetivo de que se possa organizar entre os mais expressivos grêmios amadoristas, um certame extra, o qual seria disputado nas preliminares dos jogos profissionais.

As partidas entre os aspirantes passariam a ser realizadas aos sábados, de acordo com o que se projetou. (...)

Segundo estamos informados, os clubes entre os quais seriam escolhidos os que participariam do campeonato extra são os seguintes:

Santa Teresa, Fluminense, Tremedal, Parque Riachuelo, Terrestre, Ferroviario, Vila Concordia, Inconfidencia, Industrias Reunidas e Horizonte Textil.

Trata-se de agremiações que indiscutivelmente desfrutam de grande popularidade no cenario do futebol amador da cidade. (...)

Espera-se que os clubes saibam corresponder á iniciativa, que lhes proporcionará inúmeras vantagens. Teriam eles, alem de fornecimento gratuito de bola pela FMF, juízes sem qualquer onus.

¹³⁸ Cf. A CRIAÇÃO DA 2ª DIVISÃO DE PROFISSIONAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 23 de maio de 1950.

¹³⁹ Cf. Dois clubes amadoristas para a divisão de profissionais. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 29 de março de 1951.

¹⁴⁰ Cf. CONDENADA AO FRACASSO A 2ª DIVISÃO DE PROFISSIONAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 31 de março de 1952.

Receberiam, ainda, uma quota de 50 centavos em cada ingresso do espetáculo de que tomassem parte.¹⁴¹

Ao aproveitar-se da popularidade das agremiações varzeanas, os clubes profissionais esperavam incrementar seus públicos e, ao mesmo tempo, eliminar disputas concorrentes que direcionavam parte dos torcedores para as beiras dos campos de terra espalhados pela cidade. Como avaliava o *Diário da Tarde*: “Entre as inumeras causas da quebra de renda nos espetáculos futebolísticos em Belo Horizonte, a programação dos jogos do certame amadorista no mesmo horario em que se realizam os jogos do certame profissional, sempre foi encarada como das mais danosas”¹⁴². Em troca de alguns benefícios, os integrantes da principal divisão da *FMF* buscavam incorporar tradicionais equipes do *circuito* amadorista.

Em reunião no final de setembro de 1950, as entidades filiadas ao *DFA* apreciaram a proposta dos profissionais que era ligeiramente diferente da citada acima, uma vez que a quota de 50 centavos incidiria tão somente sobre as entradas das gerais e não sobre todos os ingressos, como noticiado no início daquele mês. Após avaliação e discussão, as agremiações varzeanas optaram pela rejeição e argumentaram que: “vêm sofrendo [prejuízos] com essa questão das rendas, pois é sabido que, tempos atrás, percebiam a importancia de 10 centavos por ingresso vendido nos estadios de Belo Horizonte, ajuda essa que foi posteriormente cortada”¹⁴³.

À recusa dos integrantes do *Departamento de Futebol Amador*, seguiram-se ameaças de represálias dos clubes profissionais, segundo noticiado pelo *Diário da Tarde*:

A medida tomada pelos clubes amadoristas deverá sofrer represalias por parte dos clubes profissionais. Acham estes que os pequenos clubes não querem cooperar no soerguimento do futebol amador, campanha a pouco iniciada e que visa levantar o nível técnico e financeiro do nosso futebol (...) Não se justifica a atitude dos pequenos clubes, mormente em se sabendo que a campanha não visa a interesses secundários, mas tão somente à melhoria do futebol mineiro.

Diante disso, os clubes profissionais não mais cederão os seus estadios para partidas ou festivais amadoristas, bem como não lhes farão outras concessões, conforme apuramos nos altos círculos da F.M.F.¹⁴⁴

O episódio do torneio extra de equipes amadoras é revelador das contradições enfrentadas pelos dois *circuitos* na cidade de Belo Horizonte em inícios dos anos 1950. Enquanto as equipes profissionais se esforçavam para encontrar uma forma rentável e sustentável de desenvolvimento do espetáculo esportivo na capital mineira, as agremiações

¹⁴¹ Disputa de um campeonato extra de amadores nas preliminares do certame profissional. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 1º de setembro de 1950.

¹⁴² Os clubes amadoristas não querem colaborar. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de novembro de 1950.

¹⁴³ Recusada a proposta. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 22 de setembro de 1950.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

varzeanas buscavam garantir benefícios de sua subordinação a um regime oficial capitaneado pelo *DFA* e articulado a uma vasta estrutura burocrática que permitia o acesso a recursos variados que suportassem suas atividades cotidianas. Em um contexto de baixa capacidade de produção de disputas absorventes pelos clubes da primeira divisão da *FMF*, até mesmo um *circuito* de várzea que gozava de pouco prestígio e visibilidade entre os veículos de comunicação locais poderia representar uma ameaça, dada a sua popularidade e o acesso franqueado aos inúmeros jogos que se desenrolavam nos finais de semana.

A falta de controle de entrada de público nas partidas varzeanas não permite dimensionar o contingente mobilizado nos jogos¹⁴⁵, mas a preocupação das equipes profissionais com a concorrência de jogos amadores era um tema relativamente recorrente. Em 1963, por exemplo, a tentativa de abarcar esses torcedores teria feito com que as partidas principais do *Campeonato de Belo Horizonte*, um torneio extra proposto pelo *América* para preencher o calendário dos clubes, tivessem seus dias alterados. Como informado:

A exemplo do que ocorre em São Paulo, por ocasião do certame paulista, os clássicos seriam efetuados às quintas-feiras, a fim de proporcionar aos adeptos do futebol varzeano, cujos espetáculos são realizados aos domingos, a oportunidade de assistir às partidas mais importantes do “Campeonato de Belo Horizonte”¹⁴⁶.

A não cobrança de ingressos nas disputas amadoristas ocorria, inclusive, por questões materiais, uma vez que boa parte dos campos utilizados nas competições não dispunha de fechamento que pudesse garantir o controle de público e a instalação de uma bilheteria. Contudo, em algumas ocasiões, houve tentativas, por parte das equipes e do *DFA* de realizar a venda de entradas para jogos do *circuito* vazeano. Eram momentos em que um dos principais elementos distintivos em relação a um *circuito* do futebol espetáculo era tensionado.

A comercialização de ingressos para partidas amadoras pressupunha a sua transferência para algum dos estádios da capital mineira, a maioria deles ligada às entidades profissionais, mas também exigia uma excepcionalidade da contenda que deveria ser um jogo da fase mais aguda do campeonato do *DFA*¹⁴⁷, um clássico entre equipes populares no *circuito*¹⁴⁸ ou uma partida interestadual¹⁴⁹. A baixa ocorrência de pelepas com ingressos pagos

¹⁴⁵ Em 1963, o *Diário da Tarde* estimou uma média de 3 mil torcedores por jogo durante rodada do campeonato do *DFA*, o que ao todo significaria mais de 20 mil espectadores. Cf. ROSARIO E S. FRANCISCO VENCERAM OS LIDERES NO SETOR VARZEANO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 25 de novembro de 1963.

¹⁴⁶ “Campeonato de Belo Horizonte” pode evitar a inatividade de 7 clubs. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 2º caderno, 24 de dezembro de 1963.

¹⁴⁷ Cf. Encerramento do Super-Campeonato. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 6 de abril de 1950.

¹⁴⁸ Cf. A nova programação do festival amadorista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5 e 7, 13 de maio de 1950.

¹⁴⁹ Cf. MINEIROS COMEÇAM GANHANDO: 2 X 1. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 9 de dezembro de 1958.

indica que essa era mais uma oportunidade de rendas esporádicas do que uma estratégia de sustentabilidade para os clubes.

Nessa medida, a realização de partidas que, em regra, eram de entrada franca em campos abertos ao público representa uma diferença importante entre um *circuito* de várzea e um *circuito* do futebol espetáculo. Clubes amadores tinham suas rendas menos baseadas na mercantilização dos jogos e mais ligadas ao fomento por grupos de apoiadores ou ao acesso a verbas públicas. Tais variações são mais relevantes como marcas distintivas desse conjunto de agremiações do que a remuneração de seus atletas que, como será demonstrado a seguir, era tendência presente nas duas expressões dessa modalidade esportiva em Belo Horizonte.

A ideia da “várzea como celeiro de craques”¹⁵⁰ era especialmente forte nos anos 1940 e 1950. Não eram raros os casos de transições de atletas que no mês anterior estavam em disputas do *circuito* amadorista e, de repente, ingressavam nas fileiras das equipes da divisão profissional da *FMF*. Reportagens sobre jogadores que despontaram em pequenas agremiações da cidade e que vieram a alcançar fama em clubes do futebol espetáculo eram recorrentes¹⁵¹. A pouca força do meio esportivo local era representada, inclusive, pela perda de talentos varzeanos para concorrentes cariocas¹⁵².

A possibilidade de se garimpar craques no *circuito* amadorista vislumbrada pelos clubes profissionais e a atuação de membros da imprensa na organização esportiva belo-horizontina proporcionou um interessante caso no final dos anos 1940: a criação de um time de várzea do *Clube Atlético Mineiro*. A proposta partiu do técnico Chico Trindade que teria experimentado, com sucesso, a fórmula no *Cruzeiro*, quando revelou sete bons jogadores para o elenco profissional¹⁵³. Na nova empreitada, foi escalado o veterano cronista Mario Batista, o “Matista”, para organizar o time que disputaria os torneios do *DFA*¹⁵⁴. A estreia atleticana aconteceu em um festival organizado por seu diretor esportivo, evento que previu a cobrança de ingressos¹⁵⁵. Novos exercícios foram realizados pela equipe varzeana do *Atlético*, retratada numa dessas ocasiões.

¹⁵⁰ Para uma discussão sobre o termo, cf. GUEDES, Simoni Lahud. Subúrbio: Celeiro de craques. In: DAMATTA, Roberto *et al* (Org.) *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982, p. 59-74.

¹⁵¹ Cf. ANO AUREO DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 14 de dezembro de 1948; Os grandes clubes pouca chance oferecem ao “cracks” varzeanos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 31 de janeiro de 1949; Flôr de Minas, uma forja de “cracks”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 6 de março de 1952; Atletas amadores se transferem para o profissionalismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 4 de setembro de 1952; COM ARMAS E BAGAGEM... *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 20 de abril de 1953; Vermelho recrutará elementos da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 29 de janeiro de 1955; O CRUZEIRO REMOÇA O SEU ELENCO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 26 de maio de 1955; O AMADORISMO E SUAS COISAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 1º de fevereiro de 1957.

¹⁵² Cf. “Blitzkrieg” contra o futebol mineiro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 7 de março de 1952.

¹⁵³ Cf. O ATLETICO DISPUTARÁ NA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 22 de fevereiro de 1949.

¹⁵⁴ Cf. O Atlético na várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 25 de fevereiro de 1949.

¹⁵⁵ Cf. O ATLETICO NA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 15 de março de 1949.



Figura 1 – Equipe de várzea do *Clube Atlético Mineiro*, 1949. Fonte: **Diário da Tarde**. Belo Horizonte, p. 5, 3 de maio de 1949.

Com os jogadores vestidos com uniformes semelhantes ao da equipe principal do clube, ladeados por seu diretor técnico, “Matista”, que aparece no canto esquerdo da imagem, de perfil, usando um terno, a composição da foto se distingue dos demais registros dos “onze” profissionais pela paisagem. Ao fundo não se ergue a estrutura de um estádio, se não que um cenário urbano, vista tão comum de espaços de jogo provisórios apropriados pelas agremiações de bairro em seu esforço de manter suas atividades e conduzir suas disputas.

A aventura varzeana do *Atlético* não prosperou como se esperava. A filiação ao *DFA* nunca se efetivou. Notícias esparsas davam conta de disputas pontuais pela cidade. Em 1952, ressurgiu o projeto, com a condução da seleção de atletas pelo então técnico do time principal,

Yustrich¹⁵⁶. O *America* teria sinalizado intenção semelhante, com a criação de um departamento amadorista¹⁵⁷. Depois de aparições ocasionais¹⁵⁸, a passagem do *Atlético* pela várzea chegou ao fim em 1953, com alegações de despesas ao clube sem atendimento das finalidades¹⁵⁹.

De toda maneira, tal experiência evidencia permeabilidades entre os *circuitos* de várzea e do futebol espetáculo pouco concebíveis nos dias atuais, proporcionadas por um contexto de incipiente profissionalismo¹⁶⁰. Nesse período, não era raro que muitas equipes da divisão principal da *FMF* mantivessem amadores em seus times titulares. Em 1955, um caso inusitado chegou ao *Tribunal de Justiça Desportiva (TJD)* local:

Com o recurso do *America*, pleiteando o ponto perdido no prelio contra o *Asas*, sob a alegação de que o clube de Lagoa Santa incluiu em sua equipe seis amadores, poderá agitar o futebol mineiro e transformar-se como ocorreu no caso *Atletico x Vila*, em uma longa e demorada “batalha judicial”. (...)

O *Asas* na ultima sabatina incluiu em sua equipe os jogadores: Pireco, Teles, Helio, Gilberto e Ferreira registrados na Federação Mineira de Futebol como amadores. Também Saquarema que já requereu sua reversão ao amadorismo mas não teve o seu processo despachado, participou da luta.

O recurso do *America* baseia-se no fato de que, sendo o certame de profissionais, não poderia o *Asas* disputar uma partida oficial com a maioria de seus jogadores pertencentes á classe inferior. (...)

Em 1948, quando era presidente da entidade o sr. Mario Gomes, a entidade mineira dirigiu-se à CBD consultando sobre a inclusão de amadores em quadros que participem de certames profissionais. A “ecletica” respondeu que era permitida a participação de amadores, cabendo as federações regionais, fixar o numero de quantos poderiam jogar. Encaminhando o assunto ao Conselho Divisional, ficou assentado que poderiam intervir seis elementos amadores em cada equipe.¹⁶¹

Vale lembrar que para fins de inscrição junto à *FMF*, o atleta definia sua condição, se amadora ou profissional, sendo possível a alteração a qualquer tempo, processo denominado reversão¹⁶². Como apontou a série de reportagens “Radiografia do profissionalismo mineiro”, citada no início deste capítulo, muitas equipes eram compostas por jogadores que se desdobravam entre a prática esportiva e uma segunda colocação, não sendo interessante para muitos manterem vínculo empregatício com uma agremiação que não era a fonte principal de seu sustento.

A situação dos clubes profissionais era limitada nos anos 1950, como diagnosticou o presidente do *Cruzeiro*, Eduardo Bambirra, em 1956, em entrevista ao *Diário da Tarde*:

¹⁵⁶ Cf. O ATLETICO VAI COMPETIR NO SETOR VARZEANO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 8 de abril de 1952.

¹⁵⁷ Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de outubro de 1952.

¹⁵⁸ Cf. PAU DE ARARA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 28 de novembro de 1952.

¹⁵⁹ Cf. Notas da varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7 e 11, 2 de junho de 1953.

¹⁶⁰ Talvez o recente processo de profissionalização do futebol de mulheres permita alguns paralelos com o contexto do período.

¹⁶¹ Outra batalha judiciária neste atribulado campeonato de 1955. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 11 de novembro de 1955.

¹⁶² Ainda hoje existe a figura da reversão de atletas. No atual *circuito* de várzea de Belo Horizonte é comum a presença de atletas que, durante o primeiro semestre, atuam em competições amadoras, como o campeonato do *DFA* e que, no segundo semestre, fazem a reversão ao profissional para atuarem na chamada 2ª divisão do campeonato mineiro, que corresponde à 3ª divisão da *FMF*.

A solução para Minas, onde existe um “semi-profissionalismo”, com ordenados baixos (os clubes não podendo exigir muito dos atletas) e com rendas baixas (os clubes não podendo pagar muito aos atletas), seria a existência de um ambiente de melhor compreensão e entendimento entre os dirigentes e atletas, no sentido de proporcionar bons espetáculos ao público. É necessário ainda que cada clube tenha outras fontes de renda, porque quando o quadro falhar, existe o dinheiro para se conseguir a melhora necessária. O Cruzeiro resolverá seu problema com a construção da sede social, que será uma fonte de renda segura a amparar o futebol nas horas difíceis.¹⁶³

Nesse contexto, a participação em uma equipe da primeira divisão da *FMF* não significava uma segurança empregatícia para o atleta ou uma perspectiva de progressão na carreira. Ao que parecia, suas escolhas levavam em conta, em muitos casos, ganhos de curto prazo ou perspectivas de atuação em outros ramos onde tivessem mais estabilidade. Dessa forma, as agremiações com mais visibilidade no *circuito* do futebol espetáculo não tinham, necessariamente, uma vantagem concorrencial na contratação de jogadores.

Caso exemplar foi o dos atletas Ramos e Xavier que atuavam, respectivamente, por *Atlético* e *Metalusina* e que se transferiam, em 1950, para o *Fluminense*, equipe varzeana. A reportagem do *Diário da Tarde* questionava a escolha dos dois futebolistas que sabidamente retiravam seus proventos do esporte e preferiram se afiliarem a um clube do regime amador¹⁶⁴. Outro episódio de repercussão foi o do atleta Amorim, originário da várzea, que, em 1951, havia assinado contrato com o *Sete de Setembro*, integrante da divisão principal da *FMF* e que recuou de sua decisão, para seguir no elenco do *Pitangui*, agremiação integrante do *DFA*, alegando que era mais bem pago atuando pela associação do bairro da Lagoinha¹⁶⁵.

A oferta de vantagens financeiras pelos clubes de várzea aos seus integrantes era um tema relativamente recorrente nas páginas do *Diário da Tarde*. Falava-se abertamente sobre a atribuição de salários a treinadores, a exemplo dos contratos firmados entre Hemetério Chaves e o clube do *Renascença*¹⁶⁶, do bairro homônimo¹⁶⁷. Pagamentos em dinheiro por vitórias, popularmente conhecidos como “bichos” também eram citados em notas do periódico¹⁶⁸.

¹⁶³ Bambirra: “Temos em Minas um semi-profissionalismo”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 2 de janeiro de 1956.

¹⁶⁴ Cf. CAMPEIA O “MARRONISMO” NO FUTEBOL AMADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 18 de agosto de 1950.

¹⁶⁵ Cf. DISPOSTO A DEMITIR-SE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 4 de maio de 1951.

¹⁶⁶ Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 7 de janeiro de 1949; NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de janeiro de 1949.

¹⁶⁷ O bairro Renascença tem estreita relação com a *Companhia Renascença Industrial*, indústria têxtil existente ali. Boa parte de sua população vinculava-se direta ou indiretamente à fábrica, incluindo o clube, mantido com apoio da empresa. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Nordeste, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹⁶⁸ Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 31 de dezembro de 1948; FOAD CARAM APRESENTA: O FUTEBOL AMADOR E SUAS COUSAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 27 de junho de 1956.

Em alguns momentos, o jornal aprofundava o debate do tema, com acusações contra o falso amadorismo ou “marronismo”, inclusive em outras modalidades¹⁶⁹. Tais inferências poderiam se originar de entrevistas com integrantes de agremiações que se sentiam prejudicados pela prática¹⁷⁰ ou da apuração dos próprios repórteres. Segundo coluna do *Diário da Tarde*:

Os clubes amadoristas da capital atravessam uma fase angustiosa, tendente a agravar-se. É que a condição de futebol amador, na pura acepção da palavra, já não existe em Belo Horizonte. Campeia a deslealdade entre os clubes, cujos jogadores não se veem mais na obrigação de adquirir o seu próprio material esportivo. Ninguém mais está cioso de que precisa auxiliar seu clube a viver, a progredir. Cuida-se, agora, tão somente, de zelar pelos seus próprios interesses, deixando-se de ser um jogador de futebol “amador”, para transformar-se em um misto de “amador-profissional”, condicionando as suas atuações, nas pelepas esportivas, aos “cruzeirinhos” que receber como gratificação para a assinatura de uma inscrição. (...)

Mas como sanar esse mal? Problema difícil, mas que não pode ficar sem estudos. E esses estudos devem ser iniciados pelo proprio Departamento de Futebol Amador. Os clubes honestos saberão cooperar. Existem casos concretos e do próprio conhecimento da entidade e dos clubes. Por que razão, pois, nunca se tem conhecimento de uma atitude do DFA?

Ha pouco tempo, houve uma transação entre dois clubes da Lagoinha: O DFA sabe, os clubes sabem, os jogadores são conhecidos. Porque, então, se cruzam os braços?¹⁷¹

Com uma narrativa que faz lembrar os debates de quase vinte anos atrás, antes da regulação do profissionalismo, a reportagem apontava para a prática disseminada, especialmente entre as equipes filiadas ao DFA, da oferta de vantagens financeiras aos jogadores. Tal situação implicaria em uma intensa movimentação dos atletas, sempre se transferindo de um clube ao outro em busca de novos “cruzeirinhos” como gratificação pela inscrição. O fluxo de desportistas entre agremiações amadoras ou vindos do interior do estado para as associações varzeanas locais era noticiado regularmente¹⁷². As constantes mudanças faziam com que a imprensa qualificasse os jogadores como “aves de arribação”¹⁷³ ou “aves sem ninho”, insinuações de que eles se orientavam pelos benefícios que poderiam desfrutar em um novo local¹⁷⁴.

¹⁶⁹ Cf. “MARRONISMO” NO ESPORTE DO PEDAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 22 de fevereiro de 1952.

¹⁷⁰ Cf. EXISTE O “MARRONISMO” NOS CLUBES AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 17 de agosto de 1949.

¹⁷¹ O falso amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 6 de dezembro de 1949.

¹⁷² Cf. Às vésperas do jogo como Flavio dos Santos, tomou-lhe os melhores elementos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 27 de agosto de 1949; APANHADO EM FLAGRANTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 14 de outubro de 1949; Mais uma do “player” Rodolfo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 10 de agosto de 1950.

¹⁷³ Essa mesma expressão foi identificada por Rodrigo Carrapatoso de Lima, para o futebol pernambucano dos anos 1910. Cf. LIMA, Rodrigo Carrapatoso de. Aves de arribação – o processo de “importação” de jogadores na cidade do Recife: conquistando glórias a preço de ouro (1915-1920). In: GOMES; PINHEIRO, 2015, p. 217-231.

¹⁷⁴ Cf. REORGANIZAÇÃO DO JUVENIL DO SETE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de outubro de 1951; Verdadeiras “aves sem ninho”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2 de abril de 1952.

Para tentar controlar as transferências, o *DFA* propôs a criação de um período de estágio quando da mudança de um jogador de uma equipe a outra que poderia se estender de 6 a 12 meses¹⁷⁵. A decisão esbarraria no fato de a entidade diretiva não ter submetido a deliberação ao conselho divisional, sendo mantida a liberdade na movimentação de atletas¹⁷⁶.

A organização de uma seleção comerciária na cidade, formada por jogadores que atuavam em times de empresas do ramo, revelava como muitos atletas, vários deles inscritos por times filiados à *FMF*, buscavam a segurança de um emprego em outro setor, dadas as agruras do futebol espetáculo daqueles tempos. Dentre os 17 convocados, 8 pertenciam a *América*, *Atlético* e *Cruzeiro*, sendo os outros 9 ligados a agremiações varzeanas¹⁷⁷. Quadro similar se observava no time da imobiliária *COMITECO* que, em 1955, era povoado de figuras pertencentes ou com passagem pelo profissionalismo mineiro¹⁷⁸.

Como demonstrou a série “Radiografia do profissionalismo mineiro”, muitos dos integrantes da divisão principal da *FMF* se mantinham graças à articulação com algum ramo produtivo ou alguma empresa. Tal situação foi vista, mais uma vez, no caso de uma equipe varzeana, ligada do *DFA*, que se tornaria a primeira equipe amadora da cidade a se profissionalizar desde 1934, ano em que o *Sete de Setembro* aderiu ao regime.

Passados os debates sobre a adesão de *Terrestre* e *Tremedal* à divisão profissional da *FMF*, uma agremiação fabril de Belo Horizonte manifestou seu desejo de converter-se ao regime oficial de remuneração de atletas. Era o *Esporte Clube Renascença*, entidade vinculada à *Companhia Renascença Industrial* que, a partir de 1951, iniciou movimentação para sua migração, com expectativas de compor o campeonato de elite do futebol local no ano de 1952. A seu favor, contava o apoio da fábrica e a posse de um estádio próprio, com capacidade de receber público, no qual, inclusive, já realizava partidas com cobrança de ingressos¹⁷⁹. Para tanto havia providenciado melhorias em suas instalações e sua retirada do *DFA*¹⁸⁰.

Contra a pretensão do *Renascença* pesava a preocupação com um inchaço do campeonato profissional da *FMF*, considerando-se que o ingresso recente de novas equipes não havia se revertido em aumento das rendas ou da qualidade técnica dos espetáculos¹⁸¹. A saída

¹⁷⁵ Cf. SEIS MESES DE ESTAGIO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 11 de maio de 1950; ESTAGIO DE ATLETAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 23 de maio de 1950.

¹⁷⁶ Cf. “QUEM NÃO TEM CÃO, CAÇA COM GATO”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 31 de maio de 1950.

¹⁷⁷ Cf. VARIOS PROFISSIONAIS NA SELEÇÃO COMERCIAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 24 de outubro de 1952.

¹⁷⁸ Cf. UM CLUBE, UM ESPORTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 4 de abril de 1955.

¹⁷⁹ Cf. RENASCENÇA X INCONFIDENCIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 25 de outubro de 1951.

¹⁸⁰ Cf. O RENASCENÇA QUER INGRESSAR NO FUTEBOL PROFISSIONAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 9 de novembro de 1951.

¹⁸¹ Cf. ASAS E PAISSANDÚ INCLUIDOS NA DIVISÃO DE PROFISSIONAIS. *Diário de Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de junho de 1952.

temporária encontrada pelo clube para se introduzir nas fileiras da *Federação Mineira de Futebol*, uma vez que já se afastara do DFA, foi ingressar na competição de aspirantes da entidade diretiva estadual, reservada para atletas de até 21 anos de idade, junto com uma agremiação amadorista de bairro, o *Necaxa*. Tal decisão movimentou a elite de associações varzeanas, que passaram a pleitear o mesmo direito, sem sucesso ao fim do processo¹⁸².

Novas tentativas de preencher vagas de clubes desistentes do campeonato da primeira divisão aconteceriam nos anos seguintes¹⁸³, mas foi apenas em 1958 que a agremiação fabril finalmente ascendeu ao profissionalismo, com a fama de bicampeã de aspirantes de 1954 e 1955¹⁸⁴. Para custear o novo regime, a entidade montou um plano de negócios que consistia em:

O Renascença não deseja viver às expensas da Fábrica de Tecidos. Foi elaborado um plano de independência. O clube passou a explorar a loja de vendas a varejo localizada junto ao estádio e, agora, já se prepara para inaugurar mais duas lojas: uma no Horto e outra nas proximidades do Mercado. Adquirindo a mercadoria na Fábrica, a preço especial, o Renascença espera conseguir, nas vendas a varejo, o necessário para cobrir as despesas com o plantel, ao mesmo tempo que oferecerá, nas lojas, emprego aos seus profissionais¹⁸⁵.

Com um elenco que mesclava amadores e profissionais¹⁸⁶, o *Renascença* tentava encontrar alternativa de renda e de ocupação para seus atletas, pois como indicara o presidente do *Cruzeiro*, citado anteriormente, havia a necessidade de criação de novas saídas pelos clubes, dada a escassez das verbas proporcionadas pelas bilheteria. A aventura desse time que fez a transição do *circuito* de várzea para o do futebol espetáculo duraria até 1966, quando disputou pela última vez o campeonato mineiro de profissionais e terminou a competição na última posição.

Em 1968, o *Renascença* ensaiou seu retorno à divisão principal, cuja primeira passagem havia deixado o clube em difícil crise financeira, com pressões da fábrica que retirara o apoio ao projeto. A nova presidência tentava sanar as dívidas e projetava novas formas de arrecadação com torneios esportivos e bailes carnavalescos¹⁸⁷. A agremiação nunca voltou ao profissionalismo, mas seguiria por décadas atuando no *circuito* varzeano local.

¹⁸² Cf. Varios clubes do DFA querem disputar o certame de aspirantes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 10 de junho de 1952; E O CAMPEONATO DE AMADORES? *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 3 de junho de 1953.

¹⁸³ Cf. RENASCENÇA E BELA VISTA (SETE LAGOAS), OS CANDIDATOS Á VAGA DO METALUSINA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 24 de fevereiro de 1954; Esta noite o Renascença decidirá seu ingresso ou não no profissionalismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 27 de dezembro de 1954.

¹⁸⁴ Cf. RENASCENÇA – O PRIMEIRO TIME DE B. HORIZONTE A PROFISSIONALIZAR-SE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 10 de maio de 1958.

¹⁸⁵ A VITÓRIA DE ESTREIA EMPOLGA A RENASCENÇA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 6 de maio de 1958.

¹⁸⁶ Cf. RENASCENÇA – O PRIMEIRO TIME DE B. HORIZONTE A PROFISSIONALIZAR-SE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 10 de maio de 1958.

¹⁸⁷ Cf. MELANE, Antônio Carlos. Minas ganha de novo o futebol do Renascença. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 15 de fevereiro de 1968.

Clubes como o *Tremedal*, o *Terrestre*, o *Pitangui* e o *Fluminense*, dentre outros similares, constituíam a elite do meio amadorista local. Agremiações do tipo integraram o segundo escalão dos torneios do futebol espetáculo antes da oficialização da remuneração de atletas, em 1933, e se transferiram para o *circuito* de várzea desde então. Em alguns casos, poderiam rivalizar com as equipes profissionais na contratação de um jogador, mesmo que não arrecadassem com a realização de suas partidas. Seu funcionamento estava baseado em lógicas de não mercantilização do jogo, com mecanismos tradicionais de financiamento, por meio de doações de patronos locais, além de arrecadações de seu corpo de sócios¹⁸⁸ e de eventuais recursos públicos¹⁸⁹.

Essa elite varzeana não se baseava apenas em tradição. Seus integrantes se renovavam, ainda que a lógica de sua constituição seguisse a mesma fórmula. Exemplo dessa atualização foi a criação do *Rosário*, equipe capitaneada e patrocinada pelo empresário do ramo de restaurantes Rosário Scotellaro, com longa trajetória no amadorismo local¹⁹⁰, e que replicava o sistema de arregimentação de atletas que viviam na fronteira entre o amadorismo e o profissionalismo¹⁹¹. Caberia a ela o protagonismo do *circuito* da várzea nos anos 1960, quando conquistou títulos do *DFA* em sequência e se tornou o conjunto mais prestigiado da cidade.

Além desse grupo hegemônico e articulado às demandas das entidades oficiais e da competição, um amplo conjunto de times era compreendido, por cronistas e dirigentes esportivos, como ameaça ao bom nome do meio amador. Como será visto a seguir, a esses era necessário disciplinar e educar.

1.3 – Disciplina para a várzea

A criação do *Departamento de Futebol Amador* da *Federação Mineira de Futebol*, em 1942, ocorreu como parte de um processo mais abrangente de reorganização esportiva no país, baseada no Decreto-Lei 3.199/41, na instalação do *Conselho Nacional de Desportos* e na posterior formulação de uma justiça desportiva. A constituição de um novo arranjo para esse setor abrigava diferentes intencionalidades, dentre elas a do estabelecimento de um projeto de educação e disciplina por meio das atividades atléticas. Seja para formar as massas¹⁹² ou impor ordem ao futebol amador e profissionalizado¹⁹³, caberia às entidades dirigentes conduzir os desportistas à prática correta e edificante e desviá-los dos vícios e do descontrole.

¹⁸⁸ Tema que será retomado no capítulo 4.

¹⁸⁹ O que será abordado nos capítulos 7 e 8.

¹⁹⁰ Cf. NOVA FASE PARA O ITAUNENSE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 1º de fevereiro de 1949.

¹⁹¹ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 22 de outubro de 1964; LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 6 de novembro de 1964.

¹⁹² Cf. SOUZA, 2008, p. 81-89.

¹⁹³ Cf. SOARES, 2015, p. 109-123.

Mesmo com as imposições burocráticas para a filiação de agremiações, a entidade oficial do futebol amador local, o *DFA*, registrava grande heterogeneidade dentre os seus filiados. Ao lado de clubes que formavam uma elite dos não aderentes ao regime profissional, conviviam entidades de recente formação, com aspirações modestas e com quase nenhuma base material. Tal assimetria surgia como um problema na ótica de dirigentes e cronistas, a exemplo do que assinalou Dilson Andrade Aquino, nas páginas do *Diário da Tarde*:

Tinhamos razão quando assinalamos, em comentarios, que o amadorismo atravessa, no momento, uma das criticas fases de sua historia.

O numero incalculavel de clubes, ao invés de constituir-lhe um solido patrimonio, empobrece-o, levando-o a passos largos para a derrocada, para o abismo.

Existem, assim, “ajuntamentos” que, em lugar de incrementar a difusão sadia do esporte, procuram anarquizá-lo, proporcionando-nos espetaculos dissonantes, empanados pela desordem e má organização.

Em vilas de população reduzida, de um pequeno numero de casas, existem nada menos de três clubes de futebol. É verdade que o “esporte das multidões” é o mais difundido, mas o nosso amadorismo é composto de um numero de clubes que a nossa Capital não comporta.

Há muitos, é verdade, mas poucos poderiam ser chamados de “agremiações esportivas” na verdadeira acepção da palavra.

Há miséria no nosso amadorismo, esta é a verdade. É lamentavel dizer que, ainda hoje, assistimos a partidas, mesmo de carater oficial, com clubes sem uniformes, atletas descalços variedades (*sic*) nas cores das camisas, juizes usando gravata, de chapéu na cabeça, etc.

Os campos, as praças de esportes, são uma verdadeira calamidade. Sem nivelamento, sem dimensões necessarias, com traves toscas, desordenadas, sem marcação, enfim, a miseria do nosso amadorismo...

É preferivel que as entidades façam um expurgo, pois é mais conveniente a seleção de clubes. Precisamos de qualidade e não de quantidade, sabem que não somos contrarios a esta ultima, desde que haja ordem, vontade de trabalhar e progredir.¹⁹⁴

Na percepção do cronista que, como já citado neste capítulo, também era dirigente esportivo, deveria haver uma seleção entre as equipes varzeanas. Ainda que fosse desejável a massificação dos esportes, ela deveria acontecer segundo uma ordem e ser pautada em preceitos de organização, com a exigência de estrutura mínima, não sendo admitida a subversão do jogo, com a produção de “espetáculos dissonantes”. Para tanto, era recomendável que um expurgo fosse conduzido, com a exclusão dos que não se enquadrassem.

Críticas à precariedade do *circuito* de várzea local eram recorrentes e reforçavam a visão da necessidade de ordenamento do setor. O enquadramento da prática no campo do exótico e do dissonante produzia justificativas para as intervenções disciplinares dos organismos oficiais¹⁹⁵.

¹⁹⁴ AQUINO, Dilson Andrade. MISERIAS DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5 e 7, 8 de outubro de 1948.

¹⁹⁵ Esforços disciplinares no esporte e na Educação Física estiveram presentes desde a sua introdução e ganharam destaque no Estado Novo. Cf. VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e

Atletas analfabetos que precisavam de auxílio para assinar o próprio nome¹⁹⁶, campos sem as mínimas condições de jogo¹⁹⁷, partidas que não podiam ser iniciadas por ausência de uma bola¹⁹⁸ eram caricaturas de um meio esportivo miserável que povoavam as páginas dos jornais.

Contraposições entre uma cultura dominante e expressões populares também faziam parte do repertório de construção de discursos de enquadramento da várzea, a exemplo da charge publicada na coluna “O AMADORISMO E SUAS COUSAS”:



Figura 2 – Charge “Pai de santo”, 1956. Fonte: O AMADORISMO SUAS COUSAS, **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 10 de outubro de 1956.

A charge acima representa jogadores fazendo diferentes evocações espirituais logo antes do início de uma partida, com claras referências a ritos de religiões de matriz africana, do Vodun ao Candomblé, ligação reforçada pelo título da chamada: “Pai de santo” e por um texto lateral que tecia comentários sobre a utilização da “Macumbaria” para se vencer jogos na várzea local. Ao fundo, dois adversários demonstram-se atemorizados com a atitude dos atletas. Em que pese o cenário de um estádio lotado, claramente uma referência ao futebol espetáculo, seu deslocamento para a coluna dedicada ao amadorismo reposiciona a sua interpretação, associando-o ao universo não profissional da modalidade.

Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920) **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 121-135, 2000; PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

¹⁹⁶ Cf. NOTAS AMADORISTAS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 10 de fevereiro de 1949.

¹⁹⁷ Cf. Melhores campos para a várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 16 de março de 1949.

¹⁹⁸ Cf. NEM BOLA TEM PARA JOGAR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 7 de julho de 1949.

A vinculação entre futebol de várzea e práticas religiosas de matriz africana produzia, mais uma vez, o efeito de enquadramento dessa expressão esportiva no campo do dissonante, do que se afastava do padrão, dado o preconceito a essas vertentes espirituais em contraposição à hegemonia do catolicismo. Colocados nesse lugar, caberia às agremiações de amadores e seus integrantes serem educados e disciplinados em seu convívio com a entidade diretiva oficial da prática. Ao universo de “clubes sem dinheiro, sem ordem, sem disciplina, com jogadores de camisas rasgadas, descalços, mal nutridos, sífilíticos, tuberculosos, sem assistência moral e material (...)”¹⁹⁹ não restaria outra medida que a submissão ao controle ou o expurgo dos quadros do *DFA*, pois como clamava parte da imprensa: “QUALIDADE E NÃO QUANTIDADE”²⁰⁰.

Os esforços de enquadramento conduzidos pelo *DFA* podem ser agrupados em três frentes: burocrática, médica e disciplinar. Ao se inserir, a partir de 1942, no universo do futebol oficial, as equipes se viram enredadas por exigências de formalização impostas pela entidade diretiva em consonância com as normativas do *CND*. Os mecanismos de controle estendiam-se aos corpos dos atletas, objeto do escrutínio do *Serviço de Controle Médico Desportivo* associado ao departamento amador da *FMF*. Da mesma forma que a *Junta Disciplinar Desportiva* surgia como braço coercitivo do órgão para coibir os desvios e a violência.

A instalação do *Departamento de Futebol Amador*, a partir de 1942, parece ter sido seguida por um processo de lenta estruturação que avançou por toda a década de 1940²⁰¹. A oficialização do amadorismo belo-horizontino pressupunha transformação cultural considerável para boa parte das agremiações que passou a integrar o setor responsável pela organização da várzea na capital mineira e que se inseriu numa ordem burocrática, até então, não experimentada. Ao final dos anos 1940, o *DFA* publicava orientações aos seus associados, com as diretrizes para o registro civil dos clubes, medida que, conforme a circular dava a entender, só passava a ser tomada naquele momento²⁰². Segundo nota, até o início de 1949, apenas 4 das 78 agremiações vinculadas ao setor haviam se enquadrado legalmente²⁰³.

Evidência especialmente interessante da relação estabelecida entre o *DFA* e seus filiados é oferecida pelo conjunto de pastas das agremiações na entidade. Apesar da não preservação da série, os poucos exemplares que foram acessados permitem reconstituir muitos elementos que marcaram a institucionalização dos clubes e a sua vinculação à estrutura

¹⁹⁹ AQUINO, Dilson Andrade. MISERIAS DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5 e 7, 8 de outubro de 1948.

²⁰⁰ QUALIDADE E NÃO QUANTIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 5 de julho de 1949.

²⁰¹ O desenho institucional consta do gráfico 1, presente no final do capítulo.

²⁰² Cf. Exigências para o registro civil dos clubes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 17 de novembro de 1948; REGISTRO CIVIL PARA OS CLUBES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 19 de agosto de 1949.

²⁰³ A nota ainda indicava que aquelas equipes que não se enquadrassem seriam transferidas para o futuro Departamento Suburbano, o qual se originaria da encampação da *Liga Esportiva Suburbana*. Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 22 de janeiro de 1949.

oficial. O material é revelador do esforço de produção de dados acerca das equipes, com informações sobre a organização social, os espaços de jogos e a composição das diretorias, além de um longo histórico de trocas de ofícios entre as partes por décadas²⁰⁴.

Do ponto de vista do processo de filiação de uma agremiação ao setor, após o ofício solicitando o ingresso do clube ao *DFA*, era encaminhada cópia do estatuto e informações básicas sobre a composição da associação, como sede, campo e desenho do uniforme, esse último a partir de um modelo oferecido pela entidade diretiva, ou mesmo, realizado a mão livre. O *Conselho Superior* da *FMF* procedia à avaliação dos estatutos com relação ao seu enquadramento à legislação civil e esportiva, o que, em alguns casos, gerava sucessivas reprovações e pedidos de correções até o efetivo registro em cartório. Por sua vez, a equipe técnica do departamento amador realizava vistoria nos espaços de jogo para confirmar suas dimensões, nivelamento e estrutura, tudo registrado em um relatório que conferia ou não condições para a promoção de partidas ao espaço. Havia, ainda, um cadastro, atualizado a cada ano, com dados das diretorias dos clubes, tais como nome, cargo, profissão, endereços e telefones residencial e profissional.

A produção e regularização dessa documentação, a exemplo do registro do estatuto da agremiação em cartório, com a sua constituição como pessoa jurídica, não era um processo simples para clubes formados em bairros populares da cidade e conduzidos por trabalhadores. Muitos integrantes das entidades varzeanas rememoram as dificuldades para arcar com os custos de advogados e taxas para atender às demandas da formalização junto ao *DFA*, razão pela qual se passava um longo período de tempo entre a fundação da equipe e sua efetiva institucionalização²⁰⁵. Havia um controle por parte do órgão diretivo e dos tabeliães sobre os nomes das associações para evitar duplicidade²⁰⁶, referências indevidas a outras entidades²⁰⁷ ou denominações em desacordo com a moral, como eram as alusões aos jogos de azar²⁰⁸.

Em 1951, uma polêmica acerca do registro de duas agremiações com o mesmo nome *Associação Esportiva Tupinambás* e *Tupinambás Futebol Clube* movimentou a várzea local²⁰⁹ e expôs uma disputa entre ferroviários pela identidade da equipe constituída por eles anos antes.

²⁰⁴ Cf. Pasta do Alvorada F.C. no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Alvorada Futebol Clube; Pasta do Inconfidência E.C. no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Inconfidência Esporte Clube; Pasta do E.C. Santa Maria no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Esporte Clube Santa Maria; Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

²⁰⁵ Cf. OLIVEIRA, José Pimenta Gomes de [71 anos]; GOMES, Pedro Pimenta [65 anos]; DINIZ, Marco Antônio [60 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 fev. 2017.

²⁰⁶ Cf. SOUZA, Sebastião Bento de [75 anos]; SANTOS, Helder Gonçalves dos [55 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2016; SOUZA, Elias de [70 anos]; ISAAC, José [73 anos]; ISAAC, João [70 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 fev. 2017.

²⁰⁷ Cf. CAMPOS, José Maciel [58 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 1º jun. 2017.

²⁰⁸ Cf. RODRIGUES, Célio Gonçalves [52 anos]. [set. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 25 set. 2018.

²⁰⁹ Cf. Dois Tupinambás no D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de junho de 1951.

Ao longo do processo de tramitação da filiação das entidades ao *DFA*, a *A. E. Tupinambás* se manifestou em carta, com a seguinte reclamação:

A Diretoria da Associação Esportiva Tupinambás, tendo conhecimento da filiação, neste Departamento, do clube denominado Tupinambás Futebol Clube, da Vila Edgard Werneck, e, considerando que os membros que compoe o mesmo provém de uma divergência havida na Associação Esportiva Tupinambás, em novembro de 1949, e tentam legalizarem o citado clube que perdeu sua existência em 14 de novembro de 1948, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral realizada em 18 de setembro de 1948 (...)

(...) formulamos ao pé deste por intermedio de V. Excia o nosso veemente protesto contra afiliação do Tupinambás Futebol Clube.²¹⁰

A dissidência na *A. E. Tupinambás*, originalmente fundada como *Tupinambás F. C.*, daria origem, em 1956, à *Associação Esportiva Cultural Ponte Preta*, cujos membros rememoram o episódio que é basilar para a agremiação. Em sua versão, a legitimidade do nome caberia ao grupo chamado divergente, uma vez que ele reunia os principais responsáveis pela criação do clube originário e pela abertura do espaço de jogo. Teria sido a estreita relação entre o novo presidente da *A. E. Tupinambás* e os diretores da *Estrada de Ferro Central do Brasil* que garantira a essa entidade o controle do campo, o que teria dado força para a vitória dessa última associação na disputa pelo nome²¹¹. Tal proximidade do dirigente com a companhia ferroviária é evidenciada pela correspondência constante da pasta do time no *DFA* que indicava que a empresa cedia, em caráter provisório, terrenos que futuramente seriam usados na construção de casas para operários²¹².

Tal episódio é revelador de como o *DFA* poderia assumir o papel de arbitragem em uma importante disputa simbólica entre duas agremiações do mesmo bairro que buscavam inserção nas principais competições do *circuito* da várzea. Ao centralizar o controle sobre o amadorismo oficializado, a entidade ligada à *FMF* assumia, especialmente ante os poderes públicos, a condição de intermediária reconhecida dos interesses dos clubes não profissionais da cidade.

Com vistas a cumprir o papel que atribuía a si de mediação e educação dos quadros varzeanos, o *DFA* promoveu, em 1950, o *I Congresso Amadorista*, evento que se prolongou por uma semana e discutiu vasta lista de temas relacionados a esse universo, tais como: limites da legislação esportiva nacional, relações com o profissionalismo, organização das atividades do *DFA*, criações de *uniões esportivas* nos bairros, cuidados com a saúde dos atletas, atividades

²¹⁰ Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

²¹¹ Cf. PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

²¹² Cf. Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

culturais e sociais realizadas pelas agremiações, construção e melhorias de campos, disciplina nas partidas e relações com outras instâncias da política pública para o esporte²¹³. Segundo a cobertura jornalística, a palavra nos debates coube principalmente a cronistas e integrantes das entidades diretivas, com pouco registro da participação dos membros das equipes, dentre os quais se destacaram diretores dos clubes que compunham o que poderia se chamar de elite da várzea²¹⁴.

A organização do *I Congresso Amadorista* ainda foi cercada por uma polêmica em torno da vedação da participação ativa dos clubes integrantes da *LES* e do *CAD*, convidados apenas como ouvintes²¹⁵. Nos preparativos para a segunda edição do evento, foi realizada a eleição para a comissão que conduziria os preparativos e conforme noticiado pelo *Diário da Tarde*:

Nada menos de 25 clubes se fizeram representar, o que contribuiu para que os trabalhos decorressem sob a mais viva animação. Processou-se da maneira mais cordial, tendo sido apresentadas duas chapas apenas: uma pelo diretor do DFA Honório José Ferreira, cujo nome a encabeçou; outra pelo presidente do Carlos Prates, Hugo Tocafundo. Esta ultima logrou vitoriar-se, o que vem positivar que os clubes não aceitam mais o cabresto dos mentores dos DFA.²¹⁶

Em que pese o apoio do *Diário da Tarde* às ligas dissidentes dos anos 1950 e a visão crítica sobre o *DFA* naquele período, o que dava um tom ácido às suas matérias, o fato objetivo da vitória da chapa opositora sobre aquela encabeçada pelo diretor da entidade evidenciava o descontentamento dos clubes com a condução do órgão e, em especial, com os trabalhos do *I Congresso Amadorista*. A falta de registro na imprensa indica que, depois do revés eleitoral, a segunda edição do seminário nunca ocorreu, sem notícias de eventos do tipo nos anos seguintes.

Se por um lado o *DFA* tentava assumir o papel de mediador e educador das equipes varzeanas da cidade, através do controle burocrático, também realizava a propalada depuração do meio, com o expurgo das equipes que não fossem capazes de se enquadrar nas exigências da entidade diretiva. Eram recorrentes as publicações de listas de agremiações que se encontravam “na berlinda”, com risco de serem desligadas, seja pela não adequação dos estatutos ou pelo não pagamento de taxas. Alguns eram clubes tradicionais que passavam por momentos de crise²¹⁷.

²¹³ Cf. O TEMARIO DO CONGRESSO AMADORISTA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 9 de maio de 1950; Temario do Congresso Amadorista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 12 de maio de 1950; Temario do Congresso Amadorista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 13 de maio de 1950.

²¹⁴ Cf. Depois de proveitosos trabalhos encerrou-se o Congresso Amadorista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 22 de maio de 1950.

²¹⁵ Cf. Começou mal o Congresso Amadorista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 25 de abril de 1950.

²¹⁶ Derrotada a chapa oficial. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 2 de abril de 1950.

²¹⁷ Cf. VARIOS CLUBES DESLIGADOS DO DEPARTAMENTO AMADORISTA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 30 de março de 1951; RENOVAÇÃO DE FILIADOS AO DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 4 de janeiro de 1952; DESLIGAMENTO EM MASSA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 7 de fevereiro de 1952; DESAPARECEM TRÊS CLUBES DE RENOME NO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2 de abril de 1952; 24 CLUBES SOB AMEAÇA DE DESFILIAÇÃO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 18 de novembro de 1955.

Nesse período, também eram comentadas cobranças para o enquadramento às normativas do *CND*, com ameaças semelhantes de descredenciamento dos clubes. A necessidade de emissão de alvarás para o devido funcionamento era citada, o qual deveria ser emitido pelo *Conselho Regional de Desportos (CRD)*. A questão é que tal órgão estava em processo de implantação no estado em inícios dos anos 1950 e não parecia ter atuação efetiva²¹⁸. Conforme apontam as pastas dos clubes junto ao *DFA*, a apresentação do alvará não era efetivamente cobrada nesse período, sendo exigência que passou a vigorar mais adiante. Sem a força de um regime ditatorial, o controle sobre os clubes era pouco considerável do ponto de vista da estrutura federal de esportes.

A década de 1940 foi um período de estruturação do *Departamento de Futebol Amador*, com a definição de suas linhas de atuação e dos mecanismos que adotaria para a organização do meio varzeano local. Em 1948, o *DFA* ganhou o apoio do *Serviço de Controle Médico Desportivo (SCMD)*, vinculado ao governo estadual e responsável pela realização dos exames nos atletas inscritos, requisito para atribuição de condições de jogo aos futebolistas amadores²¹⁹. A incorporação da medida era apresentada pelo setor da *FMF* como parte de um plano maior de desenvolvimento do esporte não profissional, incluindo-se o apoio àqueles identificados como enfermos e a criação de uma *Caixa Beneficente do Atleta Amador* que daria suporte aos acidentados em partidas que, eventualmente, se tornassem inválidos para o trabalho²²⁰.

Se na ótica do *DFA* a implantação do *SCMD* significaria uma melhoria das condições de saúde dos atletas vazeanos, na prática, o resultado noticiado era que “Já sobe para 70 por cento o numero de atletas suspensos pelo Serviço Medico Desportivo, que age com rigor. (...) A sífilis é ainda a principal causa do afastamento de centena de atletas²²¹”. Segundo percepção da imprensa era mais uma comprovação de como os meios populares representavam verdadeiro foco de doenças dada a falta de informação de seus integrantes, para o que vaticinava:

Agora que se adotou o exame de saude, medida obrigatoria, á guisa de complemento, crê-se de muito alcance ministrar uns tantos ensinamentos aos praticantes do esporte varzeano ao quais, assim, estariam em condições de, pelo menos, iniciar tratamento tão logo esse ou aquele sintoma se fizesse sentir. As probabilidades de cura seriam bem maiores e, tambem, fariam com que o jogador, inteirado de seu estado real, se afastasse das lides esportivas, evitando o contagio aos companheiros, em beneficio de cada um e do proprio esporte.²²²

²¹⁸ Cf. Sem alvará, não poderão funcionar os pequenos clubes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de julho de 1951.

²¹⁹ Cf. ANO AUREO DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 14 de dezembro de 1948.

²²⁰ Cf. Caixa Beneficente e Hospitalar do Atleta Amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 14 de outubro de 1951.

²²¹ D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 6 de outubro de 1948.

²²² EXAME PREVIO DE SAUDE PARA OS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 10 de março de 1949.

Mais uma vez, indicava-se o papel civilizatório do sistema oficial, com a ideia de se proporcionar, por meio do esporte varzeano, a educação higiênica dos grupos populares. Rapidamente, contudo, o SCMD se converteu em um inconveniente a atletas afastados e aos dirigentes dos clubes que perdiam seus jogadores em grandes quantidades. Boa parte do atendimento ao público no DFA acontecia no período noturno, uma forma de se adequar às rotinas de trabalho de seus filiados. Com os exames médicos não foi diferente, com a organização de escalas agrupadas por clubes para o acolhimento dos futebolistas. Tal método obrigava os periciados a se encaminharem ao local da consulta em datas e horários previamente definidos, o que muitas vezes não era respeitado, gerando o descontentamento dos responsáveis²²³. A cada competição, os atrasos se repetiam, com vários atletas não habilitados pela falta do exame²²⁴.

Além disso, alguns tentavam burlar o sistema, apresentando-se em lugar de outros atletas que, possivelmente, poderiam ser reprovados, como apontava reportagem do *Diário da Tarde*²²⁵. Contudo, era uma situação difícil de provar até que um flagrante fosse registrado:

Desde há muito, a nossa reportagem tem sido procurada por representantes de clubes amadoristas, que nos trazem denúncias sobre o serviço medico, alegando graves irregularidades. Sempre estivemos alerta, á procura de provas, para que pudéssemos trazer ao conhecimento do publico, as “manobras” de dirigentes de clubes amadoristas que, ludibriando a boa fé dos medicos, levam elementos sadios a exame, com falso nome, para substituirem jogadores cujo estado fisico determinaria o seu afastamento.

COM A “BOCA NA BOTIJA”

Agora que vem de registrar-se um fato gravissimo e que evidencia a existencia de “marmeladas” nos exames medicos, embora sem a menor participação do SCMD. O Horizonte Textil, tradicional agremiação varzeana da Cachoeirinha (...) mandou buscar em José Brandão o jogador José Martins, um dos grandes valores do E. C. Ferro Brasileiro. Providenciou a transferencia, legalizou os papeis e anteontem, á noite, o atleta deveria submeter-se a exame medico. (...) No entanto, foi visto, no Centro de Saude Modelo, com uma ficha na mão, o Sr. Joaquim Gonçalves²²⁶, desportista muito conhecido, que por muitos anos fez parte da diretoria do Textil.

Olhares desconfiados se cruzaram, quando o “atleta”, que “tremia como vara verde”, foi examinado. Curiosos e desconfiados procuravam ver a ficha do sr. Joaquim Gonçalves, admirando-se de que aquele desportista estivesse disposto a praticar o futebol. Qual não foi a surpresa dos jogadores do

²²³ Cf. MEDIDAS DO SERVIÇO MÉDICO DESPORTIVO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 22 de outubro de 1949.

²²⁴ Cf. Precario o estado de saúde dos atletas amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 29 de agosto de 1950; CONDENAÇÃO DISPLÍCENCIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 11 de maio de 1951; Afastamento sumario de todos os atletas sem exame. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 11 de junho de 1952.

²²⁵ Cf. FRAUDE NOS EXAMES DE SAUDE DOS ATLETAS DO D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 20 de outubro de 1950.

²²⁶ O citado trata-se de figura muito conhecida no meio esportivo local, foi o fundador e presidente do clube varzeano *Associação Atlética Cachoeirinha* e atuou como árbitro, atingindo a condição de juiz FIFA e sendo cogitado para a Copa do Mundo de 1970. Por supostos favorecimentos ao *Atlético*, foi apelidado pela diretoria do *Cruzeiro* de Joaquim Cocó ou Carijó, uma referência ao Galo, mascote atleticano. Cf. Joaquim Gonçalves, um dos cinco juizes da FIFA, espera agora ir ao México. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 6 de janeiro de 1970.

Terrestre (...) ao verificarem que a ficha era de José Martins e o retrato dela constante, de Joaquim Gonçalves.²²⁷

O episódio relatado em tom jocoso pelo jornalista apontava para as estratégias utilizadas pelas agremiações para burlar o sistema de controle, nem sempre com o intuito de ocultar um atleta sem condições, mas apenas a fim de evitar o contratempo da ida de um jogador de outra cidade a Belo Horizonte tão somente para fazer uma consulta. Dentre aqueles que eram reprovados, uma possibilidade era a de ingressar em agremiações que não estivessem sob o controle do *DFA*, o que significou, em muitos casos, a adesão a equipes integrantes das ligas independentes, como a *LES* e o *CAD*. Em meio ao impasse sobre o controle do meio vazeano local, a acusação do acolhimento de futebolistas reprovados nos exames médicos era frequente²²⁸.

Em 1949, um episódio trágico reforçaria os argumentos dos defensores do *Serviço de Controle Médico Desportivo (SCMD)*. Um atleta reprovado nos exames por problemas cardíacos teria se associado ao *Clube Atlético Suburbano* filiado à *Liga Esportiva Suburbana (LES)* e falecido durante a realização de uma partida da competição organizada pela entidade independente²²⁹. Ao ocorrido se seguiram acusações sobre a falta de seleção dos jogadores da liga, bem como pressões para que seus filiados também passassem pela avaliação do órgão. Até a dissolução da associação suburbana tal medida nunca foi efetivada.

Ocorrências similares fizeram com que o debate sobre a necessidade do controle médico fosse retomado nos anos posteriores²³⁰. A parceria do *DFA* com o *SCMD* persistiu por décadas, sendo que reformulações nas políticas estaduais de saúde, vez ou outra, ameaçavam o seu fechamento, sempre com intervenções em favor de sua continuidade, seja de integrantes da *FMF* ou de lideranças políticas identificadas com o amadorismo²³¹.

A temática da desordem e da violência também compunha o cenário dos debates sobre a necessidade de aperfeiçoamento da várzea em Belo Horizonte. Ao se examinar as narrativas jornalísticas dos ocorridos é possível identificar uma gramática comum à abordagem do assunto, a qual articula a evocação de mecanismos disciplinares para coibição da recorrência dos casos. Na mesma medida, a visibilidade dos distúrbios servia como forma de pressão para que medidas de vigilância e coerção fossem adotadas.

²²⁷ APANHADO EM FLAGRANTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 14 de outubro de 1949.

²²⁸ Cf. CONTROLE MEDICO PARA OS “CRACKS” DA LES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 3 de março de 1949.

²²⁹ Cf. SERIA ADVERTENCIA AOS CLUBES AMADORISTAS DA CAPITAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 23 de fevereiro de 1949.

²³⁰ Cf. É preciso fazer exame médico. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 27 de julho de 1956; Osvaldo (ex-escrete) fulminado por síncope quando jogava na várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 10 de julho de 1961.

²³¹ Cf. COM VISTA AO SECRETARIO DE SAUDE – A VIDA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 16 de janeiro de 1964; Serviço médico está no fim. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2º caderno, 9 de dezembro de 1968.

A questão do policiamento das partidas varzeanas era um assunto reiteradamente abordado. Desde o início das competições, havia um esforço do *DFA* para a garantia da presença das rádios patrulhas para darem apoio à condução dos jogos²³². Sob a alegação de falta de contingente para dar cobertura a tantas disputas simultâneas, a força policial local justificava a impossibilidade de atendimento à demanda da entidade amadorista. Nesse cenário, eram relativamente comuns os relatos dos “sururus” ocorridos nas rodadas iniciais do campeonato, de maior ou menor dimensão, ao que se seguia o clamor da crônica esportiva à necessidade de vigilância. Na rodada seguinte, disponibilizada a presença de alguns guardas, publicava-se o elogio a uma rodada ordeira e sem ocorrências mais sérias²³³.

A grande afluência de público e as condições estruturais dos espaços de jogo preocupavam as entidades diretivas, que apontavam para a necessidade de policiamento para conter as pequenas multidões que, a cada fim de semana, se reuniam à beira dos campos. Em reportagem de 1948, o *Diário da Tarde* compilou registros fotográficos das formas de ocupação das canchas pelos adeptos das agremiações varzeanas, reforçando o alerta para a necessidade de policiamento das partidas.



Figura 3 – Registros das torcidas à beira de campo, 1948. Fonte: Policiamento para a várzea reclama o diretor do D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de novembro de 1948.

²³² Cf. DIA DE NORMALIDADE NA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 27 de junho de 1949.

²³³ Cf. FACAS, PUNHAIS E REVOLVERES NO CAMPO DE FUTEBOL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 23 de maio de 1949; DIA DE NORMALIDADE NA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 27 de junho de 1949; VIOLÊNCIA COMANDA DESENROLAR DAS PARTIDAS DE FUTEBOL AMADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 27 de agosto de 1962; ONTEM NA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 3 de setembro de 1962.

Aproveitando-se de registros fotográficos realizados durante diversas partidas de várzea, o *Diário da Tarde* criou uma composição que enfatiza a intensa e próxima presença de público nos campos do futebol amador local. As imagens reforçam a utilização das áreas limítrofes dos espaços de jogo. Apesar de em nenhum momento a assistência retratada esboçar qualquer reação que remeta ao descontrole ou à ameaça, a legenda, na parte de baixo, tentava criar uma representação de perigo, a ausência de alambrado e de policiamento forma uma sequência que, na percepção do jornalista, desembocaria na invasão e na violência²³⁴.

A requisição do policiamento não deve ser lida apenas como uma ação repressiva imposta aos clubes. Em muitos casos, a solicitação se originava da própria agremiação que identificava algumas partidas como de risco²³⁵, dada rivalidades entre equipes, com preocupações com a integridade de torcidas e atletas, além de possíveis punições disciplinares que pudessem pesar sobre a entidade em caso de distúrbios. Tratava de debate longo, tanto é que, nos anos 1960, o cronista Maurício Veiga Lima retornava a ele e relativizava a violência na várzea local:

Levando em consideração que os jogos amadores são efetuados em campos despoliciados, que os atletas amadores nem sempre conhecem as regras, o índice disciplinar do atual campeonato promovido pelo Departamento de Futebol Amador, não é lá dos piores, se olharmos para o elevado número de jogos realizados aos domingos – cerca de 150 entre clubes filiados ou não. Além das partidas não contarem com a presença de policiais, devemos acrescentar ainda que os campos varzeanos não possuem “alambrados” e nem muros. Os goleiros e os laterais jogam às vezes com o campo invadido e não raro o juiz tem que paralisar a partida (*sic*) e dar bola ao chão porque tocou esta em um torcedor. Se fosse disputado igual número de jogos profissionais pelo menos 80% deles não terminariam por motivos diversos.²³⁶

Segundo a ótica de Veiga Lima, a falta de policiamento, ausência de barreiras físicas, presença intensa das torcidas e desconhecimento das regras pelos atletas seriam pontos importantes para se colocar em perspectiva a questão da violência em jogos de várzea. Opiniões como a desse dirigente e cronista esportivo expunham a diversidade de abordagens do tema. A sequência de eventos dentro dos quais os comentários se inseriam também ajudam a compreender os enquadramentos mais ou menos condenatórios ou condescendentes frente ao assunto. De toda forma, a tendência de posicionamento do varzeano na condição de sujeito a ser educado, daquele

²³⁴ Dizia a legenda: “Multidões avidas de sensacionalismo acorrem, todos os domingos, aos campos varzeanos. No entanto, de uma hora para outra, por motivo de somenos, invadem a cancha, cometem depredações, dão pauladas e facadas, atiram pedras e cometem toda sorte de tropelias. Nos flagrantes acima, vemos grandes massas de torcedores assistindo a um jogo na varzea. O campo não é cercado, não tem policiamento e, para invadi-lo...” Policiamento para a várzea reclama o diretor do D.F.A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de novembro de 1948.

²³⁵ Cf. Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

²³⁶ LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 7 de agosto de 1949.

que desconhece as regras ou não está preparado para a competição saudável permeia o conjunto dos discursos, sejam eles complacentes ou intransigentes com os eventuais distúrbios.

O tema da aplicação da disciplina e da necessidade de controle sobre o jogo desleal não é exclusivo dos discursos sobre a várzea. A popularização do futebol, a constituição dessa modalidade como espetáculo, com a adesão de atletas das mais diversas origens sociais, a profissionalização e a estruturação de uma justiça desportiva no Brasil são processos que foram permeados por ideias similares²³⁷. Em todos os casos, a identificação de um padrão esperado remeteria a uma visão saudosista do esporte, quando esse seria monopólio de um grupo de atletas vinculado às elites e às classes médias urbanas e, portanto, educados para a competição leal²³⁸.

Nessa medida, gramática similar sobre a violência podia ser encontrada em reportagens sobre os distúrbios em partidas profissionais e sobre a necessidade de implantação de maior controle ao futebol²³⁹. Recorrentemente um cenário de desrespeito e ameaças à autoridade do árbitro era pintado. Esse era apresentado como o elo mais fraco na cadeia disciplinar das entidades oficiais, muitas vezes solitário, tendo que contornar conflitos e saber conduzir embates altamente tensos. Em situações limite, a falta de policiamento poderia levar a avaliação sobre a impossibilidade de realização de uma peleja²⁴⁰. Em 1953, uma série de incidentes com diferentes juizes dos quadros do DFA levou à decretação de uma greve²⁴¹. Para sanar o problema da escassez dos quadros de arbitragem foram criados cursos de preparação. Para o que a entidade diretiva solicitou que cada um dos seus afiliados indicasse de 3 a 5 candidatos para passar pela qualificação e poder assumir o apito em certames oficiais²⁴².

Quando os árbitros e os auxiliares, expressões do sistema disciplinar em campo, não eram suficientes, entrava em ação a *Junta Disciplinar Desportiva* criada pela institucionalização da justiça desportiva conduzida pelo CND em 1945. Como citado anteriormente, a JDD integrava um estrutura hierárquica que partia do *Conselho Nacional de Desportos* (CND), passava pela *Confederação Brasileira de Desportos* (CBD), *Supremo Tribunal de Justiça Desportiva* (STJD), *Federação Mineira de Futebol* (FMF), *Tribunal de Justiça Desportiva* (TJD), para, por fim, chegar à corte amadorista²⁴³ (vide gráfico 1, ao final do capítulo). Enquanto o TJD cuidava de casos do profissionalismo e servia de instância recursal de casos da JDD, essa última dedicava-se ao julgamento de processos originados das competições do DFA.

²³⁷ Cf. SOARES, 2015, p. 109-123.

²³⁸ Cf. RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 23-70.

²³⁹ Cf. Indisciplina. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 25 de julho de 1950.

²⁴⁰ Cf. Reportagem amadorista. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 7 de novembro de 1957.

²⁴¹ Cf. CARAM, Foad. NOTAS DA VÁRZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 28 de julho de 1953.

²⁴² Cf. TERÃO DE FAZER CURSO OS JUIZES DO D.F.A. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 7 de julho de 1950.

²⁴³ Cf. SOARES, 2015, p. 185-186.

Cabia à *JDD* dirimir impasses decorrentes dos jogos do meio varzeano oficial e estipular penas para as agremiações e seus integrantes, as quais poderiam desencadear a cobrança de multas ou a aplicação de suspensões ou exclusões. A composição da corte era feita por indicação da *FMF* e do *DFA*, com a presença voluntária de figuras ligadas às entidades dirigentes, à imprensa e aos mundos jurídico e político²⁴⁴. As constantes substituições acabavam por gerar descon continuidades de atividades, acúmulo de julgamentos e atrasos em competições²⁴⁵. Situação mais complicada podia decorrer do recurso de algum clube à decisão da *JDD*, com a submissão do caso ao *TJD*. No campeonato de 1951, um impasse entre o *Flávio dos Santos* e o *Vasco da Gama*, ambas as agremiações do bairro do Carlos Prates, foi levado ao *STJD*. A polêmica acerca do campeão do grupo – chamado divisão na nomenclatura adotada pelo *DFA* – estendeu-se até o final de 1952, inviabilizando a realização do campeonato daquele ano e forçando a finalização da competição de 1951 apenas em inícios de 1953²⁴⁶.

Além do caráter coercitivo, a *JDD* esperava cumprir um papel formativo, o que demonstrou na criação de uma competição paralela ao campeonato do *DFA*: a *Taça Junta Disciplinar Desportiva*. A cada punição conferida a um clube ou atleta integrante da equipe, a agremiação acumulava pontos que seriam somados durante todo o torneio regular do amadorismo oficial. Faria jus ao prêmio a associação com menos penalidades acumuladas ao final²⁴⁷.

Já nos primeiros meses da disputa, uma entidade despontava como a mais punida pela *JDD*, com o maior saldo negativo: o *São Cristóvão*²⁴⁸. A quantidade de penalizações e multas recebidas por essa agremiação inspiraria um poeta anônimo durante uma das sessões da corte:

A reunião da Junta Disciplinar Desportiva serviu para despertar a musa de poeta esportista. Quando o secretario da corte disciplinar revia os processos para a feitura da competente nota oficial, descobriu dentro do envelope de ofício onde se continham alguns versos rudes, sem rima e sem metragens, mas que encerram algum “veneno”. Os versos são os seguintes, respeitando a redação, rima e metrica de seu autor:

“Se a “coisa” vai desse geito (*sic*)
Nem sei como acabar
Tanto processo na mesa

²⁴⁴ Cf. Junta Disciplinar Desportiva do DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 6 de junho de 1950; CARAM, Foad. Notas da Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 29 de outubro de 1953; O AMADORISMO E SUAS COUSAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 14 de setembro de 1956.

²⁴⁵ Cf. AS RAZÕES DO ATRAZO DOS CERTAMES AMADORISTAS. *Diário da Tarde*. Belo Horizonte, p. 5, 16 de maio de 1951.

²⁴⁶ Cf. VAI AO RIO O DR. MARIO GOMES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 6 de março de 1952; O Superior Tribunal de Justiça Desportiva entrava as atividades do amadorismo da capital. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 9 de julho de 1952; NÃO SERÁ DISPUTADO, ESTE ANO, O CERTAME OFICIAL DO DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 16 de julho de 1952; SÓ AGORA A DECISÃO DO CAMPEONATO DE 51. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de outubro de 1952.

²⁴⁷ Cf. Instituída a taça “Junta Disciplinar Desportiva”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 12 de setembro de 1951.

²⁴⁸ Cf. Rigoroso o regulamento da taça “Junta Disciplinar Desportiva”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 7 de janeiro de 1952.

Nada tenho para julgar.

Mas o certo, já se sabe
É que todos têm que rir
Pois o tal de Persistente
É o único a desistir.

O São Cristovão, coitado,
E que o diabo pintou
Pois tendo “Santo” no clube
O “Demo” lhe amarrotou

A Junta toda reunida
Resolve num voto só
E na ausência dos julgados
É que está firme sem “nó”.

Multas mais multas, suspensões
Que aplicam juízes a rodo
E os clubes da várzea, já se sabe
Ficam seu cobre todo

Se a “coisa” vai desse geito (*sic*)
Nem sei como acabar
O DFA fica rico
De tanto a Junta multar.²⁴⁹

Em tom jocoso, o poeta anônimo colocava em questão a atuação da *JDD*. A evocação do humor e do deboche para repercutir a atuação da corte disciplinar oferece uma interessante perspectiva para se pensar as respostas varzeanas às estruturas de controle montadas pela instância oficial do amadorismo local. Extrapolando as intencionalidades disciplinares e educativas das entidades dirigentes, colocava-se o desejo dos clubes e de seus integrantes de ocuparem seus fins de semanas com partidas absorventes que fossem capazes de mobilizar pequenas multidões às beiras de campo e entusiasmar jogadores e dirigentes, em busca de conquistas que projetassem seus nomes junto a suas comunidades e aos meios esportivos de que faziam parte.

Indubitavelmente, as medidas impostas pelo órgão regulador do amadorismo belo-horizontino tiveram efeito sobre as formas de inúmeros clubes se organizarem. Mas, igualmente, em muitos casos, as agremiações e seus integrantes desenvolveram estratégias para contornarem as imposições. Filiações a entidade dissidentes, articulações de chapas de oposição, substituição de jogadores em exames foram algumas entre tantas táticas adotadas com objetivo de garantir a prática regular do jogo, sem os constrangimentos que a entidade oficial fosse capaz de impor.

Apesar disso, a muitos clubes era interessante seguir o enquadramento proposto pelo *DFA*, uma vez que integrar a entidade oficial significava possibilidades de acesso a eventuais

²⁴⁹ MULTAS Á GRANEL APLICOU A J.D.D. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 4 de janeiro de 1952.

auxílios, de ocupação de uma considerável parcela do calendário e, principalmente, de visibilidade e prestígio alcançados graças à participação no principal campeonato amadorista da cidade. Poder figurar regularmente nas páginas dos jornais e ser reconhecido no meio varzeano como integrante de uma seleta elite de agremiações era o desejo de inúmeras associações. Para outras tantas, no entanto, os objetivos eram outros, e pouco passavam pelo que o departamento da *FMF* poderia oferecer.

1.3.1 – A várzea para além do que a vista alcança

Neste capítulo, procurou-se apresentar alguns processos considerados fundamentais para delimitação do que se optou chamar de um *circuito* de várzea em Belo Horizonte. A consolidação de uma organização oficial para o amadorismo, com a afirmação da hegemonia do *DFA*, constituída por um número estável de clubes filiados, vinculados a competições promovidas pela entidade diretiva e subordinados a um regime de enquadramento representa o núcleo mais visível dessa expressão futebolística na capital mineira.

Contudo, o reconhecimento dessa manifestação da modalidade não é suficiente para a compreensão de toda a complexidade do *circuito* da várzea na cidade, o qual se expandiu para muito além do órgão oficial. A partir dos clubes a ele filiados, das equipes classistas agrupadas em diferentes associações empresariais ou de trabalhadores ou dos incontáveis times de alguma forma articulados entre si, uma vasta rede de futebolistas se constituiu para que um calendário de partidas ininterruptas nos finais de semana fosse garantido. Para tanto, não interessavam apenas as competições oficiais promovidas por instituições como o *Departamento de Futebol Amador*. Um amplo repertório de formas de disputas foi mobilizado, em diálogo com experiências e elementos da formação cultural popular da capital mineira.

É hora de olhar além e tentar enxergar a várzea na sua amplitude. Abandona-se, por um momento, a estrutura oficial de organização da prática para compreender outras formas de articulação de um *circuito* que se espalhou por toda a cidade.

Estrutura organizacional esportiva e *circuito* da várzea em Belo Horizonte

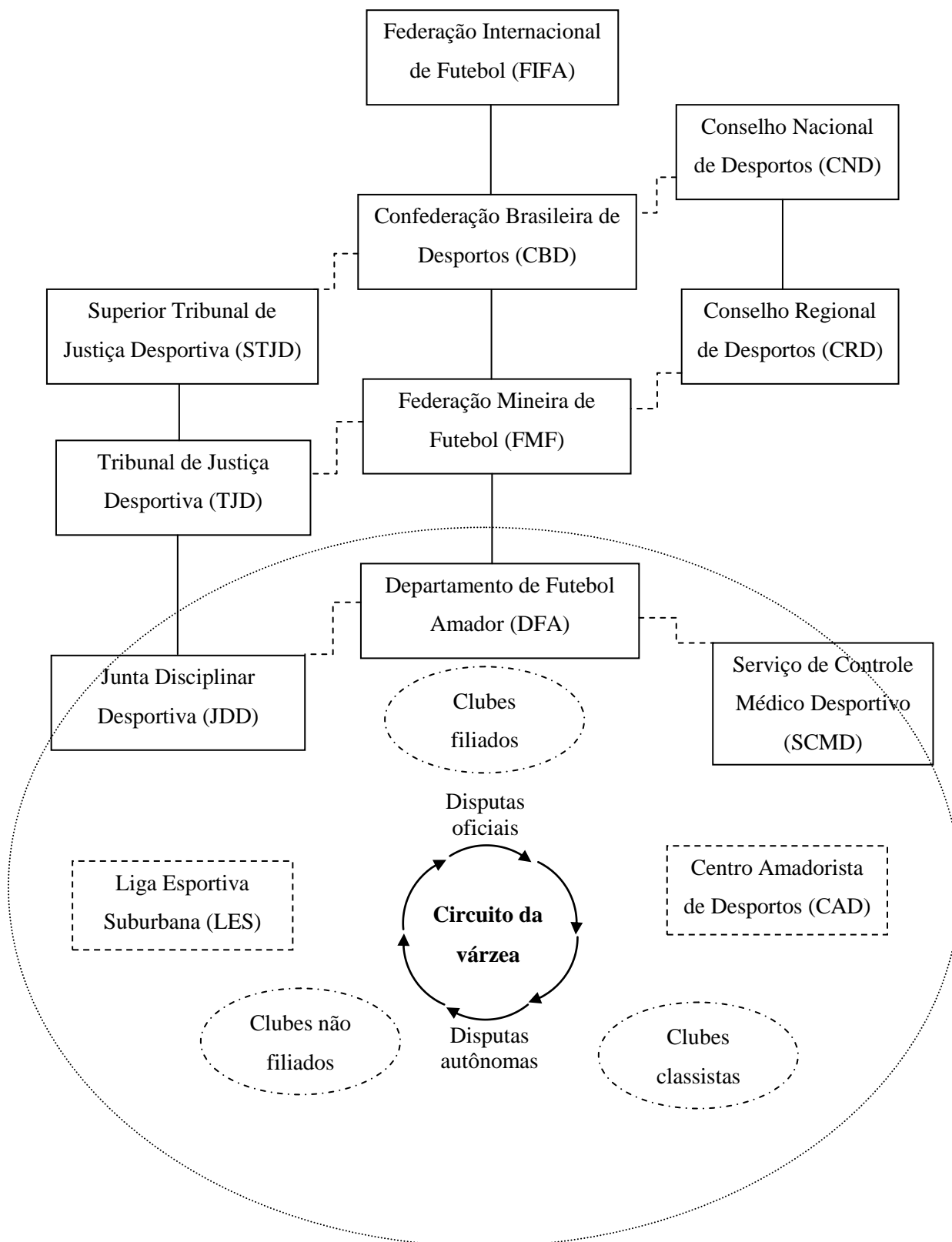


Gráfico 1 – Estrutura organizacional esportiva e *circuito* da várzea no final dos anos 1940. Elaboração do autor.

Capítulo 2 – Cultura esportiva popular

No final de 1967, os clubes varzeanos de Belo Horizonte, mesmo os filiados ao *Departamento de Futebol Amador da Federação Mineira de Futebol*, davam mostras de descontentamento com o setor responsável pela organização de suas competições. A recente mudança de sede da entidade seria motivo para que um afastamento crescente se acelerasse. Era o início de uma cisma que contraporía o que será chamado aqui de uma *cultura esportiva popular* aos esforços recorrentes para disciplinar e controlar as agremiações por meio de mecanismos burocráticos que, embora já existentes, teriam se aprofundado com o advento do regime militar. Como noticiava o *Diário da Tarde*, as associações e seus representantes, cada vez mais, ignoravam a existência do *DFA*, conduzindo de forma autônoma suas atividades:

Os representantes dos clubes amadores não tomaram conhecimento (*sic*) da mudança de local da sede do Departamento de Futebol Amador. Não gostaram da iniciativa e por isso mesmo não vão à Av. João Pinheiro, 510 para combinar jogos amistosos.

Não gostaram da nova sede, e não querem deixar a velha, que fica localizada à Av. Santos Dumont, 468, onde acostumaram a ir para tratar de assuntos de seus clubes e com o ambiente de lá.¹

A mudança de sede implicava no reposicionamento geográfico e simbólico da instituição. Ainda que ambos os endereços se situassem no centro de Belo Horizonte, eles representavam dois extremos da região. O antigo local encerrava-se no coração da área comercial, povoada por lojas de atacado, na divisa com o bairro da Lagoinha, polo da boêmia e do baixo meretrício. As novas dependências, por sua vez, ficavam próximas à Praça da Liberdade, centro da administração estadual, e à *Prefeitura Municipal*, em área de residência das classes mais altas da cidade naquela época. Ademais, havia a dificuldade de acesso, já que os ônibus vindos dos bairros periféricos costumavam ter seus pontos nas proximidades da Avenida Santos Dumont, distantes da Avenida João Pinheiro².

Para melhor compreensão de tal oposição, será necessário um recuo para o debate acerca da constituição de uma *cultura esportiva popular*, bem como das formas pelas quais o Golpe Militar e Civil de 1964³ e todo o contexto de aprofundamento do controle institucional teriam ampliado os efeitos da burocratização sobre o cotidiano dos clubes varzeanos.

¹ Clubes fiéis a Santos Dumont. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 26 de outubro de 1967.

² Cf. *Ibidem*.

³ Aqui será adotada perspectiva defendida, entre outros, por Reis Filho, que considera o ato de destituição de João Goulart um golpe de Estado que teria articulado setores das Forças Armadas e da Sociedade Civil. Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 47-54.

2.1 – A garantia de um calendário ininterrupto de jogos nos fins de semana

Como abordado no capítulo 1, em meados do século XX, já era possível observar a estruturação de um calendário de competições oficiais para o futebol de várzea da cidade. Esse era organizado pelo *Departamento de Futebol Amador (DFA)*, setor da *Federação Mineira de Futebol (FMF)* que alcançara o monopólio na concorrência pela condução dessa vertente da modalidade. Suas partidas que, normalmente, ocupavam os domingos, giravam em torno dos campeonatos das categorias amadora – masculina adulta – e juvenil⁴. Tal programa de disputas se constituía em paralelo a outros, tal como o classista, com jogos aos sábados, baseado em torneios promovidos por entidades ligadas a setores produtivos, como o *SESC* e o *SESI*, por exemplo, e que agregavam exclusivamente trabalhadores vinculados às respectivas áreas.

Sendo o campeonato do *DFA* disputado em duas fases, com a segunda formada apenas pelos campeões dos grupos, abriam-se brechas na programação dos times que buscavam preenchê-las por partidas desenvolvidas sob outras lógicas. A esse grupo de clubes sem compromissos agendados somavam-se outros tantos não federados que se mantinham apartados dos torneios da entidade dirigente, mas que estabeleciam relações competitivas tanto com equipes filiadas, quanto com times classistas. Todo esse conjunto de associações e disputas, a exemplo do que demonstrava a cobertura jornalística empreendida, principalmente, pelo *Diário da Tarde*, era reconhecido como a “várzea” em Belo Horizonte.

Apesar da identificação de um *circuito* futebolístico amador na Belo Horizonte de meados do século XX, é possível observar, dentro dele, a concorrência de diferentes apropriações e percepções da prática. Devotados à ideia de manterem um calendário ininterrupto de jogos em todos os fins de semana do ano, os integrantes das agremiações varzeanas mobilizavam sistemas de disputa que evocavam sentidos diversos daqueles da estrutura oficial, adaptando e resignificando formas tradicionais de competição para organização de suas atividades. Em sua vivência cotidiana, promoviam partidas que se davam sob cinco formatos principais que serão examinados a seguir: amistosos, excursões, festivais, jogos festivos e torneios avulsos.

2.1.1 – Amistosos

Os amistosos eram o formato mais recorrente de organização de contendidas entre equipes varzeanas. Baseavam-se em disputas avulsas ou na combinação de jogos casados que podiam reunir o primeiro e o segundo quadro amador de uma agremiação contra os mesmos quadros de

⁴ O torneio início do campeonato de 1962 do *DFA*, por exemplo, reunia 45 equipes amadoras distribuídas em seis grupos regionalizados (chamados divisões) e 36 equipes juvenis reunidas em quatro grupos. Cf. TORNEIO INÍCIO INAUGURA AMANHÃ O CERTAME DO DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 7 de julho de 1962.

outra⁵, ou o time amador e o juvenil⁶, ou até duas equipes das categorias menores⁷. Podiam ainda ser em forma de melhor de três partidas, quando normalmente um troféu era oferecido ao vencedor⁸. Eram acertados previamente, logo ao início da semana em que se daria o encontro. Cabia aos representantes dos clubes selecionar o adversário e ajustar os detalhes do embate.

Apesar de prática ordinária do cotidiano das agremiações varzeanas, os amistosos permitiam novas experiências dentro do *circuito*. Em boa parte do ano, eles movimentavam os campos da cidade e garantiam a atividade dos times e a diversão do público dos bairros⁹. Clubes anunciavam, nas colunas especializadas dos jornais, o interesse em realizarem jogos avulsos, com a disponibilização de endereços e telefones para o envio de convites¹⁰, outras vezes os embates eram acertados nas dependências do DFA. Sua realização era noticiada pelas rádios ou pelos periódicos locais, a exemplo do *Diário da Tarde* que, em certa ocasião, destacou “77 JOGOS NA VÁRZEA”, indicando que a suspensão de disputas pelo torneio oficial teria ocasionado a combinação de bom número de confrontos que garantiram o fim de semana varzeano na cidade¹¹.

Os amistosos permitiam que os clubes integrados ao calendário oficial mantivessem atividade durante as paralisações do campeonato do DFA, seja por folgas na tabela, seja por processos pendentes na *Junta Disciplinar Desportiva (JDD)*. Eram, ainda, medida de preparação das equipes para o campeonato que se iniciaria¹². Contudo, mesmo em períodos de competição, a quantidade de disputas avulsas se mantinha alta, como comentou o *Diário da Tarde*, ao indicar o número crescente de agremiações não filiadas:

Mesmo com o início do campeonato amadorista, o número de amistosos decresceu de modo relativo, demonstração do crescimento de clubes ainda sem filiação ao Departamento de Futebol Amador. Apesar de contar com cerca de setenta filiados, a entidade oficial, a série de amistosos vem provar o aumento de clubes varzeanos, urgindo, desta maneira, providencias para um amparo mais efetivo áqueles que, direta ou indiretamente, se batem pelo aprimoramento do futebol amador da cidade.¹³

⁵ Cf. NOVA PARTIDA DO ATLÉTICO SUBURBANO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 17 de janeiro de 1964.

⁶ Cf. LIMA, Veiga. Varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 23 de março de 1967.

⁷ Cf. NATAL EM FORMA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 29 de fevereiro de 1964.

⁸ Cf. O Gremio Mineiro recorreu. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 12 de janeiro de 1949; Decisão da taça “D.F.A.”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 16 de junho de 1951.

⁹ Luiz Carlos Rigo indica a importância dos amistosos para clubes da cidade de Pelotas em meados do século XX. Cf. RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um futebol de fronteira*. Pelotas, RS: UFPEL, Editora Universitária, 2004, p. 186.

¹⁰ Cf. O Atletico Suburbano desafia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 18 de setembro de 1951; O Grafica Tamoios procura um adversario. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 23 de março de 1952; Topa Qualquer Parada o Atlantic. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 28 de agosto de 1958.

¹¹ Cf. 77 JOGOS NA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 20 de junho de 1964.

¹² Cf. NOTAS DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 9 de fevereiro de 1963; Santa Teresa e Gameleira Vencedores dos Primeiros Amistosos de Ontem. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno 17 de junho de 1963; 44 AMISTOSOS AMANHÃ NO SETOR AMADORISTA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 22 de junho de 1963.

¹³ Cf. AMISTOSOS NA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 2º caderno, 9 de dezembro de 1965.

Como o trecho indica, havia um esforço da imprensa para a filiação dos clubes aos quadros do *DFA*, tema que será retomado mais à frente. Cumpre observar aqui o movimento intenso de amistosos de agremiações não federadas, mesmo em contexto de competição oficial, o que aponta para a principal forma de manutenção das atividades dessas equipes.

Amistosos eram as ocasiões mais recorrentes para que diferentes segmentos da várzea se confrontassem, o que, em certa medida, poderia fazer de um jogo tido como ordinário uma disputa absorvente, no sentido evocado por Clifford Geertz¹⁴. Eram os casos de partidas em que equipes classistas se encontravam com clubes de bairro¹⁵, ou quando uma agremiação não filiada ascendente testava suas forças contra uma associação já estabelecida¹⁶. Colunas, como “Notas da Várzea”, indicavam aos leitores quais eram os embates de maior destaque do fim de semana, os quais mereciam uma cobertura mais detalhada na edição de segunda-feira¹⁷.

Além dos jornais, a memória dos participantes permite remontar outros significados que os amistosos tinham para os integrantes das equipes varzeanas, dentre os quais a circulação pela cidade¹⁸. Boa parte dos percursos, em meados do século XX, era feito em caminhões, em cujas carrocerias atletas e torcida se aglomeravam para irem de um bairro a outro¹⁹. Tal movimento constituía rara oportunidade de apropriação do espaço urbano por grupos periféricos que viam ampliadas suas experiências na capital mineira. Em muitos casos, eram veículos de moradores do próprio lugar. Como rememora Sebastião Bento de Souza, o “Tãozinho”, do *Betânia Esporte Clube*, em seu depoimento: “Antigamente não era nem ônibus, era caminhão, carroceria de caminhão. (...) daqui mesmo. (...) Já punha na carroceria e tacava o pau”²⁰.

Essa forma de condução dos times nem sempre era segura, havendo casos de acidentes. A exemplo daquele em que um caminhão que levava a equipe do Parque Riachuelo para uma partida no campo do Santos, “atropelou uma criança na Rua Niquelina,

¹⁴ Ao investigar a rinha de galo em Bali, Geertz nota a forte identificação que aquelas disputas eram capazes de promover entre a assistência, cunhando a noção de jogo absorvente. Cf. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 185-213.

¹⁵ Cf. AMISTOSOS NA VÁRZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 2º caderno, 9 de dezembro de 1965.

¹⁶ Cf. Mercado venceu o Cruzeiro do Sul. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 7 de abril de 1964.

¹⁷ Cf. ONTEM NA VÁRZEA – Juventus, Parpue (*sic*) e Venda Nova venceram os principais jogos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 12 de fevereiro de 1962; ONTEM NA VÁRZEA – TERRESTRE, ROSÁRIO E AVANTE VENCEM OS PRINCIPAIS JOGOS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 22 de junho de 1964.

¹⁸ Enrico Spaggiari identificou fenômeno similar entre crianças e adolescentes, atletas em formação no *Botafogo de Guaianases*, clube amador da cidade de São Paulo, e nos relatos de antigos jogadores. Cf. SPAGGIARI, Enrico. **Família joga bola: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 15, 54-56, 193-196.

¹⁹ Cf. FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

²⁰ SOUZA, Sebastião Bento de [75 anos]; SANTOS, Helder Gonçalves dos [55 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2016.

desgovernou-se, indo de encontro a um poste, ficando danificado e ferindo três pessoas – a criança atropelada e mais dois jogadores do Parque Riachuelo, que caíram da carroceria”²¹.

O transporte se dava por outros meios, como evidenciou notícia sobre batida policial no campo de futebol “Canadá”, onde um grupo de homens foi preso por porte de maconha. Dentre os detidos estava Aldair Rosalino Muniz que se defendia afirmando que não conhecia os demais, uma vez que “em tardes de futebol os taxis, normalmente, fazem lotação, no trajeto do centro da cidade ao campo ou vice-versa, a fim de facilitar o transporte das pessoas que vão ao campo”²².

A marcação de amistosos envolvia um cálculo do representante de acordo com a condição de sua agremiação. Clubes que não possuísem espaço de jogo buscavam adversários que os tivessem, para evitar os gastos com a locação do lugar. No caso de quem tinha uma área, quanto melhor fosse o seu campo, maior possibilidade se tinha para escolher o adversário. Em meados do século XX, era costume se trocarem jogos, como apontaram Bertolino do Vale, o “Beto”, e Marco Antônio Coelho, o “Grapete”, ambos integrantes do *Inconfidência Esporte Clube*:

Beto: Às vezes você jogava lá contra eles... Trocava não é, Grapete? Você ia lá na terra deles jogar e eles vinham aqui jogar com a gente.

Grapete: É, uai!

Beto: E para não gastar dinheiro tinha um troca-troca. Você joga aqui e nós vamos aí e pagamos o jogo, assim que eles falavam, não é?²³

A lógica de reciprocidade nos amistosos varzeanos era similar à de outros fenômenos que aconteciam em Belo Horizonte. Como destaca Manoel Lúcio Machado, o “Tampinha”, do *Leblon Esporte Clube*, nos anos iniciais da agremiação, “só outro time que vinha aqui, é... dos vizinhos que conheciam a gente e nós íamos no campo deles e eles vinham, igual se fala, ‘pagar visita’”²⁴. Referindo-se ao pequeno número de equipes que conseguiam levar ao seu campo, o fundador da associação usa a expressão “pagar visita” igualmente recorrente no léxico de práticas populares negras, a exemplo do congado que previa que a presença de uma guarda à festa alheia deveria ser retribuída pela anfitriã²⁵. Expressão similar pode ser observada entre equipes contemporâneas de futebol amador de áreas rurais do estado de São Paulo estudadas por Enrico Spaggiari²⁶.

²¹ COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 30 de junho de 1965.

²² Não pertence à “gang” dos maconheiros presos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 28 de março de 1962.

²³ COELHO, Márcio Antônio [62 anos]; VALE, Bertolino do [63 anos]; JESUS, Gardoni Miguel de [52 anos]; MONTEIRO, Cristiano Fernandes [44 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 2 mai. 2016.

²⁴ MACHADO, Manoel Lúcio [74 anos]; SILVA, Jailson Santos da [40 anos]. [jul. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 12 jul. 2018.

²⁵ Sobre a cultura negra local. Cf. PEREIRA, Josemeire Alves. *Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte (Séculos XIX e XX)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019; VILARINO, Marcelo de Andrade. *Festas, cortejos, procissões: tradição e modernidade no congado belo-horizontino*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

²⁶ Cf. SPAGGIARI, Enrico. *Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural. Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 165-190, jul-dez, 2008.

Como a fala de Manoel “Tampinha” ainda destaca, um clube que não possuísse bom campo teria dificuldades de conseguir adversários para enfrentá-lo. Essa era uma das variáveis que seria levada em conta por um representante para a escolha do contendor. Além do sucesso esportivo nos campeonatos oficiais, outra situação que garantia posição de destaque a uma agremiação seria a manutenção de longa invencibilidade²⁷. Era comum a divulgação, por meio do *Diário da Tarde*, dessas sequências de jogos sem perder, como a do time do Bervely que “(...) encerrou, invicto, o ano de 1952 enchendo-se, de novas esperanças para o ano vindouro”²⁸ ou a do *Comercial* que “totalizou 100 partidas invictas, pelos campos varzeanos da cidade”²⁹, feito celebrado com festividades e um certame contra a equipe profissional da *Siderúrgica*³⁰.

Se as séries invictas garantiam posição de destaque, a ausência a uma partida previamente combinada poderia ser prejudicial para a futura marcação de jogos. Não era rara a divulgação pelo *Diário da Tarde* dos chamados “bolos” proporcionados por equipes em amistosos. Em março de 1963, o jornal noticiava que “Depois de muita insistencia, o Comercial, do Barreiro, aceitou jogar com o Milionários F.C., programando-se o jogo para a tarde do último domingo, todavia, inexplicavelmente, o Milionário não compareceu para saldar o compromisso assumido”³¹. Em maio daquele mesmo ano, reportava que “Recreio, campeão da divisão ‘Alvaro Celso da Trindade’, e Copacabana ajustaram amistoso para domingo na Pampulha. Todavia, sem qualquer justificativa, o Copacabana não compareceu para saldar a obrigação”³². Nos dois casos citados, equipes de menos renome faltaram ao amistoso, o que as colocava em má situação com seus adversários e com o meio varzeano de forma geral. Não por acaso, a coluna destacava a insistência na marcação do jogo da equipe que se ausentara do compromisso, em uma das notas, e a condição de campeã da equipe prejudicada, na outra.

Amistosos eram a base da organização do *circuito* varzeano, eram a prática cotidiana que mantinha em funcionamento e em circulação as equipes, ainda que não proporcionassem muito reconhecimento. Mesmo que de natureza ordinária, eram mecanismos para revelação de equipes, especialmente por meio do acúmulo de invencibilidades, devidamente divulgadas pelos veículos de imprensa que faziam a cobertura dos jogos. Outras formas de disputa, no entanto, tinham mais prestígio e projetavam a várzea local para além dos limites da capital mineira.

²⁷ Fenômeno semelhante é observado por Raphael Piva Favero no caso paulistano. Cf. FAVERO, Raphael Piva Favalli. “A várzea é imortal”: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

²⁸ Invicto o Bervely, em 1952. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2 de janeiro de 1953.

²⁹ COMERCIAL COMPLETOU 100 PARTIDAS INVICTO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 31 de março de 1958.

³⁰ Cf. O COMERCIAL EM FESTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 15, 14 de abril de 1958.

³¹ NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 28 de março de 1963.

³² NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 28 de maio de 1963.

2.1.2 – Excursões

Em que pese a estruturação de um *circuito* de escala municipal da várzea, as agremiações belo-horizontinas, por diversas vezes, iam a cidades do interior para disputar partidas. Para tanto, contava o interesse dos clubes locais e o estímulo dos times de fora. Como relembra Denerval Martinho Rufino, o “Dinho”, filho do fundador do *Pastoril Futebol Clube*:

Tinha o contrato, ajuda de custo e hospedagem. Porque aqui em Belo Horizonte, infelizmente, o pessoal gostava de viajar, na época, porque os campos de Belo Horizonte são todos carentes, não é, bicho? São todos campos de terra. Então quando você falava com um neguinho que você ia para jogar em um tapete, em um campo gramado lá não sei onde, neguinho ficava doido para ir. Na maioria das vezes, saía para jogar fora por causa dos gramados, não é?³³

Como relatou “Dinho”, havia o desejo, entre os atletas belo-horizontinos, de disputar partidas em campos gramados, mais raros no meio varzeano local³⁴. Além disso, era comum a concessão de ajuda de custo pelo anfitrião, e até de eventual hospedagem. Em 1949, o *Ferrovário* de Divinópolis oferecia “estada, passagem para 18 pessoas e Cr.\$200,00³⁵ de ajuda de custo”³⁶ para equipes do *DFA* que fossem à cidade para uma partida. Além de chance de desempenhar em um campo gramado, jogos no interior podiam se mostrar mais absorventes que amistosos contra times de pouco renome, como evidenciava, por exemplo, o anúncio da seguinte excursão:

Deverá seguir domingo para a cidade de Pompeu (*sic*), onde dará combate ao quadro do Clube Atlético Pompeano, um dos melhores conjuntos do Oeste Mineiro, o Rosário Esporte Clube, vencedor da “Copa 10 anos” em um torneio de que tomaram parte os melhores quadros varzeanos da Capital.³⁷

Recém-vencedor do torneio promovido pela *Rádio Itatiaia* em celebração aos seus dez anos, o *Rosário Esporte Clube* reafirmava seu prestígio na partida contra a renomada equipe oeste-mineira. O time que, nos anos seguintes, se mostraria quase imbatível, sendo hexacampeão do campeonato do *DFA*³⁸, tornou-se o mais requisitado para jogos no interior do estado.

Toda a fama amealhada pelo *Rosário Esporte Clube* convertia-se em uma diversidade de convites para participação em excursões por todo o interior de Minas Gerais. Nas páginas do *Diário da Tarde*, negociações para suas viagens eram feitas. Como na publicação a seguir:

³³ RUFINO, Denerval Martinho [52 anos]; SANTOS, João Pereira dos [73 anos]. [ago. 2017]. Entrevistadores: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 ago. 2017.

³⁴ Cf. FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

³⁵ O equivalente a pouco mais de meio salário mínimo do período. Cf. BRASIL. **Decreto-lei nº 5.977**, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário mínimo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5977-10-novembro-1943-416056-publicacaooriginal-1-pe.html>

³⁶ QUAL O CLUBE QUE DESEJA EXCURSIONAR? *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 23 de março de 1949.

³⁷ O ROSÁRIO JOGARÁ DOMINGO EM POMPÉU. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 13 de abril de 1963.

³⁸ Cf. O ROSÁRIO É HEXACAMPEÃO DO DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 2º caderno, 1º de junho de 1970.

MONTES CLAROS

A diretoria do Rosario recebeu convite para duas exibições em Montes Claros, com o Cassemiro de Abreu e o Ateneu. O presidente do “super-campeão” amador de Belo Horizonte vai oficializar aos promotores da excursão que aceita duas partidas naquela cidade, por 500 mil cruzeiros livres, ficando a data da excursão para ser estudada, caso venha a ser efetivada.

DE OLIVEIRA

De Oliveira chegou uma proposta para uma exibição do Rosario naquela cidade. Foi respondido o convite com uma contraproposta, aguardando o dirigente do grêmio da Av. Paraná, comunicação da diretoria do Social E. C., de Oliveira, se aceita ou não o que pediu o tricolor para jogar naquela cidade – 100 mil cruzeiros livres.³⁹

Inúmeros aspectos podem ser destacados do trecho acima. De início, deve-se ter em conta de que o *Rosário* era uma agremiação de elite no *circuito* varzeano, mantida por um próspero comerciante, tema tratado no capítulo 1. Essa situação, bem como seu sucesso esportivo, garantia a imposição de condições além do que se via normalmente⁴⁰. De toda forma, como citado antes, a ajuda de custo era um padrão entre as equipes anfitriãs.

A excursão de uma equipe varzeana renomada da capital poderia ser oportunidade de renda para os clubes do interior, já que, ao contrário de Belo Horizonte, ali a cobrança de entradas era recorrente para jogos amadores. A presença do tetracampeão do DFA, o *Santa Tereza*, por exemplo, gerava expectativa de “uma arrecadação recorde em Itauna”⁴¹. O certame entre *Acesita* e *Necaxa*, na cidade de Acesita teve bilheteria de Cr\$ 35.000,00⁴², em 1949⁴³. Essa possibilidade de receita mobilizava até clubes profissionais que tentavam balancear o caixa⁴⁴, como fez o *Atlético Mineiro*, em 1952, que cobrou Cr\$20.000,00⁴⁵ para duas partidas em Juiz de Fora⁴⁶.

Se equipes renomadas geravam renda e poderiam negociar os valores, em regra, o apoio do anfitrião, que poderia se restringir à ajuda de custo, não cobria todos os gastos, não passando

³⁹ LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 30 de junho de 1965.

⁴⁰ A ajuda de custo para dois jogos em Montes Claros equivalia a mais de sete salários mínimos daquele ano. Cf. BRASIL. **Decreto nº 55.803**, de 26 de fevereiro de 1965. Altera a tabela de salário mínimo aprovada pelo Decreto nº 53.578, de 21 de fevereiro de 1964, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55803-26-fevereiro-1965-396217-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴¹ Itaúna receberá a visita do tetra-campeão. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 14 de janeiro de 1949.

⁴² Cf. DURO REVES SOFREU O NECAXA EM ACESITA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 12 de novembro de 1949.

⁴³ Valor correspondente a quase 100 salários mínimos da época. Cf. BRASIL. **Decreto-lei nº 5.977**, de 10 de novembro de 1943.

⁴⁴ Comuns no futebol espetáculo, em especial, antes da estruturação de um calendário nacional de competições, excursões eram meio de renda para os clubes. Cf. DAMO, Arlei Sander. O espetáculo das identidades e alteridades: as lutas pelo reconhecimento no espectro do clubismo brasileiro. In: CAMPOS, Flávio de; ALFONSI, Daniela (org.) **Futebol objeto das ciências humanas**. São Paulo: Leya, 2014, p. 23-55; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. A sagração dos “Reis do Futebol”. In: LOURENÇO, Marcos; ANDREUCCI, Raul; FIGOLS, Victor L. (org.) **Uma década de Ludopédio: dez textos da história da Arquibancada**. São Paulo: Editora Ludopédio, 2020, p. 29-40; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)**. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁴⁵ Valor correspondente a quase 20 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto nº 30.342**, de 24 de dezembro de 1951. Altera as tabelas do salário mínimo dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30342-24-dezembro-1951-340732-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴⁶ Cf. GANHAR DINHEIRO, O OBJETIVO DO ATLETICO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 30 de setembro de 1952.

de metade do valor do transporte⁴⁷. Nessa medida, nem sempre uma agremiação podia aceitar o convite, tendo de se contentar com viagens nas cercanias de Belo Horizonte. Como ressalta Jair Colen Filho, o “Lu”, que foi presidente do *Reunidos Esporte Clube* nos anos 1970:

(...) o detalhe é que para você jogar fora de Belo Horizonte, a uma distância superior, vamos dizer assim, a 50 quilômetros, você precisa alugar um ônibus e para alugar um ônibus não é barato e para dividir o valor para todos os participantes, também, a condição financeira do pessoal da várzea normalmente não permite. Os times que mais fizeram isso, eles tinham por trás a ajuda de empresários, que custeavam isso.⁴⁸

Na tentativa de driblar os custos, várias eram as estratégias. No caso da locação de ônibus, descontada a ajuda de custo, cotizava-se o valor restante entre atletas e torcedores⁴⁹. Em trajetos mais curtos, para cidades vizinhas, podia-se apelar para os já citados caminhões. Como se recorda Raimundo Expedito Fernandes, que viria a ser presidente da *Associação Ferroviária Esportiva*:

Eu lembro que inclusive em sessenta e oito... Sessenta e cinco, mais exato, eu estava fazendo quinze anos de idade, e a Ferroviária foi fazer uma excursão em Justinópolis. Olha bem, excursão em Justinópolis! Justinópolis hoje você vai até a pé. Foi uma viagem, aí eu fiquei até sonhando com aquilo, e todo mundo foi com um caminhão aberto, na época não tinha nada assim de segurança. E deve ter ido dentro de um caminhão Chevrolet Brasil, eu lembro perfeitamente disso, deve ter ido quase cem pessoas de pé, sem segurança, sem nada, e foi a primeira viagem que eu fiz com o futebol, para assistir a Ferroviária, e um time que chama Madureira, em Justinópolis.⁵⁰

O que poderia parecer precariedade para alguém de fora soava como uma aventura inesquecível⁵¹ para o jovem Expedito, que ali iniciaria a sua relação com a *Ferroviária*. Em muitos casos, seria com a utilização de caminhões que clubes viabilizariam suas excursões, sendo obrigados a irem apenas a cidades próximas. Mesmo assim, essas seriam raras oportunidades de turismo para seus integrantes e para os membros das comunidades, como se verá no capítulo 4.

Ao contrário dos amistosos, eram poucas as equipes do interior que “pagavam visita” na capital, já que havia uma assimetria representada pela indisponibilidade de um campo gramado. As contrapartidas se materializavam na ajuda de custo e recepção, por um lado, e no esforço de

⁴⁷ Cf. CAMPOS, José Maciel [58 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 1º jun. 2017; RUFINO, Denerval Martinho [52 anos]; SANTOS, João Pereira dos [73 anos]. [ago. 2017]. Entrevistadores: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 ago. 2017.

⁴⁸ COLEN FILHO, Jair [68 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 set. 2016.

⁴⁹ Cf. SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017.

⁵⁰ FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

⁵¹ Bernardo Buarque de Hollanda identifica sensação similar nas caravanas de torcedores organizados cariocas. Cf. HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O clube como vontade e representação**: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988). 2008. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 414-503.

deslocamento, com o dispêndio do valor restante, por outro. Como forma de aproveitar melhor a ocasião, era comum a realização de partidas casadas. Em viagens distantes, uma agremiação poderia levar até quatro quadros diferentes, desde o infantil até o amador principal⁵².

Excursões eram momentos para equipes locais levarem para outras municipalidades o nome do meio varzeano belo-horizontino. Assim, certa solenidade pairava sobre essas partidas. Como reportado por várias vezes no *Diário da Tarde*, constituíam-se delegações para esses jogos, cabendo, no caso do *Rosário*, o papel de chefe da embaixada ao fundador e principal patrono, Rosário Scotellaro⁵³. Essas comitivas podiam ter, entre seus convidados, dirigentes, como o diretor do *DFA*, e, até mesmo, o presidente da *Federação Mineira de Futebol*⁵⁴. Membros da imprensa regularmente viajavam às expensas dos clubes, cumprindo o papel de correspondentes e garantindo visibilidade às disputas⁵⁵, assim como árbitros dos quadros do *Departamento de Futebol Amador* sendo que, para isso, as agremiações enviavam ofício solicitando a escalação⁵⁶.

A imagem abaixo apresenta a delegação do *Alvorada Futebol Clube*, durante excursão à cidade mineira de Monte Carmelo, em 1957.



Figura 4 – Delegação do *Alvorada Futebol Clube* em excursão à cidade de Monte Carmelo, 1957. Acervo Nilton Graciano da Silva.

⁵² Cf. CARMO, Enderson Moretti do [43 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 dez. 2016; LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017.

⁵³ Cf. O ROSÁRIO JOGARÁ DOMINGO EM POMPEU. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 13 de abril de 1963.

⁵⁴ Cf. Uberlândia receberá o Terrestre. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 25 de fevereiro de 1949; O Touring jogará em São Vicente (sic). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 9 de setembro de 1950; O Pitangui visitará Lagoa Santa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 25 de outubro de 1951.

⁵⁵ Cf. O BARREIRO EM PATROCÍNIO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 18 de outubro de 1952; Pitangui segue hoje para o Espírito Santo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 12 de agosto de 1960.

⁵⁶ Cf. Pasta do E.C. Santa Maria no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Esporte Clube Santa Maria.

Destacam-se alguns elementos na imagem acima: a escolha da pose, a utilização do paletó com o distintivo do clube bordado, a ambientação no que parece ser uma praça típica do interior mineiro, com uma igreja ao fundo. A montagem da fotografia remete a aspectos importantes das excursões. A possibilidade de visitar cenários aprazíveis, em localidades distantes, era fator considerado na viagem. A postura dos atletas indica a percepção de um papel a se cumprir, de representação da instituição e de todo um cenário esportivo. A preocupação de todos em ostentarem a vestimenta, provavelmente preparada para a ocasião, reforça a ideia da excepcionalidade do evento. A ritualística observada na imagem era algo que não se dissociava do futebol de várzea, como será visto na próxima seção.

Aspectos formais eram reforçados pela troca de ofícios para marcação de uma partida, como evidencia nota no *Diário da Tarde*, que informava que “A diretoria da Ponte Preta F. C., do Horto Florestal, recebeu ofício do Cachoeirense F. C., de Cachoeira dos Macacos, convidando o grêmio da Capital para uma exibição naquela cidade”⁵⁷. Mais uma vez, uma aproximação entre o futebol de várzea e manifestações da cultura negra popular se faz possível, já que tanto as excursões, como o envio de convites são formas que se verificam no associativismo negro⁵⁸.

Havia equipes que se especializariam na realização de excursões. Desvinculadas das competições oficiais, elas acumulavam prestígio divulgando seus feitos, algumas vezes, até mesmo pelos jornais. Era o caso do *Alfenense*, qualificado como “um time que gosta de jogar fora de Belo Horizonte. Não importa o lugar”⁵⁹. Outras articulavam as competições oficiais e os convites para excursões, como era o caso do *Rosário*, cuja “secretaria está permanentemente recebendo convites do interior”⁶⁰. Por esse motivo, anos antes, a diretoria da agremiação avaliava a possibilidade de adquirir um ônibus “para transportar o quadro de futebol para o local da partida e para excursões pelo interior”⁶¹.

Equipes renomadas, integrantes da elite do *circuito* de várzea local, podiam esperar convites mais prestigiosos, como foi o caso do *Santa Tereza*⁶², do *Pitangui*⁶³ e do *Rosário*⁶⁴ que realizaram excursões interestaduais. A equipe do *Juventus* também vivenciou situação incomum, com viagem de avião para a cidade de Rio Casca, a primeira de um time amador local⁶⁵.

⁵⁷ LIMA, Veiga. VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 4 de janeiro de 1966.

⁵⁸ Cf. SANTOS, Alberto Luiz dos. **O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP)**: as batucadas de beira de campo e o futebol de várzea. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, p. 143; VILARINO, 2007, p. 36.

⁵⁹ Minas quer ser clube completo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 7 de novembro de 1968.

⁶⁰ Era um time de tirar barriga. Rosário agora é o bom, quase hexa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 8 de agosto de 1969.

⁶¹ LIMA, Veiga. VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 11 de novembro de 1965.

⁶² Cf. A VISITA DO STA. TERESA Á CAPITAL BANDEIRANTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 13 de abril de 1950.

⁶³ Cf. Pitangui segue hoje para o Espírito Santo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 12 de agosto de 1960.

⁶⁴ Cf. ROSÁRIO JOGARÁ DOMINGO EM SANTOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 22 de setembro de 1961.

⁶⁵ Cf. PRIMEIRA VIAGEM AÉREA DE UM CLUBE VARZEANO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 8 de maio de 1952.

Excursões poderiam também encerrar distúrbios e eventos trágicos, desde acidentes de menor gravidade⁶⁶ até a morte de atletas em confrontos, como o que envolveu a *Associação Ferroviária Esportiva*, na cidade de Baldim, em 1965. Segundo noticiado pelo *Diário da Tarde*:

Em virtude dos lamentáveis acontecimentos registrados por ocasião da visita da Ferroviária à vizinha localidade de Baldim, culminando na morte de um dos integrantes da delegação belorizontina, o diretor do Departamento de Futebol Amador vai expedir nota oficial proibindo excursão àquela localidade de qualquer clube filiado à entidade oficial.⁶⁷

Tal evento faz parte das memórias de Expedito que, apesar de não estar presente, já que ainda era jovem, relatou que na ocasião “a Ferroviária ganhando, o Humberto, que era filho do prefeito, teve uma pequena discussão lá, entrou para o vestiário, pegou uma garrucha e deu um tiro num jogador nosso. Esse jogador, o tiro pegou no pescoço.” Ainda, segundo ele: “Quando chegou aqui em Belo Horizonte ele morreu. Isso virou uma convulsão, e o que é que aconteceu? Aí a Ferroviária se mobilizou, uma das maiores coisas que aconteceu no futebol amador em toda a história, mas reuniu todo mundo, de outros times, outras coisas”⁶⁸.

Situações trágicas como a decorrente da morte de um atleta da *Ferroviária* durante uma excursão poderiam aproximar vários clubes varzeanos. O evento trágico ocorrera na prova final de um festival realizado pela equipe anfitriã. Essa mesma natureza de disputa esportiva seria escolhida pela agremiação belo-horizontina com vistas a arrecadar fundos para a viúva do jogador, contando com a participação de renomados times, a exemplo do *Rosário*⁶⁹.

Em seus amistosos e excursões, os clubes varzeanos davam mostras de auto-organização. A cada evento buscavam incorporar lógicas próprias às atividades, flexibilizando regras e propiciando exercícios de reciprocidade com o intuito de facilitar a efetivação dos jogos e garantir um calendário cheio que viabilizasse o mais importante: diversão todos os fins de semana para atletas e torcedores. Um dos formatos em que uma cultura própria do meio varzeano se manifestava de maneira mais explícita e que servia para organizar todo o ano dos clubes era o dos festivais esportivos, sobre os quais se falará a seguir.

2.1.3 – Festivais

Os festivais, provavelmente, são a forma de organização que melhor representa as iniciativas autônomas das equipes varzeanas. Muito presentes em meados do século XX, a

⁶⁶ Cf. A jardineira capotou com os jogadores de futebol. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 4 de junho de 1951.

⁶⁷ LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 13 de abril de 1965.

⁶⁸ FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

⁶⁹ Cf. LIMA, Veiga. VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 4 de junho de 1966.

partir do final dos anos 1980, começaram a entrar em desuso, ainda que não tenham desaparecido por completo na capital mineira e sejam realizados ainda hoje.

Formato comum de promoção do futebol espetáculo em seus primeiros anos, os festivais eram vistos em cidades como o Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte⁷⁰. Como destacou Diana Mendes Silva, em estudo sobre a várzea paulistana, tais eventos aproximavam-se de manifestações de natureza política, como os festivais anarquistas, ou religiosa, a exemplo das festividades paroquiais⁷¹. Atos públicos da *Prefeitura de Belo Horizonte*, nos anos 1960, replicavam estrutura similar⁷². Assim, a realização dos festivais implicava apropriação, por parte dos varzeanos, de formas de organização precedentes, observáveis dentro e fora do meio esportivo, as quais encerravam cuidadoso cerimonial que permite identificar seu aspecto ritual.

Para melhor compreensão do fenômeno, necessita-se uma aproximação entre a História e a Antropologia, como bem recomenda Robert Darton⁷³. Nessa perspectiva, as reflexões de Martine Segalen sobre as possibilidades de pensar os rituais em sociedades contemporâneas são especialmente ricas. Para fazer essa transposição que, muitas vezes, significará um alargamento da compreensão do conceito que originalmente foi muito ligado a aspectos do sagrado e a contextos mais claramente liminares, a autora propõe a seguinte definição:

O rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns de um grupo⁷⁴.

Ao examinar o fenômeno a partir dessa definição, a autora tenta apreender toda a plasticidade que ele encerra, observando, inclusive na duração, as transformações daquilo que poderia soar como tradicional e imutável. Nessa perspectiva, Segalen identifica diversos contextos para os rituais, a exemplo de festas cívicas e políticas, celebrações corporativas e eventos esportivos. Ao partir dessa premissa, tentar-se-á, a seguir, examinar os festivais varzeanos em sua estrutura e em seu desenvolvimento. Entende-se que a compreensão dessas celebrações permite a aproximação de lógicas fundamentais para a organização e a atuação dos clubes e de seus integrantes em Belo Horizonte, como será retomado em capítulos seguintes.

⁷⁰ Cf. SANTOS, 2010, p. 206; SOUZA, Jhonatan Uewerton. A “Candidatura Sportiva” e outras aproximações entre esporte e política na Curitiba da Primeira República. *Vozes, Pretérito & Devir*, Teresina, vol. V, n. 1, p. 122-148, 2016; RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018.

⁷¹ Cf. SILVA, Diana Mendes Machado da. *Futebol de várzea em São Paulo: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940)*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 124.

⁷² Cf. CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 5 de dezembro de 1966.

⁷³ Cf. DARTON, Robert. História e Antropologia. In: DARTON, Robert. *O beijo de lamourette*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 284-303.

⁷⁴ SEGALLEN, Martine. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 31.

Os festivais esportivos em Belo Horizonte, como apontam os documentos e as pessoas entrevistadas, mantiveram estrutura mais ou menos estável no período estudado. A título de exemplo, apresenta-se o programa da comemoração ao 36º aniversário do *Inconfidência Esporte Clube*, do bairro Concórdia⁷⁵, em 1980, que traz a dinâmica básica desse tipo de celebração.

1944 **1980**

INCONFIDÊNCIA ESPORTE CLUBE

GRANDIOSO FESTIVAL ESPORTIVO PELA PASSAGEM DO 36.º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO

Dias 14 e 15 de junho em nossa Praça de Esportes

PROGRAMAÇÃO

SÁBADO — 11:30 hs. - Dente de Leite - OLIMPICO E.C. X FERROVIÁRIO E.C.
 Patrono: Mauro Antonio Santos
 Homenageado: Antonio Augusto Jesus

13:30 hs. - RIVER PLATE F.C. X LIDERANÇA E.C.
 Patrono: Gabriel Arcanjo Alcantra
 Homenageado: Jair Said Hans

15:30 hs. - **PROVA DE HONRA** - SAMANTA F.F. X BANCO REAL E.C.
 Patrono: Joaquim Fidelis Pimenta (Quinzote)
 Homenageado: Paulo Afonso Alves da Silva

19:00 hs. - **Missa em Ação de Graças na Igreja Nossa Senhora das Graças.**

DOMINGO - 6:00 hs. - **ALVORADA** - Salva de 21 Tiros

7:30 hs. - Dente de Leite - INCONFIDÊNCIA E.C. X CACHOEIRINHA E.C.
 Patrono: Hermes Ourives
 Homenageado: Marcos Russo

9:00 hs. - Infantil - INCONFIDÊNCIA E.C. X BETANIA E.C.
 Patrono: Valdir Vitor Teixeira
 Homenageado: Lucio dos Santos

11:00 hs. - Juvenil - INCONFIDÊNCIA E.C. X CERÂMICA DE NEVES E.C.
 Patrono: Capitão João Félix da Silva
 Homenageado: Sebastião Pinheiro - D.F.A.

13:00 hs. - **AMADOR** - Inconfidência E.C. X Santa Cruz E.C.
 (1.º Quadro) (Campeão da Copa Itatiaia 78/79)
 Patrono: Eduardo Cirilo de Lima — Homenageado: Carlos Cesar Pinguim

15:00 hs. - **Prova de Honra** - AMADOR - INCONFIDÊNCIA E.C. X ROSÁRIO E.C.
 Patrono: Esmeraldo Botelho — Homenageado: Dr. João Batista Cardoso

20:00 hs. - Entrega dos Troféus: em nossa sede
 Local: Rua Jundiá, 289 - Concórdia

Cortesia da Gráfica Modelo - Av. Blas Fortes, 1829 - Fone: 337-2353 - B. Horizonte

Figura 5 – Programa do festival de 36º aniversário do *Inconfidência E.C.*, 1980. Pasta do Inconfidência no Departamento de Futebol Amador da Capital. Acervo do Inconfidência Esporte Clube.

⁷⁵ Para informações sobre o bairro Concórdia, vide nota 113 do Capítulo 1. Para localização, confira mapa ao final da tese.

O núcleo dos festivais era constituído pelo programa de jogos. Cada partida desenvolvia-se independente das demais e previa premiação específica aos contendores, normalmente, um troféu. Os certames realizavam-se, em regra, ao longo do sábado e do domingo, sendo possível haver competição em apenas um dia⁷⁶, bem como a extensão por mais de um fim de semana⁷⁷. A posse ou não de um campo era considerada nessa escolha, como apontou João Antônio Paranhos Leão, o “Ferrinho”, do *Monte Azul Esporte Clube*:

É difícil, você tem que alugar o campo o dia inteiro, o sábado e domingo, a gente não aguenta. É difícil demais, aí acabou tudo. A gente vai em festival agora que os outros convidam a gente, a gente vai. Mas fazer festival não fizemos mais não, como é que faz? Não tem campo, não é? E você quer alugar um campo, você não consegue alugar um campo sábado e domingo o dia todo, você não consegue.⁷⁸

Nessa medida, clubes sem campo tinham dificuldades de constituir programa extenso. A quantidade de categorias da agremiação também repercutiria nessa escolha, sendo que os jogos eram organizados por ordem de importância, com os menores logo pela manhã, ou aos sábados, e o quadro amador principal ao final, em confronto chamado de prova de honra⁷⁹.

O início das atividades, em especial nos domingos, era anunciado pela “alvorada” que se tratava da reprodução da tradicional salva de tiros realizada em ritos militares. Com fogos de artifício, eram dados 21 avisos sonoros com a função de notificar à comunidade que se iniciava o dia principal da festividade. Os horários variavam, mas, normalmente, aconteciam às 5 ou às 6 horas da manhã⁸⁰. Não havia partidas na sequência, contudo, era ocasião de dar seguimento aos preparativos para a celebração que envolviam a finalização da decoração do campo de jogo.

Ainda que não acontecesse sempre, era uma tendência a celebração de missas em ação de graças, as quais normalmente ocorriam aos domingos pela manhã, antes do início do programa de partidas. Houve casos em que foi montado altar no espaço de jogo, propiciando missa campal. Dona Maria da Conceição Silva, ex-presidente do *Avante Futebol Clube*, diz que “O festival, começava, sempre a gente pedia um padre para celebrar a missa (...) O padre celebrava a missa campal, ali no (inaudível), na porta da venda ali, aí começava”⁸¹.

Ao final do festival, era comum a realização de um baile de gala ou hora dançante, na noite de domingo⁸². O que, em regra, ocorria na sede social da agremiação. Com a progressiva

⁷⁶ Cf. Homenagens do Flamengo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 13 de março de 1950.

⁷⁷ Cf. A DATA MAGNA DO TREMEDAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de setembro de 1950.

⁷⁸ LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017.

⁷⁹ Cf. Festival do Amazonas amanhã. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 8 de outubro de 1966.

⁸⁰ Cf. EM FESTAS O ESTRELA DE MINAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 14 de março de 1953.

⁸¹ SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017.

⁸² Cf. Eldorado promoverá festival domingo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 2º caderno, 23 de janeiro de 1961.

perda desses espaços pelos clubes, especialmente a partir dos anos 1970, esse teria sido um dos primeiros componentes da celebração a entrar em desuso. Contudo, para os que tinham um local próprio, era ocasião de promover noite dançante especial, com a contratação de conjunto musical. Amir Vimieiro, filho do fundador da *Associação Atlética Popular*, recorda-se que: “No festival tinha orquestra... fora do festival era no famoso LP. (...) ele era a conclusão do festival, não é? (...) Era o baile de gala.”⁸³ Podia, ainda, ser o momento de distribuição das premiações aos vencedores das partidas, bem como de coroação das rainhas e das princesas do festival⁸⁴.

Cada uma das partidas ou das “provas”, como eram chamadas, previa sequência ritual que consistia na entrada dos capitães acompanhados pelo patrono, responsável pela oferta do troféu em disputa, bem como do padrinho ou madrinha da bola que presenteava o clube com a bola do jogo, a qual seria reaproveitada depois pela equipe. Como pode ser observado na imagem do festival da *Associação Esportiva Suzana*, nos anos 1980 (figura 6). Na disputa principal, a prova de honra, os capitães acompanhavam a rainha, como na foto do festival da *Associação Ferroviária Esportiva*, no campo do *Pitangui Esporte Clube*, nos anos 1970 (figura 7).



Figura 6 – Entrada em campo de capitães, patrono e madrinha da bola durante festival do *Suzana*, anos 1980. Acervo Antônio Jorge Silva.



Figura 7 – Entrada de capitães e rainha em festival da *Ferroviária*, anos 1970. Acervo Renato Arruda.

Após a entrada em campo, havia a oferta do troféu, como relatou o ex-presidente do *Reunidos Esporte Clube*, Jair Colen Filho, conhecido como “Lu”:

E então ela comparecia no dia e ela fazia um rápido discurso, o Reunidos agradecia, explica quem era aquela pessoa, ela também desejava sucesso para os que estavam jogando, dava o chute inicial, mostrava o troféu que ela estava ofertando, não é? E explicava que se terminasse empatado era disputa de pênaltis, que não podia ter prorrogação por causa de horário (...).⁸⁵

⁸³ VIMIEIRO, Amir Bertholdo [76 anos]; CARVALHO, Antônio Geraldo de [60 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 abr. 2016.

⁸⁴ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 19 de julho de 1965.

⁸⁵ COLEN FILHO, Jair [68 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 set. 2016.

Como apontado pelo depoente, as provas, se empatadas, normalmente decidiam-se em disputas de pênaltis, já que os festivais previam sequência de jogos. Garantir que a prova de honra pudesse se desenrolar com luz natural, uma vez que praticamente não havia campos com refletores, era desafio para a organização. Caso a premiação não fosse feita no baile, ela ocorria ao final da disputa, sendo os troféus entregues pelos patronos, junto ou não da rainha.

A promoção de um festival demandava a mobilização dos responsáveis que programavam, por meses, a atividade. Raimundo Expedito Fernandes, ex-presidente da *Associação Esportiva Ferroviária*, comenta acerca dos preparativos: “Exatamente, conseguíamos cinco, seis bolas, os troféus, o material, aquela estrutura do enfeite, foguete, marcação de campo, arbitragem... A gente para fazer um festival levava cinco, seis meses organizando”⁸⁶.

Festivais poderiam marcar passagens especiais, como inaugurações de campos⁸⁷ ou conquistas de títulos⁸⁸, mas sua realização era, principalmente, em função do aniversário da entidade e marcava a passagem de ciclo da agremiação, na qual uma multiplicidade de vínculos era reafirmada. Ao longo do processo e durante a celebração, havia a articulação e a reiteração de várias relações forjadas pelos clubes e por seus membros com ampla gama de atores sociais, as quais, de uma forma ou de outra, eram representadas dentro da sequência ritual do evento.

Para compreensão das relações que eram dramatizadas ao longo dos festivais e ali firmadas ou renovadas, as reflexões de Marcel Mauss acerca de uma economia das trocas, marcada por sistema de prestações e contraprestações que encerram obrigações e até mesmo antagonismos e rivalidades, são, especialmente, inspiradoras⁸⁹. Como se tentará demonstrar, muitos momentos vinculados à celebração eram carregados de sentidos de reciprocidade.

A constituição do programa de jogos do festival era fundamental para o sucesso do evento. Deveria proporcionar embates que fossem, ao mesmo tempo, equilibrados, com partidas absorventes e a presença de equipes renomadas, bem como reafirmar laços de proximidade com agremiações da região. A posse do campo influenciava nessas escolhas, sendo que as associações que possuíam espaço próprio tinham mais liberdade. No caso dos clubes desprovidos, uma negociação já se fazia necessária, dado que, para garantir a disponibilidade da área durante um dia ou um fim de semana inteiro, precisavam retribuir àqueles times que normalmente ocupavam os horários do lugar, com a oferta de participação na programação do festival que organizariam.

⁸⁶ FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

⁸⁷ Cf. O FESTIVAL DO MATADOURO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 7 de julho de 1950.

⁸⁸ Cf. Pasta do Alvorada F.C. no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Alvorada Futebol Clube.

⁸⁹ Cf. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2003, p. 183-314.

Mesmo agremiações que detinham a posse de seu espaço de jogo procuravam privilegiar equipes que mantinham horários regulares em seu campo, uma vez que elas contribuíam para a manutenção do lugar, ao pagarem ajuda de custo por todo o ano. A honra de participar do festival e poder propor a programação de uma das partidas da celebração representava reconhecimento que reforçava a relação estabelecida. Da mesma forma, o convite a uma associação gerava a expectativa de reciprocidade, com futuro chamado por parte do visitante. A respeito, Antônio Jorge Silva, mais conhecido como “Ió”, da *Associação Esportiva Suzana*, exemplificou: “O Cachoeirinha fazia uma festa e convidava o Suzana para uma prova de honra. No ano seguinte, o Suzana fazia a festa e chamava o Cachoeirinha para jogar na preliminar ou na prova de honra.”⁹⁰

Essa troca de convites gerava a tendência de que equipes da mesma região ou com vínculos consolidados participassem das festividades das coirmãs. Contudo, a escolha do time que comporia a prova de honra implicava em um cálculo que levava em conta não só as retribuições de chamados anteriores ou convocações futuras, mas a conjugação, por um lado, do prestígio da celebração junto ao meio varzeano e, por outro, do risco da derrota da equipe promotora pelo visitante. José Fernando Pereira, o “Preto”, dirigente do *Monte Azul Esporte Clube*, comentou em entrevista sobre essa avaliação: “... Aí para prova de honra, a gente sempre convidava um time não muito forte, se não ganhava o troféu da gente. É o que faz hoje, todo o time faz é isso aí. A prova de honra é sempre, convida um time mais fraco, para não perder o troféu bom, não é?”⁹¹.

A possibilidade de perder o principal troféu do festival representava um temor para os organizadores. Contudo, quanto maior o risco, ou seja, quanto mais renomado o time visitante, mais absorvente seria a contenda, atraindo os olhares do meio varzeano, da imprensa, o que conferia prestígio à agremiação. Nessa medida, o convite a equipes de base de clubes profissionais representava mecanismo de busca de visibilidade e reconhecimento para a entidade. Prática comum⁹², essa escolha era ocasião dos atletas amadores medirem forças com aqueles que gozavam de estrutura de excelência, ainda que a chance de derrota fosse quase certa. Jorgeval Costa Lima, ex-goleiro da *Sociedade Esportiva São José Operário*, rememorou o jogo entre um time varzeano e uma equipe profissional: “Igual eu lembro de um que teve aqui no clube. O Flamengo jogou contra o time, tipo assim, sub-20 do América. Oh, um jogão, cara. Lotou o campo, trouxe o América aqui, não é? Time profissional, mas vieram os meninos, é isso.”⁹³

⁹⁰ SILVA, Antônio Jorge [71 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 jun. 2016.

⁹¹ LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017.

⁹² Cf. NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 24 de abril de 1963.

⁹³ LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

Ao clube visitante havia o desafio de “roubar” do adversário o objeto de desejo, o troféu da prova de honra. Essa possibilidade altamente excitante não implicava apenas em vencer o jogo, pois, não raras vezes, a derrota do time local era seguida de brigas e artimanhas para evitar que o prêmio fosse retirado do território. São fartos os relatos de episódios do tipo. Eliana da Conceição Costa, ex-dirigente do *Avante Futebol Clube*, contou que:

O Avante já saiu de campo com torcida debaixo de pedrada, os outros jogando pedra. (...) Ganhava o troféu no campo dos outros, (risos) e aí eles não queriam entregar troféu, aí era aquela briga, que não sei o que... E sempre tinha juiz da federação... Mas era bom demais porque a briga decorria, mas depois a gente vinha rindo no caminho. Era muito bom.⁹⁴

Já José Pimenta Gomes de Oliveira, fundador do *Riviera Atlético Clube*, rememorou outra artimanha dos derrotados: “Igual o troféu que eu falei com você que nós ganhamos no Primeiro de Maio, era um troféu desse tamanho assim, oh, só porque nós ganhamos o troféu eles trocaram o troféu. (risos) Sacanagem!”⁹⁵. Nessa medida, como ressalta Mauss, as reciprocidades não se baseiam apenas em trocas de benesses entre os envolvidos, pressupõe, também, o que chama *potlach* ou prestações totais de tipo agonístico, em que rivalidades baseadas no intuito de destruir as riquezas alheias são verificadas.

Talvez o momento do ritual que melhor evidencia as relações de reciprocidade presentes nos festivais se trate da escolha dos patronos, padrinhos e homenageados. Cada uma dessas figuras cumpria papel específico na comemoração e reiterava laços que se mostravam fundamentais para a manutenção das atividades regulares dos clubes. A apresentação pública, seja na divulgação dos programas, seja na encenação dos atos componentes da cerimônia, reiterava o desejo de consolidação, frente à comunidade e ao meio varzeano, dessas conexões.

Ao patrono ou à patronesse caberia a compra do troféu colocado em disputa a cada uma das provas do festival. A expectativa era de que a premiação fosse condizente com a importância da partida, cabendo à taça da prova de honra ser a mais suntuosa, o que normalmente era medido pelo seu tamanho, uma retribuição ao privilégio de ser convidado para o jogo de maior destaque.

A escolha do patrono estava baseada na expectativa da premiação que ele fosse capaz de oferecer. Isso não se restringia apenas à condição financeira do convidado, mas também ao valor que ele atribuía à agremiação e às relações que mantinha com ela ao longo do tempo. Muitos eram os casos em que a simpatia e a devoção ao clube eram fatores determinantes. Sobre essa escolha, José Pimenta Gomes de Oliveira, do *Riviera Atlético Clube* comentou:

⁹⁴ SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017.

⁹⁵ OLIVEIRA, José Pimenta Gomes de [71 anos]; GOMES, Pedro Pimenta [65 anos]; DINIZ, Marco Antônio [60 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 fev. 2017.

Eu preferia colocar gente do bairro do que chamar os cara lá, porque você tem muita decepção, não é? Chamava para patrono um daqueles caras ricos lá, eles davam um troféu desse tamanhozinho assim, oh. Brincadeira! Na prova de honra? (...) Eu tinha essa teoria, sabe? Preferia pôr um pintor, um pedreiro, uma outra pessoa, do que por um...⁹⁶

Havia situações, inclusive, em que o convite era forma de reconhecimento público da atuação de alguém que era apresentado ante a comunidade como benfeitor, ainda que não dispusesse de posses para tal. Jorgeval Costa Lima, da *Associação Esportiva São José Operário*, ponderou sobre essas exceções: “Não era só por causa de poder aquisitivo, não. Às vezes o cara não tinha nada, mas nós até ajudávamos ele comprar um troféu só para ele ser o patrono”⁹⁷.

Por mais que parecesse algo menor, a eleição do padrinho da bola, ou da madrinha, como era mais recorrente, trata-se de posição valorizada pelos membros do clube. José Pimenta Gomes de Oliveira, do *Riviera Atlético Clube*, disse sobre os padrinhos:

Acabava o festival, o time tinha quatro, tinha seis, sete bolas. Porque cada padrinho, cada prova era um padrinho e um patrono. Aqueles caras mais “chegadão”, tem um, usavam um termo assim, às vezes os caras falavam assim: “Eu quero dar um troféu do meu tamanho”, eu pensava: “porque eu posso perder o troféu, a bola não, vou colocar ele para ser padrinho, porque ele dar um troféu do tamanho dele, disputava a gente perde e aí?”, entendeu?⁹⁸

Uma bola era material esportivo de grande valia, dadas as dificuldades de sua aquisição regular, ao longo do ano, pelo custo. Como explicou Raimundo Expedito Fernandes, ex-presidente da *Associação Esportiva Ferroviária*: “Então, outra coisa difícil era você comprar uma bola, na época lá da G18, porque ela vinha com dezoito gomos, era rara. Hoje não, hoje cada clube tem cinco, seis bolas, é uma coisa banal.”⁹⁹ Os festivais constituíam-se, assim, em oportunidade de angariar fundos e equipamentos para as atividades cotidianas da entidade.

A definição dos homenageados seguia lógica inversa, já que era forma de o clube realizar contraprestação àqueles que, ao longo do ano, tivessem ajudado ou, então, mecanismo para constituir novas alianças e angariar futuros fiadores políticos ou patrocinadores. Era comum que figuras do mundo político, da imprensa e do meio esportivo assumissem tal papel, especialmente nas provas principais. Era ocasião de reconhecer a atuação de pessoas que viabilizaram atividades da agremiação, como relatou Expedito, ex-presidente da *Ferroviária*:

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

⁹⁸ OLIVEIRA, José Pimenta Gomes de [71 anos]; GOMES, Pedro Pimenta [65 anos]; DINIZ, Marco Antônio [60 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 fev. 2017.

⁹⁹ FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

Não, às vezes, você convidava um diretor do DFA, isso era normal. O Edimar, por exemplo, diretor do DFA, sempre foi homenageado pela Ferroviária. O Vinícius que foi diretor do DFA, o doutor Bregunci, o Elmer Guilherme, sempre nos ajudou. Sempre foram pessoas assim muito gratas, que a gente devia obrigação, nos ajudava. Às vezes, porque antigamente, você para conseguir um alvará você tinha que pagar, então, através de meios, você conseguia um advogado, uma coisa qualquer, você conseguia... Porque tinha que estar com a documentação toda em dia, tudo certinho, às vezes faltava alguma coisa você dependia de uma lei. Você sempre teve essa ajuda. Então você homenageava essas pessoas no festival, e a pessoa se sentia bem, gratificada.¹⁰⁰

Essas deferências eram importante estratégia de sobrevivência dos clubes, articulando-se com redes pessoais que garantiam, inclusive, a dispensa de compromissos dos campeonatos oficiais para promoção de sua celebração. O programa do festival do Inconfidência (figura 4), por exemplo, encontra-se em meio à documentação do *Departamento de Futebol Amador* da *Federação Mineira de Futebol*, pois seguiu anexo ao convite para participação de seus diretores como homenageados. A seleção, contudo, não se restringia a figuras externas à comunidade. Especialmente nos jogos iniciais, de menor projeção, abria-se oportunidade para deferência a membros da localidade, muitos dos quais prestaram serviços à agremiação. Era ocasião, ainda, para laurear os mais velhos que compartilhavam da estima e do respeito dos moradores do lugar.

Durante a realização do festival, todas essas relações eram dramatizadas e apresentadas ao público em ritos como a entrada em campo, os discursos, o pontapé inicial e a entrega dos troféus. Era recorrente a destinação de espaços de destaque para os homenageados, seja nas tribunas de honra, de que alguns campos dispunham, ou em palanques montados para a celebração. Assim, como ressalta Mauss, havia clareza dos envolvidos sobre as obrigações que deles se esperavam quando tais convites eram realizados, constituindo-se em verdadeiras convocações. Expedito relatou em sua entrevista de que forma as invitações eram acolhidas, reforçando a ideia de que eram sempre aceitas:

A gente perguntava assim, chegava perto da pessoa, abordava ela: “Aqui nós vamos ter um festival dia tal, e nós estamos procurando um padrinho para o jogo tal, você tem condição de...”. Convidava, fazia o convite antes, para ver se a pessoa tinha condições de comprar um troféu e participar na data, não é? E sempre era aceito.¹⁰¹

Rainhas e princesas eram duas figuras que estiveram presentes em boa parte dos festivais varzeanos. Seu papel consistia, principalmente, em atuar durante a prova de honra, quando eram apresentadas ao público pelos capitães dos times, a quem, terminada a disputa, entregariam o troféu principal da celebração, ou ainda, ingressavam em campo junto com outros, como se vê

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ *Idem.*

no caso do festival do *Alvorada* (figura 8). Nos bailes de gala, poderiam participar, de forma que fossem coroadas durante a noite dançante, como no festival do 12º aniversário do *XV de Novembro Futebol Clube* que anunciava “baile em comemoração ao aniversário do clube e coroação da rainha e das princesas, na sede do Ideal Clube Teatro-Escola”¹⁰².



Figura 8 – Entrada em campo durante festival do *Alvorada Futebol Clube*, anos 1950. Acervo Nilton Graciano da Silva.

O processo de escolha da rainha e das princesas variava de clube para clube. Em alguns casos, tratava-se de simples eleição por parte dos diretores da agremiação, a qual levava em conta basicamente laços de parentesco, com a escolha de filhas e sobrinhas. Algo fundamental, nesse caso, era a possibilidade de os familiares arcarem com os custos de confecção da indumentária da selecionada. Outro mecanismo utilizado era a criação de júri formado por dirigentes das associações que faziam eleição baseada em critérios de beleza e simpatia. Nesses casos, em regra, caberia à entidade ofertar vestido que pudesse ser usado pela escolhida.

Contudo, a forma mais regular de escolha da rainha e das princesas era por meio da venda de cotas pelas garotas, como se vê em rifas, sendo que aquela que fosse a mais bem sucedida era escolhida. Como se recordou Eliana da Conceição Costa, do *Avante Futebol Clube*:

Vender, igual tinha rainha de pipoca e amendoim, rei do amendoim, rainha da pipoca, a gente vendia, tinham os talõezinhos, não é? E a gente vendia, quem vendesse mais era a rainha. Aí depois quando eu deixei de ser a rainha,

¹⁰² XV DE NOVEMBRO COMEMORA 12º ANIVERSÁRIO: PROVA DE HONRA COM JUVENTUS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 13 de novembro de 1962.

fui rainha uns quatro ou cinco anos seguidos. Depois disso eu passei para essa menina que mora aqui do lado, que agora é evangélica. Não pode nem tocar no assunto, mas (risos) ela foi rainha no meu lugar, certo? Aí nós compramos vestido para ela, arrumamos tudo direitinho para ela ser rainha, ela foi. Depois dela foi a Junia, e aí parou por aí.¹⁰³

Os recursos angariados pelas participantes eram revertidos ao clube promotor do festival, o que viabilizava a preparação da celebração e a aquisição de materiais esportivos. Novamente, observa-se a retribuição, com a contraprestação em forma do reconhecimento público como rainha ou princesa do festival, ocupando lugar de destaque na comemoração.

A presença de rainhas e princesas na prova de honra era atração extra. Como os suntuosos troféus, a presença das garotas no jogo final representava mais uma forma de ostentação pelo clube, tensionando entre um protagonismo feminino, de um lado, e as visões sexistas de um meio altamente masculino, de outro. Como ressaltou José Maciel Campos, o “Zeca”, fundador do *Campo Verde Futebol Clube*, ao comentar sobre as partidas preliminares e a prova de honra:

É. Por exemplo, (...) vamos supor, hoje em dia, vou pegar o Pitangui e o Santa Cruz, fazendo a preliminar. Aí eles vão com a torcida deles. **Mas a torcida deles vai querer ver a prova de honra não, é? Porque tem as madrinhas, tem as menininhas que entram...** É uma festa bonita, não é?... que é o fechamento. Aí o campo realmente não tinha nem lugar de mexer em volta.¹⁰⁴ (grifo nosso)

Os festivais, que eram formas de o clube reforçar vínculos comunitários, gozavam de grande interesse dos habitantes dos bairros periféricos da capital mineira. Sobre a movimentação nessas ocasiões, José Isaac, fundador do *São Luiz Futebol Clube*, relatou que:

No campo lá em cima lá, se você chegasse depois de três horas, você não via o jogo, (...) não é compadre? Enchia demais. Você tinha que passar no meio para ver o jogo, você podia entrar nos barracos aqui, porque a favela já estava formada, você podia entrar num barraco aqui, tomar banho, trocar de roupa, e tudo (risos) não tinha ninguém dentro de casa, não tinha ninguém, o pessoal ia todo para o campo. Porque dava prazer você ver o time do São Luiz jogar. Porque o time do São Luiz, o time era bom, quando não era filiado.¹⁰⁵

Com vistas à promoção do festival, os clubes criavam diversas estratégias para arrecadação de fundos, sendo a mais comum a venda de rifas. Os valores angariados permitiam que a agremiação pudesse comprar seus uniformes. Como marca da passagem que essa celebração significava, aquele era momento de se apresentar ao público com vestuário renovado. Expedito falou em entrevista sobre a produção de novos materiais para os festivais:

¹⁰³ SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017.

¹⁰⁴ CAMPOS, José Maciel [58 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 1º jun. 2017.

¹⁰⁵ SOUZA, Elias de [70 anos]; ISAAC, José [73 anos]; ISAAC, João [70 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 fev. 2017.

O problema mais caro sempre é a arbitragem, você tem que estar comprando o material e normalmente sempre o festival você lança um material novo. Como é que você vai entrar num festival, que é aniversário do seu time com material usado? Que é uma das coisas... Hoje não, hoje qualquer político joga pela janela material, antigamente não, você tinha que ir... Era na casa de esportes João Delones que era a mais tradicional dentro de Belo Horizonte, que era na Rua Caetés com Bahia ali, e mandava fazer um timbre, quem bordava os escudos, era tudo um complicador, hoje não, na maquina ali tece.¹⁰⁶

Outro fator que demandava arrecadação era a contratação de árbitros para as partidas, com variações dada a importância da prova, pois esse era um dos maiores custos para a promoção do festival. Assim, havia desde os voluntários para os jogos das categorias menores, os chamados “juizes de barranco” que apitavam gratuitamente e sem o auxílio de bandeirinhas, até os trios remunerados, ligados à *Federação Mineira de Futebol*, para a condução das provas de honra.

Do ponto de vista econômico, o festival representava oportunidade para a comunidade local que, graças à boa afluência de público, podia gerar renda adicional, comercializando comidas e bebidas aos espectadores das partidas. A presença dos ambulantes, ou mesmo a das barraquinhas em torno do campo, é muito forte na memória social acerca do tema.

A realização do festival pressupunha a mobilização e publicização da festa e, para tanto, as entidades criavam estratégias para viabilizar a produção de material de divulgação, bem como articulavam alianças que fossem capazes de amplificar a notícia do evento. Não eram raros cartazes que expusessem uma série de patrocinadores, especialmente, estabelecimentos comerciais de bairro, a exemplo do programa do festival do *Alvorada Futebol Clube* em comemoração ao campeonato do *DFA* de 1972 (figura 9, abaixo). A distribuição das peças gráficas mobilizava o clube e as equipes convidadas para compor a celebração. As colunas dedicadas à várzea noticiavam recorrentemente esse tipo de disputa. Nessa medida, novas relações de reciprocidade se davam. O objetivo dos realizadores era garantir que o campo estivesse o mais cheio possível, sinal de prestígio do clube, o que repercutia no meio varzeano.

Festival era ocasião para produção de decoração especial no campo. No domingo, principalmente, a área era recoberta pelos adereços exigidos. As bandeirolas, presas em barbantes e espalhadas por todo o campo, eram o elemento mais recorrente. Bambus eram muito comuns, com os quais se formavam arcos que criavam espécie de portal pelo qual times, patronos, madrinhas e rainhas adentravam o local da partida (vide figura 7)¹⁰⁷. Como em outros rituais, a preparação do lugar era momento fundamental. A alvorada convocava a comunidade

¹⁰⁶ FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

¹⁰⁷ Fernando Abrahão aponta para decoração similar no caso paulistano. Cf. ABRAHÃO, Fernando Antônio. **XXV de Agosto Futebol Clube**: uma história do futebol amador de São Paulo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015, p. 43.

para finalização dos preparativos. Edval Gomes da Rocha, da *Associação Esportiva São José Operário*, relembra-se que: “A gente que era menino e jogava na época do infantil, ele falava: ‘Oh, na hora do jogo vocês tem que vir para cá mais cedo para gente poder fincar os bambus, amarrar as bandeirinhas’. Então, assim, era ajuda mútua do time, entendeu?”¹⁰⁸

ALVORADA F.C.

Grandioso Festival Esportivo, DIA 25 de Fevereiro
em comemoração a conquista do Título máximo de
Futebol Amador de 1972 B. H.

POSTO DE ABASTECIMENTO SANTO ANTONIO de João e Lola Cereais, Conservas e Bebidas da melhor qualidade. Rua Mariano Procópio, 823	As 5 horas Alvorada com Salva de 21 Tiros – 1.ª prova às 8,30 horas Ezequiel Dias x Vigilantes PATRONO: Antonio Rafael Diniz HOMENAGEADOS: Marcos Faria, Frederico Amin e todos Familiares dos Diretores e Atletas do ALVORADA	CENTER-BALL. O ponto de encontro atualizado da Capital e Interior Chepping Center Praça Sete
ALMOUGUE ALMEIDA Onde você encontra a melhor carne — Direção de Ananias — Av. Tejuco, 224	2.ª prova às 10,30 horas Quadro B - Alvorada x Veteranos Pompeia FC Patrono: Nicodemus Rodrigues da Cruz Homenageados: Radio Jornal, Radio Itatiaia, TV Vila Rica, Canal 7 e suas respectivas Equipes de Esportes.	JEEPAUTO LTDA. Peças e Acessórios para Veículos de todas as marcas e anos. desde JEEP até seu Corcel 73. Fone 37-1000 Rua Rio Grande do Sul 107
LANTERNAGEM E PINTURA SÃO GERALDO Perfeição, Esmero e preços mínimos Rua Oswaldo Cruz, 30	3.ª prova às 13 horas Categoria Alvorada x Brasilina Juvenil PATRONO: Dr. Walter A. Maciel Sobrinho HOMENAGEADOS: Frederico José do Nascimento e Nicolau da Costa Val.	BAR DOCA'S Onde os amigos se reúnem para um bate-papo informal e tomar AQUELE CHOPP GELADINHO Rua Mariano Procópio, 148
SALÃO BARBEARIA BEN-HUR Especialista em Corte de cabelo de criança Direção de Faustino Neto Rua Mariano Procópio, 290	As 15,00 hs. - entrega das faixas aos seus campeões pelas resp. Madrinhas as 16 hs. a PROVA DE HONRA	ALINE JOIAS LTDA. Censuros de Joias em geral, Relógios Pulseiras e confecções de Alianças do mais alto Quilate — direção do Doca — Rua Mariano Procópio, 150
O BARATÃO O melhor Super-Mercado do Bairro, onde você compra desde Cereais até verduras frescas diariamente Direção de -Irmãos Ribeiro Rua Tamandaré, 261	Alvorada F.C. Pitangui F.C. Campeão Amador de 72, pelo D.F.A.C. Campeão Amador da Copa Itatiaia 72 PATRONO: Deputado Aécio Cunha HOMENAGEADOS: Diários e Emissoras Associadas e suas Equipes de Esportes, De Po. Futebol Amador e Sr. José Pedro da Silva «O Monkey»	Bar e Merceria EDSON Armarinhos Bar e Merceria, de tudo, um pouco. Preços ótimos direção do amigo Edson Av. Tejuco, 164

Figura 9 – Programa do festival do *Alvorada F.C.* em comemoração ao título do *DFA* de 1972. Pasta do Alvorada no Departamento de Futebol Amador da Capital. Acervo do Alvorada Futebol Clube.

¹⁰⁸ LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

Aos clubes convidados cabia a entrega de suas bandeiras na véspera da celebração. Essas seriam ostentadas em cada uma das partidas, marcando e visibilizando a presença das entidades que se engajavam na comemoração. Sobre a colocação das bandeiras dos times participantes, Eliana, do *Avante Futebol Clube*, comentou em sua entrevista:

O Avante pedia para trazer, para poder colocar, pedia para trazer na véspera porque no sábado a gente já arrumava, então colocava. Igual tinha em Copa do Mundo que tem as bandeiras de cada seleção. Então punha lá de todo mundo que ia jogar no... todos que vão jogar, não é? Independente da hora...¹⁰⁹

Um tom de excepcionalidade marcava os festivais. Em algumas ocasiões, o hasteamento poderia se revestir de solenidade, incluindo-se a execução do hino nacional. Mais do que meras comemorações de aniversário dos clubes, essas celebrações constituíam-se em cerimônias plenas de simbologias, momentos no qual inúmeros vínculos das agremiações eram renovados. Diversos atores sociais eram mobilizados na dramatização que se dava ao longo do fim de semana no qual transcorria, representando relações comunitárias, políticas e esportivas forjadas pelas entidades.

Em diversos contextos, a promoção de um grande festival poderia significar distinção igual ou maior do que a conquista de um campeonato. Não é à toa que essas celebrações ocupam espaço tão privilegiado nas colunas jornalísticas sobre a várzea e na memória social que se tem sobre essa prática esportiva e cultural. Grande realização para os envolvidos, eram a afirmação mais latente da organização autônoma que os clubes mantinham em seu cotidiano.

2.1.4 – Jogos festivos

Não apenas a busca de prestígio e a realização de disputas absorventes ocupavam o cotidiano da várzea em Belo Horizonte. Muitas vezes, partidas desinteressadas, em que se empenhavam jogadores menos técnicos e em pior condição física, preenchiam o tempo livre dos campos, nas eventuais peladas. Mesmo entre os integrantes das equipes mais organizadas, momentos de baixa competitividade, com prevalência do lúdico e do jocoso, eram observados. Eram jogos festivos, organizados em períodos excepcionais do ano ou durante comemorações, reforçando-se laços de amizade, vizinhança e parentesco, ou, ainda, garantindo reencontros com antigos moradores do bairro que retornavam ao lugar por ocasião dos dias de festas e feriados.

Em muitos casos, tais disputas compunham a programação de festivais esportivos, a exemplo da celebração do *Nacional Futebol Clube* pela conquista do tricampeonato da divisão “João Trindade do Nascimento”, que foi aberta pelo jogo “Gordos x Magros”¹¹⁰. Em outra

¹⁰⁹ SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017.

¹¹⁰ NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 16 de maio de 1964.

ocasião, em festival promovido pelo *Dirigentes de Trânsito E.C.*, viu-se a partida “Gordos do DET x Gordos da Brahma”, realizado no ingrato horário do meio-dia¹¹¹. Ou ainda o embate “Errados x Veteranos” que compôs a comemoração do *Esporte Clube Santa Maria*¹¹².

Nos casos acima, a jocosidade¹¹³ é explicitada pelo nome que as contendias recebiam, fazendo troça com a condição física e a qualidade técnica dos jogadores. Constituíam momento de distensão dentro de uma celebração altamente ritualizada e competitiva como eram os festivais. Outras composições podiam ser encontradas, como indica o embate “Família Correa x Família Dutra”, parte do festival da A. A. *Cruzeiro do Sul*¹¹⁴, ou o jogo entre “torcedores do Cruzeiro x Atlético” na comemoração promovida pelo time da *Radio Inconfidência*¹¹⁵.

Em épocas de carnaval, a jocosidade e a inversão poderiam ser ainda maiores. Como no caso de partidas com atletas fantasiados¹¹⁶, ou mesmo, com jogadores travestidos, simulando um embate entre quadros femininos e masculinos¹¹⁷. Além das tensões de gênero, oposições esportivas e raciais eram representadas, a exemplo das disputas entre torcedores do Cruzeiro x torcedores do Atlético. Ou, ainda, na configuração pretos x brancos, como se viu na partida em benefício do massagista Campeão, do *América*, clube profissional da cidade, realizada no estádio da Alameda, justamente em um 13 de maio, dia da abolição¹¹⁸. Esses tipos de certames ainda hoje podem ser presenciados na várzea de Belo Horizonte¹¹⁹.

“Casados x solteiros” eram as disputas mais recorrentes desse tipo de partida, por vezes, foram prova de honra de festivais esportivos¹²⁰. Outras tantas aconteceram isoladamente em razão de uma data especial, como na homenagem ao Dia do Papai da A. A. *Bonfim*¹²¹. Para tornar esses embates mais absorventes, uma premiação poderia ser colocada em jogo, como os cinco barris de chopp no encontro casados e solteiros dos integrantes do *Clube dos Doze*¹²².

Tais embates eram recorrentes em inícios e fins de ano. Como no caso do *Rosário*:

Os esportistas Valter Scotelaro e Didi, tomaram a iniciativa da promoção no próximo dia 6 de janeiro quando jogarão as equipes de Solteiros e Casados do Rosário. A iniciativa teve logo o apoio do presidente Dalmir Fernandez Othoro, do patrono do Clube – Rosário Scotelaro. Valtinho vai orientar a equipe dos

¹¹¹ Cf. LIMA, Veiga. Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 16 de julho de 1966.

¹¹² Cf. LIMA, Veiga. Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 12 de novembro de 1966.

¹¹³ Sobre as jocosidades futebolísticas em situações torcedoras ver: GASTALDO, Édison. As relações jocosas futebolísticas. Futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 311-325, 2010.

¹¹⁴ Cf. LIMA, Veiga. Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 15 de setembro de 1967.

¹¹⁵ Cf. LIMA, Veiga. Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 20 de abril de 1967.

¹¹⁶ Cf. PELADA A' FANTASIA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 25 de fevereiro de 1949.

¹¹⁷ Cf. NOTAS DA VÁRZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 16 de fevereiro de 1955.

¹¹⁸ Cf. DIA 13, O JOGO “PRETOS X BRANCOS”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 3 de maio de 1954.

¹¹⁹ Cf. SILVA, Jarbas José da [68 anos]. [jun. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 23 jun. 2018.

¹²⁰ Cf. O festival do Flôr de Minas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 26 de abril de 1951.

¹²¹ Cf. SOLTEIROS, 4 X CASADOS, 1. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 13 de agosto de 1963.

¹²² Cf. Casados e Solteiros do Clube dos Doze. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 9 de dezembro de 1965.

“enforcados” e Didi dirigirá a equipe dos “folgados”. (...) A promoção ganhou vulto e promete um transcurso dos mais movimentados porque vai entrar na disputa um rico troféu, ofertado pelo presidente do Rosario E. C. – o esportista Dalmi (*sic*) Fernandez Othero, que vai jogar no time dos “enforcados”.¹²³

O tom de descontração é ressaltado com a comparação: solteiros, “folgados”, e casados, “enforcados”. A competitividade era garantida pela colocação de um troféu em disputa. Seguindo a lógica de tentativa de preenchimento do calendário em todos os fins de semana, tais jogos ocupavam o período do ano de mais difícil organização de embates. Como relembra Sebastião Bento de Souza, o “Tãozinho”, do *Betânia Esporte Clube*: “A gente fazia a turma daqui de cima, contra a turma de lá de baixo. Fazia preto contra branco. A gente fazia muitas variedades para poder... Porque, às vezes, não tinha nada para fazer, aí dava motivação.”¹²⁴

Confrontos políticos podiam ser mimetizados nesses encontros, como na notícia de 1963:

A luta ‘Sim’ x ‘Não’ atingiu também o futebol varzeano e jogadores do bairro da Cachoeirinha resolveram formar duas equipes para disputar o ‘plebiscito’. Com isso o Parlamentarismo e o Presidencialismo têm encontro marcado para as 15 horas de amanhã, no campo da A. A, Cachoeirinha, sob a direção do juiz Quinzote.¹²⁵

A nota acima é reveladora de apropriações populares acerca de grandes eventos brasileiros. Ao transformar a questão nacional em uma disputa própria, com certo tom de jocosidade, os varzeanos demonstravam estar atentos aos grandes debates do país e, à sua maneira, faziam política ao mesmo tempo em que preenchiam mais um fim de semana de futebol.

2.1.5 – Torneios avulsos

Enquanto as equipes filiadas à *Federação Mineira de Futebol* ocupavam parte do seu calendário com a competição oficial, às agremiações não federadas restavam diversos fins de semanas a serem preenchidos. A programação apenas de partidas amistosas poderia ser algo pouco interessante, senão tedioso. O mesmo ocorria com clubes pertencentes aos quadros do *Departamento de Futebol Amador* eliminados nas fases iniciais do campeonato da entidade ou aguardando a conclusão de julgamentos. Nessa medida, não raro, os dirigentes varzeanos engajavam-se na promoção de torneios avulsos que fossem capazes de ocupar as datas vagas, articulando formas de disputa oficiais e modos de organização alinhados às lógicas autônomas.

¹²³ LIMA, Veiga. Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 23 de dezembro de 1966.

¹²⁴ SOUZA, Sebastião Bento de [75 anos]; SANTOS, Helder Gonçalves dos [55 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2016.

¹²⁵ O episódio se conecta ao contexto que antecederia o Golpe de 1964. Depois da retirada de poderes de João Goulart em favor do parlamento, uma consulta popular definiria o sistema de governo. “PLEBISCITO” NA CACHOEIRINHA: “SIM” E “NÃO” JOGAM HOJE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 5 de janeiro de 1963.

Tais certames, em regra, tinham alcance limitado, como relembra Sergio Thadeu Barros, o “Serginho”, do *Botafogo Venda Nova Esporte Clube*: “Tinha os torneios locais, não é? Valendo troféu, valendo medalha e tal. Era coisa mais interna mesmo. Do bairro mesmo. Esses campeonatos para não deixar o time morrer, para estar em atividade mesmo, eram torneios locais”¹²⁶. Exemplo de estrutura de organização dessas competições pode se ver em notícia do *Diário da Tarde* sobre quadrangular proposto em 1968:

Os clubes Unidos da Brasilina, Ponte Prêta (sic), Instituto Agrônômico e Planalto estão combinando um quadrangular para a primeira quinzena de outubro. Ao campeão caberá um troféu e ao vice, uma taça. O quadrangular será disputado por eliminatória. Haverá sorteio para a primeira rodada. Na segunda, jogarão os vencedores na prova de fundo, com os perdedores fazendo a preliminar. Os campos serão o do Brasilina e o do Instituto Agrônômico e a indicação será também por sorteio.¹²⁷

Com todas as equipes sediadas na porção leste de Belo Horizonte e filiadas à *Federação Mineira de Futebol*, os organizadores do torneio citado acima buscavam ocupar período vago no calendário com competição que fosse capaz de entusiasmar o público local, aproveitando-se das rivalidades que já haviam constituído ao longo dos anos. O formato escolhido, quadrangular, era o mais recorrente para esse tipo de disputa, sendo muito observado no período¹²⁸.

Estratégias utilizadas para a promoção de disputas típicas da várzea belo-horizontina eram mobilizadas nos torneios avulsos. Esse foi o caso da escolha de patronos que ofertavam a premiação e a realização de homenagens que reforçavam laços de reciprocidade. Não raro, as competições recebiam os nomes de figuras próximas às agremiações, como no caso a seguir:

Atlético Suburbano e Expedicionário jogarão, amanhã, a terceira partida em disputa do Troféu “Fernando Couto”. O encontro vem despertando enorme interesse pela qualidade dos oponentes, que possuem em suas fileiras bons jogadores do futebol amador da cidade. (...) O vencedor ficará de posse do Troféu “Fernando Couto”, fundador de várias agremiações esportivas e um dos principais incentivadores do Expedicionário. (...)

CHUTE INICIAL

O Sr. Fernando Couto, presidente do Expedicionário, dará o chute inicial da partida, sendo que, após o seu término, entregará ao vencedor o Troféu, colocado em disputa, sendo, homenageado na sede do Atlético Suburbano pela diretoria do alvi-negro.¹²⁹

Tal disputa claramente atualizava vínculos de reciprocidade entre as duas equipes, com vários ritos que indicavam a deferência da diretoria do renomado *Atlético Suburbano* para com o

¹²⁶ SILVA, Osvaldo Patrocínio da [69 anos]; BARROS, Sergio Thadeu [63 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 25 set. 2017.

¹²⁷ Assim a várzea vai perdendo a sua força. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 25 de setembro de 1968.

¹²⁸ Cf. Notas da varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 16 de maio de 1958; QUADRANGULAR “AMINTAS DE BARROS”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 2º caderno, 5 de junho de 1951.

¹²⁹ Em jogo o troféu “Fernando Couto”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 11 de fevereiro de 1967.

presidente do *Expedicionário*. Em outra ocasião, clubes do bairro do Horto promoveram quadrangular “em homenagem a este colunista e nosso confrade – Lauro José Diniz Silva, do ‘Diário de Minas’, tendo como patrono – Colmano Lima”¹³⁰. Nesse caso, homenageado e patrono pertenciam à imprensa, sendo que Colmano Lima, radialista da *Rádio Itatiaia*, era responsável por um quadro voltado à várzea. Ele também era filho de Luis Lima, presidente do *Tupinambás*¹³¹.

Em muitos casos, clubes filiados acabavam se engajando em competições devido a interrupções do campeonato promovido pelo *DFA*, as quais eram decorrentes da demora, por parte da *Junta Disciplinar Desportiva*, em julgar processos relacionados aos jogadores e aos clubes. No torneio de 1970, o *Real Madri* finalmente conseguiria interromper a série de seis vitórias seguidas do *Rosário*, conquistando o posto de supercampeão da cidade¹³². Contudo, o título seria levado a juízo pelo adversário que questionava a escalação irregular de um atleta. Toda essa situação criaria um impasse para o início da edição de 1971 do certame¹³³.

Com isso, impactava-se o calendário das equipes filiadas ao *DFA* que, com amistosos e excursões, buscavam garantir mais um fim de semana de atividades. Segundo o *Diário da Tarde*:

A indecisão tomou conta da várzea. Os clubes não sabem se esperam pelos julgamentos dos processos que estão travando o campeonato, ou se fazem programações com torneios e excursões pelo interior. Não há palavra oficial por parte do Departamento e JDD esclarecendo a situação. Muitos convites têm chegado aos times e eles não podem responder afirmativamente, pois ficam na expectativa do início do campeonato.¹³⁴

O impasse das instâncias dirigentes impulsionou medida independente dos clubes que, enquanto esperavam a resolução do imbróglio, promoveram uma disputa avulsa com o irônico nome de torneio “Junta Disciplinar Desportiva”, o qual reunia, dentre outros, as duas equipes pivô da polêmica: *Real Madri* e *Rosário*¹³⁵. Ao fim, o campeonato de 1971 não foi realizado e, graças à competição criada pelas agremiações, a rotina de partidas pôde ser mantida¹³⁶.

2.1.6 – Cultura esportiva popular

Em seu engajamento por ocupar regularmente os fins de semana com jogos, os clubes varzeanos, filiados e não filiados ao *Departamento de Futebol Amador*, mobilizaram diversas formas de disputa. Sem agentes externos dedicados a promover suas atividades, eles, por si

¹³⁰ LIMA, Veiga. Varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 8 de junho de 1966.

¹³¹ Cf. OLIVEIRA, Belmontes de [65 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2016.

¹³² Cf. Real Madri, o novo campeão da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 2º caderno, 10 de maio de 1971.

¹³³ Cf. Depende da Junta o início do campeonato amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 14 de maio de 1971.

¹³⁴ Torneio com a participação de todos os clubes do DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 17, 3 de junho de 1971.

¹³⁵ Cf. Pitangui vence Estrêla e tem chance para o título. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 2º caderno, 16 de agosto de 1971.

¹³⁶ Cf. DFA não realiza campeonato em 71. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 17, 10 de novembro de 1971.

mesmos, desenvolviam maneiras de criar embates absorventes, capazes de mobilizar público e atletas, bem como buscavam conquistar prestígio junto ao meio esportivo e às comunidades vizinhas. Suas competições cotidianas eram, ainda, oportunidade de reiterar relacionamentos e laços de reciprocidade com variada gama de apoiadores.

Ao longo desse processo, preservavam modos tradicionais de embate, vistos nos primórdios do futebol espetáculo no país, os quais revestiam com aspectos mais afeitos ao universo varzeano. Com uma multiplicidade de fórmulas de disputa, garantiam um calendário anual recheado de histórias que iam desde viagens a municípios desconhecidos até a realização de memoráveis festejos, as quais repercutiam entre os moradores de seus bairros e as agremiações adversárias. Em seu cotidiano, teciam relações de trocas materiais e simbólicas, inclusive com segmentos políticos interessados em constituir bases locais. Em todas essas vivências compartilhadas, os envolvidos com a vertente amadora do jogo compartilhavam valores e experiências próprios dos grupos populares, aproximando-se de outras manifestações culturais, em especial, daquelas de matriz negra, apontando para a forte presença de habitantes afrodescendentes no contexto varzeano e nos bairros periféricos da capital mineira¹³⁷.

Em parte vinculadas a uma entidade dirigente – o *Departamento de Futebol Amador* –, por inúmeras vezes, as agremiações varzeanas abriam mão de sua tutela, para conduzir de forma autônoma suas ações. Nessas ocasiões, propunham formas diferentes de competição, as quais compunham o que se pode qualificar como uma *cultura esportiva popular*¹³⁸. Capazes de mobilizar clubes e comunidades por outras razões que não apenas a conquista de um campeonato, essas disputas expressavam visões de mundo diversas, próprias de comunidades urbanas em formação que experimentavam deslocamentos, seja do campo para a cidade, seja de antigas ocupações para novos bairros que se constituíam. Ainda que fortemente vinculados ao objetivo primeiro de garantir um calendário de jogos contínuos, dirigentes, jogadores e torcidas projetavam em suas práticas ordinárias modos específicos de compreender o futebol e sua relação com seu cotidiano e a capital mineira.

¹³⁷ Interessante notar que, por vezes, sob classificações como popular ou rural, deixa-se de pontuar a estreita relação de certas práticas culturais com saberes afrodiaspóricos, de recorte étnico e com origens em além-mar. Cf. PEREIRA, 2019; SILVA, Lisandra Mara. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018; p. 195.

¹³⁸ Em que pese a forte influência negra, citada anteriormente, dada a abrangência das referências mobilizadas, propõe-se a categoria *cultura esportiva popular*, para o que é levado em consideração o extenso debate sobre o tema da cultura popular, em diálogo com textos como: ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 83-102; BURKE, Peter. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992; CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003; CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p. 179-192, 1995; GEERTZ, 1989; THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

2.2 – Controle burocrático do futebol de várzea

No capítulo 1, foi debatido o reordenamento do futebol amador, especialmente sua institucionalização baseada no *Departamento de Futebol Amador (DFA)*, setor da *Federação Mineira de Futebol (FMF)*. A essa instância coube a primazia na organização das equipes varzeanas em uma competição oficial. Ao longo desse processo, pôde-se identificar a tentativa de implantar um projeto disciplinar e pedagógico com vistas a enquadrar a vertente popular do jogo às perspectivas compartilhadas pela entidade dirigente e pelo sistema desportivo nacional. A constituição de setores de controle de registro, de serviço médico e de tribunais disciplinares serviria a tal intento cuja efetivação, por vezes, enfrentava resistências dos clubes.

Um variado aparato burocrático era mantido pelo *DFA*, com a imposição de normas para cada nova inscrição em uma competição promovida pela entidade. Em 1963, os seguintes procedimentos de registro no campeonato eram informados:

Todas as providências necessárias para o campeonato varzeano do corrente ano foram tomadas pelo Departamento de Futebol Amador, visando um perfeito andamento da temporada oficial. Dentre várias, destacam-se as contidas no boletim dia 21(*sic*), assim expressas:

- a) apresentar o alvará de Funcionamento para registro no livro competente;
 - b) encaminhar os atletas ao exame médico;
 - c) informar ao assistente técnico quais as categorias que irão disputar o torneio início, possibilitando assim, a elaboração das provas.
 - d) sorteio do Torneio Início será realizado na próxima terça-feira, dia 28, às 20.30 horas.
 - e) as taxas de inscrição.
- Amador ou Juvenil.....500,00
As 2 (duas) categorias.....700,00¹³⁹

Em que pesem as exigências de documentação, os valores cobrados eram baixos, já que Cr\$700,00 correspondia a cerca de 3% do salário mínimo daquele ano¹⁴⁰. Outro parâmetro de comparação era que uma boate para funcionar na cidade, naquele mesmo ano, precisava pagar mil cruzeiros por dia à Delegacia de Jogos e Diversões¹⁴¹. A reportagem que informava esses custos dava a ver um amplo aparato de controle e fiscalização que incidia sobre “Qualquer ‘boite’, cinema, baile publico, bilhar, parque de diversões, barraquinha, circo, carteados, festas publicas, função musical ou outra especie de divertimento publico (...)”¹⁴².

¹³⁹ INSTRUÇÕES DO D.F.A. PARA O CAMPEONATO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 27 de maio de 1963.

¹⁴⁰ Cf. BRASIL. **Decreto nº 51.631**, de 19 de dezembro de 1962. Classifica as funções gratificadas do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51631-19-dezembro-1962-391239-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁴¹ Cf. Jogos permitidos e festas pagam de impostos mais de Cr\$ 100 mil diariamente. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 27 de setembro de 1963.

¹⁴² *Ibidem*.

Dessa forma, há que se ter em conta que, em inícios dos anos 1960, uma considerável estrutura de controle que, em boa medida, remetia ao arcabouço legal imposto pelo Estado Novo, ou mesmo antes dele, operava na cidade de Belo Horizonte e nas demais localidades nacionais. O que se debaterá a seguir são os efeitos do Golpe Militar e Civil de 1964 e do reforço da tendência burocrático-autoritária sobre esse aparato e sobre o futebol de várzea subordinado a ele.

2.2.1 – Ascensão do regime militar e a ordenação esportiva

A promulgação do Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, durante o Estado Novo, estabeleceu, por quase todo o restante do século XX, a forma de organização das atividades esportivas no Brasil. Seus efeitos foram sentidos, por exemplo, no processo de oficialização do futebol de várzea em Belo Horizonte, examinado no capítulo anterior. Ao seguir tendência de ordenação da sociedade prevalente no regime varguista, partia-se de uma perspectiva disciplinar e corporativista replicada em inúmeras instâncias, a exemplo da sindical que preconizava a unicidade institucional, com a manutenção de uma entidade diretiva centralizada, sem a possibilidade de autonomia fora do sistema federal. No meio esportivo, eram o *Conselho Nacional de Desportos (CND)* e seus braços locais, os *Conselhos Regionais (CRDs)*, que encabeçavam a estrutura¹⁴³. Segundo exigência legal, as confederações e as federações eram subordinadas aos conselhos e todos os clubes tinham de manter registros atualizados no órgão, com a retirada anual de alvarás de funcionamento.

Se, a exemplo do que ocorrera com a legislação sindical, o período democrático (1945-1964) vivenciou esforços de conciliação entre o arcabouço normativo autoritário e práticas mais liberais, a emergência da Ditadura Civil-Militar implicou na reapropriação das regulamentações estadonovistas em favor da exacerbação do controle estatal¹⁴⁴. Foi um momento de fortalecimento do *CND* e dos *CRDs* como instâncias de gerenciamento do esporte, com a publicação de uma série de resoluções e deliberações que complementavam pontos do Decreto-Lei 3.199, de 14 de abril de 1941, de modo a amplificar o poder central e intensificar o controle sobre as agremiações. Exemplo disso se observou em 1966, quando o *Diário da Tarde* noticiou a colocação em efetivo funcionamento do *Conselho Regional de Desportos de Minas Gerais* que, até então, estaria inoperante. Esse passava a cobrar a retirada de alvarás:

Comunica, outrossim, que de acordo com a Deliberação nº 1/66, de 8-3-1966, do Conselho Nacional de Desportos, já publicada, as associações que não estiverem legalmente autorizadas à funcionar, como entidades

¹⁴³ Cf. LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, p. 89-90.

¹⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p. 111-134.

desportivas, esgotado o prazo para que se requiera alvará, serão relacionadas à Secretaria de Segurança Pública, como simples entidades recreativas, sujeitas às exigências da legislação local.¹⁴⁵

O alerta do *Conselho Regional de Desportos* mineiro parece não ter tido repercussão, já que, em maio de 1968, o órgão realizou campanha de regularização dos registros das associações esportivas do estado, o que colocou em polvorosa o meio atlético local. Naquele momento, terminava mais um campeonato municipal de futebol amador e as agremiações deveriam se inscrever para a nova edição, com início no mês seguinte. Segundo cobertura do *Diário da Tarde*:

Vem dando “pano para manga” o problema dos clubes amadores que deixaram de tirar o Alvará de Funcionamento, desrespeitando lei do Conselho Nacional de Desportos. O relaxamento de clubes e entidades esta (*sic*) sendo motivo de apreensão, por que o Conselho Regional de Desportos está cobrando dos clubes desde que êstes existem. O monte (*sic*) Azul, por exemplo vai ser obrigado a desembolsar, agora, a importância de NCr\$ 60, não se falando em vários outros clubes que deixaram de cumprir a lei na época oportuna. O representante da Associação Atlética Formosa afirmou que não disputara o campeonato (*sic*) do DFA, se tiver que pagar mais de um alvará.¹⁴⁶

A dívida do *Monte Azul* com o *CRD*, de NCr\$ 60,00, correspondia a cerca da metade de um salário mínimo¹⁴⁷. Ainda que não fosse uma quantia astronômica, parecia ser o suficiente para colocar em dificuldades as equipes e fazê-las considerarem o abandono da competição.

Depois de uma fase liberal, na qual não se atentava ao correto pagamento dos alvarás anuais pelos times, não fiscalizando a sua participação nas competições esportivas, o *CRD* resolvia apertar o cerco e cobrar retroativamente as autorizações de funcionamento. Essa situação implicou no adiamento do campeonato daquele ano de 1968, pois muitas agremiações solicitaram prazo adicional para tentar resolver sua situação junto ao órgão regulador¹⁴⁸. O cenário era de um torneio esvaziado, dada a dificuldade dos clubes em atender os requisitos¹⁴⁹.

Cumprindo suas ameaças, o *CRD* definiu-se pela suspensão das entidades que não regularizaram sua situação. Como informou o *Diário da Tarde*:

Muitos representantes de clube procuraram, ontem, o Conselho Regional de Desportos, na av. Olegário Maciel, 311, para tentar conseguir o alvará de funcionamento, com medo de suas associações serem fechadas pela Polícia, em atendimento ao decreto-lei 5.342. Todos eles voltaram decepcionados, pois o CRD não está disposto a dar o tradicional “jeitinho” e ouviram do secretário José Jonusan que no próximo ano poderão conseguir o alvará,

¹⁴⁵ Conselho concede alvará. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 16 de junho de 1966.

¹⁴⁶ Clubes tem que pagar alvará desde a fundação. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 24 de maio de 1968.

¹⁴⁷ Cf. BRASIL. **Decreto nº 62.461**, de 25 de março de 1968. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº. 60231, de 16 de fevereiro de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62461-25-marco-1968-403871-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁴⁸ Cf. Campeonato do DFA começa em julho. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 25 de junho de 1968.

¹⁴⁹ Cf. Várzea êste ano tem só 15 no campeonato. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 5 de junho de 1968.

mesmo assim, pagando a multa relativa ao ano anterior ou anteriores, caso o clube não possuía o de 1967 também.¹⁵⁰

Utilizando-se de decreto-lei estadonovista que regulamentava as atividades do *CND*, o órgão fiscalizador suspendeu mais de 1.800 clubes naquele ano. Essa intervenção teve impacto direto na condução do campeonato de 1968, com a desistência de um grande número de times. Com relação à divisão principal, o *Diário da Tarde* informava que 24 clubes se inscreveram, enquanto outros 16 não reuniram condições de participar. Esses últimos, além de ficarem fora da competição, corriam o risco de ver suas atividades oficiais paralisadas pelo resto do ano¹⁵¹.

Em 1969, mais uma vez a retirada de alvarás junto ao CRD seria problema para a organização do campeonato do *DFA*. Em maio daquele ano, uma lista dos clubes que já estavam legalizados era divulgada¹⁵². Nova campanha para a regularização das equipes era feita, com várias ameaças de suspensão pelo órgão responsável. Como informava o *Diário da Tarde*:

O alvará de funcionamento é uma exigência legal. Sem ele, nenhuma agremiação pode funcionar. E, para obtê-lo, é muito simples: basta fazer um requerimento, se for a primeira vez. Depois, mandar um exemplar do estatuto, registrado em cartório. Provar que o time é filiado a uma entidade desportiva (liga ou federação). Preenchimento de uma ficha cadastral e cópia da ata de fundação. Para isso, o clube não gasta nada. Só comparece à tesouraria do órgão para pagar multas e quando tiver cometido alguma infração.¹⁵³

O ingresso de clubes varzeanos nos círculos oficiais implicava um longo percurso burocrático, com o seu registro como personalidade jurídica, sua filiação à *Federação Mineira de Futebol* e, por fim, o cadastro junto ao *CRD*. Ademais, era necessário um esforço de manutenção desses vínculos, com apresentação regular de atas de eleição, além de pagamentos de taxas e multas, ônus e dispêndios financeiros consideráveis para os varzeanos.

Mais uma vez, o campeonato do *DFA* via-se esvaziado naquele ano de 1969, impactado, ademais, pelas transformações da cidade, como comentava o *Diário da Tarde*: “(...) o certame não vai contar com vinte participantes. Muitos desistiram não aguentando as despesas outros acabaram por falta de campos.”¹⁵⁴ Além das imposições burocráticas, as agremiações sofriam com as pressões exercidas sobre seus espaços de jogo, como será tratado no capítulo 5.

As mudanças na atuação do *CRD*, com o endurecimento do controle sobre os clubes, não eram o único desafio encarado pelas agremiações amadoras para sua inserção nas competições

¹⁵⁰ Já são 1.800 os clubes ilegais. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 4 de julho de 1968.

¹⁵¹ Interessante notar que dos 24 clubes que se mantiveram no campeonato de 1968, 11 existem até os dias de hoje, quanto aos desistentes, dos 16 apenas um segue em atividade, o que diz da relação entre capacidade de atenção a demandas burocráticas e longevidade no sistema oficial. Cf. Terrestre fora do campeonato. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 4 de julho de 1968.

¹⁵² Cf. Eis a relação dos clubes com alvará. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 7 de maio de 1969.

¹⁵³ CRD fecha tudo se seguir a lei. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 21 de maio de 1969.

¹⁵⁴ Clubes abandonam campeonato do DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 15 de maio de 1969.

oficiais. Nesse momento, o esporte no país passava por transformações que reposicionariam, no imaginário e nas práticas cotidianas, o papel da várzea frente ao futebol espetáculo.

2.2.2 – A perda de prestígio do futebol de várzea

Como aponta a bibliografia sobre o futebol brasileiro, o final dos anos 1960 foi marcado por nova perspectiva hegemônica sobre essa modalidade esportiva no país. Especialmente a derrota na Copa do Mundo de 1966 teria reforçado os discursos a favor da adoção de estilos europeus de jogo, identificados genericamente como “futebol-força”¹⁵⁵. Associada a isso, a ascensão dos militares ao poder, com o consequente ganho de espaço de profissionais formados na *Escola de Educação Física do Exército*¹⁵⁶, teria implicado em um progressivo processo de militarização do futebol nacional, com destaque para o projeto da Copa de 1970¹⁵⁷.

Nesse contexto, uma crescente disciplinarização passou a ordenar o futebol profissional. O termo “linha dura” ganhou espaço, em referência ao setor mais autoritário do governo militar e era usado de forma recorrente para tratar das medidas de controle de atletas. Foi o caso de publicação do *Diário da Tarde*, em 1969, sob o título “Cuidado, a linha dura chegou”:

Entra em vigor hoje a resolução nº 7/68 do Conselho Nacional de Desportes que modificou vários dispositivos do Código Brasileiro Disciplinar de Futebol mostrando punições muito mais severas para alguns casos que acontecem dentro de campo, principalmente no que diz respeito à expulsão de jogadores ou agressão ao juiz e seus auxiliares.¹⁵⁸

Como destacado na matéria, a ênfase da ação recaía sobre a proteção à autoridade dos árbitros que, segundo subentende-se, precisaria ser resguardada de reiteradas agressões por parte dos atletas. Tal situação implicava na necessidade de um recrudescimento dos dispositivos disciplinares como medida de punição e controle de tais atitudes desviantes.

Dentre os efeitos do discurso acerca do futebol-força no Brasil, seria observada a emergência, nos anos 1960, das chamadas escolinhas de futebol, voltadas para a formação de jovens atletas, desde a infância, dentro e fora dos clubes. Como destaca José Paulo Florenzano:

As categorias de base, ao longo dos anos 60, adquirem um valor crucial, pois a ciência esportiva aplicada ao futebol exigirá que o corpo do jogador seja manipulado e modelado desde cedo, condição necessária para atingir-se o novo patamar de força física requerido por esta atividade; mas, ao mesmo

¹⁵⁵ Cf. COUTO, Euclides de Freitas. **Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)**. Niterói: Editora da UFF, 2014, p. 171-184; FLORENZANO, José Paulo. **Afonsinho & Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro**. São Paulo: Musa Editora, 1998, p. 25-31.

¹⁵⁶ Cf. MOREIRA, Jorge Fernando Albuquerque D’Amaral. **Futebol e Ditadura Militar: a elaboração dos projetos políticos para o futebol brasileiro (1966-1971)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 14-63.

¹⁵⁷ Cf. COUTO, 2014, 151-163 e FLORENZANO, 1998, p. 48-54.

¹⁵⁸ Cuidado, a linha dura chegou. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 5 de março de 1969.

tempo, eles permitem a possibilidade da correção dos vícios com os quais o jovem jogador apresente-se ao clube.¹⁵⁹

Nessa dinâmica de formação de atletas que, desde então, ganharia espaço no futebol nacional, a função da várzea de fornecimento de talentos para o *circuito* espetacularizado perde força, como destacava matéria de *Placar* citada pelo autor: “E hoje o ‘craque feito em casa’ já é tão ou mais comum que o ‘craque descoberto’ na várzea ou no interior”¹⁶⁰.

No novo contexto do futebol nacional, o *circuito* varzeano tornava-se ainda mais apartado do meio profissional, perdendo, na ótica dos identificados com o espetáculo esportivo, uma de suas principais razões de ser: o abastecimento dos clubes com talentos “naturais”. Não à toa, trata-se de período de produção de diversas percepções, vocalizadas nas páginas do *Diário da Tarde*, acerca do anacronismo da prática, dissociada dos processos de modernização e desenvolvimento. Tal diacronia surgia em temas simples, como evidencia o trecho a seguir:

Vários dirigentes de clubes amadores estão estudando um meio de acabar com os apelidos de seus atletas. O movimento cresce e que tudo indica (*sic*) sairá vitorioso, porque é preciso acabar com tais apelidos como por exemplo: Sô Guarda, Buldogue, Tinteiro, Dois Canos, Pé de Chumbo, Leão de Chácara, Sarrafo Inspetor Saruê, Ventania, Corisco, Capela Nova Nova (*sic*), Ponte Nova, Chinelo, Butina, Charutinho e etc. Com tais apelidos, o jogador tem dificuldades em vencer na carreira por causa das críticas.¹⁶¹

Elemento marcante da sociabilidade masculina popular, os apelidos se mostraram importantes códigos de aproximação e formação de relacionamentos¹⁶². Na percepção atribuída a “vários dirigentes de clubes amadores”, eles implicariam em obstáculo para a conversão de um atleta varzeano ao profissionalismo. Interessante apontar que a nota do *Diário da Tarde*, ainda que voltada ao *circuito* amador, reforçava a percepção hegemônica de sua função, servir como “celeiro de craques”. Debates sobre alcunhas entre jogadores das agremiações de bairro eram recorrentes nas colunas do periódico, ora servindo a fins pedagógicos, ao indicar a falta de decoro de tais codinomes¹⁶³, ora incitando a jocosidade e movimentando as páginas, com o envio de novos epítetos pelos leitores¹⁶⁴. O dado novo era a inadequação desses nomes a uma ordem do espetáculo, a necessidade de conformação do atleta para atender a demandas de mercado, sob pena de não ascender a ele.

¹⁵⁹ FLORENZANO, 1998, p. 36-37.

¹⁶⁰ Escolinha, a Salvação. *Placar*, São Paulo, p. 8, 13 de dezembro de 1972 *apud* FLORENZANO, 1998, p. 41.

¹⁶¹ LIMA, Veiga. Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 7 de dezembro de 1966.

¹⁶² Cf. FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 124-125.

¹⁶³ Cf. O absurdo dos apelidos pejorativos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 15 de maio de 1957.

¹⁶⁴ Cf. O AMADORISMO E SUAS COUSAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 24 de agosto de 1956.

Outro tema ganhava nova abordagem ao longo de 1969: a violência. Se, como visto no capítulo 1, o assunto era abordado de maneira recorrente, servindo a discursos pela disciplina das classes populares e como forma de pressionar os poderes públicos para a atenção aos pedidos de policiamento dos campos, no final de 1960, observa-se transformação das tendências, com a publicação de uma série de chamadas sensacionalistas no intervalo de três meses. A exemplo de “BANDEIRINHA PULA NO ARRUDAS, FACA”¹⁶⁵, “A várzea briga e não joga”¹⁶⁶, “Briga da lanterna quebrou o padeiro”¹⁶⁷, “Pancadaria no jogo Real x Ical”¹⁶⁸, “Até mauser saiu, a várzea está quente”¹⁶⁹ ou, ainda, “O técnico segurou o juiz e os jogadores bateram”¹⁷⁰.

Por essa época, as colunas dedicadas à várzea assinadas pelo jornalista Maurício Veiga Lima deixavam de ser publicadas, com a inserção mais descontinuada de notícias sobre o tema. Pelo que seria comunicado meses depois, o periodista enfrentava doença que culminaria com seu falecimento em novembro de 1969¹⁷¹. Figura estreitamente vinculada ao futebol amador, como demonstrado no capítulo 1, o cronista esportivo, ao que parece, fora substituído por outro membro da equipe do *Diário da Tarde*, desde fins de 1968. Se isso em parte explica a mudança no tom da cobertura, há que se considerar a opção editorial do vespertino que elegia manchetes sensacionalistas, na linha do que se via em suas páginas policiais. Com narrativas que relegavam ao segundo plano os aspectos técnicos do desenrolar das partidas, havia clara escolha por enfatizar a dissonância da prática e as eventuais ocorrências de violência. Tais reportagens ressaltavam a necessidade de controle da modalidade e da imposição de pesadas sanções:

João Félix Júnior, chefe do Departamento de Árbitros do Departamento de Futebol Amador disse ontem que este ano nenhum juiz do seu quadro será espancado nos campos, e nem terá de pular dentro do Arrudas para fugir de torcedores: “Vou acabar com esta festa de juiz amador levar surra nos campos. Todos já estão prevenidos e quem desobedecer minhas ordens será punido”.¹⁷²

Segundo o dirigente, apenas poderiam ser iniciadas as partidas que contassem com policiamento, sendo punidos os árbitros que conduzissem jogos sem essa proteção. A lógica do patrulhamento ostensivo e da necessidade de controle sobre práticas e espaços populares e periféricos cada vez mais se reforçava, atingindo variadas expressões na capital mineira.

¹⁶⁵ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 14 de janeiro de 1969.

¹⁶⁶ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 21 de janeiro de 1969.

¹⁶⁷ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 29 de janeiro de 1969.

¹⁶⁸ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 14 de abril de 1969.

¹⁶⁹ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 16 de abril de 1969.

¹⁷⁰ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 18 de março de 1969.

¹⁷¹ Cf. Na minha opinião. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 24 de novembro de 1969.

¹⁷² É suspensão para juiz que apanhar. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 21 de fevereiro de 1969.

2.2.3 – A cidade sitiada

Todo o clima de vigilância e de burocratização que se estendeu sobre as práticas esportivas, como examinado no caso do *circuito* varzeano, pôde ser notado em outros contextos populares. Nessa medida, há que se colocar em perspectiva os efeitos da ascensão do regime ditatorial sobre as populações urbanas periféricas, seus territórios e suas expressões culturais.

Em março de 1970, a cidade via o que se qualificava como a maior operação policial de combate ao crime até então. Não por coincidência, ela incidia sobre o Morro do Papagaio, qualificado, meses antes, como local que tem “(...) uma das maiores concentrações de criminosos de Belo Horizonte”, um lugar onde “(...) a Polícia não consegue prender ninguém” já que “Eles [os marginais] pagam para serem avisados. E quando os policiais chegam não encontram mais ninguém, só um barraco vazio, com o fogo ainda acesso, mostrando que alguém acabava de sair dali”¹⁷³. Segundo a reportagem sobre a ação das forças de segurança:

No seu primeiro dia de policiamento da cidade, a Polícia Militar cercou o Morro de Papagaio, usando mais de mil homens, na maior operação de limpeza até hoje realizada em Belo Horizonte. Até agora o trabalho não acabou e poderá continuar durante toda a tarde. Só durante a primeira hora de trabalho, quase 50 pessoas foram presas e uma grande quantidade de arma apreendida.

A Polícia Civil está ajudando. Em volta do morro foi feito um cordão de isolamento onde não passa ninguém e os bandidos que tentam escapar caem fatalmente nas garras dos cães pastores alemães. O plano foi estudado com muita antecedência e na madrugada de hoje foi colocado em funcionamento. A Polícia Militar quer acabar com esse negócio de morro ser reduto de bandidos.¹⁷⁴

A associação entre criminalidade e territórios populares não era novidade¹⁷⁵. Contudo, novas estratégias de controle sobre essas populações que se desenvolviam naquele período, a emergência de um regime autoritário¹⁷⁶ e o constante esforço de qualificar aqueles habitantes como bandidos ou cúmplices criavam o ambiente favorável para que a vigilância se tornasse mais ostensiva. Lançando mão de modernas tecnologias como a aerofotografia, operações dessa natureza se tornariam, a partir de então, constantes, especialmente em períodos festivos do ano¹⁷⁷. A informação proporcionada pelas fotografias feitas de aviões serviria ainda para um intenso processo de remoção de favelas na capital mineira, como será tratado no capítulo 5.

¹⁷³ Suba esse morro com a polícia. Aqui se escondem os marginais. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 8 de agosto de 1969.

¹⁷⁴ A PM fechou o morro, veja seu primeiro dia de trabalho. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 12 de março de 1970.

¹⁷⁵ Cf. CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

¹⁷⁶ As chamadas *blitzes* também são apontadas como prática recorrente em favelas cariocas, em especial no período ditatorial. Cf. RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório/ Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV, 2015, p. 126.

¹⁷⁷ Cf. Os bandidos sem saída nas favelas, por causa da PM. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 14, 3 de agosto de 1970; A polícia iniciou uma limpeza geral nas favelas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 21, 4 de agosto de 1971; PM ATACA FAVELAS NA MADRUGADA: 120 PRESOS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 20, 3 de outubro de 1972.

A ostensiva patrulha policial também se fazia presente em manifestações populares na cidade. Era o caso do carnaval que, segundo informava o *Diário da Tarde*, a cada ano se tornava mais controlado. Em 1966, o articulista Moraes Terra destacava que, “No carnaval de rua êste ano, na Cidade, o que mais havia era polícia”, a qual “apesar do trabalho elogiável na manutenção da ordem” contribuía “para o esfriamento de um período carnavalesco dos mais desanimados”¹⁷⁸. Cinco anos depois, a normalização do controle sobre os festejos parecia aprofundar-se, como denota a coluna “ABRAM ALAS, AÍ VEM A POLÍCIA”:

* Polícia promete ser dura neste Carnaval. Soldados, agentes e policiais (mais de cinco mil) vão tomar conta da folia do mineiro. Missão da polícia: prender quem abusa e garantir quem queira apenas se divertir.

* Os biquines e trajes atentatórios à tranquilidade da família mineira foram proibidos. Não podem ser imorais nem nas ruas nem nos clubes. Proibido atentar o diabo. Aqui não vale: quem com o ferro fere, com o ferro será ferido.

* Proibido também beber demais. Isso dá trabalho para a polícia e muita contrariedade para os que bebem e também para os que não bebem. Mas os bares poderão vender bebidas à vontade. No caso de abuso, prisão. (...)

* Tudo isso faz parte da resolução do Alto-Comando-da-Polícia-no-Carnaval. Quem seguir a lei não será perturbado. Nesse Carnaval seja sério – não exagere, é proibido – não contrarie, é proibido – não tire onda, é proibido.¹⁷⁹

Apesar da normalidade com que as regras eram apresentadas, a ironia final do texto, bem ao estilo carnavalesco¹⁸⁰, apontava para a insatisfação com uma festa tão vigiada e controlada. A exemplo do esporte, os poderes se reproduziam a partir de instituições hierarquicamente inferiores, como o *Conselho Regional de Desportos (CRD)* ou o *Alto Comando da Polícia*. A cada ano, as constatações da perda de força das celebrações momescas eram reiteradas. O excesso de disciplina levava à desmobilização dos festejos que ainda eram afetados pela burocratização crescente. Como indicado anteriormente, mesmo antes do Golpe Militar e Civil, já estava estabelecido um arcabouço jurídico, com demandas de inúmeras autorizações e alvarás para associações dedicadas ao lazer.

Com o regime militar, identifica-se um fortalecimento dos mecanismos burocráticos, em especial pela forma draconiana do tratamento às entidades civis. Nessa medida, além do policiamento ostensivo e das regras de conduta, a cobrança de alvarás e de outras autorizações contribuía para a desmobilização do carnaval na cidade. Como informava o *Diário da Tarde*, em 1969, que “Soldados da Polícia Militar vão impedir festas nos clubes que não tiverem alvará para realizarem bailes durante o carnaval.” E complementava: “O Sr. Ari Silva diz que a obrigação do

¹⁷⁸ TERRA, Moraes. Mineiro Inibido e Sem Dinheiro Teve Carnaval Cercado de Muita Polícia Por Todos os Lados. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 23 de fevereiro de 1966.

¹⁷⁹ ABRAM ALAS, AÍ VEM A POLÍCIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 30 de janeiro de 1971.

¹⁸⁰ Cf. DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 80.

alvará para bailes de carnaval é previsto (*sic*) pelo Ato Institucional número 5, e que portanto isso não é brincadeira.”¹⁸¹ Os bailes fechados ainda eram ameaçados pelas sociedades arrecadadoras de direitos autorais que, ao terem acesso às permissões emitidas pelas polícias, acionavam as agremiações para cobrança tida como altíssima, a ponto de inviabilizar os eventos¹⁸².

Não apenas bailes em clubes eram afetados. Em 1973, informava-se que “As escolas de samba, os blocos caricatos e muitos clubes estão ameaçados de ficar sem carnaval este ano, se a Secretaria de Segurança Pública não prorrogar o prazo de concessão do alvará.”¹⁸³ Em situação similar à enfrentada pelas entidades varzeanas junto ao *Conselho Regional de Desportos (CRD)*, a ausência de autorização colocava em risco a disputa do carnaval de 1973, com a impossibilidade de escolas e blocos caricatos desfilar. Os festejos juninos, igualmente, defrontavam-se com a ameaça burocrática, já que, sem licença da polícia, poderiam ser interditados¹⁸⁴.

Além da burocracia, o controle policial também afetava as festas de junho que ficaram alijadas de alguns de seus principais ritos, uma vez que “o DOPS, fazendo por onde cumprir a lei, não permitirá que isso ocorra, deixando muita gente com saudade dos tempos em que, no interior, esbanjava-se nas fogueiras e soltava os seus balões e estourava foguetes sem preocupações.”¹⁸⁵ Enquanto balões eram terminantemente proibidos, foguetes e fogueiras restringiam-se àqueles considerados de baixa potência, utilizados em locais seguros.

Tal proibição teria impacto direto sobre a disputa da finalíssima do campeonato amador do *DFA*, realizada no ano de 1967. Como informava o *Diário da Tarde*:

Um fato que passou despercebido antes do jogo de sábado, entre Rosário x Tremedal, foi a prisão de mais de 100 cruzeiros novos adquiridos pelo Rosário com a compra de fogos para festejar a entrada em campo do tricolor. A polícia apreendeu cerca de dois sacos contendo faguets (*sic*).¹⁸⁶

A mesma proibição que afetava os festejos juninos, veiculada na edição do dia seguinte à nota acima, impactaria na celebração da entrada em campo do *Rosário* que se sagraria tricampeão do campeonato do *DFA*. A exemplo dos fogos de artifício, práticas como utilização de bambus e bandeirolas nas decorações de campo em dias de festivais, eleições de rainhas, vestidas tal qual noivas, ou quadrilhas dançadas nos bailes de gala nos meses de junho¹⁸⁷ apontavam para aproximações de linguagens entre as comemorações juninas e as expressões varzeanas, num indicativo de repertórios compartilhados por grupos populares da cidade.

¹⁸¹ Tire o alvará hoje ou seu clube não entra na folia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 14 de fevereiro de 1971.

¹⁸² Cf. Direitos autorais fecham pequenos clubes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 1º de março de 1973.

¹⁸³ Falta de alvará pode acabar com o nosso Carnaval. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 27 de fevereiro de 1973.

¹⁸⁴ Cf. Festa junina, só com permissão da polícia. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 18 de junho de 1969.

¹⁸⁵ Festas de junho sem foguetes nem balões. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 31 de maio de 1967.

¹⁸⁶ LIMA, Veiga. Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 30 de maio de 1967.

¹⁸⁷ Cf. CARAM, Foad. NOTAS DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 26 de junho de 1953.

Nessa perspectiva, não é desprezível, em contexto ditatorial, a identificação do aprofundamento dos controles sobre as populações periféricas de Belo Horizonte e sobre suas expressões culturais. Assim como se passava com o futebol amador, essas esferas eram afetadas por mecanismos burocráticos e de vigilância. No caso dos varzeanos, seria a própria entidade diretiva aquela que imporá maiores constrangimentos para o livre desenvolvimento da prática.

2.2.4 – Acirramento dos controles e crise no meio oficial

Como tratado no início deste item, a imposição de controles sobre o futebol varzeano belo-horizontino podia ser observada desde a institucionalização dessa vertente popular do jogo por meio do *Departamento de Futebol Amador*. Como demonstram ações do órgão divulgadas no ano de 1963, portanto, um ano antes da guinada autoritária por que passaria o país, vários mecanismos de controle funcionavam no seio da entidade diretiva. Medidas como exigência de autorização do setor para a realização de amistosos com entidades não filiadas, em acordo com o Código Brasileiro de Futebol, já eram previstas havia muito¹⁸⁸.

A exemplo do que ocorrera com a atuação dos *Conselhos Regionais de Desportos*, o que se observou, a partir da emergência do regime militar e da prevalência de um pensamento autoritário, foi a mobilização mais intensa de mecanismos de controle e da aplicação de penalidades pelos órgãos disciplinares. Embasando sua ação, principalmente, no Código Brasileiro de Futebol e desconhecendo as especificidades do *circuito* varzeano e de sua *cultura esportiva popular*, o *DFA* e a *Junta Disciplinar Desportiva (JDD)* executariam medidas, por diversas vezes, descabidas contra agremiações amadoras da cidade. Essa atuação intensificou a tensão entre a entidade e os clubes, gerando uma crise no final dos anos 1960.

Na mesma medida em que se observou nas atitudes do *CRD*, identificavam-se, no *DFA*, tentativas de imposição de sanções que, ainda que previstas nas normativas, eram, até então, relevadas, não passando de mera ameaça. A partir de meados dos anos 1960, nova disposição pôde ser identificada. Contudo, como no caso dos alvarás, as advertências se estendiam por anos, até que punições efetivamente ocorressem. Dentre as recomendações mais recorrentes, renovadas a cada torneio, estavam aquelas referentes à disputa de partidas amistosas contra não filiados¹⁸⁹.

Em muitos casos, as punições eram brandas e visavam forçar a regularização de situações junto ao *DFA*, como nas proibições de jogos contra equipes não filiadas. Em certa ocasião, o *Rosário* foi punido pela *JDD* a pagamento de multa de dois mil e quinhentos

¹⁸⁸ Cf. NOTAS DE VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 26 de outubro de 1963.

¹⁸⁹ Cf. LIMA, Veiga. Varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 8 de junho de 1966; *DFA* acaba com jogos-bagunça. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 16 de fevereiro de 1968.

cruzeiros por haver disputado partida com time não federado, no caso, o *Frimisa*¹⁹⁰. Tal sanção, ainda que de valor pequeno, cerca de 4% do salário mínimo do período¹⁹¹, era superior ao custo de inscrição no campeonato amador oficial. Medidas como essa serviam menos como penalidade que ameaçasse a continuidade de atividades dos times e mais como enquadramento. Nesse próprio caso, ainda na mesma semana, noticiava-se o ingresso do pedido de filiação do *Frimisa*¹⁹² que, com isso, ampliava suas possibilidades de disputa de amistosos com equipes renomadas da entidade dirigente. O *Rosário*, por sua vez, meses depois, apresentaria solicitação de autorização para realização de excursão, denotando a incorporação das regras impostas pelo órgão¹⁹³. Como será visto a seguir, tais imposições cada vez mais interfeririam nos esforços de manutenção de um calendário regular de jogos.

Essa mesma lógica de garantir fins de semana ininterruptos com atividades que fossem capazes de mobilizar times e torcidas levaria a tensões entre a entidade diretiva e as agremiações varzeanas. Era o caso dos clubes que, em meio ao campeonato do *DFA*, endereçavam pedidos de dispensa da competição, seja porque já não tivessem chances no certame, seja pelas dificuldades em organizar equipes ou em arcar com os custos de uma partida oficial. Em 1967, por exemplo, cinco agremiações fizeram tal solicitação¹⁹⁴, a qual foi negada pela *Junta Disciplinar Desportiva*¹⁹⁵, remetendo-se ao órgão diretivo a decisão sobre os casos.

A adoção de recomendações dos órgãos de controle nacionais criava situações absurdas na ótica do futebol amador. Era o caso da imposição de férias coletivas, previstas em portaria do *CND*, entre os dias 17 de dezembro e 7 de janeiro¹⁹⁶. Como informava o *Diário da Tarde*:

O diretor do Departamento de Futebol Amador está avisando aos clubes filiados que, serão punidos caso não cumpram a portaria do Conselho Nacional de Desportos, concedendo “Férias Coletivas” aos atletas no período de 17 de dezembro último, até o dia 7 de janeiro próximo.¹⁹⁷

A previsão do *CND* que visava resguardar atletas profissionais, garantindo período mínimo de férias, de repente era aplicada a uma prática esportiva organizada sob lógica muito diversa. Arelados a uma federação integrada ao sistema futebolístico mundial, capitaneado pela *FIFA*, por um lado, e subordinados à política nacional de esportes, por outro, os clubes varzeanos se viam impelidos a suspenderem sua sequência ininterrupta de fins de semana de jogos.

¹⁹⁰ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 3 de abril de 1965.

¹⁹¹ Cf. BRASIL. **Decreto nº 55.803**, de 26 de fevereiro de 1965.

¹⁹² Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 7 de abril de 1965.

¹⁹³ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 9 de setembro de 1965.

¹⁹⁴ Cf. DFA hoje pode perder 5 times. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 13 de dezembro de 1967.

¹⁹⁵ Cf. JDD severa dá pena a muitos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 15 de dezembro de 1967.

¹⁹⁶ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 16 de dezembro de 1965.

¹⁹⁷ LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 23 de dezembro de 1965.

Ironicamente, na mesma coluna em que o aviso ameaçador foi apresentado, ganhava destaque o festival em comemoração ao 17º aniversário do *Madureira Atlético Clube* que, no campo do *Almirante Barroso*, reuniria equipes entre os dias 24, 25, 26 e 27 de dezembro daquele ano¹⁹⁸.

Apesar da postura despreocupada das equipes, cada uma dessas imposições do *DFA* empurrava os clubes varzeanos para a busca de soluções autônomas para a organização de seus calendários. Em 1970, nova portaria do *Conselho Nacional de Desportos* criaria uma das mais insólitas regras aplicadas às agremiações amadoras. Assim noticiava o *Diário da Tarde*:

Agora, para se inscrever em time filiado, o jogador tem que primeiro, fazer prova de que está trabalhando, com sua carteira profissional assinada. Os desempregados não poderão jogar futebol se forem maiores de 21 anos. A exigência é expressa em portaria do Conselho Nacional de Desportos e já devia estar em vigor desde setembro do ano passado, mas não foi possível a sua execução, pois o campeonato estava em andamento. Além do mais é necessário carteira de reservista, documento imprescindível.

A carteira profissional pode ser substituída por um atestado de colégio, provando que o jogador está matriculado em qualquer curso.¹⁹⁹

Tal normativa talvez visasse regulamentar a condição de modalidades amadoras, como eram todos os esportes olímpicos de então, garantindo o controle de atletas que pudessem se esconder sob um amadorismo marrom. Ainda que estivéssemos em um momento em que noções de cidadania universal não prevaleciam, fortemente orientado por uma ética do trabalho e com diretrizes de disponibilização de mão-de-obra para o esforço de desenvolvimento, a conferência de tal regra ao futebol de várzea parecia ser muito mais fruto de um absurdo burocrático, do que de qualquer reflexão mais profunda. A imposição do *CND* teria impactos sobre a organização dos campeonatos amador e juvenil do *DFA* no ano de 1970. Como apontou o *Diário da Tarde*:

Caiu muito o número de inscrições no *DFA* depois que o *CND* passou a exigir como documentação a carteira profissional. E a entidade está cumprindo integralmente as ordens. Várias questões estão surgindo, como é o caso de um que queria se inscrever na categoria juvenil e não possuía nem a carteira de trabalho nem o atestado de colégio. Estava de posse de uma autorização do Juizado de Menores tendo a profissão de engraxate. Não foi possível atendê-lo ficando o Assistente Técnico de fazer uma consulta à Federação Mineira para saber se o documento era válido.²⁰⁰

O crescimento das exigências burocráticas cada vez mais esvaziava as competições promovidas pelo *DFA*, como indica o trecho acima. O cumprimento das requisições de inscrição – documentação, exames, taxas – nunca foi simples para os clubes, sendo regulares

¹⁹⁸ Cf. *Ibidem*.

¹⁹⁹ Desempregado não pode jogar no futebol amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 31 de janeiro de 1970.

²⁰⁰ O *DFA* está exigindo a carteira profissional. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 9 de abril de 1970.

relatos sobre confusões durante as inscrições para os campeonatos²⁰¹. A inclusão de novas demandas só aprofundava a pouca disposição das agremiações em participar do certame.

Associado a tudo isso, o *DFA*, no ano de 1969, realizou grande afastamento de clubes. Segundo informado, “O Departamento de Futebol Amador quer, daqui por diante, desfiliar os times que não disputam o campeonato. Faz isto em cumprimento de uma deliberação do Conselho Nacional de Desportos que alega que muitos se instituem com outras finalidades e não jogam futebol”²⁰². Segundo a reportagem, ao menos dezoito equipes foram desligadas, com perspectiva de aumento do número²⁰³. Se algumas delas tinham em outras atividades, como o carteadado²⁰⁴, sua finalidade, várias eram tradicionais forças da várzea local que, por problemas diversos, como a não emissão de alvarás e a perda de campos, não se inscreveram nos últimos campeonatos²⁰⁵.

A segunda metade dos anos 1960 foi um período de acirramento do controle burocrático no *DFA*, boa parte disso decorrente de uma série de imposições do *CND* que pouco ou nenhum sentido fazia para o futebol de várzea. Esses constrangimentos afastavam as equipes das competições, seja por desinteresse ou por não poder atender às exigências que se colocavam. Não bastasse isso, as agremiações se deparavam com as dificuldades do órgão em manter um calendário regular, com o mínimo de previsibilidade que facilitasse seu objetivo de gerir um calendário ininterrupto de fins de semana com partidas. A pouca habilidade na montagem de tabelas, com grupos desiguais em tamanho²⁰⁶ que geravam buracos na sequência de disputas, e a atuação morosa da *Junta Desportiva Disciplinar* eram as principais causas das vicissitudes²⁰⁷.

A mudança nas fórmulas de disputa contribuiria para o aumento do desgaste entre *DFA* e equipes. Depois de cinco temporadas com a manutenção de uma Divisão Especial e de uma Segunda Divisão, em 1972, após a não realização da edição de 1971, o órgão diretivo retomou o antigo formato de agrupamento dos clubes por região da cidade. Tal situação gerou mais uma crise no meio varzeano, com a desistência das duas principais forças daquele momento, *Real Madri* e *Rosário*²⁰⁸, as quais dedicaram boa parte do ano a excursões pelo interior do estado.

Uma última situação que se configurava ao final de 1967 seria determinante para nova articulação do *circuito* varzeano da cidade. Por essa época, era noticiado que o *Departamento*

²⁰¹ Cf. CAMPEONATO AMADOR DÁ MUITO TRABALHO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 11 de julho de 1965; Eis os jogos da Divisão Especial. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 15, 18 de junho de 1969.

²⁰² ATENÇÃO TORCIDA, O FUTEBOL ESTÁ APENAS NA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 2º caderno, 27 de dezembro de 1969.

²⁰³ Cf. *Ibidem*.

²⁰⁴ A atuação dos clubes varzeanos para além do futebol será tratada no capítulo 4.

²⁰⁵ Cf. EIS A RELAÇÃO DOS CLUBES AFASTADOS PELO DEPARTAMENTO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 15, 17 de dezembro de 1969.

²⁰⁶ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 12 de agosto de 1965.

²⁰⁷ Cf. Amadores não podem jogar. O tribunal pára tudo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 26 de julho de 1969.

²⁰⁸ Cf. Ninguém quer disputar o campeonato amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 7 de fevereiro de 1972.

de *Futebol Amador* enfrentava risco de despejo, por falta de pagamento de aluguel²⁰⁹. Aproveitando-se de imóvel pertencente à *Federação Mineira de Futebol*, o setor deslocava-se da Avenida Santos Dumont, no coração do baixo centro de Belo Horizonte, para a refinada Avenida João Pinheiro, na divisa com os bairros Funcionários e Savassi, região elitizada da capital mineira²¹⁰. A mudança de endereço do setor acabaria por propiciar aos clubes a possibilidade de estabelecer outra dinâmica de organização que, ao longo dos anos, significaria a afirmação de sua autonomia na composição do calendário de jogos, alternativa à lógica burocrática e autoritária que ganhava espaço naqueles tempos.

2.3 – A “Federação” e a atuação autônoma dos clubes varzeanos

Em visita da reportagem do *Diário da Tarde* às novas dependências do *Departamento de Futebol Amador*, em 1967, era relatado que “o local se encontra vazio e sem nenhum movimento, notando-se a ausência dos representantes dos clubes filiados que lá não aparecem”²¹¹. Um dos poucos presentes, Jair Ferreira dos Santos, da *Associação Atlética Formosa* esclarecia:

“É fora de mão, muito longe, a gente tem que pagar mais duas conduções, e por isso mesmo, preferimos ir para a avenida Santos Dumont, onde combinamos nossos jogos amistosos. Só iremos à nova instalação do D.F.A., para pagar mensalidade e comprar fichas e inscrições para o clube. Não sabemos onde estava a cabeça do presidente da Federação Mineira de Futebol, quando determinou a mudança da entidade para a av. João Pinheiro, 510.(...)”²¹²

Para colocar em contexto a fala do representante do *Formosa*, vale destacar que as dependências do *DFA* eram o espaço por excelência do encontro entre os dirigentes das agremiações varzeanas. Para ali, eles se dirigiam não apenas para realizarem os registros e entregarem a documentação pertinente, mas para se inteirarem de novidades e, principalmente, acertarem partidas fora do calendário das competições oficiais. Nessa medida, curiosamente, a sede do órgão era frequentada por muitos não filiados, inclusive do interior, em busca de jogos. A transferência da entidade diretiva comprometia a dinâmica do *circuito*, já que, como afirmava Jair Ferreira dos Santos, a nova localização era de difícil acesso.

Como indicado ao longo do texto, a várzea local compartilhava uma *cultura esportiva popular* marcada pela autonomia. Para manter um calendário ininterrupto de fins de semana com partidas, os clubes recorriam a diferentes formas de disputa, as quais eram acertadas de modo

²⁰⁹ Cf. Despejo faz o DFA mudar sua sede. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 5 de outubro de 1967.

²¹⁰ Cf. Clubes fiéis a Santos Dumont. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 12 de outubro de 1967.

²¹¹ *Ibidem*.

²¹² *Ibidem*.

independente. A transferência de sede do *DFA* contribuiu para que esse espírito autonomista ganhasse força. A partir de então, uma tradição se afirmaria, com a criação da “Federação”.

Referência para a memória da várzea local, tal ponto de encontro é citado por vários veteranos. José Fernando Pereira, o “Preto” e João Antônio Paranhos Leão, o “Ferrinho”, dirigentes do *Monte Azul Esporte Clube* narraram como teria se dado a formação da “Federação”:

Preto: (...) o DFA era na Santos Dumont. Santos Dumont com Rio de Janeiro. (...)

Ferrinho: É... Porque o pessoal acostumou a marcar ali. (...) Aí o negócio é o seguinte, você vai saber a história. Era o DFA e a “Federação”... O DFA era em frente ao Detran, não é? O DFA era em frente o Detran...

Raphael: Ali na João Pinheiro?

Ferrinho: João Pinheiro, João Pinheiro, o que é que foi, ali tinha uma escolinha do DFA era ali, entendeu? Aí marcava o jogo era na Santos Dumont. (...) Eles ficavam assim na porta, aí o pessoal foi todo para a Rio de Janeiro com Santos Dumont, tinha um espaço lá, tinha tudo.

Preto: Isso, para marcar jogo, porque quem não é filiado queria marcar jogo com filiado, aí eles iam para lá (...) ²¹³

Entre os varzeanos mais velhos a memória da transferência da sede do *DFA* e da rejeição dos representantes de clubes a migrarem seu ponto de marcação de jogos para a Avenida João Pinheiro permanece. Desde finais do ano de 1967, aquele grupo estabeleceria um horário de encontro que se iniciava ao final do expediente da segunda-feira, por volta das 16 horas, um pouco antes, um pouco depois. Para a Avenida Santos Dumont, esquina com Rua Rio de Janeiro, dirigiam-se membros de agremiações filiadas e não filiadas, assim como juízes não pertencentes aos quadros da *Federação Mineira de Futebol*. Nesse momento, um verdadeiro pregão se formava com equipes possuidoras de campos anunciando receberem jogos em casa, ao mesmo tempo em que outras se voluntariavam a atuarem como visitantes. Árbitros ficavam à espreita dos acertos para se prontificarem a assumir a direção das disputas por um preço negociado.

Para equipes renomadas, com bons campos, fechar uma partida era tarefa fácil, questão de minutos. Clubes desconhecidos ou com espaços de jogo precários podiam passar toda a noite ali e serem obrigados a retornar na terça-feira, para uma espécie de repescagem. Clubes do interior enviavam representantes que apresentavam as propostas de ajuda de custo para os interessados em excursões. Havia casos de pessoas que assumiam a tarefa de marcarem jogos para várias associações, em troca de um valor simbólico. Disputas eram acertadas para o sábado ou o domingo.

Isso variava conforme o tipo de time, domingos eram reservados para infantis, juvenis e amadores – os adultos, segundo classificação adotada em Belo Horizonte. Sábados eram dias

²¹³ LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017.

dos classistas, dos veteranos e dos chamados “times de sábado” – equipes de amigos que se formavam sem a obrigatoriedade da competição, era comum que atletas ligados aos clubes mais destacados que atuavam aos domingos, buscassem esses quadros descompromissados como forma de vivenciar a modalidade numa perspectiva mais lúdica. A atividade da “Federação” estendia-se até o fim da noite, por volta das 22 horas. Aqueles que logo acertavam suas partidas aproveitavam a ocasião para permanecerem pelos vários bares da região²¹⁴.

Espaços de encontro como esse não foram exclusividade de Belo Horizonte, tampouco do futebol amador. José Guilherme Magnani, ao investigar artistas circenses, em São Paulo, identificou fenômeno semelhante²¹⁵, no local que hoje abriga o *Centro de Memória do Circo* naquela cidade. A “Federação”, por longos anos, foi a principal forma de interação entre os varzeanos da capital mineira, tendo sido transferida, no início dos anos 1980, para a Rua Rio de Janeiro, esquina com a Avenida Santos Dumont²¹⁶. Aos poucos, perdeu espaço para o telefone e as redes sociais, mas, ainda hoje, persiste, mesmo que sem a força do passado²¹⁷.

Em 1970, o *Diário da Tarde* dava conta de que a “Federação” havia transformado a dinâmica de organização do *circuito* varzeano. Como informava o jornal:

Continuam escassos os amistosos no Departamento de Futebol Amador. As exigências que estão sendo feitas para o “comum acôrdo” afastam os times que preferem jogar sem autorização. Com isto vão fazendo as partidas amistosas e nem a sede do DFA procuram mais. Fazem os entendimentos na avenida Santos Dumont, local em que o DFA funcionou por muitos anos e que até hoje é o ponto preferido para as suas reuniões. É naquele ponto que se movimenta o futebol varzeano.²¹⁸

²¹⁴ A descrição presente nos últimos três parágrafos está baseada em informações fornecidas nas seguintes entrevistas: CAMPOS, José Maciel [58 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 1º jun. 2017; COELHO, Márcio Antônio [62 anos]; VALE, Bertolino do [63 anos]; JESUS, Gardoni Miguel de [52 anos]; MONTEIRO, Cristiano Fernandes [44 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 2 mai. 2016; LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017; MOREIRA, Antônio Aluísio [79 anos]; MOREIRA, Maria das Dores Castro [74 anos]; MACHADO, José Vicente [57 anos]; MACHADO, Denise de Castro Moreira [54 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 30 dez. 2016; PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016; RODRIGUES, Célio Gonçalves [52 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 3 mar. 2018; RUFINO, Denerval Martinho [52 anos]; SANTOS, João Pereira dos [73 anos]. [ago. 2017]. Entrevistadores: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 ago. 2017; SANTOS, Guilherme Ferreira dos [68 anos]; SANTOS, Maurílio José dos [57 anos]; DIAS, José João Narcizo [56 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 abr. 2016; SANTOS, Joaquim Tomé dos [81 anos]. [out. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 out. 2017; VIEIRA, Aluísio [60 anos]; JUNIOR, Márcio Magalhães [30 anos]; SILVA, Nilton Pereira da [58 anos]; HERCULANO, Leonardo [30 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2017.

²¹⁵ Cf. MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 38-39.

²¹⁶ Cf. Futebol Amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 26 de fevereiro de 1980.

²¹⁷ Cf. SILVA, Pedro Vasconcelos Costa e; MARCELINO, Fábio Cesar. A midiatisação dos encontros varzeanos: uma netnografia dos grupos de WhatsApp destinados a marcação de jogos amistosos em Belo Horizonte. In: **Anais do X Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social de Minas Gerais**, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2017.

²¹⁸ Um jogo tumultuado continua atrasando campeonato do DFA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 6 de março de 1970.

Segundo indicação da notícia, como forma de driblar as exigências impostas pelo *DFA*, os clubes adotavam o novo local que já era reconhecido como “ponto que movimenta o futebol varzeano”. Além do alheamento em relação às atividades desenvolvidas pelas agremiações, a entidade dirigente via a promoção de sua competição prejudicada pela atuação cada vez mais autônoma das equipes. Com pouca frequência à sede da entidade e acertando a maioria dos detalhes na “Federação”, casos como o exposto a seguir não eram raros:

Foi com alegria que os clubes amadores esperavam a primeira rodada do super da cidade, mas ela não foi completa porque o jogo Rosário e Pompéia não se realizou por falta de campo. O Ferroviário não quis ceder [a sua] praça de esportes, ocupada por uma partida [entre] time (*sic*) não filiados. Alegou o Ferroviário que a re[quisição] só chegou no dia do jogo e ele já estava compromissado.²¹⁹

A retirada de barreiras burocráticas para a marcação de jogos entre equipes filiadas e não filiadas e a dinâmica permitida pela ascensão da “Federação” teria aumentado em muito o número de partidas promovidas de forma autônoma. A isso, somava-se a pressão sobre os terrenos, no que foi o momento de maior instabilidade para a preservação de espaços de jogo – como será tratado no capítulo 5. Nesse contexto, o *DFA* via-se às voltas com a falta de locais para as partidas de sua competição²²⁰, o que só podia ser garantido pelos clubes dos quais se divorciara.

2.3.1 – O futebol de várzea na clandestinidade

A década de 1970 se iniciava com a afirmação de uma nova dinâmica de funcionamento do *circuito* varzeano em Belo Horizonte. Frente a tentativas de imposição de constrangimentos burocráticos que ameaçavam a efetivação de um calendário ininterrupto de partidas pelas agremiações amadoras, seus integrantes teriam desenvolvido estratégias de burlar os controles, sem necessariamente abdicar da institucionalização que haviam alcançado. Todo esse processo culminou com a constituição da “Federação”, um modo de organização autônomo que permitia, de forma eficiente e descomplicada, o preenchimento dos fins de semana. Em sua efetivação, um código de conduta orientava a ação dos participantes que eram rechaçados se, por exemplo, faltassem ao compromisso agendado, frustrando o sábado ou o domingo esportivo de outro time²²¹.

A princípio, todo o clima criado pela perda de prestígio do *circuito* varzeano frente às expressões espetacularizadas do jogo e pelos mecanismos burocrático-autoritários poderia

²¹⁹ Amistoso não deixou várzea começar bem o super. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 13, 23 de abril de 1970.

²²⁰ Cf. A várzea está vivendo quase só de amistosos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 15, 10 de outubro de 1969.

²²¹ Cf. SANTOS, Guilherme Ferreira dos [68 anos]; SANTOS, Maurílio José dos [57 anos]; DIAS, José João Narcizo [56 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 abr. 2016.

levar a crer que os clubes amadores teriam suas atividades cada vez mais cerceadas. Contudo, a adoção de formas de organização gestadas na constituição de uma *cultura esportiva popular*, voltada, antes de tudo, para a garantia de forma autônoma de um calendário ininterrupto de fins de semana com partidas, permitia a continuidade da prática.

Em seus encontros na “Federação”, os varzeanos acertavam amistosos, excursões e torneios avulsos, assim como comentavam festivais e jogos festivos. Ausentes das dependências do *Departamento de Futebol Amador*, não mais se encontravam com os jornalistas esportivos que insistiam em manter sua cobertura pautada apenas nas informações fornecidas pelo órgão oficial dirigente. Resultado disso foi uma divulgação escassa das disputas amadoras pelas páginas do *Diário da Tarde* durante a primeira metade da década de 1970. Como permite notar a memória social compartilhada pelos integrantes veteranos das agremiações, a falta de reportagens pouco tinha a ver com um decréscimo das atividades, senão que se condicionava por um *circuito* que, por anos, foi organizado de forma quase clandestina.

Esse tipo de movimentação popular e periférica pouco notada pelos demais setores da sociedade permite problematizar percepções canônicas de respostas que vários grupos produziram ante o recrudescimento do aparato burocrático e de controle imposto pela Ditadura Civil-Militar no Brasil. Muitas vezes as resistências se deram sob lógicas inesperadas, tais quais as dos varzeanos e de sua “Federação”, ao articularem informalidade, autonomia e táticas de organização gestadas frente às suas experiências, as quais nem sempre são notadas pelo escrutínio acadêmico.

A remissão da várzea viria de forma curiosa. A promoção de competição nacional que uniria poderoso patrocinador e imprensa local seria responsável por visibilizar o *circuito* novamente. Nesse processo, discursos clássicos de valorização dessa vertente popular do futebol como principal fonte de produção de talentos seriam atualizados, em compasso com fenômenos de mediatização da prática. Em um momento no qual os controles começavam a se distender, o futebol amador belo-horizontino incorporaria novas formas de organização e novos atores que reivindicavam o direito de ocupar os campos. Esses e outros pontos serão abordados no capítulo a seguir.

Capítulo 3 – Vasta várzea

Depois da cobertura quase ausente do futebol de várzea nas folhas do *Diário da Tarde* durante os anos iniciais da década de 1970, a vertente amadorista da modalidade ganhava destaque até então nunca visto. Em 1977, o anúncio do evento de abertura de uma competição que marcaria época no *circuito* estampava a primeira página do jornal:

15 mil na parada da Copa Arizona

Nada menos de 250 times de futebol amador de Minas Gerais já estão prontos para o desfile de abertura da Copa Arizona, promoção do DIÁRIO DA TARDE, movimentando Belo Horizonte inteira, Brumadinho, Esmeraldas, Pedro Leopoldo, Lagoa Santa, Neves, Ibirité, Sarzedo, Itaguara, Caeté, José Brandão, Itabirito e até Saramenha. Cerca de 15 mil figurantes, entre jogadores, diretores, técnicos e torcedores, com escola de samba, fanfarras, balizas, malabaristas e rainhas, mostram sua força e organização às autoridades maiores do Estado e ao povo na Avenida. Caderno de Esportes.¹

O quantitativo de clubes presente na abertura da *Copa Arizona* era revelador do alcance do futebol de várzea não apenas em Belo Horizonte, mas em sua região metropolitana. A presença de milhares de figurantes para o desfile indicava tanto o engajamento das agremiações pela conquista da premiação do melhor desfile inaugural, quanto a inserção comunitária dessas associações em suas áreas, dando a ver a amplitude do fenômeno na capital mineira.

Foi essa competição promovida pelo vespertino dos *Diários Associados* que marcou a retomada da cobertura sistemática do *circuito* varzeano pelo periódico. A partir de então, a publicação se consolidou na memória social dos membros das equipes como o grande veículo de divulgação do meio amadorista belo-horizontino². A nova visibilidade alcançada por essa vertente popular do futebol evidenciava a longa tradição de relação entre a organização esportiva e os meios de imprensa que tinham postura ativa na promoção de um dos temas que mais arregimentava leitores para suas páginas, ávidos por saber os resultados dos fins de semana³.

Essa reinserção do meio varzeano na pauta cotidiana do *Diário da Tarde* implicou na produção de discursos que reposicionavam a prática no contexto de um futebol espetáculo em transformação. Da mesma forma, repercutiam inovações comportamentais, próprias de um momento de modernização social e de distensão autoritária, as quais se desdobrariam na adesão de novos grupos a essa vertente popular do esporte, como se investigará neste capítulo.

¹ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 17 de março de 1977.

² Cf. CARMO, Enderson Moretti do [43 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 dez. 2016; MANÇUR, Mauro Sérgio [57 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 9 mar. 2018; SANTOS, Joaquim Tomé dos [81 anos]. [out. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 out. 2017; SILVA, Rosângelo Aparecido da [64 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 mar. 2016.

³ Cf. SANTOS, Joaquim Tomé dos [81 anos]. [out. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 out. 2017.

3.1 – Renovações na organização varzeana

O desenvolvimento do futebol no Brasil teve estreita proximidade com a formação da crônica esportiva, que sempre ocupou papel ativo na atribuição de sentidos à prática⁴, fenômeno que se estendeu para a várzea, em especial, em São Paulo, por meio de *A Gazeta Esportiva*⁵. A atuação da imprensa não se restringiu à divulgação e à elaboração de discursos sobre as atividades atléticas, sendo ela mesma promotora de uma diversidade de competições, as quais, ao mesmo tempo em que difundiam os esportes, produziam pautas para as publicações⁶.

No caso do *circuito* varzeano belo-horizontino, a atuação de integrantes da imprensa foi notória, como destacado no capítulo 1, com presença nas diretorias de clubes e de entidades dirigentes do amadorismo local. Com inserção em ligas independentes ou no *Departamento de Futebol Amador*, cronistas esportivos participavam da organização de competições variadas.

A vinculação de membros da imprensa, contudo, estendia-se para sua atuação institucional nos veículos que, recorrentemente, atuavam como incentivadores ou promotores de disputas futebolísticas na capital mineira, seja com a promoção de torneios de curta duração⁷ ou com o apoio a competições mais extensas, com destaque para os campeonatos classistas⁸. Para tanto, a experiência acumulada por seus cronistas na função de dirigentes esportivos era crucial.

A visibilidade proporcionada ao *circuito* da várzea, em alguns momentos, poderia extrapolar a expectativa, que seria a de uma cobertura nos programas especializados no rádio ou a de notas e reportagens nas páginas reservadas ao tema nos jornais diários. Em casos raros, principalmente quando eram realizadas partidas de amplo interesse ou quando ocorriam lacunas na programação do profissionalismo, observava-se a irradiação ou o televisonamento de jogos de agremiações amadoras, conduzidas por equipes jornalísticas normalmente dedicadas ao futebol espetáculo⁹. Em 1967, o *Diário da Tarde* publicou anúncio da *Radio Guarani*:

⁴ Tal tema tem sido bastante estudado, dentro os trabalhos que fazem o debate, citam-se: HELAL, Ronaldo, SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLLO, Hugo. **A invenção do país do futebol**: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O descobrimento do futebol**: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004; LOPES, José Sérgio Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada. **Revista USP**, São Paulo, v. 22, p. 64-83, 1994; SILVA, Marcelino Rodrigues da. **Mil e uma noites de futebol**: o Brasil moderno de Mario Filho. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

⁵ Cf. SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol de várzea em São Paulo**: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940). São Paulo: Alameda, 2016, p. 119-158.

⁶ Cf. SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Brasil em ação!** Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008, p. 178-180.

⁷ Cf. **Diploma do Torneio da Amizade de Futebol Amador**, promoção do Estado de Minas e da Rádio Guarani, 1959. Acervo da Associação Esportiva Cultura Ponte Preta; QUARTA-FEIRA, O SORTEIO DA TABELA DO TORNEIO DE NATAL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 3º caderno, 2ª edição, 7 de dezembro de 1959; LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 18 de setembro de 1964.

⁸ Cf. LAVOURA LIDERA (INVICTO) O SUPER-TORNEIO BANCÁRIO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 24 de janeiro de 1962.

⁹ Cf. ALMIRANTE BARROSO X RENASCENÇA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 11 de dezembro de 1948; LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 7 de agosto de 1964.



Figura 10 – Anúncio de transmissão da partida *Rosário x Tremedal*, 1967. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 27 de maio de 1967.

Integrante dos *Diários Associados*, mesmo grupo responsável pela publicação do *Diário da Tarde*, a *Rádio Guarani* veiculou anúncio da transmissão de uma das partidas decisivas da fase final do campeonato do *DFA* de 1966, entre o *Rosário*, que se consolidava como a principal equipe do *circuito*, e o *Tremedal*, clube tradicional do meio amadorista. A excepcionalidade da irradiação pressupunha a divulgação por meio de chamada que não era corriqueira, com imagens de todos os integrantes da equipe esportiva e detalhes da cobertura.

Foi uma emissora concorrente à *Rádio Guarani* que elaborou uma das mais prestigiadas competições varzeanas: a *Copa Itatiaia*. Criado no final de 1961, o torneio foi originalmente batizado Taça “10 anos”¹⁰, referência à celebração do decênio da emissora. Até os dias de hoje a disputa ocupa o período de férias dos clubes profissionais, nos meses de dezembro e janeiro, fechando a temporada amadorista e servindo para preencher a programação da *Rádio Itatiaia*.

A irradiação de partidas e o destaque para a competição na cobertura diária da emissora garantia visibilidade aos clubes, os quais desejavam estar no torneio. A participação na *Copa Itatiaia* foi, por décadas, condicionada a convites, o que gerava articulações dos membros das equipes que sabiam que, caso não fossem finalistas do campeonato do *DFA* – o que garantia uma vaga provável –, dependeriam de boas relações com a direção da rádio para estarem no certame¹¹.

¹⁰ Cf. **Conheça a história da Copa Itatiaia Kaiser**. Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/copaitatiaia/a-copa-itatiaia-kaiser>. Acesso em: 9 de setembro de 2020; NOTAS DA VÁRZEA, **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 24 de janeiro de 1962.

¹¹ Cf. FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017; LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017.

3.1.1 – Copa Arizona

Se por um lado, a *Copa Itatiaia* trazia a novidade de um campeonato organizado por um veículo de imprensa, com cobertura sistemática das atividades dos clubes durante o período de realização, por outro lado, seu alcance limitado, com menos de duas dezenas de agremiações selecionadas por convite, restringia a participação a apenas umas poucas equipes integrantes da elite do *circuito* da várzea.

Em meados dos anos 1970, uma competição de alcance nacional, que articulava veículos de imprensa e uma marca de cigarros pertencente à *Companhia Souza Cruz*, agitou o meio varzeano local, engajando centenas de times da cidade. Como anunciava o *Diário da Tarde*:

O futebol amador vai reviver seus melhores dias e com, pelo menos 160 dos melhores times que praticam o futebol por esporte estarão brigando pela posse da Copa Arizona e, agora, com a coordenação do DIÁRIO DA TARDE. (...)

Este é o terceiro ano de realização da Copa Arizona de Futebol Amador. É o terceiro ano que a Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio une o prestígio de seu nome ao “know how” de “A Gazeta Esportiva” para tornar realidade um Campeonato que se consolida, aos poucos, como um dos mais importantes empreendimentos da esfera esportiva de todo o País.

A primeira Copa Arizona já foi lançada em 1974 como a maior do mundo, pois desde os gregos nenhuma competição de qualquer esporte coletivo havia conseguido reunir um número tão significativo de concorrentes: 1.024 equipes, ou seja, 32 chaves de 32 times, cada uma, perfazendo um total de 20.460 jogadores. A região geográfica envolvida reuniu todo o Estado de São Paulo, Curitiba e o Triângulo Mineiro.

O êxito desta primeira realização convidou a um verdadeiro arrojo em 1975 ao organizar-se um torneio que reuniu todo o Brasil dobrando-se em participação e (*sic*) arrojado planejamento do ano anterior. Foram 2.048 equipes, num total de 64 chaves, de 32 times, cada uma, reunindo o total de 40.960 jogadores. A Copa Arizona, geograficamente, passava a ser efetivamente nacional pois passava a congregar Belém do Pará, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte, todo o Estado de São Paulo, alguns times de Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre e algumas regiões do Rio Grande do Sul. (...)

Dessa maneira, a Copa Arizona 1976 deverá reunir 3.072 times. (...) resultante do ingresso de três novos Estados na Copa (Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro), da incorporação de novas regiões em Estados que já vinham realizando a Copa Arizona e pelo estreitamento das malhas da rede que, no Estado de São Paulo vinha arrebanhando o futebol amador bandeirante.¹²

Com a reivindicação de ser a maior competição do mundo, os organizadores da *Copa Arizona*, que a partir de sua terceira edição passava a contar com a participação do *Diário da Tarde* na coordenação regional, apresentavam um formato de disputa que permitia vasta adesão das equipes. Seria a primeira vez que diferentes segmentos do *circuito* varzeano, ou seja, times filiados, classistas e não filiados ao *DFA* se enfrentariam em um torneio de visibilidade¹³.

¹² Copa Arizona: a maior competição da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 6 de fevereiro de 1976.

¹³ Cf. Copa Arizona inicia inscrições. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 31, 9 de fevereiro de 1976.

O alcance em boa parte do território do país da competição capitaneada pela *Companhia Souza Cruz*, em parceria com o jornal paulistano, sempre muito associado à várzea, *A Gazeta Esportiva*, dialogava com o processo de conformação de certames nacionais do futebol espetáculo. Vale lembrar que foi durante os anos 1970 que se consolidou um processo de integração do calendário esportivo, com a criação do Campeonato Brasileiro de Futebol¹⁴. Além disso, a promoção da *Copa Arizona* tinha por intuito difundir, pelos inúmeros estados, a marca de cigarros lançada, sendo que sua vinculação ao meio amadorista reforçava o interesse em atingir grupos masculinos, público-alvo também ressaltado nos anúncios publicitários¹⁵.



Figura 11 – Anúncio do cigarro *Arizona*, 1976. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 35, 23 de fevereiro de 1976.

O anúncio articulava uma linguagem futebolística, ao recorrer à expressão “dada a saída” que remetia ao momento inicial de uma partida, mas que também poderia ser interpretada como alternativa dentro do mercado tabagista, inserindo o produto em uma linha de baixo custo para o homem trabalhador. Vale destacar que uma associação promocional parecida, nesse caso entre torneios varzeanos e marcas de bebidas alcoólicas, pode ser vista ainda hoje¹⁶.

Integravam a equipe organizadora da *Copa Arizona* cronistas com presença de longa data no meio varzeano, a exemplo de Naeme Mansur do *Diário da Tarde*, que ocupara cargos em clubes amadores e na direção do *DFA*, como citado no capítulo 1, além de José Pedro da Silva, o “Monkey”, veterano comentarista da *Rádio Guarani*. Junto deles, atuavam membros da *Companhia Souza Cruz* e de outros veículos dos *Diários Associados*¹⁷. Atentos aos objetivos promocionais do torneio, os coordenadores propunham eventos que permitissem a veiculação da marca *Arizona*, mas que também dialogassem com as tradições das agremiações.

¹⁴ Cf. DAMO, Arlei Sander. O espetáculo das identidades e alteridades: as lutas pelo reconhecimento no espectro do clubismo brasileiro. In: CAMPOS, Flávio de; ALFONSI, Daniela (org.) **Futebol objeto das ciências humanas**. São Paulo: Leya, 2014, p. 23-55; MOREIRA, Jorge Fernando A. D’Amaral. **Futebol e ditadura militar**: a elaboração dos projetos políticos para o futebol brasileiro (1966-1971). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

¹⁵ Marcas de cigarro e futebol são associados, no Brasil, desde os anos 1930. Cf. SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol e cultura visual**: a construção da figura do craque. Marcos Cameiro de Mendonça e Leônidas da Silva (1910-1942). 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

¹⁶ A Copa Kaiser e a Copa da Paz Dreher são casos documentados em estudos. Cf. HIRATA, Daniel V. **O futebol varzeano**: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005; PEREIRA, Tatiana Rovina Castro. **Interação, sentido e visibilidade no futebol de várzea em São Paulo**: sujeitos, comunidades, marcas e uma cidade em jogo. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁷ Cf. Domingo, a grande festa da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 10 de março de 1976.

Exemplo dessa estratégia era a realização do desfile de abertura do torneio que promovia uma disputa paralela entre as agremiações pela organização da mais vistosa e criativa parada, na qual era possível a incorporação de dançarinos e ritmistas vestidos das mais variadas formas¹⁸. O evento inaugural da competição articulava a tradição de apresentações de desportistas, observada em solenidades oficiais na Primeira República e no Estado Novo¹⁹, com aspectos das festividades populares, tão marcantes na experiência cotidiana das entidades varzeanas.

A cada realização do desfile de abertura, os clubes apresentavam uma diversidade de elementos que evidenciavam a mobilização social em torno deles, bem como as articulações entre diferentes expressões da cultura popular cultivada nos bairros da capital mineira e em suas cidades vizinhas. Charangas de torcedores e blocos e escolas de samba eram as principais atrações destacadas pela cobertura do *Diário da Tarde*²⁰. A pujança do evento inaugural do torneio teria feito com que a *Prefeitura de Belo Horizonte* aproveitasse a sua proximidade do carnaval para manter as arquibancadas montadas na Avenida Afonso Pena, de modo que o público pudesse acompanhar o desfile²¹, fato recordado por antigos integrantes das equipes²².

Outro elemento constituinte da *Copa Arizona* que dialogava com as tradições próprias de uma *cultura esportiva popular* era a festa de escolha da rainha, com a eleição, por uma comissão de jurados, da mais bela representante dos clubes participantes²³. Se por um lado a opção pelo nome remetia ao costume observável nos festivais varzeanos, por outro, o formato e a dinâmica da disputa associavam-se aos concursos de miss, denotando tentativa de midiaticização da promoção, com a exploração da imagem das participantes ao longo da competição²⁴.

A *Copa Arizona* era oportunidade para a comercialização de conteúdos pelos veículos de imprensa ligados aos *Diários Associados*. A *TV Itacolomi* transmitiu o desfile de abertura²⁵

¹⁸ Cf. *Ibidem*.

¹⁹ Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 156; PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2009.

²⁰ Cf. OUTRA GRANDE E BONITA FESTA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 18 de março de 1976; Foi uma grande festa, para abrir uma grande promoção. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 30, 21 de março de 1977; Nô-Cego de Brumadinho, o campeão. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 36, 13 de fevereiro de 1978.

²¹ Cf. Melhor do que o carnaval. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 37, 13 de fevereiro de 1978.

²² Cf. RUFINO, Denerval Martinho [52 anos]; SANTOS, João Pereira dos [73 anos]. [ago. 2017]. Entrevistadores: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 ago. 2017.

²³ Cf. No final da Copa, a hora da Rainha. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 5 de maio de 1976.

²⁴ O concurso de rainhas, bem como outros elementos da *Copa Arizona* podem ser vistos na realização do tradicional *Peladão* no estado do Amazonas, competição também criada na década de 1970 e associada a um grupo de imprensa. Cf. CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. **Uma geografia do futebol amador**: espaços de representação do futebol amazonense a partir do "peladão". 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009; CHIQUETTO, Rodrigo Valentim. **A cidade do futebol**: etnografia sobre a prática futebolística na metrópole manauara. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

²⁵ Cf. TV ITACOLOMI VAI MOSTRAR AO VIVO, E A CORES, O GRANDE DESFILE DA VÁRZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 12 de março de 1976.

da competição já em sua primeira edição. O interesse em garantir uma festa vistosa, que pudesse ser um produto de mídia e uma vitrine para a marca de cigarros, implicava na imposição da obrigatoriedade de envio de delegação para a parada, sob pena de exclusão do torneio²⁶. As disputas esportivas igualmente eram absorvidas pela emissora de TV, com a exibição das partidas decisivas do certame, seja ao vivo ou em videotape²⁷.

Como apontado no capítulo 2, mudanças no futebol espetáculo levavam a uma percepção recorrente do *circuito* varzeano como expressão anacrônica do esporte, pouco alinhada às exigências da prática atlética moderna e às necessidades de captação de jogadores para o profissionalismo. Em um cenário desalentador, a *Copa Arizona* surgiria como uma esperança:

Clubes falindo e desaparecendo, Campos (*sic*) cada vez mais escassos. Diretores desanimados. Jogadores também. E a torcida completamente desinteressada. Afinal, um abandono de causar dó, especialmente num futebol que já foi grande celeiro dos times profissionais, alegria daqueles sem condições de vibrar no Mineirão. E foi numa situação assim que o DIÁRIO DA TARDE abriu as inscrições para as disputas da Copa Arizona, ano 3, mas certo de que sua promoção iria sacudir o futebol amador de toda a Grande BH.²⁸

No discurso do periódico, a promoção da competição significaria a retomada da prática que vivenciava situação de abandono, visão que refletia a cobertura que havia realizado na primeira metade da década de 1970. Para valorizar o futebol de várzea e, por consequência, o torneio que organizava, o *Diário da Tarde* recorria a dirigentes, treinadores e atletas do universo profissional que, por meio de entrevistas, ressaltavam a importância da expressão popular da modalidade como abastecedora do espetáculo esportivo com novos talentos²⁹. Segundo a percepção do jornal, a remissão da várzea vinha de seu reconhecimento pelo setor hegemônico.

Como parte da divulgação da *Copa Arizona*, diversas equipes amadoras eram visibilizadas, times de todos os tipos, de tradicionais agremiações³⁰ a ajuntamentos de amigos formados para a competição, que se aproveitavam da flexibilidade para as inscrições³¹. Com uma cobertura recorrente do cotidiano dos participantes, à medida que o campeonato avançava e os clubes eram eliminados, o *Diário da Tarde* seguia noticiando as atividades dos concorrentes em outros contextos, desde amistosos e festivais até outros certames oficiais. Tal movimento levou à

²⁶ Cf. Nunca a várzea foi tão movimentada como agora. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 12 de março de 1976.

²⁷ Cf. Os finalistas acertam os times para a decisão. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 14 de maio de 1976; Polícia garante a grande final: Ferroviária x Farol. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 21, 17 de maio de 1979.

²⁸ Esta foi a promoção que sacudiu a várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 6 de maio de 1976.

²⁹ Cf. A importância da Copa na voz da federação. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 18 de fevereiro de 1976; É sábado que começa o futebol mais autêntico: o puro futebol de várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 30, 22 de março de 1976; Telê: Copa Arizona, maior disputa de futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 39, 19 de dezembro de 1977.

³⁰ Cf. O Pitangui, por seu presidente. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 11 de maio de 1976; Já são 156 clubes na monumental promoção. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 17, 7 de janeiro de 1978.

³¹ Cf. Era um time de pelada. Hoje é um time campeão. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 13, 2 de junho de 1977.

retomada do acompanhamento sistemático do *circuito* pelo periódico, através da coluna “Futebol Amador”³², a qual foi, posteriormente, rebatizada de “As notícias da várzea”³³.

Com proposta inclusiva, o regulamento da *Copa Arizona* previa a inscrição do máximo de clubes possíveis, como se recorda Carlos Roberto Pimenta, o “Fumê”, do *Pitangui Esporte Clube*:

Falar assim, nome, eu me lembro muito bem, do nome do torneio, nos anos 70, dos torneios bons que Belo Horizonte teve foi Copa Arizona. Por que que era bom? Porque se você tinha um time na sua esquina, você ia lá e inscrevia. A inscrição era aberta a qualquer um, não precisava ser filiado, nem nada. Você ia lá e fazia sua inscrição. Só que o detalhe era o seguinte, eles não escolhiam o adversário não, [saiu um time sei lá, pois era] sorteio e era mata-mata, vou jogar com seu time que vai jogar com o meu. (...) Perdeu, tchau! Aí a vitória era de quem era do ramo mesmo. Nossa Senhora! Só jogaço!³⁴

A adoção de eliminações a cada rodada, em sistema de mata-mata em jogo único, com chaves e mandos de campo decididos por sorteio, permitia que a competição abrigasse grande número de equipes e transcorresse ao longo de três meses, incluindo a fase nacional³⁵. Como destacado por “Fumê”, a possibilidade de saída da disputa a cada rodada mostrava-se altamente excitante, incrementada por cruzamentos improváveis, dada a aleatoriedade da escolha dos adversários. As partidas até a semifinal das fases estaduais eram realizadas em dois tempos de 30 minutos, com decisão nos pênaltis em caso de empate³⁶. Não eram raras as derrotas de favoritos para times de pouca expressão, como a queda do *Rosário*, em sua primeira participação na competição, contra a equipe do *Santos*, da cidade de Contagem³⁷.

Se a *Copa Arizona* representava uma inovação por reunir em uma única disputa diferentes segmentos do *circuito* varzeano, como eram as equipes filiadas, classistas e não filiadas, também significava um ineditismo ao agregar clubes não apenas de Belo Horizonte, mas de sua região metropolitana em mesmas chaves³⁸, além de times do interior em grupos específicos que se confrontariam com os da capital a partir da fase semifinal do torneio. Na edição de 1979, a mais abrangente da competição, anunciava-se que:

Continua quebrando seu próprio recorde, em matéria de número de inscritos. A V Copa que começou ontem, conta com a fabulosa soma de 748 clubes assim distribuídos:

428 da Grande BH, 128 de Juiz de Fora e adjacências, 64 de Divinópolis e arrabaldes, 32 de Montes Claros e municípios vizinhos, 32 de Ipatinga e Vale do Aço, 64 de Uberlândia e Uberaba, ramal do Triângulo.

³² Futebol Amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 15 de julho de 1977.

³³ As notícias da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 17 de março de 1981.

³⁴ PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

³⁵ Cf. As fotos da grande promoção. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 28, 24 de maio de 1976.

³⁶ Cf. Leia e guarde: é o regulamento da Copa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 23 de março de 1976.

³⁷ Cf. Maior surpresa: Rosário eliminado. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 52, 27 de fevereiro de 1978.

³⁸ Cf. Copa Arizona já anima Grande BH. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 11 de fevereiro de 1976.

Uma salva de palmas para o DIÁRIO DA TARDE, a maior “audiência” esportiva das Minas Gerais.³⁹

Com regras simplificadas para a inscrição das equipes, a *Copa Arizona* revelava a capilaridade do amadorismo pelos principais centros urbanos de Minas Gerais, com destaque para a região metropolitana de Belo Horizonte. A facilidade de participação proporcionava o crescimento constante do número de concorrentes, fazendo da promoção um sucesso na várzea. Em uma disputa tão diversa, com associações de variadas configurações, as condições de recrutamento dos atletas eram bastante assimétricas. Não raro, eram feitas acusações de amadorismo marrom, com seguidas eliminações de times por escalação de profissionais⁴⁰.

O sucesso da *Copa Arizona* foi estímulo para a realização de novas promoções do gênero. Em 1976, era anunciada a *Copa Mesbla-Guarani* que reuniu 32 equipes da região metropolitana, na maioria delas, classistas⁴¹. Com fórmula parecida, articulando uma marca e um veículo de imprensa, a competição ganharia novas edições, dessa vez organizada apenas pela emissora de rádio⁴². A mesma empresa de comunicação teria ainda um certame exclusivo para os clubes formados a partir dos vínculos trabalhistas⁴³.

A década de 1970 seria especialmente profícua na realização de competições classistas, as quais eram anunciadas com regularidade nas páginas do *Diário da Tarde*⁴⁴. Dentre elas, destacavam-se os certames sindicais que passaram a ocorrer com mais regularidade nesse período⁴⁵, inclusive com a disputa do *Torneio Intersindical*, uma promoção do *Ministério do Trabalho*, por meio da *Delegacia Regional do Trabalho*⁴⁶. A exemplo da *Copa Arizona*, a disputa previa uma fase nacional, realizada em Brasília⁴⁷.

Durante seis temporadas, entre 1975 e 1980, a *Copa Arizona* foi realizada em Minas Gerais, mobilizando algumas centenas de clubes de várzea de Belo Horizonte e de outras cidades do estado⁴⁸. Sua fórmula ainda seria repetida em 1981, pela *Copa Dreher*, também organizada em parceria com o *Diário da Tarde* e com o mesmo objetivo de fazer a promoção de um produto associado ao consumo dos grupos masculinos populares⁴⁹.

³⁹ ROCHA, Augusto; RADIK. BITOQUE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 46, 26 de março de 1979.

⁴⁰ Cf. Dois eliminados: lançaram profissionais. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 14 de abril de 1976; Vitória do Hochtief foi prejudicada pela presença de jogador profissional. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 21, 28 de março de 1979.

⁴¹ Cf. Copa Mesbla-Guarani: 32 clubes da Grande BH. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 11 de agosto de 1976.

⁴² Cf. Quinze jogos abrem no sábado a Copa Guarani. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 4 de dezembro de 1979.

⁴³ Cf. Classista faz hoje a reunião dos clubes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 16, 13 de julho de 1978.

⁴⁴ Cf. Nacional-Brahma. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 17, 31 de março de 1978.

⁴⁵ Cf. Campeonato sindical vai começar amanhã. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 16, 11 de agosto de 1979.

⁴⁶ Cf. Mesbla sem problemas para o Intersindical. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 22 de julho de 1977.

⁴⁷ Cf. Vai começar em Brasília a decisão do Intersindical. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 12 de agosto de 1977.

⁴⁸ Cf. Futebol amador está sendo sacudido pela Copa Arizona. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 12 de junho de 1980.

⁴⁹ Cf. 1ª rodada reúne quase 3.000 jogadores. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 19, 6 de outubro de 1981.

Seja por sua diversidade, com clubes das mais variadas estruturas, ou por sua abrangência nacional, proporcionando confrontos intermunicipais e interestaduais, a *Copa Arizona* ocupa um lugar importante na memória social da várzea em Belo Horizonte. Para uma equipe, em especial, a competição tem grande significado, já que serviu para destacá-la no amadorismo local, como rememora Raimundo Expedito Fernandes, ex-dirigente da *Associação Ferroviária Esportiva*: “Nós, no caso, a Ferroviária, foi divulgada mesmo quando ela foi bicampeã da Copa Arizona, 79 e 80”⁵⁰. A disputa do torneio deu à agremiação que, até então, não tinha projeção nas competições do *DFA*, boa visibilidade, com a possibilidade de atuação até mesmo em outros estados:

Que aí ela foi disputar até fora. Souza Cruz era uma novidade. Um time amador andar de avião, que a Souza Cruz pagava tudo, igual nós já viajamos de avião. Fomos jogar em Uberlândia, fomos jogar em Uberaba, Juiz de Fora, São Paulo, Rio de Janeiro, tudo pago... (...)

Ia para outro estado, é. Nós ganhamos a... Nós fomos campeões mineiros, Centro-Leste, ganhamos lá no Espírito Santo no campo da Ferroviária, lá em Cariacica, nós ganhamos de um time lá do Espírito Santo. E fomos para a finalíssima contra o Chico Xavier lá do Rio de Janeiro. Lá nós perdemos, mas era um time semiprofissional. (...)

Só do estado, estadual com estadual, é que eram dois [jogos], você ia lá e voltava. Para ser campeão do Brasil eram dois jogos. Nós jogamos no Espírito Santo e eles vieram no campo do Cruzeiro, quando existia o campo do Cruzeiro. Nós ganhamos... Nós perdemos lá de um a zero e ganhamos de três no campo do Cruzeiro. (...)

(...) nós fomos para São Paulo. Foi, teve até um fato engraçado, ele está até neste livro (mostra a edição), que nós íamos de avião, e na época a mãe do Suim, ele não era técnico ainda não, ele era jogador, lateral esquerdo. E nós estávamos todos reunidos aqui no bar, em 79, nós todos reunidos aqui e a mãe dele, que chamava Dona Modesta, aí ele passou: “oh gente...”. Ela, coitada, na sua ignorância, falou assim: “eu vou rezar para Santos Dumont”, ela achava que Santos Dumont era um santo, ele era da aviação, mas Santos Dumont, como se diz, não é? É o inventor do avião e ela achou que era um santo protetor da aviação, alguém falou isso para ela: “eu vou rezar para Santos Dumont para não acontecer nada com vocês.” (risos) E nós fomos em três aviõezinhos, mas teve um solavanco, meu filho! (risos) Foi sofrido chegar!⁵¹

Depois de conseguir superar eliminatória que reunia mais de 400 equipes, a *Ferroviária* conquistaria por dois anos seguidos, em 1979 e 1980, o título mineiro da *Copa Arizona*, ganhando o direito de avançar às fases interestaduais da disputa, com partidas em São Paulo, em 1979⁵², e no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, em 1980⁵³. Tais feitos tiveram importante repercussão na trajetória da agremiação que se firmou nas décadas seguintes como uma das principais forças do *circuito* varzeano local. Durante a cobertura da competição, o

⁵⁰ FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

⁵¹ *Idem*.

⁵² Cf. Rádio Guarani transmite a estreia da Ferroviária. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 21, 13 de junho de 1979.

⁵³ Cf. Ferroviária pede ajuda aos patrões de seus jogadores. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 15 de outubro de 1980.

Diário da Tarde apresentava aos leitores a entidade, até então, pouco conhecida do público, ressaltando a força da torcida da associação originária da Pedreira Prado Lopes⁵⁴, a mais antiga favela da cidade. Com diferentes “facções” que iam do “Batalhão de Choque” à torcida feminina, o time contava com o apoio das arquibancadas nas disputas⁵⁵. A foto abaixo evidencia alguns dos elementos marcantes da competição e da *Ferroviária*:



Figura 12 – Equipe da *Ferroviária* na *Copa Arizona*, 1979. Acervo Renato Arruda.

A imagem registra em primeiro plano a equipe da *Ferroviária*, integrantes da comissão técnica e da diretoria. Alguns deles, dentre os quais “Rubinho”, seu presidente – agachado de camisa xadrez – portam chapéu promocional da competição, também utilizado por vários assistentes ao fundo. A partida válida pelas fases finais do torneio foi realizada no antigo estádio do *Cruzeiro*, cujas arquibancadas são vistas em segundo plano, espaço de jogo que, desde a inauguração do Mineirão, não mais atendia ao time profissional. A plateia está tomada pela torcida da agremiação varzeana que ostenta bandeiras com as cores e o distintivo do clube.

A *Copa Arizona* marcou um momento de transformação na cobertura realizada pelo *Diário da Tarde*, com a volta do acompanhamento sistemático do amadorismo local. A organização de um torneio com regulamento simplificado que reunia o maior número de equipes possível foi outra marca do torneio, essa postura inclusiva reverberaria na condução das atividades da entidade diretiva mais tradicional da várzea, o *Departamento de Futebol Amador*.

⁵⁴ Para informações sobre a Pedreira Prado Lopes, vide nota 69 do capítulo 1, para localização, consultar mapa ao final da tese.

⁵⁵ Cf. Além da Ferroviária, Rosário enfrenta uma torcida “da pesada”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 1º de outubro de 1980.

3.1.2 – A distensão do DFA

O início da década de 1970 representou um período de desprestígio para o *Departamento de Futebol Amador da Federação Mineira de Futebol* entre os clubes varzeanos. Como apontado no capítulo 2, depois de não conseguir realizar o campeonato de 1971, a entidade encarou a desistência das duas principais equipes do período, *Rosário* e *Real Madrid*, para a competição do ano seguinte. Dos 65 filiados na entidade apenas 30 se inscreveram para a edição de 1972⁵⁶. Entre as avaliações para o insucesso do torneio estava a sua fórmula de disputa. Desde os anos 1940 até meados dos anos 1960, o certame do *DFA* seguia a lógica regional, com a distribuição dos times por grupos que reuniam associações sediadas em bairros próximos, estimulando as rivalidades locais⁵⁷. A partir de 1966, deu-se a criação de uma divisão especial que agregava cerca de duas dezenas das agremiações consideradas mais estruturadas⁵⁸.

A partir de então, opunha-se, de um lado, a reclamação pela concentração da disputa entre poucos times da elite varzeana, a exemplo do *Rosário* e do *Real Madrid*, com a defesa da retomada da lógica regional⁵⁹ e, de outro, a queixa quanto à desorganização de muitos dos filiados ao *DFA* e a necessidade da existência de um grupo selecionado⁶⁰. Ante tal oposição, a competição passaria por seguidas alterações de formato⁶¹, sempre desagradando uma parcela das agremiações.

Outro ponto de reclamação em relação ao *DFA*, no período, referia-se às inúmeras taxas cobradas pela entidade, como destacado em matéria do *Diário da Tarde*: “No DFA, tudo se paga”⁶². A reportagem trazia uma longa lista de preços para cada ação dos clubes que iam desde a inscrição de um atleta até a apresentação de denúncia à *Junta Disciplinar Desportiva*, com valores que oscilavam entre Cr\$ 10,00 para a cópia simples de documento até Cr\$500,00⁶³ para a filiação, a inscrição em campeonato ou o encaminhamento de recurso à instância disciplinar superior⁶⁴. O acúmulo de pendências e dívidas com as entidades diretivas poderia significar um peso extra para clubes que, a duras penas, mantinham as suas atividades. Em 1980, uma carta do presidente do *Saudade* foi publicada pelo *Diário Tarde*:

⁵⁶ Cf. Ninguém quer disputar o campeonato amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 7 de fevereiro de 1972.

⁵⁷ Cf. Amanhã, no Initium amadorista: 52 jogos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 30 de março de 1957.

⁵⁸ Cf. Divisão especial deu novo alento à várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 15 de outubro de 1966.

⁵⁹ Cf. Na várzea, uma luta extra pela volta dos clássicos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 16, 17 de fevereiro de 1972.

⁶⁰ Cf. DFA cria divisão especial para os clubes organizados. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 27 de julho de 1977.

⁶¹ Cf. Campeonato varzeano vem aí e os exames médicos também. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 6 de fevereiro de 1973; Começa a guerra da várzea: o futebol de amor à camisa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 20 de agosto de 1977.

⁶² No campo do Venda Nova, o festival do Botafogo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 21 de dezembro de 1979.

⁶³ Para referência, Cr\$500,00 correspondia a pouco menos de 20% do salário mínimo do período. Cf. BRASIL. **Decreto nº 84.135**, de 31 de Outubro de 1979. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-84135-31-outubro-1979-433690-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁶⁴ Cf. No campo do Venda Nova, o festival do Botafogo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 21 de dezembro de 1979.

Morreu mais um clube amador de BH: o Saudade. Era um time de tradição e que disputava o campeonato do DFA há mais de 25 anos. O presidente do Saudade, Rosimar Eustáquio do Carmo, enviou uma longa carta ao DT, explicando os motivos da extinção, lembrando que, no início, há um ano, o clube atravessava situação invejável, disputando os campeonatos de cinco categorias, desde o dentinho até o amador. “Realizamos amistosos, jogos oficiais, promovemos festivais, disputamos torneios e fizemos muitas excursões”. (...) o Saudade perdeu a maioria dos seus sócios, os diretores sumiram e o clube chegou a ter um déficit de Cr\$41 mil⁶⁵ em 79, além de débitos com o DFA, a Casa Esporte e com o proprietário da sede. “Vivemos uma situação caótica, sem condições de sobrevivência. O presidente chegou até a vender um patrimônio seu para minimizar a situação”. Administrativamente, o clube está bem, com a documentação em dia. Só não possui o alvará de funcionamento do CRD, porque “não temos condições de pagar o débito com o parasita DFA”⁶⁶.

Clube sediado no bairro de mesmo nome⁶⁷, a *Associação Esportiva Saudade* passava por grave crise decorrente da perda de seu campo e de sua sede social, o que reverberava no acúmulo de dívidas. Dentre as reclamações de seu presidente, uma forte crítica era direcionada ao *DFA*, visto por ele como um “parasita” que sobrevivia à custa das taxas pagas pelas agremiações. A direção da entidade rebateu o dirigente, informando que:

“O débito do Saudade no DFA soma o total de 210 cruzeiros de atraso com mensalidades, 740 cruzeiros de multas na junta disciplinar, 600 cruzeiros de débitos de seus jogos pelo campeonato no departamento de árbitros. Disse ainda o diretor que mesmo com esses débitos, o Saudade recebeu sua bolsa de material esportivo na entidade. E foi mais além dizendo que “O Departamento não tem obrigação de ajudar a nenhum de seus filiados no diz (*sic*) respeito a dinheiro, pois não tem verba para isso”.⁶⁸

A fala do diretor do *DFA* explicitava a tensão entre alguns clubes e a entidade dirigente. A soma de uma dívida de cerca de meio salário mínimo do período⁶⁹, ainda que alta se comparada a outras épocas, não parecia ser o maior problema para as agremiações. O que estava em jogo era a legitimidade do setor para realização da cobrança. O valor destinava-se, em especial, ao custeio da entidade que, na visão dos varzeanos, falhava na organização das competições⁷⁰ e oferecia poucos canais de diálogo⁷¹. Ante essa desconfiança, enquanto a *Copa Arizona* era capaz de arregimentar centenas de times, o setor da *Federação Mineira de Futebol* seguia com número de filiados ativos e em dia semelhante ao que se via no final dos anos 1940.

⁶⁵ Valor de quase 14 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto nº 84.135**, de 31 de Outubro de 1979.

⁶⁶ Saudade, tradição da várzea, agora é apenas uma saudade. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 23 de abril de 1980.

⁶⁷ O bairro Saudade origina-se das vilas operárias Cruzeiro do Sul e Parque Cidade Jardim, dos anos 1920, na urbanização inicial das áreas rurais do plano original de Belo Horizonte. Tira seu nome do cemitério municipal criado nos anos 1940. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Leste**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

⁶⁸ Dois troféus para o Imperial do SESC. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 29 de abril de 1980.

⁶⁹ Cf. BRASIL. **Decreto nº 84.135**, de 31 de Outubro de 1979.

⁷⁰ Cf. Campeonato Amador já tem muita confusão. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 12 de julho de 1979.

⁷¹ Cf. DFA fecha as suas portas aos clubes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 2 de novembro de 1977.

Em 1981, o *DFA* passava por reformulação, seu novo diretor em entrevista ao *Diário da Tarde*, frente ao número de 126 clubes inativos e a reclamações dos filiados, propunha:

“Vamos fazer uma aproximação com estes clubes para que se animem, se reorganizem e retornem ao seio do DFA. Pretendemos também realizar torneios menos onerosos, facilitando e incentivando a sua participação”. (...)

“Vamos promover a aproximação dos clubes carentes, que dispõem de menos recursos, para que participem das promoções do DFA”.

O DFA possui um código tributário, editado na gestão anterior (de Venício Fernandes), que está provocando um descontentamento geral entre os clubes. Na primeira reunião realizada pelo novo diretor, e atendendo a diversas ponderações dos clubes, o DFA resolveu reduzir várias taxas (algumas pela metade), como o valor de inscrição de campeonato ficha (*sic*) de inscrição de atletas, taxas de arbitragem e carteira de identidade, entre outras.⁷²

Ao reformar a decisão de seu antecessor, o novo diretor do *DFA*, Antônio Carlos Bregunci, dava sinais de reaproximação com os clubes. As recentes competições promocionais apontavam para a amplitude da várzea local, mas também para as limitações materiais das equipes, em sua maioria, criadas nos bairros periféricos da cidade⁷³. Igualmente, a cobertura cotidiana retomada pelo *Diário da Tarde* indicava a manutenção de um calendário preenchido por disputas próprias de uma *cultura esportiva popular*⁷⁴. Ao que parecia, havia grandes possibilidades de ampliação do número de agremiações filiadas ao setor da *FMF*.

Passados dois anos da gestão de Carlos Bregunci, alguns avanços eram apontados:

Apoio do presidente da *FMF*, Alcy Alvares Nogueira; mudança da antiga e precária sede do *DFAC*, na av. João Pinheiro para a rua da Bahia, 570; instalação da *JDD*, moderna e funcional; novo horário de atendimento aos filiados (de 12h às 21h30m); isenção de taxas e emolumentos, inclusive de isenção (*sic*) arbitragens; distribuição de impressos (boletins de inscrição, transferências, fichas de atletas e distribuição de material esportivo, são os principais objetivos alcançados pelo atual diretor do *DFAC* (...).⁷⁵

Ao conquistar maior apoio da *FMF* e viabilizar patrocínios privados, o novo diretor acolhia algumas reivindicações dos clubes varzeanos, em especial a diminuição das taxas para participação das disputas. Aos poucos, as divergências eram minimizadas. Até mesmo junto ao *Conselho Regional de Desportos*, símbolo principal da burocracia enfrentada pelas agremiações, novos ventos pareciam soprar. Depois de uma polêmica em torno da mudança do órgão para o recém-inaugurado estádio do Mineirinho e das dificuldades de deslocamento dos representantes das equipes para a região da Pampulha, o *CRD* apontava para uma flexibilização da emissão de seus alvarás, como parte da “política de desburocratização e simplificação do sistema de

⁷² Diretor Antônio Carlos trabalha para ter uma várzea bem mais vibrante. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 3 de abril de 1981.

⁷³ A relação dos clubes com os bairros periféricos mais recentes será melhor examinada no capítulo 6.

⁷⁴ Cf. Notícias da Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 28 de abril de 1981.

⁷⁵ Apoio do DFA e FMF fortalece a várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 32, 18 de julho de 1983.

atendimento aos clubes e entidades”⁷⁶. A nomeação de um corpo diretivo formado por civis, ao contrário da tendência militar anterior, foi outro passo para a abertura do conselho⁷⁷.

O desenvolvimento de políticas públicas de esporte para o futebol amador, tema que será tratado mais detidamente no capítulo 9, permitiu que recursos originados da *Loteria Esportiva* fossem destinados aos clubes varzeanos. A distribuição era conduzida pelo *Departamento de Futebol Amador*, em meio às celebrações de entrega de prêmios dos participantes de suas competições. No ano de 1984, cada um dos participantes recebeu auxílio de Cr\$ 150 mil⁷⁸, o equivalente a quase três salários mínimos do período⁷⁹.

A nova relação estabelecida entre o *Departamento de Futebol Amador* e seus filiados expressava-se no aumento do número de clubes engajados nas atividades da entidade. Ao final de 1984, era anunciado que o setor contava com “163 clubes filiados em plena atividade, movimentando cerca de 15.000 atletas”⁸⁰, com relação às competições, o “campeonato amador adulto, disputado por 144 clubes, já teve um total de 784 partidas até agora”⁸¹. Em quatro temporadas, o principal torneio municipal saltava de 54⁸² para 144 inscritos.

Uma nova perspectiva prevalecia junto ao *Departamento de Futebol Amador*, em consonância com transformações sociais vivenciadas no país e com a distensão de um regime ditatorial que vivia o seu ocaso. Se, na passagem da década de 1960 para a de 1970, foi vivenciado um aprofundamento do controle burocrático na entidade e o distanciamento do meio varzeano representado pelo estabelecimento do ponto de marcação de jogos denominado “Federação”, o início dos anos 1980 significou uma reaproximação entre o *DFA* e as agremiações, sem que, contudo, essas abandonassem suas formas autônomas de organização⁸³.

A *Copa Arizona* e as mudanças na condução da entidade oficial amadorista representaram ampliação da participação de novas agremiações em eventos de visibilidade. O *circuito* varzeano do final dos anos 1970, no entanto, não seria marcado apenas por essas transformações, novos atores ingressavam de maneira mais incisiva no cotidiano dos campos de terra espalhados pela capital mineira, os horizontes da vivência esportiva se alargavam.

⁷⁶ Várzea ganha parada: não precisa ir à Pampulha. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 7 de março de 1980.

⁷⁷ Cf. O novo Conselho Regional de Desportos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 3 de agosto de 1983.

⁷⁸ Cf. FMF distribui dinheiro e isenta clubes de taxa. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 5 de janeiro de 1984.

⁷⁹ Cf. BRASIL. **Decreto nº 88.930**, de 31 de Outubro de 1983. Fixa novos níveis de salário mínimo para todo o território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88930-31-outubro-1983-438951-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁸⁰ Nos campeonatos do DFAC, toda a força da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 34, 26 de novembro de 1984.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² Cf. Diretor Antônio Carlos trabalha para ter uma várzea bem mais vibrante. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 3 de abril de 1981.

⁸³ Cf. Futebol Amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 26 de fevereiro de 1980.

3.2 – Várzea para todos

A organização das atividades esportivas dos clubes varzeanos, com a montagem de suas equipes e de suas disputas, sempre teve como referência um grupo específico: o homem adulto jovem. Eram nos primeiros e nos segundos quadros das agremiações que se concentravam suas atividades atléticas. Enquanto o time principal reunia os mais qualificados, seja por sua técnica ou por seu vigor, a formação secundária compunha-se dos ainda muito novos, ou dos mais velhos, ou daqueles não tão hábeis ou não tão em forma. Cabia a esses dois conjuntos ocuparem posição de destaque na programação dos festivais, aventurarem-se em excursões e ingressarem nos torneios.

Ao examinar a virilidade operária europeia, Thierry Pillon aponta que:

Sem dúvida, os valores da combatividade e do esforço nem por isso desapareceram completamente. Eles se encontram nos mais jovens, nesses “últimos bastiões da expressão da virilidade” que são as práticas desportivas, os jogos coletivos, principalmente o futebol, por exemplo, em que uma relação masculina se mantém e se reproduz ao sabor dos desafios e dos arrebatamentos. Demonstração pública das qualidades físicas da combatividade, da agressividade; valorização do poder, da resistência à dor; ritos coletivos, tal como a ducha.⁸⁴

A demonstração de tais qualidades, que seriam a base de uma noção de virilidade, podia ser encontrada, principalmente, entre adultos jovens, com compleição física formada e no auge de suas energias⁸⁵. Eram embates entre conjuntos compostos por esses atletas aqueles capazes de oferecer as partidas mais absorventes. Para eles voltavam-se os olhares das comunidades, inclusive o interesse feminino. Como relatou Márcio Rodrigues de Lima, o “Marcinho”, dirigente do *Montanhês Atlético Clube*: “Oh, Bicho! Todo mundo queria ser namorada de jogador do Montanhês, cara. Era status. ‘Ah, sou namorada do Jorge, Jorge Batom que é jogador do Montanhês’. ‘Eu sou namorada do Zé Carlos Dengo que é jogador’. ‘Sou namorada do Coca’”⁸⁶. Reconhecidos por aqueles e aquelas que acompanhavam as agremiações como símbolos de masculinidade, os atletas eram alvo da admiração alheia.

O fato de esse grupo centralizar as atenções e os investimentos dos clubes não significava que a modalidade se restringia a ele. Em horários menos disputados e com menos repercussão, homens de outras faixas etárias se envolviam com a prática. Mudanças na várzea, a partir dos anos 1970, fariam com que suas possibilidades e o interesse em torno deles aumentassem.

⁸⁴ PILLON, Thierry. Virilidade operária. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (coord.). **História da virilidade – volume 3**: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 391.

⁸⁵ Julio Frydenberg identifica aspectos parecidos entre futebolistas argentinos do início do século XX. Cf. FRYDENBERG, Julio. **Historia social del fútbol**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

⁸⁶ LIMA, Márcio Rodrigues de [68 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 jan. 2018.

3.2.1 – As categorias menores

A ocupação dos campos de várzea pelos mais novos trata-se de um movimento esperado tendo em conta o desenrolar do futebol como fenômeno social em Belo Horizonte. Nos anos iniciais do século XX, ruas, praças e parques da cidade eram tomados por garotos que corriam atrás de uma bola⁸⁷. Desde a institucionalização do amadorismo na capital mineira, com a criação do DFA, observava-se a manutenção de competições para categorias de juvenis e aspirantes, voltadas para jogadores adolescentes e recém-ingressos na idade adulta⁸⁸. Tal medida que, como apontado no capítulo 1, não contava com o entusiasmo das agremiações varzeanas locais, respondia a demandas de uma política nacional de esportes⁸⁹.

Se por um lado havia a pressão estatal e das entidades dirigentes para a manutenção de categorias menores, por outro, como apontou Simoni Guedes ao examinar escolinhas fluminenses nos anos 1990, os treinos com crianças e adolescentes respondem à demanda de socialização esportiva que se conecta à construção de um corpo masculino⁹⁰. Era na experiência de disputas entre garotos que se forjavam os jogadores que integrariam o primeiro quadro⁹¹. Não raro, atletas tinham trajetórias por todas as etapas de uma agremiação até alcançar o conjunto principal⁹².

Apesar da importância da socialização esportiva, não havia grande interesse na promoção das atividades regulares para as equipes das categorias menores⁹³. Volta e meia elas compunham a programação de festivais esportivos, sempre nos horários iniciais, ou eram objeto de torneios avulsos⁹⁴. Havia alguns poucos clubes dedicados exclusivamente às classes infantil e juvenil⁹⁵.

A distribuição das categorias, especialmente entre as crianças, reunia garotos de idades diversas, com compleições físicas díspares. Como recordou Márcio Antônio Coelho, o “Grapete”, do *Inconfidência Esporte Clube*: “Do petiz que passava para o juvenil direto. Era outro rabo que

⁸⁷ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018, 211-217.

⁸⁸ Cf. O D.F.A. não cuida do futebol juvenil. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 4 de maio de 1949.

⁸⁹ Cf. SOUZA, 2008, p. 83-89.

⁹⁰ Cf. GUEDES, Simoni Lahud. A construção do corpo masculino nas *escolinhas* de futebol. In: GUEDES, Simoni L. **O Brasil no campo de futebol**: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói, EDUFF, 1998, 117-136. Para outra perspectiva sobre a formação da virilidade entre garotos: BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: CORBIN; COURTINE; VIGARELLO, 2013, p. 189-220.

⁹¹ Eduardo Archetti chama a atenção para a passagem da condição de garoto para homem como um dos pontos chave da construção da masculinidade, em especial a esportiva. Cf. ARCHETTI, Eduardo P. **Masculinidades**: fútbol, polo y tango en la Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Deldragón, 2016.

⁹² Cf. PEREIRA, Rosalvo Conceição [78 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 29 mar. 2016.

⁹³ Em 1949, a *Liga Esportiva Suburbana* propôs disputas das categorias infantis, infanto-juvenil, juvenil e aspirantes, competições que não tiveram vida longa, dada a extinção da entidade. Cf. MAJORADAS AS TAXAS DA LES. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 30 de dezembro de 1949.

⁹⁴ Cf. TORNEIO “ELIO MOSCI”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 4 de agosto de 1950.

⁹⁵ Cf. 5º aniversário do Natal FC. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 20 de dezembro de 1962; RIBEIRO, Laudelino Gonçalves [85 anos]; ARAÚJO, João Batista [67 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 22 abr. 2017.

você pegava. Os meninos, deixa eu falar com você, o jogador subia muito novo. (...) antigamente, o jogador de 11 anos tinha que jogar com o de 15 anos. A diferença é muita, é igual na minha época”⁹⁶. Com divisão pelas classes de petiz, infantil, juvenil e aspirantes – também chamado “juvenil estourado”⁹⁷ –, as disputas atendiam, em essência, à socialização e ao lazer dos menores.

Mudanças no futebol espetáculo repercutiam na forma como o amadorismo entenderia as categorias menores. Por um lado, como visto no capítulo 2, a partir dos anos 1960, a várzea aos poucos perde a sua condição de “celeiro de craques”, com o advento da ideia científica de formação do atleta e com a noção da conformação do gesto esportivo⁹⁸, as quais desaconselhavam a passagem direta, comum até os anos 1950, do jogador varzeano adulto às equipes profissionais.

Por outro lado, a constituição mais sistemática de categorias de bases nos clubes hegemônicos, com o prognóstico de formação do atleta dentro de uma metodologia científica desde o final da infância⁹⁹, reposicionaria o papel do *circuito* varzeano no sistema de abastecimento do futebol profissional com novos talentos. Não seria mais a oferta do jogador adulto, já formado, mas sim o fornecimento de adolescentes aptos, cujos gestos precisariam ser moldados, a maior contribuição do amadorismo ao desenvolvimento do espetáculo esportivo.

Em meados dos anos 1960, pode-se identificar a promoção, por veículos de imprensa, de competições de garotos, como o *Campeonato dos bairros* realizado pelo *Estado de Minas*, que aceitava inscrições de meninos de 9 a 16 anos¹⁰⁰. Uma preocupação maior com as categorias de formação se expressaria alguns anos depois, em 1970, no *Campeonato dente de leite*, organizado pelos *Diários Associados*, e que contava com equipes de menores de clubes varzeanos e profissionais¹⁰¹. Com nova divisão, que melhor distribuía as crianças segundo a idade, a disputa ocorreu no mesmo ano em que um certame semelhante foi criado na cidade de São Paulo¹⁰².

A nova perspectiva de formação de atletas repercutia na organização das categorias menores das agremiações. Ao longo da década de 1970, a maior segmentação dos jogadores segundo a faixa etária se consolidou, com a remodelação da classificação genérica petiz, à qual se acrescentava o dentinho e o dente de leite¹⁰³. Se, entre os mais envolvidos com os clubes varzeanos e inseridos numa *cultura esportiva popular*, o interesse principal seguia voltado para

⁹⁶ COELHO, Márcio Antônio [62 anos]; VALE, Bertolino do [63 anos]; JESUS, Gardoni Miguel de [52 anos]; MONTEIRO, Cristiano Fernandes [44 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 2 mai. 2016.

⁹⁷ Cf. ALMEIDA FILHO, José Fernandes de [61 anos]; DIAS, José Gonçalves [77 anos]; ALMEIDA, Tadeu Felipe Fernandes de [27 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 12 mar. 2016.

⁹⁸ Cf. FLORENZANO, José Paulo. **Afonsinho & Edmundo**: a rebeldia no futebol brasileiro. São Paulo: Musa Editora, 1998, p. 31-43.

⁹⁹ Cf. *Ibidem*, p. 36-43.

¹⁰⁰ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 2 de setembro de 1964.

¹⁰¹ Cf. Esta é a tabela do futebol dos meninos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 15, 15 de maio de 1970.

¹⁰² Cf. FLORENZANO, 1998, p. 37.

¹⁰³ Cf. Olimpíada da Católica, um torneio de todos os esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 21, 21 de junho de 1979.

a atuação do time “amador” – masculino adulto –, para os veículos de imprensa e aqueles mais alinhados ao futebol espetáculo, a perspectiva da formação de novos talentos desde tenra idade movimentava iniciativas de exploração comercial e midiática das competições de garotos. Em 1979, o *Diário da Tarde* comentava sobre nova iniciativa do gênero:

Desta vez, a Reunião da Associação dos Clubes Amadores de Minas Gerais, realizada no Palácio do Rádio foi um sucesso absoluto. (...) Serão ainda promovidos torneios de Petiz, Dente de Leite e Juvenil, também para os clubes, com todos os jogos sendo disputados domingo de manhã e possibilidades de televisionamento pela TV Alterosa.¹⁰⁴

A escolha dos domingos de manhã revelava um esforço de racionalização do uso dos campos, com o escalonamento dos horários por categoria, sendo que ao masculino adulto prevalecia a reserva do principal turno, o domingo a tarde. O torneio dente de leite da *Associação dos Clubes Amadores de Minas Gerais*, realizado ao longo de 1980, contou com a participação de 50 equipes de Belo Horizonte e de sua região metropolitana¹⁰⁵, recebendo constante cobertura do *Diário da Tarde* que repercutia cada rodada em detalhes¹⁰⁶.

No processo de dinamização de atividades do *Departamento de Futebol Amador*, com a ampliação do número de filiados, a incorporação de novas categorias também seria observada. Além dos juvenis que tradicionalmente atuavam em competições organizadas pela entidade, a partir de 1983 foi criado o campeonato infantil para atletas de 13 a 15 anos¹⁰⁷.

Ainda durante a criação da política nacional de esportes, na década de 1940, noções de disciplina das classes populares, em especial da juventude, com o afastamento de vícios e más influências, orientavam a defesa das atividades atléticas¹⁰⁸. Tal visão seria atualizada nos anos 1970 e 1980, frente aos novos perigos sociais difundidos por órgãos estatais e pela imprensa. Em 1982, o *Diário da Tarde* publicou ampla matéria que alertava sobre o risco do consumo de drogas, citando acordos internacionais recentemente assinados pelo Brasil para o controle do uso e de medidas do *Conselho Federal de Entorpecentes*, o *Confen* e de outros órgãos da União:

O Ministério da Educação e Cultura pretende desenvolver nas escolas de primeiro e segundo graus de todo o País, a partir do próximo ano, um trabalho contra o uso de drogas, alertando os alunos para as consequências do consumo de tóxicos. “É importante que se introduza nas escolas um processo educativo que vise à prevenção ao uso de tóxicos, desde que o Ministério da Justiça reprima o tráfico dessas drogas”.¹⁰⁹

¹⁰⁴ Técnicos da Várzea vão ouvir Coutinho. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 21, 28 de junho de 1979.

¹⁰⁵ Cf. Um grande torneio de garotos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 1º de fevereiro de 1980.

¹⁰⁶ Cf. As notícias da Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 26 de março de 1980.

¹⁰⁷ Cf. Notícias da Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 33, 30 de maio de 1983.

¹⁰⁸ Cf. PARADA, 2009, p. 58; SOUZA, 2008, p. 83-84.

¹⁰⁹ ALERTA GERAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 19 de junho de 1982.

O alinhamento do país a uma política internacional de combate às drogas ilícitas implicava na realização de ações que iam de campanhas publicitárias e informativas até a repressão ao tráfico de entorpecentes. A difusão dessas ações contribuía para que a ideia de uma ameaça às juventudes, em especial às mais pobres, ganhasse força. Grupos, a exemplo de associações evangélicas, lançavam-se na missão da regeneração do que qualificavam como “jovens viciados e delinquentes”¹¹⁰. Rapidamente a prática esportiva seria apresentada como antídoto ao uso e abuso de tóxicos, como ressaltava a manchete “Quem faz esporte não puxa fumo” que relatava experiência estadunidense de prevenção às drogas por atividades atléticas¹¹¹.

Em meio a esse debate, os varzeanos e seus representantes assumiriam, especialmente por meio das atividades com as categorias menores, o papel de condutores de medidas de prevenção à introdução de crianças e adolescentes no consumo de drogas. Durante a tramitação de projeto de lei estadual para geração de recursos para o esporte por meio da loteria, um deputado apresentou justificativa de emenda em favor do amadorismo que, dentre outros, ressaltava:

JUSTIFICAÇÃO: Além de celeiro inesgotável de craques, juízes e dirigentes para o profissionalismo brasileiro, o futebol amador representa uma grande conquista social, eis que afasta dos ambientes perniciosos à sua formação moral e até física, os nossos jovens que se congregam em torno das agremiações varzeanas. (...) Esta emenda, sem nenhuma dúvida, ensinará um autêntico e verdadeiro ato de justiça, pois premiará com um reconhecimento a gloriosa tarefa daqueles que, congregando a juventude, afasta-a dos tóxicos, dos entorpecentes, dos caminhos tortuosos do crime e a prepara, através da disciplina e do amor que o esporte oferece, para um futuro saudável e promissor.

Deputado Rufino Neto¹¹²

Transformações sociais reposicionavam a centralidade de categorias menores para atividades dos clubes. Ainda que essas não concentrassem as principais preocupações dos dirigentes das agremiações, passavam a servir de estratégia de afirmação da relevância social da manutenção das entidades e de seus espaços de jogo. Se na maior parte dos casos o quadro “amador” seguia sendo o foco da atuação das entidades, em certas ocasiões o ingresso em disputas de base, como as da então criada classe de juniores, era possibilidade de entidades varzeanas enfrentarem, com equilíbrio de forças, as tradicionais associações profissionais.

Como examinado no capítulo 1, as décadas de 1940 e 1950 foram marcadas por intersecções entre os clubes aderentes ao profissionalismo e aqueles que mantinham o estatuto amador, permitida por um frágil e incipiente sistema de remuneração dos atletas. Com a maior estruturação do espetáculo esportivo na cidade, principalmente após a inauguração do estádio do

¹¹⁰ Cf. Uma esperança para jovens delinquentes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 30 de junho de 1976.

¹¹¹ Cf. Quem faz esporte não puxa fumo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 17, 25 de julho de 1977.

¹¹² Otacílio mostra o que está fazendo pelo futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 12 de novembro de 1980.

Mineirão, em 1965¹¹³, já não havia a possibilidade de equilíbrio competitivo entre equipes dos dois *circuitos*. Era nos campeonatos de juniores que confrontos entre times originados desses dois universos poderiam ser reeditados. Nesse sentido, três agremiações belo-horizontinas se destacaram nos anos 1980, o *Santa Cruz*¹¹⁴, o *Venda Nova*¹¹⁵ e o *Santa Tereza*¹¹⁶.

O caso dessa última equipe é exemplar de uma mudança de perspectiva de atuação dentre os clubes que integravam a elite do *circuito* varzeano local. Situado no bairro homônimo¹¹⁷, o *Santa Tereza* representa força tradicional do amadorismo local, tendo sido pentacampeão do DFA nos anos 1940¹¹⁸. Ao final dos anos 1970, foi assumido por nova direção, capitaneada por um empresário do jogo do bicho e um ex-atleta, os quais passaram a enfatizar a atuação do clube na formação de atletas, para o que foi construída toda uma estrutura de treinamento, com campo, refeitório e alojamentos. Ao longo dos anos 1980 e 1990, os times infantil, juvenil e de juniores do clube tiveram atuação destacada, com a conquista do título mineiro infantil de 1984, juvenil de 1992 e de juniores de 1987 e 1993, em competições que contavam com a participação das principais agremiações do profissionalismo. Ao mesmo tempo, o clube abandonou o foco central nos “amadores” – homens adultos –, que tiveram atuação apenas discreta no mesmo período¹¹⁹.

Santa Cruz e *Venda Nova* fizeram opção parecida, em ambos os casos, houve a construção de centros de treinamento para as categorias menores, ainda que continuassem a dar importância às disputas dos “amadores”. A valorização e o interesse externo pela formação de atletas faria com que esses e outros clubes do *circuito* varzeano passassem a dispensar maior atenção para as equipes mais jovens¹²⁰. A nova dinâmica do espetáculo futebolístico e do sentido social do esporte permitiria que crianças e adolescentes ganhassem espaço nas agremiações. Na mesma medida, novas possibilidades de experimentação das atividades atléticas abririam campo para outro grupo masculino até então pouco representado.

¹¹³ Sobre a construção do Mineirão, cf. SCHETINO, André Maia. **Os gigantes e as multidões**: estádios e cultura esportiva em Belo Horizonte (1950-1965). 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

¹¹⁴ Cf. SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016.

¹¹⁵ Cf. SÁ, Nival Dias de [64 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 29 mar. 2016.

¹¹⁶ Cf. SANTOS, Ademilson dos [45 anos]; MATIAS, Valter Matos de [59 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jan. 2018.

¹¹⁷ O bairro Santa Tereza teve ocupação já no início do século XX. Nos anos 1920, sua urbanização foi acelerada, com a presença de militares, funcionários públicos e operários. Na parte baixa, próximo ao Ribeirão Arrudas, registrou a formação de favelas. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Leste, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹¹⁸ Cf. Títulos conquistados pelo Santa Teresa. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5 e 7, 27 de maio de 1950.

¹¹⁹ Cf. SANTOS, Ademilson dos [45 anos]; MATIAS, Valter Matos de [59 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jan. 2018.

¹²⁰ Dois estudos que tratam da formação de atletas na várzea de São Paulo são: SILVA, Roberta Pereira da. **Campo de terra, campo da vida**: interfaces das expressões cotidianas, as alternativas de resistência popular e o Negritude Futebol Clube. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017; SPAGGIARI, Enrico. **Família joga bola**: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015.

3.2.2 – Os veteranos

Nas tradições varzeanas, a realização de partidas entre atletas veteranos era algo comum, especialmente em contextos de festivais¹²¹ e de jogos festivos¹²². A participação de futebolistas experientes, componentes das diretorias das agremiações amadoristas poderia ser motivo de interesse, uma oportunidade dos mais jovens verem atuar nomes que marcaram época¹²³. Mas igualmente poderia ser motivo de troça, dada a má forma dos contendores, como no anúncio que dizia que: “Os amantes do futebol caricato terão um bom motivo para ir amanhã cedo ao campo do Renascença. Ali jogarão os quadros do ‘Edis’ E.C. e da ‘Panair do Brasil’ F.C., composto na sua maioria de veteranos, antigos ‘astros’ do passado”¹²⁴. Ao referir-se à disputa entre a representação do Legislativo Municipal e a da empresa aérea, o cronista do *Diário da Tarde* qualificava a partida como demonstração do “futebol caricato”.

Como apontava a defesa dos exames para atletas, debatidos no capítulo 1, e o discurso médico de meados do século XX, havia grande temor quanto aos riscos do esforço atlético, especialmente entre os portadores de cardiopatias, tema de um anúncio do laboratório *Squibb*:



Figura 13 – Anúncio *Squibb* produtos farmacêuticos, 1950. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 22 de agosto de 1950.

¹²¹ Cf. ACONTECIMENTO DE REALCE NAS ATIVIDADES DO FUTEBOL AMADOR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 28 de maio de 1951.

¹²² Cf. O Edis vai enfrentar o Panair. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2 de agosto de 1952.

¹²³ Cf. A Floresta descerá em peso. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 28 de junho de 1949.

¹²⁴ O Edis vai enfrentar o Panair. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2 de agosto de 1952.

O anúncio da empresa farmacêutica trazia alertas sobre os perigos do esforço físico para homens portadores de doenças do coração, ressaltando a incompatibilidade entre essas más formações e a realização de atividades intensas, especialmente para aqueles acima de 40 anos de idade. A série de imagens reforçava a receita de uma vida segura: exames regulares, controle do peso, ausência sobrecarga nas práticas atléticas e preferência por lazeres amenos com a família.

Preocupações similares se refletiam no próprio ordenamento do futebol, o qual preconizava que, a partir dos 35 anos, jogadores só seriam autorizados à prática esportiva no caso de se submeterem a exames ante uma junta médica e conseguirem uma autorização especial. Regra que levou a um intenso debate sobre a escalção de um atleta de 39 anos por uma equipe durante a disputa do campeonato do *Departamento de Futebol Amador*, em 1950¹²⁵.

Nessa medida, participações de veteranos em disputas varzeanas restringiam-se a momentos pontuais, ainda que esse grupo se mantivesse ativo, seja integrando os segundos quadros dos clubes ou organizando peladas pelos campos de terra, havia preocupações e restrições ao seu engajamento em competições que demandassem maior intensidade física¹²⁶.

Se, por um lado, o futebol das categorias menores representa uma liminaridade do auge da masculinidade esportiva, um momento de socialização do jovem jogador, ainda sem o vigor e a agressividade esperados, para, aí sim, o ingresso na efetiva disputa, por outro, a passagem à condição de veterano representa o extremo oposto dessa fronteira. A progressiva decadência física implicaria na incapacidade de suprir as exigências da participação no alto rendimento. A perda da vitalidade significaria o próprio abalo da virilidade. Interessante notar o papel cumprido pelos segundos quadros, nos quais os melhores dentre os mais jovens e os mais velhos se encontram, um espaço de trocas de experiência e de preparo para a transição que afetará ambos¹²⁷.

A representação da várzea como o “celeiro de craques”, com a celebração de inúmeros jogadores que acessaram o *circuito* de espetáculo, encontra na atuação dos veteranos seu contrário. Esse espaço significa para eles um local de retorno, um porto seguro para o qual voltam os atletas envelhecidos após sua aventura pelo profissionalismo. Um caso exemplar dessa realidade foi a equipe do *Raposão*, com longa trajetória no *circuito* varzeano da capital mineira. Formada por antigos craques do *Cruzeiro*, dedicou-se a participação em amistosos, festivais e excursões desde os anos 1950¹²⁸, mantendo-se ativa ainda na década de 1980.

¹²⁵ Cf. O LIMITE MAXIMO DE IDADE PARA ATLETA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 13 de julho de 1950.

¹²⁶ Luiz Carlos Rigo resalta a criação tardia de equipes de veteranos nos clubes da cidade de Pelotas. Cf. RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um futebol de fronteira*. Pelotas, RS: UFPEL, Editora Universitária, 2004.

¹²⁷ Fenômeno semelhante é observado por Marco Paulo Stigger, nas peladas de veteranos que contam com a presença de jovens para completar os times. Cf. STIGGER, Marco Paulo. Futebol de veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no cotidiano urbano. *Movimento*, Porto Alegre, v.4, n.7, p.52-66, 1997.

¹²⁸ Cf. Nova exibição do Raposão. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 18 de maio de 1950.

Se a equipe do *Raposo* representava o desejo de antigos atletas seguirem ativos, exibindo-se em Belo Horizonte e no interior, uma nova forma de atuação de veteranos egressos do profissionalismo se apresentava no final dos anos 1970. Era um período de reorganização das associações de trabalhadores no Brasil, à qual os futebolistas não ficaram alheios:

Independente dos resultados em campo, das rivalidades clubísticas, dos campeonatos, das partidas disputadas, os jogadores conquistaram em 77 uma grande vitória: a criação da AGAP – Associação de Garantia ao Atleta Profissional, com sede na Av. do Contorno, 4.505. Ela foi fundada em dezembro de 76, e começou a funcionar em agosto deste ano, procurando dar total assistência ao atleta profissional, amador, ex-atletas. (...) O seu objetivo primeiro é o de conscientizar o atleta de seus direitos e deveres. (...) Além disto, a Associação tem interesse em promover cursos profissionalizantes, palestras, assistência financeira, distribuição de bolsas de estudos. (...) A mensalidade é calculada em 8% do salário de referência e cada tipo de sócio tem uma contribuição diferente.¹²⁹

A fundação da *Associação de Garantia ao Atleta Profissional (AGAP)* tinha por principal idealizador o ex-jogador Wilson Piazza. Tão logo a entidade representativa foi formada, sua direção organizou uma seleção de veteranos, com diversos futebolistas renomados do passado, a qual começou a realizar, principalmente, excursões pelo interior do estado como mecanismo para arrecadação de fundos para a instituição¹³⁰. A promoção de partidas de exibição por antigos craques tinha mais representantes pelo país naquele período, a exemplo do *Milionários F. C.* que contava com Garrincha, Djalma Dias e Djalma Santos, dentre outros¹³¹.

A experimentação esportiva para veteranos não se restringia a atletas egressos do profissionalismo, de modo que um sem número de anônimos ocupava os campos de terra da cidade, sendo tradicionais as realizações de peladas no primeiro horário do domingo, inaugurando as atividades do espaço de jogo naquele dia¹³². Alguns clubes seriam criados com o intuito de reinserir os mais velhos em uma nova vivência esportiva, sem a preocupação com a competitividade, como foi o caso do *Veteranos Unidos da Vila Oeste* que agrupava ex-integrantes do *Reunidos* e do *Alvorada* dois clubes da Vila Oeste¹³³ filiados ao DFA¹³⁴.

¹²⁹ AGAP: uma grande vitória dos profissionais em 77. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 17, 24 de dezembro de 1977.

¹³⁰ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 9 de outubro de 1982; Notícias da Várzea, **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 28 de janeiro de 1983.

¹³¹ Cf. Falta um semifinalista no Classista. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 19, 5 de setembro de 1978.

¹³² Cf. PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016; SOUZA, Sebastião Bento de [75 anos]; SANTOS, Helder Gonçalves dos [55 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2016.

¹³³ A Vila Oeste teve ocupação urbana a partir da década de 1930, por grupos trabalhadores variados. Apesar disso, por longos anos, manteve-se pouco articulada à porção central da cidade, já que não havia transporte direto até ali, conectava-se por meio do acesso à estação de trem da Gameleira. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹³⁴ Cf. SILVA, Nilton Graciano da [81 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 ago. 2016.

Se o costume varzeano das peladas e das partidas de veteranos havia atravessado décadas, mobilizando os atletas mais experientes, novas tendências culturais ajudavam a enfatizar a importância do ativismo físico desse grupo, em especial a campanha nacional *Esporte para todos* que teve destaque no final dos anos 1970¹³⁵. Nesse contexto, o discurso médico de restrição à prática física dos homens mais velhos perdia espaço para a defesa da massificação dos exercícios e o combate ao sedentarismo. Ainda assim, por anos as disputas de veteranos ainda seguiriam restritas a embates avulsos. Ao contrário das categorias menores, cujas competições oficiais foram criadas nos anos 1980, para esse grupo, tal movimento só se verificou na década seguinte¹³⁶.

A várzea se ampliava, novos grupos masculinos se envolveram mais intensamente com as disputas esportivas e receberam reconhecimento dos envolvidos com o *circuito*. Esse movimento de expansão de fronteiras, vivenciado nos anos 1970 e 1980, não estava, contudo, terminado, outro segmento ainda se afirmaria, assumindo novo protagonismo nesse universo.

3.3 – A várzea também é delas

A política nacional de esportes, do início dos anos 1940, conduziu à institucionalização do meio varzeano, com a criação de entidade oficial atrelada à *FMF*. Em sua abrangência, o Decreto-Lei 3.199/1941 teria outros efeitos sobre a organização do futebol no país, incluindo a proibição de sua prática por mulheres. A interpretação do *CND* de que a modalidade não era atividade conforme a natureza feminina a colocava no rol dos esportes vedados a elas¹³⁷.

Nessa medida, desde o início da década de 1940, tentativas de organização de embates futebolísticos entre mulheres eram passíveis de intervenção do *Conselho Nacional de Desportos* e das forças públicas para a sua proibição. A vedação legal da prática da modalidade dialogava com visões da época quanto à inadequação entre o ativismo esportivo e padrões de feminilidade¹³⁸.

Se a proibição não significou a falta de envolvimento feminino com o futebol, em seus mais diferentes aspectos, como demonstrava sua participação no cotidiano das agremiações de

¹³⁵ Cf. LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, p. 157-160.

¹³⁶ Cf. SILVA, Jarbas José da [68 anos]. [jun. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 23 jun. 2018.

¹³⁷ Dentre artigos que examinam o momento da proibição do futebol de mulheres, pode-se citar: COSTA, Leda Maria da. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 13, Rio de Janeiro, p. 493-507, 2017; FRANZINI, Fábio. Futebol é ‘coisa para macho’? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, São Paulo, p. 315-328, 2005; GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v.19, n. 2, São Paulo, p.143-151, jun. 2005; MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 26, n. 2. Campinas, SP, p. 73-86, jan. 2005.

¹³⁸ Cf. VEADO, Lucia. SECÇÃO FEMININA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 14 de fevereiro de 1951; ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”**: uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013, p. 43.

bairro, o que será tratado no capítulo 4, não é possível falar em acesso igual às experiências esportivas. A crônica especializada era um desses campos de interdição, como dava a ver a iniciativa de uma coluna de comentários femininos sobre o tema no *Diário da Tarde*, em 1953:

Cantinho Feminino... O que apresentará esta matéria, com o decorrer do tempo na página esportiva deste travesso, mas brilhante vespertino, com o título fixo desta natureza, capaz de agradar um grupo e deixar desconfiado um outro? Muito simples, leitor. Afinal de contas isto é uma idéia de Domingos Dangelo que Afonso de Souza resolveu aproveitar e executar. Acharam pela cidade o elemento feminino, avis-rara no jornalismo esportivo nacional, por falta de iniciativa ou de oportunidade para comentar, incentivar fatos e pessoas do esporte. Mas no incentivo está incluída implicitamente a crítica.¹³⁹

Com apenas duas publicações no periódico, a primeira sob o nome de “Cantinho Feminino Esportivo” e a segunda intitulada “Chute de Eva”¹⁴⁰, a tentativa de produção de uma voz feminina acerca do esporte seria interrompida. Essa breve presença ajudava a clarear uma longa ausência, a qual se estendia também para os campos. Referências vindas de agências internacionais permitiam emergir uma imaginação sobre a prática efetiva do futebol por mulheres, como o caso da atleta albanesa Mjryan Feliti que figuraria na seleção masculina de seu país¹⁴¹.

Apesar da interdição, há registros de partidas entre mulheres no Brasil durante a proibição¹⁴². Em Belo Horizonte, em 1957, um jogo marcante foi a disputa entre dois quadros femininos do *Araguari Atlético Clube*, da cidade homônima, uniformizados como *Atlético* e *América*, realizado no estádio Independência, como preliminar do embate entre o campeão mineiro e a seleção dos melhores do ano em Minas Gerais, promoção dos *Diários Associados*. Para que o certame acontecesse, o jornalista responsável teve que se ausentar da cidade, de modo a não receber a intimação do *CND* para a suspensão do evento¹⁴³. Partidas em festivais esportivos também foram registradas na cidade de Vespasiano, vizinha à capital, no final dos anos 1960¹⁴⁴.

A proibição do futebol de mulheres pelo Decreto-Lei 3.199/41 foi reforçada na Ditadura Civil-Militar, por meio de deliberação do *Conselho Nacional de Desportos* que atualizou o rol das modalidades consideradas em desacordo com a natureza feminina, o qual elencava “lutas de

¹³⁹ LOLITA. Cantinho Feminino Esportivo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 11 de julho de 1953.

¹⁴⁰ Cf. LOLITA. Chutes de Eva. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 29 de julho de 1953.

¹⁴¹ Cf. A MELHOR “CRACK” DA ALBANIA É UMA LINDA JOVEM DE 20 ANOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 19 de fevereiro de 1954.

¹⁴² Para casos em São Paulo e no Rio Grande do Sul, cf. SILVA, Giovana Capucim e. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; RIGO, Luiz Carlos; GUIDOTTI, Flávia Garcia; THEIL, Larissa Zanetti; AMARAL, Marcela. Notas sobre o futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 173-188, maio de 2008.

¹⁴³ Cf. A mulher entrando em campo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2 de outubro de 1984.

¹⁴⁴ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão. Futebol de mulheres em tempos de proibição: o caso das partidas Vespasiano x Oficina (1968). *Mosaico*, v. 9, n. 14, Rio de Janeiro, p. 48-69, 2018.

qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball”¹⁴⁵. A partir daí, seguiria uma fase de recrudescimento da interdição.

O final dos anos 1970 foi marcado pela emergência de novos discursos feministas. Em um contexto de enfraquecimento do regime ditatorial e de diálogos com ideias e movimentos originados na Europa e nos Estados Unidos, observavam-se questionamentos à discriminação das mulheres¹⁴⁶. Temas como o mercado de trabalho e a necessidade de salários equiparados, divórcio, aborto, agressões e homicídios contra mulheres eram recorrentes no período¹⁴⁷.

Outra frente de atuação do grupo na época tratava-se da luta pela anistia aos exilados e aos presos políticos, conduzida pelo *Movimento Feminino pela Anistia*¹⁴⁸ que tinha em Belo Horizonte um de seus principais núcleos. Em evento promovido pela organização como parte das atividades pelo Dia Internacional da Mulher, uma de suas integrantes, a física e professora da UFMG Beatriz Alvarenga aproximaria a luta feminista da temática do futebol:

Beatriz fez uma extensa análise da atual condição da mulher, principalmente na área trabalhista e na educação familiar do brasileiro em geral. Falando sobre a educação da família brasileira, a professora afirmou que “nossa criação fez e faz com que a mãe afaste o filho da cozinha, justificando a ele que isso seria serviço de mulher, enquanto, por outro lado, proíbe a filha de jogar futebol e outras atividades tidas como masculinas”.¹⁴⁹

A fala da professora e ativista demonstrava que a imposição de constrangimentos à prática do futebol pelas mulheres inseria-se no vasto espectro de questões que norteavam os debates conduzidos pelos movimentos feministas do período. A transformação social pensada por aqueles grupos também passava por renovações no universo esportivo.

A proliferação de ideias de emancipação feminina, com o questionamento de restrições à participação de mulheres em vários setores da sociedade repercutiria no futebol de várzea. Dentre as centenas de equipes inscritas na *Copa Arizona*, algumas chamavam a atenção pela presença de presidentas, como a manicure Valdivina Rosa de Melo a frente do *Bangu Atlético Clube*¹⁵⁰ ou a psicóloga Miriam Artuzo que dirigia o time classista do *Minas-Forte*¹⁵¹.

A participação feminina tornava-se mais marcante nas arquibancadas, com destaque para a torcida da *Associação Ferroviária Esportiva*, como publicou o *Diário da Tarde*:

¹⁴⁵ CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. **Deliberação nº 7**, de 7 de agosto de 1965. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/>. Acesso em: 13 de setembro de 2020.

¹⁴⁶ Cf. LAGE, Márcia. Luta secular da mulher contra a discriminação. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 25 de setembro de 1977.

¹⁴⁷ Cf. DT-DEBATES – A discriminação da mulher. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 13 de março de 1978.

¹⁴⁸ Cf. Quinze mil mulheres na luta pela anistia. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 24 de outubro de 1977.

¹⁴⁹ Mineiras lutam pela anistia e pelos direitos da mulher. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 9 de março de 1978.

¹⁵⁰ Cf. Ela sabe dirigir um salão de beleza. E um clube de futebol. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 33, 14 de março de 1977.

¹⁵¹ Cf. Uma psicóloga dirige o time do Minas-Forte. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 17, 29 de março de 1978.

A Ferroviária possui três torcidas. Uma é o Dragão Vermelho, a torcida feminina do clube. Ela comparece aos campos uniformizada. Sua organizadora é Neuzizia. Entre suas componentes estão Verinha, Loura, Aninha, Taninha e Cleuza. Seu lema é acompanhar o time onde ele estiver.¹⁵²

A criação da torcida feminina implicava em mais responsabilidade e protagonismo para as mulheres do que apenas comporem um grupo liderado por homens. Toda a coordenação do coletivo passava pelas participantes. Outras agremiações varzeanas registrariam organizações semelhantes no período, mostrando que o *Dragão Vermelho* não era um fato isolado¹⁵³.

O regulamento da *Copa Arizona* previa a indicação de uma candidata a rainha por cada equipe. A competição paralela servia ao *Diário da Tarde* que produzia conteúdos variados acerca das concorrentes, explorando as imagens e a presença feminina em sua sessão esportiva. Dentre as postulantes, o jornal destacou a representante do *Cruz de Malta*, Valdívía Navarro:

Valdívía Ribeiro Navarro, de 24 anos, será a candidata do Cruz de Malta F.C., do bairro Sumaré, no concurso de rainha da IV Copa Arizona.

- “Eu já tive várias experiências em desfiles anteriormente. Já fui rainha da Pipoca e da Primavera no Grupo Ricardo de Souza Cruz, no Caiçara, onde estudei. Fui rainha do Samba em São Paulo, da Nova [Granada]. E agora, sou rainha do Cruz de Malta”, disse a bonita candidata do Cruz de Malta.

Valdívía morou durante dois anos em Bauru, no interior de São Paulo. E jogava futebol de salão. “Lá, em Bauru, o Noroeste tinha duas equipes femininas de futebol de salão. Eu era ponta esquerda, e meio-campo. Lá eles me gozavam, dizendo que eu caía muito”.¹⁵⁴

Com participação em concursos de rainha, Valdívía também se destacava pela sua vivência esportiva, tendo atuado como atleta do *Noroeste* de Bauru no futebol de salão. As diferentes aproximações das mulheres das equipes varzeanas estavam ligadas ao gosto pela modalidade, o qual também se expressaria pela prática ativa do jogo.

Assim como a rainha do *Cruz de Malta*, apesar da proibição, mulheres praticavam o futebol na cidade, ainda que não pudessem organizar equipes e participar de disputas sistemáticas. Foi o que revelou reclamação endereçada à seção “Alô! Alô!” do *Diário da Tarde*, em 1977:

- Era só o que faltava!
- O que?
- Pelada mista e noturna!...
- Pelada mista?
- Isso mesmo. Na rua Vicentina de Souza, atrás do campo do Sete de Setembro, entre São Felipe e Santa Clara, aqui, na Sagrada Família.

¹⁵² Ferroviária Esportiva: um time que está brilhando na Copa este ano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 21, 9 de maio de 1979.

¹⁵³ Cf. SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017; SOUZA, Elias de [70 anos]; ISAAC, José [73 anos]; ISAAC, João [70 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 fev. 2017.

¹⁵⁴ A rodada de amanhã sai hoje no Palácio do Rádio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 17, 22 de abril de 1978.

Moleques de toda ordem, pivetes, maconheiros. E moças no meio, jogando bola até às 23 horas. Não respeitam ninguém. (...) ¹⁵⁵

Segundo a reclamação de morador do Sagrada Família ¹⁵⁶, bem nas proximidades do estádio Independência, uma pelada que reunia garotos e garotas acontecia com frequência, dando a ver uma das tantas estratégias para a vivência feminina do futebol mesmo em contexto de proibição. Ainda no ano de 1977, uma partida entre times formados por mulheres era anunciada:

Para quem gosta de ver mulheres jogando futebol, o que sempre é uma atração, a oportunidade vai surgir em Betim: o Sete de Setembro Futebol Clube promove, amanhã, uma festa esportiva, tendo sido incluída no programa a apresentação de equipes femininas. Elas formaram duas equipes: do próprio Sete e da Associação Atlético Barreirinho, vestindo as camisas do Atlético e do Cruzeiro. ¹⁵⁷

Realizada em um final de ano, como parte do festival de uma agremiação amadora da vizinha cidade de Betim, a disputa apontava que o *circuito varzeano* ¹⁵⁸ e as disputas próprias de uma *cultura esportiva popular* ¹⁵⁹ seriam espaço propício para a retomada da prática do futebol de mulheres. Ao longo de 1978, certames do tipo seriam registrados em Belo Horizonte, como na comemoração do 32º aniversário do *Bonsucesso* ¹⁶⁰ ou na festa do *Maravilha*, do bairro Santa Maria ¹⁶¹, onde se enfrentaram os times femininos do *Maravilha* e do *Flamengo* ¹⁶².

As iniciativas de organização de partidas femininas pontuais em meio a festivais de entidades varzeanas eram a primeira demonstração da retomada da prática do futebol pelas mulheres. Elas evidenciavam a existência de uma rotina de treinos ou de disputas de menor visibilidade, difícil de ser documentada. Se a vivência ocasional da modalidade já era possível, o próximo passo seria a maior organização para que, assim como os homens, elas pudessem se engajar na manutenção de um calendário ininterrupto de fins de semanas com jogos.

Enquanto as mulheres experimentavam cada vez mais a modalidade em Belo Horizonte, no contexto esportivo nacional, a interdição à prática feminina do futebol era revista pelo *Conselho Nacional de Desportos* que estabeleceu, em dezembro de 1979, a remoção da proibição.

¹⁵⁵ Alô! Alô! **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 1º de abril de 1977.

¹⁵⁶ Para informações sobre o bairro Sagrada Família, vide nota 55 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

¹⁵⁷ Betim faz festa com futebol de mulheres. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 20, 31 de dezembro de 1977.

¹⁵⁸ Em São Paulo a retomada do futebol de mulheres também se deu pela várzea. Cf. SILVA, 2015, 76-78.

¹⁵⁹ Aira Bonfim aponta que as primeiras disputas de futebol entre equipes femininas no início do século XX se deram justamente durante festivais esportivos. Cf. BONFIM, Aira Fernandes. **Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

¹⁶⁰ Cf. Classista, festivais e amistosos movimentam a várzea hoje e amanhã. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 19, 28 de outubro de 1978.

¹⁶¹ Bairro de ocupação recente, em meados do século XX, o Santa Maria teve seus loteamentos aprovados em 1970. Situado na parte noroeste da cidade, nas proximidades da divisa com o município de Contagem, às margens da BR-040. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Noroeste, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹⁶² Cf. CEMIG vibra com seu torneio início. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 11 de novembro de 1978.

Seus efeitos, no entanto, eram condicionados à regulamentação da entidade internacional, no caso a *FIFA*. Portanto, mesmo sem uma vedação expressa, a modalidade seguia não reconhecida¹⁶³.

Nesse período, já se identificava a formação de equipes femininas associadas aos clubes varzeanos. O caso mais notório foi o do *Panterloco* que, como indicava reportagem:

A equipe de futebol feminino do Panterloco Esporte Clube, do bairro Concórdia – a filial do Inconfidência (o time feminino tem outro nome – *(sic)*) participou no último domingo de um festival esportivo de aniversário do Novo Oriente, do bairro Serrano. (...) Oficialmente, o Panterloco foi lançado no dia 15 de agosto de 78 (embora já existisse extraoficialmente há mais de quatro anos).¹⁶⁴

Em outra reportagem, foram indicadas novas informações sobre a constituição do time:

O Paterloco (*sic*), do bairro Concórdia, tem uma história: foi o primeiro a adotar o futebol feminino em Minas, muitos anos antes de sua legalização. Primeiro era apenas uma brincadeira de fins de semana: as moças se reuniam e faziam um animado jogo entr e (*sic*) casadas e solteiras. Depois fundou-se dois times (do mesmo bairro), Panteras e Locomotivas. Em 78, fundiu-se num só, o Panterloco, que tem diretoria independente (*sic*) (o presidente e também técnico é Péricles Gonçalves Filho).¹⁶⁵

A presença do retrato da equipe do *Panterloco* nas páginas do *Diário da Tarde* significava a veiculação de uma imagem inédita para o *circuito* varzeano:



Figura 14 – Equipe do *Panterloco*, 1980. Fonte: Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 29 de outubro de 1980.

¹⁶³ Cf. SILVA, 2015, 78-81.

¹⁶⁴ Mais um time de futebol feminino: o Panterloco. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 7 de novembro de 1980.

¹⁶⁵ Panterloco, o pioneiro do futebol feminino. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 30, 18 de abril de 1983.

A trajetória do *Panterloco* evidencia inúmeros aspectos do desenvolvimento do futebol de mulheres. A começar pela precocidade da prática, a qual se iniciou muitos anos antes da própria constituição do clube, ou seja, ainda na primeira metade da década de 1970. Começando por jogos festivos, como as partidas casadas x solteiras, as integrantes foram lentamente avançando até a constituição de duas equipes que, por fim, se fundiram, no final de 1978, para a criação da agremiação. Ou seja, toda uma trajetória que se deu ao longo do período da proibição.

A imagem posada do time também é reveladora do perfil, se não de todas as mulheres que compunham a equipe, ao menos daquelas que competiam nas principais disputas. Duas características saltam aos olhos: a juventude e a negritude das atletas. Originárias do bairro Concórdia¹⁶⁶, região de forte tradição operária e popular, com notáveis expressões da cultura afro-brasileira local, como escolas de samba, guardas de congado e terreiros de candomblé¹⁶⁷, as características étnicas das atletas articulam-se com a trajetória da comunidade do lugar. Sua pouca idade igualmente aponta para condições do engajamento esportivo feminino e para as dificuldades da manutenção da prática na idade adulta, com as imposições do trabalho, tanto fora de casa, quanto no ambiente doméstico, com poucas oportunidades de tempo livre.

Outro aspecto de destaque é a vinculação com os clubes estabelecidos no *circuito* varzeano, havendo uma relação dúbia entre eles e os times de mulheres. Se, por um lado, o *Panterloco* e outras equipes femininas se aproveitavam de campos e vestiários, por outro, ainda que vestissem as camisas das agremiações, o futebol de mulheres era quase sempre entendido como um projeto à parte, como demonstra a memória social sobre o tema¹⁶⁸. Durante a realização dos festivais do *Panterloco* essa distinção ficava clara, uma vez que eram eventos de meio dia, apenas pela manhã, o que demonstrava que as integrantes da entidade, mesmo em uma ocasião tão especial, não tinham condições de conseguir o acesso integral ao espaço de jogo¹⁶⁹.

Em meio ao sucesso da *Ferroviária* durante a *Copa Arizona*, uma equipe feminina seria criada no clube, como relataram suas integrantes ao *Diário da Tarde*:

Apesar de proibição de futebol feminino no Brasil, alguns clubes mesmo assim o pratica (*sic*). E BH não foge à regra. Há pouco mais de um mês, foi fundado um time feminino. É Márcia Cristina, um dos destaques da equipe,

¹⁶⁶ Para informações sobre o bairro Concórdia, vide nota 113 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

¹⁶⁷ Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

¹⁶⁸ Os times femininos são lembrados, em regra, como iniciativa de um núcleo autônomo que representava o clube sem integrá-lo efetivamente. Cf. OLIVEIRA, José Pimenta Gomes de [71 anos]; GOMES, Pedro Pimenta [65 anos]; DINIZ, Marco Antônio [60 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 fev. 2017; SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016; VIEIRA, Aluísio [60 anos]; JUNIOR, Márcio Magalhães [30 anos]; SILVA, Nilton Pereira da [58 anos]; HERCULANO, Leonardo [30 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2017.

¹⁶⁹ Cf. *Panterloco* faz festa. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, 3 de janeiro de 1981; Notícias da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 12 de fevereiro de 1982.

quem explica: “De repente deu uma vontade louca em todas nós de fundar (*sic*) este time. Além de gostarmos muito de futebol, somos torcedoras de clube”.

Este clube é a Associação Ferroviária de Esportes, do bairro São Cristóvão. Uma agremiação muito conhecida no futebol varzeano de BH e da Região Metropolitana. (...)

O time feminino da Ferroviária: Isabel, Verinha, Rosa, Simone e Rita; Vânia, Loura e Márcia; Lucrécia, Roseli e Aninha. (...)

A idade média do time é de 18 anos. Todas as jogadoras acharam ótima a iniciativa de formar uma equipe feminina.¹⁷⁰

Das arquibancadas para o campo, a equipe de mulheres da *Ferroviária* originou-se da torcida feminina do clube. Verinha, Loura e Aninha, agora integrantes do time, foram algumas das aficionadas destacadas na reportagem do ano anterior, sobre o *Dragão Vermelho*.

Da mesma forma que nas agremiações varzeanas, das torcidas do profissionalismo originavam-se time femininos, a exemplo do *Camisa 12*, formado por apoiadoras do *Cruzeiro*. Já em 1981, a equipe viajava pelo interior, enfrentando selecionados locais¹⁷¹. Excursões eram uma das formas das equipes de mulheres se manterem ativas. Elas também participavam de festivais¹⁷² e amistosos¹⁷³, criando assim, um calendário ininterrupto de fins de semanas com jogos.

A falta de uma regulamentação do futebol de mulheres que, apesar de ter tido a proibição suspensa, não tinha previsão oficial de existência, impedia a realização de competições canceladas. Da mesma forma, impunha barreiras às agremiações do *circuito* de espetáculo para a criação de equipes femininas¹⁷⁴, as quais se vinculavam a elas por meio de subterfúgios, a exemplo da *Camisa 12* do *Cruzeiro*, que recorria a uma torcida organizada, e do time da *Vila Olímpica* do *Atlético*, que se associava ao clube de lazer da entidade¹⁷⁵.

Mesmo sem a regulamentação do futebol de mulheres no país, competições do gênero começaram a ser disputadas. Coube ao *Centro Social e Urbano do Eldorado*, na cidade Contagem, a promoção do primeiro campeonato metropolitano de futebol feminino que contou com nove times e teve a equipe do *Camisa 12* como campeã¹⁷⁶. No final de 1982, a competição teve sua segunda edição vencida pelo *Benfica* que enfrentou o *Panterloco* na final¹⁷⁷.

No início do ano seguinte, o futebol de mulheres avançava e ganhava novos palcos, dando a ver o rápido desenvolvimento por que passava. Como informou o *Diário da Tarde*:

¹⁷⁰ Futebol feminino, nova atração da Ferroviária. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 23 de julho de 1980.

¹⁷¹ Cf. O futebol das mulheres. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 15, 18 de setembro de 1981.

¹⁷² Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 29 de outubro de 1980.

¹⁷³ Cf. Coordenação convoca Paulinho e Ilacir da Ferroviária. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 11 de novembro de 1981.

¹⁷⁴ Giovana Capucim cita tentativas de criação de times femininos por clubes profissionais. Cf. SILVA, 2015, 81.

¹⁷⁵ Cf. Notícias de Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 30 de janeiro de 1982.

¹⁷⁶ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 25 de março de 1982.

¹⁷⁷ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 4 de novembro de 1982; Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 12 de abril de 1983.

O Camisa 12, que antecorrem jogou no Mineirão, fazendo a preliminar de Cruzeiro e Guarani – tornou-se o primeiro time feminino a se exibir naquele estádio – vai participar no Rio de um campeonato brasileiro, promovido pelo Radar. O Camisa 12 é um dos pioneiros na prática de futebol feminino. Foi campeão invicto da Taça Torneio do Povo, promovido em 82 pela Belotur e pela Prefeitura de BH, com a participação de 49 equipes.¹⁷⁸

A equipe do *Camisa 12* ganhava destaque por superar novas fronteiras para o futebol de mulheres. O time, que dois meses antes havia atuado em uma promoção beneficente ao lado da *Associação de Garantia ao Atleta Profissional (AGAP)*, quando enfrentaram, respectivamente, uma seleção feminina e uma masculina de artistas no estádio Independência¹⁷⁹, agora jogava no Mineirão. A notícia transcrita acima ainda se referia ao torneio feminino feito pela *Prefeitura*, com dezenas de times e aos preparativos do clube para o primeiro torneio nacional da modalidade.

Tudo isso ocorreu na semana que antecedeu à regulamentação do futebol de mulheres no país, cuja liberação, após posicionamento da *FIFA*, foi publicada em 11 de abril de 1983, estabelecendo a modalidade, inicialmente, como de caráter amador¹⁸⁰. Sem a barreira imposta pelos órgãos oficiais, tudo levava a crer que um rápido desenvolvimento seria experimentado. Notícias como o sucesso na realização do I Torneio de Futebol Feminino, no Rio de Janeiro, com equipes de quatro estados diferentes¹⁸¹, e o jogo entre o *Camisa 12* e o *Bangu* no Maracanã, como preliminar da disputa masculina entre *Flamengo* e *Corinthians*¹⁸², reforçavam essas expectativas.

A partir da liberação, o *Atlético* oficializou a criação do seu time feminino, usando como base o *Benfica*, campeão do segundo campeonato metropolitano¹⁸³. A equipe ainda seria acusada de tentar a contratação da principal atleta do *Camisa 12*, a atacante Nunes. Essa, contudo, já teria estabelecido um acordo com o *Cruzeiro* que “se compromete a dar-lhe assistência médica, hospitalar e material esportivo, além de ajuda de custo, cujo valor é mantido em segredo, Nunes recebeu do Camisa 12 um adiantamento de Cr\$ 20 mil¹⁸⁴, como luvas”¹⁸⁵. Assim como na várzea, o estatuto amador não implicava na ausência de vantagens financeiras.

Com o atrativo da reprodução das rivalidades do futebol espetáculo, vivenciava-se a expectativa da organização da primeira competição oficial da modalidade no estado. Considerando-se seu caráter amador, coube ao *DFA* a realização da competição que ainda

¹⁷⁸ Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 5 de abril de 1983.

¹⁷⁹ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 18 de janeiro de 1983.

¹⁸⁰ Cf. Futebol feminino, I Mundial no Brasil. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 13 de abril de 1983.

¹⁸¹ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 8 de abril de 1983.

¹⁸² Cf. No Maracanã, as meninas do Camisa 12. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 16 de abril de 1983.

¹⁸³ Cf. Na preliminar, a versão feminina. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 7 de maio de 1983.

¹⁸⁴ Valor correspondente a pouco menos de um salário mínimo do período, cotado a Cr\$ 23.568,00. Cf. BRASIL. **Decreto nº 87.743**, de 29 de Outubro de 1982. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87743-29-outubro-1982-437988-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁸⁵ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 6 de maio de 1983.

contaria com a promoção do *Diário da Tarde*¹⁸⁶. Enquanto se desdobravam as inscrições, foi realizada a primeira partida feminina oficial, com árbitros do quadro do *Departamento de Futebol Amador*, entre *Panteras* (antigo *Panterloco*) e *Santa Cruz*¹⁸⁷. Ao final, a competição contou com cinco equipes do interior, além de 11 clubes da capital¹⁸⁸. A decisão entre *Atlético* e *Cruzeiro*, vencida pelo primeiro, renderia extensa cobertura¹⁸⁹ e destaque na primeira página¹⁹⁰.

No ano seguinte, em 1984, seria realizado o *I Campeonato Municipal de Futebol Feminino*, dessa vez, organizado por um *Departamento Feminino*, criado na *Federação Mineira de Futebol*. A participação se restringia às equipes filiadas ao *Departamento de Futebol Amador*, sem o envolvimento dos times ligados aos clubes profissionais¹⁹¹. Rebatizado de campeonato amador feminino, a disputa contou com seis equipes de Belo Horizonte¹⁹².

Apesar do bom desenvolvimento, o futebol de mulheres encararia desafios para sua afirmação, demonstrados já nos anos iniciais de sua retomada. Discursos sobre a violência do esporte e os riscos a que jogadoras se expunham estavam presentes¹⁹³. Se por um lado, observava-se a fundação de equipes focadas exclusivamente na prática atlética, por outro, iniciativas que exploravam comercialmente a imagem feminina, desvinculada do jogo, também eram identificadas. Foi o caso do *Belô Esporte Clube* que, nas palavras de seu diretor, Walter Lage:

- “Esse time é muito interessante e diferente. Possuímos três equipes femininas. Uma, de competição, com 26 jogadoras, que está disputando o Torneio “Léia Campos”. E duas de exibição apenas, praticando um “futebol-show”. São integradas por meninas de visual agradável. São quase quarenta meninas. O objetivo então é dar ao público um futebol divertido, de exibição¹⁹⁴.”

A proposta de “um futebol divertido, de exibição”, “com meninas de visual agradável”, sem paralelo entre os homens, podia ser colocada, no mínimo, no campo do exótico, não trazendo contribuições à modalidade. No contexto varzeano, equipes femininas ainda enfrentavam a disputa de horários pelo uso dos campos. Entendido, em muitos casos, como projeto a parte, o futebol de mulheres, por vezes, seria preterido às categorias menores ou aos times “amadores”, vendo-se impossibilitado de manter um espaço de treinamento¹⁹⁵.

¹⁸⁶ Cf. Atlético, Cruzeiro e América vão disputar o futebol feminino. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 29 de junho de 1983.

¹⁸⁷ Cf. Federação programa o primeiro jogo oficial de futebol feminino. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 16, 8 de julho de 1983.

¹⁸⁸ Cf. Na quarta, o arbitral do feminino de futebol. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 5 de agosto de 1983.

¹⁸⁹ Cf. Deu Galo também entre elas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 29, 19 de dezembro de 1983.

¹⁹⁰ Cf. Galo, 1º campeão feminino. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 19 de dezembro de 1983.

¹⁹¹ Cf. FMF distribui dinheiro e isenta clubes de taxa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 16, 5 de janeiro de 1984.

¹⁹² Cf. Notícias da Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 13 de março de 1984.

¹⁹³ Cf. No clássico feminino, violência e vitória do Galo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 30, 25 de julho de 1983.

¹⁹⁴ Belô tem planos para motivar o futebol feminino. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 34, 25 de julho de 1983.

¹⁹⁵ Cf. Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

3.3.1 – A várzea toma a metrópole

Apesar dos percalços enfrentados pelo futebol de mulheres que implicariam, inclusive, um arrefecimento do crescimento inicial da prática, mais um grupo social afirmava-se ativamente no *circuito* amadorista da cidade. Ao lado de crianças, adolescentes e veteranos do gênero masculino, elas marcariam uma expansão das experiências diretas do jogo, apontando para um processo irreversível de diversificação social dos sujeitos engajados no meio varzeano belo-horizontino.

Esse aumento de possibilidades de inserção também se refletia na atuação dos clubes, os quais vivenciaram, em especial a partir da realização da *Copa Arizona*, a abertura de um novo universo de participação, com o engajamento em competições de visibilidade pela cidade. O sucesso da promoção ajudaria a reforçar os argumentos das agremiações para a flexibilização do *DFA* que, em um contexto de abertura política, passou por processo de desburocratização que favoreceu o crescimento do quadro de clubes filiados à entidade oficial do amadorismo.

A década de 1980 marcou uma transição. Naquele momento, a *cultura esportiva popular*, com suas formas peculiares de disputa, ainda era central na articulação dos clubes varzeanos, com a prevalência da ideia de manutenção de um calendário ininterrupto de fins de semanas com jogos. O progressivo avanço da lógica dos campeonatos e a maior integração com as cidades vizinhas, aos poucos, transformaria essa maneira de organização. Com uma circulação mais intensa de atletas entre cidades, em busca das temporadas de torneios de cada localidade, a ideia de preservação de um time “amador” durante todo o ano, o qual deveria ter atividade todos os domingos já não fazia tanto sentido para uma elite varzeana¹⁹⁶. Foi em experiências menos competitivas, a exemplo dos *Veteranos Unidos da Vila Oeste* que tal tradição se manteve¹⁹⁷.

Apesar das transformações vivenciadas pelo *circuito* varzeano ao longo das décadas, sua presença seguia marcante no território da cidade. Como apontava o *Diário da Tarde*:

O futebol de várzea continua forte na periferia de B.H. Inúmeras são as equipes que continuam atuando nos fins de semanas, com histórias que se misturam com a vida e o crescimento dos bairros. Há sempre um amor forte da comunidade para com os times que a representa nos campos vermelhos, poucas vezes gramados, da Grande BH. O amor à camisa, a chamada garra, é sempre reconhecida pelos torcedores, depois de partidas difíceis, com vitórias ou derrotas, nas horas da cerveja no bar mais popular do bairro.¹⁹⁸

É hora de ampliar a visão e observar a construção dessa história que confunde equipes e bairros. Examinar de que maneira uma metrópole em constituição dialogou com o futebol de várzea que buscava, ao lado dos grupos populares, estabelecer-se na capital mineira.

¹⁹⁶ Cf. SILVA, Antônio Jorge [71 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 jun. 2016.

¹⁹⁷ Cf. SILVA, Nilton Graciano da [81 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 ago. 2016.

¹⁹⁸ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 20 de fevereiro de 1982.

PARTE II – A METRÓPOLE

Capítulo 4 – A comunidade em construção

Em meados do século XX, Belo Horizonte recém completara os cinquenta anos de sua fundação como cidade-capital, efeméride celebrada em 1947. Passado pouco mais de cinco décadas, o município registrava paisagem muito diversa daquela prevista em seu plano original. Os últimos tempos eram de crescimento acelerado e marcavam novo momento em sua história:

O Departamento Estadual de Estatística acaba de divulgar os dados relativos a Belo Horizonte e correspondentes ao ano de 1950. Os numeros que vieram a lume confirmaram inteiramente as otimistas perspectivas que se abrem para a capital mineira e segundo as quais deverá a nossa cidade ser a quarta capital do Brasil dentro de poucos anos. Já o censo do ano passado, conforme foi noticiado em todo o país, revelára que Belo Horizonte é a capital brasileira que mais se desenvolveu demograficamente no ultimo decênio, após São Paulo. A metropole bandeirante apresentou indices excepcionais de crescimento seguida de Belo Horizonte. E, agora, o serviço estadual dá indicações detalhadas sobre o que ocorreu em nossa cidade, no ano proximo findo. Por estes dados, ficamos sabendo que no ano de 1950 entravam, em media, na capital, cerca de seis mil pessoas, mensalmente, das quais 2.800 aqui permaneciam. Por outro lado, para 984 nascimentos mensais tivemos um obituario medio de 544. Estas cifras dão logo, a todos, uma noção do desenvolvimento demografico de nossa “urbs”, para o qual concorre também e fortemente a afluencia de familias do interior do Estado, que para aqui vêm em busca de melhores condições de vida. Dai já contarmos, em julho, 359.400 habitantes.

As construções civis foram de quatro por dia, o que dá bem a medida da ampliação da area habitada em Belo Horizonte. E isto apesar das serias dificuldades com que vem lutando o povo para obte (*sic*) financiamentos nas caixas, bancos e institutos. (...)

Os algarismos são, pois, de uma grande cidade. E não valem pelo que expressam por si mesmos mas sobretudo pelos indices que assinalam, em relação ao passado. Este o melhor, o mais convincente o mais positivo sintoma do futuro de Belo Horizonte: é uma capital que progride, a cada ano, com passos gigantescos.¹

A coluna do *Diário da Tarde* repercutia os dados estatísticos recentes que apontavam para o crescimento demográfico da capital mineira. O rápido aumento populacional decorria de transformações no município, em especial, sua recente industrialização, cujo maior símbolo foi a inauguração da Cidade Industrial Juventino Dias, em 1946, na cidade vizinha de Contagem. Essa não apenas dinamizou a economia local, como iniciou um processo de metropolização² da região, com a expansão urbana de Belo Horizonte na direção oeste³.

A aceleração do crescimento demográfico e a forma do povoamento de seu território afastaram Belo Horizonte do plano de ocupação pensado em sua fundação, no fim do século XIX.

¹ O CRESCIMENTO DA CAPITAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 17 de maio de 1951.

² Tema que será retomado no capítulo 5.

³ Cf. DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015, p. 34.

A divisão do município em uma zona urbana, circundada por um anel suburbano, por sua vez cercado por área rural vigorou, de forma relativa, nos primeiros 25 anos de existência da capital. Mesmo nesse período, a conversão de colônias agrícolas em densos bairros suburbanos já era verificada, dadas as dificuldades das classes trabalhadoras de se instalarem no perímetro urbano⁴.

Na década de 1920, a pressão por abertura de novas áreas de povoamento proletário fez com que áreas rurais fossem convertidas em vilas operárias, com o estabelecimento de loteamentos que impulsionaram a ocupação especialmente para os vetores oeste e leste da cidade⁵. Durante o primeiro movimento de dinamização econômica, nos anos 1920, Belo Horizonte presenciou a remoção dos poucos núcleos trabalhadores da zona urbana central, notadamente as favelas do Leitão e da Barroca e a população do bairro do Barro Preto, realocados em áreas mais afastadas como, respectivamente, a região do Morro das Pedras⁶, da Vila São Vicente⁷ ou da Vila Concórdia⁸. O deslocamento dessas populações abriria espaço para criação de bairros para as classes mais altas, a exemplo de Lourdes e Santo Agostinho.

Na década de 1940, intensificou-se a industrialização na região. Além do marco representado pela criação da Cidade Industrial, citado acima, observou-se a transformação do traçado urbano da cidade, com a consolidação de dois importantes eixos viários: a Avenida Amazonas que conectava, a oeste, o centro de Belo Horizonte a Contagem⁹, e a Avenida Pampulha, atual Presidente Antônio Carlos, que fazia a ligação à região da Pampulha, ao norte, margeando os núcleos ocupacionais e fabris da Cachoeirinha e da Renascença¹⁰.

Nesse intervalo, entre seus anos iniciais e a década de 1950, a cidade vivenciou rápido aumento demográfico, acelerado na última década. Seu número de habitantes que em 1900 era de 13.472, saltou para 55.563 em 1920, 211.377 em 1940, até atingir 352.724 em 1950¹¹. A pressão populacional e a dinâmica urbana para acomodação do contingente crescente é representada no mapa abaixo que demonstra a evolução da ocupação da capital mineira:

⁴ Cf. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

⁵ Cf. PLANTA geral da cidade de Belo Horizonte, organizada pela 1ª Seção da Subdiretoria de Obras em 1928-1929. Belo Horizonte, 1929. Planta. Acervo APCBH.

⁶ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Oeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

⁷ Cf. DESPEJO EM MASSA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 1, 20 de maio de 1949.

⁸ Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

⁹ Cf. RIBEIRO, Regional Oeste, 2011.

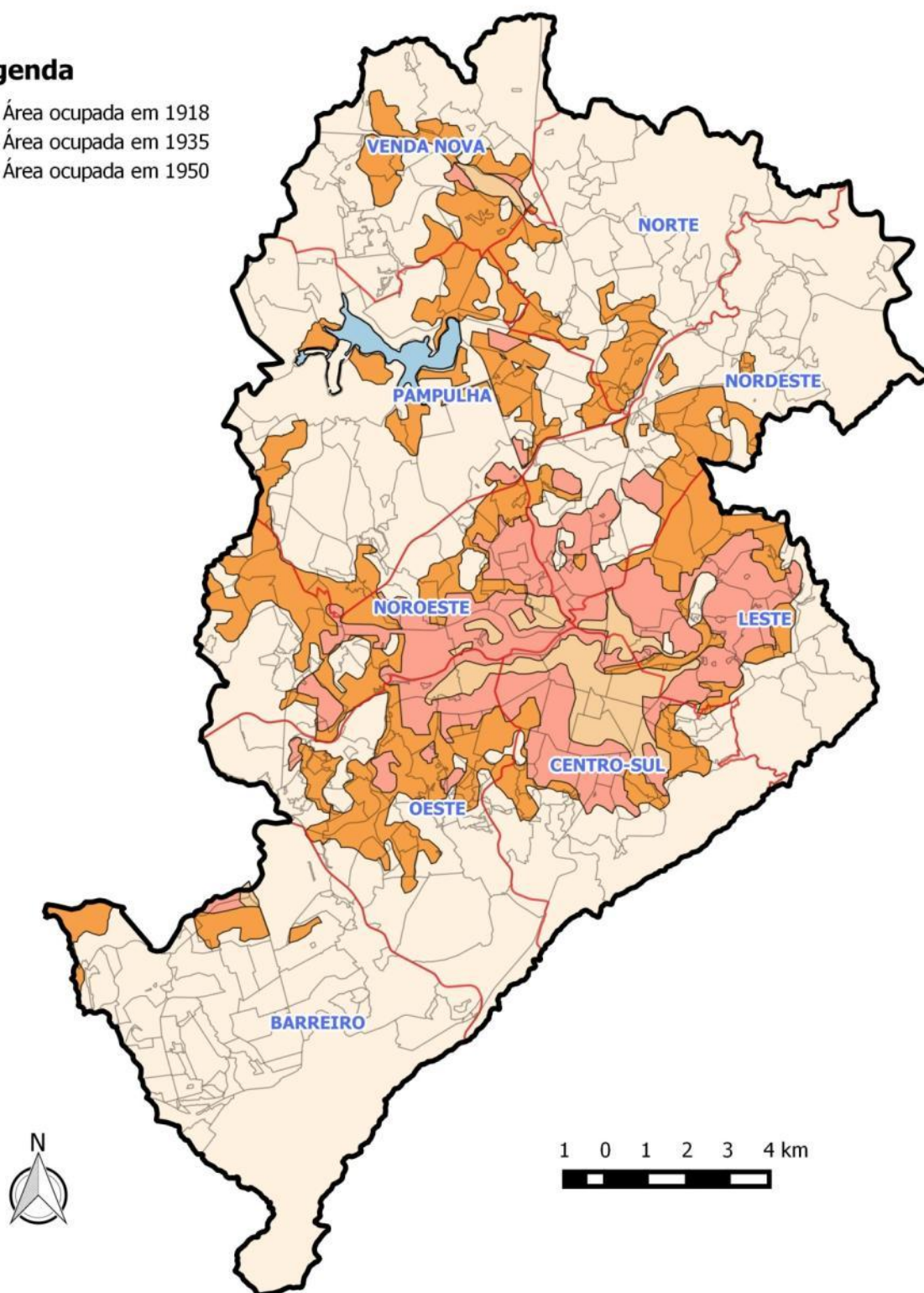
¹⁰ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Pampulha. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

¹¹ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do Executivo Municipal de 1954**, encaminhado à egrégia Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955. Vol. II. Belo Horizonte, 1955, p. 2.

Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte - 1918-1950

Legenda

- Área ocupada em 1918
- Área ocupada em 1935
- Área ocupada em 1950



Mapa 4 – Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte – 1918-1950, sobre o mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL. Elaboração do autor.

O mapa acima representa três momentos da ocupação urbana na capital mineira. O primeiro ciclo baseou-se no povoamento do perímetro urbano, com alguns avanços para áreas suburbanas, como os bairros Santa Efigênia, Santa Tereza e Floresta a leste; Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates a noroeste; Prado e Calafate a oeste; além da ocupação de núcleos afastados e com dinâmica própria e anterior, como Barreiro e Venda Nova. No cenário de 1935, o avanço segue a mesma tendência de 1918, com ocupação de novas áreas a partir dos mesmos eixos de expansão, avançando sobre antigas zonas rurais, convertidas em vilas operárias, como citado anteriormente. É no quadro de 1950 que se observa a transformação da tendência, com a ruptura da lógica concêntrica e com uma aceleração da dispersão dos territórios habitados.

Esse avanço da ocupação dialogava com os processos recentes vivenciados pela capital mineira, tais como o aprofundamento de sua industrialização, a intensificação de fluxos migratórios e o seu rápido aumento populacional. Nessa perspectiva, a expansão territorial se impunha sobre o planejamento urbano proposto pelo poder público municipal. Ao contrário de outras capitais nacionais¹², Belo Horizonte não teve presença considerável de cortiços em suas áreas centrais, dada sua trajetória de cidade planejada e das restrições construtivas em sua zona urbana. Nessa medida, o povoamento das áreas suburbanas é uma marca desde seus anos iniciais. Contudo, o movimento experimentado a partir de meados do século XX assume outro ritmo e uma nova qualidade. Como destacava coluna editorial do *Diário da Tarde*:

(...) Ampliando-se em todos os sentidos, estendendo suas ruas e avenidas rumo aos pontos mais distantes, tem recebido Belo Horizonte, nos últimos anos, expressivo incremento no ramo de construções. Áreas abandonadas, locais antes destinados a sítios e granjas, foram divididos em lotes – negócio sem dúvida muito rendoso – iniciando-se, imediatamente, a construção de novas residências.

O índice alcançado em 1953 bem refletiu a situação decorrente da acentuada ampliação do perímetro residencial da capital mineira. Mas, ao lado dos grandes benefícios resultantes, diversos problemas surgiram, desafiando a boa vontade dos administradores e criando novas dificuldades para a população. A deficiência dos serviços de canalização de água e esgoto e a dificuldade de ampliação dos serviços de iluminação pública e particular foram, entre outras, questões que decorreram do incontrolado crescimento do perímetro urbano do município. Todos, porém, contando-se com o espírito empreendedor dos administradores da cidade e com a boa vontade geral, poderão, e o estão sendo, resolvidos paulatinamente.

Certo aspecto, porém, vem sendo inexplicavelmente esquecido pelas autoridades municipais, embora sua inegável e reconhecida relevância. Refere-se ele à execução dos projetos urbanísticos dos novos loteamentos executados nos arredores da capital. Crescendo sem controle e planejamento, apresentam os bairros e vilas que circundam a cidade um deplorável aspecto no que tange ao seu traçado.¹³

¹² Cf. CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

¹³ PROBLEMA URBANÍSTICO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 1º de junho de 1954.

Ao avanço minimamente controlado de vilas operárias sobre as antigas zonas rurais, impôs-se a proliferação de loteamentos que se aproveitavam de aprovações anteriores de bairros proletários, já realizados pela *Prefeitura*, mas não implantados, ou de divisões irregulares de propriedades rurais, em resposta à intensa demanda por novas terras. Em um contexto de crescimento acelerado, via-se o povoamento de locais praticamente desprovidos de serviços, com arruamento precário, sem oferta de água, esgoto, luz e transporte coletivo.

A ocupação desses terrenos que avançavam sobre as antigas áreas rurais do município implicava no surgimento de bairros que, por longos períodos, conviveriam com deficiências infraestruturais de difícil e demorada solução, o que mobilizaria por décadas as populações desses lugares, como será visto no capítulo 6. A ruptura de uma lógica de crescimento concêntrico da cidade, com a criação de assentamentos em regiões afastadas e desconectadas do núcleo urbano, também significaria a remodelação do sistema de transporte público local. Se até então o bonde era a meio mais adotado, a fragmentação territorial e o alargamento das distâncias dificultaria a expansão das malhas de trilhos, com a emergência de uma nova opção para a movimentação de pessoas, tendência que já se desenhava no final dos anos 1940:

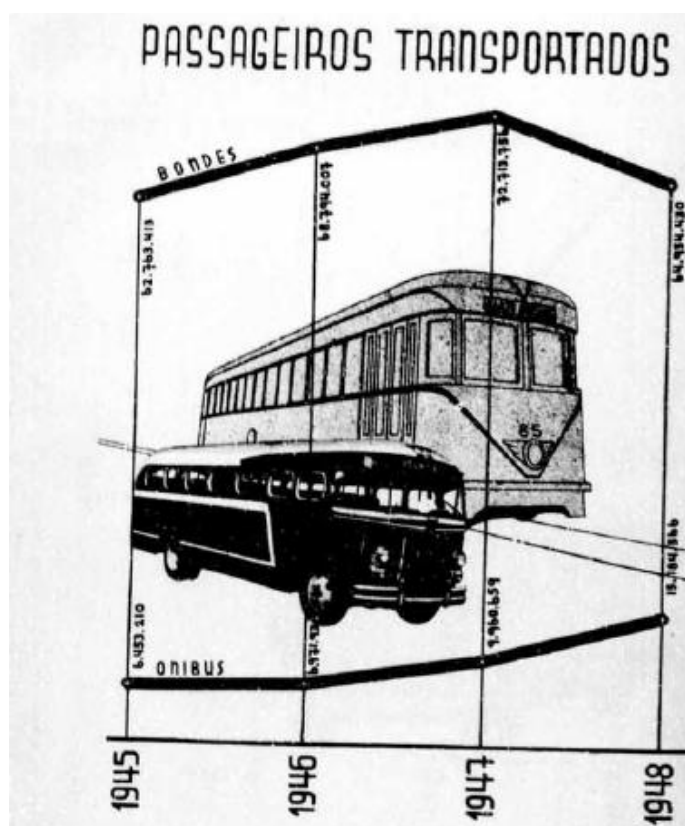


Gráfico 2 – Passageiros transportados entre 1945 e 1948. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1948**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima. Belo Horizonte, 1948, p. 62-a.

O gráfico integrante do relatório elaborado pela gestão de Otacílio Negrão de Lima, primeiro prefeito eleito da cidade, aponta para um momento de inflexão da política de transporte público para a cidade. Ainda que representem uma ampla utilização do bonde como meio de circulação na capital mineira em comparação com o ônibus, os dados indicam para a reversão da tendência, com o início do crescimento do veículo motorizado sobre o elétrico.

No novo contexto de expansão da cidade, o serviço municipal de bondes perderia espaço para as concessões de ônibus. Com mais linhas criadas ano a ano, atingindo bairros recentes¹⁴, os veículos motorizados se consolidariam como o principal meio de locomoção dos moradores. A facilidade de circulação para regiões remotas, para as quais a construção de uma linha de bondes levaria meses ou anos, fez com que rapidamente houvesse uma inversão da tendência.

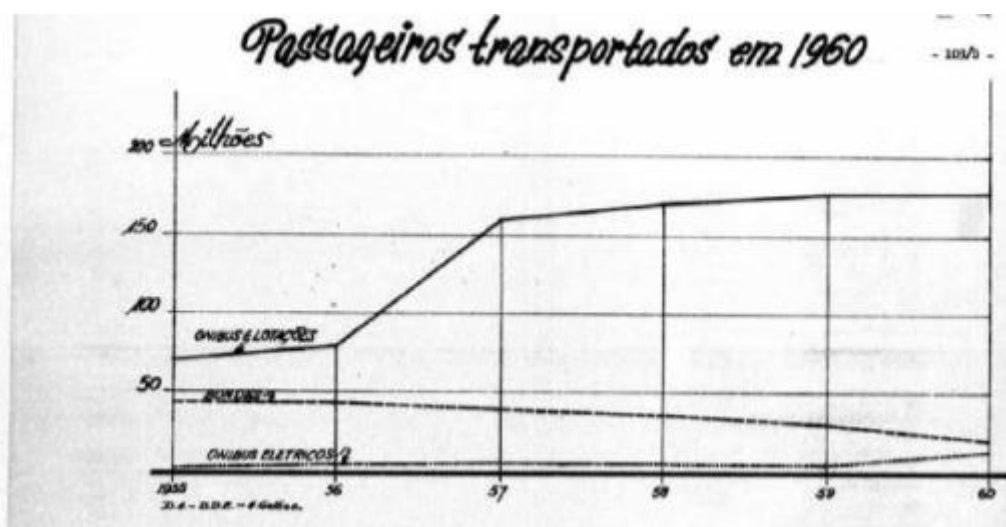


Gráfico 3 – Passageiros transportados entre 1955 e 1960. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1960**, apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros. Belo Horizonte, 1960, p. 103-d.

A nova dinâmica municipal privilegiava o meio capaz de chegar a bairros distantes e sem calçamento. Passados menos de dez anos, a tendência apontada em 1948 se consolidava e, ao final da década de 1950, o ônibus motorizado dominava o transporte coletivo de passageiros.

A proliferação de loteamentos implicava na oferta de terrenos com beneficiamento básico, normalmente representado pela terraplanagem da área, com arruamento precário, sem qualquer tipo de calçamento. A aquisição da propriedade de forma parcelada, com prestações inferiores a um salário mínimo do período¹⁵, permitia a compra por trabalhadores de origens variadas, os quais normalmente empreendiam a própria construção de sua casa, em sistemas de mutirão, de contratação de pedreiros e/ou de investimento do seu tempo livre.

¹⁴ Cf. NOVA LINHA DE ÔNIBUS PARA AARÃO REIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 15 de dezembro de 1951; Melhoramentos para a Ressaca e Vila Americana. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 4 de janeiro de 1954.

¹⁵ Cf. ESQUEMA CARTÉIA PRADO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 27 de junho de 1949.

A ausência de alternativas efetivas para o problema da moradia popular¹⁶ implicava saída similar à identificada pelo urbanista Nabil Bonduki para o caso de São Paulo, com a adoção do “(...) chamado padrão periférico de crescimento urbano em São Paulo, modelo que viabilizou a solução habitacional baseada no trinômio loteamento periférico – casa própria – autoconstrução”¹⁷. Foi tal tendência aquela que predominou ao longo da segunda metade do século XX como forma da expansão de Belo Horizonte, dialogando com fenômeno semelhante ao observado na capital paulista¹⁸. A adoção de tal modelo gerava distorções na qualidade de vida e moradia das populações, com um notável contraste entre centro e periferia.

Em suas reportagens, o *Diário da Tarde* repercutia as discrepâncias da região central e dos bairros tradicionais em relação às mais de 150 vilas não aprovadas no início dos anos 1950¹⁹. Com a prevalência da autoconstrução para a produção de novas moradias, a *Prefeitura* identificava cerca de dez mil casas não regularizadas em meados daquela década²⁰. Para tanto, lançava mão da tecnologia para organizar o cadastro municipal. Em 1953, a administração local, pela primeira vez, realizou um levantamento aerofotogramétrico, produzindo tomadas aéreas de todo o território²¹. As imagens geradas permitiram ao poder público mapear o avanço real da ocupação em Belo Horizonte, com a instalação dos loteamentos e a proliferação de edificações empreendidas por seus próprios donos. Além disso, essas fotos representam um admirável registro histórico que evidencia o que mais povoava a cidade e as suas periferias em 1953.

4.1 – Várzea periférica

O levantamento aerofotogramétrico do município de Belo Horizonte em 1953 constitui uma evidência valiosa da ocupação de todo o território da capital mineira. A partir das fotografias aéreas produzidas é possível identificar uma variedade de intervenções no tecido urbano, incluindo a existência de campos de futebol. O mapa a seguir representa a distribuição de espaços de jogo de perfil varzeano na cidade naquele ano:

¹⁶ Cf. Bairro dos comerciários promessa apenas do I.A.P.C. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 15 de janeiro de 1949; Mil casas populares que não se constroem na capital porque ninguém doa terrenos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de setembro de 1953.

¹⁷ BONDUKI, 1998, p. 12.

¹⁸ Cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 e Edusp, 2000, p. 211.

¹⁹ Cf. 150 VILAS NÃO APROVADAS EXIGEM AS OBRAS PÚBLICAS FUNDAMENTAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 25 de janeiro de 1952. Para comparação, dinâmica similar de bairros sem aprovações se verificou no desenvolvimento de Bogotá, na Colômbia. Cf. CARRILLO, Alfonso Torres. *La ciudad en la sombra: barrios y luchas populares en Bogotá 1950-1977*. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2013.

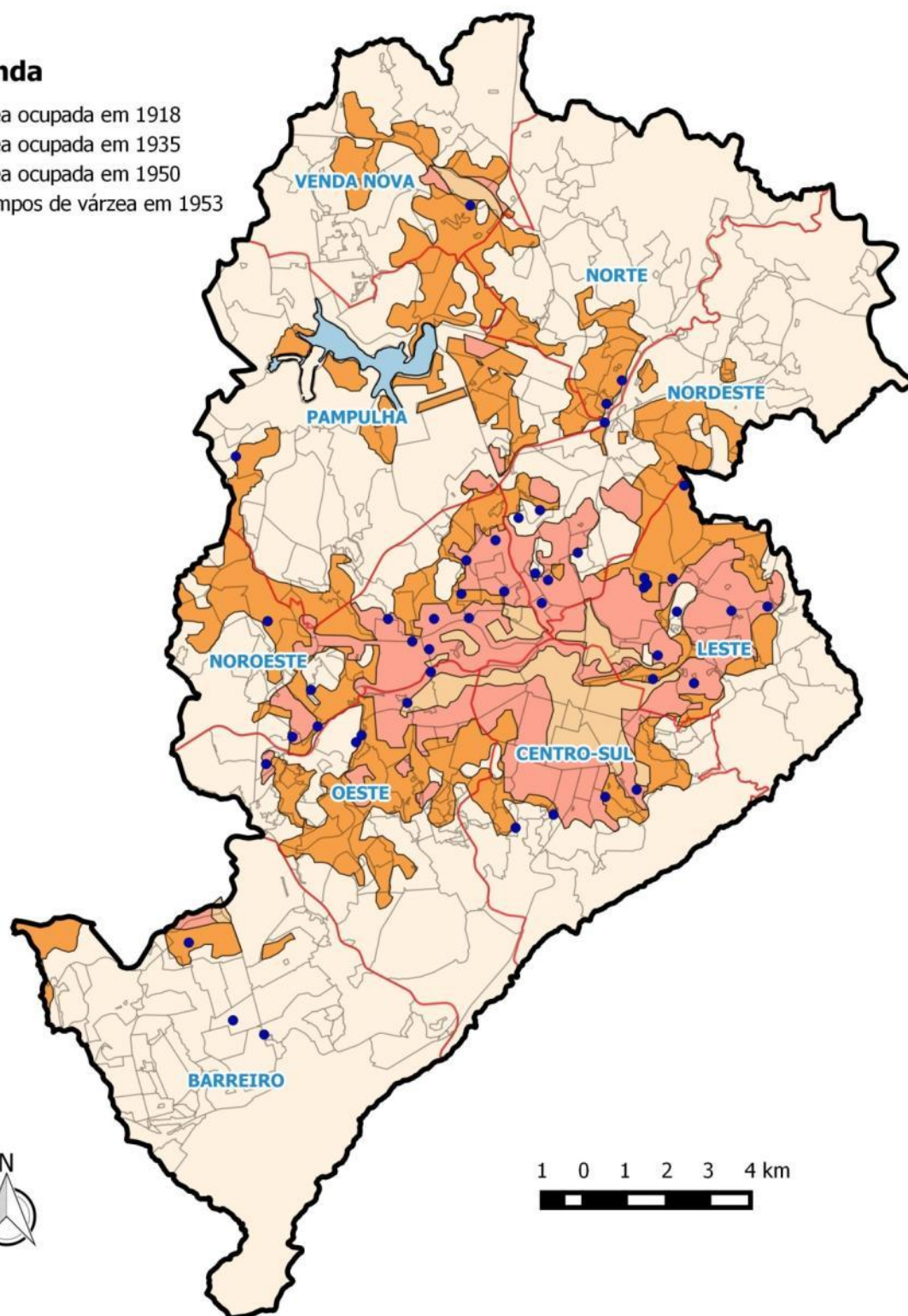
²⁰ Cf. CERCA DE DEZ MIL CASAS SEM LANÇAMENTO NA CAPITAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 15 de setembro de 1956.

²¹ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1953*, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1953, p. 12.

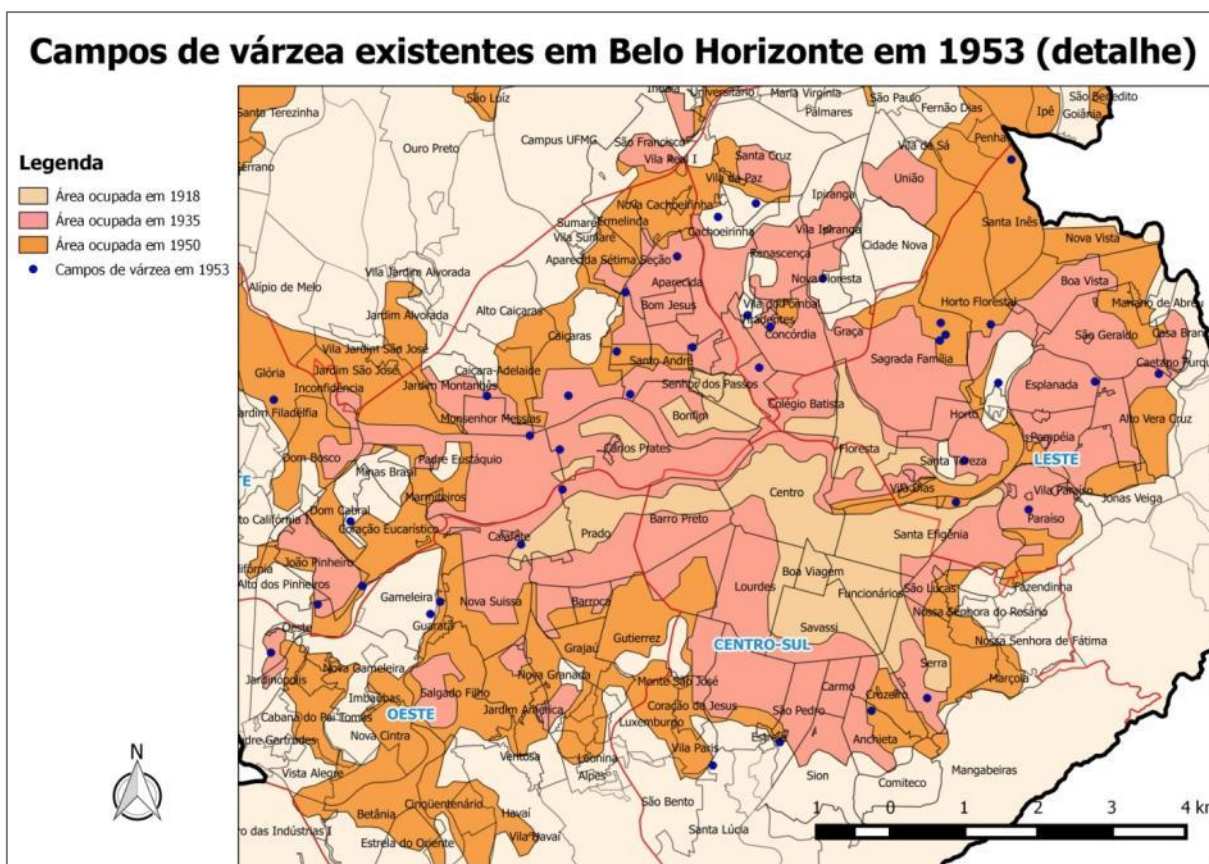
Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953

Legenda

- Área ocupada em 1918
- Área ocupada em 1935
- Área ocupada em 1950
- Campos de várzea em 1953



Mapa 5 – Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953, sobre mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL, Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte, 1953. Elaboração do autor.



Mapa 6 – Detalhe de campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1953, sobre mapa atual do município, bairros selecionados. Fonte: PLAMBEL, Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte, 1953. Elaboração do autor.

Para elaboração dos mapas acima, foram consideradas as áreas com características de campos varzeanos, levando-se em conta tanto a informação evidenciada nas aerofotografias, quanto outras referências documentais. Nesse sentido, espaços de jogos ligados ao *circuito* do futebol espetáculo ou dentro de instituições de ensino, militares ou de clubes de lazer não foram consideradas, ainda que eventualmente pudessem ser usadas em disputas amadoras, como apontado nos capítulos anteriores. Foram indicados apenas os locais vinculados e geridos pelas agremiações do meio varzeano, os quais totalizaram 53 para o ano de 1953.

Vale lembrar que, já no início do século XX, registrava-se a presença de clubes e campos de futebol nos bairros suburbanos, de perfil popular, de Belo Horizonte²². Tais agremiações se desenvolveram em áreas ocupadas nos momentos iniciais de expansão da cidade representados no mapa, ou seja, 1918 e 1935. Passadas poucas décadas, o levantamento de 1953 aponta para a quase ausência de espaços de jogo nas regiões de povoamento mais antigo da capital.

²² Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018, p. 79.

O mapeamento de meados do século XX indica a concentração de campos varzeanos justamente nos limites da mancha ocupada até 1935, além de áreas de expansão durante os anos 1940 e 1950. Seu posicionamento aponta uma distinção entre centro e periferia também verificada na distribuição dos espaços de jogo, os quais estavam ausentes da zona urbana original e de seu perímetro imediato, espalhando-se, de forma centrífuga, pelo que eram os bairros mais distantes do período. Vale ainda ressaltar a presença de canchas em zonas rurais, a exemplo do Barreiro, evidência da que a experiência esportiva não se condicionava à urbanização.

Pode-se, ainda, pontuar o caso de bairros como o Bonfim e o Calafate, com forte tradição varzeana e que, nesse período, possuíam poucos campos de futebol. Ou o do Carlos Prates, aonde “apenas um campo vinha servindo a 12 clubes, qual seja o do Canto de Minas”²³. Acerca da pressão sobre a zona urbana e as áreas contíguas a ela, comentou o *Diário da Tarde*:

O crescimento vertiginoso da Capital, que se expande por todos os pontos, a par de muitos e reais benefícios, tem criado uma serie de problemas para os pequenos clubes que, dia a dia, vêm perdendo as suas praças de esportes.

A zona urbana, quase toda edificada, não mais comporta faixas de terreno para a pratica do futebol.

Dai, o fato a que se tem visto a Prefeitura Municipal desapropriando, com vantagens para outros setores da vida cidadina, inumeros campos amadoristas.

Aliás, campo é força de expressão.

Pelo vocábulo, entre clubes menores, sub-entende-se um eito de terra sem maiores pretensões.

Às vezes, até no sopé de uma colina se improvisa uma cancha.

Outras, são adaptadas nalgum pasto, onde, na utilização das mesmas animais e jogadores se revezam.

E, agora, mesmo assim, vêm-se privados os clubes amadores – não todos, é claro – de seus “estádios” o que, brevemente, trará reais prejuizos para o desporto menor da cidade.

Para o problema, apenas uma solução se vislumbra: é a de edificar-se, doravante, os campos na zona suburbana, em locais onde não seja entravado o progresso da cidade.

Até porque, se não for assim daqui a pouco os times de menores possibilidades ou se extinguem ou terão que construir campos à margem de estradas.²⁴

O colunista aponta para um processo de desaparecimento dos campos relacionados ao que denomina pequenos clubes, ou seja, aqueles ligados ao amadorismo. Em sua argumentação, identifica as dificuldades para a manutenção das áreas de jogo nos bairros mais centrais e aponta a construção de novas canchas nas zonas denominadas suburbanas como a melhor saída. Ademais, comenta sobre a precariedade dos espaços utilizados pelas agremiações que seriam desprovidos de infraestrutura e que teriam um beneficiamento insatisfatório do terreno.

²³ O Tremedal perdeu seu campo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 7 de abril de 1953.

²⁴ Desaparecem os campos amadoristas para dar lugar ao progresso da capital. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 29 de outubro de 1948. O trecho foi alterado para corrigir erro de diagramação que inverteu duas linhas entre o 6º e o 7º parágrafos.

Se a distribuição espacial dos campos pelos bairros mais afastados fazia a experiência varzeana se aproximar de um padrão periférico, outro elemento igualmente articulava a dinâmica de criação de canchas amadoras a essa lógica de urbanização: a autoconstrução²⁵. Seja em imagens ou relatos, é marcante a organização autônoma dos integrantes dos clubes para a implantação de espaços de jogo no território urbano. Narrativa exemplar é apresentada por Lenir Paulino, o “Nico”, dirigente da *Associação Esportiva Cultural Ponte Preta*, que teve sua trajetória inicial na *Associação Esportiva Tupinambás*, ambas do bairro ferroviário do Horto²⁶:

Aí depois que veio o Tupinambás, que eu me lembro muito bem, que eu era menino, e o pessoal da oficina subiu com o carrinho, com enxada, com alavanca, todo mundo... aí eu perguntei: “O que vocês vão fazer?” “Ah, nós vamos fazer um campo lá em cima”, aí eu subi com eles e fui para lá, para ajudar eles arrancarem toco. Inclusive o detalhe é que antigamente não tinha gás, e os tocos que foram arrancados eram disputados, porque eram lenha. (...) Para abrir aquele campo, inclusive, eu tive três dias, quase três dias de febre que eu fui queimado por uma saçurana lá. No matagal lá, tudo, na capoeira, eu fui lá ajudar eles... (...) Eles pediram... porque na época, naquela época já era Central do Brasil, não era Rede Ferroviária não, era Central do Brasil. Aí a Rede... a Central do Brasil doou as traves, que as traves eram de madeira, os campos antigamente, as traves não eram de cano não, eram de madeira.²⁷

Lenir refere-se à construção do campo do *Tupinambás* no ano de 1947, data de fundação da agremiação. Situado nas proximidades das oficinas da *Estrada de Ferro Central do Brasil*, no bairro Horto, onde boa parte dos trabalhadores vivia, o espaço de jogo foi construído em sistema de mutirão com vários dos ferroviários que integravam o clube. Como se recorda, o beneficiamento do terreno envolveu diversas intervenções, desde a remoção de mato e tocos de árvores, até seu nivelamento com o uso de enxadas. Tal transformação de uma área ainda hostil à ocupação, tomada por vegetação, é igualmente característica das memórias sobre o povoamento dos loteamentos periféricos²⁸. Vale ainda grifar a atuação da companhia férrea que apoiou a iniciativa com a oferta de traves, tema que será retomado mais adiante.

A narrativa apresentada por Lenir assemelha-se a tantas outras compartilhadas dentre a memória social da várzea belo-horizontina. É o caso do relato de Marco Antônio Coelho, mais conhecido como “Grapete”, pertencente ao *Inconfidência Esporte Clube*, do bairro Concórdia:

Eu lembro que na época que eles conseguiram abrir aqui, foi coisa bonita que eles fizeram. Eu era menininho, mas eu lembro. Era carroça demais, eles

²⁵ Em sua dissertação Raphael Piva Favero chama atenção para a autoconstrução como característica dos espaços varzeanos. Cf. FAVERO, Raphael Piva Favalli. “**A várzea é imortal**”: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 49-54.

²⁶ Para informações sobre o bairro do Horto, conferir nota 67 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

²⁷ PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

²⁸ Cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 68-70.

conseguiram na base de umas trinta carroças. Os caras chegavam aqui e jogavam terra aqui embaixo, aqui do lado do grupo. O barranco, lá de cima, vinha até quase aqui no meio do campo, foi terra demais que eles tiraram, ficaram mais de três meses... A minha tia Pascoalinda que trazia água para eles na bilha desse tamanho, para eles beberem água de noite aí ó. Os caras chegavam, trocavam de roupa e já vinham trabalhar aqui.²⁹

Em seu relato, Grapete comenta sobre obras no campo do *Inconfidência*, as quais acompanhou na sua infância. Elementos similares aos da narrativa de Lenir aparecem, como o fascínio que aquele esforço coletivo despertava nas crianças, a adoção do sistema de mutirão e a utilização de ferramentas rústicas que eram as acessíveis àqueles homens. Sua fala acrescenta outros elementos, como o da participação da comunidade do entorno, representada por sua tia, e o da dedicação das horas livres dos trabalhadores que conduziam o beneficiamento do espaço no período noturno, depois de sua jornada laboral regular.

Registros imagéticos documentaram a autoconstrução, a exemplo do campo do *Brasília*:

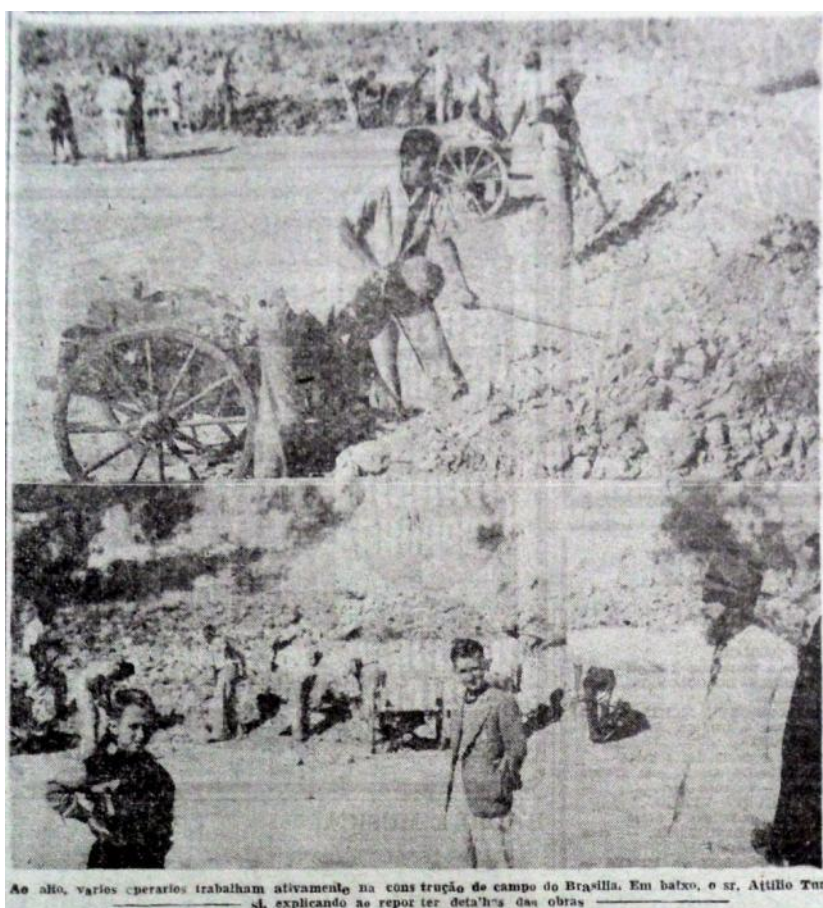


Figura 15 – Obras de construção do campo do *Brasília*, 1950. Fonte: COM RECURSOS PRÓPRIOS, O BRASILIA CONSTROI SUA PRAÇA DE ESPORTES. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 28 de julho de 1950.

²⁹ COELHO, Márcio Antônio [62 anos]; VALE, Bertolino do [63 anos]; JESUS, Gardoni Miguel de [52 anos]; MONTEIRO, Cristiano Fernandes [44 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 2 mai. 2016.

As fotografias acima dialogam com os relatos dos veteranos varzeanos. Na primeira imagem, destaca-se, em primeiro plano, a atuação dos operários que, munidos de ferramentas, desfazem o barranco, transferindo terra e pedras para pequenas carroças. Ao fundo, mais trabalhadores parecem envolvidos em atividade similar. O terreno retratado já começa a ter feições de um campo minimamente planejado. No segundo registro, o destaque é para o dirigente do *Brasília* que, no canto direito da imagem, indica ao repórter algum detalhe das obras. Duas crianças, em primeiro plano, também compõem a cena que se completa com a presença dos operários ao fundo, os quais seguem na mesma tarefa retratada anteriormente.

O texto da reportagem em que os registros fotográficos se inserem aponta para a contratação de uma turma de 20 operários pagos pelo *Brasília* para conduzirem a empreitada³⁰. De modo que a construção dos campos não apenas implicava no trabalho direto de seus integrantes, como em esforços para o financiamento dos serviços. Era o caso do *Monte Castelo Futebol Clube*, da Gameleira³¹ que, após finalizar a terraplanagem de seu futuro espaço de jogo, estimava obras para uma pequena arquibancada e para um *playground* no valor de Cr\$ 35.000,00³², o que correspondia a pouco menos de 100 salários mínimos do período³³. Para viabilizar o empreendimento, a agremiação previu uma campanha de arrecadação que se mostraria bem sucedida. Menos de dois anos após seu anúncio, realizava-se o festival de inauguração. Conforme exaltava o *Diário da Tarde*: “De enxadas às mãos, picaretas, alavancas carinhos (*sic*) e outros instrumentos indispensáveis, a família esportiva do Monte Castelo conseguiu construir a sua praça de esportes, sem o auxílio de quem quer que seja”³⁴.

Campos abertos à base de enxadas e picaretas, contando, em boa medida, com os esforços dos próprios clubes, implicavam numa rede precária de canchas. Segundo o *Diário da Tarde*:

A falta de praças de esportes em nosso amadorismo, é uma constante preocupação dos clubes. Belo Horizonte conta nada menos de 180 clubes amadoristas e o número de campos não alcança 50. Com quase cem agremiações filiadas, o D.F.A. conta com 28 campos, sendo que 90 por cento dessas praças de esportes não possuem medidas regulamentares.³⁵

³⁰ Cf. COM RECURSOS PRÓPRIOS, O BRASILIA CONSTROI SUA PRAÇA DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 28 de julho de 1950.

³¹ Localizado na área da antiga Fazenda da Gameleira, o bairro homônimo abrigava uma diversidade de instituições do governo estadual, além de uma porção residencial. Cf. RIBEIRO, Regional Oeste, 2011. Veja mapa ao final da tese.

³² Cf. ESTADIO DO MONTE CASTELO, UM SONHO QUE SE TORNA AUSPICIOSA REALIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de outubro de 1948.

³³ Cf. BRASIL. **Decreto-lei nº 5.977**, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário mínimo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5977-10-novembro-1943-416056-publicacaooriginal-1-pe.html>

³⁴ Realização amadorista para o próprio amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 20 de maio de 1950.

³⁵ ESTADIO DO MONTE CASTELO, UM SONHO QUE SE TORNA AUSPICIOSA REALIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de outubro de 1948.

A aprovação dos campos utilizados nas competições promovidas pelo *Departamento de Futebol Amador* pressupunha vistorias pela entidade oficial, com a avaliação de medidas e das condições do terreno, as quais ficavam registradas nas pastas dos clubes junto ao *DFA*. Essa documentação corrobora a visão apresentada pelo *Diário da Tarde*, já que espaços de jogo como o do *Tupinambás*, com medida de 87,50 metros de comprimento por 43,60 de largura, portanto, inferior ao previsto nas convenções internacionais, eram validados³⁶.

A qualidade dos terrenos de jogo também era questionável, segundo o *Diário da Tarde*:

O juiz Levi Neri Pinto suspendeu a partida Terrestre x Parque Riachuelo, no campo do Cruzeiro do Sul, por falta de garantias. Interessante é que o campo, cheio de buracos, estava prejudicando a atuação dos jogadores. No intervalo do jogo, os dirigentes do Parque arranjaram uma enxada e iniciaram a terraplanagem... principalmente na área do “goal”.³⁷

Apesar da precariedade dos resultados alcançados, os métodos autônomos de construção de campos pelos clubes varzeanos cumpriu papel importante no provimento de espaços de jogo, em um contexto de expansão dos bairros periféricos da capital mineira. A essa atuação independente, somaram-se iniciativas públicas e particulares para a ampliação da rede de equipamentos esportivos na cidade, o que será tratado na parte III desta tese.

Ao longo dos anos 1950 e início dos anos 1960, Belo Horizonte vivenciou um processo intenso de crescimento populacional, com o aprofundamento das tendências de expansão territorial sob o padrão periférico. A capital mineira rompia a barreira de um milhão de habitantes em 1966, praticamente triplicando seu contingente demográfico em relação ao início da década anterior, saltando da sexta para a terceira posição como cidade mais populosa do país³⁸.

A intensificação da ocupação dos bairros periféricos se articulava com a expansão da rede de campos por Belo Horizonte. A tendência da autoconstrução persistiu entre os grupos varzeanos na implantação de seus espaços de jogo, a exemplo de relato dos membros do *Grêmio Esportivo São Gabriel* que, ao completar 10 anos de existência em 1979, se lembravam de como “munidos de pás, picaretas, alavancas, enxadas e carrinhos de mão, a procura de uma área adequada para a construção do campo de futebol, entre os grandes espaços não construídos na periferia do bairro”³⁹ teriam finalmente encontrado o local que converteram em sua cancha. A ampliação do número de equipamentos esportivos amadoristas no período pode ser dimensionada pela representação cartográfica do cenário verificado em 1967:

³⁶ Cf. Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

³⁷ Notas da varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 20 de março de 1956.

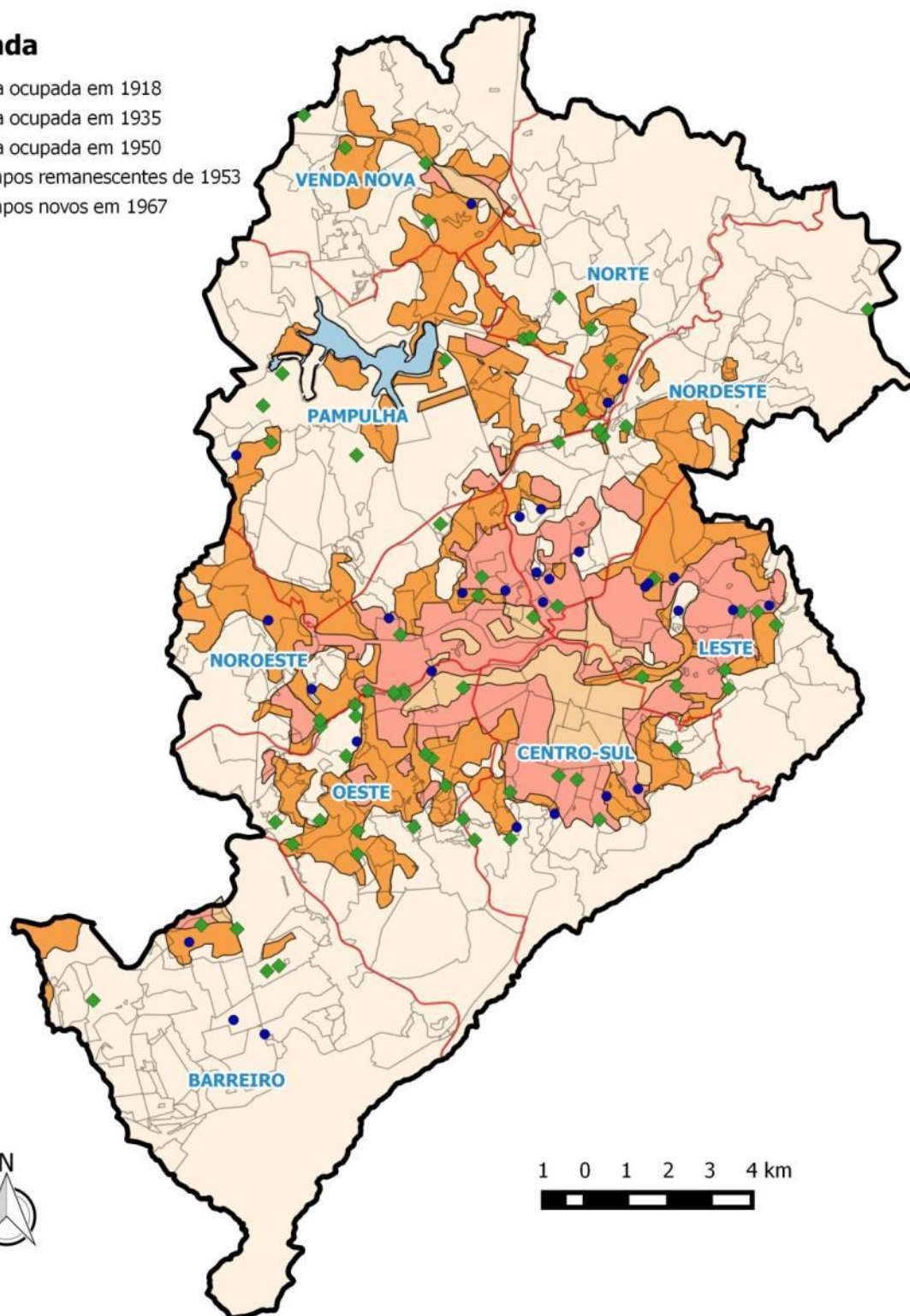
³⁸ Cf. BELO HORIZONTE AOS 69 ANOS E A TERCEIRA CAPITAL DO BRASIL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 2º caderno, 12 de dezembro de 1966.

³⁹ G.E. São Gabriel comemora seu décimo aniversário. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 20, 12 de setembro de 1979.

Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1967

Legenda

- Área ocupada em 1918
- Área ocupada em 1935
- Área ocupada em 1950
- Campos remanescentes de 1953
- ◆ Campos novos em 1967



Mapa 7 – Campos de várzea existentes em Belo Horizonte em 1967, sobre mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL, Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1953 e 1967. Elaboração do autor.

O mapa acima indica um considerável crescimento do número de campos de perfil varzeano na cidade, de 53 espaços do gênero identificados no levantamento aerofotogramétrico de 1953, observam-se 103 áreas destinadas a disputas amadoristas nas fotografias aéreas de 1967. Em menos de 15 anos, a rede desses equipamentos esportivos teria dobrado de tamanho. Ainda que alguns locais tenham desaparecido, a criação de outros compensou em muito as perdas.

No que se refere à distribuição espacial dos campos, há forte tendência de sua criação nas bordas da mancha de ocupação de 1950 ou até mesmo fora dela, indicando o avanço da urbanização periférica, aqui evidenciada pela instalação desses equipamentos esportivos. Contudo, outras tendências pontuais também podem ser ressaltadas, como um conjunto de quatro canchas no bairro Calafate⁴⁰ que se aproveitou da várzea do Ribeirão Arrudas, ou o ressurgimento de campos na Lagoinha⁴¹, imediatamente ao norte da região central da cidade, fruto da articulação de clubes da região, como o *Terrestre*, que contavam com amplo apoio político⁴².

A comparação entre os cenários retratados nos levantamentos aerofotogramétricos de 1953 e 1967 aponta para um contexto de expansão urbana de padrão periférico que se mostrou favorável à proliferação de campos varzeanos. A recorrência de imagens de sujeitos munidos de enxadas, picaretas, alavancas e carrinhos indicava o compartilhamento de saberes construtivos que perduraram por décadas e que foram importantes para a conversão de vazios urbanos em espaços de lazer coletivo. Mesmo com a precariedade dos recursos disponíveis, os integrantes dos clubes davam mostras de serem capazes de se articular para a criação de bases materiais para a proliferação da prática. Como se verá nos capítulos seguintes, não apenas o autoempreendimento foi responsável pela instalação e permanência desses equipamentos esportivos, mas, sem dúvida, essa experiência conectava esses indivíduos a uma forma de ocupação fundamental para a compreensão da transformação vivenciada pela capital mineira na segunda metade do século XX.

A criação de praças de esportes pelos clubes varzeanos não significou apenas o impulso para o desenvolvimento do futebol. Na esteira da expansão dessa prática, outras atividades atléticas, bem como alguns jogos, foram cultivados pelas agremiações que, em muitos casos, pretendiam oferecer aos seus associados um programa esportivo completo. Esse desejo foi expresso, inclusive, na conformação espacial de suas instalações que, por diversas vezes, incorporaram áreas destinadas a modalidades variadas. Em alguns casos, as dificuldades de manutenção do futebol ou o desejo dos sócios de se aproximarem de outras práticas, significaria a reorientação da organização de algumas agremiações tradicionais.

⁴⁰ Para informações sobre o Calafate, veja nota 53 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁴¹ Para informações sobre a Lagoinha, veja nota 123 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁴² Cf. Não deixaram o trator fazer o serviço do Terrestre. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 28 de agosto de 1957.

4.2 – Clubes completos

A inauguração da praça de esportes do *Monte Castelo*, em 1950, foi a demonstração maior do autoempreendimento varzeano naquele ano. Segundo indicou o *Diário da Tarde*:

(...) O campo do Monte Castelo foi construído através do próprio esforço do clube, o que não deixa de ser elogiável.

O campo tem dimensões regulamentares, isto é, 100 metros de comprimento por 75 de largura. Acha-se aparelhado com traves novas, rede, todo gramado. Até o dia 28 deverá ser instalado placar com dimensões de 1,50 x 1,00, colocado a uma altura de 6 metros do solo.

Dentro de 30 dias, deverá ser inaugurado o vestiário com acomodações diversas e o chuveiro para o banho dos atletas.

Estão sendo construídos campos para basquete e volei, trabalhos esses que deverão estar concluídos dentro de 90 dias.

Outra grande iniciativa é a construção de “ring” de box, empreendimento este que se deverá tornar em realidade dentro de um ano.

Como podemos notar, dentro em breve teremos o Monte Castelo projetado no cenário esportivo mineiro como uma de suas mais lidimas expressões.⁴³

Como evidencia o programa de construção da praça de esportes do *Monte Castelo Futebol Clube*, não havia uma restrição da agremiação à modalidade que o intitulava, ao menos outros três gêneros eram considerados: o basquete, o vôlei e o boxe. Tal perspectiva era marcante de um associativismo atlético de meados do século XX. O bom nome de uma entidade passava por sua apresentação como possuidora da composição a mais vasta possível.

As agremiações varzeanas se inseriam na vida comunitária local não apenas por meio do futebol, senão que de várias formas. Em boa medida dependentes de esforços próprios, fazia parte de seus objetivos arregimentar o maior número possível de sócios, para o que apostavam na diversificação. Essa proposta era perceptível no envelope timbrado produzido pelo *Terrestre*:



Figura 16 – Envelope timbrado do *Terrestre Esporte Clube*, 1953. Livro Caixa. CC.03.01.01-0514. Fundo Secretaria Municipal da Fazenda. Acervo APCBH.

⁴³ Realização amadorista para o próprio amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 20 de maio de 1950.

O envelope que acompanha a correspondência endereçada pelo clube ao prefeito Américo Giannetti (1951-1954) ressalta a diversidade de departamentos mantidos pela agremiação. A elaboração do documento timbrado da entidade tem por objetivo gerar uma representação junto a seus interlocutores. Nessa medida, busca apontar elementos de prestígio que partem da própria existência do timbre personalizado, mas que passam ainda pela sua antiguidade, indicada pela data de fundação, sua inserção no meio esportivo oficial, dada a filiação ao *DFA*, a posse de uma sede social e, por fim, sua diversidade de atuação atlética.

Essa pluralidade esportiva também era representada na realização dos festivais pelos clubes, com a participação de outras modalidades nos programas das comemorações. Em referência à passagem do 1º de maio de 1951, por exemplo, a equipe classista do *Ludol* promoveu um torneio de basquete, enquanto outra agremiação de fábrica, o *Horizonte Textil*, proporcionou disputas de vôlei masculino e feminino⁴⁴. O festival do 17º aniversário do *Barreiro Futebol Clube* contou com provas de ciclismo, vôlei feminino e tênis de mesa – denominado ping-pong⁴⁵. Já a celebração, ao longo de uma semana, de mais um ano de existência do *Tremedal*, contou com competições de vôlei masculino e feminino, com confrontos diários⁴⁶.

Dentre as modalidades experimentadas nos clubes varzeanos, com certeza o vôlei era a mais difundida. Como destacou o *Diário da Tarde*:

Cuidam os clubes amadoristas da capital ampliar seus departamentos esportivos, ensejando aos elementos vinculados aos seus quadros a pratica dos mais variados esportes. Dentre aqueles acolhidos com maior receptividade, se inscreve o volei que vem sendo praticado com inusitado entusiasmo em muitas das agremiações varzeanas da cidade.

Com este trabalho, os dirigentes dos clubes amadoristas prestam inestimavel serviço á nossa mocidade, difundindo um dos mais sadios esportes e que ultimamente tem empolgado aos afeiçoados belorizontinos, que afluem ás quadras por ocasião dos jogos.⁴⁷

Como a reportagem reforça, havia a intenção dos clubes de ampliação de seus departamentos, com a multiplicação das modalidades praticadas, uma forma de ofertar aos associados gama variada de atividades. O desenvolvimento dos chamados esportes especializados não se originava sempre de agremiações de futebol, às vezes o movimento contrário podia ser identificado, como foi o caso da *Associação Atlética Popular* que partiu do vôlei para a diversificação, como relatou Amir Bertholdo Vimieiro, filho de um dos fundadores:

⁴⁴ Cf. FESTIVIDADES ESPORTIVAS DE 1º DE MAIO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 28 de abril de 1951.

⁴⁵ Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 8 de março de 1951.

⁴⁶ Cf. A DATA MAGNA DO TREMEDAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de setembro de 1950.

⁴⁷ OS ESPORTES ESPECIALIZADOS NOS PEQUENOS CLUBES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 15 de setembro de 1950.

Sendo isso aqui um núcleo de casas populares, as famílias chegaram quase na mesma época, no período de 49 a 54, de 1949 a 54. Então elas chegaram todas mais ou menos na mesma época. E os rapazes da época... Eu sou da terceira turma, da terceira leva dos rapazes da época e das moças, não é? Eles não tinham um lazer, não tinha nada aqui: não tinha igreja, não tinha clube, não tinha... Como se diz, não tinha nada para jovem na época. Então foi onde que meu pai mais uma meia dúzia de senhores – o pai gostava muito de esporte –, com a ajuda do meu sogro, meu pai chamava Antônio Bertholdo da Cruz, e, mais tarde, o Orlando Costa Melo, que seria meu sogro, que mexia na prefeitura de Belo Horizonte, ele era topógrafo, os dois fizeram amizade, mais um senhor chamado João Machado que também era funcionário da prefeitura de Belo Horizonte e mais uma “turmazinha” boa, tem Seu [Perone], Seu Santinho, Seu [Air], que eram moradores aqui do bairro e gostavam de esportes, resolveram... o meu pai como mexia com vôlei no exército brasileiro, ele resolveu fazer uma quadra de vôlei. E essa quadra rudimentar de terra e tal, para os rapazes terem um lazer para poderem passar os domingos, não é? Porque era muito difícil ir para o centro da cidade, que na época era muito longe, do bairro aqui até no centro da cidade era muito longe.⁴⁸

O relato de Amir retoma uma série de elementos relacionados ao processo de urbanização de Belo Horizonte no período: a construção de um conjunto popular na periferia, a conformação de uma nova comunidade e a busca de alternativas de sociabilidade em uma região desconectada do núcleo central. Aspectos também evidenciados na foto abaixo:



Figura 17 – Quadra da Associação Atlética Popular, anos 1950. Acervo Amir Bertholdo Vimieiro

⁴⁸ VIMIEIRO, Amir Bertholdo [76 anos]; CARVALHO, Antônio Geraldo de [60 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 abr. 2016.

Em primeiro plano são retratados três atletas da *Associação Atlética Popular*, identificados por Amir como: José Edson, Ferreirinha e Hélio Moreira. De camiseta regata e shorts, eles trajavam vestimenta característica da prática do vôlei masculino. Contudo, mais interessante é a cena que se desenrola ao fundo. As casas padronizadas lado a lado remetem à paisagem de um conjunto habitacional popular. Bem ao centro da imagem emerge um mastro que servia à amarração da rede, a qual atravessa a foto do meio para a esquerda, contrastando com a fachada de uma das casas. No terreno descampado, diversas pessoas estão de pé, contornando o que seria a quadra, cena que se assemelha àquela presenciada semanalmente nos campos varzeanos, nos quais espectadores se aglomeravam às margens do espaço de jogo.

Situado no que hoje é o bairro São Paulo⁴⁹, a *Associação Atlética Popular* foi criada por moradores da recém-inaugurada Vila Popular do Matadouro. Para a implantação de sua quadra de vôlei, os fundadores do clube adotaram o mesmo expediente observado na várzea: a autoconstrução. Munidos de enxadas, efetivaram a abertura do espaço de jogo⁵⁰. A presença da modalidade era notória no bairro, sendo comuns disputas masculinas e femininas em eventos do comitê pró-melhoramentos local⁵¹. A existência de um número pequeno de equipes de vôlei fazia com que, muitas vezes, os fins de semana fossem ocupados por treinos entre os próprios integrantes da agremiação, embates pouco excitantes. Em contrapartida, sobravam convites para disputas de futebol, feitos por agremiações da região, o que fez com que rapidamente os rapazes organizassem um time de várzea que passou a representar o *Popular*⁵².

A diversificação das modalidades se expressava na configuração física dos clubes, vários foram os que fizeram acréscimos às suas praças de esportes para incorporar novas práticas, a título de exemplo, pode-se citar: *Ludol*⁵³, *Santanense*⁵⁴, *Barreiro*⁵⁵, *Ferroviário*⁵⁶ e *Pitangui*⁵⁷. A mais prestigiosa melhoria que uma agremiação poderia fazer era a adição de uma piscina ao seu complexo, como se viu nos casos do *Horizonte Textil*⁵⁸, do *Tremedal*⁵⁹ e do *Comercial*⁶⁰.

⁴⁹ O bairro origina-se da instalação do Matadouro Modelo Municipal em 1935. A ocupação se intensificou com a criação da Vila Popular do Matadouro no final dos anos 1940. Outra porção do bairro foi urbanizada tardiamente, com o povoamento irregular de um aterro, dando origem à Vila São Paulo. Cf. ARREGUY; RIBEIRO, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

⁵⁰ Cf. VIMIEIRO, Amir Bertholdo [76 anos]; CARVALHO, Antônio Geraldo de [60 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 abr. 2016.

⁵¹ Cf. Dia festivo no Matadouro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 29 de novembro de 1951.

⁵² Cf. VIMIEIRO, Amir Bertholdo [76 anos]; CARVALHO, Antônio Geraldo de [60 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 abr. 2016.

⁵³ Cf. LUDOL, UM MODELO DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de outubro de 1950.

⁵⁴ Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de outubro de 1952.

⁵⁵ Cf. NOTAS DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p.8, 23 de abril de 1954.

⁵⁶ Cf. MANÇUR, Mauro Sérgio [57 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 9 mar. 2018.

⁵⁷ Cf. PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

⁵⁸ Cf. O FRANCO PROGRESSO DO HORIZONTE TEXTIL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 28 de dezembro de 1949.

⁵⁹ Cf. DIA 6, A INAUGURAÇÃO DA PISCINA DO TREMEDAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 31 de janeiro de 1957.

No caso do *Tremedal*, tradicional agremiação do bairro Carlos Prates, é possível notar um progressivo redirecionamento que passava pelo afastamento do futebol amador em favor dos chamados esportes especializados. A falta de um campo desde os anos 1940⁶¹ e os maus resultados de seu time criaram um impasse. Como informou o *Diário da Tarde*: “Associados do Tremedal solicitaram da diretoria uma deliberação severa: que se melhore o quadro de futebol ou então que o faça desaparecer completamente”⁶². Por essa época, em meados dos anos 1950, a entidade investia na melhoria das instalações, com a construção de uma piscina. Assim, com o passar do tempo, foi se desligando do *circuito* varzeano para se dedicar a outras modalidades⁶³.

As chamadas sedes sociais dos clubes também poderiam ser espaços para o desenvolvimento das modalidades ditas especializadas. Nesse aspecto, a prática do tênis de mesa, comumente intitulado como ping-pong, era recorrente. Clubes anunciavam melhorias em suas instalações com mesas para esse esporte, além de tabuleiros para dama e xadrez⁶⁴.

Não apenas esportes institucionalizados eram percebidos entre as atividades cultivadas nos clubes varzeanos. Festivais eram momentos privilegiados para outras experimentações corporais que conectavam as agremiações e seus integrantes a distantes tradições atléticas. A exemplo do que ocorria com as disputas de vôlei feminino, tais eventos eram, por vezes, oportunidades para o protagonismo das mulheres, reprimidas pela proibição da prática de uma gama de modalidades, incluindo o futebol. No festival do nono ano de existência do Renascença, o programa previa “A’s 9 horas – Corrida da agulha, ovo na colher, pau de sebo, quebra-potes, corridas de sacos, nó da gravata”⁶⁵. Em outra ocasião, o Barreiro promoveu “corrida de ovo na colher por senhoritas”⁶⁶. Outras modalidades ainda apareceriam nas festas esportivas, como “corrida de 3 pernas” e “briga de roda”⁶⁷. Várias dessas competições remetem a formas de disputa adotadas nos primórdios do atletismo no país⁶⁸, bastante recorrentes em festivais do início do século⁶⁹. Apesar de aparições pontuais, a presença dessas práticas atléticas persistiu no meio varzeano belo-horizontino por décadas, havendo registros até mesmo nos anos 1980⁷⁰.

⁶⁰ Cf. Comercial – invicto em 77 jogos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 6 de setembro de 1957.

⁶¹ Cf. NOVOS RUMOS PARA O TREMEDAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 29 de junho de 1951.

⁶² Notas da varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 13 de setembro de 1955.

⁶³ Cf. Futebol amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 39, 11 de setembro de 1978.

⁶⁴ Cf. “O CAMPEONATO DESTES ANOS SERÁ NOSSO”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 1 de agosto de 1956.

⁶⁵ O IX ANIVERSÁRIO DO RENASCENÇA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 10 de outubro de 1950.

⁶⁶ O ANIVERSÁRIO DO BARREIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 25 de março de 1949.

⁶⁷ EM FESTAS O ESTRELA DE MINAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 14 de março de 1953.

⁶⁸ Cf. MELO, Victor Andrade de. Trânsitos culturais: as experiências dos primeiros clubes atléticos do Rio de Janeiro (1873-1883). *Movimento*, Porto Alegre, v. 25, p. 1-13, 2019, p. 2.

⁶⁹ Cf. BONFIM, Aira Fernandes. *Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019, p. 44.

⁷⁰ Cf. Alípio de Melo mostra seu futebol no Dia da Criança. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 11 de outubro de 1984.

4.2.1 – Jogos e sociabilidade masculina

A diversificação de atividades dos clubes seguia outras tendências, algumas delas poderiam colocar a entidade no limiar entre a legalidade e a contravenção. Para tratar desse tema, antes, vale lembrar que as beiras de campo representam importantes espaços de sociabilidade. Ao longo dos fins de semana, enquanto partidas aconteciam dentro das quatro linhas, uma série de atividades se desenrolava do lado de fora, nem todas ligadas ao futebol. Em boa medida, tais práticas relacionavam-se a um lazer masculino que se articulava a outras experiências nos bairros. Um caso relatado pelo *Diário da Tarde* ajuda a clarear essa questão:

Ainda agora, corroborando a nossa afirmação de que os jogos proibidos em lei são praticados em grande escala, procurou-nos o sr. Francisco Alves Belo Filho, residente á rua Oeste, 272, na Vila Oeste, que representando famílias suas vizinhas, veio comunicar e, por nosso intermedio, renovar o seu pedido de providencias ás autoridades contra o jogo de azar, que é praticado livremente naquela parte da cidade.

Diz que principalmente o “21” é bancado livremente na Vila Oeste, entregando-se á sua pratica até menores ali residentes. Notadamente aos domingos, o jogo campeia livremente nas margens do campo de futebol, nas esquinas, debaixo dos postes de iluminação e em certas casas.⁷¹

Como apontava o morador da Vila Oeste⁷², à beira do campo de futebol do bairro, provavelmente se referindo à área ocupada pelo *Alvorada Futebol Clube*, assim como em outros locais de sociabilidade, eram disputadas livremente partidas de 21, o que, se fosse feito a dinheiro, enquadrava-se como contravenção penal⁷³. A presença de jogos de cartas às margens de espaços de jogo era noticiada recorrentemente, como no caso de garotos jogando partidas de 21, ronda e sete e meio, nas proximidades do campo do *Pompéia*⁷⁴.

Apesar dos efeitos disciplinares e educacionais da prática esportiva esperados por dirigentes e autoridades públicas – tema tratado no capítulo 1 –, a experiência cotidiana apontava em direção contrária, com a articulação da apropriação popular do futebol a outros aspectos da sociabilidade masculina, como o consumo de bebidas alcóolicas, a jocosidade e os jogos de carta e de mesa a dinheiro⁷⁵. O desdobramento das disputas atléticas em confraternizações pós-jogo, mais conhecidas como “resenhas”, foi e ainda é recorrente na experiência varzeana⁷⁶.

⁷¹ Jogo franco na Vila Oeste. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 19 de novembro de 1949.

⁷² Para informações sobre a Vila Oeste, vide nota 130 do capítulo 3. Conferir mapa ao final da tese.

⁷³ Cf. BRASIL. **Decreto-lei nº 3.688**, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3688-3-outubro-1941-413573-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁷⁴ Cf. Concentração de garotos ao redor do baralho no Parque Vera Cruz. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 6 de junho de 1953.

⁷⁵ Para a organização de grupos de homens jovens em limites entre o lícito e o ilícito ver WHITE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

⁷⁶ Os relatos sobre o tema estão presentes em quase todas as entrevistas realizadas. Destacam-se aquelas onde descrições mais densas foram realizadas. Cf. FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017; MANÇUR, Mauro Sérgio [57 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro.

Normalmente restritas aos homens, as resenhas são momentos para debater o que acabara de ocorrer em campo, vivenciar jocosidades, especialmente masculinas, acompanhadas de comidas e bebidas alcoólicas⁷⁷. Essas confraternizações ocorriam em bares às margens ou não dos campos, assim como na casa de algum integrante da agremiação, no mais das vezes, um dirigente.

Ainda que aos olhares normativos das entidades diretivas oficiais essa conjugação pudesse parecer contraditória, a memória social da várzea local aponta para uma recorrente intersecção entre a prática futebolística popular e essas outras formas de sociabilidade. No que se refere à disputa de jogos de cartas a dinheiro, por diversos momentos, houve uma convivência muito próxima ao meio amadorista local⁷⁸. Era comum que agremiações abrigassem em suas sedes sociais tais disputas, como relataram integrantes do *Suzana*⁷⁹ e do *Botafogo Venda Nova*⁸⁰.

A prática de jogos de cartas nos clubes acontecia às claras, com divulgação pública, como evidencia a nota do *Diário da Tarde*:

Esp. Clube Cinco Estrelas

DEPARTAMENTO DE CARTEADO

Para o jogo de domingo, contra o Tira-Teima, peço o comparecimento
(sic) de todos jogadores, às 13 horas, em nossa sede social.

a) Amaral Moreira da Silva, presidente.⁸¹

Abaixo da nota transcrita, publicava-se o anúncio de partida dos quadros juvenil e infantil de futebol do *Cinco Estrelas* contra o time do *Londrino*⁸². A variedade de departamentos dos clubes poderia, assim, significar, inclusive, a criação de um dedicado ao carteadado, com sua prática na sede social da agremiação. Em 1956, era anunciada festividade do *Carteado Tira-Teima* na sede do *Monte Azul Esporte Clube*, entidade varzeana do bairro Pompéia⁸³, com a presença de outras seis associações dedicadas aos jogos de cartas, dentre as quais o *Cinco Estrelas*.

Belo Horizonte, MG, 9 mar. 2018; RUFINO, Denerval Martinho [52 anos]; SANTOS, João Pereira dos [73 anos]. [ago. 2017]. Entrevistadores: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 ago. 2017.

⁷⁷ Fernando Campos e Rodrigo Chiquetto examinam as barcas, encontros pós-jogo, no caso manauara. Cf. CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. **Uma geografia do futebol amador**: espaços de representação do futebol amazonense a partir do "peladão". 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009; CHIQUETTO, Rodrigo Valentim. **A cidade do futebol**: etnografia sobre a prática futebolística na metrópole manauara. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

⁷⁸ Sílvia Bauler identifica essa relação no caso porto-alegrense. Cf. BAULER, Sílvia Regina Godinho. **O futebol faz rolar mais do que uma bola**: um estudo sobre o significado do futebol numa periferia urbana. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

⁷⁹ Cf. SILVA, Antônio Jorge [71 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 jun. 2016.

⁸⁰ Cf. SILVA, Osvaldo Patrocínio da [69 anos]; BARROS, Sergio Thadeu [63 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 25 set. 2017.

⁸¹ Esp. Clube Cinco Estrelas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 11 de setembro de 1953.

⁸² Cf. CINCO ESTRELAS X LONDRINO F.C. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 11 de setembro de 1953.

⁸³ O Pompéia se origina da Vila Parque Cidade Jardim, loteamento operário do final dos anos 1920. Foi fortemente influenciado pela atuação da paróquia local que dá nome ao bairro. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

Apesar da existência desses clubes e do anúncio de suas atividades na imprensa, até o ano de 1961, ao que parece, a promoção de jogos de cartas era irregular. Foi uma legislação federal, proposta pelo governo de Jânio Quadros, que regulamentou a prática, prevendo que:

Art. 1º As sociedades, clubes e demais entidades recreativas sociais, culturais, literárias, beneficentes, esportivas e congêneres, que mantenham ou pretendam manter em suas sedes sociais, secções de jogos carteados lícitos, devidamente autorizados pelas autoridades competentes de cada unidade da Federação. Poderão obter o devido licenciamento para o funcionamento dessas secções se obedecidas as leis, decretos e regulamentos que regem suas atividades, preencherem os seguintes itens: (...) ⁸⁴

Ao que se seguiam indicações de manutenção de sede própria, funcionários registrados, realização e publicização de balancetes. Para sua regularidade, a entidade não poderia dedicar-se apenas ao jogo de cartas, tendo de comprovar o desenvolvimento de seus outros departamentos ⁸⁵. A partir dessa legislação, vários clubes varzeanos incorporaram a prática entre suas atividades ou se articularam com conhecidas casas de carteados para garantir o seu licenciamento. O caso mais notório foi o da *Associação Ferroviária Esportiva*, cujo presidente Rubinho era proprietário de um estabelecimento do gênero no centro de Belo Horizonte, na Rua Acre, que servia de sede para o clube, de modo a viabilizar o seu alvará de funcionamento como local para o jogo de baralho ⁸⁶.

Os jogos de cartas poderiam garantir a arrecadação das entidades varzeanas. Era o caso do *Vila Concórdia*, cujo presidente lamentava que “‘apenas um carteados em nossa sede é a fonte de renda que possuímos e que serve para pagar as despesas que são muitas. Do contrário, o Vila Concórdia já teria seguido o mesmo caminho de muitos outros que desapareceram por falta de recursos financeiros’.” ⁸⁷ Em algumas ocasiões, agremiações inativas serviam apenas para conservação de alvarás de casas de jogo, como indicavam os filiados ao *DFA* no início dos anos 1970 que, apesar de manterem as taxas pagas, nunca se inscreviam nos torneios ⁸⁸.

A extensão da atuação das entidades varzeanas, no entanto, não se restringia à promoção de outras modalidades esportivas ou à experimentação de sociabilidades masculinas articuladas ao futebol. Fortemente presentes no cotidiano dos bairros, os clubes, por diversas vezes, cumpriram um papel determinante na constituição de comunidades em regiões recém-urbanizadas, povoadas por habitantes com perfis variados e originados de localidades diversas.

⁸⁴ BRASIL. **Decreto nº 50.776**, de 10 de junho de 1961. Disciplina o funcionamento das secções de jogos lícitos carteados nas sedes das sociedades, clubes e demais entidades recreativas sociais, culturais, literárias beneficentes, esportivas e congêneres. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50776-10-junho-1961-390379-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁸⁵ Cf. Delegacia de Jogos vai exigir que se cumpra decreto de JQ. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 12 de junho de 1961.

⁸⁶ Cf. FERNANDES, Raimundo Exedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

⁸⁷ E os processos da várzea vão ficando. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 3 de dezembro de 1968.

⁸⁸ Cf. DFA QUER TODOS TIMES AMADORES NO CAMPEONATO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 24 de janeiro de 1972.

4.3 – Fazer clube, fazer bairro

Nos anos 1950 e 1960, Belo Horizonte vivenciou considerável expansão demográfica e territorial, em grande medida, a partir de um padrão periférico de urbanização. Percentual considerável do contingente populacional responsável por esse crescimento originava-se de fora do município. Segundo dados do censo de 1960, a capital mineira totalizava, naquele ano, 683.908 habitantes, dos quais 53% não eram nascidos ali. Mais importante que isso, 30% dos seus residentes, ou mais de 207 mil pessoas, haviam chegado à cidade ao longo da década de 1950⁸⁹.

Como citado no início deste capítulo, a pressão especulativa sobre as áreas centrais implicou, nos anos 1920 e 1930, na remoção de populações para vilas operárias ou ocupações irregulares. A tendência de mobilidade interna dos grupos pobres persistiu nas décadas seguintes. Como exemplos, é possível citar a criação de bairros como o Mato da Lenha, atual Salgado Filho, que recebeu habitantes da Pedreira Prado Lopes⁹⁰, o São Bernardo, fruto da realocação de moradores de diversas favelas, ou o Conjunto Santa Maria, destinado ao reassentamento de residentes da cabeceira do córrego do Leitão, desapropriados para feitura de uma barragem⁹¹.

A ocupação de loteamentos em áreas distantes da cidade, muitos dos quais não aprovados, promovia o encontro de pessoas com trajetórias de vida diversas, de originários de outros estados ou do interior de Minas Gerais a naturais de Belo Horizonte, procedentes de diferentes regiões da capital mineira. Independente de sua origem, essas pessoas tinham em comum o início de um projeto de vida ligado à aquisição de um terreno e ao esforço para a construção ou manutenção de uma casa em bairros ainda pouco integrados ao centro da cidade. Nessa perspectiva, novas possibilidades de sociabilidade eram colocadas e se articulavam ao desejo de estabelecer uma comunidade entre aqueles habitantes, como ressalta a antropóloga Eunice Durham:

A uniformidade e a segregação relativa parecem favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue essa população das camadas mais abastadas. Para estas, as distâncias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade. A casa ou o apartamento, isolados e auto-suficientes, limitam o espaço social que não é complementado pela vizinhança. Na periferia, ao contrário, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade.⁹²

A experiência das agremiações vazeanas, em especial entre os anos 1940 e 1960, aponta no sentido da constituição de extensas redes de sociabilidade que, obviamente, se materializavam

⁸⁹ Cf. IBGE. **Censo demográfico**: 1960, vol 1, tomo 9. Rio de Janeiro, IBGE, 1960, p. 84 e 118.

⁹⁰ Cf. RIBEIRO, Regional Oeste, 2011.

⁹¹ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1958**, apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello de Azevedo. Belo Horizonte, 1959, p. 30-32.

⁹² DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 174.

nos campos de jogo e à beira deles, mas que, igualmente, se estendiam para outros momentos da vida de bairro⁹³. No esforço para consolidar pertencimentos comunitários, os clubes amadoristas se fortaleciam, gerando apoio social e material para sua manutenção e seu desenvolvimento.

4.3.1 – *Em busca de milhares de sócios*

A trajetória de muitas das agremiações amadoristas belo-horizontinas antecede a transformação pela qual passava a cidade em meados do século XX. Estabelecidos em tradicionais bairros suburbanos e operários, esses clubes integravam-se à vida comunitária dessas áreas e se articulavam com suas histórias e seus modos de ser e fazer. Nessa perspectiva, é interessante notar como mudanças que afetavam a capital mineira se expressariam no próprio desenvolvimento dos clubes, a exemplo do que se viu no caso do *Tremedal* que, gradualmente, abandonou o *circuito* varzeano, acompanhando a renovação da população do Carlos Prates.

Em um contexto de intensa cultura associativa, observado entre os anos 1940 e 1960, a agremiação era suportada, em regra, pelos recursos gerados a partir de seu corpo de sócios. Eram mensalidades e outras rendas vindas desse grupo que sustentavam as atividades, em especial as equipes de futebol, foco da atuação da maioria dos clubes. Assim, muito da força de uma entidade dependia da arregimentação do maior número de integrantes pagantes, o que demandava a oferta de um programa diversificado de atividades e uma inserção comunitária consistente.

Frente às diferentes configurações dos bairros de Belo Horizonte, identificam-se clubes com forte identidade operária, ligados diretamente a fábricas, a exemplo do *Renascença*, tratado no capítulo 1, e outros com uma relação mais tangencial com a empresa, como era a *A. E. Tupinambás*. Ainda que, no seu caso, não houvesse interferência direta da companhia *Estrada de Ferro Central do Brasil*⁹⁴, observava-se, por exemplo, a disponibilização, pela *EFCB*, do terreno ocupado pela associação⁹⁵. Situada em um bairro ferroviário, o *Tupinambás* manteve, por décadas, quadro diretivo formado quase integralmente por trabalhadores férreos, como se observa na série de registros anuais de sua diretoria mantidos pelo *Departamento de Futebol Amador*⁹⁶.

A trajetória do *Tupinambás* é marcada por uma cisão, logo em seus primeiros anos, que teria dado origem a dois clubes com o mesmo nome, como já foi tratado no capítulo 1. Mesmo que não houvesse interferência direta da *Central do Brasil*, foi o apoio dos diretores da empresa o que definiu a disputa pelo controle do campo a favor da diretoria da *Associação Esportiva*

⁹³ Referência importante sobre sociabilidade e lazer no bairro, partindo do caso de São Paulo, é: MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

⁹⁴ Cf. OLIVEIRA, Belmontes de [65 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2016.

⁹⁵ Cf. Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

⁹⁶ Cf. *Idem*.

Tupinambás e não do *Tupinambás Futebol Clube*⁹⁷. Outra agremiação, também do bairro Horto, contava com o apoio mais direto da companhia de trens, o *Social Olímpico Ferroviário*, cujo campo se situava às margens das oficinas da empresa e mantinha boa infraestrutura, com vestiários, arquibancada e quadra poliesportiva, feita com recursos diretos da *EFCB*⁹⁸.

O *Social Olímpico Ferroviário*, entidade com estreita relação com o bairro do Horto e sua comunidade de ferroviários, foi alvo de um estudo recente de mestrado em Sociologia. Ao revisitar o clube, a mais antiga dentre as agremiações varzeanas ativas de Belo Horizonte, com fundação em 1928, Lívio Gomes identificou o seu progressivo distanciamento em relação à localidade que passou por grandes transformações sociais e espaciais. Na nova conjuntura, a associação não é mais capaz de mobilizar a população do entorno, o que contrasta com a vitalidade do *Mineirinho*, equipe mais recente, criada nos anos 1970, no *Alto Vera Cruz*, região periférica da atual configuração da capital mineira, com grande inserção entre os habitantes⁹⁹.

Os casos do *Ferroviário* e do *Mineirinho* investigados por Lívio Gomes apontam para uma relação dinâmica entre as agremiações e suas bases comunitárias. A inserção da entidade esportiva articula-se com as mudanças da cidade e de suas regiões, bem como as expectativas acerca do associativismo. Nessa medida, de tempos em tempos, observava-se a desarticulação de clubes, incapazes de mobilizar bom número de apoiadores, como evidenciou a nota abaixo:

O E.C. Prado Mineiro, o mais antigo e tradicional gremio amadorista da Capital, atravessa, no momento, a fase mais crítica de sua existência.

Fundado em 27-2-1922, o E.C. Prado Mineiro, logo se impôs definitivamente ao soccer amadorista. (...)

Atualmente, o Prado Mineiro ameaça desaparecer e, por nosso intermedio, a sua atual diretoria faz um veemente apelo aos moradores do bairro, aos ex-jogadores e socios para se arregimentarem em torno do clube, soerguendo o E.C. Prado Mineiro á altura de suas tradições.¹⁰⁰

Como indicado no mapa 6, a região povoada desde os primeiros anos de existência da capital mineira passava por um processo de escassez de espaços de jogo, o que impunha limitações para atuação de suas agremiações. Com forte tradição esportiva que se associava à própria origem do nome do bairro, o Prado¹⁰¹ parecia já não comportar uma grande variedade de clubes varzeanos, como expressava a desmobilização em torno do pioneiro *Prado Mineiro*.

⁹⁷ Cf. PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

⁹⁸ Cf. MANÇUR, Mauro Sérgio [57 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 9 mar. 2018.

⁹⁹ Cf. GOMES, Lívio Rodrigues. **Entre campos e cantos**: para uma sociologia do futebol amador. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

¹⁰⁰ CRÍTICA FASE ATRAVESSA O E.C. PRADO MINEIRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 14 de abril de 1949.

¹⁰¹ O Prado situava-se no perímetro imediato da zona urbana. Seu nome se origina do Prado Mineiro, primeiro hipódromo da cidade. Próximo da região fabril formada às margens do Ribeirão Arrudas, tinha população predominantemente operária. Cf. RIBEIRO, Regional Oeste, 2011. Para localização, veja mapa ao final da tese.

Uma base de sócios extensa implicava na manutenção de uma agremiação pujante, a qual podia arcar com custos regulares e vislumbrar realizações mais ousadas. Além de resultados esportivos, a condição de uma entidade era mensurada pelo tamanho de seu quadro societário e, não por acaso, eram recorrentes os comentários sobre o quantitativo de integrantes de um clube.

Os mais de 300 componentes do *Itaú F. C.* permitiam que a associação tivesse vida independente da fábrica da qual se originara¹⁰². Os 600 integrantes do *Atlético Suburbano* propiciaram a construção da sede social¹⁰³. O *Tremedal*, por sua vez, afirmava-se como força do amadorismo, em 1949, com mais de 1.200 sócios¹⁰⁴. Eram comuns campanhas para a ampliação dos quadros de membros, como a do *Santanense*, do Carlos Prates, citada por seu diretor:

– “A atual diretoria está empenhada em realizar a campanha dos mil socios. Para tanto, o sr. José Procopio Vieira, presidente do clube, foi autorizado a providenciar a expedição de circulares para todos os moradores da Vila, bem como, instituímos diversos premios aos associados que maior numero de propostas conseguir para ampliação do nosso quadro social”¹⁰⁵.

Com aspirações de construção de uma sede própria, a agremiação lançava-se à arregimentação de novos integrantes, de modo a ampliar sua arrecadação e garantir bases seguras para o crescimento de seu patrimônio, algo semelhante ao que se via entre entidades vinculadas ao futebol espetáculo¹⁰⁶. A publicação de circulares era uma tática para a aproximação da comunidade local. Outros clubes mantinham seus próprios organismos de imprensa, a exemplo de “O Terrestre” do *Terrestre*¹⁰⁷ e “O Eldorado” da associação homônima¹⁰⁸.

Mesmo clubes que possuíam fontes de renda regulares, como o *Social Olímpico Ferroviário*, mantinham iniciativas para ampliação do quadro de sócios¹⁰⁹. Independente da condição do componente, havia a previsão de contribuição para manutenção das entidades, o que incluía os atletas das equipes principais¹¹⁰. Nesse caso, isso não significava necessariamente o pagamento da taxa, a qual poderia ser assumida por outros associados ou relevada pelas diretorias, como forma de incentivar a manutenção de bons jogadores¹¹¹.

¹⁰² Cf. ITAÚ, UM PATRIMONIO DE GLORIAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 1º de novembro de 1948.

¹⁰³ Cf. REFORÇA-SE O ATLETICO SUBURBANO PARA TEMPORADA DE 1952. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 23 de fevereiro de 1952.

¹⁰⁴ Cf. TREMEDAL F.C. LEGITIMA GLORIA DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 7 de março de 1949.

¹⁰⁵ SANTANENSE, UM CLUBE QUE SE IMPOE NO SETOR AMADORISTA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 4 de abril de 1949.

¹⁰⁶ Cf. SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. *Revolução vascaína: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934)*. 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

¹⁰⁷ Cf. “O Terrestre”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 21 de dezembro de 1950.

¹⁰⁸ Cf. CIRCULANDO “O ELDORADO”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 17 de abril de 1957.

¹⁰⁹ Cf. FASE DE REALIZAÇÕES NO FERROVIARIO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 26 de novembro de 1951.

¹¹⁰ Cf. Reorganização administrativa do Matadouro F. Clube. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de janeiro de 1951.

¹¹¹ Cf. PEREIRA, Rosalvo Conceição [78 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 29 mar. 2016.

Em momentos específicos, o corpo de associados e a comunidade esportiva poderiam ser chamados a oferecer ajuda extra ao clube, a exemplo da iniciativa do *Vasco* do Carlos Prates:



Figura 18 – Campanha do alambrado do *Vasco da Gama F. C.*, 1956. Fonte: O AMADORISMO E SUAS COISAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 14 de dezembro de 1956.

O *Vasco da Gama* foi equipe que vivenciou as mudanças da cidade de forma interessante, pois, originado no Prado, transferiu-se ao Calafate e, por fim, ao Carlos Prates, dada as dificuldades de conseguir espaços ali¹¹². Estabelecido no novo bairro, lançava campanha para melhorias em seu campo, por meio da venda de bônus¹¹³ aos sócios e a membros da várzea local.

A capacidade de mobilização dos clubes não passava apenas pelo prestígio que o futebol alcançava entre as comunidades dos bairros. Ser sócio de uma agremiação varzeana, entre os anos 1940 e 1960, significava ter acesso a um dos raros espaços de lazer disponíveis em regiões ainda pouco integradas ao centro da cidade, com uma variada oferta de diversões.

¹¹² Cf. “NAVEGOU” DO PRADO PARA O CALAFATE E DAÍ PARA O CARLOS PRATES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 12 de dezembro de 1957.

¹¹³ O salário mínimo praticado no período era de Cr\$3.800,00. Cf. BRASIL. Decreto nº 39.604-A, de 14 de julho de 1956. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39604-a-14-julho-1956-519762-publicacaooriginal-1-pe.html>

4.3.2 – O departamento social

A expansão acelerada do tecido urbano de Belo Horizonte, em meados do século XX, levava à desarticulação da capital em relação às suas áreas mais afastadas. Seja pela existência de polos de ocupação anteriores, que originalmente não eram integrados ao núcleo principal da cidade, seja pelo padrão periférico de criação de bairros, esse momento seria marcado pelo isolamento de muitas regiões, com uma circulação dificultada de seus habitantes, que raramente conseguiam usufruir dos serviços disponíveis no centro do município.

O pouco acesso ao núcleo urbano e às suas ofertas, incluindo-se as de lazer, não significava que nos pontos mais distantes não existissem opções de divertimentos, as quais tinham de ser providas pelos próprios habitantes. Um dos locais mais desconectados em relação à área central da cidade era a região dos Borges, na divisa com Sabará. Enquanto um pequeno bairro se situava na cidade vizinha, na parte integrante da capital, havia uma fazenda pertencente à família Souza Lima, onde se mantinha uma fábrica, a *Indústria de Concreto Armado (ICA)*¹¹⁴.

A partir da empresa, se formou, em 1948, o *ICA Futebol Clube*, um clube de várzea que reunia membros da família proprietária, os quais visitavam a fazenda, em especial nos fins de semana, e trabalhadores que viviam no pequeno povoado¹¹⁵. Em uma região de características rurais, os poucos divertimentos eram desenvolvidos pelos próprios moradores. Como relatou Antônio Aluizio Moreira, o “Neném”, os pós-jogos, regularmente, desdobravam-se em horas dançantes, à luz de lamparinas de carbureto e animadas por uma radiola movida à corda. Elas eram realizadas metade no terreiro, metade dentro de sua casa, dadas as limitações de espaço.¹¹⁶

Promoções de horas dançantes nas próprias casas não eram incomuns na metade do século XX, sendo recorrentes relatos sobre essas festividades em que grupos de vizinhos se reuniam para organizar pequenos bailes nas residências uns dos outros¹¹⁷. Em um contexto de vida de bairro pujante, seja pelo isolamento de muitas áreas, com dificuldades para deslocamentos, especialmente noturnos e em fins de semana, seja pela maior interação entre os integrantes das comunidades, havia forte tendência da experimentação do lazer no próprio local de moradia.

Assim como os divertimentos que aconteciam nas residências, promovidos pelos moradores, observavam-se esforços associativos para a oferta de lazer à população local. Sendo

¹¹⁴ Cf. MOREIRA, Antônio Aluizio [79 anos]; MOREIRA, Maria das Dores Castro [74 anos]; MACHADO, José Vicente [57 anos]; MACHADO, Denise de Castro Moreira [54 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 30 dez. 2016.

¹¹⁵ A título de localização, seu campo é o representado mais a nordeste no mapa 7, presente neste capítulo.

¹¹⁶ Cf. *Idem*.

¹¹⁷ Cf. LIMA, Márcio Rodrigues de [68 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 jan. 2018; SILVA, Osvaldo Patrocínio da [69 anos]; BARROS, Sergio Thadeu [63 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 25 set. 2017.

os clubes de várzea as agremiações com maior capilaridade em Belo Horizonte, não seria de se estranhar que elas também assumissem esse papel, como aponta nota do *Diário da Tarde*:

Teremos domingo, horas-dançantes nos seguintes clubes:
Tremedal, Terrestre, Fluminense, Monte Castelo, Andaraí, Paulistano, Ferroviário, Pitangui, Santa Teresa, Inconfidência, Vila Concordia, Parque Riachuelo, Santanense, Flavio dos Santos, Tupi-Guarani, Independente, Horizonte Textil, Ludol, Renascença e em muitos outros.¹¹⁸

A lista apresentada pelo *Diário da Tarde* em um fim de semana comum daquele ano de 1950 arrolava nada menos que 19 clubes varzeanos, além de indicar a existência de outros não citados, que tinham atividades sociais programadas, apontando para a abrangência da atuação das agremiações amadoristas também nesse departamento. Em entidades com poucas condições materiais, as horas-dançantes podiam se assemelhar bastante às oferecidas nas casas dos vizinhos. Era o caso do *Popular* da Vila Matadouro, cujos bailes, realizados em uma sede improvisada acima do bar de Seu Santinho, um dos fundadores, eram embalados ao som de LPs, havendo a presença de bandas apenas em dias de festival¹¹⁹.

As agremiações mais prestigiosas, com largas bases de sócios, eram capazes de oferecer festas glamourosas, sendo que algumas mantinham seus conjuntos musicais regulares, ou os “jazz” dos clubes, como eram denominados¹²⁰. Outras podiam contratar renomados grupos, a exemplo da “orquestra de Delê” que atuou durante o natal no *Necaxa*¹²¹. Os bailes mais importantes do ano eram sem dúvida aqueles que compunham a programação dos festivais de aniversário das agremiações, realizados normalmente como fechamento da celebração. Nessas ocasiões, era possível que estrelas do rádio local se apresentassem como atração adicional¹²².

A oferta de bailes pelos clubes era uma forma de alcançar prestígio em seus bairros e no meio esportivo e social local, mas também consistia em importantes fontes de renda para as agremiações. Em alguns casos, as festas eram franqueadas aos sócios, que eram dispensados dos ingressos¹²³. Para tanto, deveriam apresentar suas carteirinhas e o recibo da mensalidade em dia¹²⁴. Poderia haver parcerias entre entidades que liberavam reciprocamente as entradas das

¹¹⁸ Festividades sociais nos clubes amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 6 de outubro de 1950.

¹¹⁹ Cf. VIMIEIRO, Amir Bertholdo [76 anos]; CARVALHO, Antônio Geraldo de [60 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 abr. 2016.

¹²⁰ Cf. Magnífico programa para comemorar o XIX aniversário do Andaraí. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 3 de agosto de 1949; O IV ANIVERSÁRIO DO SANTANENSE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 4 de maio de 1951; Com brilhantismo, será comemorado o XI aniversário do Horizonte Textil. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 16 de fevereiro de 1952.

¹²¹ Cf. Festas de Natal no Necaxa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 16 de dezembro de 1949.

¹²² Cf. Dia de festa no Terrestre. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 29 de julho de 1950; O America Suburbano comemorou condignamente o seu aniversário. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 3 de janeiro de 1951; NOITE DE GALA NO TEXTIL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 11 de agosto de 1951.

¹²³ Cf. Atividades dos clubes amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 5 de maio de 1949.

¹²⁴ Cf. Festas-dançantes do Fluminense. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 12 de maio de 1949.

senhoritas associadas, a exemplo do que fez o *Fluminense* e o classista *Miami*¹²⁵, ou ainda, o desconto em bilheteria para integrantes das associações, no caso de noites dançantes especiais¹²⁶. Para não perderem membros que acumulavam taxas em atraso, alguns propunham anistias aos que retomassem as contribuições regulares, podendo voltar a frequentar as dependências¹²⁷.

A diversidade de modalidades de participação dos sócios nos bailes permitia que os clubes aumentassem o número de componentes, além da renda com venda de ingressos. A existência de um programa social regular apoiava o setor esportivo, como indicou o diretor do *Miami*:

“O desenvolvimento tecnico do futebol amador tem sido muito lento, em virtude da falta de assistencia aos atletas. Mais precisamente, assistencia moral. A maioria dos dirigentes visa vitorias. O espirito de competição fica em segundo plano” declarou-nos o sr. Wagner José Maia Rocha, diretor social do Miami Clube.

Prosseguindo, asseverou: – “Enquanto isso, os clubes se esqueceram de suas atividades sociais e são essas, principalmente, que proporcionam meios financeiros com os quais possam atender aos diversos encargos e exigencias para maior assistencia aos jogadores: exames médicos periodicos, medicamentos, condução etc. Sentindo as deficiencias da falta de assistencia, não há elemento que o produz o maximo, ou melhor, o normal; atua sempre aquém de suas possibilidades”.

ATIVIDADES SOCIAIS

Prossegue o entrevistado:

“As atividades sociais devem ser incrementadas. Há beneficios de toda ordem: financeiro, moral e, ainda, como fator de distração ou diversão, exercem papel preponderante na vida de um clube, em virtude do convívio entre “players”, dirigentes e associados. (...)”¹²⁸.

Como argumentou o dirigente do *Miami*, a diversificação de atividades de uma agremiação tinha impacto direto sobre o seu desempenho esportivo, especialmente por gerar renda para custear as atividades das equipes¹²⁹. Para a promoção de bailes a disponibilidade de um espaço era primordial. Esse, na maioria dos casos, era a sede social do clube. Havia ocasiões em que uma associação poderia contar com o empréstimo do salão de uma congênere¹³⁰ ou, mesmo, de outro edifício do bairro¹³¹, mas a programação regular dependia da posse de um local.

¹²⁵ Cf. NOTAS SOCIAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 7 de fevereiro de 1957.

¹²⁶ Cf. Aviso aos socios do Pitangui. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 24 de fevereiro de 1949.

¹²⁷ Cf. Festas de Natal no Necaxa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 16 de dezembro de 1949; NOTAS SOCIAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 30 de outubro de 1957.

¹²⁸ A IMPORTANCIA DAS ATIVIDADES SOCIAIS NUM CLUBE AMADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 20 de setembro de 1955.

¹²⁹ Julio Frydenberg identifica bailes como forma de financiamento entre os clubes de Buenos Aires no início do século XX. Cf. FRYDENBERG, Julio. *Historia social del fútbol*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011, p. 64.

¹³⁰ Cf. Boleros e Bolões, Festa na sede do Fluminense promovida pelo Atlanta. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 26 de agosto de 1952.

¹³¹ Cf. Aniversario de fundação do Estrela de Ouro F.C. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 1º de outubro de 1949; EXITO NO FESTIVAL DO A. E. XV DE NOVENBRO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 15, 2ª edição, 18 de novembro de 1957.

Tal como no caso dos campos, os clubes mobilizavam-se para viabilização de sua sede. A tendência era de locação de edifícios já existentes, custeada pela arrecadação com as festividades¹³². A falta de um imóvel próprio significava uma instabilidade para a agremiação, que poderia ter o prédio requisitado a qualquer momento pelo proprietário, a exemplo do que ocorreu com o Pitangui que, em 1951, perdeu o local que ocupava havia anos¹³³.

Em meados do século XX, o mais comum era a separação entre o campo e a sede social, situados em endereços diferentes, esta última era onde as noites dançantes se organizavam, assim como um local para o convívio entre os associados¹³⁴. Em alguns casos, observava-se o empreendimento da construção da sede, como fez o *Montanhês*, do bairro São Pedro¹³⁵, nos anos 1960¹³⁶. Os bailes eram ocasião para a reunião das famílias e dos jovens da região, momento de sociabilidade comunitária. Para manter o que consideravam o seu bom nome, os clubes tentavam controlar os eventos, com a imposição de regras e a presença de fiscais de salão, como relembra Márcio Rodrigues de Lima, filho do ex-presidente do *Montanhês Atlético Clube*:

Tinha um fiscal dentro do salão que estava olhando. Tinha uma placa dentro da sede do Montanhês, assim: “É proibido dançar de rosto colado”. O fiscal era um cara que tinha uma mão deste tamanho! O Zé Paulino, ele trabalhava na prefeitura (...) O cara tinha uma mão deste tamanho assim, um cara ignorante pra caramba! Um cara tomava uma lá e começava a encostar na mulher, chegava o cara [Zé Paulino] e soltava a mão na orelha do cara: “Já te falei que não pode, hein!” Ignorância, não é cara? Zé Paulino, aí tinha ele que era fiscal de salão, tinha o porteiro que era o... O porteiro era o Samu. O cara comprava o ingresso lá para entrar e ele ficava recebendo os ingressos. E o policiamento ficava vigiando. Para época, a coisa era muito organizada, não é, cara? Então... Se você visse naquela época, de 1970 para trás. Para você fazer um baile você tinha que pegar a autorização da ordem dos Músicos, do ECAD [Escritório Central de Arrecadação e Distribuição]... o ECAD chegava lá, se você não tivesse alvará chegava e interditava, não é? Naturalmente que não tinha autonomia não, mas com a polícia militar você podia chegar e interditar, pedir reforço não é? Do policiamento.¹³⁷

As lembranças de Márcio remetem a um momento tardio, o final dos anos 1960, no qual alguns efeitos do recrudescimento do controle burocrático durante a Ditadura Civil-

¹³² Cf. DOMINGO PRÓXIMO A INAUGURAÇÃO DA SEDE DO AVANTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 10 de agosto de 1956.

¹³³ Cf. NOVA SÉDE PARA O PITANGUI. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 19 de outubro de 1951.

¹³⁴ A distinção entre o espaço de jogo e a sede social marcou a trajetória de diversas agremiações amadoras, para casos no sul do país ver: ALBA, Jorge Antônio. *Memórias do Clube Esportivo e Recreativo Atlântico da cidade de Erechim*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008; RIGO, Luiz Carlos. *Memórias de um futebol de fronteira*. Pelotas, RS: UFPEL, Editora Universitária, 2004.

¹³⁵ O São Pedro origina-se de parte da 2ª seção suburbana da nova capital e assumiu um perfil de classe média. Na sua parte mais alta, forma-se a Vila Estrela, ocupação irregular com população pobre e predominantemente negra. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte*: Regional Centro-Sul. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹³⁶ Cf. LIMA, Márcio Rodrigues de [68 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 jan. 2018.

¹³⁷ *Idem*.

Militar eram sentidos, como a presença de organismos como a *Ordem dos Músicos*, o ECAD e o próprio policiamento, a exemplo do abordado no capítulo 2. De toda forma, suas recordações são reveladoras das preocupações com a boa condução dos bailes e com a manutenção de um clima familiar, às vezes com a imposição física do fiscal de salão¹³⁸.

No que se refere a continuidades, é interessante perceber que, mesmo com o avanço da urbanização e as dificuldades impostas às agremiações para a manutenção de sedes sociais, observava-se a difusão das programações sociais entre os clubes. No caso do ICA, citado no início desta seção, as horas dançantes a luz de lamparinas, nos terreiros das casas, seriam substituídas, nos anos 1970, por bailes promovidos pela entidade nas dependências da escola local, com discotecagem feita por jovens da região. No caso do *Saudade*, Enderson do Carmo, filho do ex-presidente, fala sobre a promoção de eventos pela associação:

O Saudade teve uma sede aqui na Rua Juramento, eles chamavam ali antigamente de ponta do navio. Teve uma sede ali, por cinco ou seis anos, do Saudade, meu pai que gerenciava. Isso, na época do meu pai quando a gente já tinha campo lá e quando ele já tinha filiado o time que ele montou essa sede para angariar fundos. Anos 70, que tocava James Brown aquelas coisas, não é? Eram essas músicas, era esse tipo de música, era anos 70. Era essa época, o Saudade teve uma sede ali por quatro anos, meu pai alugou um galpão e funcionava só sexta, sábado e domingo, para angariar fundos para manter o time não é? Porque não tinha renda o time...¹³⁹

Foi justamente a perda da sede citada por Enderson em seu relato que teria levado o pai, Rosimar do Carmo, a escrever a carta na qual ameaçava o fim das atividades do *Saudade*, episódio tratado no capítulo 3. Como comentado pelo entrevistado, a manutenção de uma sede e de eventos regulares com cobrança de ingressos era a principal de fonte de renda da entidade¹⁴⁰.

Por várias décadas, os clubes varzeanos mantiveram um programa social intenso, realidade que não encontrava paralelo entre as agremiações do *circuito* do futebol espetáculo:

Lamentável, sob todos os pontos de vista, tem sido o abandono a que os clubes mineiros relegam suas atividades sociais. Tempos houve em que, principalmente o America e o Palestra (hoje Cruzeiro), mantiveram luxuosas sedes, dando intensa movimentação a vida social, através de concorridíssimos saraus e empolgantes jogos de salão. Depois, com o correr dos tempos, tal setor foi caindo no olvido, limitando-se os clubes apenas às atividades esportivas, o que em parte, contrimuiu (*sic*) para a deserção do elemento feminino dos nossos clubes.¹⁴¹

¹³⁸ Padrões de conduta em salões de baile são observados em diferentes experiências do associativismo dançante de grupos populares, uma forma de combater acusações de degradação moral dessas camadas sociais. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933)**. Campinas, SP: Editora Unicamp: Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2020, p. 136-150; SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol de várzea em São Paulo: A Associação Atlética Anhanguera (1928-1940)**. São Paulo: Alameda, 2016, p. 60-68.

¹³⁹ CARMO, Enderson Moretti do [43 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 dez. 2016.

¹⁴⁰ Cf. Saudade, um time que cresce. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p.32, 8 de agosto de 1977.

¹⁴¹ VIDA SOCIAL, UMA NECESSIDADE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 28 de outubro de 1952.

Como indicava a matéria do *Diário da Tarde*, a ênfase na disputa esportiva, notadamente o futebol, havia levado os tradicionais clubes a descuidarem das atividades em suas sedes sociais e, por consequência, acabaram por afastar o público feminino do seu cotidiano. A presença das mulheres nas agremiações varzeanas, entre os anos 1940 e 1960, não se restringia à assistência dos jogos e à frequência aos bailes e outras festividades, uma vez que a maior parte das entidades possuía um departamento feminino que se responsabilizava pela parte social e assistencial. Como afirma Vitorino Vieira da Silva, fundador do *Grêmio Mineiro*, do Carlos Prates: “tinha um departamento lá que as moças tomavam conta e os homens ajudavam, não é? Mais as moças que faziam e a gente ajudava na nossa sede”¹⁴². Como também comentou Belmontes de Oliveira, filho do ex-presidente da *Associação Esportiva Tupinambás*: “Tinha uma sede ali embaixo e tinha baile nos fins de semana, não é? Tinha as diretoras e elas que comandavam essas festas, sabe. Fazia aniversário assim de alguma... Pai de fulano fazia um aniversário aqui, quando tinham essas festas, o departamento feminino era para isso”¹⁴³.

Na maioria das agremiações amadoristas havia uma divisão sexual entre os departamentos esportivo, integrado por homens, e social, muitas vezes chamado feminino, com predominância de mulheres. Ainda que houvesse essa convivência, claramente havia a hegemonia masculina na condução geral do clube e, por outro lado, no que se refere à organização de bailes e outras festividades da sede, esse era um terreno com prevalência das moças¹⁴⁴.

A dicotomia entre o espaço do campo e suas extensões e o espaço da sede expressavam diferentes sociabilidades experimentadas nas entidades varzeanas. Se no primeiro as assimetrias de gênero se expressavam com a exclusão da participação das mulheres do palco de jogo, com a proibição da prática, no segundo, ela ocorria pelo controle dos comportamentos e pela exigência do recato. Em que pese isso, a presença dos departamentos femininos garantiam a elas participação mais efetiva. Tal protagonismo aparece em reportagem sobre o *Terrestre*:

Desejando saber quais os planos do Terrestre na parte social, passamos a interrogar a srta. Euridice Dias. Com entusiasmo a fervorosa terrestrina nos informou o seguinte:

– Além das horas-dançantes, nós do departamento feminino, Eli Dias, Ieda Guimarães, Eugenia Guimarães, Carolina Palhares, Aíde Ferreira, Gabriela Ferreira, com a assistência do meu progenitor, José Servulo Luiz Guimarães Filho e Vanderlan Barbosa, muito desejamos trabalhar.

¹⁴² CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016.

¹⁴³ OLIVEIRA, Belmontes de [65 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2016.

¹⁴⁴ Entre sociedades dançantes negros cariocas, observou-se progressiva presença feminina nas diretorias. Cf. PEREIRA, 2020, p. 164-177.

Cuidaremos de reuniões artísticas, bailes e vesperais carnavalescas, etc., além de festas cívicas, como sempre aconteceu em nosso clube.¹⁴⁵

Em visita à redação do *Diário da Tarde*, uma comitiva da diretoria do *Terrestre* falou sobre os planos para o novo ano. À representante do departamento feminino, Euridice Dias, coube os comentários acerca da parte social. A visibilidade que teve a dirigente não era exceção, durante o festival do *Andaraí*, agremiação do bairro Prado, coube à presidente do departamento feminino, Maria de Lourdes Batista, o discurso que precedeu a entrega dos troféus aos vencedores¹⁴⁶.

Como indicou o caso da diretora do *Terrestre*, ficava a cargo do departamento feminino o desenvolvimento de uma variedade de atividades na agremiação, com destaque para sua parte social, um setor vital do clube, já que dali se originava boa parte de sua renda. Se a ampliação da base de sócios e o aumento dos recursos dependiam do interesse alcançado pelos bailes, seria importante a criação de motes para a atração de público. Nessa perspectiva, uma importante promoção das entidades era a realização de seus concursos de rainhas e princesas.

Figuras de destaque durante os festivais esportivos, tema tratado no capítulo 2, as rainhas eram coroadas no baile de encerramento dessa celebração¹⁴⁷. Os concursos para sua eleição, no entanto, se estendiam por meses, com vários eventos preliminares, que movimentavam a esfera social do clube. A escolha, em regra, se dava por votação. Para tanto, o mais comum era que os eleitores tivessem que comprar uma cédula para cada vez que quisessem apoiar sua preferida, o que contribuía para a arrecadação do clube. Normalmente, ao longo do processo, eram realizados bailes em homenagem às candidatas¹⁴⁸, nos quais elas poderiam arregimentar mais apoiadores, além de horas dançantes para a revelação das parciais da apuração, feitas em várias rodadas¹⁴⁹.

Os resultados das votações divulgados no *Diário da Tarde* evidenciam concursos movimentados, com a superação da casa dos mil votos por mais de uma concorrente em cada disputa¹⁵⁰. Apenas em uma eleição, no *América Suburbano*, na Vila Mato da Lenha, atual bairro Salgado Filho¹⁵¹, foram depositadas mais de dez mil cédulas¹⁵². A prova de popularidade conferia um reconhecimento à rainha que também se revestia em possibilidade de atuação no departamento social do clube, como indicou uma candidata do *Fluminense*, da Lagoinha:

¹⁴⁵ O Terrestre vai comemorar o seu 15º aniversário de fundação. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2 de fevereiro de 1949.

¹⁴⁶ Cf. BRILHANTES COMEMORAÇÕES DO 19º ANIVERSÁRIO DO ANDARAÍ. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 10 de agosto de 1949.

¹⁴⁷ Cf. RAINHA CORÔA RAINHA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 19 de novembro de 1957.

¹⁴⁸ Cf. Notas sociais. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 2º caderno, 2 de dezembro de 1959.

¹⁴⁹ Cf. A ESCOLHA DA RAINHA DO FLUMINENSE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 5 de outubro de 1949.

¹⁵⁰ Cf. NOS DOMÍNIOS DO AMADORISMO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 14 de janeiro de 1953; O UNIÃO EM FASE DE RECOMPOSIÇÃO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 27 de junho de 1956.

¹⁵¹ O bairro Salgado Filho originou-se da Vila Mato Lenha, criada nos anos 1940, para abrigar população removida da Pedreira Prado Lopes e de outras regiões. Cf. RIBEIRO, Regional Oeste, 2011. Veja mapa ao final da tese.

¹⁵² Cf. Maria Amelia Alves, eleita rainha do America Suburbano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 5 de junho de 1952.

Continuando, disse-nos Teresinha de Oliveira:

– Tendo a diretoria instituído “Concurso para Rainha do Clube” cujos resultados serão destinados á aquisição de um piano e ás despesas de comemoração do 27º aniversário de fundação do tradicional clube da Lagoinha, um grupo de associados, bancários, amiguinhos e amiguinhas resolveu lançar a minha candidatura, o que muito me envaideceu, pois, caso seja eleita, sera para mim uma grande honra ser a “soberana” do Fluminense e ainda ter cooperado para o sucesso da campanha. (...)

– Caso mereça a preferencia dos associados, não medirei sacrificios para trabalhar em prol do constante engrandecimento do clube. Durante o meu reinado, não descuidarei do aprimoramento cada vez maior das “horas-dançantes”, bailes, festivais artisticos, matinées-dançantes para meninos, filhos dos associados e tudo mais que possa desenvolver a parte social do clube. Na parte esportiva, procurarei incentivar o voleibol feminino, tão logo esteja pronta a nossa quadra. Desejo, tambem, organizar a torcida feminina tricolor, que acompanhará os nossos atletas aos campos de futebol para incentiva-los á vitoria. Para tudo isto espero contar com o indispensavel apoio do Departamento Feminino e uma boa parcela das oitocentas e tantas moças que frequentam o clube, pois não é só dançando que se eleva o nosso pavilhão... Precisamos trabalhar e dar apoio moral aos nossos disciplinados atletas.¹⁵³

Em seu discurso, Teresinha de Oliveira apontava múltiplas possibilidades de inserção feminina nas agremiações varzeanas de meados do século XX. Em sua percepção, a participação nos bailes era apenas uma dentre as tantas atividades possíveis. Mesmo em um momento de proibição da prática do futebol pelas mulheres, a inserção desse grupo no meio amadorista era marcante, ocupando funções determinantes na organização dos clubes.

4.3.3 – *Do clube para o bairro*

A inserção de clubes varzeanos pelos bairros da cidade significava a seus habitantes a oferta de uma variada programação de lazer, que ia desde a prática e a assistência do futebol, passando pela experimentação de outras modalidades atléticas, até a promoção de bailes e outros encontros sociais. Além disso, em meio a viagens das equipes para jogos no interior ou mesmo fora delas, a comunidade local tinha oportunidade de vivenciar excursões turísticas. Não raro, agremiações organizavam piqueniques nos arredores de Belo Horizonte, com possibilidade dos moradores frequentarem locais aprazíveis, providos de rios e cachoeiras¹⁵⁴.

Mas a atuação das associações amadoristas não se encerrava aí, como demonstrou reportagem do *Diário da Tarde* sobre novas instalações inauguradas pelo Vasco, do Carlos Prates:

¹⁵³ Teresinha Oliveira tem um programa a cumprir se for eleita rainha do tricolor. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4 e 5, 25 de outubro de 1949.

¹⁵⁴ Cf. Pic-nic do Itacarambi. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 1º de julho de 1950; Pic-nic do Transportes Minas Gerais. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 13 de abril de 1951.

A agremiação Vasco da Gama, ampliando seus departamentos de assistência social, fez inaugurar, ontem, na sede do clube, um gabinete medico-dentário e uma biblioteca. (...)

Em plena atividade já funciona o jardim da infância.

Ministrando conhecimentos primários aos filhos das famílias do bairro, a escola tem matriculados cerca de 80 garotos, que, em dois turnos, diariamente comparecem às aulas.

A noite, para adultos, há o curso noturno, que tem como orientador o presidente do Vasco da Gama Amílrio Costa.¹⁵⁵

Em uma demonstração da abrangência do associativismo belo-horizontino em meados do século XX, o *Vasco da Gama* conduzia por meio de seu departamento de assistência social um rol de serviços oferecidos à comunidade do Carlos Prates e da vizinha Vila Progresso. A manutenção de uma escola infantil nas dependências do clube não era sua exclusividade, diversos congêneres apresentavam ou tinham em seus planos a mesma estrutura a exemplo do *Flávio dos Santos*¹⁵⁶, *Tupinambás*¹⁵⁷, *Tremedal*¹⁵⁸, *Nacional*¹⁵⁹, *Racing*¹⁶⁰ e *Montanhês*¹⁶¹. Da mesma forma, gabinetes médicos e dentários eram montados por outras associações, como o *Santanense*¹⁶² e o *Inconfidência*, sendo que esse último ainda realizava sessões de cinema¹⁶³. Havia entidades que ofereciam aulas de dança para os membros, como o *Andaraí*¹⁶⁴.

Com envolvimento em uma vasta gama de ações, as agremiações varzeanas alcançavam presença marcante no cotidiano dos bairros belo-horizontinos, convertendo-se em referências de organização e base de apoio para as comunidades do entorno. Em alguns momentos, em especial por iniciativa dos departamentos femininos, poderiam ainda se envolver em ações beneficentes, sejam a favor de instituições do próprio lugar, como paróquias locais¹⁶⁵, ou mais amplas, como a campanha contra o câncer, em favor da *Santa Casa de Misericórdia* e do *Instituto Borges da Costa*¹⁶⁶, ou o auxílio aos flagelados do nordeste brasileiro¹⁶⁷.

¹⁵⁵ UMA GRANDE INICIATIVA DE UM PEQUENO CLUBE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de maio de 1949.

¹⁵⁶ Cf. REORGANIZA-SE O FLAVIO DOS SANTOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 31 de dezembro de 1949.

¹⁵⁷ Cf. A nova praça de esportes da A. E. Tupinambás. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 25 de outubro de 1951.

¹⁵⁸ Cf. A INFLUENCIA DO TREMEDAL NO AMADORISMO DE B. HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8 e 9, 5 de janeiro de 1956.

¹⁵⁹ Cf. Novas do Nacional, em Fase de Recuperação. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 26 de fevereiro de 1958.

¹⁶⁰ Cf. NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 15 de julho de 1961.

¹⁶¹ Cf. MONTANHÊS SUPERA CRISE E PROMETE REPETIR ÊSTE ANO O SUCESSO DE 1954. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 22 de junho de 1964.

¹⁶² Cf. SANTANENSE, UM CLUBE QUE SE IMPOE NO SETOR AMADORISTA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 4 de abril de 1949.

¹⁶³ Cf. CONSTROI O INCONFIDENCIA A SUA PRAÇA DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 30 de agosto de 1950.

¹⁶⁴ Cf. Aulas de dança no Andaraí. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de fevereiro de 1951.

¹⁶⁵ Cf. RENASCENÇA X INCONFIDENCIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 25 de outubro de 1951; DT nos clubes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2 de dezembro de 1960.

¹⁶⁶ Cf. Em benefício da Campanha do Cancer. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 3 de abril de 1951; Iniciativa digna de louvor. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 12 de abril de 1951.

¹⁶⁷ Cf. Valiosa ajuda do Pompeia F. C. aos flagelados do nordeste. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 6 de maio de 1953.

Toda essa articulação promovida pelos clubes em seus bairros garantia grande inserção e visibilidade a essas entidades que contavam com o reconhecimento e a estima da população local¹⁶⁸. Tal valorização não se restringia à instituição, de modo que estar à frente da diretoria de uma agremiação bem sucedida proporcionava prestígio aos seus diretores. Na memória social do futebol de várzea de Belo Horizonte, a lembrança de dirigentes que marcaram época em algumas equipes segue viva e é sempre celebrada. Um desses casos é o de Nelson Santana, presidente do *Racing*, do bairro Universitário¹⁶⁹, fundador e principal entusiasta do time por décadas, sua história se confunde com a da própria região, com participação intensa em transformações do lugar, incluindo a construção do campo¹⁷⁰. Sua atuação mereceu destaque do *Diário da Tarde*:

As obras de construção da sede social do Racing, agremiação da Vila Universitaria, já se encontram em fase de acabamento. O presidente Nelson Santana, evidenciando todo seu carinho para com o clube que fundou, sem quaisquer auxílios, vê sua iniciativa apresentar resultados. Mantendo de há muito, uma escola primaria para os moradores daquela parte da cidade, organizando também a parte religiosa, pois, todos os domingos se realizam aulas de catecismo. Nelson Santana entusiasmou-se com a acolhida recebida pelas suas medidas e, conforme frisamos, sem campanhas de auxilio, está fazendo erguer a sede propria do Racing. Aquele conhecido esportista varzeano não está medindo sacrifícios para entregar ao clube, ainda este ano, o seu novo patrimonio.¹⁷¹

Como ressalta a nota do *Diário da Tarde*, sem campanhas de auxílio, o dirigente Nelson Santana realizava uma série de ações não apenas em prol da agremiação, mas também da comunidade da Vila Universitária como um todo. Tal investimento de recursos e tempo próprios o aproximava da categoria do *abnegado* proposta por Raphael Piva Favero¹⁷², figura tão presente nos meios varzeanos. Se por um lado, destacava-se a prática desinteressada de suas ações, por outro, a projeção que ganhava na imprensa local e o lugar que ocupa na memória social, demonstram o prestígio alcançado como benfeitor da comunidade local.

Tendência parecida era observada no caso do *Vasco da Gama* e das ações assistenciais citadas acima. Como sublinhava a reportagem que elencava as benfeitorias do clube:

Não contando com fonte de renda com a qual possa fazer face às despesas que acarreta a manutenção dos referidos departamentos, o gremio

¹⁶⁸ Aproveitando-se dessa popularidade, circos instalados nos bairros realizavam espetáculos em homenagem às agremiações locais, como foi o caso do *Pompéia Futebol Clube*. Cf. O *Pompéia* enfrentará o Itaunense. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 18 de agosto de 1950.

¹⁶⁹ Próximo ao Campus da UFMG e ao Anel Rodoviário, na Pampulha, o bairro Universitário teve sua urbanização iniciada nos anos 1950, com população trabalhadora variada. Cf. RIBEIRO, Regional Pampulha, 2011. Veja mapa ao final da tese.

¹⁷⁰ Cf. VIEIRA, Aluísio [60 anos]; JUNIOR, Márcio Magalhães [30 anos]; SILVA, Nilton Pereira da [58 anos]; HERCULANO, Leonardo [30 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2017.

¹⁷¹ NOTAS DA VARZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 15 de julho de 1961.

¹⁷² Cf. FAVERO, 2018, p. 47.

da Vila Progresso conta, no entanto, com a dedicação de seus diretores, que sustentam estes departamentos com seus próprios recursos individuais.¹⁷³

Estratégia para a sensibilização e tentativa de adesão de novos sócios, o reforço do papel desempenhado por diretores era também forma de ressaltar a importância da equipe frente ao bairro e a seu desenvolvimento. A possibilidade de oferecer a ajuda material para a realização das obras assistenciais funcionava ainda como afirmação de uma condição de vida superior em relação à maioria dos habitantes do lugar, configurando uma forma de distinção.

Nesse sentido, é interessante notar como, em regiões de composição profissional variada, algumas categorias de trabalhadores se destacavam na estruturação das diretorias. O Concórdia, a Vila Oeste e o Conjunto Santa Maria são três bairros cuja formação reflete essa heterogeneidade. Formados em épocas diferentes, entre o final dos anos 1920 e meados dos anos 1950, não são marcados pela presença de uma fábrica ou outro tipo de negócio que empregasse boa parte de seus moradores. Resultantes de deslocamentos de populações originadas de outras áreas da capital mineira, essas localidades possuíam perfil laboral diversificado entre seus habitantes. Delas se originavam três equipes, respectivamente, o *Inconfidência Esporte Clube*, o *Alvorada Futebol Clube* e o *Esporte Clube Santa Maria*. Ao examinar os registros das diretorias dessas entidades junto ao *Departamento de Futebol Amador* entre os anos de 1950 e 1960, chama atenção a presença marcante de funcionários públicos entre os diretores. A existência de profissionais dos setores terciários como comerciários e bancários também se nota, a exemplo de trabalhadores manuais, como pedreiros, marceneiros, serralheiros, mecânicos, sapateiros, barbeiros, ladrilheiros e oleiros¹⁷⁴.

Na descrição feita por Amir Vímieiro sobre a formação da *Associação Atlética Popular*, do bairro São Paulo, citada na segunda seção deste capítulo, a presença de servidores da *Prefeitura* é ressaltada¹⁷⁵. Ao que parece, havia uma tendência da participação dos funcionários públicos entre os diretores, o que aponta para o prestígio alcançado por esses trabalhadores. Outra questão relevante da atuação desse grupo social, a ser tratada nos capítulos finais desta tese, é a capacidade de articulação com os poderes públicos locais, negociando a favor das agremiações.

Figura de destaque, com passagem pelo *Inconfidência*¹⁷⁶, do Concórdia, e pelo *Pitangui*, do bairro vizinho da Lagoinha¹⁷⁷, Esmeraldo Botelho atuou por anos como chefe do

¹⁷³ UMA GRANDE INICIATIVA DE UM PEQUENO CLUBE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de maio de 1949.

¹⁷⁴ Cf. Pasta do Alvorada F.C. no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Alvorada Futebol Clube; Pasta do Inconfidência E.C. no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Inconfidência Esporte Clube; Pasta do E.C. Santa Maria no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Esporte Clube Santa Maria.

¹⁷⁵ Cf. VIMIEIRO, Amir Bertholdo [76 anos]; CARVALHO, Antônio Geraldo de [60 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 abr. 2016.

¹⁷⁶ Cf. Pasta do Inconfidência E.C. no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Inconfidência Esporte Clube.

Departamento de Limpeza Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte, onde organizou uma equipe amadora, o *Municipal Futebol Clube*¹⁷⁷. Já aposentado, assumiria, nos anos 1970, a superintendência da *Federação Mineira de Futebol*¹⁷⁹. Sua longa trajetória garantia reconhecimento esportivo e local, o que, por fim, lhe rendeu a homenagem de dar nome à praça de esportes do *Pitangui*, intitulada “Estádio Esmeraldo Botelho”.

Clubes varzeanos eram plataformas de projeção de elites de bairro¹⁸⁰. Na isolada região do Barreiro, na porção sudoeste da capital mineira, uma família de potentados locais, os Gatti, proprietária de uma olaria e uma cerâmica¹⁸¹, manteve longo controle sobre uma agremiação da região, o *Barreiro Futebol Clube*. A cada festival, o destaque aos integrantes do clã era ressaltado, com sequências de homenagens ao longo do programa¹⁸². A própria praça de esportes da entidade apresentava essa preponderância, pois se intitulava “Coronel Domingos Gatti”¹⁸³. Fundado em 1933, a associação foi presidida por membros da mesma família por décadas e era tida como “uma espécie de patrimônio dos Gatti”¹⁸⁴. Tal tradição foi quebrada apenas em 1968, com a eleição de um dirigente máximo não pertencente ao grupo¹⁸⁵.

Vínculos sanguíneos orientavam a organização de outras entidades varzeanas, não necessariamente formadas por clãs com poder e influência local. O *Instituto Agrônomo Futebol Clube*, fundado em 1948, por exemplo, foi, por longos anos, um clube que reunia os Moreira, uma família negra do bairro homônimo¹⁸⁶, que disputou as competições locais por gerações¹⁸⁷. A foto abaixo registra um de seus encontros durante um festival:

¹⁷⁷ Cf. PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

¹⁷⁸ Cf. O SOERGUMENTO DO MUNICIPAL E.C. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 2 de julho de 1952.

¹⁷⁹ Cf. EIS O NOVO HOMEM FORTE DA FEDERAÇÃO, DISPOSTO A CONSERTAR O NOSSO FUTEBOL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 3 de maio de 1973.

¹⁸⁰ Tal fenômeno é debatido em diferentes contextos no caso paulistano. Enrico Spaggiari aponta para a atuação da família Matheus que, a partir do *Santa Cruz F.C.* de Guaianases, reuniu prestígio para atuar no profissional *Corinthians*. Daniel Hirata examina o caso de traficante da zona leste paulistana que levou o clube que patrocinava, o *XI Garotos*, ao título da mais importante competição da cidade. Cf. SPAGGIARI, Enrico. **Família joga bola: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015; HIRATA, Daniel V. **O futebol varzeano: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁸¹ Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Barreiro**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008, p. 25.

¹⁸² Cf. INTERESSANTE FESTIVAL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 11 de abril de 1953; Expressivas festividades no aniversário do Barreiro. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 23 de março de 1955.

¹⁸³ Notas da varzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 23 de abril de 1954.

¹⁸⁴ Tradição de 35 anos já não existe mais. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 23 de janeiro de 1968.

¹⁸⁵ Cf. *Idem*.

¹⁸⁶ O Instituto Agrônomo, vizinho ao Horto, origina-se de uma porção da Vila Edgard Werneck. Reunia, em boa parte, população de ferroviários. Cf. ARREGUY; RIBEIRO, Regional Leste, 2008. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

¹⁸⁷ Cf. MOREIRA, Carlos Roberto [55 anos]; PIRES, Giovanni Lima Cadete [32 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2017.



Figura 19 – *Instituto Agrônomo* durante festival, anos 1950. Acervo família Moreira.

Em primeiro plano destacam-se integrantes da equipe, na maioria, agachados e trajando dois modelos diferentes de uniforme. Ao centro, em pé, rainhas e princesas devidamente paramentadas ostentam faixas que indicam sua titulação. O grupo de pessoas ainda reúne mais jogadores ao fundo, alguns mascotes – crianças uniformizadas – erguidos sobre os ombros possivelmente de seus pais, além de outros integrantes que vestem trajes do cotidiano. Ao fundo, um cenário ainda pouco urbanizado, provavelmente o bairro Instituto Agrônomo. Chama atenção a predominância de negras e negros entre os fotografados.

A imagem possivelmente representa a tradicional festividade de passagem do ano do clube, cuja data de fundação é justamente 1º de janeiro¹⁸⁸. A articulação de um clube que reunia membros de uma mesma família, além de forma de aproximação cotidiana de seus integrantes, imersos em um calendário ininterrupto de fins de semana com partidas, possibilitava seu reconhecimento social junto à comunidade local. Cabia aos Moreiras representar o bairro Instituto Agrônomo, cujo nome a agremiação envergava, uma honra conquistada por um clã de trabalhadoras e trabalhadores negros.

4.3.4 – *A várzea e as festas populares*

Ainda se pesquisou muito pouco sobre a formação da população de Belo Horizonte. A imagem de uma cidade constituída por moradores deslocados da antiga capital Ouro Preto, além de alguns trabalhadores nacionais e estrangeiros que vieram para a construção da nova capital

¹⁸⁸ Cf. *Idem*.

na virada do século XIX para o XX, explica de maneira insatisfatória a diversidade social, étnica e cultural local. A presença de contingentes que já ocupavam o território, em especial negros¹⁸⁹, os fluxos de imigrantes internacionais, a exemplo de sírios e libaneses, além das ondas contínuas de novos moradores vindos do interior de Minas Gerais e de outros estados contribuíram decisivamente para a constituição do perfil demográfico do município.

Como já abordado, a formação dos bairros populares da cidade em meados do século XX, conjugava pessoas recém-chegadas à capital, originárias especialmente do interior do estado¹⁹⁰, e indivíduos deslocados de áreas mais centrais da cidade, por remoção ou não, que buscavam, principalmente, a possibilidade de moradia própria em porções periféricas da capital mineira. Tal encontro permitia que uma rica diversidade cultural fosse experimentada nesses lugares, potencializadas por uma sociabilidade intensa e por um associativismo abrangente.

Mudanças políticas e sociais no país em fins dos anos 1940 abririam espaço para a maior organização de práticas culturais tradicionais na cidade, como destacou o *Diário da Tarde*:

O Congado, que constitui uma revivescência dos tempos coloniais, quando os negros escravos realizavam suas festas e danças típicas, trazidas da África, havia quase que desaparecido entre nós, por força da coação política e das proibições inscritas em lei. (...)

São curiosas todas as atitudes dos Congados. Por exemplo, aproveitando-se da Constituição de 1946, que garante liberdade de reunião, os principais “capitães” se reuniram e, guiados pelo senhor Osvaldo Ferreira da Silva, organizaram-se em entidade legal, devidamente registrada na polícia. Daí por diante, foi assegurado o direito de reunir e de desfile dos negros em Congado. Nasceu, então, a Associação dos Marujos e Congados de Minas Gerais, á qual estão filiadas organizações de mais de cinquenta cidades.¹⁹¹

Como evidencia a saída encontrada pelo congado, a organização em entidades associativas era uma importante estratégia para o reconhecimento social e a garantia de direitos de reunião e de expressão entre grupos populares. Igualmente, o trecho aponta para a vitalidade da prática, sempre muito lembrada, dentre as referências dos moradores dos bairros periféricos da cidade¹⁹². Outras manifestações tradicionais também tinham lugar, em especial nas áreas mais afastadas, como era a Folia de Reis na região dos Borges, onde se formou o ICA¹⁹³.

¹⁸⁹ Cf. PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte** (Séculos XIX e XX). 2019. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

¹⁹⁰ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do Executivo Municipal de 1954**, p. 10.

¹⁹¹ Cf. OS CONGADOS NÃO QUEREM LIGAÇÕES COM O BISPO MAURA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 8 de julho de 1949.

¹⁹² Cf. JANUÁRIO, Wellerson Fabian [49 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2016; PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

¹⁹³ Cf. MOREIRA, Antônio Aluizio [79 anos]; MOREIRA, Maria das Dores Castro [74 anos]; MACHADO, José Vicente [57 anos]; MACHADO, Denise de Castro Moreira [54 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 30 dez. 2016.

Sociabilidade e religiosidade por inúmeras vezes se cruzavam nos bairros belo-horizontinos. Bom exemplo eram as quermesses¹⁹⁴ e barraquinhas organizadas em feriados católicos ou por ocasião de obras assistenciais. Com o intuito de arrecadar para ações da paróquia ou em auxílio a alguma campanha, havia casos em que essas iniciativas contavam em sua programação com partidas de futebol promovidas pelas agremiações varzeanas¹⁹⁵. A aproximação dos clubes com as igrejas locais seguiu por longa data. Nos anos 1980, essa relação podia, por vezes, ser notada, como na realização de missa campal na cancha do *Inconfidência*, que encerrava a procissão em celebração de Nossa Senhora das Graças, padroeira do bairro Concórdia¹⁹⁶.

O calendário católico orientava, inclusive, a promoção de bailes, como indicou a nota:

De acordo com os seus sentimentos religiosos, a diretoria do Andaraí F. C., interrompeu durante o período da Semana Santa, as noitadas dançantes do clube. Sábado, serão, entretanto, reiniciados os bailes, com vários festejos notadamente a queima de Judas às 19,30 horas, em frente á sede, na rua Platina, 1094.¹⁹⁷

A nota, que ainda comentava o retorno dos bailes no *Terrestre*, ressaltava a observância de preceitos religiosos pelas agremiações, com a consequente suspensão das horas dançantes, tradição que se repetia a cada ano¹⁹⁸.

Como comentado para o caso dos festivais esportivos realizados no mês de junho, tema do capítulo 2, havia grande envolvimento das associações varzeanas com a promoção de festejos juninos, com a integração de quadrilhas e outros elementos nos bailes de encerramento. Essa vinculação estendia-se para outros clubes que, independentemente de estarem aniversariando, realizavam celebrações em homenagem a Santo Antônio, São Pedro e São João.

Em 1952, uma notícia sobre bailes juninos no *Tremedal*, no *Social* e no *Terrestre* citava:

Dedicar-se-ão aos festejos juninos os associados dos seguintes clubes amadoristas:

Fluminense, Miami, Ferroviário, Inconfidência, Transminas, Atlético Suburbano, Barreiro, Parque Riachuelo, Brasília, Pompéia, Renascença, Santa Teresa, Santanense, Gremio Mineiro e Esportes, Horizonte Textil e Venda Nova.¹⁹⁹

Ao todo, a matéria indicava a realização de festejos juninos em 19 clubes, demonstrando o envolvimento que as agremiações amadoristas tinham com essas celebrações. Esses bailes

¹⁹⁴ Cf. Festas da “Santa Cruz” na Vila Parque Vera Cruz. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 29 de abril de 1950.

¹⁹⁵ Cf. O esporte colaborando para a construção do “Lactário da Renascença”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 4 de outubro de 1948; Barraquinhas na Vila Parque S. João Batista. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 7 de julho de 1953.

¹⁹⁶ Cf. Concórdia festeja a Padroeira. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 22 de novembro de 1984.

¹⁹⁷ O sábado de Aleluia nos pequenos clubes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 14 de abril de 1949.

¹⁹⁸ Cf. O Sábado de Aleluia nos pequenos clubes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 24 de março de 1951.

¹⁹⁹ FESTAS “JUNINAS” NOS CLUBES AMADORISTAS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 26 de junho de 1952.

incorporavam vários elementos próprios das celebrações do período, como apresentação de duplas caipiras, dança das quadrilhas, desafio do pau de sebo e comidas típicas²⁰⁰.

Contudo, o maior envolvimento dos clubes varzeanos, sem dúvida, era com as festividades carnavalescas. Como indicou o *Diário da Tarde* em 1960:

Os clubes varzeanos abandonaram suas atividades esportivas para se dedicar, entusiasticamente, aos festejos de Momo, salientando os seguintes:

Pitangui (rua Ipê) – Tremedal (rua Mauá) – Santa Teresa (rua Marmore) – Terrestre (rua Itapecerica) – Reunidos (rua Padre Eustaquio) – Vasco da Gama (Av. Pedro II) – Rio Casca (rua Rio Casca) – Ferroviário (rua Conselheiro Rocha) – Cachoeirinha (rua Simão Tam) (*sic*) – Comercial (Barreiro) – Barreiro (Barreiro) – Itau (Cidade Industrial) – Monte Castelo (rua Campos Sales) – America Suburbano (Vila Salgado Filho) – Atlético Suburbano (rua Junquinhos) – Monte Azul (Parada da Abadia) – Pompéia (Pompéia) – Parque Riachuelo (rua Aporé) – Vila Concordia (Praça do Mexico) – Matadouro (Bairro São Paulo) – Fluminense (Av. Antonio Carlos) – Alvorada (Vila Oeste) – Juventus (rua Padre Eustaquio) – Flavio dos Santos (rua Mariana) – Santanense (rua Suassui) – Cruzeiro do Sul (rua Platina) – São Francisco (rua São Benedito) – Independente (Horto) e A.E. XV de Novembro (rua Estrela do Sul).

Informava a nota que as atividades esportivas dos clubes varzeanos seriam suspensas para os festejos carnavalescos, um dos únicos períodos do ano em que o esforço de manutenção de fins de semana ininterruptos com jogos era abandonado. A lista de cerca de 30 clubes que promoveriam bailes carnavalescos, com indicação das respectivas sedes, abrangia quase todas as regiões da cidade, uma demonstração da extensão do *circuito* amadorista, em especial, de sua rede de sedes sociais. Sua distribuição coincidia, em grande medida, com a dos campos representados nos mapas 5, 6 e 7, sendo que a exceção concentrava-se entre os clubes do bairro Carlos Prates – *Tremedal, Vasco da Gama, Rio Casca, Juventus, Flávio dos Santos e Santanense* –, onde a ausência de espaços de jogo contrastava com o bom número de instalações para eventos²⁰¹.

Como abordado anteriormente, a realização de bailes era uma oportunidade de geração de recursos para os clubes, sendo o carnaval o momento de maior arrecadação. As agremiações não poupavam esforços para oferecerem as melhores festas, cuidando da preparação, da organização e da divulgação, de modo a arregimentar o maior número de foliões possível²⁰². O *Miami*, uma equipe classista, anunciava investimentos de 30 mil cruzeiros²⁰³ para a decoração de sua sede em

²⁰⁰ Cf. NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 26 de junho de 1953.

²⁰¹ Transformações nos perfis dos bairros da cidade serão retomadas nos capítulos 5 e 6.

²⁰² Esforços para a promoção de bailes carnavalescos também eram vistos entre clubes esportivos do subúrbio carioca. Cf. MELO, Victor Andrade de. *Diversão no paraíso? Experiências esportivas no bairro de Sepetiba (Rio de Janeiro, décadas de 1940-1970) – na encruzilhada da memória e da história*. *Record*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-74, jan./jun. 2020.

²⁰³ Valor de 25 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto nº 30.342, de 24 de dezembro de 1951**. Altera as tabelas do salário mínimo dá outras previdências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30342-24-dezembro-1951-340732-publicacaooriginal-1-pe.html>

1954²⁰⁴. Como informado no ano posterior, os eventos eram restritos aos membros ou àqueles que requisassem carteirinha de sócio visitante, desde que indicados por associados efetivos²⁰⁵.

As rendas auferidas durante o carnaval eram centrais no planejamento de alguns clubes. Reportagem sobre o *Renascença*, em sua fase profissional, como tratado no capítulo 1, comentou:

A campanha do aumento do quadro social tem sido inteiramente bem sucedida e altamente satisfatória foi a venda de flamulas do clube. Mas já se pensa na renda que o carnaval poderá dar ao clube. No ano passado 70 mil cruzeiros foram arrecadados. Este ano, a previsão é de 100 mil cruzeiros.²⁰⁶

Ingresso no regime profissional, como tratado no capítulo 1, o *Renascença* objetivava uma arrecadação constante para absorver os custos da equipe. Como aponta o trecho, além da ampliação da base de sócios e da venda de flâmulas, bailes de carnaval cumpriam papel central no projeto, com a aferição de recursos previstos de pouco menos de 20 salários mínimos da época²⁰⁷.

A relação da várzea com o carnaval não se restringia à promoção de bailes, havia também um envolvimento com os festejos de rua. Originados dos mesmos bairros e imersos em referências culturais muitos similares²⁰⁸, o futebol amadorista e o samba local se mostraram muito próximos²⁰⁹. Em alguns casos, como no Conjunto Santa Maria, o clube esportivo e a agremiação carnavalesca, *Cidade Jardim*, eram vizinhos, ocupando porções dos mesmos lotes cedidos pelo proprietário dos terrenos, negociação que se deu de forma simultânea²¹⁰.

Em outras ocasiões, a aproximação era mais evidente, como no caso do *Inconfidência Esporte Clube* e da escola de samba *Inconfidência Mineira*, ambos do bairro Concórdia. Além da coincidência de nomes, suas trajetórias se mostraram muito próximas. Em 1957, por exemplo, o campo do *Inconfidência* acolheu festival esportivo de aniversário do grêmio carnavalesco²¹¹. Décadas depois, o mesmo lugar seria indicado como o “terreiro” do *Inconfidência Mineira*, onde

²⁰⁴ Cf. 30 mi cruzeiro gastou o Miami para a decoração de sua sede. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 26 de fevereiro de 1954.

²⁰⁵ Cf. PREPARA-SE O MIAMI. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 11 de fevereiro de 1955.

²⁰⁶ RENASCENÇA SABE ARRUMAR DINHEIRO SEM JOGAR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 17 de janeiro de 1959.

²⁰⁷ Cf. BRASIL. **Decreto nº 39.604-A**, de 14 de julho de 1956; BRASIL. **Decreto nº 45.106-A**, de 24 de dezembro de 1958. Altera a tabela de salário-mínimo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45106-a-24-dezembro-1958-384179-norma-pe.html>

²⁰⁸ Lista de locais de ensaio das escolas de samba da cidade, em 1955, demonstra essa sobreposição. Cf. DEZ ESCOLAS DE SAMBA EM PONTO DE BALA... **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 17 de janeiro de 1955.

²⁰⁹ Essa relação pode ser notada em bairros populares e periféricos do Rio de Janeiro e de São Paulo. Cf. GUEDES, Simoni L. **O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro**. Niterói: EDUFF, 1998; ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994; SANTOS, Alberto Luiz dos. **Batucadas de beira de campo: futebol de várzea e referências culturais em São Paulo (SP)**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

²¹⁰ Cf. ARAÚJO, Modestino da Silva [56 anos]; SILVA, Sebastião Fernandes da [63 anos]; PRADOS, Vicente de Souza [65 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 jun. 2016.

²¹¹ Cf. Notas da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 10 de janeiro de 1957.

aconteciam os ensaios da escola para o carnaval de 1976²¹². O gosto pela várzea também estava presente entre os participantes, seu maioral, o sambista Osvaldo Luiz Lorenze, o “Conga”, atuava como técnico, coordenando o primeiro e o segundo quadros do *Concordiano Futebol Clube*²¹³.

A utilização de um espaço esportivo para os preparativos das baterias carnavalescas se deu em outros casos. No final dos anos 1940, eram anunciados ensaios da *Escola de Samba Itapetinga* na sede do *Expedicionário Esporte Clube*²¹⁴. Décadas depois, entre escolas de samba e blocos caricatos – este último, um formato bastante tradicional do carnaval local –, podia-se encontrar o uso de dependências voltadas a atividades atléticas, como na década de 1980, com a cessão de quadras poliesportivas de agremiações como o *Rio Casca*²¹⁵, o *Esplanada*²¹⁶ e o *Tremedal*²¹⁷.

Outro caso notório da relação entre a várzea e os festejos momescos foi o da escola de samba *Unidos da Brasilina* que, na verdade, era um departamento do *Esporte Clube Unidos da Brasilina*²¹⁸. A agremiação, por décadas, desfilou no carnaval de Belo Horizonte, ao menos entre os anos 1950²¹⁹ e o início dos anos 1980²²⁰. Assim como outras ações que não tinham o futebol como foco, o desenvolvimento do setor festivo era conduzido por um grupo específico, com o apoio da diretoria da entidade. Sua fase de maior sucesso foi no período em que a agremiação mantinha sede social, na qual realizava bailes e demais eventos, entre os anos 1960 e 1970²²¹.

A história dos blocos de rua do carnaval da cidade tem relação direta com a várzea, sendo o *Leão da Lagoinha*, o mais antigo do gênero²²², originado de um clube amadorista:

Aproximando-se o carnaval, o tradicional bloco caricato do Terrestre iniciou os seus preparativos para diversas “furupas”. Assim o bloco “Leão da Lagoinha” vem ensaiando sob a batuta de Helio João Galo, Chimango, Mario Tocafundo e Paulo Mendes.²²³

O bloco batizado com o epíteto pelo qual o *Terrestre* era conhecido – o Leão da Lagoinha – ostenta as cores do clube em seu estandarte, o vermelho e o branco. Naquele ano de 1952, entre seus organizadores estavam alguns atletas da equipe principal, a exemplo de Chimango e Mario Tocafundo. Reconhecido como o bloco de rua mais antigo da cidade,

²¹² Cf. Uma semana decisiva para os ensaios das escolas de samba. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 15, 24 de fevereiro de 1976.

²¹³ Cf. Eleita a nova diretoria do Concordiano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 20 de abril de 1960.

²¹⁴ Cf. Êta, Cachoeirinha boa! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 20 de janeiro de 1949.

²¹⁵ Cf. Com o samba no pé e na alma. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 7 de fevereiro de 1981.

²¹⁶ Cf. Carnaval maior. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 3 de fevereiro de 1983.

²¹⁷ Cf. Grito de Carnaval no Horto e Glória. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 15 de fevereiro de 1984.

²¹⁸ Cf. SOUZA, Gemir de [89 anos]; PAULA, Marcelo de [62 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jun. 2016.

²¹⁹ Cf. A mais espetacular Batalha Real dos últimos anos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 26 de fevereiro de 1954.

²²⁰ Cf. Já divididos em grupos, escolas e blocos intensificam os ensaios. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2 de fevereiro de 1981.

²²¹ Cf. SOUZA, Gemir de [89 anos]; PAULA, Marcelo de [62 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jun. 2016.

²²² Cf. COSTA, Tarcízio Ildefonso. *A turma, o Leão da Lagoinha e outros casos*. Belo Horizonte: O Lutador, 1998.

²²³ Novas perspectivas para o Terrestre. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 11 de janeiro de 1952.

fundado em 1947, cabia ao *Leão da Lagoinha* fazer o desfile inaugural do carnaval de Belo Horizonte, tradição que se manteve até os anos 1980²²⁴, quando o coletivo se desestruturou²²⁵.

Toda essa proximidade entre as associações varzeanas e as agremiações carnavalescas repercutia no cotidiano dos campos de terra da cidade. Não raro, integrantes das baterias de escolas de samba e de blocos de rua organizavam charangas para acompanharem as equipes. Nesse quesito, nos anos 1970 e 1980, havia muita interação entre os clubes da Pedreira Prado Lopes²²⁶ e região, tais como *Ferrovária* e *Araribá*, e os ritmistas da escola de samba *Unidos do Guarani*, do mesmo bairro, sempre presentes animando a torcida dessas agremiações²²⁷.

A organização desses pequenos blocos rítmicos a beira de campo²²⁸ não se restringiu a esse período, como aponta a fotografia abaixo do grupo intitulado “Índios do Ponte Preta”:



Figura 20 – Índios do *Ponte Preta*, anos 1950. Acervo Associação Esportiva Cultural Ponte Preta

A imagem registra um grupo de torcedores do clube que, segundo inscrição, se intitularia “Índios do Ponte Preta”. Destaca-se a existência de vários instrumentos, em sua maioria de percussão, entre os integrantes: surdo, tarol, repinique, cuíca e pandeiro, além de um violão. Observa-se também uma maleta de primeiros socorros, com o nome da entidade. À esquerda, um atleta uniformizado abraça um dos espectadores. A imagem produzida no campo da *Ponte Preta*, no alto do bairro Horto, oferece bela tomada do sudeste da cidade, com a Serra do Curral ao fundo. Grupos como esse animavam as torcidas, transferindo os ritmos carnavalescos para os espaços de jogo, com uma sobreposição de expressões da cultura popular dos bairros.

²²⁴ Cf. Já divididos em grupos, escolas e blocos intensificam os ensaios. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2 de fevereiro de 1981.

²²⁵ Recentemente, o bloco foi reorganizado e retomou seu posto na abertura do desfile oficial local.

²²⁶ Para informações sobre a Pedreira Prado Lopes, vide nota 69 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

²²⁷ Cf. SILVA, Jarbas José da [68 anos]. [jun. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 23 jun. 2018.

²²⁸ Para um estudo das batucadas de beira de campo no futebol de várzea de São Paulo, cf. SANTOS, 2021.

4.3.5 – O clube e a constituição do bairro

O fenômeno do crescimento de Belo Horizonte e a proliferação de bairros de perfil popular em meados do século XX também significou um momento de expansão do *circuito* da várzea local, com a criação de agremiações e campos de jogo. Como se tentou demonstrar acima, esses processos foram indissociáveis, sendo fundamental atentar-se para o que se passava na cidade, sob pena de não se compreender o que ocorria no meio esportivo amadorista local.

Tal constatação, no entanto, atende a metade do problema, uma vez que, igualmente, deve-se observar o papel ativo que as agremiações varzeanas e seus integrantes exerceram na construção das comunidades que viriam a constituir muitos dos bairros da cidade, tal como são reconhecidos hoje²²⁹. A ideia do clube como representação do lugar é notória e fica patente nos nomes de várias entidades que fazem essa alusão direta: *Barreiro*, *Betânia*, *Cachoeirinha*, *Instituto Agrônômico*, *Paraíso*, *Parque Riachuelo*, *Santa Cruz*, *Santa Maria*, *São Bernardo*, *Saudade*, *Suzana*, *Tupinense*, *Unidos da Brasilina* e *Venda Nova*. Por vezes a equipe anteciparia o nome do bairro, como o *Pompéia* da Vila Parque Cidade Jardim, a qual, décadas depois, receberia o mesmo nome da associação, em ambos os casos, em referência à paróquia local.

Outras remissões a características das localidades estavam igualmente presentes, como no caso do *Ferroviário*, que ressaltava o perfil profissional de seus membros, ou do *Horizonte Textil*, do *ICA*, do *Itau*, do *Ludol* e do *Renascença*, clubes de fábrica, que traziam essa marca no distintivo. Indicações geográficas também eram marcantes: *Araribá*, *Pitangui*, *Planalto*, *Rio Casca* e *Tremedal*, todos nomes de ruas onde as agremiações se originaram. Em um contexto de bairros em formação, em busca de uma identidade, a existência de uma entidade esportiva que circulasse pela cidade e os representassem significava a possibilidade de criação e projeção de pertença a uma comunidade na qual, muitos de seus integrantes, haviam recém ingressado.

Além da representação por meio da prática futebolística, os clubes amadoristas tinham uma inserção ativa no cotidiano dos bairros, integrando-se a diferentes esforços para a transformação e melhoria do lugar, segundo o desejo de seus próprios habitantes. Desde conformações físicas do espaço, garantidas por esforços de construção de campos e sedes, passando por ações assistenciais e de apoio aos moradores do lugar, até o envolvimento com toda sorte de manifestação cultural realizada ali, as agremiações varzeanas interferiam diretamente na conformação da vida comunitária das diferentes regiões da cidade. Sua adaptabilidade aos modos de ocupação periféricos permitiu que essas entidades se tornassem

²²⁹ Para uma reflexão sobre o papel de práticas esportivas na construção de identidades locais, cf. PORTELLI, Alessandro. Esporte, trabalho e política numa cidade industrial. In: PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 131-158.

o fenômeno associativo de maior capilaridade em Belo Horizonte na segunda metade do século XX, contabilizando centenas de equipes e dezenas de campos e de sedes.

A expansão vivenciada pela cidade – com o crescimento do tecido urbano em todas as direções e a consequente conurbação com outros municípios, bem como a reorganização econômica e produtiva da capital mineira que, impulsionada pelo desenvolvimento industrial, ampliou seus setores terciários – levaria a planos de intervenção conduzidos por agentes públicos e privados. Especialmente a partir de meados dos anos 1960, Belo Horizonte passou a ser alvo de uma série de projetos de reconfiguração espacial que geraram pressões sobre antigos bairros e sobre loteamentos recém-povoados. A demanda por terras, seja para instalação de empreendimentos imobiliários, seja para execução de obras de públicas, ameaçava a rede de campos criada em meados do século XX. Seria a morte da várzea?

Capítulo 5 – A danação da várzea

Os anos 1950 e 1960 representaram o período de maior aumento demográfico de Belo Horizonte em toda sua história. Os altos índices de migração e de crescimento vegetativo fariam a população da cidade triplicar em menos de 20 anos¹. Em meados da década de 1960, a capital mineira alcançaria o posto de terceiro centro urbano mais populoso do Brasil:

A partir de hoje Belo Horizonte não está mais no quarto lugar entre as maiores cidade do país. A partir de hoje Belo Horizonte é a terceira cidade com um milhão e quinze mil habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e e (*sic*) Estatística e o Departamento sEtadual (*sic*) de Estatística. Recife ficou para trás, com um milhão e seis mil, e em nossa frente só estão São Paulo, com cinco milhões, duzentos e cinquenta e um mil, e o Rio de Janeiro, com três milhões, novecentos e setenta e sete mil habitantes.

Belo Horizonte transpõe a barreira do milhão ostentando o privilégio de ser a cidade que mais progrediu – desde sua fundação – em todo o país. (...)

Sem dúvida alguma, Belo Horizonte é a Cidade que mais cresce no Brasil. Esta afirmativa, que pode parecer ditada pelo bairrismo, é fundada nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e pelo Departamento Estadual de Estatística, que apontam a cidade, no dia de hoje, como a 4ª do país, com mais de um milhão de habitantes.²

A reportagem do *Diário da Tarde* reforçava a ideia de uma corrida pelo crescimento das capitais brasileiras e celebrava o fato de Belo Horizonte ser a quarta cidade a romper a barreira de um milhão de habitantes, além de assumir o posto de terceira mais populosa do país e de centro urbano com maiores taxas de incremento demográfico. Todo esse movimento transformava as feições do município. Como investigado no capítulo anterior, um dos fenômenos relacionados ao processo foi a criação de bairros sob a lógica do padrão periférico.

Tal aumento populacional respondia ao incremento dos setores industrial e de serviços cada vez mais concentrados em alguns núcleos urbanos nacionais. Como citado no capítulo 4, para o caso belo-horizontino, a criação de um polo fabril no município vizinho de Contagem, em 1946, serviu de marco desse processo³. Ao final dos anos 1960, a capital e outras dez cidades do entorno mantinham 40% da produção industrial do estado, com as demais cidades, cerca de 700, abarcando os outros 60%. Quanto aos empregos, 50 mil estavam na construção civil, 46 mil nas fábricas, 29 mil no comércio, 15 mil nos serviços, além de 56 mil em entes públicos variados⁴.

¹ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório anual de 1956**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Belo Horizonte, 1957, p. 12-13; As 14 cidades da grande BH, uma a uma. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 22 de setembro de 1971.

² BH é a 3ª e tem hoje mais de um milhão. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 1º de setembro de 1966.

³ Cf. DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015, p. 34.

⁴ Cf. Grande BH tem 40 por cento da indústria de Minas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 31, 2º caderno, 12 de dezembro de 1968.

Tratava-se de uma nova dinâmica de organização da produção nacional e estadual que implicava na estruturação espacial dos principais núcleos urbanos, os quais passavam a concentrar as atividades econômicas e, por conseguinte, os contingentes populacionais, constituindo fenômeno mais comumente denominado metropolização⁵. Como aponta o pensamento geográfico, tal processo não deve ser confundido com a urbanização pura e simples, trata-se de uma concentração que tem na reorganização econômica e social o seu cerne, com novas escalas e densidade própria do desenvolvimento capitalista do século XX. Essa mudança qualitativa impactou diretamente o tecido urbano, que passou a ser conformado sob outras perspectivas:

Trata-se de compreender como a metrópole, no seu o processo (*sic*) de formação, parece corresponder, *pari passu*, ao desenvolvimento da formação econômica e social na sua generalidade, (essencialmente capitalismo); logo, de compreender como a constituição formal e real da metrópole corresponde às necessidades da reprodução social. A formação da metrópole equivale ao movimento da própria formação social *o qual ocorre dilacerando as formações pretéritas, tanto de cidades como de subúrbios e alcançando, sobretudo, as entranhas da cidade, embora apenas algumas cidades cheguem de fato à condição de metrópole.* (grifo no original)⁶

Como apontou acima a geógrafa Odette Seabra, a constituição da metrópole se dá pelo dilaceramento das formações urbanas anteriores, com a imposição da nova lógica de organização do espaço sobre antigas formas de vida e de configuração dos lugares. A exemplo do que foi tratado no capítulo anterior, ainda que Belo Horizonte tenha sido planejada em fins do século XIX, sob uma perspectiva urbanística atenta à circulação de pessoas e mercadorias, os desafios impostos pelo seu crescimento e pela reconfiguração das relações produtivas teve grande impacto sobre seu tecido e sobre a distribuição da ocupação no território.

A tendência da expansão concêntrica rompida nos anos 1950, com a proliferação periférica, perderia ainda mais força nas décadas seguintes. Se, por um lado, havia uma concentração de bens e serviços em seu centro histórico, a dispersão de sua população respondia a outros fenômenos, como a instalação de parques industriais em municípios vizinhos e as pressões imobiliárias, com a disponibilização de terrenos cada vez mais afastados, em bairros dormitórios, o que fica mais bem representado no mapa a seguir:

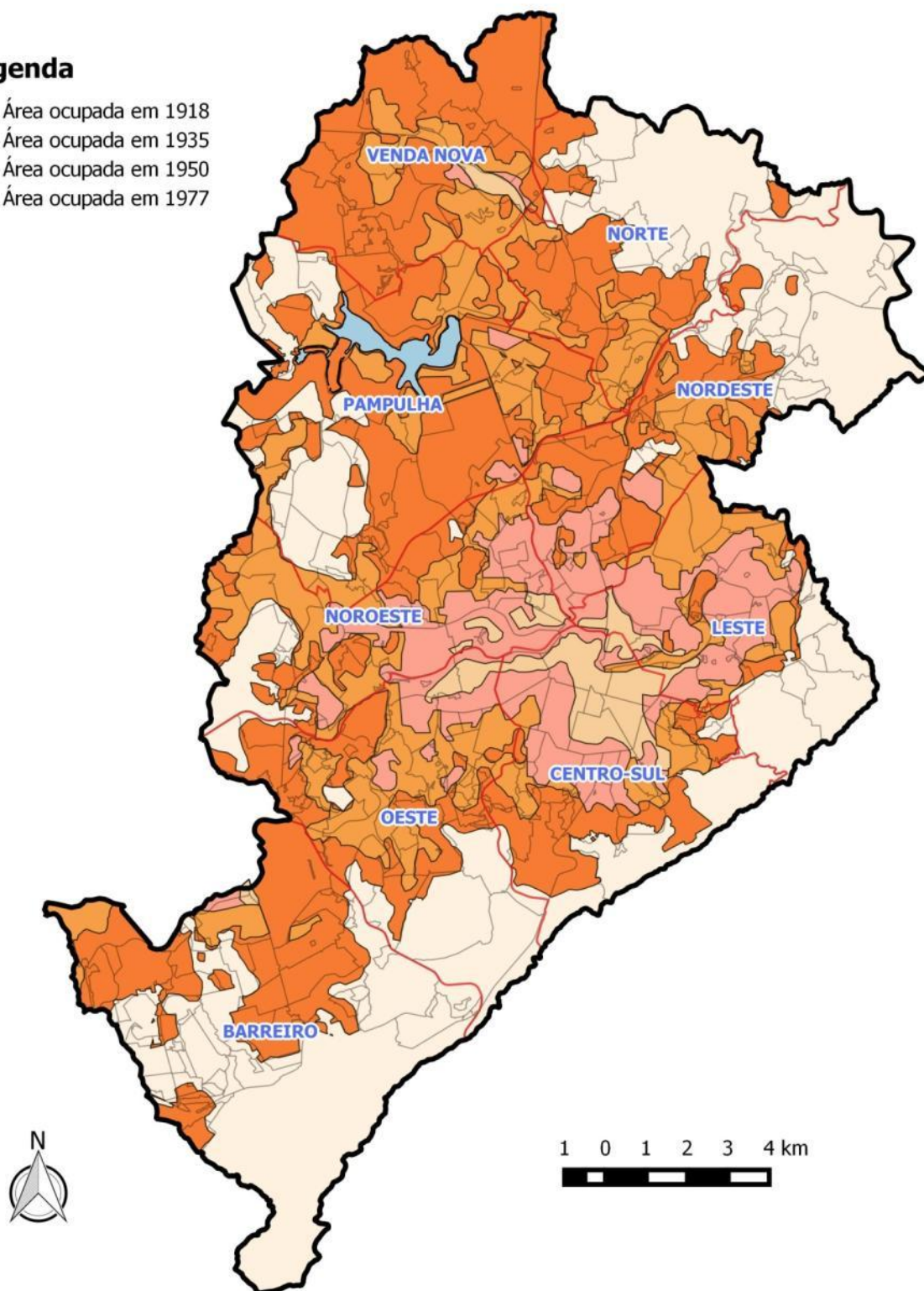
⁵ Para o debate conferir: ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ (org.), 2015; FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: algumas interações possíveis. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 25, v. 2, p. 477-504, 2º semestre de 2014; LENCIONI, Sandra. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR**, Belo Horizonte, 2003, CD-Rom; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. De cidade à metrópole. **Revista Geografares**, Vitória, n. 9, p. 49-79, jul-dez 2011; SOUZA, Celina Maria de. **Metropolização brasileira: uma análise e um estudo de caso**. 1981. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981.

⁶ SEABRA, 2011, p. 51-52.

Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte - 1918-1977

Legenda

- Área ocupada em 1918
- Área ocupada em 1935
- Área ocupada em 1950
- Área ocupada em 1977



Mapa 8 – Evolução da ocupação urbana de Belo Horizonte – 1918-1977, sobre o mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL. Elaboração do autor.

O mapa acima sobrepõe quatro momentos da ocupação do território do município. Na última mancha, representativa do ano de 1977, é possível notar as tendências de crescimento da cidade vivenciadas entre as décadas de 1950 e 1970. Percebe-se a integração de pontos dispersos de povoamento em meados do século XX, a exemplo do entorno da Lagoa da Pampulha e dos núcleos históricos de Venda Nova e do Barreiro. Enquanto o eixo sudoeste responde ao avanço da industrialização na área, tanto pela proliferação da Cidade Industrial de Contagem, quanto pela instalação de fábricas na região do Barreiro; no eixo norte-noroeste, observa-se a criação de diversos bairros com tendência de dormitórios, com o deslocamento pendular de suas populações, a exemplo da região de Venda Nova e do Norte, incluindo a conurbação com municípios como Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia. Vale lembrar, ainda, que uma segunda onda de industrialização nos anos 1970 teve influência sobre o vetor norte, dada a instalação de fábricas especialmente no município de Santa Luzia⁷.

O início da nova fase da expansão urbana da cidade, na passagem dos anos 1940 para os anos 1950, contou com baixa presença do poder público, com a tendência de proliferação da mancha de ocupação pela comercialização de loteamentos não aprovados. A atuação da *Prefeitura*, com a instalação de melhorias como pavimentação de ruas, redes de esgoto e iluminação, avançava lentamente pelos bairros suburbanos tradicionais, os quais já eram povoados havia décadas. Foi a partir da segunda metade da década de 1960 que se observou um esforço mais incisivo dos governos municipal e estadual para a interferência nos rumos do crescimento urbano, com mecanismos de planejamento e a realização de diversas intervenções. Essas iniciativas tinham por objetivo, sobretudo, a reorganização da circulação na cidade, com poucos impactos sobre a infraestrutura e a qualidade de vida nos bairros.

Este capítulo abordará as pressões exercidas sobre a rede de campos de futebol de várzea constituída em meados do século XX em um contexto de transformações urbanas entre o final da década de 1950 e o início da de 1980, com destaque para as intervenções estruturantes de uma cidade que passava a ser pensada como centro metropolitano. Da reconfiguração dos tradicionais bairros suburbanos aos projetos de canalização de cursos d'água e de criação de avenidas de trânsito expresso, serão examinados os impactos do reordenamento de Belo Horizonte sobre os espaços de jogo criados. Nessa dinâmica, setores públicos e privados interferiram diretamente sobre o universo da várzea, muitas vezes ignorando a importância alcançada pelas associações e pelas áreas por elas criadas para o cotidiano dos bairros da capital mineira.

⁷ ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ (org.), 2015, p. 16.

5.1 – Do suburbano ao urbano

Como abordado no capítulo anterior, o desenvolvimento das chamadas regiões suburbanas de Belo Horizonte, localizadas no limite imediato da Avenida do Contorno, que circunscrevia a zona urbana original do município, e das vilas operárias criadas a partir da década de 1920, com a conversão de espaços rurais, seguia uma lógica de expansão concêntrica do tecido urbano. Até a década de 1940, a capital mineira vivenciou um processo mais lento de ocupação, com um avanço contido sobre novos terrenos, afastando-se de forma progressiva e contínua do centro.

Nesse sentido, o adensamento populacional e a implantação de uma infraestrutura urbana abrangente nos bairros suburbanos e nas vilas operárias, representantes do que foi a primeira periferia da capital (veja mapa ao final da tese), levaram décadas para se concretizarem. Nesse ínterim, existiam espaços livres, vários deles usados pelos clubes varzeanos para a instalação de campos. O *Pitangui da Lagoinha*⁸, por exemplo, ocupou antiga pedreira que, nos anos 1940, vivia seus últimos anos de atividade⁹. Já o *Unidos da Brasilina*, do Sagrada Família¹⁰, apropriou-se, naquela mesma década, do campo de outra agremiação, o *Maravilha*, que entrava em inatividade e que se utilizava do fundo de uma área erodida denominada “Grotta”, onde também estava o campo do *Republicano*¹¹. Tempos depois, a *Ponte Preta*, do Horto¹², instalou-se acima desses dois, na parte alta do barranco, criando o local chamado “Torto”, dada o desnível do terreno¹³.

Assim como esses, outras tantas agremiações ocupavam amplos terrenos que permaneciam vazios enquanto a urbanização lentamente avançava sobre a região suburbana de Belo Horizonte. Era a partir desses lugares convertidos em campos e de imóveis alugados ou cedidos às entidades varzeanas para abrigar suas sedes sociais que uma rica cultura associativa desenvolveu-se nesses bairros, em meados do século XX, tema abordado no capítulo anterior. Enquanto novas periferias se formavam durante a década de 1950, com a expansão dos limites das áreas habitadas do município, tais localidades suburbanas, fruto do avanço anterior do povoamento, progressivamente se incorporavam ao traçado urbano, com a efetivação de intervenções de infraestrutura, como o arruamento e o calçamento das vias.

Nesse processo, uma contradição entre o espaço vivido e o espaço planejado se colocava. Como tratado no capítulo 4, muitos desses bairros que se integraram à periferia durante os anos 1940 e 1950, originam-se de vilas operárias cujos loteamentos foram

⁸ Sobre a Lagoinha, vide nota 123 do capítulo 1. Para localização, consultar o mapa ao final da tese.

⁹ Cf. PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

¹⁰ Sobre o Sagrada Família, vide nota 55 do capítulo 1. Para localização, consultar o mapa ao final da tese.

¹¹ Cf. SOUZA, Gemir de [89 anos]; PAULA, Marcelo de [62 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jun. 2016.

¹² Sobre o Horto, vide nota 67 do capítulo 1. Para localização, consultar o mapa ao final da tese.

¹³ Cf. PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

concebidos e propostos ao poder público a partir do final dos anos 1920. Não raro, planos submetidos havia décadas eram efetivados aos poucos, concluindo-se tempos depois.

Um bom exemplo disso foi o povoamento da região do Carlos Prates¹⁴ e do Padre Eustáquio¹⁵. Apesar da ocupação do núcleo original do primeiro bairro decorrer da subdivisão de uma antiga colônia agrícola, que nunca se efetivou como tal, a maior parte da área foi incorporada por meio da criação de vilas operárias, forma de expansão da cidade proposta pelo poder público municipal nos anos 1920. Apesar da aprovação dos terrenos ter acontecido entre as décadas de 1920 e 1930, a chegada dos habitantes se deu de forma gradual, de modo que mesmo no final dos anos 1940, os bairros ainda possuíam diversos lotes vagos que serviam à instalação de campos ou imóveis de baixo custo para a locação, os quais abrigavam as sedes sociais.

Era o caso do *Grêmio Mineiro* e do *Santanense*, ambos da Vila Santana, a qual integrava o Carlos Prates. Os dois perderam, no mesmo ano, seus campos, como noticiou o *Diário da Tarde*:

O Gremio Mineiro de Esportes ficou sem sua praça de esportes. Com o desenvolvimento da cidade, diversos melhoramentos de utilidade publica vão tornando impraticáveis as praças de esportes dos clubes de nossa varzea. Por exemplo: o serviço telefonico chegou ate o campo do Gremio Mineiro, onde foi colocado um poste dentro dos limites da cancha. (...)

Tambem o Santanense ficou sem seu campo. Estão sendo abertas ruas no terreno ocupado pelo clube do Bairro Carlos Prates.¹⁶

O contexto de lenta e progressiva urbanização proporcionava a manutenção de terrenos vagos que, conforme o plano original do loteamento, deveriam ser destinados à abertura de vias de circulação. Tais espaços, por inúmeras vezes, serviram à instalação de campos de várzea que, por anos, abrigaram os clubes de uma dada região e concentraram o lazer da população local. Apesar da importância desses lugares na vida comunitária, a demanda pelo cumprimento de uma planta aprovada muito antes que qualquer dinâmica social estivesse ali estabelecida fazia com que esses equipamentos coletivos fossem tratados como vazios urbanos. Exemplo semelhante foi o do *Parque Riachuelo*, do bairro homônimo, que perdeu sua área para a abertura da Rua Madalena no final dos anos 1950¹⁷.

A precariedade dos acordos para a ocupação dos terrenos pelos clubes, muitos deles informais, contribuía para a insegurança sobre a permanência nos locais, como no caso do *Rio*

¹⁴ Sobre o Carlos Prates, vide nota 66 do capítulo 1. Para localização, consultar o mapa ao final da tese.

¹⁵ O Padre Eustáquio, vizinho do bairro Carlos Prates, origina-se da junção das vilas operárias Bela Vista, Celeste Império, Progresso, Santos Dumont e Santa Rita, aprovadas entre 1925 e 1930. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹⁶ Nos domínios do amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 3 de janeiro de 1953.

¹⁷ Cf. SANTOS, Guilherme Ferreira dos [68 anos]; SANTOS, Maurílio José dos [57 anos]; DIAS, José João Narcizo [56 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 abr. 2016.

Casca que, em 1949, perdeu o campo. Sobre isso, disse o *Diário da Tarde*: “O mais interessante é que o grêmio azul do Carlos Prates pagou 12 meses de mensalidades adiantadamente...”¹⁸.

As dificuldades para a conquista de um campo entre os clubes dos bairros suburbanos restringiam decisivamente as possibilidades de expansão das agremiações varzeanas naquelas áreas. A manutenção de equipes em regiões que viam, progressivamente, diminuído o número de espaços de jogo apresentava-se como desafio, a exemplo do que ressaltou a nota abaixo:

Um dos mais cruciantes problemas para as associações varzeanas belorizontinas, responsável mesmo pelo desaparecimento de muitas delas, é, sem dúvida, a questão de campo para os seus treinos e jogos. Neste particular, os idealizadores do Imperial tiveram o bafejo da sorte, desde que, na primeira semana de sua fundação conseguiram, por especial deferência da família Patrus, um local próprio para o exercício de suas atividades. Trata-se do campo do antigo Colonial, situado à margem da rua Pitangui, próximo ao Estádio Independência. Isto constitui, não há negar, um bom começo para um grêmio que não conta nem mesmo um mês de existência.¹⁹

O caso do *Imperial*, como grifa a notícia, era uma exceção para meados do século XX. Dificilmente uma equipe criada naquele período nos bairros suburbanos, já bastante urbanizados, teria a possibilidade de contar com um campo para manter suas atividades. Com sorte, disporia de um horário em espaços mantidos por agremiações mais tradicionais. Não por acaso, como indicou o mapa 7, apresentado no capítulo anterior, a proliferação de novas áreas de jogo se deu pela periferia de ocupação mais recente, com raras exceções a esse padrão.

Mesmo entidades consolidadas, com boas redes de relações, sofriam com a indisponibilidade de terras nessas áreas. Esse foi o caso do *Tremedal*, do Carlos Prates, e do *Terrestre*, da Lagoinha, duas das poucas agremiações que conquistaram áreas para construção de campos nos bairros suburbanos na segunda metade do século XX. Ambos, após perderem seus terrenos originais²⁰, conseguiram a cessão pela *Prefeitura* de áreas acidentadas, de difícil aproveitamento, que necessitavam da realização de intervenções para o devido uso²¹. Assim como o *Pitangui*, o *Terrestre* teve acesso a uma pedreira, mas ao contrário do adversário que ocupava local quase inativo, esse teve permissão de uso de um espaço no qual a extração seguia ocorrendo, conduzida pelo *Departamento de Habitação e Bairros Populares* da administração municipal²². O *Tremedal*, por sua vez, sofria com as erosões constantes do terreno cedido, o que demandava reparos regulares, como evidencia a foto abaixo:

¹⁸ NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 30 de julho de 1949.

¹⁹ As eleições no Imperial. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de julho de 1951.

²⁰ O *Tremedal* havia perdido seu campo em 1953, no Carlos Prates. Cf. O Tremedal perdeu seu campo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 7 de abril de 1953.

²¹ Cf. Outras Áreas Para os Campos do Tremedal, Pitangui e Terrestre. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 21 de julho de 1958.

²² Cf. *Idem*.

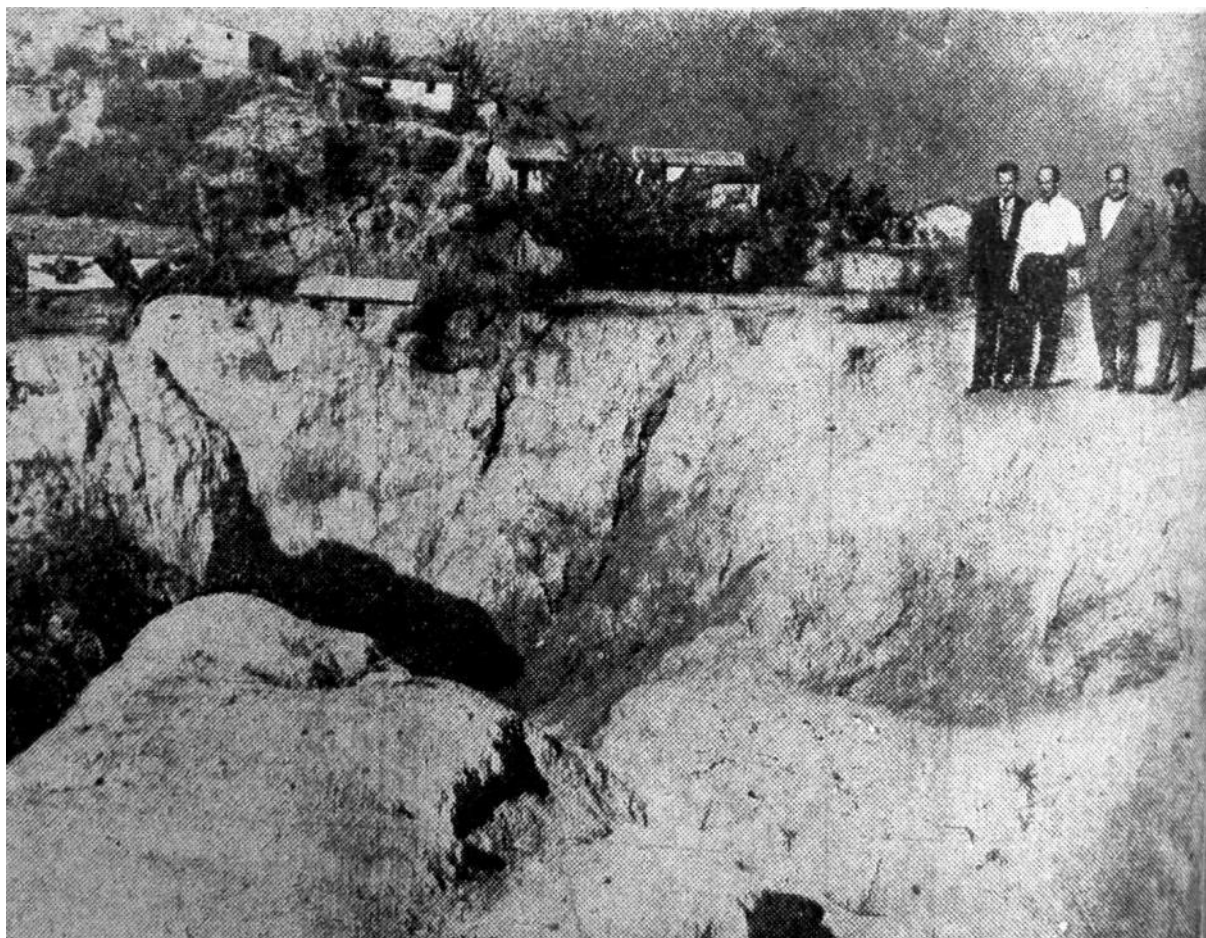


Figura 21 – Campo do *Tremedal*, 1958. Fonte: O TREMEDAL ARRUMA SEU CAMPO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 12 de julho de 1958.

A imagem registra as condições do terreno cedido ao *Tremedal* para a instalação de seu campo, na área conhecida como Buraco do Peru, no bairro Carlos Prates. A presença de quatro pessoas na foto, alguns deles, provavelmente, dirigentes da agremiação, permite dimensionar a escala da depressão existente no terreno que, naquela ocasião, passava por terraplanagem viável apenas pela cessão de tratores pela *Prefeitura*²³. Ao fundo, observam-se pequenas casas que indicam a ocupação do espaço de difícil construção, as quais deram origem a uma comunidade mantida ali de forma irregular. Apesar das constantes intervenções, o clube carlopratense nunca conseguiu estabelecer uma cancha de uso cotidiano no local.

Com o avanço da urbanização dos bairros suburbanos em meados do século XX, a perda dos campos que ainda eram mantidos ali dificilmente podia ser contornada. Casos como o do *Santanense*, que, depois da remoção do terreno anterior, conseguiu outra área, eram raros. Espaço de jogo que, por sinal, também foi vítima da abertura de uma via, com perda de parte da cancha²⁴.

²³ Cf. O TREMEDAL ARRUMA SEU CAMPO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 12 de julho de 1958.

²⁴ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 6 de novembro de 1964.

As dificuldades decorrentes do desaparecimento de campos dos bairros populares mais próximos ao centro repetiam-se. São exemplos desse fenômeno o Sagrada Família, cujos clubes mobilizavam-se para busca de alternativa²⁵, ou a Concórdia, onde o *Inconfidência* viu-se obrigado a migrar para o espaço de jogo do rival *Vila Concórdia* dada a perda da área que lhe fora cedida²⁶. Nesse último caso, o clube viabilizaria, anos depois, um novo local para suas atividades.

De toda forma, para um grupo de clubes que tiveram participação direta na constituição de um *circuito* varzeano a partir dos anos 1930, como tratado no capítulo 1, o progressivo desaparecimento dos campos nos bairros suburbanos implicava em graves dificuldades, o que podia culminar em sua desarticulação e extinção, como comentou coluna do *Diário da Tarde*:

Está inaugurado mais um ano e com ele novas esperanças para a pobre e sacrificada várzea de Belo Horizonte. Inteiramente olvidada pelos poderes constituídos, vê, lamentavelmente, o desaparecimento de suas mais caras tradições – Terrestre, Eldorado, União, Minas Gerais, Athletic, Guarani, Bandeirantes, Carlos Prates, Clube dos Três, Mato da Lenha, Industriários, Beverli e tantos outros que marcaram época no cenário esportivo de Minas Gerais, não considerando Fluminense, Lusitano, Estrela Dalva, Brasil, Celeste Império, Andaraí, Cascatinha, estes ainda lembrados com saudade por aqueles que praticaram, desinteressadamente, o esporte pelo esporte. Já não tem os torcedores varzeanos os famosos “clássicos” Tremedal x Carlos Prates, Pitangui x Terrestre, Mato da Lenha x América Suburbano, Rio Branco x Cascatinha, Andaraí x Calafate, Eldorado x Athletic, Montanhês x Minas Gerais, Terrestre x Brasil, jogos que movimentavam milhares e milhares de torcedores. (...)

Aqueles que se interessam pela várzea, conhecem os motivos do desaparecimento daqueles grandes clubes – campos. A medida que vinha a desapropriação, a falência era inevitável. Assim aconteceu com o Lusitano, Terrestre, Eldorado, Minas Gerais, Andaraí, Athletic (*sic*), Carlos Prates, União, Bandeirante e Mato da Lenha. Assim acontecerá, em breve, se medidas não forem tomadas pelas autoridades, com Parque Riachuelo, Santa Teresa, Independente, Cinco Estrelas, Estrela de Minas, Taiuva cujos alicerces já se encontram bastante abalados. Sujeitos que se encontram a jogar em campos afastados, longe do incentivo de seus adeptos, têm como consequência imediata a perda de associados. Face a isto, sobrecarregam-se as obrigações dos abnegados que sustentam o clube. Cria-se o problema pecuniário e, em seguida, o caminho inevitável – a falência.²⁷

Se, como demonstrado no capítulo anterior, a década de 1950 e o início da de 1960, foram um período de expansão dos campos pela cidade, especialmente no rastro da expansão urbana de padrão periférico²⁸; para os clubes amadoristas tradicionais, situados nos bairros suburbanos de ocupação mais consolidada, o cenário era de escassez de terrenos e de poucas oportunidades para conquista de novos espaços. Como ressaltou o articulista, a perda do espaço de jogo lançava a

²⁵ Cf. Melhoria para o campo do bairro Sagrada Família. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 29 de setembro de 1950.

²⁶ Cf. Notas da varzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8 e 11, 28 de maio de 1953.

²⁷ NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 3 de janeiro de 1964.

²⁸ Sobre o debate sobre o padrão periférico, vide o capítulo 4.

agregação numa espiral de eventos: necessidade de realizar os jogos em lugares mais afastados, desvinculação de sua base comunitária, perda de associados contribuintes, crise financeira, culminando na dissolução da entidade. Tal processo afetava renomadas equipes envolvidas em rivalidades históricas, gerando a sensação de que a várzea local agonizava.

A dinâmica de crescimento da cidade impunha a contradição entre a ampliação da rede de campos, por um lado, e o desaparecimento de tradicionais forças do meio amadorista local, por outro²⁹. Como será tratado no capítulo 6, os clubes que se organizavam nos novos bairros periféricos o faziam em outras bases. De certa maneira, a sensação de que uma forma específica do associativismo varzeano estava ameaçada não deixava de ter uma correspondência no real, não era despropositada a imagem de que um dado futebol, com tudo que o cercava, vivia seu fim.

As transformações dos bairros impactavam outras formas de vivenciar a modalidade. A oposição entre as convenções urbanas e o jogo do futebol pelas ruas marca toda a trajetória do esporte na cidade. Desde a introdução dessa prática atlética em Belo Horizonte, são recorrentes os episódios de tensões geradas pela apropriação de logradouros públicos como canchas de certames improvisados, em especial por grupos de garotos. Há registros de episódios, já no início do século XX, como a atuação da guarda civil contra os alunos do tradicional *Ginásio Mineiro*, que ocupavam os jardins da Praça da Liberdade em partidas informais, ou a autorização para a apreensão de bolas daqueles que insistissem em fazer das vias de trânsito espaço de jogo³⁰.

Em uma cidade estabelecida sob o signo do planejamento urbano, como Belo Horizonte, havia grande força na defesa da observância dos usos previstos para os espaços, com a constante condenação das subversões típicas da apropriação social dos lugares. Com a transformação da paisagem suburbana, decorrente do desaparecimento dos campos e do avanço das vias destinadas ao trânsito de veículos, as reclamações sobre a presença do futebol de rua se multiplicavam:

Dos mais diversos pontos da cidade, chegam-nos insistentes reclamações das famílias pedindo providências às autoridades policiais competentes para coibir a prática abusiva dos jogos de “pelada” pelas ruas.

Espectáculo dos mais comprometedores para a vida da cidade e para o sossego dos seus habitantes, o futebol de rua tem dado motivo a conflitos de toda ordem, seja entre os que praticam, seja entre os prejudicados e os moleques incorrigíveis.

O fato é que, á falta de policiamento mais rigoroso, todas as horas do dia são ocupadas por pequenos ociosos, rapazinhos que se utilizam dos logradouros publicos para disputar partidas de futebol, prejudicando o tráfego de veiculos e criando para os moradores as piores condições de segurança. As famílias onde em suas ruas se joga a “pelada”, nunca estão a

²⁹ O estudo de Lívio Gomes, citado no capítulo anterior, indica a manutenção dessa contradição no presente, ao opor o *Ferrovário* do Horto e o *Mineirinho* do Alto Vera Cruz. Cf. GOMES, Lívio Rodrigues. **Entre campos e cantos**: para uma sociologia do futebol amador. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

³⁰ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018, p. 211 e 216.

salvo de vidros e telhados quebrados, jardins estragados etc., pois a ação da molecada não perdoa o patrimônio alheio.³¹

A defesa da manutenção da ordem urbana, segundo a coluna, implicaria na necessidade de atuação das forças policiais para coibir o futebol dos garotos que ocupavam as ruas de diversos bairros da cidade. Como destacou um cronista do *Diário da Tarde*: “Rua, minha gente, não foi feita para bate-bola, nem vidraça alheia existe para ser quebrada”³².

Aos poucos os tradicionais bairros suburbanos de Belo Horizonte se integravam ao perímetro urbano, o avanço da infraestrutura citadina implicava na revisão de seus modos de vida, antigos espaços de encontro e de apropriação popular cediam lugar à exploração imobiliária e ao tráfego³³. Reclamações sobre a apropriação das ruas para a prática do futebol nessas regiões atravessariam as décadas da segunda metade do século XX³⁴, em especial na coluna “Alô! Alô!”, na qual os leitores do *Diário da Tarde* se manifestavam por telefone³⁵.

A contradição entre o futebol e a rua se consolidara na cidade e era objeto de ações educativas do *Batalhão de Trânsito (Betran)*, como indica a foto abaixo:

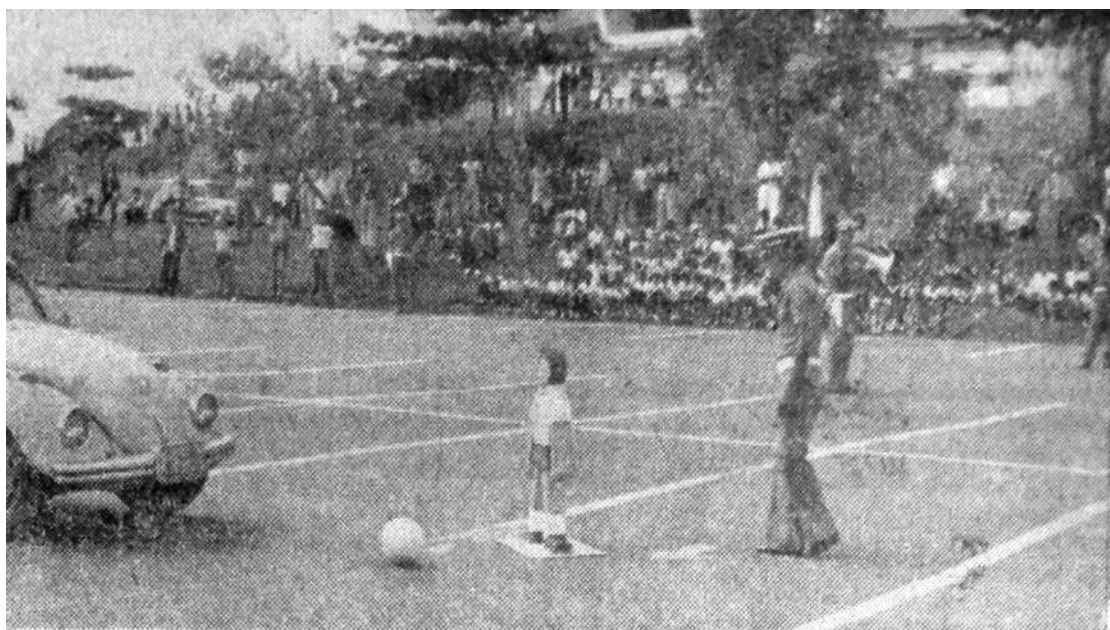


Figura 22 – Demonstração futebol de rua, 1978. Fonte: Trânsito tem cuidado especial com escolares. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 4 de abril de 1978.

³¹ Vai agir a policia contra o futebol de rua. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 30 de outubro de 1954.

³² A CIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 16 de dezembro de 1954.

³³ Para pesquisa que investiga as tensões do futebol de rua em um bairro da capital paulista ver: GONÇALVES, Glauco Roberto. *A crise da cidade em jogo: o futebol na contramão em ruas da Penha*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

³⁴ Cf. PEDEM O “RAPA” PARA ACABAR COM AS “PELADAS” NA RUA SILVEIRA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 10 de junho de 1958; Querem Fim ao Futebol de Rua. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 11 de junho de 1963; A Kombi desviou da pelada e caiu no Arrudas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 22 de dezembro de 1969.

³⁵ Cf. Alô! Alô! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 11 de janeiro de 1955; Alô! Alô! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 29 de setembro de 1966; Alô! Alô! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 8 de outubro de 1977.

A imagem registra as dependências do *Betran*, onde uma demonstração é realizada para um grupo de escolares. Ao fundo, é possível observar um conjunto de alunos uniformizados, assentados, com vários adultos em pé em seu entorno. Em primeiro plano, um agente de trânsito fardado conduz a atividade educativa que envolve uma cena protagonizada por um boneco representando uma criança que joga bola, enquanto um veículo se aproxima. Segundo informava a reportagem, a atividade tinha por objetivo comunicar normas essenciais de trânsito³⁶, o que incluía, como a foto evidencia, os riscos envolvidos na prática do futebol de rua.

A transformação da capital mineira impunha novas formas de relacionamento com a prática esportiva, a escassez de terrenos nas áreas urbanizadas e a prevalência do uso das vias para o tráfego de veículos diminuía as oportunidades de vivência do futebol. O avanço da cidade sobre as áreas suburbanas ao longo da segunda metade do século XX era apenas uma das faces da reconfiguração de Belo Horizonte. Frente às demandas impostas pelo incremento produtivo e pela valorização da terra, uma série de intervenções ocorreria a partir do final da década de 1960. Em um contexto de autoritarismo e de vigência de uma visão do urbano voltado à reprodução e à circulação de riquezas, os impulsos de redesenho do traçado da cidade pouco se atentariam para expressões comunitárias e populares. Era a metrópole que se sobrepunha à várzea.

5.2 – A imposição da metrópole

O crescimento de Belo Horizonte na segunda metade do século XX relacionava-se diretamente com a concentração econômica que tinha o município como núcleo. Mesmo com a existência de um polo industrial na cidade vizinha de Contagem, a população e toda a rede de serviços e de habitação estavam centralizadas na capital mineira, que reunia aproximadamente 85% dos moradores da Grande BH no início dos anos 1970, ao passo que as demais localidades do entorno sequer haviam superado a barreira dos 100 mil habitantes³⁷.

A escala assumida pela capital mineira, com população superior a um milhão de pessoas, e a velocidade como seu aumento demográfico e sua distribuição espacial se deram implicava numa série de problemas de gestão e infraestrutura. À euforia do alcance da condição de terceira cidade mais populosa do Brasil, seguiram-se reflexões sobre os desafios a serem enfrentados pelo município, alguns dos quais crônicos e presentes por décadas. Reportagem do *Diário da Tarde* enumerava as principais questões sanitárias de Belo Horizonte, há muito sem solução: “água, esgotos, lixo, alimentação, saneamento, poluição, chuvas.”³⁸.

³⁶ Cf. Trânsito tem cuidado especial com escolares. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 4 de abril de 1978.

³⁷ Cf. Belo Horizonte de cabeça para baixo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 14 de maio de 1968.

³⁸ Êstes problemas ninguém resolve. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 8 de janeiro de 1968.

Aos antigos impasses, novos desafios eram impostos pela escala que a cidade assumia e pelas novas formas de uso do espaço urbano, a exemplo do trânsito, com a defesa da realização de intervenções viárias, como viadutos e avenidas, como solução para o problema³⁹. Até mesmo as consequências psíquicas da vida metropolitana eram tema dos debates no final dos anos 1960:

Belo Horizonte, 1969: 1 milhão e 300 mil habitantes, 412 tentativas de suicídio, 679 mortes por violência, sinistros e acidentes de trânsito, 20 mil reclamações trabalhistas. Este é o retrato numérico de uma cidade que vai se transformando em metrópole. Sem mencionar outros problemas impossíveis de contar: a poluição do ar, a neurose provocada pelo ruído, os aumentos de preços e o aumento de consumo de bebida alcoólica. Esses problemas somados formam o que os sociólogos chamam “processo progressivo de loucura coletiva”.⁴⁰

A discussão sobre as consequências psíquicas da conversão da capital mineira em metrópole não se dissociava de um debate mais amplo sobre os problemas locais, que tinha na ideia da desfuncionalidade da cidade que se agigantava um dos eixos centrais. Nessa perspectiva, desde os anos 1950, enfatizava-se a necessidade de uma intervenção sistêmica sobre o processo de crescimento urbano de Belo Horizonte.

Se, nas primeiras décadas do século XX, havia forte crença no plano elaborado para a construção da nova capital, com o passar do tempo, ações localizadas, especialmente do ponto de vista cadastral, tais como a aprovação de áreas não pensadas originalmente para a habitação, seguiam promovendo pequenos ajustes ao desenho urbano original. Além disso, alguns projetos isolados, como a implantação da Pampulha como um balneário e a criação da cidade industrial, estabeleciam novas perspectivas de desenvolvimento para Belo Horizonte nos anos 1940.

Apesar de tentativas de coordenação de um plano urbanístico para a capital⁴¹, foi apenas em finais da década de 1950 que a *Prefeitura de Belo Horizonte* viabilizou um estudo abrangente com vistas ao estabelecimento de um programa para o desenvolvimento urbano local. Para tanto, contratou os serviços da *Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS)*, com o seguinte escopo previsto:

§1º – Para estudos da área metropolitana, referidos neste artigo, serão realizadas as seguintes análises: – das estruturas existentes; sociológica; das probabilidades de crescimento demográfico e econômico; de índices urbanísticos, – por sondagem; dos problemas de abastecimento, compreendendo os seguintes elementos: estrutura do equipamento de abastecimento e sugestões para a localização dos centros de abastecimento; sugestões de natureza jurídico-administrativa relativas à estruturação orgânica.

³⁹ Cf. AARÃO REIS NÃO PENSOU QUE BH CRESCESSE TANTO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 12 de dezembro de 1968.

⁴⁰ Ar poluído, álcool, neurose: BH já é uma metrópole. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 10 de março de 1969.

⁴¹ Cf. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “**Trabalhadores favelados**”: o processo de identificação das favelas e os movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014, p. 57.

§ 2º – Os elementos a serem apresentados para a estruturação a que se refere este artigo serão a localização desejável das áreas industriais, a estruturação dos diversos escalões da vida coletiva com a localização desejável para os centros, a localização desejável de estações rodoviárias e grandes mercados, a indicação das ligações viárias principais e sugestões de elementos de controle da ocupação do solo e do espaço.⁴²

Em que pese a existência do *Serviço do Plano Diretor*, vinculado à *Prefeitura* desde o início dos anos 1950⁴³, a contratação dos serviços da *SAGMACS* representou um nova perspectiva para o planejamento local, já que, pela primeira vez, um estudo sistemático seria realizado para a avaliação das futuras intervenções no desenvolvimento urbano do município, já não mais pensado de forma isolada, mas sim integrado a uma área metropolitana. A ideia de um controle da evolução da cidade dialogava diretamente com o pensamento urbanístico do período, no qual cada vez mais a gestão política e o discurso técnico se imbricavam⁴⁴.

Em inícios dos anos 1960, a *SAGMACS*, mais uma vez, prestou serviços à *Prefeitura*, com a conclusão dos estudos anteriores e a proposta de um plano diretor que incluía obras públicas⁴⁵. Era um passo para a nova etapa de intervenções urbanas que se anunciava. A administração seguinte, do prefeito Jorge Carone (1963-1965), traçou ambicioso programa de construções, para o qual lançou, ainda no primeiro ano de mandato, um sistema de venda de títulos públicos para o financiamento dos empreendimentos do governo local⁴⁶.

O segundo ano do mandato de Carone foi conturbado, especialmente pelo Golpe Militar e Civil de 1964. Figura associada a um estilo populista, membro do *PTB*, o prefeito vivenciou uma relação tensa com o novo regime, o que culminou com o seu *impeachment* no início de 1965, por acusações relativas ao seu programa de empréstimos e operações bancárias⁴⁷. Com a deposição do mandatário eleito, assumiu o indicado Oswaldo Pieruccetti (1965-1967), deputado udenista com participação direta na tomada do poder, atuando junto ao governador mineiro Magalhães Pinto⁴⁸.

A ascensão à liderança da *Prefeitura* de um indicado do governo estadual, alinhado ao regime militar, proporcionou a ampliação de recursos destinados ao município, assim como a

⁴² BELO HORIZONTE. Projeto de Lei aprovado sob o nº 730, de 2 de agosto de 1958 – Autoriza a Prefeitura a celebrar contrato com a *SAGMACS* – Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais. DR.01.02.09-8117 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 8.

⁴³ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1953**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo René Giannetti. Belo Horizonte, 1954, p. 7-13.

⁴⁴ Cf. HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1988; RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴⁵ Cf. Plano Diretor Orientou o Crescimento da Cidade. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 13, 12 de dezembro de 1962.

⁴⁶ Cf. BELO HORIZONTE CRESCERÁ COM O SEU DINHEIRO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 14 de outubro de 1963.

⁴⁷ Cf. Verbete biográfico CARONE, Jorge, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-carone-filho>. Acesso em: 14 de novembro 2020.

⁴⁸ Cf. Verbete biográfico PINTO, Magalhães, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-de-magalhaes-pinto-1>. Acesso em: 14 de novembro 2020.

prevalência de um discurso tecnocrático de gestão urbana que se afastasse “às coisas vãs e demagógicas”⁴⁹. Foi nesse contexto que um amplo programa de construções, em especial de intervenções viárias, teve lugar ao longo das décadas de 1960 e 1970. Se, por um lado, o plano diretor da *SAGMACS* não seria implantado na totalidade, com as previsões de controle de uso do solo, por outro lado, muitas das obras estruturantes seriam efetivadas nos anos que se seguiram.

Dentre os temas abordados pelo estudo da *SAGMACS* no final dos anos 1950, surgia a questão das condições de moradia dos habitantes da capital mineira. Segundo levantamento da empresa, 47% da população local mantinha-se em níveis inferiores de vida. Boa parte desse contingente habitava as dezenas de favelas formadas na cidade nesse período⁵⁰.

Ocupações irregulares de terrenos públicos e privados em Belo Horizonte ocorreram desde a inauguração da capital. O estabelecimento de um ordenamento que previa inúmeras demandas para a construção no perímetro urbano levou ao povoamento precário de várias regiões do entorno imediato. Mesmo dentro do anel da Avenida do Contorno, dadas as dificuldades de implantação do plano da nova capital, áreas livres, com destaque para pedreiras e várzeas dos rios, serviram à instalação de favelas. Nessa medida, o avanço da infraestrutura citadina sempre esteve associado à realização de remoções das populações que, cada vez mais, eram destinadas a terrenos de topografia desfavorável ou afastados dos bairros centrais⁵¹.

Ao longo desse processo, novas favelas foram criadas, assim como bairros operários que recebiam as populações removidas, tais como o Concórdia, nos anos 1920⁵², o Mato da Lenha, atual Salgado Filho, nos anos 1940⁵³, e o São Bernardo, na década de 1950⁵⁴. O crescimento demográfico da capital mineira na segunda metade do século XX se desdobraria não apenas com a fundação de loteamentos afastados, mas também com a proliferação das favelas, levantando uma questão que ganhava centralidade nas políticas públicas, a ponto do termo “favela” ser finalmente incorporado ao léxico da legislação local no ano de 1955, mesma época em que um setor dedicado ao tema foi organizado pela *Prefeitura*: o *Departamento de Habitação e Bairros Populares (DBP)*⁵⁵.

⁴⁹ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1966**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte, 1967, p. 3.

⁵⁰ Cf. Das mais precárias as condições de vida de 220 mil pessoas na Capital. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 31 de março de 1959.

⁵¹ Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Centro-Sul. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

⁵² Cf. ARREGUY; RIBEIRO, Regional Noroeste, 2008.

⁵³ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Oeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

⁵⁴ Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Norte. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

⁵⁵ Cf. OLIVEIRA, 2014, p. 58-62.

O novo órgão coordenava políticas de combate às favelas, por meio da fiscalização, para inibição de novos assentamentos irregulares, ou das remoções – ou “desfavelamentos” –, com a consequente construção de bairros populares para a realocação dos desapropriados⁵⁶. Desde o início dos anos 1950, com a aceleração do crescimento urbano, o *Diário da Tarde* explorava o tema, apoiado pelo aumento de ações da *Prefeitura*, igualmente inserida no debate⁵⁷.

Em um contexto de baixa efetividade das políticas para moradia popular, as ações do *DBP* articulavam medidas de combate às favelas, por meio do “desfavelamento”, e de construção de bairros populares para a acomodação dos removidos⁵⁸, sendo o caso mais exemplar o do Conjunto Santa Maria, edificado no final da década de 1950 para acolher os desapropriados para a realização de uma barragem na cabeceira do córrego do Leitão⁵⁹. À atuação do órgão somava-se a interlocução com a *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte*⁶⁰, entidade criada em 1959 e extinta após o Golpe Militar e Civil de 1964⁶¹.

O advento do regime militar e as mudanças na gestão da *Prefeitura* implicaram na gradual transformação da política para o tema, a qual era avaliada como fracassada em seus objetivos:

Uma lei inspirada com o alto objetivo de promover o desfavelamento das poucas favelas que existem em Belo Horizonte, votada pela Câmara ao tempo da administração do sr. Celso Melo Azevedo antes de ter oferecido a solução pretendida, foi mais um estimulante, dando ao problema uma dimensão enorme e tornando-o quase insolúvel.

A lei em questão criou o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares e, para mantê-lo, estabeleceu uma taxa de três por cento sobre o valor das novas construções. (...)

Em sua primeira fase de funcionamento, durante a administração do sr. Celso Melo de Azevedo, o Departamento de Habitação e Bairros Populares procurou cumprir as suas finalidades. Construiu o primeiro núcleo em Belo Horizonte, com o objetivo de promover o desfavelamento, o conjunto Santa Maria, um misto de casas e apartamentos, êsses em maioria.

O governo que se seguiu, embora não tivesse sido construído um novo núcleo, houve preocupação do Departamento de Habitação e Bairros Populares em melhorar as condições das favelas. O então diretor do DBP, entre promover o desfavelamento, tarefa além das possibilidades da Prefeitura, optou pela melhoria das condições de vida dos favelados. (...)

Até agora, não existe um esquema para conter, pelo menos, a proliferação dessas favelas, que hoje se estendem (*sic*) por quase todo o vale do Arrudas. A Prefeitura tem um departamento, o de Fiscalização, que tem por atribuição impedir a construção de novos barracos, mas o organismo é inoperante, não funciona, não toma qualquer conhecimento da situação. (...)

⁵⁶ Cf. A PREFEITURA VAI ACABAR COM AS FAVELAS DE BELO HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 2º caderno, 22 de setembro de 1958.

⁵⁷ Cf. EXTINÇÃO DAS FAVELAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 16 de julho de 1951; Outra favela visitada. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 18 de julho de 1951.

⁵⁸ Cf. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE BAIRROS POPULARES JÁ CONSTRUIU 148 APARTAMENTOS PARA FAVELADOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 3º caderno, 12 de dezembro de 1959.

⁵⁹ Cf. Obra de elevado sentido social realizada pelo DBP. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 4º caderno, 12 de dezembro de 1958.

⁶⁰ Cf. OLIVEIRA, 2014, p. 105.

⁶¹ Cf. *Ibidem*, p. 190.

O fracasso da Prefeitura na batalha do desfavelamento tem sido provado através dos anos. Desde que foi fundado, o Departamento de Habitação e Bairros Populares não chegou a desfavelar duas mil famílias. Enquanto isso, no mesmo período, a população favelada aumentou de mais de vinte mil pessoas.

Ante a situação, um vereador, o sr. Geraldo Renault, apresentou projeto à Câmara, no qual o prefeito é autorizado a celebrar convênio com o Banco Nacional de Habitação, no sentido de ser feito o desfavelamento. Argumenta o autor do projeto que o DBP provocou (*sic*) não ter condições para realizar a sua missão e, criado o Banco Nacional de Habitação, com a específica finalidade de promover a solução do problema habitacional, é necessário que aquelas duas forças passem a agir em conjunto, visando ao objetivo comum.⁶²

A reportagem indicava uma nova política de moradia popular na cidade. O propalado fracasso do DBP e a fundação do *Banco Nacional de Habitação (BNH)*⁶³ levariam a um convênio entre as esferas municipal e federal que transferiam a solução da habitação da população favelada para a União, cabendo à *Prefeitura* o foco principal nas ações de remoção. Nessa perspectiva, em meados dos anos 1960, há uma reorientação da atuação do órgão. Já em 1965, foi criada a *Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços*⁶⁴, com foco no desfavelamento, capitaneada pelo engenheiro Marcelo Andrade Neves⁶⁵. Esse seria o embrião da *CHISBEL*, a *Coordenação de Habitação e Interesse Social de Belo Horizonte*, de 1971⁶⁶, setor que foi responsável, ao longo da década de 1970, pela desapropriação de mais de 60 mil pessoas na capital mineira⁶⁷.

As políticas para moradia, que se modificavam na segunda metade dos anos 1960, não se dissociavam de outras mudanças nas perspectivas para a gestão das cidades e das transformações do tecido urbano, como destacam Nabil Bonduki e Lúcio Kowarick para o caso de São Paulo:

Neste sentido, cabe ressaltar que São Paulo, a partir de 1965, passou a ser objeto de intensos investimentos que remodelaram o espaço urbano de

⁶² DBP NÃO CUMPRE SUAS FINALIDADES E POPULAÇÃO DAS FAVELAS CRESCEU EM BH: 40 MIL BARRACÕES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 4 de outubro de 1965.

⁶³ Para Nabil Bonduki e Lúcio Kowarick, ao comentarem as formas de financiamento de moradias pelo BNH: “As políticas urbanas, cujo exemplo mais flagrante é o Banco Nacional de Habitação (BNH), refletiam o autoritarismo então vigente, cuja suposta neutralidade tecnocrática acabava por beneficiar os estratos de renda média e alta.” BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 148.

⁶⁴ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 1.369**, de 7 de dezembro de 1965. Cria a Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços para superintender as providências relativas ao problema de desfavelamento de áreas e logradouros públicos da Capital. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kfgmd>

⁶⁵ Cf. PREFEITO VAI CONSTITUIR HOJE COMISSÃO PARA DESFAVELAMENTO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 9 de dezembro de 1965.

⁶⁶ Sobre os impactos da *CHISBEL* para o aprofundamento da segregação racial e espacial na cidade: SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade**: cenário Belo Horizonte. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

⁶⁷ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do quadriênio 1971-1974**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte, 1975, p. 96; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1975**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Belo Horizonte, 1976, p. 296; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1976**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Belo Horizonte, 1977, p. 321; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1980**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Maurício de Freitas Teixeira Campos. Belo Horizonte, 1981, p. 57.

maneira radical. Expressão disso é o conjunto de políticas colocadas em prática a partir da administração Faria Lima (1965-1969), que originou inúmeras vias expressas, pontes, viadutos, alargamento e abertura de novas avenidas, destinado a criar um sistema viário capaz de receber uma frota que aumentou, num período de 20 anos, de 160 mil veículo (*sic*) na Capital em 1960 para mais de 2 milhões.⁶⁸

Programa semelhante seria executado a partir da gestão do já citado indicado à *Prefeitura*, Oswaldo Pieruccetti (1965-1967). Com o projeto “Nova BH-66” observava-se a tendência do avanço de obras estruturais pautadas na canalização de cursos d’água para criação de avenidas sanitárias e no alargamento e no asfaltamento de vias⁶⁹, um novo momento da urbanização que congregava as demandas de aceleração dos deslocamentos e encurtamento das distâncias baseado no automóvel, próprias de um centro que se convertia em metrópole.

Para a realização das obras, o município contava não apenas com os apoios dos governos estadual e federal, mas também com o financiamento de agências internacionais, como o *Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)* que provia recursos, por exemplo, para um amplo programa de canalizações realizado na cidade durante a gestão do indicado Luiz Gonzaga Souza Lima (1967-1971)⁷⁰. O mandatário tratava-se do mesmo industrial dono da fazenda na região dos Borges, onde se instalava a fábrica da *Indústria de Concretos Armados – ICA*, cujos funcionários, junto de seus familiares, criaram o *ICA Futebol Clube*⁷¹.

Um último elemento a se considerar na compreensão do contexto de transformações urbanas por que passava Belo Horizonte, trata-se da perspectiva metropolitana que orientava o planejamento desenvolvido no período. Já em fins da década de 1950, quando os estudos pela *SAGMACS* foram conduzidos, falava-se em uma área metropolitana com núcleo em Belo Horizonte, tema que ganhou mais relevo ao longo dos anos.

Em 1968, o recém-criado *Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (CEDEPLAR)* desenvolveu um estudo para a delimitação do que seria a Grande BH, zona de influência que englobaria a capital e outros dez municípios do entorno⁷². O trabalho contemplou análises de diversos aspectos da região, tais como demografia, história, rede de serviços e indústria, malha viária, recursos energéticos

⁶⁸ BONDUKI; KOWARICK, 1988, p. 148.

⁶⁹ Cf. MESQUITA, Yuri Mello. **Jardim de asfalto**: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

⁷⁰ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1968**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Souza Lima. Belo Horizonte, 1969, p. 1.

⁷¹ Clube citado no capítulo 4. Cf. MOREIRA, Antônio Aluísio [79 anos]; MOREIRA, Maria das Dores Castro [74 anos]; MACHADO, José Vicente [57 anos]; MACHADO, Denise de Castro Moreira [54 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 30 dez. 2016.

⁷² Cf. Belo Horizonte de cabeça para baixo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 14 de maio de 1968.

e hídricos e habitação⁷³. Pouco tempo depois, seria instalado no *Governo de Minas Gerais* um grupo de estudos para a implantação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o qual, em 1974, deu origem à autarquia estadual *Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLAMBEL)*⁷⁴. Tal movimento ocorria no esteio da Lei Federal Complementar 14/1973, que instituiu as primeiras regiões metropolitanas do país, dentre as quais a da capital mineira⁷⁵.

Se em seus primeiros anos, a *PLAMBEL* dedicou-se à elaboração de estudos, com destaque para as propostas de lei de uso e ocupação do solo para as cidades da região e para os planos de obras estruturantes, na segunda metade dos anos 1970, passou-se à fase de execução dos projetos⁷⁶. Dentre eles, vale ressaltar a implantação de um eixo leste-oeste que conectava Belo Horizonte a municípios como Contagem e Betim, por um lado, e a Sabará, pelo outro⁷⁷.

Em resumo, a reestruturação urbana em Belo Horizonte, do final dos anos 1960 até o início dos 1980, deu-se sobre as seguintes bases: a) Planos de obras voltados para intervenções viárias, com a criação de avenidas de trânsito rápido e viadutos, para interligação entre regiões do município, muitas vezes associados a projetos de canalização de cursos d'água, com baixa preocupação com as dinâmicas sociais e a qualidade de vida nos bairros; b) Política de remoções centrada na desapropriação de áreas para a implantação de vias e equipamentos urbanos⁷⁸, que se desvinculava da perspectiva de oferta de soluções habitacionais, repassada ao *BNH*; c) Planejamento metropolitano estimulado por recursos da União e de organismos internacionais, com a indução de ações específicas, como criação de vias expressas para o tráfego de veículos⁷⁹.

A face mais visível de todo o processo foi a ampliação da malha viária, com o surgimento de túneis e viadutos que favoreciam a vazão de veículos do centro para os bairros e os municípios vizinhos e, principalmente, com uma diversidade de largas avenidas, muitas delas originadas da cobertura de cursos d'água. O mapa a seguir representa tal transformação do tecido urbano destacando as principais vias, construídas entre o final dos anos 1960 e os anos 1980, sobre a evolução das manchas de ocupação da cidade:

⁷³ Cf. SE BH TEM UMA IRMÃ, É LA PLATA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 16 de maio de 1968; BH pede água, sempre a água. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 17 de maio de 1968; BH cresce, aumentam as favelas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 20 de maio de 1968.

⁷⁴ Cf. TONUCCI FILHO, João Bosco Moura *et al.* Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. In: ANDRADE; MENDONÇA; DINIZ (org.), 2015.

⁷⁵ Cf. BRASIL. *Lei Federal Complementar nº 14*, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm

⁷⁶ Cf. Plambel agora parte para a execução de suas obras. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 1º de setembro de 1975.

⁷⁷ Cf. Os presentes de Geisel para a Grande BH, hoje. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 18 de fevereiro de 1976.

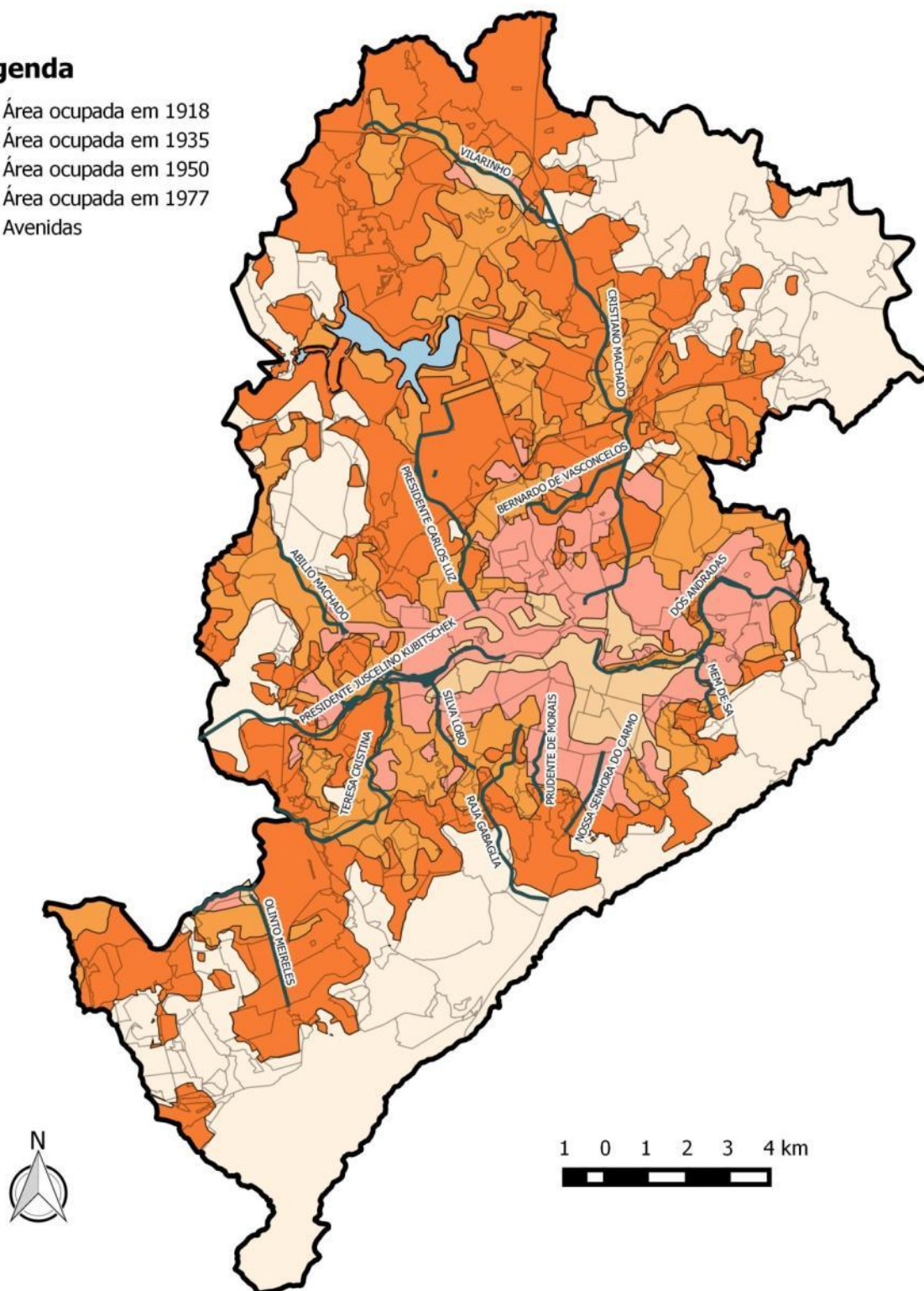
⁷⁸ Além de remoções para construção de avenidas, nos anos 1970, elas ocorreram para instalação de barragens, mercados públicos, centros esportivos, parques, dentre outros. Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório do quadriênio 1971-1974*, p. 99-100.

⁷⁹ Cf. Os presentes de Geisel para a Grande BH, hoje. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 18 de fevereiro de 1976.

Principais vias construídas em Belo Horizonte entre os anos 1960 a 1980

Legenda

- Área ocupada em 1918
- Área ocupada em 1935
- Área ocupada em 1950
- Área ocupada em 1977
- Avenidas



Mapa 9 – Principais vias construídas em Belo Horizonte entre os anos 1960 a 1980, sobre o mapa atual do município, trechos selecionados. Fonte: PLAMBEL. Elaboração do autor.

O mapa acima representa uma seleção das principais avenidas construídas entre o final dos anos 1960 e os anos 1980, sobrepostas às manchas de ocupação até o ano de 1977. A visualização dessas informações no mapa ajuda a compreender o papel dessas vias na articulação das regiões que eram alvo do avanço do povoamento de Belo Horizonte. Enquanto Nossa Senhora do Carmo, Prudente de Moraes e Raja Gabaglia integravam a parte sul da cidade, Mem de Sá e Silva Lobo, por meio da canalização de dois cursos d'água, permitiam o acesso a porções mais remotas das zonas leste e oeste, respectivamente. Cristiano Machado, conectada ao final com a Vilarinho, garantia o avanço pelo vetor norte, importante área dormitório da capital mineira. Olinto Meireles, integrada pelo viaduto do Barreiro, levava à região de expansão industrial. Por sua vez, a Abílio Machado e a Carlos Luz ligavam o noroeste, sendo a última via relacionada diretamente com a construção do maior equipamento esportivo da cidade, o estádio Mineirão⁸⁰.

Por fim, destacam-se as avenidas dos Andradas, Presidente Juscelino Kubistchek – mais conhecida como Via Expressa – e Teresa Cristina, que se aproveitam total ou parcialmente do leito do Ribeirão Arrudas e foram concebidas para compor um eixo de tráfego leste-oeste, conectando a capital aos municípios industriais de Contagem e Betim, a oeste, e Sabará, a leste. Principal intervenção do plano metropolitano na passagem da década de 1970 para a de 1980, a construção desse conjunto de vias foi também a maior responsável por remoções de pessoas no período, com o deslocamento de dezenas de milhares de moradores que ocupavam as margens do curso d'água, em algumas das mais tradicionais favelas de Belo Horizonte⁸¹.

O avanço das avenidas sobre áreas de ocupação popular não significava apenas a remoção de habitantes que por décadas estiveram ali em condições mais ou menos precárias, com a oferta de indenizações que dificilmente permitiriam a compra de um terreno na capital. Ao reconfigurarem traçados de córregos e rios ou recortarem partes planas dos bairros mais afastados, também impactavam outras práticas sociais que se desenvolviam naquelas áreas. Dentre elas, o futebol amador e uma vasta rede de campos que se formara, principalmente, durante a expansão das periferias da cidade, entre as décadas de 1950 e 1960, cujos construtores se aproveitaram de várzeas ou de terrenos planejados para criação de espaços de jogo que se integravam ao cotidiano de comunidades de formação recente, em busca de lazer e vínculos de pertencimento.

⁸⁰ Para reflexões sobre a construção do Mineirão, o *urbanismo esportivo* e a relação entre grandes estádios e a metropolização, respectivamente, cf. SCHETINO, André Maia. **Os gigantes e as multidões: estádios e cultura esportiva em Belo Horizonte (1950-1965)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014; MILAN VALDES, Rodrigo. **Urbanismo esportivo na América do Sul: ordem, espetáculo e operações imobiliárias (1920-1955)**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019; MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

⁸¹ Cf. Via Expressa vai exigir sacrifício das favelas. Mas indenizar não é a solução. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 20, 1º de fevereiro de 1978.

5.2.1 – *Desterro varzeano*

Como tratado no capítulo 4, a expansão de Belo Horizonte, com o avanço de bairros construídos a partir do padrão periférico, também significou a ampliação da rede de campos de várzea na cidade. Aproveitando-se da dinâmica de ocupação dos loteamentos que pressupunham um lento povoamento das áreas, o que implicava na disponibilidade de terrenos baldios, muitas agremiações que se formavam, rapidamente, conseguiam estabelecer um espaço de jogo e dar início às suas atividades, com vistas à promoção de fins de semanas com partidas.

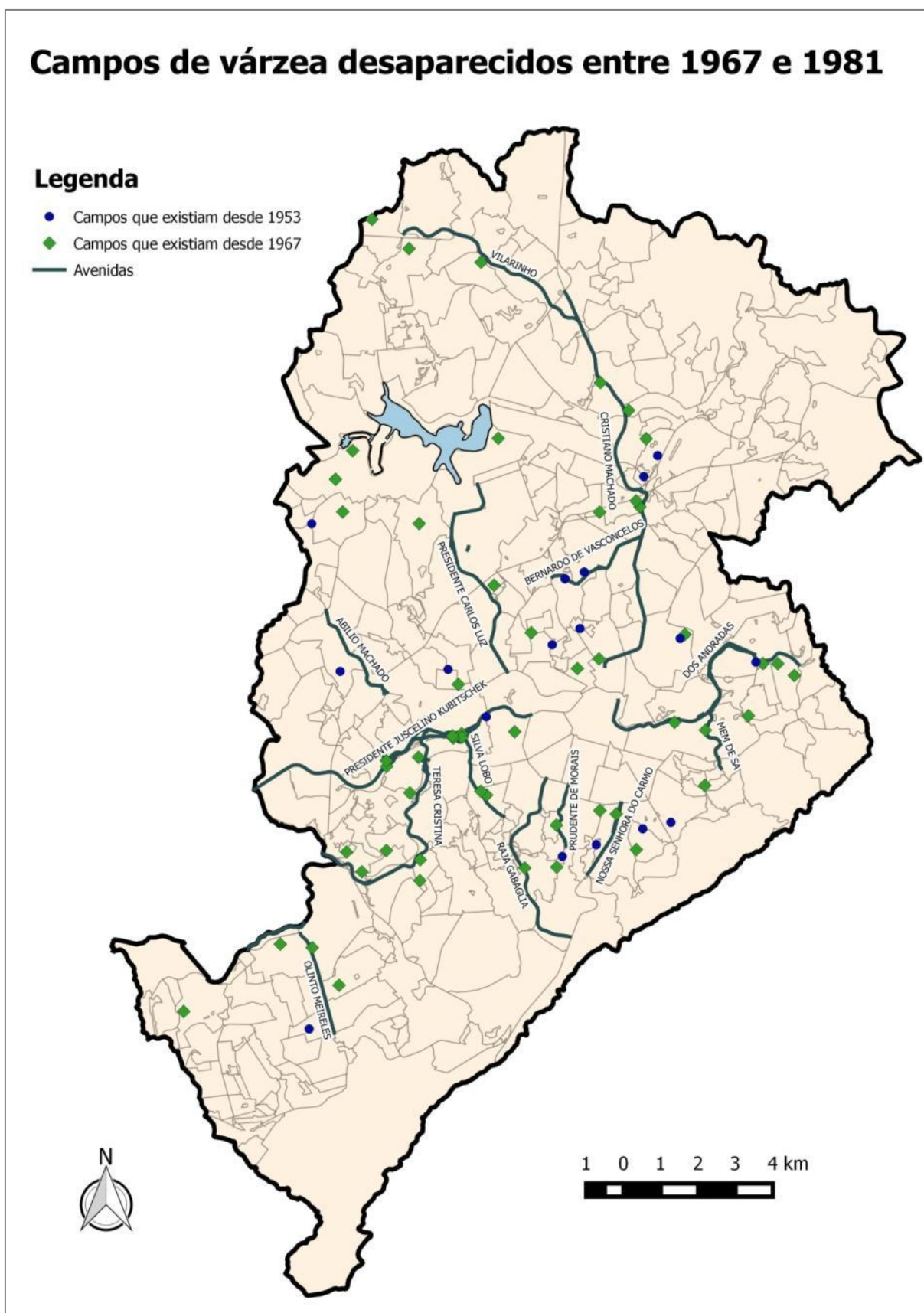
Se a caracterização do futebol popular local sob o epíteto de varzeano deveu-se mais à influência paulistana do que, necessariamente, à geografia dos campos, como tratado no capítulo 1, isso não significou que muitas das margens dos cursos d'água não servissem à implantação de espaços de jogo. A disponibilidade de terrenos em áreas alagáveis, naturalmente planificadas, favorecia a apropriação daqueles locais pelos clubes amadoristas.

Foi essa ocupação das margens de córregos e ribeirões ou de outras áreas disponíveis nas periferias em formação de Belo Horizonte nos anos 1950 e 1960 que o levantamento aerofotogramétrico de 1967, representado no mapa 7, no capítulo anterior, documenta. Interessante notar, contudo, como na restituição⁸² produzida a partir das fotos aéreas daquele ano, tais equipamentos esportivos populares eram ignorados pelos cartógrafos, que omitiam sistematicamente a presença daquelas canchas precárias, convertendo-as em vazios urbanos.

E foi nessa condição, como áreas inexistentes, que os executores das obras estruturantes da metrópole ascendente trataram os campos varzeanos. Contra os clubes pesavam as relações precárias de posse dos terrenos, não muito diferentes daquelas estabelecidas pela população favelada no tocante às suas casas. Ao que se somou uma perspectiva duplamente autoritária de remodelação urbana, seja pela ausência de controle público-eleitoral dos mandatários indicados, seja por uma perspectiva urbanística pouco atenta aos usos sociais e comunitários dos espaços.

Se a passagem de 1953 para 1967, anos em que foram realizados levantamentos fotogramétricos para Belo Horizonte registrava um saldo positivo de 50 campos varzeanos no município, as imagens de 1981 documentam a desestruturação de boa parte dessa rede, com o desaparecimento de 70 das 103 áreas identificadas em 1967. Ao se sobrepor a localização dos espaços de jogo erradicados no intervalo citado com a malha de avenidas criadas entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, a relação entre os dois fenômenos pode ser mais bem visualizada, como representado no mapa a seguir:

⁸² É chamada de restituição a primeira representação cartográfica, em mapas ou cartas topográficas, das fotografias aéreas. Trata-se de um desenho técnico que procura sistematizar as informações observáveis nas imagens, a qual produz uma seleção entre o que é importante registrar e o que se pode ignorar. Cf. Restituição do levantamento aerofotogramétrico do município de Belo Horizonte em 1967. Acervo APCBH.



Mapa 10 – Campos de várzea em Belo Horizonte desaparecidos entre 1967 e 1981, sobre mapa atual do município, trechos selecionados. Fonte: Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1953, 1967 e 1981. Elaboração do autor.

Como citado acima, mais de dois terços dos campos componentes da rede existente em 1967 desapareceram até o início dos anos 1980. A sobreposição da localização dos espaços de jogo extintos à malha de avenidas criadas no mesmo período evidencia o impacto que a reestruturação urbana por que Belo Horizonte passava teve sobre a manutenção das áreas ocupadas pelas agremiações varzeanas. A exemplo das remoções imputadas a um contingente de milhares de moradores das favelas no entorno dessas vias construídas para o trânsito de veículos, a destruição das canchas não estava associada a qualquer política de reassentamento⁸³.

Não por acaso, a década de 1970 foi um momento de proliferação da imagem da morte da várzea. Se a noção da precariedade das agremiações e de suas instalações foi algo permanente nos discursos acerca do amadorismo, com a elaboração de representações de diretores abnegados e poucos recursos para o desenvolvimento das atividades, nesse período a ideia de que aquela expressão esportiva popular estava em eminente risco de desaparecimento se fortalecia. Em uma reportagem sobre o tema, o colunista do *Diário da Tarde* comentou:

Se alguém pergunta pela sorte do futebol amador, a resposta é sempre a mesma: vive de teimoso. Nada há mais de positivo. A não ser a abnegação de alguns dirigentes, a várzea já estaria no arquivo, nas velhas recordações, nos grandes clássicos, que empolgavam a Lagoinha, Aparecida, Santo Antônio, Santo André, Santa Efigênia, Carmo e muitos outros bairros. Dos grandes jogos, apenas a saudade. Não houve revitalização no amadorismo.⁸⁴

O impacto das obras seria determinante para a reorganização do meio varzeano em várias regiões, com a extinção de clubes ou sua desvinculação dos bairros de origem. Iniciativa com o maior investimento do período, a criação da Via Expressa – Avenida Presidente Juscelino Kubitschek – representou uma das mais dramáticas intervenções realizadas em Belo Horizonte. Para sua construção foram promovidas as remoções de cinco diferentes favelas⁸⁵. Com relação aos campos não foi diferente, mais de uma dezena deles desapareceram.

⁸³ A reestruturação urbana da cidade de São Paulo teve impacto semelhante sobre a várzea local, em especial as obras ao longo das bacias dos rios Tietê e Pinheiros. A partir da década de 1970, a política de Centros Desportivos Municipais teria amenizado os efeitos, com a cessão de terrenos pela *Prefeitura* paulistana aos clubes. Alguns trabalhos que tratam da desterritorialização das agremiações em São Paulo são: ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; FERREIRA, Renata; GUTIERREZ, Gustavo Luiz; MARQUES, Renato Francisco. Os clubes de futebol e o processo de urbanização na região do Rio Tietê 1889 – 1945. *Recordes*, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.1-38, 2013; BIAGI, Diego Fernandes de. **Amadores, profissionais e varzeanos**: os significados das práticas futebolísticas na cidade de São Paulo e os clubes da comunidade. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017; FAVERO, Raphael Piva Favalli. **“A várzea é imortal”**: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Futebol: do ócio ao negócio. In: DEBERTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida e MARTINS, Sérgio. **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 129-146.

⁸⁴ Na várzea é assim: clubes morrem, campos desaparecem. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 13 de março de 1973.

⁸⁵ Cf. Via Expressa vai exigir sacrifício das favelas. Mas indenizar não é a solução. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 20, 1º de fevereiro de 1978.

A primeira etapa da obra envolvia a canalização do Córrego Tejuco, um afluente do Ribeirão Arrudas, que atravessava a Vila Oeste⁸⁶, bairro, que apesar de afastado, era povoado, pelo menos, desde a década de 1930. Sobre seus desdobramentos comentou o *Diário da Tarde*:

Com a abertura da Avenida Tejuco, vários times vão perder os seus campos. O Reunidos; a primeira vítima do progresso e talvez ainda este mês não jogue naquele local. O Alvorada também está condenado, mas ainda ficará na Vila Oeste, por mais alguns meses. Outros que estão na mesma situação: Regional, Gameleira e Cruzeiro do Sul. Questão apenas de tempo.⁸⁷

Os primeiros clubes atingidos pela intervenção foram os tradicionais rivais da Vila Oeste: *Alvorada* e *Reunidos*. Cultivando há quase 30 anos a vizinhança dos campos, muito próximos um do outro, as agremiações compartilhavam suas histórias, já que o *Reunidos* era uma dissidência do adversário local⁸⁸. A notícia da perda do espaço de jogo pelas associações chegava no mesmo momento em que o *Alvorada* celebrava a conquista do campeonato do DFA, o maior feito esportivo de sua trajetória, como sublinhou o *Diário da Tarde*:

Apesar de ter conquistado o título de campeão amador, fato inédito na Vila Oeste, mesmo assim o Alvorada não tem a felicidade completa. O seu campo vai desaparecer. Naquele local onde o time conseguiu vitórias e projeção, culminando com o campeonato, o que vem marcar ainda mais a sua admiração por aquele bairro. Em seu lugar está sendo feita a abertura da avenida Tejuco. Não é só o Alvorada o prejudicado, também o Reunidos, seu vizinho, sofre as mesmas consequências.⁸⁹

No ano da maior realização do *Alvorada*, quando pela primeira vez um time da Vila Oeste conquistava o título máximo do amadorismo local, seus dois principais times, que mantinham os únicos campos do lugar, seriam desterrados. Caberia a cada um deles encontrar novas alternativas para a sobrevivência e para a conquista de um campo. A construção da Avenida Tejuco, que no futuro se integraria ao traçado da Via Expressa, encerrava a história da várzea no lugar. A partir de então, antigos jogadores e moradores se deslocariam para os bairros vizinhos para manter a tradição de participação e assistência de jogos nos fins de semana.

O avanço das obras da Via Expressa vitimaria mais clubes, a exemplo do *Cruzeiro do Sul*:

O Cruzeiro do Sul, do bairro Calafate, um dos clubes mais antigos e tradicionais de BH, sofreu um golpe: Fundado há 40 anos – no dia 21 de novembro de 1938, o Cruzeiro do Sul é filiado ao DFA, disputando os campeonatos juvenil e amador. O clube acaba de perder o seu campo e agora está ameaçado de ser extinto, porque não tem meios de sobrevivência.

⁸⁶ Para informações sobre a Vila Oeste, vide nota 130 do capítulo 3. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁸⁷ Campeonato varzeano vem aí e os exames médicos também. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 6 de fevereiro de 1973.

⁸⁸ Cf. SILVA, Nilton Graciano da [81 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 ago. 2016.

⁸⁹ Campeão amadorista de 72 perde o campo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 47, 18 de dezembro de 1972.

O Cruzeiro do Sul tem esta diretoria: Jair Teixeira da Cruz (presidente); Dirceu de Almeida (tesoureiro); Edson Beloni (diretor de esportes); e Hélvio Costa (secretário). O técnico do time é o próprio presidente.

“O Cruzeiro do Sul possuía um campo há 36 anos, que ele mesmo construiu com muito sacrifício. Ficava na av. Silva Lobo, no Calafate. Devido a abertura da Via Expressa, há um mês, perdemos o nosso campo. Agora, não sabemos o que irá acontecer, nem que futuro reserva ao clube, que não tem meios de sobreviver. Nem satisfação recebemos, fomos despojados de nosso campo sem nenhum aviso, de surpresa. Agora será difícil continuar sem um campo. O Cruzeiro do Sul pode até acabar”, afirmou Jair Teixeira da Cruz.⁹⁰

O rápido avanço da construção da Via Expressa não permitia que os clubes se articulassem para lidar com a perda de espaços que ocupavam por décadas e nem todos conseguiriam manter as atividades por muito tempo. Cerca de uma dezena de campos foi removida apenas para a construção da Avenida Presidente Juscelino Kubitschek⁹¹. Se incluídas a Avenida dos Andradas e a Teresa Cristina, as intervenções apenas no leito do Ribeirão Arrudas representaram a remoção de 20 canchas até o início dos anos 1980, como mostra o mapa 9.

Medidas de retificação do curso do ribeirão, com o aterramento de algumas áreas gerariam oportunidades para a construção de campos. Apesar de serem em número menor que os espaços desaparecidos, em certos casos as agremiações aproveitavam-se de obras em andamento e de terrenos planos criados ao longo do processo para estabelecer seus locais de jogo. Tal ação dialogava com uma longa tradição do meio amadorista belo-horizontino, que por inúmeras vezes aproveitou-se da vagareza das construções públicas para manter canchas provisórias que chegaram a durar anos.

O *Taça de Ouro*, por exemplo, fez uso por quase uma década, durante os anos 1960, de um campo nas proximidades da barragem da Lagoa da Pampulha que, depois do rompimento em 1953, foi alvo de obras que se arrastaram por longo tempo. O espaço que originalmente era utilizado para o lazer dos trabalhadores da construção, passou atender à equipe da região⁹².

O caso mais notório de instalação de campos provisórios foi o conjunto estabelecido, durante a década de 1970, na Avenida Cristiano Machado, na porção que mais tarde receberia a Estação São Gabriel do metrô. Segundo a memória social do amadorismo local, a área chegou a concentrar mais de uma dezena de canchas, colocadas lado a lado. Eram tantos clubes que se concentravam ali que não havia fim de semana em que não ocorresse ao menos um festival⁹³. Clubes que perdiam seus campos, a exemplo do *Instituto Agrônomo*, cujo terreno foi utilizado

⁹⁰ Um velho clube está morrendo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 42, 20 de novembro de 1978.

⁹¹ Cf. SILVA, Nilton Graciano da [81 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 ago. 2016.

⁹² Cf. RIBEIRO, Laudelino Gonçalves [85 anos]; ARAÚJO, João Batista [67 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 22 abr. 2017.

⁹³ Cf. LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

para a instalação de prédios construídos pelo *BNH*, deslocaram-se para os espaços de jogo da Cristiano Machado, onde, ao menos por um tempo, tiveram possibilidade de mandar seus jogos⁹⁴.

Houve raras ocasiões em que, em meio a toda a transformação por que passavam os espaços, alguns clubes tiveram a oportunidade de conquistar de forma mais definitiva um campo. Esses foram os casos do *Santa Tereza* e do *Riviera*, que se beneficiaram das obras de retificação do Ribeirão Arrudas e de construção da Avenida dos Andradas, entre o final dos anos 1970 e os anos 1980. A exemplo da Via Expressa que compunha o eixo centro-oeste, o novo corredor de trânsito rápido fazia a ligação a leste. Sua construção implicou em novas ondas de remoção de favelas⁹⁵, tais como a União e a dos Urubus, situadas na altura do bairro Santa Tereza⁹⁶.

Na mesma medida, campos de várzea utilizados por essas outras comunidades foram extintos. A Favela União, por exemplo, dispunha de um espaço de jogo que fora destruído para a construção da Avenida dos Andradas ao longo dos anos 1970. Contudo, no processo de retificação, com o aterramento da margem oposta do Ribeirão Arrudas, local onde se formava outra ocupação irregular, a Vila Dias, foi criada nova área plana, rapidamente apropriada para a prática do futebol. Na parte alta da região, localiza-se o bairro Santa Tereza que, a exemplo de tantas povoações tradicionais, passara por intensa urbanização, com nenhuma disponibilidade de terrenos. O surgimento de um campo nas cercanias rapidamente chamou a atenção dos dirigentes do renomado *Santa Tereza*, pentacampeão do *DFA* nos anos 1940, que fez uma proposta às agremiações locais para assumir a posse da área. Como tratado no capítulo 3, ali a entidade estabeleceu um centro de treinamentos para as categorias menores, com cancha gramada, sede, vestiários e alojamentos, até hoje sob o seu controle⁹⁷.

Na ponta oposta da Avenida dos Andradas, já nas proximidades do município de Sabará, um clube formado no Alto Vera Cruz⁹⁸, uma das mais extensas áreas de ocupação irregular da cidade, também se beneficiou das obras de retificação do Ribeirão Arrudas. No final dos anos 1980, o *Riviera Atlético Clube* aproveitou-se de parte dos terrenos destinados à construção de uma escola para instalação do campo que ocupa até os dias de hoje⁹⁹.

⁹⁴ Cf. MOREIRA, Carlos Roberto [55 anos]; PIRES, Giovanni Lima Cadete [32 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2017.

⁹⁵ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1981**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Maurício de Freitas Teixeira Campos. Belo Horizonte, 1982, p. 68.

⁹⁶ Para informações sobre o bairro Santa Tereza, vide nota 114 do capítulo 3. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁹⁷ Cf. SANTOS, Ademilson dos [45 anos]; MATIAS, Valter Matos de [59 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jan. 2018.

⁹⁸ O Alto Vera Cruz foi ocupado a partir dos anos 1950. Assentamento irregular, apropriou-se de áreas destinadas a projetos de habitação não efetivados. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁹⁹ Cf. OLIVEIRA, José Pimenta Gomes de [71 anos]; GOMES, Pedro Pimenta [65 anos]; DINIZ, Marco Antônio [60 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 fev. 2017.

Como citado anteriormente, as ações de remoção ou desfavelamento na capital mineira atenderam preferencialmente à construção de avenidas, mas não se restringiram a isso. Um amplo programa de edificação de equipamentos urbanos esteve associado às desapropriações. Em 1975, por exemplo, ao final do segundo mandato do indicado à *Prefeitura* Oswaldo Pierrucetti (1971-1975), uma série de inaugurações de mercados públicos, barragens, centros esportivos, parques e praças, além, obviamente, de vias públicas, era anunciada¹⁰⁰, quase todos estabelecidos em áreas alvo da erradicação de favelas conduzidas pela recém-criada *CHISBEL*¹⁰¹.

A construção de barragem na cabeceira do Córrego do Leitão, que se situa no que é hoje o final da Avenida Prudente de Moraes, no bairro Santa Lúcia, implicou na remoção de população reassentada, no final dos anos 1950, no Conjunto Santa Maria, como já tratado neste capítulo. Essa mesma intervenção impactou no desaparecimento de campos ocupados por clubes do lugar, a exemplo do *Amazonas*¹⁰². A instalação de centros esportivos nos anos 1970, também afetou a rede de campos de várzea na cidade, tema que será retomado no capítulo 9.

Em alguns casos, a escassez de terrenos para equipamentos públicos criava impasses entre as comunidades. Como narra Eliana da Conceição Costa, ex-secretária e filha da então presidenta Maria da Conceição Silva, do *Avante Futebol Clube*, no Aglomerado da Serra¹⁰³:

Sem mais nem menos, eu estava aqui, fazendo almoço, que eu trabalhava à tarde, aí chegou uma menina aqui correndo e gritando: “Eliana, Eliana, estão arrancando as traves do Avante”, nessa época as traves já eram de ferro. (...) Aí eu peguei e falei: “Meu Deus, quem é que eu vou chamar agora, tio Ivo não tem jeito, quem é que eu vou chamar?”, tio Ivo já tinha até morrido, não, tinha não, tio Ivo adoeceu por causa disso, ele ficou doente por causa disso. Aí é, mandei ir correndo chamar o Silas, o Silas tinha uma banquinha de verduras ali embaixo, aí mandei ir correndo chamar o Silas, aí o Silas veio correndo, desceu correndo atrás do tio Ivo, foi atrás do tio Ivo, tio Ivo veio, eles foram atrás da Prefeitura, porque perguntaram os caras, os caras disseram que eram da Prefeitura. Foram lá, e tudo, tentaram trazer de volta, ia até para polícia, mas não adiantou nada, a polícia também não adiantou nada, a Prefeitura mandou tirar e levar e falou: “oh, as traves vão ficar guardadas aqui, se vocês arrumarem outro terreno para fazer o campo, a Prefeitura cede e devolve as traves para vocês”.¹⁰⁴

A destruição do campo liberaria o terreno para a instalação de uma escola, fruto de uma polêmica entre a liderança comunitária local e as dirigentes do *Avante*:

¹⁰⁰ Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 13 de março de 1975.

¹⁰¹ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório do quadriênio 1971-1974*.

¹⁰² Cf. ARAÚJO, Modestino da Silva [56 anos]; SILVA, Sebastião Fernandes da [63 anos]; PRADOS, Vicente de Souza [65 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 jun. 2016.

¹⁰³ O Aglomerado da Serra é o mais populoso conjunto de favelas da cidade, cuja ocupação se consolidou nos anos 1950, ainda que iniciada antes disso. Situa-se nos pés da Serra do Curral, entre alguns dos bairros mais valorizados da capital, como Serra e Mangabeiras. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. *Regional Centro-Sul*, 2008. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹⁰⁴ SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017.

Maria da Conceição: Ele falou comigo que, diz que fizeram um abaixo assinado para tirar esse campo, que foi comandado pelo Juventino.

Eliana: Foi feito, exatamente, associação dos moradores...

Maria da Conceição: Ele fez um abaixo assinado, só que ele não aplicou... Ele usou outro artifício...

Eliana: Só que ele usou outro argumento, inclusive eu e minha mãe assinamos...

Maria da Conceição: É, que todo mundo assinou, ele usou outro artifício, que o Ronaldo até falou que ele usou lá, o pessoal assinou...

Eliana: Era pela melhoria do bairro, melhoria dos becos, não sei o que...

Maria da Conceição: Só que não, era para tirar o campo. (...)

Eliana: A verdade era essa, só que ele sabia que, se ele colocasse isso como argumento ninguém ia assinar, porque todo mundo aproveitava do campo, todo mundo que tinha coisa assim, gostava de vender as coisinhas, no domingo faturava, ficava na beirada do campo vendendo as coisinhas deles. Era chup-chup, era laranja, tudo, aí na beirada do campo você achava de tudo, cervejinha não é? A cervejinha era do senhor Manuel não tinha jeito não. Você encontrava de tudo, mas acontece que ele usou esse argumento de que era para melhoria, aí nós assinamos...¹⁰⁵

Em um contexto de esgotamento de terrenos e de dificuldades de áreas para instalação de equipamentos coletivos, impasses eram gerados entre as próprias comunidades, a exemplo do caso do campo do *Avante*, no qual o presidente da associação teria atuado para interferir na destinação da área ocupada pelo clube havia cerca de duas décadas. Pressão semelhante foi enfrentada pelos integrantes da *Sociedade Esportiva São José Operário*, do bairro Primeiro de Maio¹⁰⁶, cujo terreno fora designado pelo governo estadual para a construção de uma escola, o que gerou a resistência da população local, como se recorda Jorgeval Costa Lima, então goleiro do time, e Edval Gomes da Rocha, seu presidente atual:

Rocha: Finalzinho, acho que de 78, 79 é que eles começaram a cogitar a ideia de fazer uma escola, em princípio era uma, agora são duas no terreno.

Jorgeval: A princípio, a gente fazia até molecagem, eles foram lá, na terraplanagem, eles colocavam aqueles piquetes de madeira... a gente ia lá e arrancava aqueles negócios.

Rocha: O terreno era do Estado. Então o Estado: “Ah, vou fazer uma escola no bairro.” Aí ele resolveu tirar o campo e por a escola. Pois sempre o terreno, ou era do Estado ou era da Prefeitura, eles chegaram e: “Nós vamos fazer uma escola aqui, vocês estão sem campo e pronto”. Aí cogitou-se a ideia de que a FAIAL, daria esse terreno aqui, o espaço para poder fazer o campo. (...) É, mas não teve demora sabe por causa de quê? Pela necessidade de eles tirarem a gente do campo, que igual ele falou, a gente ficava, eu não me lembro disso, mas, na época, o pessoal criou uma resistência muito grande em fazer a escola aonde era...

Jorgeval: É, a gente arrancava os piquetes...

Rocha: Aonde era o “top” entendeu, aonde era a reunião de todo mundo, todo mundo gostava de ir no campo, entendeu? O pessoal do bairro, a distração era a igreja, ou então era o campo de futebol...

¹⁰⁵ *Idem.*

¹⁰⁶ Ocupado nos anos 1940, o Primeiro de Maio reunia vilas operárias ao norte do Matadouro Modelo. Seu povoamento se intensificou na década de 1960, com o avanço da Avenida Cristiano Machado. Cf. RIBEIRO, Regional Norte, 2011. Veja mapa ao final da tese.

Jorgeval: Os antigos lá...

Rocha: ...então criou a resistência de não fazer a escola. Teve que agilizar entendeu? Aí a FAIAL deu o terreno, alguém arrumou a terraplanagem, vieram e fizeram o campo meio que às pressas, e começou a jogar aqui, viemos para cá.¹⁰⁷

O evento relatado pelos integrantes do *São José Operário* aponta para a resistência da população local¹⁰⁸ à perda de um dos únicos espaços de lazer existentes no bairro, mesmo para a instalação de um equipamento de uso coletivo, tal como uma escola. Indica ainda a tendência já referida de ausência de negociação pelos entes públicos com os antigos ocupantes quando das remoções. Por fim, apresenta outro importante agente da reestruturação urbana, ainda não tratado neste capítulo: as grandes empresas imobiliárias, nesse caso, a principal de Belo Horizonte, a *FAIAL*, que representava os interesses do banqueiro e investidor Antônio Luciano, o maior proprietário de terras na capital mineira ao longo do século XX¹⁰⁹.

Dado o impasse para instalação da escola no bairro Primeiro de Maio, a *FAIAL* ofereceu um terreno no bairro vizinho, o Dona Clara, loteamento ainda em processo de ocupação. Antes de examinar a relação estabelecida entre os especuladores imobiliários locais e as agremiações varzeanas da cidade, vale a pena retomar o debate sobre o desenvolvimento da metrópole.

5.3 – A cidade sob pressão

A ausência de políticas efetivas habitacionais e de acesso à terra constitui um problema histórico aprofundado durante a Ditadura Civil-Militar. Em meio ao crescimento da capital mineira e de sua região metropolitana, tal cenário impactou na proliferação da especulação imobiliária em Belo Horizonte. Desde a criação da *CHISBEL*, com a manutenção da parceria com o *BNH* para o fornecimento de moradias financiadas, estava clara a dificuldade de a população favelada acessar o programa, dada sua baixa renda¹¹⁰. O acesso ficava restrito às classes altas e médias que impulsionavam um mercado em expansão. A isso se somava o controle de um grupo pequeno de proprietários sobre terrenos em busca de valorização. Com a cidade em obras, a expectativa de aumentos dos preços para os lotes situados em bairros afastados era grande.

¹⁰⁷ LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

¹⁰⁸ Sobre uma reflexão formas de resistência popular, tais como as sabotagens dos membros do *São José Operário*: THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

¹⁰⁹ Antônio Luciano constituiu, ao longo das décadas de 1940 e 1950, verdadeiro império que envolvia canaviais pelo interior do estado, grande quantidade de terrenos em Belo Horizonte, correspondente a vários bairros que se formariam depois; além de cinemas, hotéis e um banco, o *Financial*. Cf. Verbete biográfico PEREIRA FILHO, Antônio Luciano, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pereira-filho-antonio-luciano>, acesso em 28 de abril de 2019; OLIVEIRA, 2014, p. 295 e ANTÔNIO LUCIANO: O HOMEM E O MITO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 20, 29 de outubro de 1973.

¹¹⁰ Cf. Chisbel tem casa de todo preço, mas favelados têm medo do BNH. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 27 de maio de 1972.

Sem políticas habitacionais para as camadas mais pobres e com financiamento com altas taxas para os grupos médios, o tema da especulação imobiliária ganhava espaço no debate público, sendo tratado como questão nacional¹¹¹. Aos proprietários dos loteamentos que vinham sendo ocupados desde o final dos anos 1940, aquele parecia o melhor momento para o lucro com as terras que mantiveram sob seu controle por tanto tempo. Sobre dinâmica semelhante na cidade de São Paulo, Nabil Bonduki e Lúcio Kowarick apontam que:

(...) Na medida em que a valorização do preço da terra, em grande medida, decorre dos investimentos que o Estado injeta no espaço urbano, este acaba por vedar o acesso dos trabalhadores às glebas que recebem benfeitorias públicas, ao mesmo tempo que garante ganhos extraordinários a seus proprietários.

As dificuldades para aquisição de um terreno pelos trabalhadores são crescentes, sobretudo, a partir de meados dos anos 70. De fato, enquanto o valor dos salários se reduziu à metade entre 1959 e 1978, o preço do metro quadrado de terreno, neste período, chegava quase a triplicar.¹¹²

Guardadas as proporções e especificidades entre as duas capitais, em Belo Horizonte, movimento semelhante era observado no período, o que esquentava o debate sobre o tema. Nesse sentido, ninguém personificava melhor a figura do especulador imobiliário do que o banqueiro Antônio Luciano. Sua quase onipresença pelas diversas regiões da cidade, nas quais mantinha terrenos por meio da construtora e imobiliária *FAIAL*, reforçava essa visão. Com vasta experiência na área e, desde muito, acusado de se utilizar da grilagem para a aquisição de novas glebas¹¹³, ele anunciava mais uma de suas estratégias para valorização de lotes:

No dia 11 deste mês os jornais publicaram o seguinte anúncio: “HOSPITAL – Dão-se terrenos para construções de alta categoria, de hospital, colégio, Jardim de Infância e residências de luxo. Tratar na Fayal, S/A. – Hotel Financial – 4º andar.” (...)

Ele chegou e confirmou o anúncio, para quem quiser terreno ele dá. E nos mais variados bairros da cidade, ricos e pobres, desde a Pampulha até a Serra:

– Mandeí publicar o anúncio e realmente estou doando terrenos pois quero colaborar, com a construção de mais hospitais, colégios e jardins da infância.

Mas o anúncio tem também um objetivo (*sic*) comercial, provando mais uma vez o tino do homem de negócios que é Antonio Luciano Pereira Filho que, além de colaborar, ainda sairá ganhando:

– Realmente, não posso deixar de dizer que se trata, também, de um negócio comercial. Tenho terrenos em vários bairros da cidade e, com a construção dos estabelecimentos que exige, eles valorizarão muito. E com isso, também terei condições de ganhar mais dinheiro. (...)

Em Belo Horizonte, também segundo o cadastro de imóveis do Incra e confirmação do próprio Antônio Luciano Pereira Filho, ele possui 3.500 mil metros quadrados espalhados pela grande maioria dos bairros de Belo Horizonte: (...) ¹¹⁴

¹¹¹ Cf. Especulação imobiliária já preocupa muita gente. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 9 de novembro de 1973; Exploração imobiliária. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 3 de maio de 1976.

¹¹² BONDUKI; KOWARICK, 1988, p. 149.

¹¹³ Cf. OLIVEIRA, 2014, p. 295.

¹¹⁴ Doação de terrenos é negócio de Luciano. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 14 de setembro de 1973.

O incentivo à construção de equipamentos de uso coletivo ou à edificação de residências de alto padrão era apenas mais uma das tantas estratégias do proprietário de terras para aumentar a lucratividade das áreas. Com o objetivo de reservar os terrenos, evitando ocupações e questionamentos judiciais sobre a posse, Antônio Luciano tinha, por hábito, estabelecer plantações de eucaliptos que, rapidamente, cresciam e preenchiam os lugares¹¹⁵. Outra medida comum, adotada não só por ele, mas por diversos especuladores, era a autorização para a instalação de campos de futebol de várzea, em acordos de disponibilização do espaço até que passasse por valorização que justificasse a sua negociação¹¹⁶.

A ocupação dos terrenos pelos clubes, sempre em acordos precários, muitas vezes envolvia o arrendamento, como no caso citado no início deste capítulo do *Rio Casca* que pagara antecipadamente por 12 meses de uso da área onde mantinha seu campo¹¹⁷. Em outros casos, a falta de clareza sobre a propriedade das áreas poderia gerar grandes problemas, impactando toda a organização da agremiação. Foi o caso do *Monte Castelo*, da Gameleira¹¹⁸, que construía uma das mais prestigiadas praças de esportes de todo o meio varzeano:

O campo do Monte Castelo será leiloado no próximo dia 12 de outubro pela justiça. (...) O início da causa se deu em abril de 1958 com a intimação feita ao Monte Castelo para devolver a área ocupada. O presidente Peri Miranda contestou, alegando, na oportunidade, que o seu clube era apenas usuário comprovando esta condição com documentos fornecidos pela Secretaria de Agricultura lhe cedendo o terreno a título precário. (...) Tranquilizou-se ante seus esclarecimentos. Posteriormente, constatou-se que o motivo da ação se prendia ao fato do Estado não ter indenizado o proprietário pela desapropriação. Porém, continuou calmo o Monte Castelo. Em junho o processo vltou (*sic*) a se movimentar. Desta feita, condenando o clube a pagar mais de Cr\$ 1.200.000,00¹¹⁹ como custas do processo, no prazo de 24 horas. Evidentemente, o time da Gameleira não tinha condições para cumprir a condenação. É de várzea pobre por natureza. Procurou-se, então, os poderes constituídos para conhecimento da causa. Em setembro, não sendo cumprida a exigência, publicou-se o Edital de Praça: leiloar o campo para satisfazer as custas processuais. Peri Miranda está movimentando os setores jurídicos da Capital para sustar a ação. Tem encontrado guarida, inclusive na Diretoria de Esportes e Advogado Geral do Estado. Não poupa sacrifícios na defesa de seu campo, campo que não é do Monte Castelo mas de toda a várzea de Belo Horizonte.¹²⁰

¹¹⁵ Cf. OLIVEIRA, 2014, p. 293.

¹¹⁶ A relação entre clubes de várzea e proprietários de terras foi recorrente, sendo identificada em outras cidades, a exemplo de São Paulo. Cf. SCHIFNAGEL, Betty. Caracterização geral do futebol de várzea como atividade popular de lazer. *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU*, São Paulo, nº 12, p. 110-122, 1979.

¹¹⁷ Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 30 de julho de 1949.

¹¹⁸ Sobre a Gameleira, vide nota 31 do capítulo 4. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

¹¹⁹ Valor correspondente a mais de 120 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto nº 49.119-A**, de 15 de outubro de 1960. Altera a tabela do salário mínimo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49119-a-15-outubro-1960-388422-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹²⁰ NOTAS DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 28 de setembro de 1961.

O clube que, na década anterior, havia inaugurado uma das praças de esportes mais completas do amadorismo local, realizada com recursos próprios, sobre a qual se falou no capítulo 4, vivenciava, então, um enredo kafkiano, com o risco da perda de todas as benfeitorias para custeio de uma ação que incidia sobre um terreno que lhe fora cedido pelo governo estadual. Em meio a acirradas disputas pelo domínio das terras na cidade, não raro as associações eram surpreendidas por querelas judiciais e cartoriais das quais não tinham qualquer conhecimento. Foi o caso do *Grêmio Mineiro*, do Carlos Prates, cujos membros relatam a atuação de Antônio Luciano que lhes tomara o campo, reivindicando ser o dono¹²¹.

Se no caso do *Grêmio Mineiro* o lendário especulador aparecia como o responsável pelo desaparecimento de seu campo, na maior parte das narrativas seu papel era diverso. Era a ele que várias equipes recorriam quando necessitavam de um espaço de jogo. Foi o que ocorreu com o *Reunidos Esporte Clube*, que perdera a área que ocupava quando da construção da Avenida Tejuco. Vizinho à Vila Oeste, formava-se o bairro Alto dos Pinheiros, onde boa parte das terras era ocupada pelos eucaliptos plantados pela FAIAL. Segunda relata o ex-presidente da agremiação, Jair Colen Filho, o “Lu”, à época, atleta do clube:

Aconteceu assim, quando o seu José Bonifácio que era o presidente, lá da Via Expressa, quando ele pediu o Luciano um terreno aqui, o Luciano permitiu que ele construísse um vestiário, que na verdade, a própria FAIAL, que era a empresa do Luciano, construiu um vestiário para o Reunidos.¹²²

Relatos similares de negociações, várias delas envolvendo conversas diretas entre dirigentes varzeanos e Antônio Luciano foram registradas¹²³. A intervenção do proprietário teria sido importante para o estabelecimento de diversos campos que cumpriram a função de garantir a reserva de terras, especialmente entre os anos 1960 e 1970.

Nessa medida, em certas ocasiões, poderia haver a contradição entre a busca de moradia por populações recém-chegadas ou desabrigadas por remoções e enchentes e os integrantes dos clubes varzeanos que se movimentavam para a garantia de um espaço de jogo. Foi o caso do campo do *Pompéia*, no bairro de mesmo nome¹²⁴ que, por mais de uma ocasião, foi ocupado para

¹²¹ Cf. CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016.

¹²² COLEN FILHO, Jair [68 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 set. 2016.

¹²³ Cf. CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016; LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017; PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017; SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016; SOUZA, Gêmir de [89 anos]; PAULA, Marcelo de [62 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jun. 2016.

¹²⁴ Sobre o bairro Pompéia vide nota 83 do capítulo 4. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

a construção de casas, demandando a negociação de seus membros e a intervenção dos poderes públicos para a retirada dos barracos¹²⁵. Episódios similares ocorreram com outras agremiações, o que apontava para a alta demanda por terras numa cidade cada vez mais adensada¹²⁶.

Episódios como o do *Monte Castelo*, que mobilizara grandes recursos financeiros e sociais para a construção de uma praça de esportes, tornavam-se mais raros. A exceção eram clubes como o do *Santa Tereza* que, dirigido por um empresário do jogo do bicho, viu seu campo receber inúmeras benfeitorias custeadas diretamente pelo dirigente. O mais comum era que as agremiações, dada a precariedade da posse, não fizessem muitos investimentos sabendo que mais dia, menos dia, seriam removidas pelos proprietários. Caso exemplar, nesse sentido, é o do *Leblon*, do bairro homônimo¹²⁷ que, ao longo das décadas de 1960 e 1970, passou por pelo menos quatro campos diferentes até se fixar, em meados da década de 1980, no local que ocupa até hoje. Em todos os casos, ocupou terrenos vagos em busca de valorização, no próprio bairro ou nas suas proximidades, negociando com os proprietários a permanência provisória¹²⁸.

Com acordos realizados, na maior parte, informalmente, a ocupação de campos por clubes poderia desdobrar-se em conflitos, alguns deles com desfechos trágicos. Um dos mais célebres na memória social da várzea local envolve a área, atualmente, vinculada ao *Grêmio Mineiro*¹²⁹, mas à época pertencente a dois clubes, o *Galícia* e o *Santista*. Em 1972, disputas em torno do uso do terreno já teriam virado caso de polícia, pois Benedito Ferreira de Andrade, proprietário alegado de parte dos lotes que compunha um dos campos, mandara cercar um trecho com mourões que atravessavam a área de jogo¹³⁰. A tensão entre outros dois litigantes pela ocupação do espaço atingiria, contudo, o seu ápice quatro anos depois, como noticiou o *Diário da Tarde*:

As quadrilhas do mês de junho este ano no bairro Santo André estarão desfalcadas de um de seus principais incentivadores: o técnico de futebol Coló, que morreu assassinado na madrugada da última segunda-feira. (...)

Laudenor de Souza Assunção, nome de Coló, nasceu na Bahia, no dia 13 de maio de 1913. Como chegou a Belo Horizonte ninguém sabe explicar. O certo é que chegou ainda menino e se fixou no bairro Santo André, onde

¹²⁵ Cf. Pompéia ameaçado de morte: campo está sendo invadido por favelados. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 21 de junho de 1960; Super do DFA começa domingo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 11 de junho de 1969.

¹²⁶ Cf. Flagelados invadem campo de futebol. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 5 de março de 1979; Invasão do campo tem protesto na Câmara. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 14 de maio de 1981.

¹²⁷ O bairro Leblon foi aprovado quando a área ainda integrava o município de Santa Luzia. Seu povoamento se deu nos anos 1960, quando já pertencia a Belo Horizonte, cumprindo o papel de bairro dormitório, a exemplo de outros bairros vizinhos. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte*: Regional Venda Nova. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹²⁸ Cf. MACHADO, Manoel Lúcio [74 anos]; SILVA, Jailson Santos da [40 anos]. [jul. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 12 jul. 2018.

¹²⁹ Cf. CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016.

¹³⁰ Cf. NINGUÉM MAIS JOGA FUTEBOL NOS TERRENOS DE BENEDITO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 15, 10 de julho de 1972.

encontrou ambiente propício para seguir sua vida de homem simples e ligado aos costumes de sua terra.

Cedo, ele se dedicou ao futebol. Fundou o Galícia Esporte Clube há 37 anos, e do clube saíram vários jogadores para times profissionais, como Atlético, Cruzeiro e América. (...)

O Galícia jogaria no campo do Pompéia naquele domingo e tudo era festa na rua Natal, 1.226, a casa do técnico. Foi à tarde que tudo aconteceu. Houve o problema com um tal de Ricardão, que dizia ter um lote anexo ao campo do Galícia. Este era um dos motivos de rixa no bairro. Ricardão, que durante muito tempo havia sido integrante do Avante – outro time do bairro, parecia ter um grande ódio do Galícia.

De um momento para o outro, sem ninguém entender direito, Ricardão havia prometido dar um tiro em Coló. Era o antigo problema do lote que integrava o campo. Josafá, amigo dos dois, tentou um acordo. Tudo parecia ter acabado, quando, de repente, na sede do Galícia, o filho de Ricardão acertou uma facada no velho técnico. Josafá voltou correndo, e, com a ajuda de um motorista de táxi, socorreu o técnico, levando-o para o Pronto Socorro, onde acabou morrendo na madrugada de segunda-feira. Ricardão e o filho criminoso continuam desaparecidos.¹³¹

A morte de Coló representava um desdobramento trágico para rivalidades clubísticas e conflitos pela posse de terra, esses últimos agravados, mais recentemente, dadas as pressões decorrentes da reestruturação urbana. Após longos períodos de permanência nas áreas onde estabeleceram seus campos entre os anos 1940 e 1960, vários clubes viam sua continuidade na região de origem ameaçada. Frente a esse risco, o *Montanhês*, agremiação tradicional do bairro São Pedro¹³², ingressou com um processo requerendo o usucapião do terreno que ocupava havia 37 anos¹³³, buscando indenização dada a perda do espaço¹³⁴.

A falta de notícias e a perda definitiva do campo do clube que nunca mais retomou uma área de jogo sinalizam o insucesso da iniciativa. Contudo, estratégia parecida seria evocada por outras equipes e dessa vez a investida era contra a FAIAL, segundo o *Diário da Tarde*:

Brasilina (da Sagrada Família), Florestal (também da Sagrada Família, Recife (Caiçara) e Grêmio Mineiro (Santo André) são os clubes que perderam seus campos recentemente para a Faial S/A, mas podem reaver seus terrenos, de acordo com a nova lei de usucapião.¹³⁵

A exemplo do que ocorrera com o *Montanhês*, a perda de campos por esses clubes naquela momento aponta para o insucesso da investida jurídica. De todos, apenas o *Grêmio Mineiro* conseguiria um novo campo, justamente o espaço que fora pivô da disputa que levou ao assassinato de Coló, conquistado por outros meios, como será tratado no capítulo 9. Entretanto, a

¹³¹ As festas agora serão mais tristes: está faltando Coló. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 14, 22 de maio de 1976.

¹³² Sobre o bairro São Pedro, vide nota 134 do capítulo 4. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

¹³³ Cf. *Montanhês* o líder com 6 pontos de vantagem. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 15, 17 de dezembro de 1970.

¹³⁴ Cf. DFA não realiza campeonato em 1971. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 17, 10 de novembro de 1971.

¹³⁵ Notícias da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 21 de janeiro de 1982.

emergência de questionamentos à legitimidade da posse de uma especuladora como a *FAIAL* apontava novas perspectivas para a compreensão do processo de acesso à terra na capital mineira.

5.3.1 – *Um novo ordenamento urbano*

A segunda metade da década de 1970 vivenciou uma oposição. Até mesmo por ter sido o período das mais extensas remoções realizadas pela *CHISBEL* que, só no ano de 1979, contabilizou o despejo de 24.535 pessoas¹³⁶, foi também um momento de reflexão e questionamento da política habitacional e fundiária desenvolvida na cidade. Já em meados dos anos 1970, os movimentos de moradores de favela, que se reorganizavam depois da dissolução promovida pelo Golpe de 1964¹³⁷, faziam a defesa da urbanização das áreas irregulares como alternativa às desapropriações¹³⁸. Em entrevista ao *Diário da Tarde*, o arquiteto José Carlos Laender de Castro analisava as mudanças na política de moradia popular:

Antigamente tínhamos o DBP, órgão criado pelo então vereador Leopoldo Garcia Brandão, o Departamento de Bairros Populares cobrava uma taxa das construções novas de BH para ajudar os favelados; com o dinheiro arrecadado construiu-se o conjunto Santa Maria. Depois passou a doar lotes e vender materiais de construção aos favelados (bairro São Bernardo, etc.) Pelo menos, segundo José Carlos Laender, havia uma preocupação com o problema social do favelado, o que não acontece hoje com a Chisbel que simplesmente desaloja os moradores para mais longe, dando lugar a mais um bairro de classe alta (por exemplo favela Copacabana na Serra).¹³⁹

As remoções conduzidas pela *CHISBEL* e a valorização da terra em Belo Horizonte faziam com que o fenômeno das favelas se estendesse a outros municípios metropolitanos. As desapropriações às margens do Ribeirão Arrudas eram tidas como responsáveis pela migração de um grande contingente populacional em busca de alternativas de moradia nas cidades vizinhas¹⁴⁰.

O arquiteto José Carlos Laender ainda comentou sobre a questão do planejamento:

Com relação ao planejamento urbano, naquela época havia o plano diretor de Belo Horizonte elaborado pela SAGMACS (...) Somente muitos anos após surgiu o Plambel para planejar, não somente BH, mas o aglomerado gigantesco que constitui hoje área metropolitana de Belo Horizonte. Os problemas se tornam a cada dia mais complexos e os administradores cada vez mais desorientados, sem coragem e sem visão administrativa (...)¹⁴¹

¹³⁶ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1980**, p. 57.

¹³⁷ Sobre políticas de remoções da Ditadura Civil-Militar no estado do Rio de Janeiro, Cf. RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório/ Comissão da Verdade do Rio**. Rio de Janeiro: CEV, 2015.

¹³⁸ Cf. Os pedidos dos favelados ao prefeito Luiz Verano. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 21, 8 de março de 1976.

¹³⁹ PINTO, Heliana Alvares. Sugestões para vencer desafios da cidade cheia de problemas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 7 de fevereiro de 1979.

¹⁴⁰ Cf. Favelas de BH estão indo para Neves, Ibirité, Betim e Sabará. O drama. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 20, 10 de agosto de 1978.

¹⁴¹ PINTO, Heliana Alvares. Sugestões para vencer desafios da cidade cheia de problemas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 7 de fevereiro de 1979.

As consequências do descontrole sobre a distribuição da terra que impactava tanto na expulsão de populações pobres de áreas mais centrais de Belo Horizonte, ou até mesmo do município, assim como permitia atuação desenfreada de especuladores imobiliários, reforçava o discurso da necessidade não apenas do planejamento urbano, mas da regulação do uso do solo. Levantamentos como o realizado pelo *CEDEPLAR*, no final dos anos 1960, já apontavam para distorções nas formas de ocupação da cidade que, por exemplo, vivenciava um considerável déficit de áreas verdes e de uso comum¹⁴².

Nesse sentido, ações pontuais, tais como a aprovação de lei que previa a reserva de área de cerca de 1.000 m² para ponto de recreação de moradores, tentavam controlar a exploração extensiva dos loteamentos¹⁴³. Porém, seria a elaboração da lei de uso e ocupação do solo do município gestada pelo corpo técnico da *PLAMBEL* que estabeleceria, em 1976, o primeiro arcabouço normativo para coordenar os diferentes interesses de apropriação da terra na cidade¹⁴⁴.

Essa legislação seria alvo de reformas nove anos depois, uma vez que foi, em 1985, que se aprovou o formato definitivo da lei de uso e ocupação do solo do município, vigente até os dias de hoje¹⁴⁵. O intervalo entre a publicação das duas normativas foi um período especialmente rico de debate sobre os destinos da cidade e de confrontação de diferentes visões sobre a questão fundiária em Belo Horizonte.

Em meados dos anos 1970, novas perspectivas para a questão da moradia já eram postas, como aponta ligação não identificada replicada na coluna “Alô! Alô!” do *Diário da Tarde*:

- Quero elogiar a notícia publicada ontem na página 5 do DIÁRIO DA TARDE sobre o problema das favelas...
- Ah! Foi uma nota vinda das Nações Unidas, pelo telex...
- Isso, acerca de um relatório da ONU sobre o aumento do número de favelados e desaconselhamento a remoção dos mesmos. Também acho que o negócio será legalizar a situação dos favelados e urbanizar seus locais de moradias.
- Tomamos nota.
- Que dia que sai?
- Se possível, hoje.
- Obrigado.¹⁴⁶

¹⁴² Cf. Falta casa nesta área. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 20 de maio de 1968.

¹⁴³ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.830**, de 5 de junho de 1970. Reserva uma área de terreno de 1.000 m² mais ou menos, no centro de cada bairro ou vila, para servir como ponto de recreação destinado aos moradores da região. Disponível em: <http://leismunicipa.is/khmde>.

¹⁴⁴ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.662**, de 29 de novembro de 1976. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aimck>.

¹⁴⁵ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 4.034**, de 25 de março de 1985. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/lfhkm>.

¹⁴⁶ Alô! Alô! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 23 de outubro de 1974.

Demonstrando-se atento ao debate, o leitor aproveitava-se da repercussão da nota das *Nações Unidas* para suscitar o debate sobre a urbanização e a regularização das favelas. Perspectiva parecida foi apontada, poucos anos depois, pela liderança da *União Prado Lopes*, Francisco Nascimento, antigo dirigente da *Frente dos Trabalhadores Favelados de BH*¹⁴⁷, entidade dissolvida pelo Golpe de 1964. Aos poucos, ele retomava a representação desse segmento social e, em memorial entregue ao indicado à *Prefeitura* Luiz Verano (1975-1979), defendeu as seguintes ações de curto prazo para mitigar o problema da moradia popular:

3. – Medidas imediatas: que podem ser paliativas mas humanas e necessárias, enquanto não se adotam as medidas dos itens 1 e 2: – a chamada humanização das favelas, a saber: mais luz, mais chafarizes, mais vias de acesso, o saneamento básico possível, campanhas de profilaxia sanitária e ambulatórios médicos.¹⁴⁸

Uma nova perspectiva para tratamento do tema se conformava. As denúncias das pressões sofridas pela população favelada da cidade, não apenas por meio da *CHISBEL*, acusada inclusive de promoção de incêndios para forçar as remoções¹⁴⁹, somavam-se a relatos de constrangimentos infligidos por especuladores imobiliários que reivindicavam a posse de terrenos ocupados em diferentes partes da cidade. O aprofundamento dessa questão, teria levado, em 1983, à realização da chamada CPI da *FAIAL*, na *Câmara Municipal*, que se debruçou sobre “as desapropriações que a *FAYAL S.A.* vem efetuando em nossa capital”¹⁵⁰.

Toda essa movimentação abria espaço para propostas mais avançadas de tratamento da questão da moradia popular, em especial para o tema das favelas. Em um clima de distensão do autoritarismo e de redemocratização, a *Prefeitura* encaminharia à *Câmara*, em 1982, o projeto de lei para a criação do Programa Municipal de Regularização de Favelas que propunha a efetivação de um zoneamento especial dentro da lei de uso e ocupação do solo, com a emissão de títulos de propriedade para os moradores e a organização de ações de urbanização¹⁵¹. A iniciativa desdobrou-se no chamado *PROFAVELA*, que reverteu a tendência de remoções e apontou para o reconhecimento das ocupações irregulares, com o investimento em melhorias de infraestrutura para os locais¹⁵², dando origem à empresa urbanizadora local, a *URBEL*¹⁵³. Essa nova perspectiva foi registrada na versão da lei de uso e ocupação do solo aprovada em 1985.

¹⁴⁷ Cf. OLIVEIRA, 2014, p. 192.

¹⁴⁸ Os pedidos dos favelados ao prefeito Luiz Verano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 21, 8 de março de 1976.

¹⁴⁹ Cf. Marginalizados. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 25 de junho de 1976.

¹⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Requerimento 4.880/83**. Apurar as desapropriações que a *FAYAL S.A.* vem efetuando em nossa capital, e levantamento das propriedades da mesma. DR.01.02.04-0084 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁵¹ BELO HORIZONTE. **Ofício G. 941/82**. Encaminha projeto de lei que autoriza o Executivo Municipal a criar Programa Municipal de Regularização de Favelas – GR1126 – Caixa 378 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

¹⁵² Cf. Terreno das favelas não poderá ser mais loteado. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 6 de julho de 1984.

Se a questão da moradia popular, mais especificamente das favelas, teve na normatização de zonas especiais um passo importante para ruptura da política de remoções e expulsão das populações para áreas cada vez mais afastadas, no caso dos campos de várzea, possibilidade semelhante foi criada durante a discussão da primeira versão da lei de uso e ocupação do solo, ainda em 1976. Na proposta encaminhada pela *Câmara Municipal*, a partir do texto elaborado pela *PLAMBEL*, havia a seguinte previsão:

“Art. 10 – Passam a pertencer à SE-2 os Campos de Futebol Amador, a seguir especificados:

1 – Reunidos Futebol Clube, Fazenda da Gameleira, quarteirões 11, 12 e 13. 2 – Alvorada Futebol Clube, avenida Tejuco. 3 – Avante Futebol Clube, rua Dr. Camilo Serra. 4 – Bola de Ouro Futebol Clube, rua Coronel Pereira (final). 5 – E. C. Unidos da Brasilina, esq. de ruas Cabrogo (*sic*), Santo Amaro e São Roque. 6 – Associação Atlética Cachoeirinha, entre ruas Coqueiros, Aroeira, Sambeatiba e São Leopoldo. 7 – Caetanense Esporte Clube, rua Sumaré, bairro Vera Cruz, Altos dos Minérios. 8 – Canto de Minas Futebol Clube, rua Francisco Bicalho, ao lado da Subestação Adelaide. 9 – Ideal Esporte Clube, av. Cristiano Machado com rua Borba Gato. 10 – Comercial Esporte Clube, av. Sinfônio Brochado, 1.054, Barreiro. 11 – Campos Altos Futebol Clube, BR-262, Bairro Jardim Montanhês. 12 – Engenho Nogueira Futebol Clube, av. Presidente Carlos Luz, viaduto da BR-262. 13 – Social Olímpico Ferroviário, rua da Balaça, s nº, pátio da Estação do Horto Florestal. 14 – Floresta Esporte Clube, rua Maria Martins Guimarães, esquina de ruas Cabrogo (*sic*) Sto. Amaro e São Roque. 15 – Galícia Esporte Clube, rua Garças, Santo André. 16 – Associação Esportiva Gameleira, rua José Alencar, margeando o Arrudas. 17 – Grêmio Esportivo União, rua Ponta Porã, próximo à Praça do BG. 18 – Ica Futebol Clube, Km 11 da BR-262, município de Belo Horizonte. 19 – Inconfidência Esporte Clube. 20 – Associação Recreativa Itamaraty Futebol Clube, rua Major Lage, Bairro Itamaraty. 21 – Kelma Atlético Clube, rua Itaipu com rua General Ozório, Alto dos Minérios. 22 – Industrial Melo Viana Futebol Clube, Vila Melo Viana, rua Japurá com av. Cachoeirinha. 23 – Monte Azul Esporte Clube, rua Madrissilva, esquina de rua Carapuça. 24 – Nacional Futebol Clube, BR-135, Km 03, entre BR-3 e a estrada que liga Belo Horizonte a Nova Lima. 25 – Paraíso Esporte Clube, final do ônibus Santa Efigênia, linha 40. 26 – Pitangui Esporte Clube, rua Itabira com Borba Gato. 27 – Associação Atlética Popular, rua Aiuruoca, 347, Bairro São Paulo. 28 – Prudentina Futebol Clube, rua Leopoldo Pereira, 208, final da av. Pedro II. 29 – Pompéia Futebol Clube, rua Conde D’Eu, Itamerim, av. Belém e Ribeirão Arrudas. 30 – Esporte Clube Recife, rua Itaomi, Bairro Santo André. 31 – Associação Atlética Santista, rua Gurutuba com rua Garças. 32 – Esporte Clube Santa Maria, av. Raja Gabaglia, Conjunto Santa Maria. 33 – São Bernardo Esporte Clube, rua Edina Onintel (*sic*), com av. Cecília Pinto. 34 – Associação Esportiva Suzana, rua Lúcio Bittencourt, nº 186. 35 – Associação Esportiva Tupinambás, rua São Jerônimo, entre rua Gustavo da Silveira, 673, Santo Agostinho, atrás da Oficina do Horto. 36 – Venda Nova Futebol Clube, rua Andradadas, 262, Venda Nova, Belo Horizonte. 37 – Esporte Clube Vila do Carmo, rua N. S. da Piedade, esquina de Pe. Matias, Nova Vista. 38 – Estátua de Ouro Futebol Clube. 39 – Paulistano Atlético Clube, rua Margem do Oeste, final. 40 – Barreiro Esporte Clube. 41 – Tremedal Esporte Clube. 42 – Santanense Esporte Clube. 43 – Cruzeiro do Sul Esporte Clube. 44 – Prudentina Esporte Clube, final

¹⁵³ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório anual de atividades – Exercício 1986**. Belo Horizonte, 1986, p. 28.

da av. Pedro II, abaixo do Campo de Aviação do Carlos Prates. 45 – Vila Concórdia. 46 – Grêmio Mineiro de Esportes.”¹⁵⁴

A proposta de criação de um segmento de setores especiais referentes aos campos amadores, artigo vetado pelo indicado do regime militar à *Prefeitura*, Luiz Verano (1975-1979), elencava 46 espaços de jogo, muitos dos quais desapareceriam nos anos seguintes, sendo que, atualmente, apenas 15 deles ainda permanecem. Nas negociações por um novo ordenamento da cidade, a possibilidade dos campos de várzea de deixarem de ser tratados como vazios urbanos e serem igualados a equipamentos institucionais como “parques, praças, hospitais, centro cívico, universidades, estádios, terminais, usina de lixo, aterro sanitário, cemitérios, áreas de lazer e escolas em geral”¹⁵⁵ fracassava. Como apontou a geógrafa Odette Seabra sobre a metropolização e as transformações urbanas:

(...) a cidade considerada na sua historicidade, se constitui numa categoria de objeto capaz [de] sintetizar os complexos processos implicados nas metamorfoses do emprego do tempo. Pois, como já mencionado, no seu fundamento há disposição total do tempo dos cidadãos como tempo de festa que comportou negócios, tal como foram as feiras ao longo da História. No entanto o processo histórico mostra que os negócios venceram e subjugaram o caráter e a natureza da festa na cidade.¹⁵⁶

Na conversão de Belo Horizonte em metrópole, o tempo do negócio subjugava a festa. Cada vez mais, os campos de várzea soavam como formas estranhas e incompatíveis com a cidade das avenidas e da circulação dos automóveis e das mercadorias. Na negociação do novo ordenamento urbano tais espaços não seriam reconhecidos. A capital desenhada e redesenhada nas pranchetas sequer reconhecia aqueles lugares, representados como vazios.

Mas e a vida no bairro e seu associativismo pujante? Por hora, deve-se abandonar o grande quadro da metrópole emergente e voltar ao cotidiano das comunidades periféricas. Buscar examinar de que forma toda a transformação vivenciada pela capital mineira repercutia nas diferentes partes da cidade e de que maneira a reestruturação urbana e os desafios dela decorrentes foram experimentados pelos seus moradores e pelos sujeitos varzeanos.

¹⁵⁴ Verano veta 17 artigos e devolve à Câmara a Lei de Uso do Solo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 30 de novembro de 1976.

¹⁵⁵ BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 2.662*, de 29 de novembro de 1976.

¹⁵⁶ SEABRA, 2011, p. 55.

Capítulo 6 – Vida nova no bairro popular

A segregação sócio-espacial é um aspecto marcante da estruturação urbana de Belo Horizonte desde a sua construção. As exigências impostas à ocupação do perímetro urbano, com estabelecimento de padrões de edificação e cobrança de taxas, implicaram, ainda em seus primeiros anos, no afastamento das classes trabalhadoras da região central, com o consequente crescimento dos bairros suburbanos¹. A explosão demográfica vivenciada na década de 1950 e a reconfiguração pela qual a capital mineira passou nos anos 1960 e 1970 reiteraram essa separação que assumia nova dinâmica, como apontaram duas reportagens do *Diário da Tarde*:

Em relação à zona norte, a zona sul da cidade é uma região privilegiada: tem luz de mercúrio, asfalto, ruas retas, sinais luminosos, rede de água e de esgotos. E todos os técnicos em planejamento municipal só projetam obras para essa região, apesar dela conter apenas 25% do total da população de Belo Horizonte. Em todos os países do mundo é assim mesmo: só as regiões do sul das cidades é que progridem. É um fenômeno natural. Mas, veja aqui como está a nossa zona sul, a região que vai do São Lucas à Barroca, passando pelo Sion e o Santo Antônio.

O fenômeno é mundial: em todas as grandes cidades, a zona sul é sempre privilegiada, tem melhores serviços, é melhor atendida, progride e se valoriza mais. Em Belo Horizonte, a situação se repete, e a nossa zona sul é realmente a região da cidade que mais se valoriza, que tem tudo de melhor, inclusive água, luz, telefone, asfalto, táxis, boa rede de esgotos, escolas. Essa nossa zona sul vai do São Lucas até a Barroca, passando pela Serra, Cruzeiro, Anchieta, Carmo, Sion, Santo Antônio, Funcionários, Santo Agostinho, Barroca e adjacências.

Todos esses bairros se interligam através de várias ruas. Com o término da avenida Prudente de Moraes, a situação vai melhorar mais ainda. (...) ²

No dia seguinte a essa matéria, o jornal publicava o contraponto que dizia:

Na zona norte, falta tudo. Não há táxis, não há ruas bem asfaltadas, a rede de água e de esgotos é ruim e estragada, há filetes de águas poluídas de esgoto escorrendo pelas ruas, os bairros são feios. A rua Jacuí, por ter cinco quilômetros de extensão, reúne todos os problemas de todos os bairros da zona norte e, por isso, ela serve de ponto de referência para tudo de ruim que temos na cidade. Em alguns pontos, ela nem passeios para pedestres tem, forçando os moradores, inclusive as crianças, a andarem em plena rua, com risco de vida. Mas há uma característica na zona norte que a região sul não consegue imitar: há muitos meninos e muitos cachorros.³

Se até meados do século XX, a divisão mais comum da cidade, ao se fazerem comparativos sobre as condições de infraestrutura e de vida da população, era entre a área urbana e a suburbana, com o passar do tempo, ganhava força a ideia de uma zona sul privilegiada, que abrigava as classes médias e altas e proporcionava confortos e facilidades não vistos em outras regiões da capital mineira. Tal discurso era especialmente fomentado pelo

¹ Cf. AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

² ZONA SUL: TAMBÉM EM BH TEM SEUS PRIVILÉGIOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 30 de agosto de 1971.

³ BH, ZONA NORTE – Aqui, os problemas são muitos (e a maioria não tem solução). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 31 de agosto de 1971.

mercado imobiliário, interessado na valorização da terra e dos empreendimentos que se desenvolviam ali. Outro formato de bairro vinha sendo criado em Belo Horizonte. Beneficiados por obras públicas, aqueles locais apresentavam uma nova perspectiva de se vivenciar a cidade, na qual prevaleciam recém-edificados prédios de apartamentos. Eles se distinguiam do antigo perfil suburbano, com suas casas autoconstruídas e crianças e cachorros pelas ruas.

6.1 – Um estilo moderno de morar

A porção sul da nova capital representava o vetor com menores possibilidades de expansão do município. Cercada pelo maciço da Serra do Curral, permitia o avanço de poucos quilômetros para além da região central de Belo Horizonte, na qual se estabeleceu o perímetro urbano da capital mineira. Com uma topografia difícil, de perfil íngreme, abrigou, nas primeiras décadas do século XX, principalmente, chácaras e pequenas manufaturas, tais como cerâmicas e olarias. No desenvolvimento inicial da cidade, foi a região com menor densidade demográfica⁴.

Com a intensificação das atividades econômicas da capital mineira, em meados do século XX, a região seria o alvo preferencial para os investimentos imobiliários. Nos anos 1950, anunciava-se a “valorização fabulosa com a ‘corrida’ pelos terrenos da zona sul”⁵. Ali (veja mapa ao final da tese), uma nova tendência se afirmava, com a produção de prédios de apartamentos, repercutindo um estilo de vida que se consolidava na cidade.

Na área central de Belo Horizonte, a criação de arranha-céus comerciais passaria, desde os anos 1940, a conviver com a construção de grandes edifícios para fins residenciais, especialmente voltados às classes mais altas. Essa tendência era semelhante à verificada em São Paulo, no mesmo período, impulsionada pelo congelamento dos aluguéis imposto pela lei do inquilinato⁶. Em 1958, a empresa do construtor local Wady Simão anunciava que, nos últimos 15 anos de atividades, havia construído mais de duas dezenas de prédios apenas no Centro da capital mineira, totalizando mais de 3.000 unidades habitacionais produzidas⁷.

A difusão dos apartamentos entre as classes médias e altas era associada a um novo estilo de vida, moderno e condizente com a metrópole e, ao mesmo tempo, distintivo em relação às formas de vida nos bairros suburbanos da capital mineira. A aquisição de uma unidade residencial na área central da cidade era propagandeada como bom investimento, que permitia o usufruto das facilidades e dos confortos disponíveis apenas àqueles que habitavam

⁴ Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Centro-Sul. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

⁵ BELO HORIZONTE: FENÔMENO IMOBILIÁRIO! **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 7 de julho de 1954.

⁶ BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998, p. 251.

⁷ Dentro da grande metrópole, há uma cidade nossa. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 20 de outubro de 1958.

a região mais estruturada e concentradora dos serviços. Tais ideias permeavam os anúncios imobiliários, a exemplo do reproduzido abaixo:

luxo, conforto, distinção...

Na mais bela paisagem da cidade, no centro geométrico de Belo Horizonte - praça Raul Soares, a mais bela praça do Brasil, vai se erguer o mais luxuoso e moderno conjunto de apartamentos da capital: Edifício Paula Ferreira. Aliando ao seu conjunto arquitetônico de rara beleza, um acabamento de luxo, o Edifício Paula Ferreira apresenta ainda a sensacional novidade: apartamentos Duplex. Estude o senhor, também estas vantagens e... dê à sua família o melhor presente de Natal!

edifício PAULA FERREIRA APARTAMENTOS DE LUXO

ESTUDE ESTES DETALHES

- Bela fachada, toda em mosaicos
- Cinqü elevadores
- Apartamentos de 91 a 260m²
- Distribuição funcional das peças
- Pintura a óleo
- Localização excepcional
- Entrega em 36 meses
- 3 QUARTOS
- AMPLO LIVING
- COPA
- COZINHA
- INST. E DEMAIS DEPENDÊNCIAS
- PREÇOS DESDE

573.000

pagamento gradamente facilitado.

APARTAMENTO DUPLEX

Esta maravilhosa criação da funcional arquitetura moderna está magistralmente apresentada na Ed. Paula Ferreira. Área de 176m², com superior acabamento.

LOCALIZAÇÃO

Ai está a excepcional localização do Ed. Paula Ferreira: Praça Raul Soares, entre o cine Candelária e Confeitaria Marzucco.

CONSTRUÇÃO, INCORPORAÇÃO E VENDAS

Tecnoconstrutora Ltda

RUA CURITIBA, 705 - 7º ANDAR - FONE 4-6744

Figura 23 – Anúncio Edifício Paula Ferreira, 1956. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 14, 3º caderno, 12 de dezembro de 1956.

O anúncio traz em destaque a representação do casal que, pelos trajes, remete às classes altas e médias. À sua frente se projeta o alvo do desejo dos compradores: o croqui do edifício de linhas modernistas. O texto remete a aspectos de distinção social a partir da aquisição do imóvel, ideia reforçada por um brasão com as iniciais do nome do empreendimento, posicionado no canto direito, ao alto. A localização é ressaltada, com a indicação da situação do prédio em relação à praça. Da mesma forma, um pequeno desenho apresenta o conceito do apartamento duplex. Por fim, o texto reitera todas as vantagens da compra de uma unidade no edifício, sugerindo a possibilidade de o chefe de família garantir um ótimo presente de natal para a mulher e os filhos.

Em finais dos anos 1950, o modelo de empreendimento imobiliário que se consolidava na área central da cidade orientava a expansão rumo à zona sul. Com a produção de edifícios que, normalmente, tinham menos pavimentos em relação ao Centro, sem elevadores, o apartamento

emergia como forma de habitação das classes médias belo-horizontinas⁸. A comercialização dos imóveis e a venda de um dado estilo de vida passavam pela afirmação de um novo perfil de bairro que se diferenciava das demais áreas que circundavam o perímetro urbano⁹.

Para essa distinção corroborava a implantação de uma infraestrutura citadina mais qualificada, com investimentos regulares do poder público nessas áreas. Como citado na reportagem do início deste capítulo: “todos os técnicos em planejamento municipal só projetam obras para essa região”¹⁰. Tais vantagens urbanísticas e paisagísticas ajudaram a consolidar os bairros da porção sul da cidade como locais para expansão de moradias das classes altas e médias, percepção expressa nos próprios anúncios, como o destacado a seguir.



Figura 24 – Anúncio Edifício “Renato Boschi”, 1961. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 2º caderno, 4 de dezembro de 1961.

O anúncio do edifício traz em destaque o nome do bairro: Gutierrez¹¹, qualificado como “o mais moderno e aristocrata (...) da capital”. Compreendido como integrante da zona sul, que se estenderia até o vizinho Barroca, o local tinha como vantagens, a proximidade da área central, a boa oferta de água e a facilidade de circulação, pelas muitas opções de transporte. A dependência de empregada informava sobre o estilo de vida esperado dos moradores. Da mesma forma, o *playground* prevenia a presença de cachorros e crianças pelas ruas.

O destaque dado aos nomes dos bairros era estratégia recorrente entre as imobiliárias na produção de seus anúncios, como evidencia a série apresentada a seguir:

⁸ Fenômeno similar é notado para o caso de São Paulo. Cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 e Edusp, 2000, p. 224.

⁹ Outro modelo de moradia das classes médias e altas que ganhou força na capital, na segunda metade do século XX, foram os condomínios mais afastados, integrados a áreas verdes. Cf. DUARTE, Regina Horta. “Eu quero uma casa no campo”: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. **Topoi (Rio Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 159-186, jan./jun. 2014.

¹⁰ ZONA SUL: TAMBÉM EM BH TEM SEUS PRIVILÉGIOS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 30 de agosto de 1971.

¹¹ O Gutierrez, na 3ª seção suburbana do plano da nova capital, teve loteamentos aprovados desde os anos 1920. Sua ocupação se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, a partir da canalização do Córrego dos Pintos, para a abertura da Avenida Francisco Sá, e da construção da Praça Leonardo Gutierrez. Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Oeste**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. Veja mapa ao final da tese.

Apartamentos no
Carmo
 Localização e conforto

Rua Vitória Marçola,
 esquina
 de R. Braz Cubas

edifício
IGARAPÉ

Apartamentos excelentes com 3 dormitórios, living, sala de refeições, banheiro, cozinha, serviço e dependências para criada. Varanda em toda extensão de frente do apartamento.

Apenas **300.000** de sinal
20.000, mensais

PREÇO FIXO SEM REAJUSTAMENTO. FINANCIAMENTO EM 6 ANOS
ENTREGA EM 12 MESES

Incorporador:
DR. ROBERTO ELLIS ROBERTO FILIZOLA DOS SANTOS
 Construção:
SOCIEDADE CONSTRUTORA MINAS MODERNA LTDA.

Exclusividade de vendas:
MARTINS IMÓVEIS
 LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
 R. Rio de Janeiro, 462, sala 502.
 fones: 2-8755 e 4-5424
 Diariamente de 8 às 20 horas




Figura 25 – Anúncio Edifício Igarapé, 1962. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 13, 7 de maio de 1962.

APRAZÍVEL CLIMA DE MONTANHA NA SERRA

EDIFÍCIO ADRIANA

Junto ao Colégio Sacré Coeur de Maria, a um quarteirão do Colégio Assunção e a poucos passos do aristocrático Olímpico Clube.
 Rua Da Cecília, entre os ns. 139 e 165

PREÇOS A PARTIR DE 3.340.000,00 C/ GARAGEM FIXOS, SEM REAJUSTAMENTO PARTE FACILITADA RESTANTE GRANDEMENTE FINANCIADO

Apartamentos com acabamento de luxo com 3 dormitórios
 Ampla "living" sala de almoço
 Completo quarto de larão c/ peças em cores e azulejos também em cores até o teto c/ box e armário embutido
 Cozinha c/ azulejos em cores até o teto, também c/ armários embutidos, dependências para criada
 "Play-Ground"
 Bela entrada social com pargela decorativa
 Pintura a Ken-Tone

Construção e Incorporação:
Construtora Alfredo Antônio

VENDEDOR EXCLUSIVO: **CHAVES**
CHAVES - LANÇAMENTOS DE CONDOMÍNIOS

SÍMBOLO DE GARANTIA EM IMÓVEIS
 Rua da Bahia, 1152 - Fone 2-8502 - Conjunto Arcângelo Maletta
 Plantão permanente nos escritórios de 9 às 20 horas, inclusive aos domingos e feriados




Figura 26 – Anúncio Edifício Adriana, 1962. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 18 de junho de 1962.

V. PAGA APENAS 30% DURANTE A OBRA, RESTANTE EM 7 ANOS!

EDIFÍCIO CIDADE DE ITAPECERICA

- mais um espetacular lançamento de c. mafra imóveis:

AGORA NO BAIRRO DOS FUNCIONÁRIOS

RUA CLAUDIO MANOEL, ESQUINA DE RIO GRANDE DO NORTE

Apartamentos de luxo, todos de frente com 3 quartos, sala, copa, cozinha, banho, instalações completas para criada, play-ground, patio de estacionamento, garagem, armários embutidos, etc.

um empreendimento da COMITECO S.A.
 Incorporação de: Manoel Coutinho
 exclusividade de vendas

CM c. mafra imóveis
 GOIACASES, 82 • LOJA • FONES: 2-5797 E 2-8061




Figura 27 – Anúncio Edifício Cidade de Itapeçerica, 1962. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 14, 7 de maio de 1962.

Carmo¹², Serra¹³ e Funcionários¹⁴ são três exemplos de bairros que se valorizavam no processo de consolidação da zona sul de Belo Horizonte. O reconhecimento alcançado por essas regiões as tornava áreas preferenciais para investimentos imobiliários. Como indicam os anúncios, à modernidade representada pelos edifícios, associava-se a localização privilegiada e a praticidade do apartamento como forma de habitação. Elementos destacados pelas presenças dos croquis das fachadas, das plantas baixas dos imóveis e dos mapas de situação do empreendimento.

A ideia de um estilo de vida distintivo implicava no conflito com formas tradicionais de ocupação do espaço, a exemplo daquela representada pelos campos varzeanos. Já em meados dos anos 1950, tal contradição era destacada em matéria do *Diário da Tarde*:

O quarteirão em frente ao quartel do 6º Batalhão da Polícia Militar, situado no confortável bairro de Santo Antonio, pertence ao patrimônio estadual.

Transformado em campo de futebol franqueado ao publico, dali se desprendem cessadas as chuvas, como está acontecendo presentemente, sucessivas ondas de poeira, cobrindo externa e internamente as residências vizinhas, para não se falar nas vidraças que frequentemente são partidas com as bolas extraviadas do malsinado campo. (...)

Não se justifica, realmente, tamanho abuso em zona urbana de uma bela e confortável capital como a nossa. Segundo informações que nos foram dadas providencias da Secretaria de Viação no sentido de atender às justas reclamações dos prejudicados, já foram esboçadas, mas até hoje, nada se fez “in-loco”, para acabar com um fato que se tornou o suplicio de centenas de familias num dos mais elegantes bairros da cidade.¹⁵

Já na metade do século XX, eram formulados discursos sobre a inadequação de campos de terra em bairros “elegantes” e “confortáveis” – termos similares aos usados nos anúncios –, como seria o caso do Santo Antônio¹⁶. Demandando extensos terrenos, os espaços de jogo das agremiações varzeanas acabavam por concorrer com a crescente pressão do mercado imobiliário, interessado em lotes na zona sul da cidade. Esse era o caso do *Eldorado*, agremiação do Santo Antônio que, apesar de ativa, com mais de 350 sócios¹⁷, não possuía campo, utilizando-se do

¹² O Carmo origina-se da 2ª seção suburbana. Os terrenos suburbanos foram divididos paulatinamente desde os anos 1910. Desde meados do século XX, sua ocupação se acelerou, impulsionada pela construção da Avenida Nossa Senhora do Carmo e da Rua Grão Mogol. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Centro-Sul, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹³ Parte da 1ª e da 8ª seções suburbanas, a Serra caracterizou-se inicialmente por suas chácaras. Já nos anos 1920, observa-se a divisão dos lotes, com aceleração da ocupação nos anos 1960, a partir da canalização de córregos e de abertura de ruas como a Estevão Pinto. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Centro-Sul, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹⁴ Integrante de 6ª seção urbana, o Funcionários foi a área destinada para construção das casas que abrigaram os servidores públicos vindos da antiga capital Ouro Preto. O bairro que sempre teve perfil de classes média e alta passou por verticalização a partir de meados do século XX. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Centro-Sul, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹⁵ Suplicio para as famílias. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 19 de maio de 1949.

¹⁶ Parte da 2ª seção suburbana e da Colônia Agrícola Afonso Pena, o Santo Antônio abrigava o principal reservatório de água da cidade. Seu povoamento intensificou-se já na década de 1930, como desdobramento da urbanização do bairro de Lourdes, acelerando-se na metade do século XX. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. Regional Centro-Sul, 2008. Veja mapa ao final da tese.

¹⁷ Cf. OS CAMPOS DEVEM SER CONSTRUÍDOS NOS BAIRROS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2º caderno, 2ª edição, 28 de abril de 1958.

espaço de jogo do *Amazonas*¹⁸, clube do bairro vizinho Coração de Jesus¹⁹, o qual se aproveitava de áreas disponíveis, às margens do Córrego do Leitão, para manter sua cancha.

Tal como o *Eldorado*, outro clube da zona sul, o *Nacional*, do Carmo, foi precocemente atingido pela pressão por terrenos. O memorialista do clube, Lineu Ruas, comenta o fato:

(...) O bairro do Carmo foi crescendo e a especulação imobiliária fechando o cerco, por isso fomos retirados do campo das mangueiras. Hoje Praça Nova York. Mas graças ao bom Deus, com a ajuda de pessoas humanas e amantes do futebol e políticos, conseguimos um terreno na BR3, hoje chamada 040, em frente ao BH Shopping. Ficou eternamente batizado de campo do Nacional na Lagoa Seca.²⁰

Formado no bairro do Carmo, nos anos 1940, o *Nacional* desde o início teve dificuldades para conseguir um espaço de jogo. O primeiro campo foi instalado no bairro vizinho do Sion²¹, no que depois veio a ser a Praça Nova York. Já na década de 1950, a área foi perdida, com o avanço da urbanização e transferida para a distante região da Lagoa Seca, na saída para o Rio de Janeiro, na BR 3, há quilômetros do reduto original da agremiação. Em 1970, o clube cogitou regularizar a doação do terreno, onde construiria um pequeno estádio, o que nunca se efetivou. Como foi comentado à época: “O Nacional sempre quis ter a sua praça de esportes e agora está otimista”²².

Já em meados da década de 1950, a existência de campos de várzea na zona sul da cidade era uma raridade. Tal presença se dava, essencialmente, nas proximidades de ocupações irregulares que avançavam sobre os terrenos mais íngremes da área, como era o campo do *Montanhês*, na entrada da Vila Estrela, na parte mais alta do bairro São Pedro²³. Ou do já citado *Amazonas*, que aproveitava as margens ainda não urbanizadas do Córrego do Leitão.

Assim como os campos de várzea, outras formas de presença popular disputavam o espaço com o processo de elitização que atingia a região sul da cidade. Era o caso de favelas como a do Pindura Saia, no alto da Avenida Afonso Pena; do Acaba Mundo, na cabeceira do córrego de mesmo nome, no Sion; Morro do Querosene, em área destinada à Avenida Raja Gabaglia; da Barragem Santa Lúcia, no início do Córrego do Leitão; e da Prudente de Moraes, ao longo daquele mesmo curso d’água. Tais áreas eram encaradas como os principais empecilhos ao avanço de uma urbanização da zona sul voltada às classes médias e altas.

¹⁸ Cf. 24 ANOS DE EXISTÊNCIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 2º caderno, 2ª edição, 23 de janeiro de 1961.

¹⁹ O Coração de Jesus foi por muito tempo ocupado por chácaras integrantes da ex-Colônia Agrícola Afonso Pena, que se estendia pelo vale do Córrego do Leitão. Sua urbanização se intensificou com a criação do bairro Cidade Jardim, em meados do século XX, e a construção da Avenida Prudente de Moraes nos anos 1970. Cf. ARREGUY; RIBEIRO. *Regional Centro-Sul*, 2008. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

²⁰ RUAS, Lineu. *Nacional do Carmo*: “uma paixão imensurável”. Belo Horizonte: Clube de autores, [200-?], p. 65.

²¹ Situado no vale do Córrego do Acaba Mundo, o Sion foi povoado a partir dos anos 1940. Sua urbanização se intensificou nas décadas de 1960 e 1970, com a canalização do Acaba Mundo e a criação das Avenidas Nossa Senhora do Carmo e Uruguai. ARREGUY; RIBEIRO. *Regional Centro-Sul*, 2008. Veja mapa ao final da tese.

²² O DFA está exigindo a carteira profissional. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 9 de abril de 1970.

²³ Sobre o São Pedro, vide nota 134 do capítulo 4. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

Não por acaso, as ações da *Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL)* – órgão discutido no capítulo anterior – incidiram, logo em seus anos iniciais de existência, sobre as áreas citadas. A remoção das favelas permitiu, na primeira metade dos anos 1970, a implantação das avenidas Prudente de Moraes, Raja Gabaglia e Uruguai, eixos importantes para a expansão rumo às áreas ainda disponíveis ao sul, além da implantação de equipamentos urbanos como o Mercado Distrital do Cruzeiro, no alto da Avenida Afonso Pena, e as barragens do Córrego do Leitão e do Córrego do Acaba Mundo²⁴.

A reestruturação permitida pelas remoções de favelas²⁵ seguidas de obras públicas criou condições para novo avanço do mercado imobiliário sobre a zona sul. A construção das duas barragens contribuía para a valorização da terra, com a promessa de duas “mini pampulhas” que contariam com “urbanização e humanização da área, com a preparação de gramados e área destinada a brincadeiras de crianças.”²⁶ O Sion e o conjunto de bairros formados ao longo da Avenida Prudente de Moraes e no entorno da Barragem Santa Lúcia abrigaram nova leva de edifícios, cujos anúncios reforçavam a distinção da região, como se vê nos exemplos abaixo.

D. ROCHESTER SION
Rua Rubim, 36

Onde morar é mais que um prazer

Um bairro elegante, uma rua tranquila (Rua Rubim, 36) para pessoas de muito bom gosto. Prédio recuado, jardins, local tranquilo e nobre. Vista definitiva, maravilhosa, para grande área verde e a cidade. Hall social nobre e recadarias em mármore, interfone, elevador, vidros pro-sol, gás canalizado.

Apartamentos de 4 quartos com armários, 3 salas, 3 banhos luxuosamente decorados, armários nos corredores, copa-cozinha, piso em mármore, garagens amplas para duas vagas.

Preços a partir de Cr\$ 495.000,00 com Cr\$55.000,00 de sinal e restante facilitados.

CONSTRUTORA BER ROCHA
Lançamento de 110 no local
Alfonso Pena, 2004 - Fone: 224-1200

PORTAL
LANÇAMENTOS IMOBILIARIOS
CRECI 317

SERRA-FUNCIONÁRIOS
ALTO LUXO

RUA ESTEVÃO PINTO, 191
PRONTOS

EDIFÍCIO SOLAR do CLAUDIO

• 4 quartos com armários em suíte • 3 amplas salas em lâminas decoradas com arandier em trefica e coradas
• 3 banhos sociais decorados com piso em mármore e luz em vidro blindado • cozinha e área de serviço em azulejos decorados • dependências para 3 empregadas com armários • garagem coberta para 3 carros (individual) • prédio com interfone • elevador • hall social luxuosamente decorado • varandas vista definitiva da cidade • ar condicionado • eletrônicos • gás canalizado

Interpretação e construção: Preços a partir de 650.000,
• Arquim Altes Gontijo Sinal 140.000,
• Altes Gontijo 250.000,
• Altes Gontijo 250.000,
Feira financeira 320.000,
Vendas atualizadas: Renda no local

MAKRO
CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA
Rua Afonso, 695
Fones 224-9111, 224-9112

A Nobreza vai morar no Sion

No bairro nobre da cidade o requinte colonial, em estilo marcante. Luxo e elegância de morar bem. Prédio revestido com pedra sabão em artísticos acabamentos. Jardins, portaria fechada, portão eletrônico, hall social nobre, interfone, elevador, playground, garagem com piso em pedra sabão, para 3 carros. Gás canalizado, vidros de cristal. Corredores com papel de parede. Muito mais que isto o Ed. Maria Norma tem belíssima piscina e sauna privativas de seus proprietários. Um clube para seus moradores e alegria de seus filhos.

Ed. Maria Norma
Rua Piuma, 1263

Luxuosos apartamentos com varandas e de portas almofadadas. 4 quartos com armários. 3 salas com piso de lâminas decoradas. 2 lindos banhos sociais decorados.

Preços a partir de Cr\$ 520.000,00
Sinal de Cr\$ 78.000,00 - facilitados Cr\$ 78.000,00
Saldo mensal Cr\$ 4.225,77

Lançamento de **ULISSES IMÓVEIS**
Plantão de vendas no local
Rua da Bahia, 1473 CRECI 317
Fones: 224-7849 e 224-5942

Figura 28 – Anúncios edifícios no Sion e no Serra, 1975. Fonte: *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 21 de abril de 1975.

²⁴ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1975**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Belo Horizonte, 1976, p. 293-294. Parte das áreas alvo de remoções foi doada a clubes esportivos privados, como *Minas Tênis e Ginástico*, e a entidades de classe, como a *OAB-MG*. Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 13 de março de 1975.

²⁵ Sobre a segregação espacial em Belo Horizonte, cf. SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade**: cenário Belo Horizonte. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

²⁶ Mini pampulhas estão ainda em projetos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 12 de outubro de 1973.

A canalização de cursos d'água e a urbanização da região, ao longo dos anos 1960 e 1970, implicou no desaparecimento de mais campos na zona sul, como indica o mapa 9, presente no capítulo anterior. O avanço das obras públicas e dos empreendimentos imobiliários extinguiu os poucos espaços varzeanos que ainda conviviam com os bairros de classe média daquela parte da capital mineira. Tais áreas sobreviveram apenas integradas às favelas que, tais como elas, persistiam como presenças incômodas a um estilo de vida que não pressupunha compartilhar a porção sul de Belo Horizonte com populações trabalhadoras, pobres e, em sua maioria, negras²⁷. Para aquela região, outra forma de experimentação do futebol se apresentava, conciliando o gosto pelo jogo com novos modos de habitar a cidade.

6.1.1 – *Um futebol para um novo modo de vida*

A conformação de bairros para as classes altas e médias baseada na construção de prédios de apartamentos, na urbanização dos leitos de cursos d'água e na remoção de ocupações irregulares implicava na afirmação de novas formas de se experimentar o espaço da cidade. Nela, modos de organização comunitária consolidados entre as classes populares belo-horizontinas ao longo da primeira metade do século XX perdiam espaço. A tendência à socialização em espaços privativos, seja nos *playgrounds* dos edifícios ou em clubes recreativos e esportivos fechados, era um dos elementos marcantes desse novo estilo de vida. A prevalência do trânsito de veículos e a pressão imobiliária conflitavam com a ocupação espontânea das vias para jogos e brincadeiras, assim como com a existência de extensos campos varzeanos. Parques e praças públicas, cuidadosamente desenhados, tornavam-se as únicas áreas de encontro ao ar livre.

Não por acaso, na zona sul da cidade, proliferavam clubes recreativos privados, em número equivalente apenas à rede criada em outra parte da capital mineira igualmente destinada às classes altas e médias, a Pampulha. A presença desses espaços era, inclusive, estimulada pelo poder público municipal, integrando as ações de qualificação dos bairros. No início da década de 1970, em meio à remoção de duas favelas no alto da Avenida Afonso Pena, a Pindura Saia e a Pombal, parte das áreas das ocupações irregulares foi convertida em doação para a construção de dependências, respectivamente, do *Esporte Clube Ginástico* e do *Minas Tênis Clube*²⁸.

Foi dentro dos clubes recreativos e esportivos privados que a experimentação de outro modelo de prática do futebol se iniciou, como destacou a reportagem do *Diário da Tarde*.

Os círculos esportivos da Capital estão entusiasmados com a iniciativa dos associados do Iate Clube, que pretendem implantar aqui o aristocrático esporte

²⁷ Cf. PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado**: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte: século XIX e XX. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

²⁸ Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 13 de março de 1975.

denominado no Rio, Futebol de Salão, onde é regularmente praticado há mais de 15 anos. Os iatinos, tendo à frente a figura dinâmica de Sandoval Azevedo Filho diretor daquela agremiação, acabam de solicitar à Diretoria seja criado (*sic*) imediatamente o Departamento de Futebol de Salão, contando já com o apoio de varios diretores. (...)

Em nossa capital o Futebol de Salão surgiu em 1943, quando era praticado diariamente pelos ex-remadores do Iate, chegando a tornar-se verdadeiro vicio, a ponto de se dizer que o remo era um pretexto para a “pelada”. (...)

A pelada até pouco tempo não tinha regras, era autentico “vale-tudo”, alegre e divertido sem que a rudeza e virilidade das jogadas chegasse a contundir seriamente os participantes, sendo maior o barulho do que o efeito.

Os diretores de diversos clubes da Capital apoiam entusiasticamente a iniciativa do Iate, prometendo seguir-lhe o exemplo o quanto antes. Assim é que ouvimos a palavra de Lauro Gentil, diretor de futebol do América; Otto Nogueira e Antenor Horta, do Minas, Zé Luiz Azevedo, do Ginástico, e outros.²⁹

A notícia aponta para a estruturação da prática do futebol de salão que, havia anos, era praticada de forma descontinuada e não institucionalizada dentro dos clubes esportivos e recreativos privados da cidade, notadamente no *Iate Clube*. Em meados dos anos 1950, a prática começava a se estruturar, animando a incorporação por outras agremiações similares, como o *Minas* e o *Ginástico*. Como ressaltou outra nota do *Diário da Tarde*:

Futebol de Salão (só o nome, pois tem butinada do principio ao fim) joga-se na quadra de basquetebol, sendo 5 jogadores de cada lado, as chuteiras são substituídas por tenis e quedes, não valendo “goal” de dentro da área e a bola é cheia de cortiça.

Apesar de ser um esporte “enfant” entre nós, já posso apontar grandes ases desse salutar jogo, que aos sabados aperfeiçoam suas qualidades tecnicas na quadra do Iate, na Pampulha.³⁰

A apropriação de quadras de basquete para a prática do futebol de salão possibilitava uma adequação da experimentação da modalidade a um contexto de desaparecimento de campos varzeanos. Possível em lugares como clubes esportivos e recreativos privados, instalações escolares, ou mesmo em áreas comuns de edifícios, a nova atividade atlética adaptava-se ao estilo de vida e a uma economia dos espaços próprios dos bairros para as classes altas e médias³¹.

Como tratado no capítulo anterior, uma nova forma de experimentação da cidade também se difundia nos tradicionais bairros suburbanos e vilas operárias, representativos da primeira periferia da capital. Ainda que sua paisagem fosse pouco impactada pela proliferação dos prédios de apartamentos, o avanço da urbanização, com a abertura e a pavimentação das vias, conflitava com as possibilidades de ocupação das ruas, inclusive para a prática do futebol. Espaços de circulação povoados por crianças e cachorros afrontavam o tráfego de automóveis.

²⁹ FUTEBOL DE SALÃO, O NOVO ESPORTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 8 de outubro de 1954.

³⁰ ROCHA, AUGUSTO. Bolim Bolacho. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 30 de outubro de 1954.

³¹ Devo o exame da relação entre a emergência do futebol de salão e os novos padrões de bairros a uma dica de Arlei Damo.

Nessa perspectiva, há muito o futebol de rua era condenado como prática a ser erradicada, pois complicava o fluxo de trânsito, gerava incômodos aos vizinhos, além de expor jovens e crianças aos riscos de um atropelamento. Na mesma medida, o avanço da urbanização pelos subúrbios tinha, por consequência, o desaparecimento sistemático dos campos de várzea, espaços que poderiam abrigar as peladas infantis, afastando o inconveniente e a ameaça do jogo de bola nas vias de circulação. O advento do futebol de salão também serviria para contornar a questão, como apontou reportagem do *Diário da Tarde*:

E aquelas peladas de rua que enchiam a vida da criançada de ontem e que atormentavam a vida dos motoristas de lotação? Onde elas estão sendo jogadas? Para onde foram os craques que desfilavam nas ruas esburacadas o seu futebol de arte e que faziam de duas pedras maiores a sua trave imaginária? Será que o futebol de salão acabou com tudo isso? (...)

Para Afonso Paulino, da Diretoria de Esportes, a entidade que fez multiplicar os campos de futebol de salão pela cidade, o fim da pelada de rua pode não ser explicado totalmente por aquela multiplicação, mas 50% dos “meninos que antes corriam o risco de sofrer atropelamento correndo atrás da bola na rua, hoje estão protegidos pelo campo de futebol de salão”.³²

Em fins dos anos 1960, quando o futebol de salão já se difundira na cidade, a ação da *Diretoria de Esportes* de construção de quadras voltadas à modalidade pelos bairros era apontada pelo seu dirigente como ação que contribuía para a erradicação dos bate-bolas pelas ruas. Como as reclamações tratadas no capítulo anterior demonstravam, a vontade do gestor público não expressava a realidade da cidade, pois, sistematicamente, novas denúncias contra o futebol de rua foram publicadas na coluna “Alô!, Alô!” ao longo da década de 1970. De toda forma, havia um esforço governamental para a mudança de hábitos, tema que será retomado no capítulo 9.

O futebol de salão representava a saída possível para a experimentação do jogo de bola no contexto dos bairros das classes altas e médias, bem como na primeira periferia da capital mineira, onde os campos varzeanos escasseavam. Dentre as agremiações amadoristas da cidade, sua prática não seria negligenciada. Como tratado no capítulo 4, várias entidades investiam no desenvolvimento dos chamados esportes especializados, inclusive com a manutenção de quadras em suas praças de esportes. Nessa medida, não tardou para que o novo formato fosse incorporado, inclusive com a construção de espaços próprios, como fez o *Pitangui*, da Lagoinha³³, em 1968, quando promovia melhorias em suas dependências³⁴.

Esta primeira seção tratou apenas das transformações dos bairros que cada vez mais se afastavam de uma forma de ocupação que fosse capaz de incorporar o futebol amador e seus

³² Acabaram as peladas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 2º caderno, 17 de março de 1969.

³³ Sobre o bairro da Lagoinha, vide nota 123 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

³⁴ Cf. *Pitangui cresce e não vai parar*. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 5 de novembro de 1968.

espaços de jogo. Seria o fim da várzea em Belo Horizonte? Cabe, pois, examinar, a partir daqui, as possibilidades de constituição de novos campos e identificar quais contextos sociais e territoriais abriam possibilidades para a o estabelecimento de novas áreas para os clubes. Em certa medida, a presença desses equipamentos esportivos era reveladora de um perfil específico de apropriação do tecido urbano e, progressivamente, se conectava a ele.

6.2 – A cidade clandestina

Ao dividir a cidade em duas partes, zona sul e zona norte, o par de reportagens do *Diário da Tarde*, citado antes, elencava os bairros que integrariam a porção menos prestigiada da cidade:

Aqui, a zona norte é formada pelos bairros que vão de Santa Efigênia ao Calafate, passando por Santa Tereza, Floresta, Hôrto, Renascença, Bairro da Graça, Concórdia, Lagoinha, Cachoeirinha, Santo André, Carlos Prates, Pedro II, e seus vizinhos. A única exceção nessa região é a Pampulha, que tem seus próprios problemas e tem também solução para todos eles. (...)

Nos cinco quilômetros de extensão da Rua Jacuí, a gente tem um retrato integral do que é uma região abandonada numa cidade. Lá há de tudo, até mau cheiro e **campos de futebol**, buracos, casas feias, favelados, trechos de rua sem meio-fio e passeios, trânsito infernal, trombadas, ônibus e caminhões em número impressionante. É incrível concluir que onde há passeios e meios-fios na rua Jacuí todos estão danificados ou são só de terra batida. (grifo nosso)³⁵

A matéria propõe uma delimitação, tendo o Ribeirão Arrudas como fronteira, dos bairros integrantes da zona norte da capital, que se oporiam ao padrão da zona sul. Para tanto, enumerava elementos característicos da paisagem das áreas de urbanização precária, dentre os quais se incluíam os campos de futebol de várzea. Além do contraste apresentado pela reportagem do início da década de 1970, é interessante notar como, ao enumerar os limites do que seria a zona norte de Belo Horizonte, o artigo restringe-se a regiões cuja ocupação se deu ainda na primeira metade do século XX, ignorando uma vasta gama de territórios que já eram povoados naquele momento, mas que sequer eram considerados na enumeração dos bairros da cidade.

Como tratado no capítulo 4, desde as décadas de 1940 e 1950, a expansão de Belo Horizonte deu-se com base na abertura de uma diversidade de loteamentos não aprovados que, frente à demanda por terras numa cidade em franco crescimento, eram comercializados sob o olhar conivente do poder público municipal, incapaz de fiscalizar e oferecer benfeitorias a esses territórios. O desdobramento desse processo fazia com que, no início dos anos 1950, já se pudesse falar em cerca de 150 bairros clandestinos espalhados pelo município³⁶.

³⁵ BH, ZONA NORTE – Aqui, os problemas são muitos (e a maioria não tem solução). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 31 de agosto de 1971.

³⁶ Cf. 150 VILAS NÃO APROVADAS EXIGEM AS OBRAS PÚBLICAS FUNDAMENTAIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 25 de janeiro de 1952.

Tal situação se agravava a cada ano, sendo que, em meados da mesma década, já se contabilizavam cerca de 250 loteamentos irregulares por toda a capital mineira³⁷. A proliferação dos bairros clandestinos baseava-se no padrão periférico de crescimento, tema tratado no capítulo 4. A compra de terrenos em áreas de baixa urbanização e afastadas do centro permitia às classes trabalhadoras a conquista da casa própria, não sem as vicissitudes de conviver, por longos anos, com deficiências de infraestrutura urbana e de ter que empreender a autoconstrução de sua residência. Num cenário de crescimento demográfico e de valorização das áreas centrais e suburbanas, essa era uma das poucas saídas possíveis aos grupos populares.

Apesar de não aprovados, os loteamentos eram comercializados livremente, inclusive com a publicação de anúncios, a exemplo do reproduzido abaixo:



Figura 29 – Anúncio bairro Piratininga, 1955. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 7 de março de 1955.

O anúncio de venda evoca elementos representativos do significado da aquisição de uma casa própria. A colagem com figuras típicas de uma família burguesa, ao estilo estadunidense, remete ao cenário bucólico da casa suburbana, cujo croqui de uma residência ao fundo de um amplo gramado integra a cena principal no lado esquerdo, ao alto. Visão complementada pela

³⁷ Cf. SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO IRREGULAR DE MAIS DE 250 VILAS E BAIRROS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 19 de novembro de 1956.

figura de uma família passeando em um automóvel na parte de baixo, à direita. A presença do ônibus ao centro, abaixo do nome do bairro, chama a atenção para o fato de o local ser servido de transporte público, o que é reforçado pelo texto que informa sobre a disponibilidade de estações férrea e rodoviária na região. A proximidade de uma área de expansão fabril, com a presença da recém-inaugurada siderúrgica da *Mannesmann*, pontua a possibilidade de trabalho. O destaque para as melhorias urbanas esclarece sobre a disponibilidade da infraestrutura básica. Por fim, a propaganda grifa que “aqui está o lote que você deseja para construir seu lar, e morar com sua família!”, uma clara referência à autoconstrução. Ao contrário dos reclames dos apartamentos da zona sul com desenhos de fachadas e plantas baixas prefigurando os imóveis a serem entregues, os cenários em que bairros como o Piratininga eram apresentados tinham função meramente ilustrativa de uma expectativa que não se concretizava.

Para se ter uma ideia, apesar de o anúncio ser de 1955, foi apenas no ano de 1980 que o loteamento em questão recebeu aprovação e foi integrado ao bairro Itaipu, na região do Barreiro³⁸. Até então, seus moradores sofreriam com as dificuldades inerentes a um bairro clandestino. Além da insegurança jurídica em relação ao patrimônio do terreno, os beneficiamentos urbanos eram prejudicados, como pontuou reportagem do *Diário da Tarde*, de 1952:

(...) É que, em vista de não ser oficializada a vila, a Prefeitura não aprova a plantas paar (*sic*) construções nesses terrenos, negando tudo, também, aos que residem nesses nucleos, em barracões construídos às pressas, sem a necessaria autorização oficial.

Não se concede a placa com numeração, também não se liga a agua. Por outro lado, como consequencia, a Força e Luz não liga a sua rede a barracões sem numero. Resulta disso que os habitantes das vilas não aprovadas não podem desfrutar dos indispensaveis melhoramentos para que uma casa seja habitada. No que diz respeito a obras publicas, não se faz rede de esgoto e nem calçamento, pois as ruas não são oficiais.³⁹

O impasse fundiário levava à demora no avanço das melhorias nos bairros⁴⁰. Como tratado no capítulo anterior, a lógica de ocupação dessas regiões pressupunha seu lento povoamento. À medida que os beneficiamentos chegavam, os demais lotes se valorizavam, favorecendo os especuladores. Assim, por décadas, as áreas mantinham condições precárias.

As dificuldades enfrentadas pelos bairros eram objeto constante da cobertura do *Diário da Tarde* que, por sua linha editorial, voltada a temas populares, detinha-se, regularmente, em assuntos mais corriqueiros, como os casos policiais, o esporte e, também, o cotidiano da cidade.

³⁸ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.710**, de 18 de abril de 1980. Aprova loteamento que passa a complementar o Itaipu e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gmika>

³⁹ DRAMATICA SITUAÇÃO EM VILAS INTEIRAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 1º de dezembro de 1952.

⁴⁰ Caso semelhante foi observado pela socióloga Teresa Caldeira no Jardim das Camélias na cidade de São Paulo. Cf. CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 69-72.

Ao longo das décadas, foram diversas as séries voltadas para os problemas das regiões de Belo Horizonte, principalmente com a promoção de visitas *in loco* para atestar por meio de textos e fotografias a condição em que cada localidade se encontrava e os seus desafios⁴¹.

Foi com essa proposta que se criou, em 1954, a série “Comandos DT”, em cujo anúncio de lançamento era informado que “focalizará os problemas dos bairros da capital e encaminhará aos poderes públicos as reclamações e sugestões dos moradores”⁴². Entre 1954 e 1958, visitas foram feitas a diferentes partes da cidade, documentando com textos e imagens os problemas apresentados pelos moradores⁴³. A partir de 1955, a série ganhou espaço na programação da *Rádio Mineira*, pertencente aos *Diários Associados*, com a repercussão dos comandos dentro do programa “Praça Sete”, no qual ouvintes enviavam cartas reivindicando melhorias nos bairros⁴⁴.

Por esses anos, não houve enfoque nos loteamentos clandestinos da cidade, pois as visitas se concentravam nos bairros suburbanos tradicionais e nas vilas operárias. Foi na década seguinte, quando essas regiões tornavam-se mais conhecidas, que as reportagens passaram a tê-las como foco. Para tanto, contava-se com o lançamento de uma nova série, assim anunciada em 1967:

O seu Alô! Alô! do DIÁRIO DA TARDE, que há 26 anos publica as reclamações dos leitores contra as falhas da administração pública e suas sugestões para melhorar as condições da Cidade, significando mesmo um Muro de Lamentações em que todos, indistintamente, têm sua vez de apresentar seus problemas e seus apelos, saiu a campo para verificar no local as deficiências e apontá-las às autoridades.⁴⁵

O anúncio acima marcava a criação da série “O seu Alô! Alô! vai aos bairros”, por meio da qual o repórter da coluna “Alô! Alô!” e ex-vereador, João de Paulo Pires, e o fotógrafo, José de Paula Cotta, realizaram incursões por bairros da cidade entre os anos de 1967 e 1969. A exemplo do “Comandos DT” a preferência era pela periferia mais tradicional e consolidada. Contudo, em alguns casos, eram visitados locais que encaravam as dificuldades da falta de aprovação.

Dentre esses, pode-se destacar o caso do bairro Cicobe, que era assim descrito:

O bairro Cicobe é um loteamento de uma das empresas imobiliárias de Belo Horizonte, que se preocupou só em calçar algumas ruas, para vender os lotes, isto há menos de dez anos. E bancários, comerciantes, militares que ali adquiriram seus lotes, procuram fazer suas casas com capricho. São na quase totalidade casas sólidas, de laje, ocupadas pelos seus próprios donos, mas

⁴¹ O historiador Murilo Leal aponta a existência de séries ou colunas similares na imprensa paulistana. Cf. LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

⁴² “COMANDOS DT”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 12 de outubro de 1954.

⁴³ Cf. COMANDOS DT – Nas Vilas Salgado Filho e adjacentes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 8 de fevereiro de 1958.

⁴⁴ Cf. A RADIO MINEIRA INCORPORADA AOS COMANDOS DT. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 24 de setembro de 1955.

⁴⁵ O seu Alô! Alô! vai aos bairros – São Geraldo não tem nada; só boa vontade. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 6 de maio de 1967.

quase todas sem ter sido ainda concluída (*sic*) os proprietários pretendem obter financiamento mas não o conseguem, por falta de aprovação da planta.

São ao todo 710 lotes que formam o bairro Cicobe vivem lá (*sic*) quase cinco mil pessoas. A empresa não deixou área restinada (*sic*) a Igreja, grupo escolar e praça, advindo daí a dificuldade para obter-se, agora, a aprovação.⁴⁶

Há mais de dez anos na região, os moradores reivindicavam todo tipo de melhoria, como iluminação, água, esgoto, calçamento e grupo escolar, sendo que “a Prefeitura alega que em bairro ou vila não aprovada nada se pode fazer”⁴⁷. As dificuldades da falta de regularização impactavam nas casas que, mesmo com a longa permanência, seguiam inacabadas, por falta de financiamento. A matéria ainda destacava que “O Cicobe F.C. é um time bem bonzinho, única diversão do bairro. Mas não pode funcionar, porque não tem campo.”⁴⁸

O cenário apresentado para o bairro Cicobe era recorrente para as áreas originadas de loteamentos clandestinos, comercializados sem a devida aprovação, que representavam parcela importante da expansão territorial da cidade na segunda metade do século XX⁴⁹. A extinção da série “O seu Alô! Alô! vai aos bairros” não significou o desaparecimento da cobertura dos problemas locais das diferentes regiões de Belo Horizonte pelo *Diário da Tarde*. A partir de então, manteve-se uma coluna regular intitulada “Nossos Bairros”⁵⁰ ou simplesmente “Bairros”⁵¹. Durante a década de 1970, cenários parecidos foram apresentados nessas seções.

A regularização dos loteamentos clandestinos conduziu a um longo debate, com propostas de solução desde a década de 1950⁵². O primeiro avanço mais efetivo referente ao tema se deu em 1965, com a sanção da Lei Municipal nº 1.212 que previa “aprovar loteamentos correspondentes a vilas e bairros existentes de fato”⁵³. Apesar da publicação da normativa, seus efeitos levariam anos para acontecer, dada a falta de regulamentação. Passaram-se mais de seis anos até que, por um decreto, fossem estabelecidos os parâmetros para a política de legalização das áreas⁵⁴.

A partir de então, era possível, por meio de decreto, a regularização do loteamento desde que atendidas condições urbanísticas básicas, o que gerou um lento processo de reconhecimento

⁴⁶ Seu Alô! Alô! vai aos bairros – Cicobe, uma bairro que não existe oficialmente. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 1º de fevereiro de 1969.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ Alfonso Torres Carrillo aponta caso similar para Bogotá, onde proliferou o que chamou de bairros piratas. Cf. CARRILLO, Alfonso Torres. **La ciudad en la sombra: bairros y luchas populares em Bogotá 1950-1977**. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2013.

⁵⁰ Cf. NOSSOS BAIRROS – Lata d’água na cabeça. São as mulheres do Tupi. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 19 de junho de 1976.

⁵¹ Cf. BAIRROS – Acompanhe essa ronda do Diário da Tarde. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 23 de janeiro de 1971.

⁵² Cf. SOLUÇÃO PARA A SITUAÇÃO IRREGULAR DE MAIS DE 250 VILAS E BAIRROS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 19 de novembro de 1956.

⁵³ Prefeito sanciona lei que aprova vilas e bairros. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 2 de dezembro de 1965.

⁵⁴ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.157**, de 13 de janeiro de 1972. Regulamenta a lei municipal nº 1.212, de 1º de dezembro de 1965. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gmkbh>

de bairros ao longo das décadas de 1970 e 1980. Em 1980, por exemplo, o indicado à *Prefeitura* Maurício Campos (1979-1982) informava que:

(...) aprovou, do início de sua gestão até agora, 46 loteamentos clandestinos na periferia da cidade, passando esses loteamentos a constituírem 29 bairros novos, devidamente regularizados, o que possibilita a inscrição do imóvel na Prefeitura e no registro imobiliário para receber os benefícios da Municipalidade, do Estado e do Governo Federal.⁵⁵

O avanço do debate sobre o acesso à cidade, em um contexto de redemocratização, que se desdobrou, por exemplo, em projetos de titulação de propriedades em vilas e favelas como o PROFAVELA, citado no capítulo anterior, também teria repercussões no reconhecimento dos loteamentos não aprovados. Em 1988, foi a vez da publicação do PROBAIRRO – Programa municipal de regularização e urbanização dos loteamentos existentes de fato (clandestinos)⁵⁶. A iniciativa, que no seu próprio ato de criação legalizou 110 áreas⁵⁷, previa financiamento de melhorias em parceria com a Caixa Econômica Federal⁵⁸. Progressivamente, as regiões ocupadas entre as décadas de 1940 e 1970 integravam-se à cidade oficial.

6.2.1 – O campo como índice popular

Mais contrastante do que a zona norte da capital mineira delimitada pelo *Diário da Tarde*, representada pelos bairros suburbanos e vilas operárias criados na primeira metade do século XX, eram as regiões originadas da ocupação de loteamentos clandestinos entre as décadas de 1940 e 1970. Desassistidos pelos poderes públicos, esses territórios opunham-se em praticamente tudo à zona sul de Belo Horizonte, grande beneficiária das melhorias urbanas.

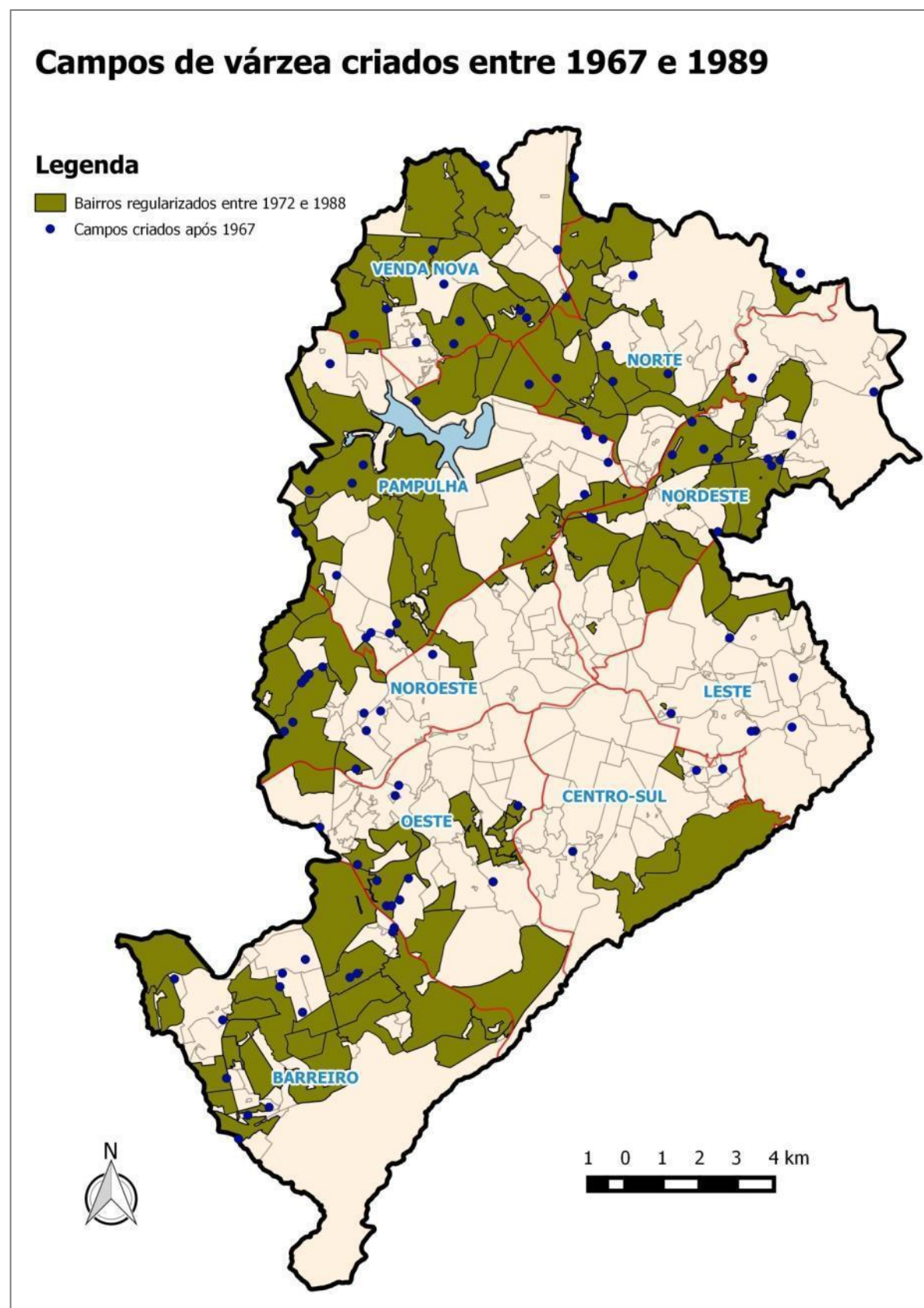
Tais loteamentos originavam-se de operações imobiliárias que vendiam terrenos com um mínimo de beneficiamento em áreas não aprovadas. Foi a essas regiões que boa parte das classes populares recém-chegadas à capital mineira ou que já viviam ali recorreu para garantir a casa própria. Tais localidades, como nos casos citados, não dispunham de melhorias ou de equipamentos de uso coletivo, inclusive espaços de sociabilidade e lazer. Nessa medida, a disponibilidade de lotes vagos, dado o povoamento progressivo, e a demanda por distração geravam oportunidade para consolidação de áreas de uso comum, como eram os campos varzeanos. Tal aproximação fica mais bem representada no mapa abaixo que sobrepõe os loteamentos regularizados entre os anos 1970 e 1980 e os espaços de jogo criados nessa época:

⁵⁵ Fim dos loteamentos clandestinos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 2º caderno, 28 de janeiro de 1980.

⁵⁶ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.926**, de 3 de maio de 1988. Cria o Programa municipal de regularização e urbanização dos loteamentos existentes de fato (clandestinos) – PROBAIRRO. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jickm>

⁵⁷ Cf. *Idem*.

⁵⁸ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório anual de atividades – Exercício 1988**. Belo Horizonte, 1988, p. 131.



Mapa 11 – Campos de várzea existentes em 1989 e criados após 1967, sobre bairros regularizados entre 1972 e 1988 e mapa atual do município. Fonte: Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1967, 1981 e 1989. Elaboração do autor.

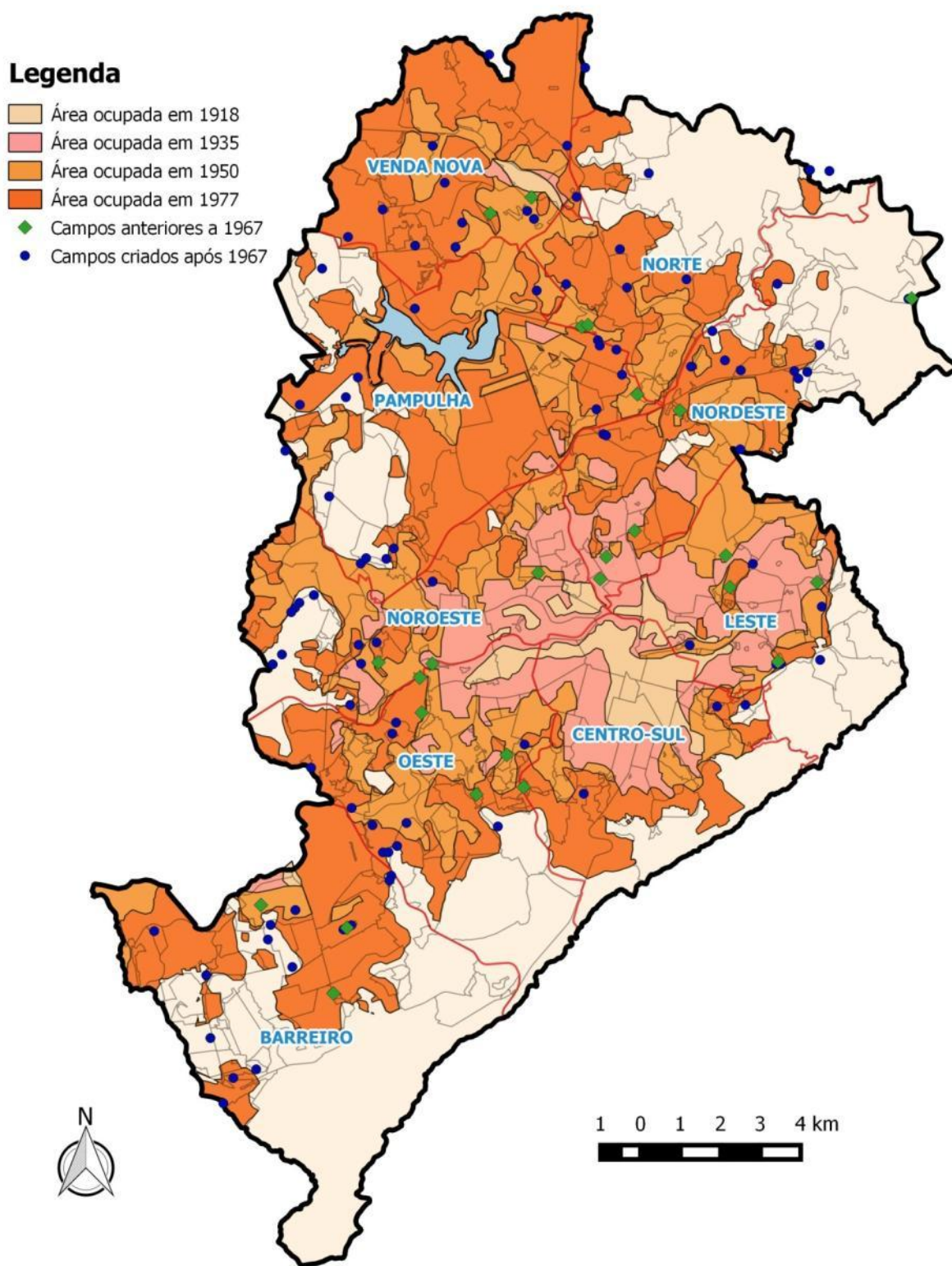
O mapa acima representa a expansão da rede de campos de várzea na cidade entre 1967 e 1989, com base nos levantamentos aerofogramétricos desses anos, somados ao de 1981. Não estão indicados os espaços de jogo já existentes na década de 1960, apenas aqueles criados posteriormente, os quais totalizavam 95 novas canchas que superavam o desaparecimento dos 70 campos identificados no mapa 9, presente no capítulo anterior. Para a identificação dos loteamentos regularizados, foram levantadas as áreas oficializadas por decretos municipais editados entre 1972 e 1988, até a criação do PROBAIRRO. Sua projeção considera a atual divisão de bairros, o que leva a uma pequena distorção, irrelevante para a análise global.

Ao se observar o mapa, é fácil perceber a correspondência entre a expansão da rede de campos varzeanos e um tipo específico de ocupação urbana baseado nos bairros clandestinos, originários de loteamentos não aprovados. A exceção evidenciada na região leste da cidade reforça a tendência, uma vez que, ali, os espaços de jogos estão situados em áreas de favela, as quais foram fruto de um processo correspondente de povoamento, mas alvo de um mecanismo diverso de reconhecimento, com a titulação das propriedades. É notório o vazio identificado na porção central de Belo Horizonte e em suas adjacências, espaço que, como tratado na seção anterior, possuía padrão de organização que não mais conciliava a presença dos vastos campos de terra demandados pelos clubes varzeanos. Vale, por fim, pontuar que a área regularizada no limite da região centro-sul diferenciava-se das demais, pois se tratava da ocupação irregular da Serra do Curral para construção de bairros para as classes altas, a exemplo do Mangabeiras. Logo, um modelo de urbanização que não comportava equipamentos de perfil popular.

A expansão territorial de Belo Horizonte por meio dos loteamentos clandestinos gerou uma nova periferia (veja mapa ao final da tese), que sobrepujou aquela constituída na primeira metade do século XX, representada pelos bairros suburbanos e pelas vilas operárias. Nessa região de ocupação mais antiga, as oportunidades de criação de campos eram muito raras, possibilitando-se apenas a preservação de uma rede construída até a década de 1960. Seriam as recentes franjas urbanas aquelas capazes de incorporar os novos espaços de jogo. Nessa medida, configurava-se um mosaico daqueles equipamentos esportivos populares pela cidade que representava verdadeiro testemunho dos diferentes processos de transformação do tecido urbano da capital mineira.

Seja por seu surgimento ou pela sua manutenção, essa rede de campos de várzea atuava como uma espécie de índice do popular, delimitando bairros e regiões da capital mineira em que sobreviviam ou proliferavam formas de experimentação da cidade calcadas em valores e modos de organização espacial próprios das classes trabalhadoras locais. A sobreposição das manchas de ocupação do município e das áreas de jogo existentes em 1989 permite observar a consonância entre a dinâmica histórica e geográfica e a instalação dos campos.

Campos de várzea em Belo Horizonte em 1989



Mapa 12 – Campos de várzea existentes em 1989, sobre mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL e levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte, 1953, 1967, 1981 e 1989. Elaboração do autor.

Ao comparar a rede de campos de várzea existente em 1989 e as diferentes ondas de ocupação do território do município, percebe-se a tendência, já observável nos anos 1950 – vide mapa 5, presente no capítulo 4 –, de construção de áreas de jogo nas zonas limítrofes do avanço do povoamento da cidade. A sobreposição de diferentes temporalidades da constituição dos espaços esportivos populares permite observar um movimento de criação desses equipamentos, *pari passu* à expansão urbana e à sobrevivência, em número menor, de algumas canchas, frente ao desaparecimento de outras tantas. Assim, no processo de avanço territorial de Belo Horizonte e de formação e extinção de campos de várzea, identifica-se a manutenção de uma rede mais ou menos estável em número, cada vez mais periférica.

Em escala menor, considerando uma região específica na cidade de São Paulo, o Jaraguá, na porção norte da capital paulista, o geógrafo Alberto Santos aponta para uma dinâmica de apropriação contemporânea de áreas para a instalação de campos que segue tendência parecida, ainda que em outro recorte territorial e temporal. Ele percebe como entre a instalação, a utilização e a efetiva consolidação do equipamento urbano, apenas alguns espaços de jogo permanecem, enquanto a maioria sucumbe à prevalência do valor de troca da terra sobre seu valor de uso⁵⁹.

A dinâmica apontada pelo geógrafo permite observar a constante tensão entre a *apropriação* do espaço, representada por uma prática como o futebol varzeano, pautada no uso da terra, e a sua *dominação* manifestada pela prevalência do valor de troca do imóvel, no interesse da comercialização. Tal contradição corrobora a visão da também geógrafa, Odette Seabra, em sua percepção da sobreposição do negócio sobre a festa na emergência da metrópole⁶⁰.

Na experiência social do futebol de várzea em Belo Horizonte, essa contraposição era embaralhada na curiosa relação estabelecida entre as equipes varzeanas e as empresas imobiliárias locais, com destaque para a *FAIAL*, de propriedade do banqueiro Antônio Luciano, já citada no capítulo anterior. Como tratado, era recorrente que terrenos fossem disponibilizados para a instalação de campos como estratégia para prevenção de invasões, tornando-se um mecanismo de preservação dos lotes que aguardavam oportunidade futura de venda. Desse modo, valores de uso e de troca se confundiam, até que chegasse o momento em que o negócio prevalecia sobre a festa.

Essa inusitada, apesar de muito comum, relação ganharia um novo contorno com o avanço dos debates sobre a regularização de loteamentos nas cidades brasileiras. Como no caso tratado acima, do bairro Cicobe, havia preocupação da *Prefeitura* com a reserva de espaços para a instalação de benfeitorias urbanas, a exemplo de praças, postos de saúde e escolas. O avanço

⁵⁹ Cf. SANTOS, Alberto Luiz dos. **O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP): as batucadas de beira de campo e o futebol de várzea**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021, p. 54-113.

⁶⁰ Cf. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. De cidade à metrópole. *Revista Geografica*, Vitória, n. 9, p. 49-79, jul-dez 2011, p. 55.

da urbanização, que se desdobrava no surgimento de problemas como a poluição e a falta de locais para o lazer, era alvo de críticas de urbanistas desde o final da década de 1960⁶¹. Nessa medida, foram encaminhados projetos de lei para a destinação de percentuais das áreas aprovadas para criação de parques e de lugares voltados à recreação, já em 1970⁶².

Como tratado no capítulo anterior, havia grande preocupação com a regulação do uso e parcelamento do solo da cidade, inclusive com a aprovação da primeira versão da lei que tratava do tema em Belo Horizonte em 1976⁶³. Tal discussão não se restringia ao âmbito municipal, uma vez que situação semelhante era observada nos principais centros urbanos do país. Nessa perspectiva, um novo avanço na legislação do tema se deu com a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano⁶⁴. Dentre os mecanismos previstos nessa normativa, está aquele assim descrito em seu artigo 4º:

Art. 4º Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo; (...)

§ 1º A percentagem de áreas públicas prevista no inciso I deste artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida.

§ 2º Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.⁶⁵

A delimitação de uma reserva para implantação, dentre outros, de equipamento de uso comunitário, o que ficou consagrado como “área institucional”, consolidou o debate que, ao menos em Belo Horizonte, já vinha recebendo atenção legislativa desde o final dos anos 1960. A obrigação da previsão de espaços voltados a atividades de “educação, cultura, saúde, lazer e similares” coincidia com o período de aceleração da regularização dos loteamentos clandestinos.

Nessa medida, uma nova janela de oportunidade se abria para diversos campos que se instalaram nessas regiões em acordos com as imobiliárias, proprietárias das terras. Foi esse o caso do *Reunidos Esporte Clube*, equipe da Vila Oeste⁶⁶ que, depois de perder seu espaço de

⁶¹ Cf. Falta casa nesta área. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 20 de maio de 1968.

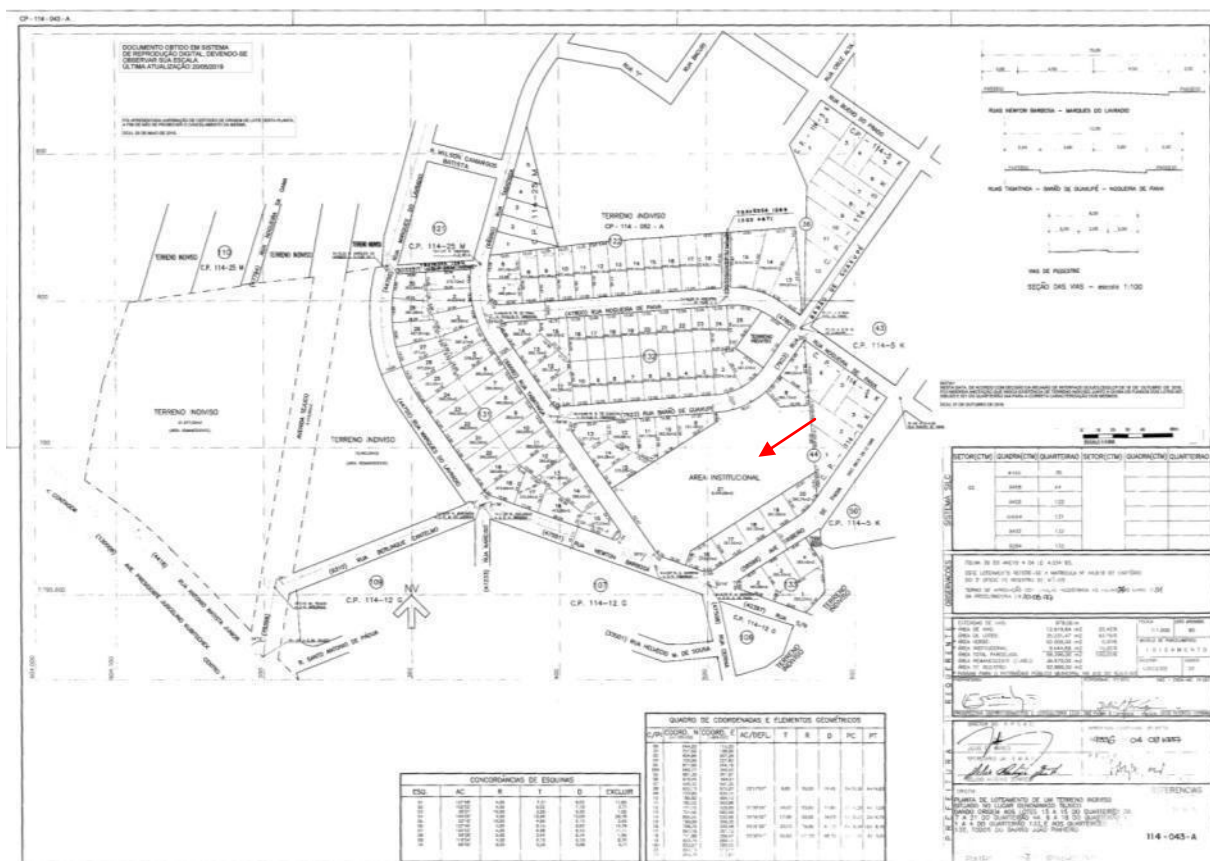
⁶² Cf. A prefeitura quer um oásis em cada bairro. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 9 de junho de 1970.

⁶³ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.662**, de 29 de novembro de 1976. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aimck>.

⁶⁴ Cf. BRASIL. **Lei Federal nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6766-19-dezembro-1979-366130-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁶⁵ *Idem*.

⁶⁶ Para informações sobre a Vila Oeste, vide nota 130 do capítulo 3. Para localização, conferir mapa ao final da tese.



Como evidencia a planta, a área correspondente ao campo do *Reunidos* está registrada como “área institucional”, seguindo a previsão legal do parcelamento do solo. Sobre isso, o ex-presidente da agremiação, Jair Colen Filho, o “Lu”, recorda-se que:

E, com a morte do Luciano, essa herdeira dele é que veio, essa área era... a dimensão dela era enorme, vinte e tantos mil metros quadrados, ela loteou tudo e, por força de lei, teve de separar a área institucional, tantos por cento da área, e acharam por bem, como o Reunidos já estava aqui deixar essa área institucional para o Reunidos, mas só foi regularizado quase que dez anos

⁶⁷ O bairro Alto dos Pinheiros, vizinho à Vila Oeste, desenvolveu-se em terrenos registrados em nome da *FAIAL*. Sua ocupação foi impulsionada pela criação do Anel Rodoviário e da Via Expressa. Abrigou inicialmente favelas, depois removidas para a venda de lotes regularizados a partir dos anos 1970. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008; OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **"Trabalhadores favelados"**: o processo de identificação das favelas e os movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Veja mapa ao final da tese.

depois, que o Reunidos permaneceu nessa área até que a Prefeitura veio e fez o contrato. Aí correu solto, não é? Ninguém tomou conta, ninguém invadiu.⁶⁸

Como relatado pelo antigo atleta e dirigente, graças à presença no espaço desde a década de 1970, quando da repartição do terreno, já nos anos 1990, a porção ocupada pelo *Reunidos* foi convertida na chamada área institucional, sendo repassada para a *Prefeitura*, com a continuidade do uso pela agremiação. Em outros casos, durante o loteamento de áreas pertencentes à *FAIAL*, negociações foram feitas para que as parcelas reservadas a equipamentos comunitários fossem cedidas a clubes varzeanos que perdiam seus campos, como foram os casos do *São José Operário*⁶⁹ e do *Santa Cruz*⁷⁰, nos anos 1980. Graças ao mecanismo, tais equipes puderam manter-se em atividade, em lugares que ocupam até hoje.

Um dos aspectos marcantes da comercialização de terras nas áreas periféricas da cidade, mesmo no contexto das vilas operárias da primeira metade do século XX, era a ausência de infraestrutura básica nos loteamentos negociados. Famílias trabalhadoras se mudavam e empreendiam a autoconstrução de suas casas em regiões de urbanização precária, desprovidas de serviços essenciais. Com pouca atenção dos poderes públicos, essas populações por diversas vezes se organizaram para viabilizar o beneficiamento dos bairros onde viviam. Essa longa tradição de articulação comunitária sempre esteve em diálogo com outras manifestações associativas populares, tema que será tratado a seguir.

6.3 – A várzea e o associativismo comunitário

As agremiações varzeanas belo-horizontinas desenvolveram-se em meio a uma rica cultura associativa que tinha lugar nas diferentes regiões da capital mineira em meados do século XX. Como tratado no capítulo 4, ações esportivas, recreativas, sociais e assistenciais eram desenvolvidas no âmbito dos clubes amadoristas ou com a sua colaboração. No entanto, outro tipo de organização também proliferava pela cidade: as entidades de bairro ou comunitárias.

Em Belo Horizonte, na metade do século XX, observou-se a fundação de uma grande quantidade de associações que carregavam o curioso nome de “comitê pró-melhoramentos”. Sua atuação foi notória nos anos 1950 e início dos anos 1960⁷¹. O inusitado título era

⁶⁸ COLEN FILHO, Jair [68 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 set. 2016.

⁶⁹ LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

⁷⁰ SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016.

⁷¹ Cf. Comitê pró-Melhoramento das vilas Petropolis, Primavera e Formosa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 9 de fevereiro de 1951; Comitê Pró-Melhoramentos de Santo André. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 8 de abril de 1953; NOVOS DIRIGENTES DO COMITÉ DO BAIRRO SÃO PAULO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4,

revelador do horizonte de atuação dessas agremiações comunitárias, já que diziam da precariedade das condições de urbanização dos bairros e da luta por melhorias para as áreas⁷².

A criação dos comitês pró-melhoramentos ocorria, essencialmente, nos bairros integrantes da primeira periferia de Belo Horizonte, localizados nas áreas suburbanas ou originários da aprovação de vilas operárias⁷³. A fundação dessas agremiações ganhou grande visibilidade nas páginas do *Diário da Tarde* a partir do início dos anos 1950, justamente no momento em que a *Prefeitura* era assumida pelo seu segundo mandatário eleito, Américo Renê Giannetti (1951-1954), da *União Democrática Nacional (UDN)*. A presença constante do político nas solenidades de criação das entidades comunitárias⁷⁴, ou mesmo a conferência de homenagens⁷⁵, como o caso do “‘Comité Pró-Melhoramentos Americo Renê Giannetti’”, constituído pelos moradores das vilas Primavera, Formosa e Petropolis⁷⁶, indicavam sua estreita aproximação com as associações organizadas nas várias regiões da capital mineira.

A tendência de criação dos comitês pró-melhoramentos persistiu ao longo da década de 1950, com grande predominância desse modelo de associativismo comunitário em Belo Horizonte. Américo Giannetti faleceu em 1954, antes do fim do seu mandato, na eleição seguinte, foi sucedido por outro udenista, Celso Mello Azevedo (1955-1959), o qual manteve a aproximação com aquelas agremiações de bairro, participando de solenidades e sendo igualmente alvo de homenagens, como ressaltou a seguinte notícia do *Diário da Tarde*:

Festiva recepção assinalará a chegada á capital do prefeito Celso Melo Azevedo, que, no próximo dia 3, regressará da Alemanha. O desembarque do chefe do executivo municipal está marcado para a tarde daquele dia. Do aeroporto da Pampulha, seguirá diretamente para a Municipalidade, quando reassumirá o seu cargo.

RECEPÇÃO

Comitês dos bairros São Pedro, Serra, Nova Suiça, Vila Angelica, Cardoso, Pompéia, Santo André, Vila das Oliveiras, Gameleira, Pampulha, Bairro Universitario, nucleos de favelas, membros de sindicatos,

7 de janeiro de 1957; Aos Presidentes de Comitês de Melhoramentos dos Bairros e Vilas de Belo Horizonte. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 24 de setembro de 1963.

⁷² No caso paulistano, para o mesmo período, anos 1950 e 1960, o formato mais comum de organização comunitária eram as chamadas “Sociedades de Amigos do Bairro (SAB’s)”, tema explorado em diversos trabalhos como: DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no pós-guerra**: redemocratização, populismo e desenvolvimento no bairro da Mooca (1942-1973). 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2002; FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; LEAL, 2011.

⁷³ Um importante estudo sobre o associativismo comunitário em Belo Horizonte, que aborda a organização dos comitês pró-melhoramentos é: SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Maria Rezende. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

⁷⁴ Cf. Comité pró-melhoramentos do bairro Santa Efigenia. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 31 de março de 1951; Comité pró-Melhoramento do bairro Sagrada Família, parte do Horto. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 1, 24 de outubro de 1952.

⁷⁵ Cf. HOMENAGEM AO PREFEITO E A UM VEREADOR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 28 de abril de 1951.

⁷⁶ Instalado o Comité pró-Melhoramentos das Vilas Formosa, Primavera e Petropolis. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 12 de fevereiro de 1951.

funcionários da Municipalidade e associações de classe deverão recepcionar o prefeito Celso Melo Azevedo.⁷⁷

A citação nominal de uma parcela dos comitês pró-melhoramentos do período aponta para uma afinidade entre as entidades e o mandatário municipal, havendo, ao que parece, adequação daquele modelo de associativismo de bairro à presença da *UDN* à frente da *Prefeitura*. Algo que sugere essa aproximação das agremiações comunitárias foi uma notícia relativa à articulação de uma *Federação Social Central Pró-Melhoramentos das Vilas de Belo Horizonte* que previa, dentre os seus departamentos, um “Anti-Comunista”⁷⁸, pauta relevante naquele momento e particularmente associada à militância udenista.

Se a estruturação dos comitês pró-melhoramentos se articulava com a atuação da *UDN* na cidade, o que era incontornável, tendo em vista que o partido alcançou dois mandatos, permanecendo no poder local durante quase toda a década de 1950, por outro lado, as entidades demonstravam certa independência, especialmente a partir do momento em que a *Prefeitura* passou a mão de um novo grupo político, de matriz trabalhista, capitaneado por Amintas de Barros (1959-1963)⁷⁹. Tal como se via no passado, a presença do mandatário municipal era uma constante nas solenidades daquelas entidades⁸⁰. Uma perspectiva pragmática parecia orientar a atuação das agremiações comunitárias⁸¹, que insistiam em enfatizar sua orientação “apolítica”, como declarou o presidente do comitê do bairro São Geraldo ao *Diário da Tarde*:

O presidente do Comitê; (*sic*) Pró-Melhoramentos do Bairro São Geraldo, sr. Valdemar Lima, em declarações a este jornal, cuja redação foi por ele procurada na manhã de hoje, disse que aquela entidade é inteiramente apolítica. Prestigia as autoridades constituídas sem preocupação de cor partidária, já que a preocupação única do Comitê é conseguir para a coletividade os melhoramentos a que o povo se julga com direito, encaminhando as reivindicações pelos canais competentes.⁸²

A ideia da defesa dos interesses dos bairros “pelos canais competentes” é marcante do repertório mobilizado pelos comitês pró-melhoramentos. Além das tentativas de aproximação de lideranças locais por meio de solenidades em que eram convidados agentes dos poderes

⁷⁷ Festiva recepção terá o prefeito Celso Azevedo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 31 de julho de 1957.

⁷⁸ Federação dos Comites das Vilas e dos Bairros. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 14 de setembro de 1957.

⁷⁹ Cf. Verbetes biográfico BARROS, Amintas de, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amintas-ferreira-de-barros>. Acesso em: 15 de dezembro 2020.

⁸⁰ Cf. AMINTAS EMPOSSA COMITÉ EM VENDA NOVA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 17 de novembro de 1959.

⁸¹ Os historiadores Paulo Fontes e Adriano Duarte observaram, para o caso paulistano, a adesão de associações de bairro de tendência adhemarista às fileiras em favor do, então vereador, Jânio Quadros, nos anos 1950, indicando os limites dos compromissos partidários assumidos pelas entidades comunitárias, atentas às contrapartidas e aos resultados oferecidos pelas lideranças políticas. Cf. DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 85-123, 2004.

⁸² EM ESTADO LASTIMAVEL A RUA JANAITIBA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 30 de outubro de 1957.

Executivo e Legislativo municipais, essas associações de bairro valiam-se da presença na imprensa, sendo regulares as divulgações de visitas de representantes à redação do *Diário da Tarde*⁸³, e da produção de abaixo-assinados e memoriais encaminhados às autoridades, com a intermediação ou não de vereadores mais próximos⁸⁴.

A conquista de uma benfeitoria para os bairros era amplamente divulgada na imprensa, tanto por iniciativa dos comitês locais, quanto do poder público. De linhas de ônibus a escolas municipais, qualquer beneficiamento previa a constituição de uma solenidade, com a preparação de um palanque, do qual participavam o prefeito, vereadores, lideranças políticas variadas e membros das associações do bairro⁸⁵. Em alguns casos, havia o cuidado de conciliar cerimônias de posse dos diretores das entidades comunitárias com a entrega das obras, a exemplo do que organizou o *Comitê Pró-Melhoramentos do Bairro São Geraldo*⁸⁶.

Nas atividades públicas das quais tomavam parte os comitês locais, como homenagens e inaugurações, evidenciava-se a proximidade entre associações comunitárias e clubes varzeanos⁸⁷, cujos dirigentes, recorrentemente, compunham os palanques⁸⁸. Em outros casos, agremiações esportivas e entidades de bairro se uniam para reivindicações, como no seguinte episódio:

Subscrito pelos srs. Benjamim Sergio, presidente do Comitê Pro-Melhoramentos do Bairro Senhor Bom Jesus, Ananias de Paiva Campos, presidente do Corinthians A.C. e Celestino Bartolomeu Capela, presidente do Paranaíba F.C., recebemos um ofício a ser encaminhado ao prefeito Amintas de Barros no qual reivindicam: a) termino dos serviços já iniciados, da rua Cantagalo, no trecho compreendido entre rua do Rosario e av. Paranaíba; b) termino da canalização do Corrego existente na av. Paranaíba, no trecho compreendido entre a rua Cantagalo e Piratuba; c) termino dos serviços na rua Madalena, no trecho compreendido entre a rua Belmiro de Almeida e São Clemente; d) idem na rua Vassouras entre rua Cantagalo e a praça Açú. O ofício será encaminhado.⁸⁹

Recorrendo ao, então, vereador e jornalista do *Diário da Tarde*, João de Paulo Pires, os moradores do Bom Jesus⁹⁰, representados por seu comitê pró-melhoramentos e por dois clubes

⁸³ Cf. A VILA ESTÁ SEM ACESSO À CIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 24 de novembro de 1956.

⁸⁴ Cf. VILA “SALGADO FILHO” PARA O MATO DA LENHA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 6 de março de 1951; VENCE O POVO A NEGLIGENCIA DO DBO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 11 de agosto de 1953.

⁸⁵ Cf. MELHORAMENTOS MUNICIPAIS INAUGURADOS NO DIA DE ONTEM. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 1º de abril de 1957; Importantes melhoramentos na Vila Angelica. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de novembro de 1957.

⁸⁶ Cf. MELHORAMENTOS PARA O BAIRRO SÃO GERALDO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 28 de fevereiro de 1958.

⁸⁷ Paulo Fontes observa aproximação entre SAB's e clubes de várzea no caso de São Paulo. Cf. FONTES, Paulo. Futebol de várzea and the working class – amateur football clubs in São Paulo, 1940s – 1960s. In: FONTES, Paulo; HOLLANDA, Bernardo Buarque de (Org.). *The country of football: politics, popular culture, and the beautiful game in Brazil*. Londres: Hurst Publishers, 2014, p. 87-101.

⁸⁸ Cf. HOMENAGEM AO PREFEITO E A UM VEREADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 28 de abril de 1951.

⁸⁹ PIRES, João de Paulo. Nossa cidade. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 15 de setembro de 1961.

⁹⁰ A ocupação da região do bairro Bom Jesus foi impulsionada pela instalação, nas proximidades, da Companhia Mineira de Fiação, fábrica da Cachoeirinha, durante a década de 1920. A abertura da Avenida Pampulha, hoje

varzeanos, o *Corinthians Atlético Clube* e o *Paranaíba Futebol Clube*, apresentaram reivindicações de urbanização de córregos e vias da região. Tal proximidade entre associações não se reduzia aos episódios que envolviam os poderes públicos, forjando-se em sua própria convivência cotidiana.

Um bom exemplo é o da região do Matadouro, onde se constituiu o bairro São Paulo⁹¹. Ali havia grande proximidade entre o comitê local e as agremiações esportivas. Foi na sede do *Matadouro Futebol Clube*, por exemplo, que se deu a posse da nova diretoria da entidade comunitária, em 1957⁹². Da mesma forma, a associação representativa do lugar foi responsável pela promoção de festivais atléticos que envolviam tanto o futebol, como o vôlei⁹³, modalidade tradicional por ali, como tratado no capítulo 4, ao se falar sobre a *Associação Atlética Popular*.

Contudo, são poucos os relatos de primeira mão sobre o cotidiano dos bairros até a metade do século XX e da atuação das entidades esportivas na articulação de melhorias para as regiões da cidade. Por sorte, em meio a um projeto de lei para reconhecimento de utilidade pública do *Montanhês Esporte Clube*, encontra-se um histórico da agremiação produzido por seu então presidente, Geraldo Rodrigues de Lima, que esclarece melhor a confluência dessas mobilizações:

HISTÓRICO

1º) Que a bem da verdade, os primeiros proprietários de terrenos e casas da Vila Mendonça, atual Bairro São Pedro, e que posteriormente fundaram o Montanhês A. C., data de 1926-27 que em 1928 iniáram (*sic*) o desenvolvimento da Vila ficando no Alto do Morro do Papagaio o Cruzeiro de São Pedro o qual deu nome ao Bairro São Pedro.

2º) Que em 1929 os senhores, Antônio Ferreira dos Santos, Filomeno Avelino fundaram as congregações de Santa Rita de Cássia e de Santa Filomena, na Vila Mendonça a fim de assistência às famílias pobres;

3º) Que os referidos senhores em companhia de outros, notaram que o povo da Vila não tinham onde rezar, e que para isso teria que ir muito longe, isti (*sic*) é, na Igreja da Boa Viagem, então surgiu a ideia de construir uma capela para o povo. Partindo daí, (*sic*) foram ao senhor Bispo, Monsenhor Leão m; (*sic*) Leite, e obtiveram licença para construção da mesma.

Organizaram festas, pediram donativos, barraquinhas, leilões arranjaram fundos e compraram materiais, transportando em suas carroças, água nas costas de animais e deram início à primeira capela de Santa Rita de Cásia na Vila Mendonça, atual bairro São Pedro.

Os mesmos senhores em companhia de outros observavam que ainda faltavam meio de diversões para a juventude (*sic*) e o povo em geral, reuniram a rapaziáda e meninos com ferramentas, sendo picaretas, enchadas (*sic*), pás, carrinhos de mão e carroças, abriram uma vereda partindo da Rua Lavras até o Alto do Morro e deram início á construção de um campo de futebol. Trabalhavam vários anos e mais de 3/4 do campo pronto em 31 de

Presidente Antônio Carlos, nos anos 1940, e o reconhecimento da Vila Senhor Bom Jesus, nos anos 1950, significou o avanço da urbanização da área. Cf. ARREGUY; RIBEIRO, Regional Noroeste, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁹¹ Para informações sobre o bairro São Paulo, vide nota 49 do capítulo 4. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁹² NOVOS DIRIGENTES DO COMITÊ DO BAIRRO SÃO PAULO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 7 de janeiro de 1957.

⁹³ Cf. Festas na Vila Matadouro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 26 de outubro de 1951; Festival no campo do Matadouro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 10 de fevereiro de 1953.

dezembro de 1933, reuniu-se o povo da Vila Mendonça, organizaram uma diretoria, depois de várias consultas para dar o nome ao Club, lembraram que o campo construído localizava-se no alto do Morro do Papagaio, onde surgiu o nome de MONTANHÊS ATLÉTICO CLUB

Em 1934, a sua primeira diretoria registrou seu estatuto no cartório Gero-oliva A1, às folhas nº 156 e verso, sob o número de ordem 128, datando de 27 de outubro de 1934. Em seguida filiou-se à liga Esportiva de Futebol, atual Departamento de Futebol Amador, disputando todos os campeonatos desde aquela época até o presente momento, tendo sagrado-se várias vezes campeão da cidade em 1954 (*sic*).

4º) Que o Montanhês A.C., através de suas diretoeias (*sic*) teve atuação decisivas (*sic*) no desenvolvimento do atul (*sic*) Bairro São Pedro, por seus comitês pro-melhoramento da Vila Mendonça,

Continuação

de seus festivais e comemoração de aniversário e também em sede Social que seguiram até a presente data. Organizaram comissões e fizeram requerimento de melhoramento e conseguiram tais como aberturas de: rêde de água e esgoto, Ruas, calsamentos (*sic*) e iluminação pública e linha de ônibus, e ainda colaborou com o pároco da Igreja de Santa Rita de Cásia (*sic*), cedendo sua sede Social para consultas médicas ao povo e favelados do Bairro e adjacências, e assim como distribuição de remédios gratuitamente e ainda realizando em suas dependências, cursos Bíblicos, pré-Nupcial, costura e primeira-Comunhão.

MONTANHÊS ATLÉTICO CLUBE
FUNDADO 31-12-1933
BELO HORIZONTE, 11 DE SETEMBRO DE 1971
Geraldo Rodrigues de Lima
PRESIDENTE⁹⁴

O histórico transcrito acima, na íntegra, foi redigido pelo presidente da época com o objetivo de compor o processo do projeto de lei para declaração de utilidade pública municipal do *Montanhês*. É interessante notar as escolhas do dirigente ao produzir o relato que tinha por intenção demonstrar a contribuição do clube à cidade e à sua região. Ao iniciar a narrativa pela própria criação do bairro São Pedro⁹⁵ e do estabelecimento de uma paróquia ali, Geraldo “Graxista”, como era mais conhecido o presidente⁹⁶, optou por vincular, diretamente, a origem da agremiação varzeana à formação do lugar, tema que é retomado nos desenlaces que levaram à instituição do comitê pró-melhoramentos da Vila Mendonça.

O interessante encadeamento desenvolvido pelo dirigente varzeano é revelador das sobreposições dos fenômenos associativos, que articulam dimensões religiosas, comunitárias, de ajuda mútua e esportivas como parte de um todo, baseado no cotidiano do bairro. Como

⁹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Projeto de Lei aprovado sob o nº 2.055, de 12 de abril de 1972 – Declara de utilidade pública o Montanhês Atlético Clube. DR.01.02.09-9498 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 7-8.

⁹⁵ Para informações sobre o bairro São Pedro, vide nota 134 do capítulo 4. Veja mapa ao final da tese.

⁹⁶ Cf. LIMA, Márcio Rodrigues de [68 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 jan. 2018.

bem destacou Geraldo “Graxista” eram as mesmas pessoas, apoiadas, eventualmente, por algumas outras, que movimentavam aquelas diferentes dimensões da vida local. Em sua narrativa outro ponto recorrente da memória social da várzea belo-horizontina foi retomado: o mutirão, com a já consolidada imagem das picaretas, enxadas, pás e carrinhos de mão.

Tal repertório de ação direta e intervenção sobre os espaços que marcou tanto a instalação dos campos varzeanos, como os esforços de autoconstrução da casa própria, no que este trabalhou denominou como a primeira e a segunda periferias da cidade (veja mapa ao final da tese), também era mobilizado pelas articulações comunitárias. Já nos anos 1950, era possível identificar iniciativas do tipo, tal como a noticiada pelo *Diário da Tarde*:

MUTIRÃO

Ante o descaso das autoridades que não tomam a menor providencia e como não podem mais suportar tal estado de coisas, os moradores prejudicados deliberaram, por própria iniciativa, reunir-se em grupos diversos, os quais em verdadeiro “mutirão” promoverão de pá e picareta em punho a reforma da rua Jacuí. Para tanto foram feitas algumas reuniões preliminares, com a participação de grande numero de moradores da parte da cidade prejudicada, os quais determinaram, que, dentro de mais alguns dias, terão inicio as obras de reparação da via por eles, de vez que, até o momento, não cogita a Prefeitura de promover consertos ali, apesar dos avultados prejuizos que sofre a população.

Assim o povo irá realizar por conta própria, uma obra publica que lhe é devida pela municipalidade.⁹⁷

A mesma imagem do uso de ferramentas rudimentares, no caso acima, pás e picaretas, era mobilizado para representar os mutirões – tão vivos na memória social da várzea – organizados pelas comunidades dos bairros atravessados pela Rua Jacuí, a mesma via identificada na reportagem de abertura deste capítulo, como sendo a síntese do que seria a zona norte de Belo Horizonte, no início dos anos 1970. Casos como a articulação autônoma citada acima não eram isolados, medidas do tipo foram relatadas com certa frequência pelo *Diário da Tarde*⁹⁸.

No início dos anos 1960, mobilizações autônomas nos bairros, por vezes, geravam tensões com os comitês instituídos, a exemplo dos protestos realizados no bairro Santa Tereza⁹⁹. Por essa época, várias partes da cidade sofriam com o desabastecimento de água, o que gerava revolta entre moradores das áreas atingidas. Foi nesse contexto que um grupo de habitantes do Santa Tereza se uniu para reivindicar, como noticiou o *Diário da Tarde*:

A passeata das latas vazias iria até a Prefeitura, não fosse a ação conciliatória do Comitê Pró-Melhoramentos de Santa Teresa. A população

⁹⁷ Dispostos a consertar a rua por conta própria. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 25 de julho de 1957.

⁹⁸ Cf. Moradores da vila tomam a si serviço da Prefeitura: vão inaugurar água e lotações. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º Caderno, 2ª edição, 6 de junho de 1960; Cansado de Apelar, Povo Decidiu Consertar a Rua. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 21 de junho de 1960.

⁹⁹ Para mais informações sobre o bairro Santa Tereza, vide nota 114 do capítulo 3. Veja mapa ao final da tese.

daquele bairro já está desesperada com a falta d'água, desespero que aumenta cada vez mais em vista da falta de providências por parte do Departamento de Águas e Esgotos da Municipalidade, que não se digna a prestar informação, afirmou ao DT o sr. Mario Jôfre Pinto de Freitas, vice-presidente do Comitê. (...)

Indagado pela reportagem, afirmou o entrevistado que o Comitê não poderá mais sustar a passeata, caso os responsáveis pelo D.A.E. não colocarem água em Santa Tereza e caso falhem os entendimentos que serão mantidos diretamente com o prefeito. “A nossa ação foi inteiramente conciliatória, mas se uma das partes falhar, não podemos impedir a ação da outra e a população da Capital verá, estarecida, a população feminina de Santa Teresa dirigir-se ao Palácio da Municipalidade, com latas d'água (vazias) à cabeça”, finalizou. (...)

Segundo informações prestadas pelo Gabinete do prefeito, 6 caminhões-pipa foram enviados para o Bairro Santa Teresa, a fim de distribuir água à população.¹⁰⁰

Como evidencia a notícia, a direção do comitê pró-melhoramentos viabilizava solução paliativa para o abastecimento de água em Santa Tereza ao jogar com o descontentamento crescente da população e com as ameaças de uma marcha rumo à sede da *Prefeitura*, assumindo um tom conciliatório. Atuando “pelos canais competentes”, a liderança comunitária se posicionava entre o reforço da necessidade de uma associação organizada e a contrapartida do risco da revolta espontânea dos moradores, no caso em questão, principalmente das mulheres.

Nos registros identificados no *Diário da Tarde*, a atuação dos comitês pró-melhoramentos e entidades congêneres de bairro reforçavam a ideia de mediação entre os problemas locais e os poderes públicos, com a articulação junto à imprensa, que permitia a vocalização das demandas. A noção do encaminhamento das questões “pelos canais competentes” parecia orientar a conduta das associações. Iniciativas de ação de direta, como mutirões, marchas e outros protestos eram indicadas como empreendimentos autônomos, sem a chancela das agremiações estabelecidas. Seria com esse histórico de atividade que o associativismo comunitário na capital mineira adentraria o período da Ditadura Civil-Militar.

6.3.1 – Novas formas de atuação no bairro

Entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, um grande número de pesquisadores se debruçou sobre as periferias urbanas e os novos modelos de associativismo comunitário em centros nacionais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte¹⁰¹. A

¹⁰⁰ SANTA TERESA ANUNCIA O DESFILE DA LATA VAZIA! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 12 de outubro de 1960.

¹⁰¹ São exemplos relevantes dessa produção: CALDEIRA, 1984; KOWARICK, 1988; PAOLI, Maria Celia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987, p. 53-101; SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio

organização de movimentos sociais com base nos bairros das grandes metrópoles brasileiras que propunham diferentes formas de atuação era tratada como uma inovação, representante de uma ruptura com as práticas de articulação e atuação popular que as antecederam, visão corroborada por alguns estudos posteriores¹⁰².

Ao considerarem meados dos anos 1970 o marco zero de suas análises, tais estudos tratam uma grande variedade de táticas e estratégias adotadas pelos grupos comunitários como novidades que não encontrariam paralelo naquelas mesmas regiões. Para tanto, partem da visão de um associativismo pregresso que, ou tinha se mantido enredado em relações de tipo clientelistas ou havia sido completamente tutelado pelo autoritarismo da Ditadura Civil-Militar. Estudos mais recentes, em especial sobre o período pós-guerra nos anos 1940 e 1950, apontam para uma atuação diversificada dos movimentos de bairro, com independência relativa dos líderes políticos e multiplicidade de formas de atuação, em especial no caso de São Paulo¹⁰³.

Como tratado acima, entidades como os comitês pró-melhoramentos tinham tendência de assumir um papel de mediação e conciliação de interesses, sendo, por vezes, sobrepujadas por ações autônomas das comunidades dos bairros, em busca de soluções mais imediatas para suas demandas. A percepção dessa condição apaziguadora não deve ser lida, no entanto, como a ausência da constituição de uma experiência ou uma tradição de mobilização popular que, em maior ou menor grau, produzia repertórios de negociação ou de ação direta que eram utilizados, de tempos em tempos, para a resolução de problemas das variadas regiões da cidade.

Ao se partir dessa perspectiva, é válido observar que a imposição do Golpe Militar e Civil de 1964 teve diferentes efeitos sobre o associativismo popular na cidade. Além dos sindicatos, diretamente afetados por interdições, em Belo Horizonte, um dos grupos mais atingidos foi o dos moradores de favelas, organizados sob a *Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte*, entidade que congregava os centros de defesa coletiva criados na capital mineira e que foi devassada após a tomada do poder e a instalação do regime ditatorial¹⁰⁴.

Se a Ditadura Civil-Militar representou a desmobilização do associativismo nas favelas da cidade, o mesmo não se deu com as entidades comunitárias espalhadas pelas regiões¹⁰⁵. Já

de Janeiro: Paz e Terra, 1988; SOMARRIBA; VALADARES; AFONSO, 1984; ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁰² Cf. DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995; HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

¹⁰³ Cf. DUARTE, 2002; DUARTE; FONTES, 2004; FONTES, 2008; LEAL, 2011.

¹⁰⁴ Cf. OLIVEIRA, 2014, p. 108.

¹⁰⁵ Para um estudo sobre associativismo de bairro em BH, nesse período, ver: SANTIAGO, Carla Ferretti. **O lugar de morar: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (o Bairro Dom Cabral, 1959/1981)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

em 1965, notícias davam conta de suas atuações, com produção de memoriais e abaixo-assinados entregues a Oswaldo Pieruccetti (1965-1967/1971-1975), indicado como prefeito¹⁰⁶. Ao longo da década de 1960, vários registros da atuação de agremiações de bairro seriam publicados, em especial por meio da série “O seu Alô!, Alô! vai aos bairros”¹⁰⁷, com destaque para a manutenção dos comitês pró-melhoramentos em várias partes da capital mineira¹⁰⁸.

Ao se ressaltar a persistência do associativismo de bairro não se pretende considerar que ela acontecia sem constrangimentos ou que os operadores e os apoiadores do regime militar não pretendessem interferir na articulação comunitária. Entidades com formatos diversos são registradas na passagem da década de 1960 e 1970, indicando uma tentativa de ruptura da tradição dos comitês pró-melhoramentos. Foi o caso, por exemplo, da criação do Conselho Comunitário “Assis Chateaubriand” do Vale do Jatobá¹⁰⁹, cuja estruturação foi conduzida pelo *SESI*¹¹⁰. Caso ainda mais interessante foi o da constituição das “sociedades de amigos” em diferentes regiões de Belo Horizonte que, como destacava o *Diário da Tarde*:

Dentro dos princípios de comunidade, surgem nos bairros as sociedades de amigos, que vêm substituir os comitês pró-melhoramentos, entidades que foram ficando comprometidas como órgãos de finalidades eleitoreiras. O povo vai compreendendo a necessidade de se organizarem (*sic*), para a defesa de seus problemas comuns, deixando as reivindicações pessoais de lado para lutar em torno das soluções de problemas comuns, que afetam toda a coletividade.

Já temos em Belo Horizonte a Sociedade de Amigos da Floresta, Sociedade de Amigos da Serra, de Amigos da Lagoinha e muitas outras que, embora com nome diferente, como a Associação de Pais e Mestras do Bairro Saudade, têm o mesmo programa. Entidades que se formam pelos moradores da região, com a disposição de lutar, de servirem de elo entre o poder público, nas reivindicações de interesses coletivos.¹¹¹

A notícia promovia um elogio à nova forma de associativismo de bairro representada pelas sociedades de amigos, condenando os antigos comitês pró-melhoramentos como entidades de fins eleitoreiros. É necessário ponderar que os *Diários Associados*, conglomerado proprietário do *Diário da Tarde*, foram aliados de primeira hora do regime ditatorial, com promoção de

¹⁰⁶ Cf. BAIROS PEDEM MELHORIAS AO PREFEITO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 18 de fevereiro de 1965.

¹⁰⁷ Cf. O seu Alô!, Alô! vai aos bairros – Princípio comunitário criou o “Oswaldo Cruz”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 17 de junho de 1967; O seu Alô!, Alô! vai aos bairros – Marajó é o fim do mundo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 1º de junho de 1968.

¹⁰⁸ O seu Alô!, Alô! vai aos bairros – 12 mil de Santa Inês querem pelo menos água luz e esgoto. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 30 de março de 1968; O seu Alô!, Alô! vai aos bairros – PADRE MILAGROSO VAI SALVAR SANTA MÔNICA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 4 de maio de 1968; O seu Alô!, Alô! vai aos bairros – Sta Maria Gorete está pior. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 11 de maio de 1968; O seu Alô!, Alô! vai aos bairros – Monsenhor Messias, bairro de futuro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 29 de junho de 1968.

¹⁰⁹ O seu Alô!, Alô! vai aos bairros – JATOBÁ, VALE DA POEIRA COM 1.194 CASAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 10 de agosto de 1968.

¹¹⁰ Sobre a atuação do *SESI* no associativismo de bairro, bem como na organização do esporte popular, conferir: WEINSTEIN, Barbara. (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920 – 1964). São Paulo: Cortez, 2000.

¹¹¹ BAIROS – Amigos da Pompéia formam sociedade. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 6 de julho de 1970.

campanhas de apoio e financiamento do novo governo¹¹². Em editoriais e reportagens tal posição ficava explicitada. Assim, não é de se estranhar a posição tomada em relação às associações, com a mobilização de uma ideia, cara aos militares, de degradação da gestão pública pelo jogo eleitoral que sobreporia interesses pessoais e partidários à boa técnica administrativa.

No mesmo ano de 1970, o *Diário da Tarde* promoveu um encontro com as associações comunitárias da cidade, realizado nas dependências do Palácio do Rádio, onde funcionavam as emissoras dos *Diários Associados*. O evento que contou com mais de 200 representantes de entidades do gênero evidenciava a extensão do fenômeno¹¹³, bem como a prevalência dos comitês pró-melhoramentos como forma mais recorrente de organização dos bairros¹¹⁴.

Apesar das exortações para a ampliação das sociedades de amigos, o formato, ao que parece, ficou restrito a um pequeno número de bairros. A presença de muitos comitês pró-melhoramentos estabelecidos não justificava a criação de uma forma diferente de organização comunitária e era esse modelo que prevalecia entre as citações a cada visita pelas regiões da cidade publicada na seção dedicada aos bairros no *Diário da Tarde*¹¹⁵.

Se, por um lado, não se via uma desmobilização dos comitês pró-melhoramentos nas regiões em que já estavam instalados, notadamente as áreas compreendidas nesta tese como a primeira periferia de Belo Horizonte, por outro, nos bairros de formação mais recente, a nomenclatura das agremiações de moradores assumiam formas variadas, demonstrando a perda de força do antigo formato. Associação do bem estar social¹¹⁶, comissão de defesa do bairro¹¹⁷, conselho da comunidade¹¹⁸, associação para o desenvolvimento do bairro¹¹⁹, associação urbanizadora¹²⁰ foram alguns dos nomes identificados no início dos anos 1970.

Por meio da criação de uma miríade de agremiações, observou-se a conservação e a ampliação da rede de entidades representantes de bairros em Belo Horizonte no período ditatorial, com suas práticas regulares de mediação “pelos canais competentes”¹²¹. Ao menos nas páginas do *Diário da Tarde*, ações diretas para resolução de problemas e protestos

¹¹² Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*, idealizou a Campanha “Ouro para o bem do Brasil”, uma espécie de esforço de guerra para arrecadar fundos para o novo regime. Cf. LANÇADA A CAMPANHA EM MINAS, ÀS 18 HORAS “SHOW” E INICIO DAS COLETAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 12 de junho de 1964.

¹¹³ Um plano em defesa dos bairros e vilas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 27 de julho de 1970.

¹¹⁴ Todos os bairros hoje no Palácio do Rádio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 25 de julho de 1970.

¹¹⁵ Cf. BAIRROS – Vilas Reunidas já tem seu telefone público. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 16 de março de 1971; Bairros – Glória vai ter um comitê para melhoramentos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 5 de outubro de 1971; BAIRROS – Vila Casa Branca, uma ilha no lamaçal. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 18 de dezembro de 1971.

¹¹⁶ Cf. Urbanização do bairro Eymard. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 14 de março de 1972.

¹¹⁷ Cf. Pampulha exige melhoria para sua linha de ônibus. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 10 de julho de 1973.

¹¹⁸ Cf. Memorando. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 3 de abril de 1973.

¹¹⁹ Cf. Bairros – Nova Granada diz o que quer. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 3 de janeiro de 1973.

¹²⁰ Cf. Califórnia ameaça ir para Contagem. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 11 de maio de 1975.

¹²¹ Cf. Bairro inteiro pede a canalização do córrego da Piteira. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 3 de outubro de 1972.

públicos não foram evidenciados no período, apontando para as restrições às liberdades de livre manifestação também nesses casos. Em que pese o clima de controle sobre as associações, a continuidade institucional era possibilidade importante, ao menos, para a manutenção de uma articulação que poderia permitir a retomada de ações mais incisivas no futuro, com a preservação da memória de estratégias e táticas adotadas no passado¹²².

Numa tendência de atuação mais controlada, além da mediação com o poder público, as associações de bairro mantinham ações pontuais, às vezes conduzindo, por conta própria, melhorias para as localidades. Foi o caso da *União Pró-melhoramentos do Bairro Santa Inês* que, segundo informou o *Diário da Tarde*:

Santa Inês é um bairro novo, com muita gente. Não tem cinema, boates, barzinho, nenhum meio de diversão. Mas a população resolveu o problema: o União Recanto Clube está em fase de conclusão, com duas piscinas e muitas quadras para futebol de salão, vôlei e basquete. Com um detalhe: tudo foi feito pelos próprios moradores, em terreno doado pela Prefeitura e com ajuda de quatro mil cruzeiros¹²³ do Conselho Municipal de Esportes.¹²⁴

A articulação da união pró-melhoramentos local, com o apoio negociado do poder público, garantia a atenção a uma das carências da região: os equipamentos de lazer. Apesar do protagonismo dos moradores na condução da obra, ela foi patrocinada pela Municipalidade.

A segunda metade da década de 1970 foi marcada pela distensão autoritária, impulsionada por pressões internas e externas e pelas derrotas eleitorais enfrentadas pelo regime ditatorial¹²⁵. Foi um momento de retorno da mobilização social, com a atualização dos grupos envolvidos e a retomada de uma perspectiva de ação direta e de manifestações mais incisivas. Tal contexto repercutia na organização comunitária, o que se evidenciava na divulgação de iniciativas autônomas para a resolução de problemas locais¹²⁶ e em manifestações públicas para denúncia do descaso das autoridades¹²⁷. Especialmente nos bairros clandestinos, componentes da segunda periferia de Belo Horizonte, mas não só neles, observava-se a crescente articulação da população, a exemplo dos moradores do bairro Saudade, que conduziram a construção de uma ponte, cuja inauguração foi registrada pelo *Diário da Tarde*:

¹²² Paulo Fontes aponta para as associações de bairro como um espaço de atuação política de militantes sindicais e políticos afastados no período ditatorial, na região de São Miguel Paulista em São Paulo. Cf. FONTES, 2008, p. 283.

¹²³ Valor correspondente a 15 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto Federal nº 70.465**, de 27 de abril de 1972. Altera a tabela do salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 68.576, de 1º de maio de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70465-27-abril-1972-418822-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹²⁴ Bairros – Santa Inês faz seu campo de esportes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 11 de maio de 1972.

¹²⁵ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 105-112.

¹²⁶ Cf. Uma comunidade unida na construção da ponte. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 21, 18 de julho de 1977; Mutirão no Santa Mônica para abertura de ruas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 24 de junho de 1978.

¹²⁷ Cf. Flagelados se reúnem e dizem o que esperam das autoridades. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 2 de março de 1979.



Figura 31 – Inauguração da “Ponte do Povo”, 1978. Fonte: Mutirão na Saudade e está pronta a “Ponte do Povo”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 5 de abril de 1978.

O registro compõe a reportagem sobre a inauguração da autointitulada “ponte do povo” na Avenida Jequitinhonha, no Saudade¹²⁸, construída por meio da articulação independente dos moradores da região, dada a demora da *Prefeitura* para atender ao problema¹²⁹. Ao centro da imagem, a obra está tomada pela população do lugar, que se aglomera sobre ela e seu entorno. A presença popular é a mesma que caracterizava cerimônias de inauguração, o que está ausente são as figuras políticas e as lideranças que, invariavelmente, ocupariam o primeiro plano. As árvores nas cercanias indicam a não urbanização das margens do córrego Taquaril, o qual, a partir de então, poderia ser transposto por pedestres e veículos graças à “ponte do povo”.

A articulação comunitária do período também se intensificava de forma institucionalizada, com o investimento em novas frentes de ação, tal como os esforços para a

¹²⁸ Para informações sobre o Saudade, vide nota 65 do capítulo 3. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

¹²⁹ Cf. Mutirão na Saudade e está pronta a “Ponte do Povo”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 5 de abril de 1978.

legalização de bairros clandestinos¹³⁰. Como citado anteriormente, desde os anos 1950, debatia-se a articulação de uma federação de bairros¹³¹, o que, ao contrário do que se deu com a representação de favelas em Belo Horizonte, não se efetivou na criação de uma entidade aglutinadora. No final dos anos 1970, o tema foi retomado, com a proposta da *Federação das Associações Comunitárias de Moradores da Grande BH*¹³², apontando para uma nomenclatura que ganhava espaço na cidade: a associação comunitária.

Tal formato é ressaltado, por exemplo, na seguinte coluna assinada pelo presidente do *Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção Minas Gerais*:

O crescimento das várias associações de bairros em Belo Horizonte e na Região Metropolitana é a melhor maneira de participação comunitária. O IAB-MG vem fazendo campanhas, em prol do movimento ecológico e do desenvolvimento da cidade, que recebem sua maior força na atuação desses grupos. É verdade que, em alguns casos, a luta não leva ao resultado esperado, mas sempre há conquista nem que seja só da opinião pública.

O papel das paróquias de Belo Horizonte e de outros núcleos religiosos assume grande importância por ser o embrião de uma Associação Comunitária ou Associação de Bairros.¹³³

Na coluna, o arquiteto José Carlos Laender aponta para a ascendente articulação social que tinha impacto não apenas nos bairros populares, mas também em regiões ocupadas pelas classes altas e médias, com debates como o do movimento ecológico. O presidente do *IAB-MG* ainda sublinhou o papel de outras instituições, tais como as religiosas, no incentivo à criação, pela cidade, das associações comunitárias.

A indicação de um novo prefeito, Maurício Campos (1979-1982), implicou em uma aproximação entre o governo municipal e as entidades de bairro¹³⁴. O que ficou reafirmado na realização do *I Encontro de Associações Comunitárias*, que contou com a presença do chefe do Executivo Municipal e do governador eleito indiretamente, Francelino Pereira (1979-1983)¹³⁵. Um desdobramento dessa articulação foi o apoio a uma forma popular de resolução de problemas, o mutirão, com a criação pela *Prefeitura* do “Plano Comunitário de Obras”, assim descrito:

A Prefeitura criou e já está executando o “Plano Comunitário de Obras”, que tem a colaboração da comunidade e cujo objetivo principal é atender os bairros periféricos, através da Secretaria Municipal de Obras, que vai abrir novas frentes de obras simultaneamente na periferia.

As obras executadas com a participação da comunidade ganham uma dimensão maior porque a comunidade que ajudou na sua implantação tem interesse na sua conservação. No “Plano Comunitário de Obras”, a Prefeitura

¹³⁰ Cf. Jardim Guanabara luta para se tornar bairro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 6 de dezembro de 1977.

¹³¹ Cf. Federação dos Comites das Vilas e dos Bairros. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 14 de setembro de 1957.

¹³² Cf. Uma federação em favor dos moradores de bairros. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 24 de julho de 1978.

¹³³ CASTRO, José Carlos Laender. Opinião – A união faz a força. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 22 de junho de 1981.

¹³⁴ Cf. Bairros levam pedidos a Maurício Campos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 30 de março de 1979.

¹³⁵ Cf. Prefeito ouve o que os bairros precisam. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 30 de julho de 1979.

entra com o equipamento e o material, e os moradores executam ou contratam a mão-de-obra.¹³⁶

A tradicional mobilização de mutirões para construção de benfeitorias para os bairros, para criação de campos de várzea ou para a edificação da casa própria era agora encampada pela *Prefeitura*¹³⁷. A expansão das associações comunitárias pela cidade e a sua estreita relação com o poder público municipal, a exemplo do que se via nos anos 1950 e 1960, rapidamente seriam relacionadas a interesses políticos-eleitorais. Maurício Campos era apresentado como o maior impulsionador do fenômeno, pois “graças a seu incentivo mais de 250 Associações Comunitárias foram criadas em Belo Horizonte nos últimos 30 meses”.¹³⁸

Com um projeto político, o indicado à *Prefeitura* abandonou o cargo em 1982, para assumir a condição de deputado federal eleito. Já nesse posto, seria alvo de acusações:

O ex-prefeito Mauricio Campos está sendo acusado por vereadores do PMDB de adotar “comportamento antiético” ao promover, através de parentes e correligionários infiltrados em associações comunitárias, inaugurações de obras públicas, contando até segundo denúncia de Irani Barbosa, “com a colaboração de setores do próprio governo”.¹³⁹

A exemplo do que se via em outros momentos, boa parte do associativismo comunitário da passagem dos anos 1970 para os 1980 também se envolvia em disputas eleitorais, conciliando ações de caráter mais autônomo para resolução de problemas do bairro, com a atenção a disputas próprias da política institucionalizada. Tal contexto levaria os dois principais partidos do período *PDS* (antiga *ARENA*) e *PMDB* a uma “luta surda para a conquista da Federação das Associações Comunitárias, que teve grande atuação política no final do ano passado”¹⁴⁰.

À frente da *Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais (FACEMG)*, no início dos anos 1980, estava Otacílio Ferreira Costa, um importante aliado do prefeito Maurício Campos¹⁴¹. Advogado, sua trajetória, ainda nos anos 1960, foi marcada pela passagem como diretor do *Departamento de Futebol Amador* da *Federação Mineira de Futebol*. Também se candidatou à presidente da *FMF* em 1971, com uma plataforma que tentava mobilizar as agremiações varzeanas, importantes votantes naquele processo eleitoral¹⁴².

¹³⁶ Cf. Povo ajuda nas obras dos bairros. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 5 de maio de 1981.

¹³⁷ Para se ter ideia da extensão do “Plano Comunitário de Obras”, em 1982, “foram calçadas, em alvenaria poliédrica, 191 trechos de ruas, numa extensão total de mais de 39 quilômetros”, número superior aos 23 quilômetros realizados pelo “Programa Ordinário de Pavimentação” naquele mesmo ano. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1982**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Júlio Arnaldo Laender. Belo Horizonte, 1983, p. 77 e 110.

¹³⁸ Associação Comunitária do Paquetá. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 27 de agosto de 1981.

¹³⁹ Acusado de falta de ética. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p.3, 30 de novembro de 1983.

¹⁴⁰ PMDB e PDS disputam as associações comunitárias. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 1º de agosto de 1983.

¹⁴¹ Cf. Diretoria das Associações Comunitárias. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 17 de novembro de 1981.

¹⁴² Cf. Cada candidato tem seu plano, qual o melhor? **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 19, 30 de dezembro de 1971.

A falta de espaço na entidade oficial, com a ascensão do grupo do Coronel José Guilherme que desde o final dos anos 1960 até os dias de hoje hegemoniza a *FMF*¹⁴³, fez com que Otacílio Ferreira Costa migrasse para atuação em entidades independentes, tanto aquelas vinculadas à várzea¹⁴⁴, como as ligadas ao associativismo de bairro. Por sua presença, uma das frentes de atuação da *FACEMG*, no início da década de 1980, eram as competições esportivas, como o *I Campeonato de Futebol Amador Comunitário* em 1982.¹⁴⁵

A exemplo do que se viu em meados do século XX, o associativismo de bairro emergente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 também mantinha estreita relação com as agremiações e as práticas varzeanas de suas regiões¹⁴⁶. Instalações dos clubes podiam servir para a realização de reuniões para debater problemas locais¹⁴⁷, assim como entidades comunitárias assumiam a coordenação de competições esportivas de alcance local¹⁴⁸.

Evento especialmente revelador dessa aproximação foram as *Copas do Povo*, organizadas pela *Prefeitura de Belo Horizonte* no início dos anos 1980¹⁴⁹. Competições poliesportivas, elas reuniam as representações dos bairros por meio de suas associações comunitárias, que inscreviam times das mais variadas modalidades. Assim, diversas parcerias foram firmadas, permitindo que equipes estabelecidas representassem seus respectivos locais de origem¹⁵⁰.

Diretamente envolvidas com as disputas esportivas e próximas das agremiações amadoras de suas regiões, não era de se estranhar que as entidades comunitárias do período incluíssem, dentre as suas pautas, reivindicações por constituição de equipamentos de lazer e recreação nos bairros¹⁵¹. Alguns episódios da memória social da várzea na cidade também são especialmente interessantes para pensar as interpenetrações entre os fenômenos associativos.

Uma dessas passagens se refere a duas agremiações com origens comuns, já tratadas nos capítulos 1 e 4, a *Associação Esportiva Tupinambás* e a *Associação Esportiva Cultural Ponte*

¹⁴³ Adriano Guilherme Aro de Ferreira, atual presidente da *Federação Mineira de Futebol*, é neto do Coronel José Guilherme. Cf. Adriano Aro é eleito presidente da Federação Mineira de Futebol. *GloboEsporte.com*, 19 de outubro de 2017. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/mg/futebol/noticia/adriano-aro-e-eleito-presidente-da-federacao-mineira-de-futebol.ghtml>. Acesso em 18 de dezembro de 2020.

¹⁴⁴ Cf. Apoio total do Governador ao futebol amador de Minas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 24 de outubro de 1978.

¹⁴⁵ Cf. Associações comunitárias homenageiam Eliseu. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de julho de 1982.

¹⁴⁶ Tal relação também é percebida, por Sílvia Bauler, no caso da comunidade da Vila Campos do Cristal, em Porto Alegre. Cf. BAULER, Sílvia Regina Godinho. *O futebol faz rolar mais do que uma bola: um estudo sobre o significado do futebol numa periferia urbana*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

¹⁴⁷ Cf. Linha do Barreiro para na Praça A. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 12 de agosto de 1981.

¹⁴⁸ Cf. Uma rodada toda no domingo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 22 de outubro de 1981; Associação do Henrique Araújo comemora o Natal. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 18 de dezembro de 1981.

¹⁴⁹ Cf. Copa do Povo, a vez das associações comunitárias. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 31 de julho de 1984.

¹⁵⁰ Foi o caso da equipe masculina de futebol de salão da *Associação Comunitária do Parque Riachuelo*, campeã da edição de 1984, que reunia os integrantes de um time já formado, chamado *Manchester*, dentre eles, dois tios do autor deste trabalho, os quais lhe contaram esse episódio.

¹⁵¹ Luz, esgoto, água e escolas: o que os bairros pedem a Hélio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 10 de junho de 1983.

Preta, ambas do bairro ferroviário do Horto¹⁵². Como citado anteriormente, esses clubes tinham uma longa história de rivalidade, já que ambos são dissidentes de uma mesma equipe denominada *Tupinambás*. Enquanto um deles conseguiu manter o nome e o campo da entidade original, graças a articulações com a direção da *Central do Brasil*, o outro foi renomeado e teve de buscar novo espaço de jogo, o que se viabilizou graças a um acordo com a *FAIAL*¹⁵³. A rixa originada no final dos anos 1940 teve novo capítulo na década de 1980, com a sobreposição de diferentes entidades associativas e a participação do poder público municipal.

Com o avanço da ocupação do bairro vizinho da Sagrada Família, a *Ponte Preta* perdeu o campo que fora cedido pela *FAIAL* na área denominada como “Grotta”, tendo que recorrer ao antigo rival que, inicialmente reticente a ceder um horário para o adversário histórico, seria convencido graças a intervenção de integrantes da *Prefeitura*¹⁵⁴. Se originalmente a *A. E. Tupinambás* contou com o apoio de diretores da *Estrada de Ferro Central do Brasil (EFGB)*, passados os anos, com o seu presidente, o ferroviário aposentado Luís Lima de Oliveira, já afastado da empresa que se convertera em *Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA)*, o acolhimento dado ao clube não era, então, o mesmo. Pior que isso, ainda nos anos 1970, falava-se do risco da perda do espaço de jogo, com o cancelamento da cessão pela *RFFSA*¹⁵⁵.

O ocorrido na década de 1970 seria percebido apenas como uma ameaça não efetivada. Contudo, na década de 1980, um novo desafio se apresentou ao clube. Um imbróglio que envolveu a *A.E. Tupinambás*, a *Ponte Preta*, a *RFFSA*, o *Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte*, o *Departamento de Futebol Amador*, o indicado a *Prefeitura* Maurício Campos e a *Associação dos Habitantes da Vila Edgard Werneck*. Como foi informado em ofício endereçado ao *DFA* pelo presidente Luis Lima de Oliveira:

Pelo presente estamos comunicando a V. Sa., que esta Associação, está sendo perseguida politicamente pelo sr. Evandro Ventura Marinho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte, porque esta Sociedade não acompanhou a orientação política do referido, que era fazer campanha para o dr. Maurício Campos, para as eleições realizada (*sic*) em novembro de 1982. Isso porque naquela época o citado presidente, lutava junto a seu candidato para passar uma rua dentro da nossa praça de esporte a fim de acabar com nosso campo, mas só não conseguiu seu objetivo devido a intervenção de V. Sa. [Carlos Antônio Bregunci, diretor do DFA], junto ao doutor Silvio, diretor da Sudecap [Superintendência de Desenvolvimento da Capital].¹⁵⁶

¹⁵² Sobre o bairro do Horto, vide nota 67 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

¹⁵³ Cf. PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

¹⁵⁴ Cf. *idem*.

¹⁵⁵ Cf. Pasta da A.E. Tupinambás no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

¹⁵⁶ Cf. *Idem*.

Na ocasião, o terreno pertencente à *RFFSA* havia sido repassado à *Prefeitura* que, por sua vez, no lugar de fazer a concessão ao *A. E. Tupinambás*, – como acontecia no caso dos campos convertidos em área institucional, citados na seção anterior do capítulo – o fez em nome do *Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte*¹⁵⁷.

Como dito antes, por essa época, depois da perda de seu espaço de jogo, a *Ponte Preta* foi abrigada na área tradicionalmente ocupada pelo rival, conquistando um horário na grade de programação. Em sua diretoria estava Lenir Paulino, o “Nico”, também ferroviário aposentado, que tinha forte vivência associativa, integrando tanto a diretoria da entidade de bairro¹⁵⁸, quanto da classista. Como ele narrou em entrevista:

Aí veio essa oportunidade porque eles iam acabar com o campo, o campo ia ser do Sindicato dos Ferroviários, Maurício Campos tem uma lei, a lei eu tenho o documento lá em casa, lei tal tal através disso passa ao uso da... ao Sindicato da Empresa Ferroviária de Belo Horizonte, não é? Então veio essa oportunidade, porque nós na realidade quando eu mexia na associação comunitária e mexia também no sindicato, fundador do Sindicato dos Ferroviários, eu tinha muita amizade com o Comano Lima, que esse Comano Lima ele nunca mexeu com o pai [Luis Lima de Oliveira], que ele não entendia com o pai não. Ele tinha uma cabeça diferente, não é? Ele achava que aquilo que o pai estava fazendo era errado. Então os dois... mas aí passaram a se entender por causa que o domínio do campo ia passar para o Sindicato. Aí ele me procurou... me procurou e eu até não estava sabendo não. Ele foi lá em casa e falou comigo, falou: “Lenir você podia nos ajudar. Que vai acabar com o campo, não é? E aí vai acabar Ponte Preta e o Tupinambás. Todos dois vão acabar. Porque sem campo como é que nós vamos fazer?” Aí que eu comecei. Conversei com o Marinho, que é o presidente do Sindicato, ele era uma pessoa muito difícil, difícil mesmo, não é? E bruto, bruto, ignorante. Aí mas, com conversa eu falei: “oh Marinho, isso aqui é da comunidade”... “Não, mas esse cara aí...” “Não, mas isso vai acabar, isso vai passar para a Prefeitura, a comunidade vai passar a usar o espaço e tudo, não é? Vai ser diferente, vai melhorar e tal, está melhorando para nós aí.” “Tudo bem! Tudo bem!” depois ele falou que tudo bem, eu vou atender você e depois voltou novamente um outro decreto que o prefeito era o... colocado também... era o... eu esqueci! O outro decreto revogando aquele, passando novamente para a Prefeitura. Eu esqueci o... o nome do segundo Prefeito depois de Maurício Campos, eu esqueci... eu tenho os documentos todos lá em casa.¹⁵⁹

Tal como narrado por Lenir, em 1984 um decreto foi publicado pelo prefeito “colocado” Ruy Lage¹⁶⁰. Com a perda de efeito da decisão anterior, seria garantida a manutenção da *A. E. Tupinambás* no campo até hoje ocupado pela agremiação e, por consequência, o horário da *Ponte Preta*, sem que isso significasse o encerramento da antiga rivalidade. Esse episódio

¹⁵⁷ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto nº 4.239**, de 13 de maio de 1982. Permite ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte o uso do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jkcm>

¹⁵⁸ Cf. Associação de bairros. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 23 de novembro de 1983.

¹⁵⁹ PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

¹⁶⁰ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto nº 4.856**, de 2 de novembro de 1984. Revoga o decreto nº 4.239 de 13 de maio de 1982. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kfmcj>

evidencia de que maneira as diferentes formas associativas vivenciadas no bairro se imbricavam, com coincidência de personagens e com uma dinâmica de disputas de poder em escala micro¹⁶¹, que se articulava ao sabor dos calendários eleitorais, de rixas pessoais e de interesses momentâneos que poderiam colocar, lado a lado, adversários históricos.

Nessa medida, o futebol de várzea que se desenvolvia na cidade não se realizava ao largo de outras questões que tinham lugar no bairro. Os integrantes das agremiações esportivas estavam atentos não apenas ao que ocorria ali, mas também às estratégias adotadas por outras entidades de base comunitária na resolução dos problemas. Em certos casos, os dirigentes dos clubes poderiam, até mesmo, assumir a dianteira da situação, tornando-se referência para a articulação local.

Foi esse o caso de um clube criado na área denominada Vila Aeroporto, parte integrante do São Tomaz¹⁶², que faz divisa com o São Bernardo¹⁶³, na porção norte da cidade. A separação entre os dois bairros se dá pelo Córrego Pampulha, após a barragem da famosa lagoa. A região tem uma forte tradição varzeana, com campos localizados nos dois bairros, formados entre os anos 1950 e 1960. O espaço de jogo da Vila Aeroporto, por anos, pertenceu a um time eventual – de sábado –, coordenado por um sujeito apelidado “Espeto”, morador do São Bernardo. Ali jogavam outras equipes, a exemplo do *Aliança*. Com a formação da favela, criou-se, nos anos 1970, o *Cruz Vermelha*, mais tarde rebatizado de *Campo Verde*.¹⁶⁴

O idealizador do novo clube foi José Maciel Campos, o “Zeca”. Em entrevista, ele relatou as dificuldades para a manutenção do campo instalado às margens do Córrego Pampulha:

Aí começamos a jogar lá e tal, e eu morando aqui, nos fundos aqui e jogando lá. Aí, o que acontece, o Aliança foi nos cedendo assim devagarzinho um espaço porque eu morava aqui. Aí, começou a escolinha. Aí jogava de manhã e existia uma rede de esgoto muito pesada no campo, que ficava alagando o campo, só bosta rolando por cima do campo. Aí chegava na sexta a noite, no sábado, eu desentupia o esgoto para escolinha jogar no sábado de manhã. Aí jogava, tal e tal, com isso, o Aliança chegava no outro dia e jogava também. Aí o campo desabava de mato, crescia aquele tanto de mato e a gente lutando, lutando, toda a semana desentupindo esgoto e pondo o time para jogar. Aí foi indo, foi indo, foi indo, o Aliança pegou e abandonou o campo. Por quê? Porque o campo não dava mais condições para eles jogarem. Porque o time deles era mais um time de bairro e o nosso era time da favela, da Vila. Então, eles abandonaram, então na hora que eles abandonaram o campo, nós abraçamos o campo e continuamos no campo. Aí continuou o Cruz Vermelha, passou a ser Campo Verde.¹⁶⁵

¹⁶¹ Vale lembrar as lições de Michel Foucault sobre como o poder é um balizador de relações sociais, não restrito ao monopólio estatal ou dos grupos dominantes. Cf. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

¹⁶² O São Tomaz teve lotes vendidos já nos 1940, mas foi oficializado nos anos 1980. Próximo ao Aeroporto da Pampulha, engloba ocupação irregular na área lindeira ao campo de pouso. Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Norte. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. Veja mapa ao final da tese.

¹⁶³ O São Bernardo se forma, nos anos 1950, como área de destinação pela *Prefeitura* de populações removidas de favelas. Ali elas recebiam um lote para construção de sua casa. Cf. RIBEIRO, Regional Norte, 2011. Veja mapa ao final da tese.

¹⁶⁴ Cf. CAMPOS, José Maciel [58 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 1º jun. 2017.

¹⁶⁵ *Idem*.

Dado os problemas constantes de inundação do campo, a área que já havia sido abandonada pelo time eventual do “Espeto” foi considerada inadequada pelos integrantes do *Aliança*, classificado por Zeca como um “time de bairro”, que não estaria acostumado com tais condições. Com a desistência daquela equipe, o local passou ao controle do *Campo Verde Futebol Clube*, dirigido por Zeca. A presença do Córrego Pampulha e os seus transbordamentos, além de uma rede de esgoto mal dimensionada, eram questões que afetavam toda a população da região¹⁶⁶. Na tentativa de viabilizar seu espaço de jogo, o presidente varzeano buscava junto às autoridades competentes uma resolução para o problema, passando a ser reconhecido pela comunidade como uma liderança local. Segundo seu relato:

É... é, eu formei a Associação. Eu fui fundador da Associação da Vila. Depois do Campo Verde. Aí o povo, tipo assim, me pressionou para eu fazer a Associação... para poder manter o campo, para poder... aí tudo bem! Aí fizeram um “rateiozinho” e eu fiquei sendo o presidente, com a minha diretoria... Aí João Bosco Senra, talvez você conheça, foi vereador. Ele era meu secretário da Associação. Do qual a gente deve, eu, não importa como, mas eu gosto de esclarecer as coisas por esse lado... A gente conseguiu aqui na Vila para ele mais de três mil votos na época. No qual ele foi eleito. Mas foi eleito por merecimento. Porque nessa época existia uma enchente muito grande, que desabrigou 40 famílias. E ele, como funcionário da COPASA [Companhia de Saneamento de Minas Gerais] e secretário da Associação, ele conseguiu para nós que a COPASA nos desse comida pronta para manter essas 40 famílias. (...) A Associação foi fundada mais ou menos um ano, um ano e pouco depois do Campo Verde. (...) A Associação foi um nome para divulgação e melhoramento da própria Vila. E a necessidade foi em questão de tentar manter o campo. Mas que sempre foi uma coisa separada da outra, não teve como falar assim, que uniu uma coisa com a outra.¹⁶⁷

A busca de resolução para o problema que afetava, há muito, a área utilizada pelo *Campo Verde*, mas não só ela, também boa parte da comunidade da Vila Aeroporto, fez com que Zeca fosse percebido pelos moradores do lugar como uma liderança capaz de mediar alternativas e, até mesmo, uma resposta definitiva para os constantes transbordamentos do esgoto que atingiam todos da região. Para tanto, compreendeu-se que, por se tratar de uma questão mais abrangente, seria necessária a organização de uma associação comunitária, “uma coisa separada da outra”, como apontou o entrevistado. A ideia da reivindicação pelos “canais competentes” é reforçada pelo arranjo que colocou um funcionário da companhia de saneamento como parte da diretoria da entidade de bairro, o que depois se converteu em retribuição eleitoral, por meio de milhares de votos a título de reconhecimento.

¹⁶⁶ Cf. Um punhado de casas cercadas de esgoto por todos os lados. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 1º de dezembro de 1980.

¹⁶⁷ CAMPOS, José Maciel [58 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 1º jun. 2017.

Como citado no capítulo 4, o desenvolvimento do futebol de várzea pelos bairros de Belo Horizonte se deu em meio a uma rica cultura associativa, na qual a prática tinha participação direta. Ela mesma uma das expressões mais significativas e com maior capilaridade desse fenômeno social, em momento algum, mostrou-se alheia ou isolada em relação a tudo que acontecia nas diferentes regiões da capital mineira. Há que se pontuar, contudo, uma diferença entre o contexto dos anos 1950 e 1960, tratado anteriormente, e aquele que se via nos anos 1970 e 1980, em especial nas áreas originadas dos loteamentos clandestinos.

Até mesmo pelas condições de urbanização da região que esse trabalho denominou como a segunda periferia da cidade, não foi possível observar a mesma intensidade de um associativismo que se desdobrava na constituição de sedes sociais que fossem capazes de oferecer noites dançantes, bailes carnavalescos e festas juninas. Ou ainda, de praças de esportes diversificadas, com estruturas de piscinas, quadras e arquibancadas. Uma dada limitação material marcava a experiência associativa nesse contexto e nessas regiões, com instalações mais precárias e mais parcas possibilidades de atuação, respondendo a demandas urgentes de criação de melhores condições de vida nesses lugares.

Poucas estruturas físicas foram criadas para suportar essas experiências, sendo os campos varzeanos um desses exemplos. Além deles, algumas entidades de bairro se beneficiaram da rede dos chamados “centros sociais urbanos” construída ao longo dos anos 1970, com incentivos federais¹⁶⁸. Em 1984, anunciou-se a transferência da administração desses equipamentos para as associações comunitárias das regiões onde eles haviam sido instalados¹⁶⁹. À exceção desses espaços, eram raras outras referências físicas permanentes do associativismo popular nas franjas mais distantes do município¹⁷⁰.

Em que pesem as transformações das formas de articulação comunitária ao longo da segunda metade do século XX, é interessante perceber de que maneira o futebol de várzea, por meio dos clubes e de seus integrantes, sempre esteve próximo desse fenômeno, sendo, muitas vezes, parte importante dele. Nessa experiência compartilhada, as agremiações amadoristas notavam um variado repertório de ação social e política que, muitas vezes, poderia ser apropriado para a resolução de problemas que as afetassem.

Ao se observar a evolução da ocupação do espaço urbano em Belo Horizonte, é possível notar como o avanço da rede de campos corresponde aos diferentes movimentos de

¹⁶⁸ Dentre as políticas ligadas à criação das regiões metropolitanas, havia a de construção de centros sociais nas periferias. Cf. Os presentes de Geisel para a Grande BH, hoje. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 18 de fevereiro de 1976.

¹⁶⁹ Cf. Líderes vão assumir os centros sociais. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 13 de novembro de 1984.

¹⁷⁰ Talvez essa seja uma questão que ajude a compreender o lugar ocupado pelas congregações religiosas, em especial aquelas de orientação evangélica, como aglutinadoras comunitárias e ofertantes de uma experiência associativa indisponível sob outras formas nas áreas periféricas das grandes cidades.

povoamento das periferias da cidade, em grande medida, associados aos grupos populares. Da mesma forma, percebe-se como as obras estruturantes de uma metrópole em ascensão, com as suas consequências sobre a dinâmica de valorização da terra, impactaram os espaços de jogo, levando ao desaparecimento de dezenas deles.

Contudo, resta compreender de que forma outra dezena de clubes foi capaz de manter suas áreas, bem como suas atividades. Seria mero fruto do acaso ou é possível identificar uma agência política desses sujeitos varzeanos? Observados os impactos acarretados pela conversão da capital mineira em metrópole, especialmente a pressão sobre o acesso à terra para as camadas subalternas, resta investigar de que formas esses mesmos indivíduos, articulados em torno do desejo de se reunirem em uma agremiação e de preencherem os seus finais de semana com histórias em torno do futebol, puderam garantir a persistência dessa sua vontade. Para tanto, é hora de se voltar para a ação do poder público, o desenvolvimento de iniciativas para o esporte na cidade e as relações estabelecidas entre os clubes de várzea e as redes políticas locais.

PARTE III – A PELEJA

Capítulo 7 – A várzea e a política na cidade

Na segunda parte desta tese, buscou-se explorar as relações entre o futebol de várzea e a metrópole emergente, não apenas ressaltando os impactos da transformação urbana sobre os espaços de jogo, mas também as aproximações entre essa modalidade esportiva e as formas de vida nas diferentes regiões da cidade. Examinou-se desde a articulação a um pulsante associativismo popular até as mobilizações para implantação de melhorias nos bairros. Nessa perspectiva, evidenciaram-se as inúmeras ligações que os clubes amadoristas estabeleciam com a população e o cotidiano do local onde estavam sediados. Longe de serem agremiações ensimesmadas, voltadas apenas para o preenchimento de um calendário com fins de semanas com partidas, tais entidades envolviam-se diretamente com as questões que afetavam seu entorno.

De acordo com essa tendência, uma notícia de 1950 ressaltava a suspensão do campeonato do *Departamento de Futebol Amador*, que abria espaço para outras formas de disputa:

As atividades dos clubes do Departamento de Futebol Amador, pelo certame oficial do corrente ano, foram ontem reduzidas. (...)

Essa inatividade é causada pelo intervalo do 1º para o 2º turno do certame.

Nada mais é que um período de férias concedidas aos clubes pela entidade oficial, após a exaustiva campanha do primeiro turno.

Aproveitando esse período, as agremiações varzeanas se dedicam á organização de festivais político esportivos, cada qual definindo a sua posição, em face dos diversos candidatos dos diversos partidos políticos.

Nesse interim, clubes que jamais existiram aparecem anunciando festivais e homenagens, abusando do nome e do prestígio do eleitorado varzeano.¹

Atentos ao calendário político, os clubes afastados da disputa da competição oficial, além de outros tantos que dela não tomavam parte, dedicavam-se, nos meses que antecediam às eleições municipais, à promoção de festivais em homenagem aos candidatos e aos partidos de sua predileção. Tal iniciativa não seria pontual, sendo que, ao longo de décadas, o meio varzeano apareceria durante as campanhas de diferentes formas. Foi o caso das votações para o *Governo do Estado* e a *Presidência da República*, em 1960, quando a chapa Tancredo Neves, governador; Marechal Lott, presidente; e João Goulart, vice-presidente, anunciou:

(...) entrega, ao candidato nacionalista, do importante documento, subscrito por 98 clubes amadoristas, dentre os 103 existentes na cidade.

A manifestação prestada ao sr. Tancredo Neves, pelos clubes amadoristas, em sua residência, transcendeu os limites de uma simples visita, para se transformar em animada concentração com mais de mil desportistas presentes, tomando toda a frente da casa do candidato ao governo do Estado.²

¹ Tregua no futebol amador por causa da política. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 25 de setembro de 1950.

² CLUBES AMADORISTAS DA CAPITAL DÃO INCONDICIONAL APOIO Á CANDIDATURA TANCREDO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 1º de outubro de 1960.

O ato teve a participação direta da *Federação Mineira de Futebol*, inclusive do seu *Departamento de Futebol Amador (DFA)*, na ocasião, representado por Otacílio Ferreira da Costa³, o mesmo personagem que duas décadas depois apareceria à frente da *Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais (FACEMG)*, citado no capítulo anterior. Às vésperas das eleições que definiriam os novos mandatários do país e do estado, a afirmação do maciço apoio do meio varzeano, com a subscrição da maioria dos clubes filiados ao *DFA*, era apresentada pelos candidatos como uma demonstração da penetração popular da campanha.

O adversário de Tancredo Neves naquele pleito, o então deputado federal, Magalhães Pinto, não fez por menos. Apresentou lista, com exaustiva enumeração, de todos os cento e vinte e dois clubes amadoristas que declaravam apoio à sua campanha, incluindo alguns que constavam do abaixo assinado entregue pelos representantes da *FMF* e do *DFA* ao candidato opositor. Entidades, como o *Rio Casca F. C.*, diziam-se vítimas de “torpe exploração, pois não corresponde em absoluto á verdade”⁴ e afirmavam compromisso com Magalhães Pinto.

A presença do meio varzeano ainda podia ser sentida em celebrações de vitórias nas votações. Como nas festividades para homenagear o eleito para presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, durante a qual dezenas de agremiações amadoristas desfilarão, devidamente uniformizadas, pela Avenida Afonso Pena, a mais simbólica via da cidade. A marcha planejada antecipadamente previa que um representante de cada clube empunharia uma tocha olímpica, assim como haveria o discurso de um orador que falaria em nome dos esportes⁵.

Os episódios citados acima apontam para uma participação dos clubes varzeanos que extrapolava os limites das mobilizações cotidianas da vida nos bairros. O engajamento das equipes poderia aparecer em disputas eleitorais de âmbito municipal, estadual e federal, com promoção de jogos em homenagem a candidatos, composição de listas de apoio a candidaturas ou se fazendo representar em celebrações de vitórias nas urnas. Contudo, quais os sentidos do envolvimento das agremiações e de seus integrantes nas contendas da política partidária?

No presente capítulo, tal questão será perseguida, em especial nas disputas de âmbito municipal e na relação das entidades varzeanas com o Poder Executivo local durante o período democrático (1945-1964). Inicialmente, é importante compreender quais eram as propostas da *Prefeitura* para o meio amadorista belo-horizontino, com o exame das políticas públicas para o setor entre o final da década de 1940 e meados dos anos 1960.

³ Cf. *Idem*.

⁴ Esporte amadorista com Magalhães: cento e vinte dois clubes o apoiam. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 3 de outubro de 1960.

⁵ Cf. 39 CLUBES, ATÉ AGORA, JÁ ADERIRAM AO GRANDE DESFILE DE SABADO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 20 de outubro de 1955.

7.1 – Políticas para o esporte

O término do Estado Novo no Brasil e a volta à democracia no país, em meados dos anos 1940, representou importante transformação para Belo Horizonte. Com a aprovação de uma nova constituição mineira, em 1947, a cidade alcançou a autonomia administrativa, vivenciando, naquele mesmo ano, a primeira eleição municipal para prefeito e vereadores de sua história⁶.

O cargo de mandatário municipal coube a Otacílio Negrão de Lima (1947-1951), que já havia desempenhado a função entre os anos de 1935 e 1938, período em que o cargo era ocupado por indicação, uma vez que a capital era subordinada ao *Governo do Estado*. O ano de 1947 foi também um momento de retomada da *Câmara de Vereadores de Belo Horizonte*, fechada dez anos antes pela Ditadura Estadonovista⁷.

Mais do que para outras cidades que tinham a memória do funcionamento autônomo antes do período autoritário, para a capital mineira, a retomada democrática representava um momento de organização administrativa da cidade sob um novo arranjo. Tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo locais precisavam estruturar um modelo de gestão desvinculado do governo estadual. Em diferentes áreas, foi um período de formulação das primeiras bases para políticas de âmbito municipal, a exemplo do que aconteceu em relação aos esportes. Até então, tais ações, ou foram pontuais, ou conduzidas por órgãos do Estado de Minas Gerais⁸.

Mas, antes mesmo que um organismo dedicado à temática esportiva fosse criado pela *Prefeitura*, o assunto já era alvo da preocupação de Otacílio Negrão, como destacou em relatório:

Entendemos constituir indeclinável dever dos administradores amparar as atividades que, de qualquer maneira, signifiquem não só elemento de recreação popular, mas também de fortalecimento da mocidade.

A par desse aspecto – suficiente para justificar e impor o interesse do homem público pelas sadias práticas esportivas – é preciso reconhecer que o esporte, principalmente em nosso país, constitui fator de apreciável contribuição à educação integral do homem, educação em que o físico perfeito será apenas reflexo do espírito bem ajustado. Por isso mesmo, convencemo-nos de que estaremos realizando trabalho patriótico sempre que estivermos desviando os moços dos botequins e das casas de jôgo – para afeiçoá-los aos exercícios esportivos. Consideramos por estas razões, questão pacífica a necessidade de incentivar os esportes.

De outro lado a precária situação financeira dos grandes e pequenos clubes da Capital e a necessidade de salvar velhas e gloriosas associações

⁶ Cf. SILVA, Regina Helena Alves da (coord.). **O legislativo e a cidade**: domínios de construção do espaço público. Belo Horizonte: CMBH, 1998, p. 49; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1948**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima. Belo Horizonte, 1948, p. 3.

⁷ Cf. SILVA, 1998.

⁸ Cf. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946). In: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927-2006**. Contagem: MJR, 2014, p. 29-46.

ameaçadas de aniquilamento, contribuíram para a efetivação do auxílio urgente e indispensável.

Quanto de nossa primeira passagem pela chefia do Executivo de Belo Horizonte, colocamos boa parcela do nosso interesse a serviço da nobre causa da educação física, construindo o Minas Tenis Clube, a Pampulha e auxiliando outras agremiações esportivas. (...)

Como é de conhecimento público, os nossos grandes clubes, enfrentando pesados onus impostos pelo regime do profissionalismo, passavam por graves dificuldades. (...) Junte-se a isto a situação dos clubes amadores, muitos dos quais com indiscutível possibilidade esportiva, mas impedidos de galgar às categorias superiores por não possuírem praças adequadas.

Assim, pois, com satisfação, corremos em socorro dos clubes esportivos, destinando-lhes apólices municipais no valor de Cr\$8.791:000,00⁹ para que lograssem desvencilhar-se de difíceis compromissos.

Para os clubes amadores destinamos a quantia de Cr\$2.000.000,00¹⁰, igualmente em apólices, objetivando a construção de estádios.¹¹

A longa passagem do relatório de Otacílio Negrão de Lima evidencia uma série de aspectos importantes para a compreensão de sua perspectiva nas ações voltadas aos esportes, o que repercutiria no desenvolvimento de políticas para o tema nos anos posteriores. Inicialmente, chama a atenção a função educativa e disciplinar cumprida pelas práticas físicas, a exemplo de visões encampadas pelos organismos estadonovistas¹², mas também pelas entidades diretivas do amadorismo na cidade, como tratado no capítulo 1. Muito diferentes das vivências populares capazes de conciliar o consumo do álcool e os jogos de azar com as disputas futebolísticas, tal como abordado no capítulo 4. Destaca-se, ainda, a passagem sobre sua atuação como mandatário municipal nos anos 1930, com a construção de dois importantes espaços para a “nobre causa da educação física”: o *Minas Tênis Clube* e a Pampulha.

O papel cumprido pelo esporte e pelas agremiações que o encampavam justificava a promessa de destinação de vultosos recursos. No caso das equipes profissionais de futebol, as demandas impostas pelo regime de pagamento dos atletas se desdobravam em grandes dificuldades financeiras, dada a escassez de um mercado consumidor do espetáculo. Em relação às equipes varzeanas, sua organização e desempenho validava o investimento público na construção de estádios que permitissem a cobrança de ingressos e a consequente adesão à divisão profissional da *Federação Mineira de Futebol*, ambos os temas tratados no capítulo 1.

⁹ Valor correspondente a mais de 23 mil salários mínimos do período. Cf. **Decreto-Lei nº 5.977**, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário mínimo, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5977-10-novembro-1943-416056-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁰ Valor superior a cinco mil salários mínimos do período. Cf. *Idem*.

¹¹ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1948**, p. 142-143.

¹² Cf. PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2009.

A promessa de subsídio aos clubes em apólices com mais de oito milhões para os profissionais e dois milhões para os amadores mostra-se exorbitante quando comparada aos valores totais arrecadados pelo município no ano de 1948, na ordem de 76 milhões de cruzeiros.¹³ Ela se viabilizaria, contudo, graças a uma operação de emissão de títulos pelo município, resgatáveis nos próximos vinte anos, que totalizava 75 milhões de cruzeiros, em sua maior parte para financiar obras públicas e restos a pagar, dos quais 20 milhões eram destinados para “incentivar as atividades culturais, artísticas e esportivas”¹⁴.

Os dois milhões para clubes amadores foram alvo de debates entre diferentes representantes do meio varzeano, uma vez que, originalmente, seriam destinados a duas agremiações apenas, *Terrestre* e *Tremedal*, selecionadas por uma comissão de vereadores como as beneficiárias do recurso voltado à construção de estádios próprios e à migração para o profissionalismo¹⁵. Como tratado no capítulo 1, tal plano nunca se efetivou e, em 1949, seguia a disputa acerca de como os valores deveriam ser empregados, com a defesa da ampla distribuição, não para a edificação de praças de esportes fechadas e dotadas de arquibancadas, mas para melhorias dos campos abertos existentes e a terraplanagem de novos espaços de jogo¹⁶.

O impasse sobre a verba seguiu, apesar do esforço da diretoria do *Tremedal* que, em fins de 1949, buscava efetivar a construção de seu estádio¹⁷. No que se refere às entidades profissionais, há indícios do repasse dos valores, já que, ainda em 1948, 12 dos 20 milhões previstos para atividades culturais, artísticas e esportivas haviam sido liberados, sem destinação especificada¹⁸ e, em 1949, um milhão foi disponibilizado diretamente ao *Cruzeiro*¹⁹.

Mesmo que sem uma ação efetiva voltada para o meio amadorista local, a gestão de Otacílio Negrão de Lima teve como grande contribuição a criação de um órgão específico voltado ao tema, o *Conselho Municipal de Esportes*²⁰, que só seria efetivado no governo posterior.

¹³ Cf. *Idem*, p. 116.

¹⁴ BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 10**, de 8 de março de 1948. Autoriza a emissão de apólices. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mfigj>

¹⁵ Cf. TERRESTRE E TREMEDAL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2ª edição, 13 de dezembro de 1948.

¹⁶ Cf. A verba de dois milhões deve ser empregada na construção de campos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 13 de outubro de 1949.

¹⁷ Cf. O TREMEDAL ESPERA CONSTRUIR SEU ESTADIO EM PRINCIPIOS DO NOVO ANO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 23 de dezembro de 1949.

¹⁸ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 10**, de 4 de junho de 1948. Abre crédito especial para incentivar atividades culturais, artísticas e esportivas. Disponível em: <http://leismunicipa.is/fijgm>

¹⁹ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 37**, de 15 de junho de 1949. Abre crédito especial para pagamento de auxílio. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mjibh>

²⁰ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 26**, de 4 de junho de 1948. Cria o Conselho Municipal de Esportes. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aijgm>

7.1.1 – O Conselho Municipal de Esportes

A proposta legislativa que deu origem ao órgão já trazia em seu título o que entendia ser a sua função principal: “Projeto de lei que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esportes para a maior ligação entre a Prefeitura e as associações esportivas da capital”²¹. Com uma estrutura enxuta, sem a manutenção de um corpo técnico estável, a entidade teria uma atribuição muito mais de mediação e de distribuição de recursos, do que de desenvolvimento e execução de políticas durante suas mais de três décadas de existência.

Apesar da aprovação da lei em 1948, no governo de Otacílio Negrão (1947-1951), foi apenas na gestão de Américo Renê Giannetti (1951-1954) que se instalou o *Conselho Municipal de Esportes*, no ano de 1952. O início do funcionamento do órgão foi cercado de expectativas, em especial para o meio amadorista, como ressaltou reportagem do *Diário da Tarde*:

Uma nova fase viverá, daqui para diante, o amadorismo cidadão com a posse, ontem realizada, no Conselho Municipal de Esportes (...)

Após a posse o prefeito justificou a criação do Conselho, sonho do amadorismo, dizendo que o novo órgão vinha preencher uma grande lacuna. Agora, o esporte menor encontraria ressonância para os anseios e teria quem cuidasse da solução dos seus angustiantes problemas. Sem se esquecer dos clubes profissionais, o Conselho Municipal estará aí para cuidar com carinho das coisas do amadorismo, dando-lhe o amparo de que necessita para florescer, para ter a repercussão que merece e deve ter.

O primeiro passo, segundo afirmou ontem o prefeito da cidade, será a construção de um grande estádio para todos os clubes amadoristas, em local escolhido pelos próprios clubes. (...)

Ontem mesmo, após a posse, o Conselho entrou em funcionamento, tomando as primeiras providências para o programa de hoje, data em que se comemora o “Dia do Amadorismo”.²²

Da primeira composição do *Conselho Municipal de Esportes (CME)* participaram, dentre os cinco conselheiros, duas figuras conhecidas do meio varzeano: Honório José Ferreira, dirigente do *Tremedal*²³, agremiação que mais indicava diretores para o *Departamento de Futebol Amador*²⁴, e o radialista Mario Batista, o popular “Matista”, com extensa atuação na imprensa, em ligas amadoristas e em clubes, como tratado no capítulo 1. A exemplo do que se via nas entidades diretivas, o *CME* repetia a tendência de concentração de poder entre os membros da crônica esportiva e os integrantes das associações que formavam a elite da várzea.

²¹ BELO HORIZONTE. Projeto de Lei aprovado sob o nº 347, de 19 de abril de 1948. DR.01.02.09-7400 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 1.

²² EMPOSSARAM-SE OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 15 de maio de 1952.

²³ Cf. Notas da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 12 de outubro de 1955.

²⁴ Cf. A INFLUENCIA DO TREMEDAL NO AMADORISMO DE B. HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8 e 9, 5 de janeiro de 1956.

Como destacava a reportagem citada acima, era grande a expectativa em torno da construção de um estádio municipal devotado ao amadorismo, ação que nunca foi empreendida. Por outro lado, seguindo tendência apontada nos debates sobre a destinação dos dois milhões prometidos pela gestão de Otacílio Negrão de Lima, o investimento em campos já existentes ou o beneficiamento de terrenos para a instalação de novos espaços de jogo foram medidas que orientaram a ação inicial do *CME*, como apontava convocação de reunião realizada com os dirigentes dos clubes varzeanos, poucos meses após a instalação do colegiado:

Entrara em período de franca atividade o Conselho Municipal de Esportes, recentemente criado com o proposito de incentivar e amparar o esporte amadorista da capital.

Esse órgão, velha aspiração dos clubes amadoristas, dados os benefícios que poderá levar às agremiações da cidade, vinha sendo esperado com ansiedade pelos clubes. A sua instalação trouxe esperanças de que varias obras serão realizadas, oferecendo aos clubes melhores condições para a pratica do desporto varzeano, até bem pouco tempo relegado ao olvido por aqueles a quem competia incentivar o seu desenvolvimento.²⁵

A notícia seguia com o convite do *CME* para uma reunião aberta a todos os clubes, que contaria com a presidência do prefeito Américo Renê Giannetti. Como apontado no trecho, a principal expectativa das agremiações era a de efetivação de várias obras que beneficiassem ou viabilizassem seus campos, de modo a favorecer o desenvolvimento da prática.

Desde o início da gestão de Américo Renê Giannetti, houve o investimento na construção e melhoria de campos de várzea na cidade. O relatório do ano de 1951, apresentado pelo prefeito à *Câmara*, indica intervenções em 18 espaços de jogo²⁶. Dentre os clubes listados no documento, estavam presentes alguns daqueles que autoempreendiam a instalação de seus espaços de jogo, como o *Brasília E.C.*, cuja foto dos trabalhadores beneficiando o terreno com ferramentas manuais, ainda no ano de 1950, está reproduzida no capítulo 4. Tal fato evidencia a possibilidade da superação dos limites da iniciativa própria do clube pelo apoio do poder público, ao menos, em alguma das fases da implantação ou da recuperação de um campo.

Com a efetivação do *CME*, em 1952, a tendência persistiria. O relatório seguinte comenta as realizações que se desdobraram ao início do funcionamento do colegiado:

No início de 1952, pôde a Municipalidade fazer instalar o Conselho Municipal de Esportes, tendo sido designados, pelas Portarias n^{os} 385 e 386 de

²⁵ Atividades do Conselho Municipal de Esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5 e 9, 5 de agosto de 1952.

²⁶ A saber: *América Suburbano*, *Tremedal E.C.*, *Social E. C.*, *Juventus*, *I.A.P.I. (Industriários)*; *Parque Riachuelo F. C.*, *A. A. Cachoeirinha*, *Matadouro F.C.*, *E.C. Vila Concórdia*, *Inconfidência E.C.*, *Pitangui E.C.*, *S.O. Olimpico Ferroviario*, *Independente E.C.*, *Brasília E.C.*, *Atletic E.C.*, *A.A. Universitária*, *Vasco da Gama*, *Estrêla de Minas*. Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1951**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti em 15 de janeiro de 1952. Belo Horizonte, 1952, p. 100.

7.5.52 e 15.5.52, respectivamente, os membros e presidente daquela instituição, à base de indicações de várias entidades do esporte da Capital. (...)

Diversos já tem sido os benefícios por êle prestados ao esporte amador de Belo Horizonte, sendo de se esperar que, no ano em curso, possa prestar maiores e mais relevantes serviços.

Com o auxílio da Municipalidade foi feita a terraplanagem de sete praças de esportes da Capital, tendo sido promovida a raspagem de 1 campo de esportes.

No correr do ano foi construída uma quadra para voleibol e basquetebol localizada no Parque Municipal e reformado e ampliado o campo de tênis ali existente.

Contribuiu de modo decisivo para que o Clube Atlético Mineiro pudesse resolver antiga pendência com que vinha lutando naquela agremiação.²⁷

O estabelecimento do *Conselho Municipal de Esportes*, constituído a partir de indicações de diferentes entidades esportivas, permitira o beneficiamento de outros oito campos, a maior parte alvo de terraplanagem. As iniciativas do órgão, ainda que concentradas, não se restringiam ao futebol varzeano, incluindo a instalação de quadras no Parque Municipal e o auxílio ao profissional *Atlético*. A tendência seguiria nos anos seguintes. Em 1953, o relatório citava que “prosseguiu-se o trabalho intensivo de preparação de praças de esportes amadorista e de construção de novas quadras, tendo sido construídos e reparados no ano findo, 22 campos de futebol em diversos pontos da Cidade, e construídas 3 quadras de basquete e vôlei”²⁸.

O relatório de 1954 apontava para tendência semelhante. Com o falecimento de Américo Renê Giannetti, o vice-prefeito Sebastião de Brito assinou o documento que informava:

No exercício findo construíram-se e repararam-se campos de esportes de diversos clubes amadoristas locais, tendo sido construídos, ainda, quadras de futebol, basquete e vôlei, nos seguintes locais: Praças de esportes do Orion Voley Clube, no Carlos Prates, uma das mais modernas e melhores instalações existentes; a da Vila Salgado Filho, construída para o Esporte Clube América Suburbano, também excelentemente aparelhada; e o estádio A.R.G., no Barreiro, inaugurado nesta Administração e construído na administração passada, estádio este entregue ao Comercial Esporte Clube local. Todas as praças de esporte possuem confortáveis vestiários, instalações e salas apropriadas para secretárias (*sic*) e festas sociais.²⁹

A atuação do *Conselho Municipal de Esportes* por esses anos rendia artigos laudatórios, como o assinado pelo próprio Matista, que ressaltava o trabalho do órgão da *Prefeitura* e seus efeitos para a qualificação da rede de campos de várzea na cidade³⁰. Anos depois, a atuação do

²⁷ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1952**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1953, p. 76.

²⁸ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1953**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1954, p. 91-92.

²⁹ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Prestação de contas do Executivo Municipal relativa ao exercício de 1954**, apresentado à Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955. Belo Horizonte, 1955, p. 170.

³⁰ Matista. A varzea de ontem e a varzea de hoje. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 21 de março de 1953.

colegiado sob o governo de Américo Renê Giannetti seria lembrada por integrantes do meio varzeano, a exemplo de João Ferraz, do *Nacional*, do Carmo³¹. Ou, ainda, de Esmeraldo Botelho, com passagem em vários clubes da região da Lagoinha³² e que foi chefe do *Serviço de Transportes da Prefeitura Municipal*, quando “conseguiu, junto ao Prefeito Américo Renné Giannetti, um enorme apoio aos clubes amadores. Com máquinas da prefeitura construiu 44 campos e pequenos estádios, como o do Comercial do Barreiro e do Inconfidência”³³.

As realizações do *Conselho Municipal de Esportes* no governo de Américo Renê Giannetti foram um marco para o amadorismo local, sendo lembradas, anos depois. Como indicou Esmeraldo Botelho, o alcance do órgão, com obras em 44 diferentes campos, representava a cobertura de quase toda a rede de espaços de jogo existente no período, que somava um total de 53 canchas em 1953, conforme levantamento sintetizado no mapa 5, presente no capítulo 4.

Como previsto em lei, a composição do *Conselho Municipal de Esportes* seria renovada a cada três anos³⁴. Com a gestão do novo prefeito, Celso Mello Azevedo (1955-1959), os setores varzeanos se articulavam para participar do colegiado, como informou o *Diário da Tarde*:

Os amadoristas não escondem o seu interesse em torno das providências que vêm de ser tomadas pelo prefeito Celso Melo Azevedo, em torno da reorganização do Conselho Municipal de Esportes. Conforme noticiamos, o governador da cidade determinou a expedição de um ofício á Associação Mineira de Cronistas Esportivos, solicitando a indicação de um nome representativo da classe, para ocupar um dos postos no Conselho Municipal. Por outro lado, também as entidades especializadas deverão indicar um nome, não se sabendo nada mais a respeito. Desejam aqueles que militam no setor do futebol amador, que o prefeito solicite também, ao Departamento de Futebol Amador, a indicação de um nome. Justificam essa reivindicação: somente os que se acham entrosados nos movimentos amadoristas é que conhecem os seus problemas, as suas dificuldades. Seria, por outro lado, uma atitude que poderia definir as simpatias do prefeito pelo futebol amador de Belo Horizonte.³⁵

A legitimidade da representação direta pelos próprios varzeanos e as possibilidades de o prefeito cultivar simpatia entre eles eram as principais justificativas mobilizadas pelos dirigentes dos clubes amadoristas, que procuravam incidir na recomposição do *CME*. Apesar desses esforços, a postergação da reorganização do órgão levaria à frustração de qualquer expectativa, não apenas daquele setor, mas de todos os integrantes do meio esportivo local.

Ao longo de quase toda a gestão de Celso Mello Azevedo, mantinham-se cobranças e especulações sobre a recomposição do *Conselho Municipal de Esportes*, de tempos em tempos,

³¹ Cf. A várzea não quer calção nem chuteira, quer campo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 23 de abril de 1969.

³² Esmeraldo Botelho era alvo constante de homenagens por várias equipes e deu nome ao campo do *Pitangui Esporte Clube*.

³³ A importância da Copa, na voz da Federação. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 18 de fevereiro de 1976.

³⁴ Cf. BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 26*, de 4 de junho de 1948.

³⁵ Os amadoristas pleiteiam (sic) um lugar no Conselho Municipal. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 4 de agosto de 1955.

pequenas notas apontavam para a possibilidade de nomeação de um novo colegiado³⁶. Fato que só se consumou no final do ano de 1957, o terceiro do mandato do prefeito. Também presente na primeira formação, Honório José Ferreira, do *Tremedal* e, então, do *DFA*³⁷, foi o representante varzeano³⁸, dessa vez, sem a companhia de um cronista devotado ao tema, como era Matista.

Recomposto tardiamente, o *CME* teve atuação de pouco mais de um ano dentro do mandato de Celso Mello Azevedo, sem que ações efetivas fossem noticiadas. Sua principal proposta para o amadorismo foi a construção de um complexo de seis campos na região da Pampulha, em área ocupada pela *Rádio Guarani*, obra cujo início chegou a ser anunciado, não sem o protesto dos clubes varzeanos. Como afirmou Norival Bonifácio Costa, presidente do *Eldorado*, agremiação do bairro Santo Antônio³⁹:

– “No meu entender, a providência anunciada pelo Conselho Municipal de Esportes, para sanar (em parte) o grave problema de campos para a várzea, não é a solução adequada. Justifico meu ponto de vista. Todos conhecem as dificuldades financeiras por que passam os clubes. A Pampulha (local escolhido), além de ser bastante longe do reduto dos torcedores, acarretará enormes despesas para as agremiações. Assim sendo, apresento uma sugestão àquele órgão da Municipalidade. No lugar de construir os campos, na Pampulha faça, pelo menos um campo em cada bairro. No S. Antônio, por exemplo, uma praça de esportes serviria para os clubes Eldorado, Minas Gerais e Nacional (este clube possui campo na ‘Lagôa Sêca’). Essa sugestão se atendida, resolverá, sem dúvida alguma, um dos mais cruciantes problemas do amadorismo da cidade.”⁴⁰

Habitantes de uma região que, como tratado no capítulo 6, sentia as pressões da renovação imobiliária da zona sul de Belo Horizonte, os integrantes do *Eldorado* apontavam para a urgência da garantia da manutenção de campos nos bairros, como medida de sobrevivência de diversas agremiações. Ao contrário das ações realizadas na gestão de Américo Renê Giannetti, que a exemplo de Celso Mello Azevedo, era integrante da *UDN*, o *Conselho Municipal de Esportes* não vislumbrava a possibilidade de recuperação e ampliação da rede de espaços de jogo, restringindo-se a planos pontuais não efetivados.

Além da quase inatividade do *CME*, a gestão de Celso Mello Azevedo foi marcada pela criação de outro colegiado com atribuições concorrentes, o *Conselho Municipal de Recreação Pública*, incumbido de “planejar, coordenar e orientar as atividades recreativas desenvolvidas

³⁶ Cf. Notas da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 17 de maio de 1956; CARAM, Foad. O AMADORISMO E SUAS COISAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 21 de dezembro de 1956; CARAM, Foad. O AMADORISMO E SUAS COUSAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 4 de abril de 1957.

³⁷ Cf. CARAM, Foad. O AMADORISMO E SUAS COUSAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 23 de agosto de 1957.

³⁸ Cf. Empossado o novo Conselho Municipal. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 11 de dezembro de 1957.

³⁹ Sobre o Santo Antônio, vide nota 15 do capítulo 6. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁴⁰ Os campos devem ser construídos nos bairros. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 2º caderno, 28 de abril de 1958.

nos logradouros públicos”⁴¹. A esse órgão foram repassadas funções de qualificação de espaços públicos, como *playgrounds* em praças, mas também áreas esportivas como o Parque de Recreação do Conjunto Residencial do Bairro São Cristóvão⁴², mais conhecido como IAPI, dotado de “campos de vôlei e basquete, um campo de futebol juvenil e área ajardinada”⁴³.

Na administração seguinte, a cargo de Amintas de Barros (1959-1963), a condução da recomposição do *Conselho Municipal de Esportes* não foi muito diferente. Em 1961, o vereador e presidente do *Tremedal*, Geraldo Bizzotto, fazia o seguinte encaminhamento em plenário “Solicita ao sr. Prefeito seja estruturado o Conselho Municipal de Esportes, fazendo com que ele inicie suas atividades, que trarão grandes benefícios ao esporte amador belorizontino”⁴⁴. Apesar do apelo do edil, foi apenas em 1962, já no último ano do mandato do prefeito, que se fez a recomposição do *CME*. No novo desenho, não havia nenhum integrante dos clubes, apesar da presença do cronista e dirigente Naeme Mansur⁴⁵, com longo histórico de relação com a várzea, como tratado nos capítulos 1 e 3.

Formado no momento final da gestão de Amintas de Barros, não houve tempo para que o *CME* desenvolvesse qualquer ação digna de nota, ainda que se anunciasse, em agosto de 1962, a disponibilização de um trator para a realização de terraplanagem e reformas em campos de várzea, seguindo a ordem de pedidos já constantes no órgão⁴⁶. Sua atuação seria nula a ponto de uma nota de 1964 se referir a uma suspensão de atividades do colegiado que se prolongava por mais de cinco anos⁴⁷.

Durante a última gestão do período democrático (1945-1964), de Jorge Carone (1963-1965), o *Conselho Municipal de Esportes* sequer foi recomposto, apesar da mobilização dos clubes varzeanos, que produziram abaixo-assinado com a solicitação⁴⁸. A expectativa que se criou em torno do órgão, com a intensa atividade no governo de Américo Renê Giannetti, não se concretizou, o que apontava para a ausência de uma política de esportes contínua e abrangente na cidade. Restava a possibilidade de recurso à instância estadual e à sua *Diretoria de Esportes*.

⁴¹ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1957**, apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Belo Horizonte, fevereiro de 1958, p. 78.

⁴² O bairro São Cristóvão situa-se às margens da Avenida Presidente Antônio Carlos, nas imediações do Santo André, da Lagoinha e da Pedreira Prado Lopes. Sua maior parte é ocupada pelo Conjunto Residencial de prédios construído nos anos 1940, o primeiro do tipo na cidade, com recursos do *IAPÍ – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários*. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁴³ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1957**, p. 78.

⁴⁴ Diário da Câmara Municipal. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 17 de maio de 1961.

⁴⁵ Cf. Empossados os novos membros do Conselho Municipal de Esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 16 de julho de 1962.

⁴⁶ Cf. NOTAS DA VARZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8 e 9, 1º de agosto de 1962.

⁴⁷ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VARZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 6 de novembro de 1964.

⁴⁸ Cf. LIMA, Veiga. COLUNA DA VARZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 15 de setembro de 1964.

7.1.2 – A Diretoria de Esportes de Minas Gerais

Em que pese a criação da *Inspetoria de Educação Física* na *Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais* em 1927⁴⁹, foi apenas a partir dos anos 1940, que um órgão específico para o tema se estabeleceu no estado. Tratou-se da *Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG)*, instituída em 1946⁵⁰. Nessa perspectiva, vale pontuar a centralidade da década de 1940 para a estruturação de um sistema esportivo no país, não apenas com os conselhos regionais e federal de desportos e com a reorganização das federações locais, tema tratado no capítulo 1, mas também com organismos de estado, para a implementação de políticas públicas.

Se a trajetória do *Conselho Municipal de Esportes* tem ligação direta com o desenvolvimento do futebol de várzea em Belo Horizonte, no caso da *Diretoria de Esportes de Minas Gerais*, essa relação é percebida de forma mais tangencial, com alguns episódios pontuais, dada a sua ênfase no interior do estado e em outras modalidades esportivas. Posto isso, vale ressaltar as aproximações entre o órgão e o meio amadorista da capital mineira.

Como destacado no capítulo 1, a consolidação do *Departamento de Futebol Amador (DFA)* da *Federação Mineira de Futebol (FMF)* teve estreita relação com a estruturação do sistema esportivo nacional e com a atuação do *Conselho Nacional de Desportos (CND)*. Nessa perspectiva, como medida para fomentar o amadorismo não apenas de Belo Horizonte, mas de todo estado, já que também cabia ao *DFA* a organização das ligas interioranas, a *Diretoria de Esportes* disponibilizava subsídios regulares, os quais constituíam a principal fonte de renda do setor da *FMF* coordenador da várzea⁵¹. Não por acaso, homenagens eram dispensadas aos governadores sempre que uma festividade era encampada pelo *Departamento de Futebol Amador*, a exemplo das celebrações do “Dia do Amadorismo”⁵².

Além dos subsídios ao *DFA*, observaram-se, nos primeiros anos de atuação da *Diretoria de Esportes*, algumas ações pontuais do órgão, especialmente em apoio a iniciativas que já se desenrolavam em favor de clubes varzeanos. Foi o caso da instalação de alambrados nas praças de esporte do *Monte Castelo* e do *Pitangui*⁵³, a terraplanagem do campo da *A.E. Tupinambás*⁵⁴, ou a ação conjunta com a *Prefeitura* para a construção do espaço de jogo do *Terrestre*⁵⁵.

⁴⁹ Cf. RODRIGUES; ISAYAMA, 2014, p. 30.

⁵⁰ Cf. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues. *Diretoria de Esportes de Minas Gerais: suas políticas, sua história (1946-1987)*. In: RODRIGUES; ISAYAMA, 2014, p. 48.

⁵¹ Cf. NOTAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 22 de janeiro de 1949.

⁵² Cf. O “DIA DO AMADORISMO”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 11 de maio de 1949.

⁵³ Cf. Notas amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 27 de dezembro de 1951.

⁵⁴ Cf. O GOVERNADOR CONSTRÓI CAMPOS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 26 de abril de 1951.

⁵⁵ Cf. VAI SER INICIADA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DE ESPORTES DO TERRESTRE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 4 de março de 1952.

Em 1950, foi anunciada a compra de um trator pelo *Governo do Estado*, por sugestão do presidente da *Federação Mineira de Futebol*. A máquina que fora colocada à disposição da *Diretoria de Esportes* já trabalhava na construção da pista de atletismo do *Departamento de Instrução*, órgão estadual, e, em breve, atenderia a clubes da capital e do interior⁵⁶. Tal episódio dá a dimensão da atuação da *DEMG* e dos limites de sua articulação com o meio varzeano belo-horizontino. Com recursos limitados e demandas vindas de toda Minas Gerais, eram raras as ocasiões em que o órgão contribuía com as agremiações amadoristas da cidade.

As realizações da *DEMG* nos anos 1950 eram, principalmente, de construção de praças de esportes pelo interior do estado, em especial, de espaços dedicados a modalidades como natação, atletismo, basquete, vôlei e tênis⁵⁷. Tal tendência se alinhava ao perfil dos integrantes do órgão, mais associados ao campo da Educação Física, o qual defendia o discurso da diversificação esportiva, na linha do que expunha coluna do *Diário da Tarde*:

É fora de duvida que os esportes, principalmente os especializados, ganharam, em Minas, intenso desenvolvimento, tanto que o nosso Estado, nesse particular, figura como um dos maiores centros nacionais, não apenas no que diz respeito ao profissionalismo, mas também no que se refere à natação, ao basquete e ao voleibol. (...) Entretanto, é oportuno focalizar-se: a despeito do desenvolvimento e da multiplicidade de nossas atividades esportivas, estas têm como praticantes, na sua grande maioria jovens provindos das camadas sociais media e da elite. O nosso operariado e seus filhos limitam-se apenas ao futebol varzeano, às “peladas” dos campos poeirentos das vilas e bairros. E isto acontece porque não dispõem eles de piscina para a natação, de quadras de basquete e de voleibol para estas modalidades de desporto. (...)

(...) Cumpre mesmo ao governo, tanto estadual, quanto municipal, oferecer aos filhos dos operarios praças de esportes onde eles possam, não só se divertir, como, também, aprimorando suas aptidões, contribuir para o alevantamento do nível eugenico do nosso povo. Por isso mesmo é que julgamos de bom alvitre sugerir às autoridades competentes, ou como tais chamadas, a construção de uma praça de esportes de cunho nitidamente popular, controlada pelo próprio governo e exclusivamente reservada aos jovens pobres de Belo Horizonte. Que ao invés de tantos campos de futebol amadorista que, a cada dia, se abrem em nossas vilas e bairros para fins eleitorais, que se construa uma grande praça de esportes especializados, com piscina, quadras de vôlei e basquetebol. Isto, sim, seria realmente prestar serviços a nossa coletividade.⁵⁸

O cronista que escrevia justamente no momento final do mandato de Américo Renê Giannetti, marcado pela qualificação da rede de campos de várzea na cidade, defendia, em sua proposição, o investimento em grandes praças de esportes coordenadas pelo poder público,

⁵⁶ Cf. Um trator á disposição dos clubes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 4 de setembro de 1950.

⁵⁷ Cf. A UTILIDADE DAS PRAÇAS DE ESPORTES NO INTERIOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 16 de dezembro de 1954.

⁵⁸ ESPORTE PARA O OPERARIADO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de abril de 1954.

em detrimento dos espaços de jogo amadoristas autogeridos pelos clubes, classificados como obras eleitoreiras. Tal decisão se justificaria pelo valor eugênico das demais modalidades, em contraposição às “peladas” disputadas nos “poeirentos” terrenos.

Como tratado no capítulo 1, o futebol varzeano se mostrou refratário aos discursos e às práticas de viés educativo e disciplinar. À vida asséptica do atleta opunham-se os descuidos e excessos próprios da distensão dos trabalhadores em seu tempo livre. Na mesma medida, o gosto esportivo parecia refletir certo *habitus*⁵⁹, pouco afeito às chamadas modalidades especializadas. A atuação da *Diretoria de Esportes* apontava em direção contrária à tendência popular, alinhada ao discurso da Educação Física, área de origem da maioria de seus dirigentes.

Esse enfoque é observado no resumo das atividades da *DEMG* em 1956, em especial junto às entidades esportivas da capital. Dentre as 12 associações subsidiadas pelo órgão em Belo Horizonte, prevaleciam as chamadas especializadas. No caso dos clubes de futebol profissionais e do único amadorista, o *Tremedal*, os recursos eram destinados a melhorias nas praças de esportes e nas sedes sociais ou para a construção de quadras⁶⁰. No caso da equipe varzeana, sabe-se que se tratava da instalação de sua piscina, como amplamente divulgado⁶¹.

A pouca atenção às demandas dos clubes de várzea da cidade gerava reivindicação de participação mais direta na entidade estadual, com solicitação de vaga para integrante a ser indicado em lista tríplice formulada pelas agremiações⁶². Pouco meses depois desse pedido, os amadoristas organizaram abaixo-assinado endereçado ao governador Bias Fortes, que dizia:

Os abaixo-assinados, reunidos em Assembléia Geral, representando 86 clubes e 12.500 atletas de futebol amador de Belo Horizonte, ligados ao Departamento de Futebol Amador, decidiram, por unanimidade, apresentar a V. Excia. o seguinte apelo:

Tendo chegado ao conhecimento da Assembleia que o futebol amador do interior do Estado está iniciando uma campanha no sentido de que o futebol amador de Minas tenha um representante junto à Diretoria de Esportes, evitando que os membros, verbas e atenção e tratamento desse órgão oficial se voltem apenas – como quase sempre acontece – para os esportes especializados, justamente os que têm problemas menores e recursos maiores para solucioná-los, porque preferidos pelas classes aquinhoadas pela sorte, decidiram dar seu total apóio à referida campanha, que passa a ser do futebol amador do Interior e da Capital. Apelando para que seja encontrada formula para que permaneça na Diretoria de Esportes o sr. Paulo Nunes Vieira, sempre amigo do futebol amador, pedem a V. Excia. que, caso o referido desportista venha a ser desligado da D.E., não se designe

⁵⁹ Sobre o gosto esportivo e o *habitus* cf. VIGARELLO, Georges. Sistemas de esportes, esportes concorrentes. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

⁶⁰ Cf. A DIRETORIA DE ESPORTES É O SUSTENTÁCULO DO ESPORTE E DA EDUCAÇÃO FÍSICA EM MINAS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 3º caderno, 12 de dezembro de 1956.

⁶¹ Cf. O AMADORISMO E SUAS COISAS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 23 de novembro de 1956.

⁶² Cf. OS AMADORISTAS QUEREM UM LUGAR NA D. DE ESPORTES. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 3 de fevereiro de 1956.

seu substituto antes de ouvir os clubes de futebol amador do Interior e da Capital, cujos interesses requerem um tratamento digno, escapando a indiferença ou às restrições de que têm sido vítimas.⁶³

A articulação dos clubes varzeanos ao longo de 1956 expunha contradições entre duas culturas atléticas diferentes dentro do universo do que se classificava como esporte amador. Ainda que legalmente aglutinados no mesmo setor, integrantes das agremiações populares dedicadas ao futebol e membros das entidades devotadas às modalidades especializadas, em regra, compartilhavam visões muito distintas sobre os objetivos da prática em que se engajavam.

As reivindicações dos clubes varzeanos mobilizariam a direção da *Diretoria de Esportes*, que chegou a formular um plano de ação⁶⁴. As medidas, no entanto, quase não saíram do papel. Entre o final da década de 1950 e a primeira metade da de 1960, algumas propostas para o amadorismo ainda seriam formuladas no órgão estadual, com destaque para o projeto de parceria com o *Departamento de Estradas de Rodagem* para a construção de campos às margens de rodovias⁶⁵, outra iniciativa que não prosperou.

Além disso, o que se viu foi a sequência de ajudas pontuais a agremiações⁶⁶ e a continuidade do subsídio ao *Departamento de Futebol Amador*⁶⁷. Seja por meio da *Diretoria de Esportes* ou do *Conselho Municipal de Esportes*, os clubes varzeanos não encontravam uma política pública contínua e abrangente para garantir a sustentabilidade de suas atividades. A escassez de recursos comprometia tal cenário, como destacado na coluna “Páu de Arara”:

Na vida de um clube amador, tudo pode acontecer. O pobrezinho vive assoberbado pelos seus encargos de ordem financeira. (...)

Dessa maneira, viver com que? – O problema, não raro, é solucionado pela dedicação e pelo desprendimento de seus dirigentes. As despesas são cobertas com subscrições e “bolos” que geralmente proporcionam meio de vida ao clube amador. (...) Entretanto, quando pode viver independente, o clube vai trilhando a sua “via-crucis”. Chega a um ponto, entretanto, em que se coloca ante o dilema: desaparecer ou recorrer aos órgãos de amparo ao esporte – Diretoria de Esportes e Conselho Municipal de Esportes.

Apenas alguns podem ser contemplados. Estranha-se, entretanto, a maneira por que cada um procura angariar prestígio “á força” e, na maioria das vezes, abusando da condição de vida da agremiação, para tirar proveito próprio. O clube, muitas vezes, se submete aos caprichos pessoais de determinados “esportistas”, se bem que de “olho nele”. Aparece, então, a interferência nos clubes amadoristas: em troca de postos de destaque, um benefício qualquer – uma presidência de honra, um festival, uma sessão

⁶³ Os amadoristas querem um lugar na Diretoria de Esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 26 de julho de 1956.

⁶⁴ Cf. Completa assistência da Diretoria de Esportes ao amadorismo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 9 de maio de 1956.

⁶⁵ Cf. Clubes amadoristas terão campos junto às rodovias. **Diário da Tarde**, p. 8, 9 de julho de 1963.

⁶⁶ Cf. NOVO TRANSFORMADOR E MAIS REFLETORES NO CAMPO DO PITANGUI. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 5 de janeiro de 1959.

⁶⁷ Cf. NA ADMINISTRAÇÃO VEIGA LIMA FOI RESTABELECIDO O PRESTÍGIO DO DFA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 3º caderno, 12 de dezembro de 1959.

solene, presidência de um conselho deliberativo e outros encargos mais... Os esportistas que se dedicam às cousas de seus clubes, entretanto, já se acham de sobreaviso. O jogo é feito com uma carta de menos e todos sabem dar valor a quem realmente merece. Demagogia é expressão muito conhecida e realidade das mais tristes.⁶⁸

A precariedade das condições dos clubes e a pouca abrangência das políticas públicas encampadas pelo *CME* e pela *DEMG* levavam os dirigentes varzeanos a uma disputa pelos poucos recursos disponíveis. Para tanto, precisavam costurar alianças que viabilizassem seus projetos, o que não acontecia sem retribuição. Como o trecho indica, a sobrevivência de uma agremiação amadorista passava pela sua habilidade em arregimentar apoio e estabelecer compromissos. Nessa medida, o ingresso no jogo político e nos certames eleitorais era quase que mandatório. Não por acaso, a presença das equipes era tão notada durante as campanhas.

7.2 – A várzea em tempos de eleição

O fim do Estado Novo no Brasil e a retomada democrática implicaram no ingresso de uma grande massa ao universo de eleitores habilitados, composta especialmente pelas classes trabalhadoras urbanas⁶⁹. No caso de Belo Horizonte, esse período coincidia com o início da aceleração de seu crescimento demográfico, baseado na industrialização de sua incipiente região metropolitana, tema abordado nos capítulos 4 e 5. Esse também era o momento em que pela primeira vez a escolha do mandatário municipal se dava pelo voto, uma vez que, desde sua fundação, em 1897, até então, a capital tinha o prefeito indicado pelo governo estadual.

Considerando-se, pois, as inovações eleitorais e a configuração da população belo-horizontina, o voto trabalhador e popular tinha papel central na definição dos destinos políticos da cidade. O sucesso de um candidato a prefeito passava, invariavelmente, por sua capacidade de mobilização desse grupo e de uma percepção favorável pelos bairros e pelos seus habitantes.

A cobertura das eleições municipais de 1950, em Belo Horizonte, presente no *Diário da Tarde*, é especialmente interessante para a compreensão do fenômeno. Nessa ocasião, ao longo do mês que antecedeu a votação, as quatro principais candidaturas a prefeito da capital mineira mantiveram publicações sistemáticas no jornal, que ampliou o seu número de páginas, de modo que cada concorrente dispusesse, diariamente, de uma ou duas páginas para noticiar seus atos. Eram principais postulantes ao cargo: Américo Renê Giannetti, da coligação *UDN-PDC*⁷⁰;

⁶⁸ PÁU DE ARARA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2 de dezembro de 1952.

⁶⁹ Cf. GOMES, Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005; FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷⁰ Cf. Américo Renê Giannetti indicado pela UDN-PTC. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 8 de setembro de 1950.

Amintas de Barros, vereador, indicado pelo *PTB*⁷¹; Heráclito Mourão de Miranda, apoiado pelo então prefeito Otacílio Negrão de Lima, pela coligação *PTN-PSD-PRP-PST*⁷²; e Bento Gonçalves, então vice-prefeito⁷³, pela *Frente Única Municipal*⁷⁴, liderada pelo *PR*⁷⁵. Havia ainda a candidatura pelo *PSP*, de Aloysio Neves, que não teve ampla divulgação⁷⁶.

Antes mesmo do lançamento das candidaturas no mês de setembro, o movimento eleitoral era sentido pelos bairros, com a instalação de uma grande quantidade de diretórios partidários por todas as regiões. O *PSD*, que apresentava Juscelino Kubitschek concorrente a governador, criava diversos comitês pela cidade⁷⁷, a ponto de convocar, ainda em julho, “uma reunião dos diretórios e comitês de vilas e bairros da capital do *PSD*”⁷⁸. No decorrer de seus atos, os postulantes ostentariam sua presença pelas diversas partes de Belo Horizonte, uma vantagem estratégica para a distribuição de cédulas de votação aos eleitores, a exemplo de Amintas de Barros, que contou com a representação de 49 bairros e vilas no ato inaugural da sua campanha⁷⁹.

Além da disponibilização das cédulas, os diretórios locais garantiam a realização de atos de campanha pelos bairros, reforçando a presença do concorrente nas regiões e a sua vinculação aos grupos populares. No mês que antecedeu à votação, a circulação dos candidatos pela cidade era diária, gerando pequenos comícios⁸⁰ que eram recorrentemente noticiados nas páginas do *Diário da Tarde*⁸¹. Indústrias e outros locais de trabalho também eram visitados pelos postulantes⁸², ressaltando sua conexão com as classes operárias.

⁷¹ Cf. Empolgada a cidade com a candidatura Amintas de Barros. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 8 de setembro de 1950.

⁷² Cf. NOVAS E VALIOSAS ADESÕES À CANDIDATURA HERÁCLITO MOURÃO DE MIRANDA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 13 de setembro de 1950.

⁷³ Cf. POLITICA MUNICIPAL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 1, 26 de julho de 1949.

⁷⁴ Cf. Novas adesões. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 18 de setembro de 1950.

⁷⁵ Para um panorama dos principais partidos do período democrático (1945-1964) conferir: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, volume 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁷⁶ Cf. ALOYSIO, O PREFEITO E SEBASTIÃO DE BRITO O VICE-PREFEITO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 1, 13 de setembro de 1950.

⁷⁷ Cf. PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 6 de maio de 1950; DIRETORIO DO PSD NA SERRA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 14 de julho de 1950.

⁷⁸ Reunião dos diretórios e comitês de Vilas e Bairros do P.S.D. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 25 de julho de 1950.

⁷⁹ Cf. Empolgada a cidade com a candidatura Amintas de Barros. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 8 de setembro de 1950.

⁸⁰ Interessante investigação etnográfica sobre os comícios eleitorais pode ser conferida em: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NuAP, 2010, p. 27-79.

⁸¹ Cf. VIBRANTE MANIFESTAÇÃO POPULAR A AMINTAS DE BARROS, NO MATADOURO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 14 de setembro de 1950; SANTA EFIGENIA E VILA PARQUE JARDIM APLAUDEM OS CANDIDATOS DA COLIGAÇÃO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 18 de setembro de 1950; O “meeting” de sábado na Lagoinha. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 19 de setembro de 1950; Colocam-se ao lado dos candidatos da cidade os moradores das Vilas Reunidas da Gameleira. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 20 de setembro de 1950.

⁸² Cf. ACLAMADO NA FEIRA E NA FÁBRICA O CANDIDATO DA CIDADE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 15 de setembro de 1950; Os trabalhadores com Amintas de Barros. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 16 de setembro de 1950; Os candidatos das forças democráticas homenageados pelos operários da Indústria Papini Ltda. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 19 de setembro de 1950.

Como abordado nos capítulos 4 e 6, os clubes varzeanos mantinham estreita relação com o associativismo popular desenvolvido nos bairros, de agremiações carnavalescas a comitês pró-melhoramentos, eram recorrentes os vínculos entre os desportistas e as demais formas de articulação dos moradores do lugar. Tal aproximação também seria notada no contexto eleitoral, como no caso do diretório distrital da *UDN* das Vilas Formosa, Petrópolis e Primavera⁸³, em cujo comício inaugural falou o presidente do *E.C. Vasco da Gama*, Clovis Camargos⁸⁴.

Durante visita do candidato a prefeito Bento Gonçalves, acompanhado do concorrente a vice Sebastião de Brito e do vereador Jorge Ferraz, postulante a uma vaga no Legislativo Estadual, à Vila Afonso Pena, estiveram presentes, no palanque, integrantes do *Atletic Futebol Clube*, os quais foram agraciados com um jogo de camisas oferecido pela esposa do vereador. Na ocasião, falou “[João] Vicente Conceição, o popular ‘sabião’ da várzea”⁸⁵.

Outra aproximação referia-se à utilização das dependências dos clubes amadoristas para a realização de atividades dos comitês eleitorais, a exemplo do *Tremedal F.C.* que abrigou a reunião de “reestruturação do Diretorio Politico do PSD do Carlos Prates”⁸⁶, ato que contou com a presença de mais de 100 pessoas, muitas delas figuras expressivas da região.

A participação dos clubes nas campanhas não se restringia, contudo, à articulação com os diretórios eleitorais estabelecidos nos bairros. As próprias agremiações eram reconhecidas pelos candidatos como importantes mediadoras com os grupos populares sediados nas várias partes da cidade. No período que antecedia as votações, eram diversas as formas de divulgação do apoio oferecido pelos clubes a uma dada candidatura, algumas em diálogo direto com as formas de organização varzeanas e seu esforço de manutenção de um calendário ininterrupto de partidas.

7.2.1 – As eleições e a cultura esportiva popular

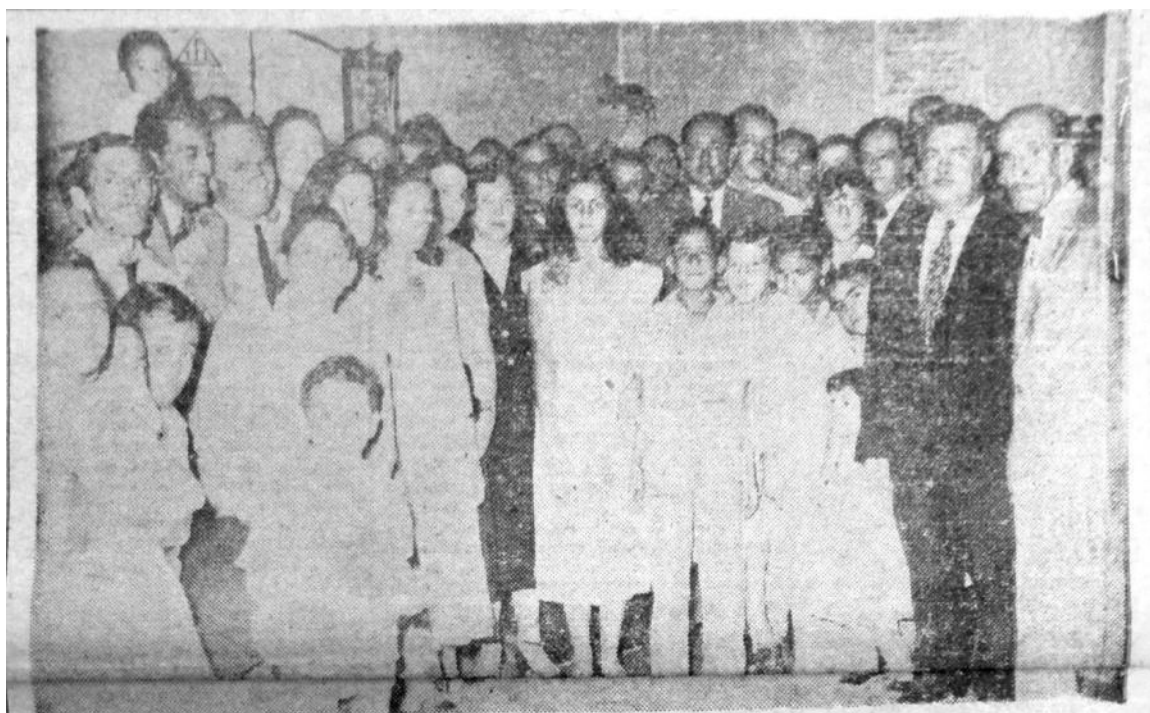
A presença dos clubes durante atos de campanha não era ocasional. O que a divulgação dos candidatos a prefeito em 1950 demonstra é o esforço sistemático de consolidação do prestígio entre as agremiações varzeanas. Um bom exemplo disso eram as visitas às sedes dos clubes, como indicam as fotos publicadas pelo grupo de Bento Gonçalves:

⁸³ Interessante notar que esse diretório antecedeu a instalação do comitê pró-melhoramentos das vilas Petrópolis, Primavera e Formosa, que recebeu o nome de “Dr. Américo Renê Giannetti” e tinha como presidente o mesmo Pedro Bezerra da Silva que comandava a agremiação udenista no bairro. Mais uma evidência da ligação entre essa forma de associativismo e a organização partidária, tema comentado no capítulo 6. Cf. Comitê pró-Melhoramentos das vilas Petropolis, Primavera e Formosa. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 9 de fevereiro de 1951.

⁸⁴ Cf. Diretorio distrital da U.D.N. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 13 de junho de 1950.

⁸⁵ Ficou definitivamente provado: a vila Afonso Pena está com Jorge Ferraz. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 23 de setembro de 1950.

⁸⁶ REESTRUTURAÇÃO DO DIRETORIO DO P.S.D. DE CARLOS PRATES. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 15 de setembro de 1950.



RECEBIDO EM SANTA TERESA O SR. BENTO GONÇALVES — Diversas têm sido as adesões feitas à candidatura do sr. Bento Gonçalves Filho. Na noite de ontem, na sede do Inconfidência Futebol e Regatas, o candidato do P. R. foi carinhosamente homenageado, falando, na ocasião, os srs. Jorge Ferraz, Ulisses Escobar, prof. Mesquita de Carvalho e Lívio de Assis. Em nome do Inconfidência, falou o sr. José Rodrigues, hipotecando solidariedade aos srs. Bento Gonçalves Filho, Sebastião de Brito e Hugo Balena para deputado federal. Em seguida, discursou o sr. Bento Gonçalves Filho, encerrando a homenagem que lhe foi prestada na tradicional agremiação esportiva do bairro de Santa Teresa.



HOMENAGEM AO SR. BENTO GONÇALVES FILHO — Realizou-se, ontem, na sede do Clube Tupi-Guarani, uma reunião em homenagem ao sr. Bento Gonçalves Filho, candidato a prefeito pelo Partido Republicano. Na ocasião, falaram diversos oradores, entre os quais o vereador Jorge Ferraz, srs. José de Paula Cruz, Bernardino Rocha e os candidatos a Câmara Municipal, srs. Aldo Antônio, Humberto Reis, Valdemar Ambrosio, Gualter Chapuz, do P. S. T. e o sr. José do Prado Cruz, presidente do Clube Tupi-Guarani. Encerrando a reunião, falaram os srs. Sebastião de Brito, candidato a vice-prefeito e o homenageado, sr. Bento Gonçalves Filho, que recebeu, naquela ocasião, expressivas demonstrações de apreço e simpatia.

Figura 32 – Visitas de Bento Gonçalves às sedes de clubes, 1950. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 12 de setembro de 1950.

As duas imagens apresentam composições parecidas. Na primeira delas, na sede do *Inconfidência Futebol e Regatas*, do bairro de Santa Tereza⁸⁷, uma tomada mais aberta apresenta um pequeno salão cheio de pessoas que se aglomeram para posar para a fotografia. Mais ao centro, em segundo plano, atrás de um grupo de crianças, está o candidato Bento Gonçalves, ladeado por um grande número de apoiadores, prováveis sócios da agremiação visitada. O segundo registro, feito na sede do *Clube Tupi Guarani*, tem enquadramento um pouco mais fechado, igualmente cercado por integrantes da associação, o candidato Bento Gonçalves fala ao microfone, observado por diversos indivíduos, incluindo o vereador Jorge Ferraz que, de terno escuro, aparece na parte direita da foto, atrás de duas meninas.

A escolha das sedes dos clubes varzeanos como locais para realização de atos de campanha e, mais do que isso, para a produção e veiculação de registros fotográficos de tais visitas, aponta para a importância dessas associações na construção de uma dada imagem dos candidatos, em especial, de seus vínculos com a população dos bairros suburbanos. Além disso, indica para oportunidades de apresentação do candidato a um coletivo formado em torno das agremiações amadoristas que, como demonstrado no capítulo 4, congregavam grupos diversificados das regiões da cidade. Destaca-se, ainda, a presença do vereador Jorge Ferraz, liderança do *PR* local⁸⁸ que, como será abordado no capítulo 8, mantinha estreitos vínculos com inúmeras entidades esportivas populares.

Diversas outras visitas a sedes de clubes foram divulgadas pelos candidatos, em 1950⁸⁹. Cada um dos postulantes procurava construir a ideia de que desfrutava do apoio do meio varzeano. Títulos como “os esportistas estão com o candidato da cidade”⁹⁰ ou “Os esportistas amadores estão com Bento Gonçalves”⁹¹, projetavam adesões pontuais à campanha como a sua consolidação em todo o setor. Até mesmo o prestígio de um jornalista como “Matista” era mobilizado, para confirmar a inserção do postulante dentro do futebol popular⁹².

Outra tática comum era a publicação de subscrições de dezenas de integrantes de uma agremiação em apoio a uma campanha, a exemplo do que fez, recorrentemente, Bento Gonçalves

⁸⁷ Para informações sobre o bairro Santa Tereza, vide nota 114 do capítulo 3. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁸⁸ Cf. JORGE FERRAZ EM SEU RETIRO – GANHANDO A PREFEITURA DE BELO HORIZONTE PR SAIU FORTALECIDO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 16 de novembro de 1962.

⁸⁹ Cf. HOMENAGENS DOS ESPORTISTAS AO CANDIDATO DA CIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 14 de setembro de 1950; AS AGREMIÇÕES DO ESPORTE AMADORISTA ESTÃO SOLIDARIAS COM OS CANDIDATOS DA CIDADE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 21 de setembro de 1950; O sr. Bento Gonçalves Filho visitou a sede do Alvorada F. Clube. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 26 de setembro de 1950; Entusiasmo do povo pelos candidatos democráticos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 26 de setembro de 1950.

⁹⁰ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 13 de setembro de 1950.

⁹¹ *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 25 de setembro de 1950.

⁹² Cf. “VAI GANHAR NA CERTA”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 23 de setembro de 1950.

para o *Matadouro F.C.*⁹³, o *Pio XII F.C.*⁹⁴, o *Rio Negro F.C.*⁹⁵, o *Esporte Clube Atlântida*⁹⁶, o *Floresta F.C.*⁹⁷, o *Rio Branco F.C.*⁹⁸, o *Continental F.C.*⁹⁹, o *Santos Dumont F.C.*¹⁰⁰ e o *Vitoria Minas F.C.*¹⁰¹. Método também adotado por outros candidatos, como Heráclito Mourão¹⁰².

Dentre as inúmeras formas de vinculação das campanhas ao futebol varzeano e, por consequência, às áreas proletárias da cidade, a que dialogava mais intensamente com uma *cultura esportiva popular* era a promoção de festivais que, em coluna reproduzida no início deste capítulo, eram classificados como “festivais politico esportivos”¹⁰³. Especialmente nas edições que antecederiam ou sucediam os fins de semana do mês de setembro de 1950, era recorrente a divulgação de certames em homenagem a cada um dos candidatos a prefeito¹⁰⁴. Tais eventos eram capitalizados por eles como mais uma afirmação de sua conexão com os bairros e as vilas.

Como destacado no capítulo 2, os festivais eram a forma de disputa que melhor sintetizava o que esse trabalho categoriza como uma *cultura esportiva popular*, desenvolvida no esforço dos clubes para manterem um calendário ininterrupto de fins de semanas com partidas. Esses torneios que concentravam em seu programa pelepas sucessivas, nas quais eram colocadas em disputa uma premiação, no mais das vezes um troféu, realizavam-se fundamentalmente pela passagem do aniversário da agremiação. Como apontado anteriormente, mantendo um forte aspecto ritualístico, representavam momento de reiteração de vínculos das entidades com uma ampla rede de relações, cujas prestações e contraprestações manifestavam-se principalmente na definição das figuras de padrinho/madrinhas, patronos/patronesses e homenageados/as. A promoção de celebrações extemporâneas não era incomum, sendo observada no contexto de inauguração de uma melhoria ou de um novo campo ou em referência à conquista de um título¹⁰⁵. Na mesma medida, poderiam atender às demandas da disputa eleitoral.

⁹³ Cf. Jogadores e socios do Matadouro F.C. votarão para Bento Gonçalves. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 19 de setembro de 1950.

⁹⁴ Cf. O CLUBE “PIO XII” APOIA A CANDIDATURA DO POVO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 19 de setembro de 1950.

⁹⁵ Cf. O RIO NEGRO F.C. COM BENTO GONÇALVES. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 22 de setembro de 1950.

⁹⁶ Cf. Dezenas de adesões. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 22 de setembro de 1950.

⁹⁷ Cf. O Floresta F.C. ao lado de Bento Gonçalves Filho. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 23 de setembro de 1950.

⁹⁸ Cf. Adesões e mais adesões. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 27 de setembro de 1950.

⁹⁹ Cf. O Continental F.C. ao lado de Bento Gonçalves Filho. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 27 de setembro de 1950.

¹⁰⁰ Cf. O Santo Dumont F.C. apoia Bento Gonçalves Filho. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 23 de setembro de 1950.

¹⁰¹ Cf. O Vitoria Minas F.C. aderiu ao candidato do povo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 29 de setembro de 1950.

¹⁰² Cf. O Vera Cruz com Juscelino e Heraclito. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 29 de setembro de 1950.

¹⁰³ Tregua no futebol amador por causa da política. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 25 de setembro de 1950.

¹⁰⁴ Cf. FESTIVAIS ESPORTIVOS EM HOMENAGEM A GIANNETTI. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 23 de setembro de 1950; Grande festival esportivo do Teresinha F.C. hoje em homenagem aos candidatos da cidade. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 25 de setembro de 1950; O Vasco da Gama homenageia Bento Gonçalves. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 25 de setembro de 1950.

¹⁰⁵ Cf. O Inconfidência termina as obras de seu novo campo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 4 de junho de 1949; ILUMINA-SE, AMANHÃ, O CAMPO DO PITANGUI. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 14 de agosto de 1958; Programa do festival do Alvorada F.C. em comemoração ao título do DFA de 1972. Pasta do Alvorada no Departamento de Futebol Amador da Capital. Acervo do Alvorada Futebol Clube.

Organizados em um programa que podia se estender por um ou mais dias, os festivais se compunham de “provas” – como as partidas eram chamadas – independentes, cada uma com um prêmio em disputa, oferecido pelo patrono, e com a escolha de uma ou mais pessoas a serem homenageadas. A principal disputa, que fechava a parte esportiva do evento, denominava-se “prova de honra” e ali se esperava que fosse oferecido o mais vistoso troféu, sendo o momento de maior prestígio da celebração. Cercado de ritos como a entrada em campo, a apresentação das rainhas, da premiação, feita pelo patrono, e dos homenageados, além do pontapé inicial, era um momento em que se reiteravam frente ao público os vínculos da agremiação com seus mais bem considerados aliados e apoiadores. Um cerimonial repetido a cada fim de semana pelos campos de terra da cidade e bem conhecido dos aficionados pelo futebol de várzea. Nessa medida, algumas cenas e gestos eram recorrentes e facilmente identificáveis por aqueles que acompanhavam regularmente os certames. A exemplo da imagem publicada pela campanha de Américo Renê Giannetti e reproduzida abaixo:



Figura 33– Pontapé inicial em festival esportivo, 1950. Fonte: O CHUTE INICIAL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 26 de setembro de 1950.

Ocupando todo o primeiro plano da foto, o prefeito posa para a câmera, preparando-se para concretizar o pontapé inicial da partida, gesto recorrente durante o início de cada uma das “provas” dos festivais. O vestuário, que se diferencia daquele apropriado para a prática esportiva, reforça o caráter ritual do ato. Em segundo plano, observa-se um atleta e mais algumas pessoas trajadas socialmente, cuja presença em campo indica o momento cerimonial que antecedia o certame. A legenda reitera alguns elementos da imagem e contextualiza a homenagem recebida pelo engenheiro e candidato a prefeito.

Com uma profusão de divulgações de festivais em homenagem aos candidatos, a inserção de uma imagem como a reproduzida acima mobilizava um dos momentos mais icônicos dos festivais esportivos, enfatizando a percepção do prestígio dispensado ao candidato pelo setor varzeano local. Outro exemplo igualmente interessante, foi veiculado pela campanha de Heráclito Mourão de Miranda, como pode ser observado abaixo:



Figura 34 – Candidato Heráclito Mourão em festival do *Vila Gutierrez F.C.*, 1950. Fonte: Heraclito homenageado pelos jogadores do Gutierrez F. Clube e do Nacional F. Clube. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 20 de setembro de 1950.

A imagem compõe-se de uma diversidade de elementos característicos dos festivais esportivos e produz uma representação facilmente reconhecível àqueles que acompanhavam o cotidiano varzeano. Segurando um chapéu, no centro da fotografia, está o candidato Heráclito Mourão de Miranda, ladeado por duas garotas que trajam vestidos brancos e portam coroas, indicando ocuparem posições de rainha ou princesa a ser laureada naquele festival, a “casa real” citada na legenda. Uma delas traz uma faixa atravessada ao peito. Em volta desse núcleo central, distribuem-se atletas uniformizados e demais integrantes do clube vestidos socialmente. Com camisa regata e segurando a típica maleta de primeiros socorros, está o massagista da equipe. Ao fundo, contrastando com o telhado, observam-se bambus que formam um arco, tradicionalmente utilizados na decoração dos campos em dias de celebração. Como apontado no subtítulo da reportagem, na condição de homenageado, coube ao candidato a prefeito realizar o pontapé inicial da partida, bem como tomar parte na coroação.

Na constituição de uma *cultura esportiva popular*, os clubes varzeanos mobilizavam elementos tradicionais das disputas atléticas, observados na passagem do século XIX para o XX, como citado no capítulo 2. Na mesma medida, dialogavam com outras manifestações cerimoniais e religiosas – como não comparar a rainha e a princesa da foto acima com as coroadas dos reinados tão presentes nos bairros belo-horizontinos? –, apontando para uma circularidade de referências entre diferentes expressões festivas. Ao contrário do futebol espetáculo em que os jogos cada vez mais buscavam se encerrar em si mesmos¹⁰⁶, afirmando a autonomia do *campo esportivo*¹⁰⁷, os eventos amadoristas mostravam-se mais permeáveis a outros aspectos do cotidiano, sendo atravessados, por exemplo, pelo *tempo da política*¹⁰⁸.

Engajados no apoio ao candidato de sua predileção, as associações amadoristas mobilizavam sua mais significativa forma de disputa para transferir prestígio ao agente político e para reforçar a ideia de aproximação do postulante com os grupos populares. Tipo de evento que sempre atraía a atenção do público varzeano, em tempos de eleição, os festivais cumpriam nova função, ao acolher as campanhas, transformando-se em “festivais político esportivos”. O reconhecimento aos postulantes aos cargos públicos não se dava apenas pela expectativa de uma retribuição futura, em alguns casos, poderiam representar ganhos imediatos às agremiações, o que valia muito no cenário de fragilidade vivenciado por elas.

¹⁰⁶ Sem negar todas as aproximações dos esportes, em especial do futebol, com os mais diversos fenômenos sociais, é interessante notar o esforço das entidades diretivas e dos patrocinadores de dissociar as manifestações políticas do contexto dos jogos, transformando-os em um momento “asséptico”, não atravessado por outros interesses. Cenário bem diferente da várzea, em que essas aproximações ocorriam como parte do próprio evento.

¹⁰⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983, p. 136-153.

¹⁰⁸ Cf. PALMEIRA; HEREDIA, 2010.

7.2.2 – Eleições como oportunidade

Como tratado anteriormente, mesmo em contextos favoráveis, como foi durante a gestão de Américo Renê Giannetti (1951-1954), os clubes varzeanos enfrentavam dificuldades de acessar os órgãos públicos responsáveis pelas políticas de esportes. Muitas vezes obrigados a realizar por conta própria a abertura de campos ou a compra de materiais esportivos, a paisagem que marcava a várzea belo-horizontina era a da precariedade, superada apenas por um pequeno grupo, com melhor estrutura, que se consolidava como a elite do amadorismo local, tal como abordado no capítulo 1.

Nessa perspectiva, eleições poderiam se apresentar como oportunidades para a busca de alguma melhoria ou atendimento de demanda pontual da agremiação. A disputa para prefeito de 1954 é um bom exemplo dessa situação. Dessa vez, a contenda se resumiu a quatro postulantes: o candidato da situação, Celso Mello Azevedo, da chamada *Coligação Popular*, encabeçada pela *UDN* com apoio do *PR*, *PDC*, *PTN* e *PL*¹⁰⁹; Amintas de Barros, pelo *PTB* associado ao *PSD*¹¹⁰; Décio Vasconcelos, pelo *PSP*¹¹¹; e Adão Ildefonso, pelo *PRT*¹¹².

Ao contrário do pleito anterior, a divulgação das campanhas no *Diário da Tarde* foi desigual, indicando que o grupo de Celso Mello Azevedo contava com mais recursos que os demais, com inserções sistemáticas. As notícias e propagandas a respeito de Amintas de Barros eram em número ligeiramente menor. As duas outras candidaturas, em termos de exposição, eram bem mais modestas, ao menos no periódico vespertino dos *Diários Associados*, o que também se refletiria na votação final, pois enquanto os dois primeiros tiveram cerca de 50 e 40 mil votos, respectivamente, os outros dois sequer atingiram um milhar de sufrágios cada¹¹³.

A campanha de Celso Azevedo, no que se refere à presença nos bairros, mantinha dinâmica semelhante à vista em 1950, com a realização de visitas às diferentes regiões, as quais se desdobravam em pequenos comícios¹¹⁴. Durante os pronunciamentos surgia oportunidade para apresentar seus projetos para o amadorismo, como no seguinte caso:

Depois de ter realizado um comício na Vila Oeste, Celso se dirigiu à Vila Nova Suíça, onde novamente se pôs em contato com o povo. De frente ao

¹⁰⁹ Cf. Instalado o Comité Central Pró-Celso. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 3 de setembro de 1954.

¹¹⁰ Cf. Definição oficial do PSD em convenção hoje à noite. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 3 de setembro de 1954.

¹¹¹ Cf. O P.S.P. RESOLVEU LANÇAR CANDIDATO PRÓPRIO À PREFEITURA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 2º caderno, 13 de setembro de 1954.

¹¹² Cf. PARTIDO REPUBLICANO TRABALHISTA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 14 de setembro de 1954.

¹¹³ Cf. ENCERRADA A APURAÇÃO NA CAPITAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 15 de setembro de 1954.

¹¹⁴ Cf. ESTRONDOSOS SUCESSOS OS COMÍCIOS DA FLORESTA, SANTA TERESA E SÃO GERALDO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 20 de setembro de 1954; O comício na Cachoeirinha foi um notável êxito na campanha. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 23 de setembro de 1954; CELSO CARREGADO PELO POVO NO COMÍCIO DO BAIRRO SÃO PAULO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 25 de setembro de 1954.

grupo Mauricio Murgel, grande massa popular aclamou o candidato do povo, momentos antes que se iniciasse ali o segundo comício de Celso. (...)

Aproveitando-se da presença de elevado numero de desportistas na concentração realizada em frente ao grupo Mauricio Murgel, CELSO, em seu discurso, focalizou os problemas do futebol amador. Disse do seu interesse em colaborar para que se difundia o esporte amadorista, afirmando que, se eleito, promoverá a construção de um campo de futebol em cada bairro da capital, com o que está solucionando o problema supremo dos clubes varzeanos. Tratou ainda de outras deficiências com que lutam os moradores de Gameleira e Nova Suíça, dizendo que tem estudada a formula capaz de solucioná-las.¹¹⁵

O próprio título da notícia ressaltava a declaração dirigida aos desportistas, reforçando a ideia de um público a ser conquistado no processo eleitoral. A presença de grande número de envolvidos com os clubes varzeanos no comício realizado na Vila Nova Suíça apontava para a mobilização desse grupo para se fazer presente e visível nos atos de campanha. Já a promessa do postulante à *Prefeitura* de construção de um campo em cada bairro, como observado na atuação do *Conselho Municipal de Esportes* sob sua gestão, não se concretizou.

A busca de articulação com o setor amadorista levava Celso Azevedo a uma agenda atribulada de visitas aos clubes, como indica outra nota de sua campanha:

Com Celso, o futebol varzeano

Clubes que serão visitados hoje e amanhã

As constantes manifestações de apreço que têm sido tributadas a CELSO AZEVEDO são a melhor afirmativa de que o esporte amadorista da Capital está com o candidato do povo. No domingo que passou, CELSO visitou mais uma dezena de agremiações do futebol varzeano. Em varias foi alvo de grandes homenagens e, em todas, recebeu a palavra de que com ele estarão os clubes varzeanos, no proximo pleito de 3 de outubro.

AS VISITAS DE HOJE E AMANHÃ

Inumeros foram os convites dirigidos a CELSO AZEVEDO para visitas aos clubes amadoristas hoje e amanhã entre os quais os seguintes: Estrela Dalva F. C., Vila S. Jorge E. C., Cruzeiro do Sul E. C., Paulistano F. C., Juventus F. C., Esplanada F. C., Metalurgica Triangulo F. C., Dom Bosco E. C., Itaquera E. C., Estrela de Minas F. C., Santo Antonio, Vila Anchieta F. C., Brasília F. C. e vários outros.¹¹⁶

A rotina de visitas aos clubes durante o fim de semana, no caso da nota acima, sábado e domingo, mostrava-se recorrente nas campanhas, a exemplo do que já fora visto em 1950. Como aponta a trecho citado, tal articulação partia, em grande medida, das próprias agremiações que enviavam convites aos postulantes, proporcionando uma extensa agenda de eventos.

A candidatura udenista para a *Prefeitura*, em 1954, tinha dois principais trunfos que foram mobilizados ao longo da campanha. O primeiro era a construção da imagem do engenheiro Celso Mello Azevedo como um técnico, que se mantinha afastado de disputas políticas frívolas e teria

¹¹⁵ Um campo em cada bairro da cidade. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 16 de setembro de 1954.

¹¹⁶ Com Celso, o futebol varzeano. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 25 de setembro de 1954.

foco na realização de obras pela cidade¹¹⁷. O êxito dessa estratégia, que se materializava na produção sucessiva de manchetes que enfatizavam tal noção obrigou o principal adversário, o advogado Amintas de Barros, a reafirmar seu compromisso de se cercar de técnicos para a condução de seu governo¹¹⁸. A segunda vantagem da candidatura foi assim noticiada:

Mesmo antes que CELSO seja levado à Prefeitura pelo voto do belorizontino, a população sente o espírito empreendedor do candidato do povo. Esse mesmo povo que tem acompanhado a vida do belorizontino CELSO, que tem se beneficiado com a sua obra, e que nele vê o depositário de todas as suas esperanças de uma capital maior e mais progressista, esta verificando e tomando conhecimento do espírito de iniciativa do candidato popular. Em vários pontos da cidade, tratores comandados por CELSO abrem o caminho do progresso, promovem a ligação imperiosa de vilas e bairros, arranca vias dos locais antes inacessíveis, numa obra de desbravamento e visando o maior desenvolvimento de Belo Horizonte.¹¹⁹

Como destacava a nota, o candidato e engenheiro, disponibilizava tratores para a realização de abertura de vias pelos bairros e vilas da cidade, como uma demonstração de sua iniciativa e de seu espírito empreendedor. A se considerar a pouca exploração do tema pelos adversários, a legislação eleitoral da época não previa tal medida como abuso do poder econômico. A cada dia, eram noticiadas, pelas páginas do *Diário da Tarde*, novas obras proporcionadas pelas máquinas de Celso Mello Azevedo¹²⁰. Ao final da campanha, um detalhado balanço das intervenções foi apresentado, incluindo a construção de campos de várzea:

“Meu cartão de visitas são os meus tratores a serviço do povo e minha demagogia são os dez mil metros de ruas abertas, em bairros e vilas”. Esta foi uma categorica declaração de Celso Azevedo, em varias concentrações populares, realizadas em favor de sua vitoriosa candidatura á Municipalidade. E aqueles que o escutaram, aclamaram-no como o realizador dinâmico, o homem publico por excelencia que, mesmo antes de estar á frente do cargo, se dispôs a trabalhar em favor da coletividade. E o povo, em dezenas de regiões da cidade, assistiu a marcha diaria dos tratores de Celso, concretizando velhas aspirações populares, como a abertura de uma via de acesso, ou de uma rua, fechada ao transito, ou de um campo de futebol. Durante toda a campanha, os tratores de Celso Azevedo, para alegria geral e para tristeza dos incrédulos ou de seus inimigos, removeram a terra e realizaram serviços públicos, de importância fundamental. (...)

Além de ter realizado reparos em dois campos, os tratores do Celso construíram dez campos, que são os seguintes:

– Do Ipanema, na vila de mesmo nome; do Flamengo F.C., no Padre Eustaquio; do Rio Casca F.C. no Carlos Prates; do Esporte Clube Calafate, no bairro do mesmo nome; do “Derivados”, no bairro de São Paulo; Campo

¹¹⁷ Cf. Um prefeito técnico. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 9 de setembro de 1954; O povo quer um realizador na Prefeitura. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 27 de setembro de 1954; OS PARTIDOS COM O CANDIDATO APOLITICO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 1º de outubro de 1954.

¹¹⁸ Cf. Governarei a Prefeitura com uma grande equipe de tecnicos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 28 de setembro de 1954.

¹¹⁹ Os tratores de Celso a serviço do progresso. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 9 de setembro de 1954.

¹²⁰ Cf. Os tratores de Celso implantam o progresso. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 13 de setembro de 1954; Abertura de ruas e avenidas para os bairros e as vilas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de setembro de 1954.

do Paraguai; do São Geraldo F.C., no bairro do mesmo nome; um, na vila Futuro; do Clube Atlético do Calafate; do Itapetinga F.C., na Vila Canadá.¹²¹

Apresentada como “cartão de visitas” do que o candidato poderia fazer pela cidade e pelos seus bairros periféricos que, dentre outros, sofriam pela precariedade de suas vias não pavimentadas, deterioradas pela erosão e, muitas vezes, nunca finalizadas, a ação dos tratores de Celso Mello Azevedo era também oportunidade para diversos clubes varzeanos locais. Como tratado, em especial no capítulo 4, o esforço de autoconstrução de campos significava empreendimento custoso para as agremiações, que mobilizava grandes contingentes de membros ou trabalhadores pagos para, de maneira rústica, realizar intervenções que se prolongavam por meses. O acesso a um maquinário como o oferecido pelo político da *UDN* significava uma rara possibilidade de resolução de um dos mais candentes problemas do setor.

Apesar da solução pontual da demanda de alguns clubes durante sua campanha, a gestão de Celso Mello Azevedo, no geral, foi desfavorável ao futebol de várzea local. Sem identificação com o meio, ele acabou por relegá-lo, enfraquecendo o *Conselho Municipal de Esportes* e, até mesmo, criando uma instância concorrente como foi o *Conselho Municipal de Recreação Pública*. Um artigo assinado pelo cronista Foad Caram que, a exemplo de outros, teve passagem como diretor do *DFA*, acerca do ciclo eleitoral seguinte, apresenta uma visão interessante sobre a relação das agremiações com as oportunidades que se colocavam às vésperas das votações, de modo que será aqui transcrito na íntegra:

Futebol amador e as eleições

Aí está o plebiscito, clamando pela consciencia dos eleitores. Jornada cívica que estabelece o dever de votar e que conclamam o cidadão a um exame frio, ponderado, dos nomes que foram lançados, como candidatos, aos diversos postos eletivos. Dentre esses, muitos são de esportistas. Os clubes, os torcedores, estão, no momento, sofrendo a investida não só de candidatos tipicamente ligados ao seu meio mas, também, de elementos que somente agora se lembram de que esporte é eugenia, é vitalidade, é mocidade, aperfeiçoamento físico, moral e de formação. Dado o seu elevado número, à possível força que possa ter sobre seus jogadores, dirigentes e associados, os clubes amadoristas observam, tirando relativa vantagem, aos acenos de um possível prefeito, deputado ou vereador, com promessas, dádivas ou afirmativas. Entrementes, as agremiações são acusadas, via de regra, de exploração. Essa não é bem a verdade. Relegadas a um plano secundário, somente em épocas eleitorais é que conseguem dar-se a conhecer, para os homens que, em futuro proximo, estarão comandando a vida administrativa do Estado e do Município. Se há oferendas, aceita-as de bom grado, já que, quando pedem, nem sempre são atendidas. Este é, portanto, um período propício para os clubes. Representa a renovação de suas reservas financeiras, de sua estante de material esportivo, a

¹²¹ Os tratores de Celso rasgaram em poucos dias dez mil metros de ruas e vias de acesso. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7 e 13, 1º de outubro de 1954.

terraplanagem de seu campo de futebol, etc. – Há os que abusam, é certo. Clubes existem que, indiferentes à angústia moral, ao definhamento das reservas financeiras do candidato, á debacle econômica daquele que não venham a se eleger, lançar-se (*sic*), esfomeados, à presa que é relativamente fácil. Problemática a retribuição, em votos, de agremiações como estas, felizmente, em número relativamente diminuto. De qualquer forma, há um ponto a ponderar. Mais vale um gosto que dois vintens... embora sabendo iludido (ou não), os candidatos se satisfazem com as festas que proporcionam. De sua parte, os clubes satisfazem o seu anseio.¹²²

O artigo, que abre com uma ponderação sobre o que deveria se esperar, idealmente, de uma eleição, rapidamente apresenta um quadro em que candidatos e clubes envolvem-se em uma negociação própria do período eleitoral. De um lado, a demanda por materiais, melhorias da infraestrutura ou o financiamento de atividades; de outro, a expectativa de retribuição em votos, considerando-se a comunidade mobilizada pelas entidades amadoristas. Sem reduzir as entidades a meras vítimas de manipulação, o cronista reconhece suas intencionalidades e, até mesmo, destaca ocasiões em que as mesmas exploravam candidatos desavisados. No fim das contas, aponta para um jogo em que ambos os envolvidos mobilizavam as esperanças alheias. Algo que se coloca, contudo, é que a promessa de sufrágios envolve um favor precedente, concretizado no próprio momento da campanha eleitoral¹²³. Ante a presença de postulantes que não possuíam qualquer vínculo pregresso com o meio varzeano, os integrantes da associação buscavam conquistar benefícios imediatos e palpáveis, sem grandes ilusões de bônus futuros.

7.2.3 – *Um histórico com a várzea*

Os momentos eleitorais eram época propícia para candidatos buscarem a expansão de suas redes de apoio, especialmente entre as classes populares. Em busca do voto dos trabalhadores e dos bairros periféricos, os postulantes travavam entendimentos com grupos até então desconhecidos, por regiões da cidade nunca visitadas por eles. A presença de tantos forasteiros não passava despercebida nas áreas operárias da cidade, como relatado na coluna “Bar do Ponto”:

Escreve-nos um leitor, residente no Matadouro, dando-nos conta do bom humor que o preparativo eleitoral está levando áquela gente pobre e atazemada (*sic*) de problemas.

Na falta de remédio para os seus sofrimentos, ao menos divertimento estão dando áquela gente os candidatos. E de graça, mais cômoda alegria portanto do que a dos parques de diversões que por lá se armam.

¹²² CARAM, Foad. HOJE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 2º caderno, 1º de outubro de 1958.

¹²³ Cenário parecido é observado por William Foote White, no clássico “Sociedade de esquina”, quando identifica que os clubes das áreas empobrecidas de Boston demandavam contrapartidas prévias para que houvesse a realização do comício de um candidato nas áreas dominadas por eles. Cf. WHITE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

É que os candidatos voam, em enxame, sobre o bairro do Matadouro. O povo está cansado de ver ali cara nova, completamente desconhecida.

Mas logo a reconhece exatamente porque a desconhece de todo, é um candidato. Então, aos sábados, a onda aumenta.

Prometem maravilhas. Mostram-se revoltados com o abandono do bairro. Mas por isso mesmo é que eles estão ali: para reabilitação, construções, progresso.

E cada qual promete dúzias de melhoramentos. (...)

Curioso – acrescenta o leitor – é que o povo se diverte muito com esses “caras novas”, não acredita neles, mas não os desilude.

Apesar da vizinhança do Matadouro, não querem ser os magarefes das esperanças dos ingenuos candidatos, que se julgam espertos, garantindo á população o que não estão em condições de dar...¹²⁴

Como indica o leitor da coluna, a tentativa de estreitamento de laços às vésperas da eleição, com uma aproximação apressada dos candidatos junto aos grupos populares, como os moradores do bairro do Matadouro, atual bairro São Paulo¹²⁵, tenderia a ser uma iniciativa frustrada, alvo de críticas do eleitorado. Nessa perspectiva, considerando-se a já citada importância do voto das classes trabalhadoras urbanas nas eleições municipais, percebia-se, entre os postulantes à *Prefeitura*, um esforço para construção de uma imagem articulada com os interesses do proletariado local e das regiões mais periféricas, o que passava pela demonstração de relações de longa duração com variados segmentos da população da cidade.

A campanha municipal de 1958, também contou com quatro candidatos à *Prefeitura*: Renato Falci era o representante da ampla coligação encabeçada pelo *PSD* e a *UDN*, que contava com *PDC*, *PSB* e *PTN*¹²⁶; Amintas de Barros ia para sua terceira disputa, lançado por *PTB* e *PSP*¹²⁷, Nelson Thibau lançou-se pelo *PST*¹²⁸; e Davidson Pimenta Rocha pelo *PR*¹²⁹. Pela divulgação dos atos de campanha nas páginas do *Diário da Tarde*, percebia-se uma dinâmica eleitoral semelhante àquela das disputas anteriores, com a busca do voto popular, com muitas visitas aos bairros e a realização de pequenos comícios¹³⁰. Na mesma medida, o envolvimento dos clubes varzeanos era outra tendência que se afirmava, a exemplo da coroação da rainha do

¹²⁴ FELIX, Gato. BAR DO PONTO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 7 de agosto de 1954.

¹²⁵ Para informações sobre o bairro São Paulo, vide nota 49 do capítulo 4. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

¹²⁶ Cf. RENATO: “SEREI O CANDIDATO DAS VILAS, GOVERNANDO COM O POVO”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 12 de setembro de 1958.

¹²⁷ Cf. OBEDECENDO ORDENS DE JANGO PTB ESCOLHEU AMINTAS ONTEM. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 23 de agosto de 1958.

¹²⁸ Cf. NELSON THIBAU CONQUISTA OS ELEITORES PELA TV ITACOLOMI. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 17 de setembro de 1958.

¹²⁹ Cf. CAMPANHA DOS OUTROS, NÃO SEI; PR, SUCESSO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 1º de outubro de 1958.

¹³⁰ Cf. DE VILA EM VILA, RENATO NOS BRAÇOS DO POVO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 17 de setembro de 1958; DAVIDSON FALOU AO POVO NA VILA SALGADO FILHO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 19 de setembro de 1958; COMÍCIO-MONSTRO NO HORTO EM FAVOR DE AMINTAS E PADRE CLÓVIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de setembro de 1958.

*Alvorada F.C.*¹³¹, da presença do presidente do *Social E.C* em comício no bairro Aparecida¹³² e do comparecimento à sede do *Lusitânia E.C.*¹³³, todas ações do grupo de Amintas de Barros.

Em seu plano de ação, com 24 metas, o veterano candidato petebista previa um tópico específico para o setor amadorista, com o compromisso de “16º) Construção de praças de esportes nas vilas”¹³⁴. As propostas de Amintas de Barros para a várzea local foram mais extensamente tratadas em entrevista que concedeu a “Matista”, cronista esportivo com larga relação com o futebol popular¹³⁵. O mesmo jornalista conversou com outro postulante naquela mesma eleição, Nelson Thibau, que, igualmente, apresentou suas medidas para o tema¹³⁶.

A construção da vinculação dos candidatos com os setores populares, ainda que buscada por todos, não era algo que se construía sem a existência de um lastro, sob riscos de se cair no ridículo protagonizado pelos políticos neófitos que visitavam a Vila Matadouro, como citado na coluna “Bar do Ponto”. Nessa perspectiva, era importante para os candidatos poder ostentar uma trajetória que demonstrasse ligações sólidas com as classes trabalhadoras e suas formas de organização. Tal esforço parecia orientar a ação de Amintas de Barros desde sua participação na campanha municipal de 1950, como evidencia publicação de seu grupo:

AMINTAS DE BARROS – UM HOMEM DO POVO

O candidato a prefeito, indicado anteontem, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, sr. Amintas de Barros, é inegavelmente uma das figuras mais populares de Belo Horizonte. Nascido na zona da Mata, de origem modesta, fez seus primeiros estudos em sua terra natal e o curso ginasial na cidade de Leopoldina. Formou-se em direito em Belo Horizonte. Tomou parte acentuada na campanha da Aliança Liberal. Desde 1931, vem sendo eleito sucessivamente presidente de honra de diversos clubes amadoristas, associações de classe, instituições de beneficência, prestando a todas essas entidades a mais decidida colaboração.¹³⁷

Além de apresentar dados biográficos de sua origem, de sua formação e do início da sua atuação política, a publicação da campanha de Amintas de Barros enfatizava, já no primeiro parágrafo, a sua vinculação com entidades esportivas e de trabalhadores. A longa trajetória do candidato junto a essas associações apresentava-se como tão relevante quanto sua adesão de

¹³¹ Cf. EMPOLGA A CIDADE O PLANO-PROGRAMA DE AMINTAS E PADRE CLOVIS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 23 de setembro de 1958.

¹³² Cf. Os comícios de Amintas de Barros refletem a disposição do povo para as eleições de 3 de outubro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 25 de setembro de 1958.

¹³³ Cf. “TEREI AO MEU LADO SOMENTE TÉCNICOS E HOMENS CAPAZES”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 26 de setembro de 1958.

¹³⁴ Já elaborado o programa administrativo de Amintas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 17 de setembro de 1958.

¹³⁵ Cf. Amintas, grande plano para reabilitar o amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 16 de setembro de 1958.

¹³⁶ Cf. NELSON THIBAU CONHECE OS PROBLEMAS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 23 de setembro de 1958.

¹³⁷ AMINTAS DE BARROS – UM HOMEM DO POVO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 8 de setembro de 1950.

primeira hora ao Getulismo, com a participação na Aliança Liberal. Naquela mesma eleição, em comunicado direto aos esportistas ressaltava “votai em quem jamais vos abandonou, mesmo antes da política (...)”¹³⁸. A aproximação do postulante com a várzea foi retomada na entrevista concedida a Matista: “Respondo sua 1ª pergunta dizendo que sou da Varzea há 20 anos, sou presidente de honra de vários clubes e sou Presidente da JDD (...)”¹³⁹.

Sobre a participação de Amintas de Barros à frente da *Junta Disciplinar Desportiva*, corte vinculada à *Federação Mineira de Futebol*, tratada no capítulo 1, sua escolha se deu por eleição, com a composição de lista na qual figuravam outras personalidades conhecidas do meio varzeano, como os cronistas Dilson Andrade Aquino, Foad Caram e Naeme Mansur, e dirigentes de clubes como Geraldo Bizzotto e Esmeraldo Botelho, todos citados anteriormente¹⁴⁰. O candidato a prefeito de 1958 era advogado de formação e assumiria a presidência do colegiado. Finalmente vencedor na disputa pelo comando da cidade, sua presença no tribunal viraria notícia:

Quinta-feira ultima, o sr. Amintas de Barros (Prefeito eleito) compareceu à sede do Departamento de Futebol Amador e presidiu a reunião da Junta Disciplinar Desportiva. Salientou, para a reportagem que embora Prefeito, não abandonará o posto de direção da côrte disciplinadora. Continuando como dantes, à frente dos trabalhos, como vem fazendo normalmente. Às quintas-feiras estará, religiosamente, presidindo as reuniões.

Não haverá pedido de licença ou demissão. Não vê nisso, o sr. Amintas de Barros, nenhum ato demagógico. Prefere não mudar o seu ritmo de vida e, para com o amadorismo, terá a mesma atitude de sempre.

Será, portanto, a primeira vez que a justiça desportiva, na Capital, se oriente por um presidente-prefeito. Inaugura o sr. Amintas de Barros essa tradição.

As reuniões da Junta, de agora em diante, deverão atrair, ainda mais, os esportistas. É claro que contarão, também, com a presença de elementos alheios ao esporte, mas desejosos de “uma palavrinha” com o Prefeito...¹⁴¹

Ao presidir as reuniões da *Junta Disciplinar Desportiva (JDD)*¹⁴², por mais de dois anos (1956-1959), Amintas de Barros teve a oportunidade de estar semanalmente na sede do *DFA* e travar contato com os integrantes dos clubes varzeanos. Nessa medida, o ex-vereador e candidato consolidava ainda mais seus vínculos com as agremiações de bairros, à espera da disputa de nova eleição. Apesar de sua promessa de continuidade, já em 1959, o prefeito eleito não mais compunha a *JDD*¹⁴³. Como se verá na próxima seção, sua vinculação com o meio amadorista não se converteu num governo favorável às agremiações, apesar das expectativas.

¹³⁸ ESPORTISTAS! *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 28 de setembro de 1950.

¹³⁹ Amintas, grande plano para reabilitar o amadorismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 16 de setembro de 1958.

¹⁴⁰ Cf. Os eleitos para a Junta Disciplinar. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 28 de julho de 1956.

¹⁴¹ Amintas não deixará a Junta Disciplinar Desportiva. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 15 de outubro de 1958.

¹⁴² Como indicado no capítulo 1, a *JDD* tratava-se da corte dedicada ao amadorismo, uma vez que casos do futebol profissional eram examinados pelo *Tribunal de Justiça Desportiva*, também vinculado à *FMF*, mas considerado instância superior.

¹⁴³ Cf. NA ADMINISTRAÇÃO VEIGA LIMA FOI RESTABELECIDO O PRESTÍGIO DO DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4 e 6, 3º caderno, 12 de dezembro de 1959.

O esforço de construção de uma história com a várzea local também marcava a trajetória dos principais postulantes ao cargo de prefeito que se envolveram nas eleições municipais de 1962. Nessa votação, duas candidaturas de destacaram e polarizavam a disputa: de um lado, o empresário Nilton Veloso, ex-vereador, integrante da coligação encabeçada pela *UDN*¹⁴⁴, do outro, o deputado estadual pelo *PR*, Jorge Carone Filho¹⁴⁵. A exemplo das contendas anteriores, a divulgação das campanhas evocava recorrentemente a presença dos concorrentes pelos bairros, como demonstração de sua penetração popular¹⁴⁶. Uma inovação era representada pela incorporação da linguagem publicitária, com a alternância entre inserções noticiosas, que exaltavam as campanhas, com conteúdos de impacto visual mais imediato e mensagens diretas, a exemplo da peça abaixo usada pela campanha udenista:



Figura 35 – Peça publicitária da campanha de Nilton Veloso, 1962. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 13, 17 de setembro de 1962.

¹⁴⁴ Cf. AFIRMA-SE CADA VEZ MAIS A VITÓRIA DE NYLTON VELOSO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 27 de setembro de 1962; Verbete biográfico VELOSO, Nilton, DHBB/CPDOC, disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/veloso-nilton>, acesso em 17 de janeiro de 2021.

¹⁴⁵ Cf. VILAS E BAIRROS RECEBEM CARONE COM ENTUSIASMO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 31 de agosto de 1962; Verbete biográfico CARONE, Jorge, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-carone-filho>, acesso em 17 de janeiro de 2021.

¹⁴⁶ Cf. Moradores de cinco bairros acolheram Nylton Veloso com grande entusiasmo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 11 de setembro de 1962; VILAS E BAIRROS RECEBEM CARONE COM ENTUSIASMO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 31 de agosto de 1962.

Uma imagem simples e uma mensagem direta marcam a formulação da peça. Na fotografia, uma criança veste camisa e calça dobrada até os joelhos. Descalça chuta uma bola de couro, uma cena referente ao jogo de bola pelos garotos nas ruas de vários bairros. A mensagem identifica um menino padrão, “José”, de 12 anos, que, na falta de um espaço apropriado, pratica o futebol na via em frente à sua casa. A inserção aponta para a necessidade de construção de parques recreativos pela cidade, proposta similar à encampada por Celso Mello Azevedo (1955-1959), também da *UDN*, quando prefeito, e que se articulava aos novos modelos de urbanização dos bairros tratados nos capítulos 5 e 6.

Se, por um lado, visava responder às demandas de espaços de lazer nos bairros da zona sul e nos suburbanos com a criação de parques recreativos, Nilton Veloso¹⁴⁷ também mantinha entendimentos com as agremiações varzeanas, cujos dirigentes compunham os palanques de seus comícios¹⁴⁸ ou cujos membros participavam de desfiles em apoio ao candidato¹⁴⁹. Sua aproximação com os clubes amadoristas era fruto de uma longa relação que remonta ao período em que foi vereador (1947-1951) e que, a exemplo daquela mantida por Amintas de Barros, era visibilizada pela recepção de homenagens em festivais¹⁵⁰ ou por postos de presidente de honra¹⁵¹.

No caso de seu principal adversário, o perrista Jorge Carone Filho, a aproximação do meio varzeano tinha se dado recentemente. Originário da cidade de Visconde do Rio Branco, da qual fora prefeito entre 1955 e 1959, era um político recém-chegado à capital, após eleito deputado estadual, em 1958¹⁵². Foi por meio desse mandato legislativo que ganhou projeção a partir de importante projeto esportivo do período: a construção do estádio do Mineirão¹⁵³, assim como costurou uma conexão com o setor amadorista local, como noticiou o *Diário da Tarde*:

¹⁴⁷ A grafia do nome do político variou bastante ao longo dos anos, aqui será adotado o formato presente nos dicionários biográficos. Cf. Verbetes biográficos VELOSO, Nilton, DHBB/CPDOC, disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/veloso-nilton>, acesso em 17 de janeiro de 2021.

¹⁴⁸ Cf. Empolga toda a cidade o apoio dos belorizontinos a Nilton Velloso. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 11 de setembro de 1962; Moradores de cinco bairros acolheram Nilton Velloso com grande entusiasmo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 2º caderno, 11 de setembro de 1962.

¹⁴⁹ Cf. APOTEÓTICA RECEPÇÃO A NYLTON VELLOSO EM SANTO ANDRÉ. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 24 de setembro de 1962; Comício da cidade, amanhã, consagrará Nilton Velloso, **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 28 de setembro de 1962.

¹⁵⁰ Cf. O aniversário do Santanense. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 7 de maio de 1949; O VIGESIMO ANIVERSARIO DO PARQUE RIACHUELO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 28 de maio de 1949.

¹⁵¹ Cf. O Santanense, um dos clubes modelos do nosso amadorismo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 8 de janeiro de 1949; Novo clube amadorista. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 1º de abril de 1949.

¹⁵² Cf. Verbetes biográficos CARONE, Jorge, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-carone-filho>, acesso em 17 de janeiro de 2021.

¹⁵³ Jorge Carone foi autor do projeto que originou a lei que viabilizou recursos da *Loteria do Estado* para a realização da obra. Cf. MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 1.947**, de 13 de agosto de 1959. Dispõe sobre a construção de um estádio em Belo Horizonte, para a prática do futebol e atletismo, e contém outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-1947-1959-minas-gerais-dispoe-sobre-a-construcao-de-um-estadio-em-belo-horizonte-para-a-pratica-do-futebol-e-atletismo-e-contem-outras-providencias>

A emancipação da varzea está bem próxima. O projeto do deputado Jorge Carone, transformado em lei pelo Governador Bias Fortes, canalizará, a partir de julho vindouro, mais de Cr\$ 3.000.000,00¹⁵⁴ por ano. Esta apreciável soma, destinada exclusivamente para a construção de “estádinhos” nos bairros da cidade, sem dúvida, contribuirá de maneira decisiva para o maior desenvolvimento do futebol amador. De há muito se fazia sentir uma iniciativa desse quilate. Entretanto, a natureza paupérrima da varzea, jamais chamou a atenção do Poder legislativo. Foi preciso que o “Deputado dos Esportes”, autor da emancipação do profissionalismo mineiro com a criação do Estádio Estadual, vencida a sua primeira meta, chamasse a atenção da Assembléia Legislativa, com outra proposição de lei de tamanha ou maior significação da primeira, porquanto era necessário criar o alicerce, no caso a varzea, para dar cobertura as imposições de progresso que advirão por certo, do profissionalismo. (...)

A nossa reportagem, conhecendo o empenho com que se bateu o deputado Jorge Carone, procurou se inteirar dos motivos que levaram o representante de Rio Branco a dedicar-se também na solução dos problemas varzeanos.

– “Poderiam os amadoristas tirar proveito das verbas oriundas do meu projeto de construção do Estádio Estadual. Todavia, desconhecendo as suas possibilidades, perderam a grande chance. Porém, a atual administração do Departamento de Futebol Amador, acompanhada dos jornalistas que fazem a cobertura de seu setor – DIÁRIO DA TARDE, Rádio Inconfidência e o Diário, e, ainda, do ex-diretor Antonio Viçoso Dias, fizeram-me ver a necessidade de auxílio dos pequenos clubes, inteiramente abandonados e sem recursos. Com clareza foi narrado o principal problema: campo para a prática do futebol. Dos oitenta clubes filiados, pouco mais de 30 possuem campos, todos construídos em terrenos particulares, salvo o do Inconfidência. (...)”¹⁵⁵

Como destacou a reportagem de Naeme Mansur, Jorge Carone, ainda referido como um político de [Visconde do] Rio Branco, ganhava notoriedade como o “deputado dos esportes” pelo projeto que viabilizava a construção do estádio estadual, entendido como a emancipação do profissionalismo, o qual, como tratado no capítulo 1, vivenciava dificuldades para estabelecer um mercado do espetáculo que garantisse fluxo de renda adequado. No caso do meio varzeano, tal como apresentado por membros do DFA e por jornalistas dedicados à sua cobertura, a falta de campos era o grande desafio enfrentado. Para tanto, o parlamentar propôs um projeto de lei que previa a cobrança de Cr\$1,00 a cada ingresso vendido nas partidas de futebol, o qual seria repassado ao *Departamento de Futebol Amador*¹⁵⁶.

Já na tramitação do projeto de lei, Jorge Carone foi alvo de homenagens capitaneadas pelo DFA e com a participação das 80 entidades filiadas¹⁵⁷. Sua presença se tornaria corrente

¹⁵⁴ Valor correspondente a 500 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto nº 45.106-A**, de 24 de dezembro de 1958. Altera a tabela de salário-mínimo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-45106-a-24-dezembro-1958-384179-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁵⁵ MANSUR, Naeme. EMANCIPAÇÃO DA VARZEA À VISTA: PROJETO CARONE ENTRA EM VIGOR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 13, 2º caderno, 2ª edição, 30 de maio de 1960.

¹⁵⁶ Cf. Profissionalismo (*sic*) Auxilia a Varzea: Mais de Cr\$ 80 Mil. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 4º caderno, 2ª edição, 5 de setembro de 1960.

¹⁵⁷ Cf. FUTEBOL AMADOR VAI HOMENAGEAR DEP. CARONE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 2º caderno, 2ª edição, 13 de junho de 1960.

em eventos da entidade dirigente amadorista¹⁵⁸. Apesar das expectativas, os repasses foram bem mais baixos que o esperado. Em 1960, somaram Cr\$100 mil, e não foram aplicados na construção de campos, mas sim na instalação de um gabinete dentário para os atletas¹⁵⁹. Nos anos posteriores, não houve notícias de que a verba continuou a ser recolhida.

Mesmo com a pouca efetividade do projeto de Jorge Carone para a várzea, o nome do deputado repercutiu no meio amadorista, tornando-se figura reconhecida como aliado dos clubes, um grande feito para um recém-chegado. A reverberação de uma proposta dependia da capacidade de articulação dos políticos para construir essa identificação com as agremiações varzeanas e se fazer reconhecer como parte do setor. Na mesma eleição de 1962, um postulante corria por fora, era o jornalista José Maria Rabelo. Vinculado a um partido de menor expressão, o *PSB*, ele se notabilizara por sua atuação no jornal *Binômio*, do qual era proprietário, e apresentava-se como o representante dos movimentos urbanos, inclusive contando com o apoio declarado da *Federação de Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH)*¹⁶⁰.

A exemplo de outros candidatos, José Maria Rabelo mantinha visitas às sedes das agremiações varzenas¹⁶¹, ocasião na qual “anunciou que um dos seus primeiros atos na Prefeitura será a desapropriação de todos os terrenos onde haja um campo de futebol”¹⁶². Como citado por ocasião da formulação do projeto de lei do concorrente e vencedor das eleições para prefeito de 1962, Jorge Carone, o pouco número de campos, a maioria em terrenos particulares, era um dos principais problemas enfrentados pelas entidades amadoristas. O fato de estarem em áreas que futuramente seriam convertidas em loteamentos, tema tratado no capítulo 5, seria combatido pelo jornalista do *Binômio* com a desapropriação dos espaços. Mas, em que pesem a profundidade e a abrangência de sua proposta, o emissor não gozava do mesmo respaldo entre integrantes das equipes e dos cronistas esportivos, de modo que seu plano pouco ressoou no meio varzeano.

Ao longo das eleições municipais do período democrático (1945-1964), o tema do futebol de várzea se fez presente. As relações entre os candidatos e as agremiações iam desde um jogo de trocas materiais e simbólicas, com a busca da resolução de problemas mais imediatos, até a reafirmação de laços construídos ao longo de anos de aproximação. Vale examinar, agora, como essa articulação se realizava para além dos momentos de votação.

¹⁵⁸ Cf. HOMENAGEADO ANTÔNIO VIÇOSO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 3º caderno, 2ª edição, 8 de agosto de 1960.

¹⁵⁹ Cf. VÁRZEA NÃO TEM DOR DE DENTE: O QUE PRECISA É SER ASSISTIDA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 2º caderno, 3 de outubro de 1960.

¹⁶⁰ Cf. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “*Trabalhadores favelados*”: o processo de identificação das favelas e os movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014, p. 267.

¹⁶¹ Cf. NOTÍCIAS DE JOSÉ MARIA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 29 de setembro de 1962, p. 7.

¹⁶² *Idem*.

7.3 – A política cotidiana e a várzea

O exame das relações estabelecidas entre os clubes varzeanos e as candidaturas à *Prefeitura de Belo Horizonte* ao longo do período democrático (1945-1964) aponta para uma aproximação entre aquele grupo de desportistas e as forças políticas locais e, mais do que isso, indica a necessidade de ostentação dessa articulação como demonstração da abrangência popular das campanhas e dos respectivos postulantes ao Executivo Municipal. Faz-se importante, contudo, compreender como essas conexões se desenvolviam fora do momento eleitoral. É possível identificar a continuidade ou a reorganização das redes de apoio ao longo dos anos ou todos esses movimentos eram pontuais, próprios das épocas de votação?

Tal questão dialoga com a percepção compartilhada pelo senso comum acerca do futebol amador em grandes centros brasileiros como formado por um grupo pouco articulado e despolitizado que, em períodos de eleição, cede apoio ao primeiro candidato que lhes oferece um jogo de camisas ou qualquer outro material esportivo. Como tratado anteriormente, a necessidade de afirmação pelos candidatos de um histórico com a várzea oferece indícios do contrário. Mas há mais evidências que permitam perceber essa relação e suas dinâmicas ao longo do tempo, de modo a relativizar a leitura da troca oportunista de favores por votos?

Para compreender melhor o problema, recorre-se a estudos recentes dos campos da História, da Antropologia e da Sociologia que apontam chaves de análise importantes para o enquadramento do tema. Uma leitura pautada no tradicional debate populista brasileiro tenderia a enxergar nesse fenômeno mais uma constatação de relações de manipulação que marcaram o período. Como defendido por Jorge Ferreira¹⁶³, essa noção era um dos elementos do tripé conceitual de interpretações que tiveram em Francisco Weffort seu principal autor¹⁶⁴. Tal perspectiva, contudo, recebeu uma série de críticas nas últimas décadas que pretendeu reposicionar o debate, em especial sob o ponto de vista das classes trabalhadoras¹⁶⁵.

Investigações ainda mais recentes têm ressaltado a necessidade de compreensão dessas relações políticas não como meras ações pontuais em tempos de votação, mas como parte de uma rede dinâmica e duradoura de vínculos entre moradores de bairros periféricos das grandes cidades e líderes municipais e estaduais. Tais debates reposicionam as interpretações do sucesso eleitoral de governantes com base em uma personalidade carismática, ao indicar

¹⁶³ Cf. Ferreira, Jorge. O nome e a coisa: O populismo na política brasileira. In: FERREIRA, 2001, p. 84.

¹⁶⁴ Cf. GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, 2001, p. 29.

¹⁶⁵ Cf. GOMES, 2005; FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo; São Caetano do Sul: Editora HUCITEC; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995; SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, 2001, p. 205-271.

conexões muito mais palpáveis a partir de entidades comunitárias de variadas naturezas, a exemplo de comitês partidários e associações de bairro, recreativas, culturais e desportivas¹⁶⁶.

Do mesmo modo, a mobilização de conceitos como os de “clientelismo” e “patronagem” levaria à compreensão do fenômeno como mais uma expressão da fórmula da mera concessão de favores por votos, como se consolidou em boa parte do debate nacional e internacional sobre tema¹⁶⁷. A leitura tradicional do fenômeno, que parte do pressuposto de um desenvolvimento linear das democracias pelo mundo, tem sido colocada em xeque, por exemplo, quando se examinam experiências recentes de países africanos, nos quais relações de reciprocidade se mostram importantes para a articulação entre a lógica eleitoral e as formas tradicionais de interação das populações com os líderes locais, baseadas em trocas materiais e simbólicas¹⁶⁸.

Apesar da percepção das eleições como um tempo forte das relações políticas¹⁶⁹, uma série de estudos antropológicos se dedicou a examinar tais práticas para além desse período¹⁷⁰, observando a existência de várias temporalidades, conectadas aos diferentes níveis de envolvimento dos atores sociais¹⁷¹. Como destaca o antropólogo Marcos Otávio Bezerra em relação a estudos que não tratam o clientelismo propriamente como fato sociológico, mas como mero desvio do sistema democrático,

a dimensão propriamente sociológica dessas trocas é deixada de lado. Assim, as mediações necessárias para que os benefícios sejam concedidos e os votos obtidos não chegam a ser examinados. **Entre outros aspectos, não é levado em conta o intervalo de tempo que existe entre a concessão dos favores ou benefício público e os votos**, por conseguinte, as práticas — como as que são responsáveis pela demonstração de interesse na continuidade da relação (correspondências, pequenos favores, visitas etc.) — que se interpõem entre estes atos¹⁷². (grifo nosso)

¹⁶⁶ Cf. DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 85-122, 2004; DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimento no bairro da Mooca (1942-1973)**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002; FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008; LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

¹⁶⁷ Cf. CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 130-153; COMBES, Hélène. ¿Dónde estamos con el estudio del clientelismo? *Revista Desacatos*, Dossiê saberes y razones, Ciudad de México, México, n. 36, p. 13-32, 2011.

¹⁶⁸ Cf. BANÉNGAS, Richard. Clientelismo electoral y subjetivación política en África. Reflexiones a partir del caso de Benín. *Revista Desacatos*, Dossiê saberes y razones, Ciudad de México, México, n. 36, p. 33-48, 2011; MANIRAKIZA, Désiré. Football amateur au Cameroun: entre clientélisme politique et échanges mutuels. *Politique africaine*, Paris, França, n. 118, p. 103-122, 2010/2.

¹⁶⁹ Cf. PALMEIRA; HEREDIA, 2010.

¹⁷⁰ Cf. KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 227-250, 1999.

¹⁷¹ Cf. GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 120-121.

¹⁷² BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999, p. 17.

Exames recentes do contexto contemporâneo argentino têm contribuído para uma crítica ao conceito de clientelismo, com investigações que partem do esforço dos pesquisadores para realizar uma imersão nas comunidades ou nos grupos que estabelecem esses tipos de interações¹⁷³. Entre os estudos, destaca-se o de Javier Auyero, que aponta para novas possibilidades interpretativas. Como indica o autor para o caso das relações entre líderes locais peronistas e a comunidade de um bairro da periferia da grande Buenos Aires:

A “troca de favores por votos” no centro da noção de clientelismo político não representa adequadamente a realidade muito mais complexa de relações duradouras, narrativas e identidades que são construídas no funcionamento diário dos círculos íntimos. A escolha do desusado termo “resolução de problemas mediante intervenção política personalizada” não tenta anular a análise do controle político que a distribuição de favores, bens e serviços promove (e que a noção de clientelismo político acentua). Pelo contrário, é na afluência de tentativas das elites políticas de controlar os setores populares e as estratégias que esses adotam para resolver seus problemas que os aspectos mais interessantes da reprodução e das transformações dessa ordem política acontecem¹⁷⁴. (tradução do autor)

Ao adotar a categoria “resolução de problemas mediante intervenção política personalizada”, o sociólogo argentino ressalta aspectos omitidos pela usual interpretação clientelista, a exemplo das relações dinâmicas e duradouras estabelecidas entre lideranças e grupos a elas vinculados, dos aspectos simbólicos e não meramente utilitários dessas interações, bem como do grau de agência das classes populares. Essas, mesmo que em posição subalterna, são capazes de incidir sobre a atuação dos potentados com vistas ao atendimento de suas demandas, não sendo meras vítimas de uma manipulação que acontece à sua revelia.

Tendo em vista o debate sobre relações de poder entre os grupos políticos institucionalizados com intenções eleitorais e as classes populares urbanas, compreende-se que a adoção de uma perspectiva centrada nas formas de organização e de efetivo desenvolvimento dessas interações na busca da resolução de problemas e no atendimento de demandas se mostra mais profícua para a análise dos dados que se apresentam. Ao se partir da noção de uma rede que se estrutura para além do momento do pleito, cabe investigar se é possível encontrar indícios de articulações que se prolongavam no tempo e pensar de que maneira, no contexto do futebol de várzea, esses laços eram cultivados. Por fim, deve-se tentar identificar a agência dos atores integrantes das agremiações esportivas no estabelecimento dessas interações, percebendo-os como participantes ativos dos processos, e não meros alvos de manipulação.

¹⁷³ Cf. AUYERO, Javier. **La política de los pobres**: las prácticas clientelistas del peronismo. Buenos Aires: Manantial, 2012; OSSONA, Jorge Luis. **Punteros, malandras e porongas**: ocupación de tierras y usos políticos de la pobreza. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014; VOMMARO, Gabriel e QUIRÓS, Julieta. “Usted vino por su propia decisión”: repensar el clientelismo em clave etnográfica. **Revista Desacatos**, Dossiê saberes y razones, Ciudad de México, México, n. 36, 2011, p. 65-84.

¹⁷⁴ AUYERO, 2012, p. 230-231.

7.3.1 – Em busca da resolução de problemas

O presente capítulo inicia-se com a citação de uma coluna do *Diário da Tarde* acerca da suspensão do campeonato do DFA em função do período eleitoral e da realização de diversas atividades dos clubes ligadas às votações, em especial os chamados “festivais politico esportivos”. Tal qualificação dava a entender que apenas naqueles momentos específicos as celebrações varzeanas envolviam-se na concorrência partidária, ao demonstrar apoio a lideranças locais e com elas firmar vínculos¹⁷⁵. Contudo, ao se observar o calendário de partidas em fins de semana e as práticas próprias de uma *cultura esportiva popular*, identifica-se a presença de tais manifestações ao longo de todos os anos, nos diferentes formatos de competição.

Durante sessões solenes¹⁷⁶, concursos de rainhas¹⁷⁷, promoções de excursões¹⁷⁸ e realizações de torneios avulsos¹⁷⁹ a conferência de homenagens a figuras do mundo político era uma constante. A nomeação simbólica de ocupantes de cargos públicos como presidentes de honra das entidades também era recorrente¹⁸⁰, a exemplo dos casos citados por candidatos a prefeito e segundo tendência observada em associações de bairro¹⁸¹. Era nos festivais esportivos, contudo, que a construção das redes de apoio das agremiações varzeanas se tornava mais visível.

Como indicado pelo esforço dos candidatos a prefeito para demonstrar uma longa proximidade dos clubes amadoristas, havia a tendência de manutenção de relações duradouras com algumas figuras políticas que se consolidariam como benfeitores das associações, merecendo seu reconhecimento. Essas ligações, contudo, eram passíveis de rearranjos conforme a dinâmica local e as possibilidades oferecidas pelos representantes partidários para a resolução dos problemas atinentes às agremiações varzeanas¹⁸². Foi o que se viu, por exemplo, após a eleição de Américo Renê Giannetti, em 1950.

A gestão de tal prefeito teve uma atuação destacada na construção e manutenção de campos de várzea, com o atendimento a dezenas de agremiações na primeira metade dos anos 1950, como tratado no início do capítulo. Nesse sentido, é interessante notar a coincidência

¹⁷⁵ Um exame de vínculos políticos entre clubes de Florianópolis e lideranças locais pode ser conferido em: LUZ, Rogério Silva. **Futebol e política**: um estudo do clientelismo político em Florianópolis-SC (1946 a 1964). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2000.

¹⁷⁶ Cf. NOTAS DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 8 de setembro de 1955.

¹⁷⁷ Cf. A ESCOLHA DA RAINHA DO FLUMINENSE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 5 de outubro de 1949.

¹⁷⁸ Cf. Vai excursionar o Imprensa Oficial. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 28 de julho de 1950.

¹⁷⁹ Cf. QUADRANGULAR “AMINTAS DE BARROS”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 2º caderno, 5 de junho de 1961.

¹⁸⁰ Cf. Roial E.C, uma agremiação que surgiu para vencer. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 14 de outubro de 1949; Empossada a nova diretoria do Atlético Suburbano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 14 de junho de 1951; Soerguimento – objetivo da nova diretoria do Santa Teresa. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 2ª edição, 26 de janeiro de 1959.

¹⁸¹ Cf. Comitê Pró-Melhoramento da Vila Nossa Senhora da Aparecida. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 15 de março de 1951.

¹⁸² Dinâmica semelhante foi observada entre entidades de trabalhadores e de bairro em São Paulo, que registraram a crescente associação à figura de Jânio Quadros pelo reconhecimento de sua capacidade de resolver problemas locais e de estabelecer boas relações com as lideranças comunitárias. Cf. DUARTE; FONTES, 2004.

entre os clubes beneficiados e a oferta de posições de destaque ao novo mandatário da cidade. Foi esse o caso do *América Suburbano*, cujo campo recebeu melhoramentos em 1951¹⁸³, mesma data em que escolheu Américo Renê Giannetti para o posto de presidente de honra¹⁸⁴ e lhe teve como o principal homenageado em seu festival de aniversário¹⁸⁵. Casos que se repetiram com o *Pitangui*¹⁸⁶ e o *Inconfidência*¹⁸⁷. Difícil afirmar o que veio primeiro, se a distinção do político pelas entidades ou o compromisso de melhoria dos espaços de jogos, ou, ainda, um acordo anterior, durante o período eleitoral.

Pode-se identificar, contudo, a produção de rearranjos pós-votação, a exemplo do que se deu com o *Tremedal*. No pleito de 1950, por mais de uma vez a tradicional agremiação do bairro Carlos Prates demonstrou afinidade com a campanha do PSD e com o candidato coligado ao partido, Heráclito Mourão de Miranda¹⁸⁸, o qual, vale lembrar, era apoiado pelo então prefeito Otacílio Negrão de Lima. Tal situação não impediria que, no ano seguinte, o mesmo clube escolhesse, durante a comemoração de seu aniversário, Américo Renê Giannetti, da UDN, como um dos principais homenageados¹⁸⁹.

Sem restringir a escolha dos políticos laureados a essas questões apenas, vale lembrar que no mandato de Otacílio Negrão de Lima, o *Tremedal* foi um dos clubes escolhidos para receber a subvenção da *Prefeitura* para migrar para o profissionalismo, proposta que não se concretizaria, como tratado no início deste capítulo. Por sua vez, na gestão de Américo Renê Giannetti, já em 1951, essa equipe foi uma das que teve seu campo beneficiado pela *Municipalidade*¹⁹⁰. Nessa medida, as vantagens encontradas na nova administração, ajudam a compreender a incorporação do prefeito udenista ao rol de homenageados, que nem por isso deixaria de fora o pesedista Juscelino Kubitschek, à época governador de Minas Gerais.

Assim como o *Tremedal*, outras agremiações que tiveram seus campos beneficiados no primeiro ano de gestão de Américo Renê Giannetti declararam apoio a outros candidatos nas eleições de 1950, a exemplo do *Vasco da Gama*¹⁹¹ que realizou festival em honra de Bento

¹⁸³ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1951**, p. 100.

¹⁸⁴ Cf. O América Suburbano comemorou condignamente o seu aniversário. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 3 de janeiro de 1951.

¹⁸⁵ Cf. Colunas amadoristas. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 27 de fevereiro de 1951.

¹⁸⁶ Cf. O Pitangui tem nova diretoria. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 16 de fevereiro de 1951; COMEMORAÇÕES DO PITANGUI. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 26 de maio de 1951.

¹⁸⁷ Cf. ATRAENTE FESTIVAL DO INCONFIDÊNCIA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 6 de janeiro de 1951.

¹⁸⁸ Cf. HOMENAGENS DOS ESPORTISTAS AOS CANDIDATOS DA CIDADE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 14 de setembro de 1950; REESTRUTURADO O DIRETORIO DO P.S.D. DE CARLOS PRATES. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 15 de setembro de 1950.

¹⁸⁹ Cf. SERÁ COMEMORADO CONDIGNAMENTE O ANIVERSARIO DO TREMEDAL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 6 de setembro de 1951.

¹⁹⁰ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1951**, p. 100.

¹⁹¹ Cf. O Vasco da Gama homenageará os candidatos do povo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 23 de setembro de 1950.

Gonçalves, ou do *Matadouro F.C.*¹⁹², cujos membros anunciaram a opção de votação no mesmo postulante. Indicações de que a partir do desenho político que se sucedia às eleições, novos arranjos poderiam ser feitos em busca da resolução de problemas dos clubes¹⁹³.

Ainda que em menor escala, tais articulações poderiam se estender ao governo estadual, que sem a mesma capacidade de resolução de problemas dos clubes varzeanos de Belo Horizonte, poderia atuar eventualmente, como ocorreu no caso de melhorias oferecidas à *A. E. Tupinambás*¹⁹⁴. O benefício teria relação com a proximidade entre o presidente da agremiação Luis Lima de Oliveira e Juscelino Kubitschek, então governador. Em entrevista, o filho do antigo dirigente informou que havia sido batizado por JK, que era seu padrinho¹⁹⁵. Além do vínculo pessoal, a agremiação realizava homenagens destinadas ao político, como no caso a seguir:

A escola receberá o nome de “Julia Kubitschek”, uma homenagem à progenitora do governador do Estado, sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira. No local destinado para a construção do prédio já se encontra a placa alusiva, inaugurada pelo presidente de honra do clube, o sr. Antonio Abrahão Caram. Os trabalhos de construção serão iniciados por esses próximos dias, tudo indicando que a escola “Julia Kubitschek” esteja em funcionamento muito em breve, para gaudir de todos os moradores da Vila Edgard Werneck.¹⁹⁶

A exemplo de outros clubes, como tratado no capítulo 4, a *A. E. Tupinambás* manteve uma escola primária, em cujo título homenageava o governador, ao evocar o nome de sua mãe, outra forma de expressão de reciprocidades entre os clubes varzeanos e os líderes políticos. Tal dinâmica também podia ser vista em relação a agremiações especializadas dos bairros, como foi o caso do *Orion Vôlei Clube* que laureou o prefeito Américo Renê Giannetti e os membros do *Conselho Municipal de Esporte* em sessão solene¹⁹⁷. Fato ocorrido no contexto de construção da praça de esportes da entidade pelo Executivo Municipal, obra qualificada, no relatório do prefeito, como “uma das mais modernas e de melhores instalações existentes”¹⁹⁸.

Não seria apenas com a ascensão de Américo Renê Giannetti que rearranjos nos vínculos entre os clubes e as figuras políticas seriam observados. Tentativas de aproximação dos prefeitos recém-eleitos por meio de homenagens foram uma constante, igualmente vistas

¹⁹² Cf. Jogadores e socios do Matadouro F.C. votarão em Bento Gonçalves. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 19 de setembro de 1950.

¹⁹³ Em pesquisa etnográfica junto a blocos afro de Ilhéus, Bahia, o antropólogo Márcio Goldman aponta para a ideia de vínculos políticos momentâneos, em atualização constante. Como se observa no episódio em que um dos grupos recebeu, para o Carnaval, camisetas com o nome de um futuro candidato, para o que entenderam que a propaganda do sujeito era contrapartida suficiente, o que os desobrigava de comprometerem seu voto nas próximas eleições. Cf. GOLDMAN, 2006, 129-130.

¹⁹⁴ Cf. O GOVERNADOR CONSTRÓI CAMPOS AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 6 setembro de 1951.

¹⁹⁵ Cf. OLIVEIRA, Belmontes de [65 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2016.

¹⁹⁶ Agremiação que amplia o seu conceito entre os esportistas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 31 de maio de 1951.

¹⁹⁷ Cf. HOMENAGEADO O PRESIDENTE DO ORION. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 7 de janeiro de 1954.

¹⁹⁸ BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Prestação de contas do Executivo Municipal relativa ao exercício de 1954*, p. 170.

durante as gestões de Celso Mello Azevedo¹⁹⁹, Amintas de Barros²⁰⁰ e Jorge Carone²⁰¹. Atentas às transformações da distribuição do poder na capital mineira, as associações amadoristas buscavam se reposicionar, o que também era influenciado por reorientações de lideranças e potentados locais, sobre os quais se falará mais detidamente no capítulo 8.

Na busca da resolução de seus problemas, notadamente a conquista e a conservação de um campo, as agremiações varzeanas aproximavam-se do poder público, ao qual recorriam também para viabilizar a cessão de um terreno onde pudessem manter seu espaço de jogo. Os integrantes do *E.C. Parque Vera Cruz*, por exemplo, organizaram “uma comissão de associados e diretores, os quais visitarão o governador do Estado e o Prefeito da capital”²⁰². Movimento semelhante seria feito pelas entidades do Carlos Prates, que sofriam com a escassez de canchas na região, apesar do grande número de equipes²⁰³. Ao se articularem dessa maneira, os clubes recorriam a um repertório de atuação muito semelhante ao observado entre as associações de bairro tratadas no capítulo 6.

A mobilização das agremiações fica evidenciada na série de pastas de arrendamento e de cessão de terrenos mantidas na *Diretoria Central de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte*. Como tratado nos capítulos 5 e 6, mas também abordado em citação no presente capítulo, as canchas dos clubes amadoristas até o final dos anos 1970, em sua maioria, estavam situadas em propriedades particulares, sendo uma minoria instalada em terras da Municipalidade.

Ainda assim, a exemplo do que faziam em relação aos especuladores imobiliários, notadamente Antônio Luciano, por meio da construtora *FAIAL*, as agremiações também viabilizavam acordos com a Municipalidade para a concessão provisória de terrenos onde pudessem manter os seus campos. Já no governo de Otacílio Negrão de Lima, *Pitangui*²⁰⁴ e *Terrestre*²⁰⁵, ambos do bairro da Lagoinha²⁰⁶, por exemplo, mantinham arrendamento de lote da *Prefeitura*, onde disputavam suas partidas.

Durante a gestão de Celso Mello Azevedo, a *Associação Atlético Cruzeiro do Sul*, clube do bairro Saudade²⁰⁷, então Vila Parque Cruzeiro do Sul, entrou com pedido na

¹⁹⁹ Cf. Amanhã, o festival do Recreio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 23 de junho de 1956.

²⁰⁰ Cf. Eldorado promoverá festival domingo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 2º caderno, 2ª edição, 23 de janeiro de 1961.

²⁰¹ Cf. Ferroviário protesta: boicotada sua entrada na “Copa Jorge Carone”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 25 de maio de 1963.

²⁰² Cf. Atividades do Parque Vera Cruz. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 21 de fevereiro de 1951.

²⁰³ Cf. CARAM, Foad. O AMADORISMO E SUAS COUSAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 15 de maio de 1957.

²⁰⁴ Cf. Pasta Pitangui Esporte Clube. Contrato de arrendamento de terreno entre a Prefeitura e o referido clube. Pasta nº 71-J. Diretoria Central de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte.

²⁰⁵ Cf. Pasta Terrestre Esporte Clube. Contrato de arrendamento de terreno entre a Prefeitura e o referido clube. Termo de rescisão de contrato de arrendamento. Pasta nº 71-K. Diretoria Central de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte.

²⁰⁶ Sobre o bairro da Lagoinha, vide nota 123 de capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

²⁰⁷ Para informações sobre o Saudade, vide nota 65 do capítulo 3. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

Prefeitura para a cessão do terreno localizado na região. Na carta que formalizava o pleito, a diretoria da agremiação varzeana descreveu as tratativas e as perspectivas do acordo:

Belo Horizonte, 7 de novembro de 1956 (...)

Senhores

1. Vimos pelo presente, solicitar-vos autorização para construção de um campo de futebol nos terrenos da Prefeitura, que ficam localizados na Vila Parque Cruzeiro do Sul, para a Associação Atlética Cruzeiro do Sul, agremiação esportiva que congrega os habitantes da referida Vila.

2. A Associação Atlética Cruzeiro do Sul, vem se batendo pela aquisição do campo de há muito, tendo vossa Exelencia (*sic*), sr. Prefeito, nos prometido fazer o campo e mesmo já visitado este terreno a que aludimos, mas até hoje a promessa não foi cumprida e estamos disposto (*sic*) a fazer o campo com os nossos próprios recursos, bastando apenas que nos autorize o início do serviço de terraplanagem.

3. Esperamos que os dignos homens públicos estejam de acordo com a nossa pretensão, já que é de conhecimento próprio a nossa finalidade, e queremos deixar claro que a qualquer momento que a Prefeitura necessitar do terreno ora solicitado por nós, não encontrará dificuldades por parte dos que dirigem a Associação, pois estamos imbuidos do melhor propósito em cooperar com Vossas Excelências, o que ficou provado na campanha eleitoral que os levaram às posições públicas, e, estamos certos de que estaremos firmes ao daqueles (*sic*) que vêm proporcionando e elevando o nível social e esportivo de nossa gente.

4. É desejo da Associação A. Cruzeiro do Sul, comemorar o seu próximo aniversário de fundação com um festival com a inauguração do campo, homenageando tão ilustres figuras, benfeitores do esporte amador nesta Capital.

5. Certos de que seremos atendidos nas nossas pretensões, agradecemos e confiamos desde já nas providências que há (*sic*) de vir no contato da Comissão designada pela ASSOCIAÇÃO ATLETICA CRUZEIRO DO SUL.

Saudações esportivas

José Armando Júnior

Presidente²⁰⁸

Em carta anterior, do mês de maio de 1956²⁰⁹, a direção do clube listava uma série de ofícios que já haviam sido encaminhados à gestão pregressa, de Américo Renê Giannetti. A carta do presidente da A. A. *Cruzeiro do Sul*, acima transcrita, evidencia as articulações da agremiação varzeana para a resolução do problema do campo e a mobilização de promessas de campanha do então prefeito para a viabilização do terreno que havia anos pleiteavam. A possibilidade de inauguração do campo durante o festival de aniversário da entidade, com a oferta de homenagens a Celso Mello Azevedo, surgia como barganha para aceleração do trâmite. Vale dizer que, ao final de 1957, a concessão provisória da área foi efetivada, com a consequente instalação do espaço de jogo do *Cruzeiro do Sul*²¹⁰.

²⁰⁸ Pasta Associação Atlética Cruzeiro do Sul. Pede autorização para assinar termo de compromisso. Pasta nº 71-K. Diretoria Central de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte.

²⁰⁹ Cf. *Idem*.

²¹⁰ Cf. *Idem*.

A exemplo do ressaltado na carta citada acima, outro clube, o *Santa Tereza*, havia sido alvo de promessa semelhante, do mesmo Celso Mello Azevedo, de construção de campo na sua região. Segundo dirigentes da agremiação o prefeito que “por diversas vezes visitou locais com intuito de determinar a construção ‘imediata’ de campo para o Santa Teresa, está faltando ao compromisso”²¹¹. Como a cobrança demonstra, aos anos que sucediam às eleições, cabia aos membros da entidade seguir acionando o poder municipal para a resolução do problema.

No que se refere a promessas da campanha e expectativas geradas entre as agremiações, talvez tenha sido o prefeito Amintas de Barros aquele que menos conseguiu realizar, levando-se em conta sua trajetória no meio amadorista e a sua proximidade de inúmeros clubes. Como citado anteriormente, ao longo de sua gestão, o *Conselho Municipal de Esportes* mostrou-se inoperante, sendo remontado já no ano final de seu mandato. No último ano de sua passagem pela *Prefeitura*, o político buscava melhorar sua imagem, como comentou a coluna “Notas da Várzea”:

Cogita o prefeito Amintas de Barros auxiliar, de maneira decisiva, a várzea de Belo Horizonte. Em sua plataforma, ainda na presidência da Junta Disciplinar Desportiva, cargo que ocupou por mais de 3 anos, demonstrara conhecedor profundo dos mínimos problemas do futebol amador. Todavia, apesar de seu interesse, por várias vezes demonstrado, a precária situação da Municipalidade não lhe ensejou meios para auxiliar àqueles que com êle conviveram os clubes amadoristas. Recuperando de maneira definitiva a situação financeira da Prefeitura, passou a execução de obras de maior urgência e inadiáveis. Agora, já em condições de amparar o pobre futebol de várzea, o sr. Amintas de Barros está tomando as providências necessárias para levar a cabo uma de suas plataformas de candidato. Além de autorizar reparos na maquinária especializada (tratores e planadeiras), medida que ensejará oportunidade de reconstruir e readaptar os campos amadores, está tomando providências para incluir no orçamento de 1962, um substancial auxílio aos 80 clubes amadoristas da cidade. Desse modo, prevê-se para o próximo ano, graças a boa vontade do prefeito Amintas de Barros, melhores dias para a sacrificada várzea da Capital.²¹²

Em um tom apaziguador, o colunista ressaltava toda a expectativa que se formara entre os clubes para com a atuação de Amintas de Barros como prefeito, dado o seu longo histórico de militância, em especial sua passagem pela *Junta Disciplinar Desportiva*. Após três anos de gestão sem qualquer resultado, o que se justificaria pela “precária situação da Municipalidade”, prometia-se uma ação abrangente para 1962, que envolveria a recuperação e construção de campos e a oferta de um auxílio pecuniário aos clubes. Como tratado no início do capítulo, apesar da divulgação da disponibilização de tratores para o *Conselho Municipal*

²¹¹ INTENSA CAMPANHA DE RECUPERAÇÃO: SANTA TERESA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 2ª edição, 9 de dezembro de 1957.

²¹² NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 21 de setembro de 1961.

de Esportes, as obras nos espaços de jogo não se iniciaram. A ajuda financeira, por outro lado, compôs o orçamento municipal, como será tratado no capítulo 8.

A concessão de pequenas verbas também poderia mobilizar os clubes, com solicitações diretas ao prefeito. É o que documenta a destinação de recursos eventuais a times, autorizados diretamente pelo mandatário municipal, a exemplo de “auxílio pecuniário de cr\$ 1.000,00²¹³ para uma excursão do BAMBA F.C. às vizinhas cidades de Vespasiano, Barreiro e Lagoa Santa”²¹⁴, equipe formada por garotos atendidos pelas “Obras Sociais e Missionárias Dominicanas”²¹⁵. Ou do “auxílio financeiro concedido pela Prefeitura, para uma excursão do ‘Diários Associados E.C.’ até a cidade de Nova Era, onde realizará no dia 14 deste, uma peleja amistosa com o Comercial Futebol Clube, campeão daquela cidade”²¹⁶. Nesse episódio, o recurso se originou de solicitação via carta endereçada a Américo Renê Giannetti, o qual totalizou Cr\$2.000,00²¹⁷, o dobro daquele recebido no mesmo ano pelo *Bamba F.C.*.

Foi ainda o caso do *Terrestre*, que devido à sua situação financeira, pleiteou “o auxílio de Cr\$5.000,00 para aluguel de nossa Sede Social”²¹⁸. Tal recurso foi disponibilizado pelo prefeito, depois de um parecer favorável do setor financeiro, que sugeria a inclusão da verba na rubrica de auxílios diversos.

A partir das diferentes articulações citadas, pode-se notar que agremiações varzeanas ou mesmo equipes pontuais, recorrentemente, mobilizavam-se para buscar nos poderes públicos a resolução de seus problemas, o que nem sempre era atendido, como apontou a sucessão de cartas do *Cruzeiro do Sul* ou as promessas não efetivadas ao *Santa Tereza*. Apesar disso, a aproximação de lideranças locais, por meio da oferta de homenagens e a representação em atos públicos garantia articulação que, em algum momento, poderia se desdobrar na atenção de alguma das demandas das entidades. O que implicaria, por conseguinte, na reciprocidade do clube, que conferiria novamente posição de destaque ao benfeitor durante suas disputas.

A exemplo do que se tratou nos contextos eleitorais, o futebol de várzea e as agremiações organizadas em torno dele desempenhavam um importante papel no associativismo de bairro, sendo reconhecidas pelas populações locais. Nessa medida, a aproximação de políticos junto a esse grupo e a possibilidade de serem visibilizados através das homenagens que os clubes promoviam durante suas atividades, permitia que afirmassem a

²¹³ Referente a pouco menos de um salário mínimo, que era de Cr\$1.200 naquele ano. Cf. BRASIL. **Decreto nº 30.342**, de 24 de dezembro de 1951. Altera as tabelas do salário mínimo dá outras previdências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30342-24-dezembro-1951-340732-publicacaooriginal-1-pe.html>

²¹⁴ Livro Caixa, 1953. CC.03.01.01-0466. Fundo Secretaria Municipal da Fazenda/APCBH.

²¹⁵ *Idem*

²¹⁶ Livro Caixa, 1953. CC.03.01.01-0486. Fundo Secretaria Municipal da Fazenda/APCBH.

²¹⁷ Cf. *Idem*.

²¹⁸ Livro Caixa, 1953. CC.03.01.01-0514. Fundo Secretaria Municipal da Fazenda/APCBH.

imagem de lideranças conectadas com as camadas populares e que se inseriam em seu cotidiano. A promoção de solenidades em eventos amadoristas eram, ademais, oportunidades de presença das figuras públicas nos territórios periféricos da cidade.

Foi o caso da homenagem preparada pelos integrantes do *E.C. Parque Vera Cruz* em parceria com os integrantes do comitê pró-melhoramentos local:

Os moradores da Vila Parque Vera Cruz prestarão, na noite de amanhã, expressiva homenagem ao sr. Americo René Giannetti, por motivo de sua eleição para o cargo de prefeito da Capital, a cuja campanha deram valiosa cooperação. Esta homenagem constará de uma recepção ao governador da cidade, amanhã, às 19,30 horas, em frente á residência do sr. Ernesto Carregal. Participarão da mesma o Comité pró-Melhoramentos da Vila e o E.C. Parque Vera Cruz, bem como a Banda de Musica da Parada da Abadia.

Na ocasião, serão debatidos com o prefeito os problemas da vila, inclusive a ampliação da rede de abastecimento dagua, que só beneficia alguns poucos moradores, atualmente.²¹⁹

Ainda repercutindo o pleito municipal de 1950, cujo grande vencedor havia sido Américo Renê Giannetti, os integrantes da associação de bairro e do clube esportivo locais prepararam uma recepção pública, realizada nas ruas do Vera Cruz²²⁰, na qual toda a população poderia acompanhar a solenidade que ainda seria prestigiada pela banda de música da área vizinha, a Parada da Abadia. O evento marcado por uma cerimônia religiosa²²¹, pela música e pelo proferimento de discursos permitia a aproximação entre o político e a população da região, com a oportunidade do pacto de compromissos para melhorias do lugar.

O posto de destaque conferido ao prefeito em festivais inaugurais de campos era outra oportunidade de visibilidade ao mandatário que, ao participar das celebrações, era apresentado ao público como grande benfeitor das agremiações e dos admiradores do futebol vazeano. Bom exemplo foi a cerimônia do *Olaria Esporte Clube* em comemoração ao seu novo espaço de jogo:

O Olaria Esporte Clube, prestigiosa agremiação esportiva do alto do Progresso, Vila Minas Gerais e parte da Vila Celeste Imperio, conseguiu tornar realidade, domingo ultimo, o seu antigo sonho: o campo proprio. Graças á ação do Prefeito Americo René Giannetti, foi realizada a terraplanagem da area conseguida pelo clube e, no dia 7, foi inaugurada a praça de esportes da estimada agremiação de Benjamim Alves e Ivo de Queiroz. Na ocasião o clube homenageou o prefeito da cidade, que deu o “Kict-off” (*sic*) da prova de honra, os vereadores Ney Otaviani Bernis e José Leão, o sr. Esmeraldo Botelho e Julio Murta. Grande massa popular esteve presente às festividades²²².

²¹⁹ HOMENAGEM AO PREFEITO E A UM VEREADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 28 de abril de 1951.

²²⁰ O bairro Vera Cruz originou-se de vilas operárias aprovadas no final dos anos 1920. Vizinho do bairro Saudade, assim como ele teve a ocupação intensificada depois da década de 1940, quando houve a construção do cemitério da Saudade. Cf. ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

²²¹ Cf. Varias vilas foram visitadas domingo pelo prefeito. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 30 de abril de 1951.

²²² O OLARIA INAUGUROU A SUA PRAÇA DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 12 de junho de 1953.

Durante o festival, o prefeito podia apresentar muito mais que promessas, entregava ao público o resultado de sua atuação em favor do esporte amadorista, aproveitando-se de um evento que tradicionalmente mobilizava boa parcela da comunidade envolvida com os clubes, a qual formava “grande massa popular”. Um tipo de visibilidade buscada constantemente pelos políticos, como bem mostravam os atos de campanha publicados em tempos de eleição. Para acolher essa presença, era comum que as agremiações organizassem palcos improvisados ou se utilizassem de tribunas de honra construídas em meio às arquibancadas, onde se posicionavam patronos, homenageados e demais convidados durante uma solenidade. Podiam, ainda, estabelecer um palanque público, como o fez a *Associação Atlética Cachoeirinha*, em 1963:

A inauguração do asfalto da Rua Simão Tamm, na Cachoeirinha, realizada no sábado passado, foi festivamente comemorada, num programa organizado pelos moradores do bairro, que começou às 5 horas, com alvorada e salva de tiros, terminando á noite, com a prova “Jorge Carone Filho”, reunindo corredores das principais agremiações de Belo Horizonte.

O importante melhoramento foi inaugurado oficialmente á noite, contando com a presença do prefeito Jorge Carone Filho, numa grande concentração popular, defronte à Associação Atlética Cachoeirinha²²³.

A notícia que tinha aparência de matéria paga, prática recorrente das administrações municipais em Belo Horizonte, ainda trazia fotografia do prefeito Jorge Carone num palanque.



Figura 36 – Palanque durante festival da A. A. *Cachoeirinha*, 1963. Fonte: Inaugurado o asfaltamento da rua Simão Tamm. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 12 de novembro de 1963. ACERVO JORNAL ESTADO DE MINAS.

²²³ Inaugurado o asfaltamento da rua Simão Tamm. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 12 de novembro de 1963.

Proferindo um enérgico discurso sobre um palanque, o prefeito Jorge Carone é ladeado pelo vereador recém-eleito, Geraldo Pereira Sobrinho, que veste terno branco, e pelo presidente da *Associação Atlética Cachoeirinha*, de braços cruzados, olhando para a câmera, Joaquim Gonçalves da Silva²²⁴, reconhecido árbitro de futebol que era motorista de táxi por profissão²²⁵. À frente, vê-se uma faixa da prefeitura, com dados da obra, sobre a qual se estende uma bandeira tricolor, provavelmente preta, branca e vermelha, as cores da agremiação varzeana anfitriã. Bem abaixo, quase fora do quadro, está o público.

Como revelava uma notícia publicada dias antes, a “Corrida do Asfalto”, como era intitulada a festividade, estava ao menos em sua segunda edição, já que fora realizada no ano anterior. Corredores ligados a várias agremiações, muitas delas varzeanas, competiriam pelo troféu “Jorge Carone Filho”. Antecedendo a prova atlética final, haveria uma disputa futebolística em que as equipes *Gogó da Ema* e *Açougue Santa Cruz* se bateriam pelo prêmio “Vereador Geraldo Pereira Sobrinho”²²⁶.

Não obstante a notícia posterior ao evento, em que amplo destaque era dado ao prefeito e à sua realização no bairro Cachoeirinha²²⁷, a matéria anterior indicava se tratar de uma festividade que já se tornava recorrente no lugar. Assim, ao que parece, a administração municipal se aproveitava da ocasião, que mobilizava o meio varzeano e o atletismo local, para visibilizar a obra e criar a tão buscada aproximação da população dos bairros. Para a *Associação Atlética Cachoeirinha*, era oportunidade de mais uma vez afirmar sua relevância para a comunidade local, respaldada pela presença de Jorge Carone e do vereador Geraldo Pereira Sobrinho, que tinha sua base na região.

O advento das eleições na cidade, a partir da segunda metade da década de 1940, apresentou a demanda de mobilização dos grupos populares e o reforço, por parte de lideranças locais com objetivos políticos, de uma aproximação das classes trabalhadoras. Desde esse momento inaugural até o Golpe Militar e Civil de 1964, foi possível observar o envolvimento de clubes varzeanos na articulação feita pelos partidos e seus principais integrantes. As relações que estabeleceram com prefeitos ou com postulantes ao cargo de mandatário municipal inseriam-se em uma *rede de resolução de problemas* para a superação de dificuldades das agremiações.

²²⁴ Joaquim Gonçalves é o mesmo citado no capítulo 1, no episódio do exame médico com identidades trocadas.

²²⁵ Cf. Joaquim Gonçalves, um dos cinco juizes da FIFA, espera agora ir ao México. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 13, 6 de janeiro de 1970.

²²⁶ Cf. Corrida do asfalto: Cachoeirinha faz festa para homenagear Carone. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 9 de novembro de 1963.

²²⁷ O bairro Cachoeirinha formou-se em torno da fábrica têxtil Companhia Mineira de Fiação e Tecelagem, constituindo-se em vila operária ocupada desde a década de 1930. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

Na mesma medida, o atendimento às demandas das agremiações varzeanas era limitado, uma vez que, como tratado anteriormente, as políticas públicas para o esporte foram tímidas e tendiam a se direcionar, principalmente, para os clubes recreativos particulares, mais vinculados às modalidades especializadas. Ajudas diretas da *Prefeitura* contemplavam uma parcela restrita das entidades amadoristas, sendo mais vultosas quando direcionadas ao profissionalismo.

A conexão entre os clubes vazeanos e os principais homens públicos da cidade, na maioria das vezes, envolvia articulações de lideranças locais, com as quais as agremiações tinham longa relação, sendo possível que tais figuras, até mesmo, compusessem seu quadro de sócios. Nessa perspectiva, a compreensão dessa *rede de resolução de problemas* passa pelo exame de tais mediadores, que cumpriam importante papel político nas suas regiões e que, a partir de suas bases, poderiam consolidar, eles mesmos, um projeto eleitoral, como vereadores e deputados.

Se as relações estabelecidas com os prefeitos já desvelam interessantes pistas sobre a agência política dos varzeanos belo-horizontinos e as suas possibilidades de luta para garantir a continuidade de seus clubes e campos com vistas à manutenção de um calendário de fins de semana com partidas, ao se examinar os arranjos locais, tais indícios se tornam mais abundantes. Para tanto, deve-se agora observar as ligações entre os clubes e os vereadores locais. A participação desse grupo será importante, inclusive, para a percepção dos meios de atuação institucional que restaram no contexto autoritário imposto pelo Golpe Militar e Civil de 1964 e o cenário que se desenharia para a futura redemocratização.

Capítulo 8 – Redes políticas locais e resolução de problemas

Em junho de 1970, enquanto se desenrolava a Copa do Mundo masculina de futebol, realizada no México, uma notícia mobilizou a várzea belo-horizontina: a possibilidade de construção de diversos pequenos estádios para os clubes da cidade. Esse era o resultado da articulação do Legislativo Municipal que garantia a aprovação de uma lei sobre o tema, a qual era, então, sancionada pelo Poder Executivo. O clima era de esperança, com a expectativa da resolução de um problema histórico do amadorismo, como informava o *Diário da Tarde*:

Foi com muita alegria que o futebol amador recebeu a notícia de que o Prefeito Souza Lima sancionou o projeto que autoriza à Prefeitura construir estádinhos (*sic*). Agora é possível a sua sobrevivência, ameaçada que estava pela falta de campos. E todo mundo está eufórico: o diretor do DFA, os presidentes dos clubes, todos vêm no esporte amadorista sua diversão predileta.

Além dos atuais, que serão melhorados pelo Conselho Municipal, a Prefeitura vai construir estádinhos com capacidade de 10.000 pessoas, com arquibancadas e vestiários. O mínimo, mas que representa muito. E êstes serão construídos em terrenos da Prefeitura ou a ela doados, desde que sejam fora do perímetro urbano.

Foi uma grande vitória e não se pode negar o bom trabalho feito na Câmara pelo vereador João Cardoso, autor do projeto, e que lutou muito para sua aprovação.

Estão os times esperançosos de que em poucos dias o CME tenha condições de iniciar a construção do primeiro.¹

A aprovação da Lei Municipal nº 1.837² foi um dos raros momentos em que uma articulação da *Câmara de Vereadores de Belo Horizonte* desdobrou-se em uma normativa que atingisse de forma mais abrangente o setor varzeano. Na maioria dos casos, proposições para o tema, em especial aquelas relativas ao controle da terra, dificilmente prosperavam a ponto de se converterem em um texto legal, o que, por si só, não era garantia de efetividade, como se verá mais adiante para o próprio caso exposto acima.

Apesar dos limites encontrados para uma atuação ampliada dos vereadores, seja no período democrático compreendido entre 1945 e 1964 ou durante a Ditadura Civil-Militar, as relações estabelecidas entre os legisladores municipais e os clubes amadoristas apontam para a constituição de uma *rede de resolução de problemas* que funcionou por inúmeras ocasiões. A viabilização de demandas pontuais que ajudava na sobrevivência cotidiana das agremiações fazia parte de um sistema que suportava a manutenção de lideranças locais, com a consolidação de laços de reciprocidade que se estenderam por décadas entre políticos e varzeanos.

¹ Os estádinhos vão fazer a várzea nascer outra vez. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, DT Esportes, 13 de junho de 1970.

² Cf. BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 1.837*, de 10 de junho de 1970. Autoriza o prefeito municipal a construir pequenos estádios nos bairros e vilas. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kdhme>

8.1 – Reconhecimento aos benfeitores

A inserção dos clubes varzeanos em suas regiões, em meados do século XX, extrapolava em muito a prática do futebol. Muitas vezes, essas entidades eram o principal referencial comunitário do bairro, com inúmeras possibilidades de sociabilidade, além da manutenção de obras assistenciais, temas tratados no capítulo 4. Tal como abordado naquela seção desta tese, eram um espaço de projeção de potentados locais, que se apresentavam à população do lugar como benfeitores, gozando, assim, de reconhecimento e prestígio entre seus vizinhos.

Um caso notório, citado no capítulo 4, era o da família Gatti, capitaneada pelo patriarca Domingos Gatti, que tinha vários negócios na região do Barreiro, em especial cerâmicas³, e que por décadas esteve à frente da equipe que carregava o nome do lugar, o *Barreiro Futebol Clube*. Os festivais da agremiação eram ocasião para reafirmação do prestígio dos potentados, trazendo para o local, então considerado remoto, diversas figuras do mundo político, as quais dividiam com os próprios membros do clã Gatti os postos de homenageados durante a celebração. Vereadores e até mesmo o governador Juscelino Kubistchek estavam entre os laureados que marcavam presença regular nas festividades da associação esportiva⁴.

Além de ser um clube organizado, com a participação intensa dos sócios⁵, o livre trânsito entre vários ocupantes de cargos públicos, garantido pela posição dos Gatti, possibilitou ao *Barreiro*, por anos, atenção especial dos governos estadual e municipal, com muitos benefícios à praça de esportes “Coronel Domingos Gatti”. Foi o caso da liberação de recursos, por meio da *Diretoria de Esportes de Minas Gerais*, para melhorias no local⁶, em 1957, ou, ainda, o investimento da *Prefeitura* de Cr\$10.000.000,00⁷ para a construção de um estádio para a entidade⁸. Chegou-se, mesmo, a ser aventada a permuta de um terreno com a Municipalidade, proposta pelo prefeito Jorge Carone (1963-1965), troca nunca efetivada⁹.

Mesmo sem um projeto de ingresso na carreira política, os Gatti foram capazes de atuar em benefício do *Barreiro Futebol Clube*, consagrando-se como benfeitores da agremiação. Nem todas as entidades varzeanas contavam com uma relação tão simbiótica,

³ Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Barreiro. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

⁴ Cf. NOTAS AMADORISTAS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 8 de março de 1951; INTERESSANTE FESTIVAL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 11 de abril 1953; Notas de Varzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 23 de abril de 1954.

⁵ Cf. REPORTAGEM AMADORISTA – OS ASSOCIADOS CONSTRUIRAM A SÉDE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6 e 8, 14 de agosto de 1957.

⁶ Cf. Notas da várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 23 de maio de 1957.

⁷ Valor correspondente a pouco mais de 750 salários mínimos praticados em 1962. Cf. BRASIL. **Decreto nº 51.336**, de 13 de outubro de 1961. Dispõe sobre níveis de salário-mínimo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51336-13-outubro-1961-391163-norma-pe.html>

⁸ Cf. BELO HORIZONTE. **Orçamento 1962** – DR.01.02.05-082 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 90.

⁹ Cf. Ofício G575/64. GR 1126 – Caixa 373 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

sendo importante para seus membros construir laços com potentados locais para que tivessem acesso a benesses oferecidas diretamente por eles ou viabilizadas por sua mediação.

Havia ocasiões em que a mesma figura propiciava as duas soluções. Eram integrantes de famílias proprietárias de terras e empreendimentos em determinadas regiões, com intenções de estabelecer carreiras políticas. Foi o caso de Jorge Ferraz, que ocupou cadeira de vereador na primeira legislatura eleita em Belo Horizonte, em 1947, e, a partir daí, consolidou uma trajetória de 40 anos em cargos eletivos¹⁰. Nascido em Belo Horizonte, filho de um funcionário público transferido para a nova capital, tornou-se dono de terrenos na região da antiga Colônia Agrícola Afonso Pena, formada no vale do Córrego do Leitão, que hoje corresponde a bairros como Santo Antônio, Cidade Jardim, Coração de Jesus, Luxemburgo, Vila Paris e São Bento¹¹.

Rapidamente, ele se consolidou como uma liderança do *Partido Republicano (PR)* local, com atuação nos bairros de sua região de origem. Em 1950, seu partido apoiou Bento Gonçalves para prefeito, ocasião em que se lançou para deputado estadual com o seguinte discurso:

BELORIZONTINO

Não se esqueça de que o vereador JORGE FERRAZ foi quem mais debateu na Camara os problemas das Vilas e Bairros da cidade. Montou por sua própria conta os postos medicos no Horto Florestal, Matadouro, Vila Afonso Pena, Arêias e Campanhã. Merece, pois, o seu voto para Deputado Estadual, pois na Camara Legislativa Jorge Ferraz continuará a defender os interesses de nossa cidade.¹²

Já durante sua passagem pelo Legislativo Municipal ampliou sua atuação para outras regiões, como o Matadouro, atual bairro São Paulo¹³, e o Horto¹⁴, apresentando-se como solucionador de problemas ao viabilizar com recursos próprios a falta de postos médicos naquelas áreas. Não por acaso, clubes tanto da Vila Afonso Pena, como do Matadouro proclamavam seu apoio a Jorge Ferraz e ao candidato a prefeito Bento Gonçalves¹⁵. O postulante a deputado estadual seria uma presença constante nas visitas a agremiações varzeanas de diferentes regiões, como na foto reproduzida no capítulo anterior, o que se repetiria na campanha de 1954, agora apoiando Celso Mello Azevedo¹⁶. Lideranças de base

¹⁰ Cf. Jorge Ferraz, 27 anos de atividade política. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de dezembro de 1974; Verbete biográfico FERRAZ, Jorge, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbetes-biografico/ferraz-jorge>, acesso em 10 de fevereiro de 2021.

¹¹ Cf. ARAÚJO, Modestino da Silva [56 anos]; SILVA, Sebastião Fernandes da [63 anos]; PRADOS, Vicente de Souza [65 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 jun. 2016.

¹² Cf. BELORIZONTINOS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 15 de setembro de 1950.

¹³ Para informações sobre o bairro São Paulo, vide nota 49 do capítulo 4. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹⁴ Sobre o bairro Horto, vide nota 67 do capítulo 1. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

¹⁵ Cf. FICOU DEFINITIVAMENTE PROVADO: A VILA AFONSO PENA ESTÁ COM JORGE FERRAZ. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 23 de setembro de 1950; Jogadores e socios do Matadouro F.C. votarão em Bento Gonçalves. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 19 de setembro de 1950.

¹⁶ Cf. CELSO ACLAMADO NO PRADO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 15 de setembro de 1954.

local, como Jorge Ferraz, garantiam oportunidades para a presença dos concorrentes aos cargos no Executivo em espaços populares, servindo de elo entre os bairros e as elites da cidade.

Além de benfeitorias como a construção de postos médicos, ao longo de sua atuação, Jorge Ferraz reverteria suas propriedades na região da antiga Colônia Afonso Pena em favor de agremiações esportivas e recreativas, tema que será tratado mais a frente. Seguiu assim o exemplo do já citado banqueiro e especulador imobiliário Antônio Luciano. Como tratado nos capítulos 5 e 6, a relação entre esse último, grande dono de terras da cidade, e os clubes amadoristas era dúbia, ao mesmo tempo em que oferecia terrenos para a instalação provisória de campos, poderia urbanizar áreas em que antigos espaços de jogo se constituíam, implicando na expulsão das equipes. Por estímulo de Juscelino Kubistchek¹⁷, o empresário se lançou candidato a deputado federal em 1962 e, durante a campanha, sua relação com a várzea não foi ignorada. Em duas ocasiões foram publicados anúncios no *Diário da Tarde*, um deles dizia o seguinte:

CONVITE

Convidamos tôdos os clubes amadoristas de Belo Horizonte, notadamente os que possuem campo de futebol em terreno de propriedade do “Dr. Antônio Luciano Pereira Filho”, para comparecerem á reunião que será realizada dia 27 (quinta-feira) do corrente, ás 20 horas, á rua Erê, 207 – Prado (Ludol), a fim de serem tratados assuntos de interêsse do Futebol Amador.

Belo Horizonte, 25 de setembro de 1962¹⁸

Aproveitando-se do amplo espectro de agremiações que tinham os campos em seus terrenos, o candidato a deputado federal poderia mobilizar várias pessoas para a reunião, cuja data do ocorrido indica uma relação com o pleito. Já eleito parlamentar, seria alvo de homenagens, a exemplo da realizada pelo *Esporte Clube Lunense*, que batizou de “Antônio Luciano” o estádio que construiu em espaço provavelmente cedido pelo empresário e, agora, político.¹⁹

A resolução de problemas dos clubes varzeanos por potentados locais não dependia necessariamente das posses dessas lideranças. Como a atuação de vereadores, nos anos 1950 e 1960, mostraria, era possível criar alternativas pautadas na mediação com o Executivo e no acesso a recursos públicos. Essa seria a base da constituição de uma rede política com a qual as agremiações amadoristas se envolveriam na busca da manutenção de sua existência.

8.1.1 – O apoio com que se pode contar

O membro do Legislativo é concebido, no sistema político ideal, como representante, alguém que seria capaz de expressar a vontade de um dado segmento dos votantes no processo

¹⁷ Cf. ANTÔNIO LUCIANO: O HOMEM E O MITO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 20, 29 de outubro de 1973.

¹⁸ CONVITE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 26 de setembro de 1962.

¹⁹ Cf. E. C. Lunense inaugura nova praça de esportes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 26 de janeiro de 1963.

de elaboração das normas. A partir dessa atuação que, avaliado pelo eleitorado, ele poderia ser reconduzido ou não ao cargo. Contudo, estudos etnográficos tanto junto a parlamentares federais²⁰ e vereadores²¹, quanto à população de pequenas cidades²² apontam para uma operação diversa, muito mais associada à capacidade desses políticos de atenderem demandas colocadas pelos grupos que integram o que se convencionou chamar de “base” do candidato.

Tais debates ressaltam uma segunda função do Poder Legislativo, que tem tanta ou mais relevância que a produção e votação de leis, seja na ótica dos parlamentares, seja na de seu eleitorado, que é o atendimento às regiões de origem e aos grupos que constituem a sua base de apoio, com a destinação de recursos ou a mediação para resolução de problemas. Como investiga o antropólogo Marcos Otávio Bezerra, essas atividades mobilizam grande parte dos gabinetes de senadores e deputados. Muito do sucesso nos pleitos futuros e da manutenção de uma carreira passa por essa ação mais voltada aos redutos de cada um dos congressistas²³.

Nessa perspectiva, deve-se avaliar a atuação dos integrantes do Legislativo belo-horizontino na constituição de uma *rede de resolução de problemas* que fosse capaz de suportar, dentre outros, os clubes varzeanos ante as pressões impostas pela metrópole emergente e as dificuldades para a manutenção de suas atividades, em especial, de um calendário de fins de semanas preenchidos por partidas. De alguma forma, a inserção das agremiações amadoristas na disputa eleitoral e a criação de laços com lideranças políticas locais se converteu em benefícios que favorecessem a sobrevivência das associações?

Como apontado no capítulo anterior, nas votações para prefeito, em algumas ocasiões, tais alianças possibilitaram o beneficiamento dos campos e outras benesses pontuais. Tal aproximação, contudo, estava condicionada às renovações dos quadros do Executivo, que nem sempre eram acompanhadas da manutenção das políticas públicas. No caso dos integrantes do Legislativo, relações de longo prazo eram mais plausíveis, com um cenário de apoio mais estável.

A segunda metade da década de 1940, em Belo Horizonte, foi marcada pela estruturação de um governo municipal autônomo. Como citado anteriormente, foi a primeira vez que a cidade elegeu seu prefeito e seus vereadores desde que fora fundada. Aos poucos, a *Câmara Municipal* apropriava-se de suas funções e respondia a demandas do eleitorado e das regiões de origem de seus integrantes. É o que se observa, por exemplo, na elaboração

²⁰ Cf. BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

²¹ Cf. KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

²² Cf. PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NuAP, 2010; GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

²³ Cf. BEZERRA, 1999.

orçamentária de 1951, em que vereadores incorporavam emendas às subvenções já previstas pela Municipalidade para entidades assistenciais, educacionais e culturais²⁴.

Com as eleições de 1950, uma nova leva de vereadores chegou à *Câmara Municipal* para aquela que seria a segunda legislatura da cidade. Dentre médicos, jornalistas e advogados, destacava-se a presença de um atleta profissional, José do Monte, meio campista do *Atlético Mineiro*, que se elegera pelo *PR*, mesmo partido do já citado Jorge Ferraz²⁵. Bem votado, especialmente pela fama conquistada como jogador, teve uma vida política curta, que se restringiu a essa única passagem pela vereança²⁶. Na votação, também se saiu bem o presidente do tradicional clube do Carlos Prates²⁷, o *Tremedal*, Elio Mosci, que ficou como 1º suplente pelo *PSD*, tendo assumido o cargo durante parte do ano de 1951, dado o afastamento de um colega²⁸.

A atuação do ídolo atleticano José do Monte foi tímida como vereador, seu nome não apareceu vinculado a nenhum projeto de relevo. Com os fins de semana preenchidos pelas partidas do futebol espetáculo em que se engajava como atleta profissional, sua presença não era percebida em atividades de bairro, como eram os festivais varzeanos. Apesar disso, foi por meio desse edil que começou a se desenhar uma alternativa para o apoio aos clubes amadoristas locais. Como dito, durante a formulação orçamentária para o ano subsequente cabia a cada integrante do Legislativo a indicação de recursos a serem destinados a entidades assistenciais e a associações culturais e educacionais, para o que era reservado um valor específico.

Para o ano de 1953, coube a cada vereador a distribuição de Cr\$15.000,00²⁹, sendo Cr\$10.000,00 para entidades assistenciais e Cr\$ 5.000,00 para associações educacionais e culturais³⁰. Ao contrário da *Prefeitura* que disponibilizava recursos para agremiações como o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, a *Escola Mineira de Arte Dramática*, a *Orquestra Sinfônica Mineira*, uniões estudantis e escolas domésticas; os vereadores destinavam suas verbas para organizações com base nos bairros, como a *Sociedade Filarmônica 1º de Maio* e a *Sociedade Musical Nossa Senhora da Abadia*³¹. Nessa perspectiva, José do Monte dividiu os valores entre duas agremiações varzeanas, direcionando

²⁴ Cf. Projeto de Lei nº 283. Orçamento do município para o exercício de 1951. DR.01.02.09-7540 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²⁵ Cf. Conhecidos os nomes dos novos vereadores. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1 e 9, 30 de outubro de 1950.

²⁶ Cf. Verbete José do Monte Furtado Sobrinho – Galo Digital. Disponível em: http://www.galodigital.com.br/enciclopedia/Jos%C3%A9_do_Monte_Furtado_Sobrinho. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

²⁷ Sobre o Carlos Prates, veja nota 66 do capítulo 1. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

²⁸ Cf. Para Carlos Prates a estação da RMV. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 23 de abril de 1951.

²⁹ Cf. Valor correspondente a 12 salários mínimos e meio, dado o valor de Cr\$1.200,00 praticado no período. Cf. BRASIL. **Decreto nº30.342**, de 24 de dezembro de 1951. Altera as tabelas do salário mínimo dá outras previdências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30342-24-dezembro-1951-340732-norma-pe.html>

³⁰ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei nº 0315/52** – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1953. DR.01.02.09-7685 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 126.

³¹ Cf. *idem*, p. 31, anexo.

Cr\$3.500,00 para o *Matadouro F.C.* e Cr\$1.500,00 para o *Eldorado Futebol Clube*, do Santo Antônio³², não por acaso, equipes com os quais Jorge Ferraz, líder do *PR* local e possível idealizador da candidatura do craque atleticano, mantinha estreita relação.

Além de José do Monte, outro vereador destinou recursos para um clube amadorista na elaboração orçamentária de 1953. Era Antônio Zandona, com forte atuação em bairros da parte oeste da cidade, como o Prado³³, o Calafate³⁴ e o Salgado Filho³⁵, ele ocupava posto na presidência de honra³⁶ e participava de festivais das agremiações varzeanas da região, tanto como homenageado³⁷, quanto como patrono³⁸. Até mesmo nomeava um estádio pertencente à equipe do *Bervely*³⁹. O edil reservou, naquela ocasião, Cr\$1.000,00 ao *Andaraí Esporte Clube*⁴⁰.

As subvenções destinadas aos clubes varzeanos em 1953, cujos valores variaram de pouco menos de um até cerca de três salários mínimos do período, inauguraram uma forma de apoio dos vereadores às agremiações amadoristas que persistiria por décadas. Já no ano seguinte, o número de edis que destinaram recursos para agremiações amadoristas subia para oito, com 17 entidades beneficiadas, com somas que variavam de um salário mínimo e meio a cinco salários mínimos do período⁴¹. José do Monte seguia sendo o responsável pelo maior montante⁴². A ele, juntavam-se políticos de perfil mais paroquial, como Geraldo Pereira Sobrinho, do *PTB*, o mesmo que aparece na foto veiculada no capítulo anterior, em um palanque montado, em 1963, em frente à sede da *Associação Atlética Cachoeirinha*, no bairro homônimo⁴³. Dentre as subvenções que estipulou, havia Cr\$3.000,00 para o *Esporte Clube Horizonte Textil* e igual valor para a *A. A. Cachoeirinha*⁴⁴, ambos os times da sua região de origem.

Geraldo Pereira Sobrinho teve uma carreira longa na vereança, acumulando seis mandatos intercalados entre os anos de 1951 e 1980. Ao longo desse período, consolidou uma estreita relação com a região da Cachoeirinha e suas adjacências, com participação intensa na vida do lugar, de onde provinham os votos que sustentavam suas reeleições. Foram inúmeras as

³² Para informações sobre o bairro Santo Antônio, vide nota 15 do capítulo 6. Para localização, veja mapa ao final da tese.

³³ Sobre o bairro Prado, vide nota 101 do capítulo 4. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

³⁴ Para informações sobre o Calafate, veja nota 53 do capítulo 1. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

³⁵ Sobre o Salgado Filho, veja nota 149 do capítulo 4. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

³⁶ Cf. Nova diretoria do São Paulo F.C. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 20 de dezembro de 1950; Empossada a nova diretoria do Atletico Suburbano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 14 de junho de 1951.

³⁷ Cf. Concretiza-se justa aspiração do Clube Atletico Suburbano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 25 de abril de 1952.

³⁸ Cf. Festival do E. C. America Suburbano. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 6 de outubro de 1951.

³⁹ Cf. Vitoria do Estudantes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 27 de agosto de 1951.

⁴⁰ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei nº 0315/52** – DR.01.02.09-7685 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 141.

⁴¹ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei nº 0356/53** – Orça a receita e fixa a despesa do Município de Belo Horizonte, para o exercício de 1954. DR.01.02.09-7729 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁴² Cf. *Idem*. p. 204-208.

⁴³ Para informações sobre o bairro Cachoeirinha, vide nota 222 do capítulo 7. Para localização, veja mapa ao final da tese.

⁴⁴ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei nº 0356/53** – DR.01.02.09-7729 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 182.

ocasiões em que recebeu homenagens em eventos do amadorismo⁴⁵. Tal proximidade do político viabilizou a manutenção de apoio às atividades do futebol varzeano local, em especial à *Associação Atlética Cachoeirinha*, que contou com a destinação de subvenções em todos os anos nos quais ele ocupou uma cadeira na *Câmara Municipal*, como indica a tabela abaixo:

Tabela 1 – Subvenções do vereador Geraldo Pereira Sobrinho à A.A. <i>Cachoeirinha</i>			
Ano fiscal	Valor da subvenção	Salário mínimo vigente	Nº de salários mínimos
1954	Cr\$ 3.000,00	Cr\$ 1.200,00	2,5
1955	Cr\$ 3.000,00	Cr\$ 2.400,00	1,3
1956	Cr\$ 15.000,00	Cr\$ 2.400,00	6,3
1957	Cr\$ 20.000,00	Cr\$ 3.800,00	5,3
1958	Cr\$ 30.000,00	Cr\$ 3.800,00	7,9
1959	Cr\$ 60.000,00	Cr\$ 3.800,00	15,8
1964	Cr\$ 1.000.000,00	Cr\$ 21.000,00	47,6
1966	Cr\$ 800.000,00	Cr\$ 66.000,00	12,1
1967	Cr\$ 300.000,00	Cr\$ 84.000,00	3,6
1972	Cr\$ 3.760,00	Cr\$ 225,60	16,7
1973	Cr\$ 4.000,00	Cr\$ 268,80	14,9
1974	Cr\$ 9.200,00	Cr\$ 312,00	29,5
1975	Cr\$ 5.100,00	Cr\$ 415,20	12,3
1976	Cr\$ 10.000,00	Cr\$ 532,80	18,8
1977	Cr\$ 15.000,00	Cr\$ 768,00	19,5
1978	Cr\$ 20.000,00	Cr\$ 1.106,40	18,1
1979	Cr\$ 22.857,14	Cr\$ 1.560,00	14,7
1980	Cr\$ 22.000,00	Cr\$ 2.932,80	7,5

Fonte: **Lei nº 0356/53** – DR.01.02.09-7729; **Lei nº 0419/54** – DR.01.02.09-9857; **Lei nº 0525/55** – DR.01.02.09-7904; **Lei nº 0596/56** – DR.01.02.09-7977; **Lei nº 0663/57** – DR.01.02.09-8046; **Proposta para orçamento – 1959** – DR.01.02.05-100; **Lei nº 1061/63** – DR.01.02.09-8472; **Lei nº 1211/65** – DR.01.02.09-8633; **Lei nº 1296/66** – DR.01.02.09-8717; **Emendas à proposta orçamentária de 1972** – DR.01.02.05-078; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593; **Lei nº 2253/73** – DR.01.02.09-9704; **Lei nº 2378/74** – DR.01.02.09-9833; **Lei nº 2540/75** – DR.01.02.09-3323; **Lei nº 2687/76** – DR.01.02.09-3473; **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829; **Lei nº 3141/79** – DR.01.02.09-3966 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

Por meio dos projetos de lei para o orçamento de cada ano é possível identificar as subvenções destinadas por cada vereador. Entre 1953 e 1980, apenas em um ano não foi possível ter acesso à previsão de recursos, a de 1965, que deveria ser elaborada em 1964. Assim, entre os anos de 1953 a 1958, 1963 a 1966 e 1971 a 1979, quando esteve presente na definição de valores para o exercício fiscal seguinte, Geraldo Pereira Sobrinho sempre destinou verbas para a A. A. *Cachoeirinha*. Para melhor dimensionar os montantes, tomou-se por base o salário mínimo praticado no início de cada ano, o que indicou uma média de mais de 14 salários mínimos destinados à agremiação da Cachoeirinha pelas subvenções anuais.

⁴⁵ Cf. NOITE DE GALA NO TEXTIL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 11 de agosto de 1951; MOVIMENTA-SE O HORIZONTE TEXTIL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 5 de abril de 1951; barraquinha na Vila Parque S. João Batista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 7 de julho de 1953.

Além da relação mais próxima com a A. A. *Cachoeirinha*, o vereador ainda concedia, não com a mesma constância, benefícios a outras entidades esportivas da região, tais como, E. C. *Horizonte Textil*, ligado à fábrica de tecidos do bairro, *Vila Canadá E. C.*, *Industrial Mello Viana F. C.* e *Santa Cruz F. C.*, que se referiam a nomes de áreas da zona de influência do político⁴⁶. Por óbvio, não apenas agremiações varzeanas eram lembradas, uma grande variedade de associações assistenciais, educacionais e culturais também contava com a destinação regular de verbas, a exemplo da *Ação Social Imaculada de Maria do Parque Riachuelo*, igualmente localizada nas bases eleitorais de Geraldo Pereira Sobrinho⁴⁷.

Nessa perspectiva, a aproximação a um vereador significava, ao clube varzeano, um fluxo anual de recursos, o que se refletia no interesse da recondução do benfeitor ao cargo legislativo, da qual dependia a continuidade das verbas. Como apontado para o caso dos prefeitos, o voto popular originado dos bairros tinha grande impacto nos números finais das eleições. Na *Câmara Municipal* não era diferente, muitos de seus integrantes contavam com boas votações em áreas específicas. Foi o caso de Délio Salomon, vencedor em 1958, cujo perfil foi traçado pela “Coluna por um” na série “Clube dos 21” – em alusão ao número de edis da capital mineira:

Délio Vieira Salomon vem lá da Vila Salgado Filho para a Câmara Municipal. Faz questão de frisar que adora o lugar onde vive, um pequeno paraíso escondido e pouco conhecido, onde existe água, luz e esgoto, faltando apenas transporte adequado. Chamou-se, antes, Vila Mato da Lenha, hoje é toda calçada e causa orgulho a seus moradores. Délio lá está há dez anos e contesta, incisivo, a versão de que, eleito, estaria pensando em mudar-se de lá. “Só se saísse de Belo Horizonte”, afirma, risonho e tranquilo, parecendo, á primeira vista pelo menos, um tipo padrão de calma. (...)

Funcionário do Forum Lafaiete, onde não pediu voto a ninguém, por ter cinco colegas e amigos candidatos (foi o único eleito), Delio trabalha, ainda, como contador do irmão nas horas vagas. (...)

Descende, longinquamente, de francês (seu avô Maggi Salomon, foi consul do Brasil na França e tem seu nome inscrito numa avenida, próxima da vila, por coincidência). Délio delira com futebol amador, que praticou por muito tempo. Atleticano, botafoguense e santista, o novo vereador é preto e branco para o que der e vier. No mais, diverte-se, também, profundamente, com um passeio, para conhecer novos lugares.

Exceto no PTB gaúcho, jamais frequentou sede de partido, indo ao PTN, por exemplo, apenas uma vez, para apresentar seus documentos de registro no cartório eleitoral. (...)⁴⁸

⁴⁶ Cf. **Lei nº 0356/53** – DR.01.02.09-7729; **Lei nº 0419/54** – DR.01.02.09-9857; **Lei nº 0525/55** – DR.01.02.09-7904; **Lei nº 0596/56** – DR.01.02.09-7977; **Lei nº 0663/57** – DR.01.02.09-8046; **Proposta para orçamento – 1959** – DR.01.02.05-100; **Lei nº 1061/63** – DR.01.02.09-8472; **Lei nº 1211/65** – DR.01.02.09-8633; **Lei nº 1296/66** – DR.01.02.09-8717; **Emendas à proposta orçamentária de 1972** – DR.01.02.05-078; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593; **Lei nº 2253/73** – DR.01.02.09-9704; **Lei nº 2378/74** – DR.01.02.09-9833; **Lei nº 2540/75** – DR.01.02.09-3323; **Lei nº 2687/76** – DR.01.02.09-3473; **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829; **Lei nº 3141/79** – DR.01.02.09-3966 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁴⁷ Cf. **Lei nº 0419/54** – DR.01.02.09-9857; **Lei nº 0525/55** – DR.01.02.09-7904 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁴⁸ COLUNA POR UM – GENTE DE POLÍTICA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 11 de dezembro de 1958.

Como indica o perfil de Délio Salomon, apesar de seu trabalho no *Fórum de Justiça*, seus votos vieram de sua região de origem. O Salgado Filho surgiu como Vila Mato da Lenha, povoada nos anos 1940, durante a gestão de Juscelino Kubitschek como prefeito, em boa medida, por pessoas despejadas da Pedreira Prado Lopes, para a construção da Avenida Pampulha e de equipamentos municipais. Passados vários anos, o local contava com água, luz e esgoto, seguindo a lógica de melhoria gradual tratada nos capítulos 4, 5 e 6. A atuação do candidato era basicamente no bairro, não se envolvendo com debates partidários, como fazia questão de grifar. Inclusive participava do futebol varzeano local, tendo sido presidente do principal clube dali, o *América Suburbano*, no início da década de 1950⁴⁹.

O vereador vindo do Salgado Filho elegeu-se para duas legislaturas, entre 1959 e 1967. Durante os anos em que ocupou uma cadeira na *Câmara Municipal* as subvenções ao *América Suburbano* foram regulares, tendo destinado, em média, seis salários mínimos e meio por ano ao clube⁵⁰. Outras entidades da região, fossem elas varzeanas ou não, também foram beneficiadas⁵¹. Délio Salomon não foi o único presidente amadorista eleito para o Legislativo da capital mineira em 1958, além dele, o médico Geraldo Bizzoto⁵², dirigente do *Tremedal Futebol Clube*⁵³, cumpriu um mandato pelo *PTB*, tendo depois se lançado para vice-prefeito na chapa de José Maria Rabelo, tratada no capítulo anterior.

Nas emendas ao orçamento, Geraldo Bizzoto destinou grandes quantias ao *Tremedal*. Aproveitando-se da justificativa de manutenção de atividades assistenciais pelo clube, direcionou 70% de todo o valor a que tinha direito para 1963, o que totalizou mais de 50 salários mínimos praticados na época apenas para a entidade varzeana⁵⁴. Além disso, foi ele quem encaminhou o projeto de lei para a declaração de utilidade pública da associação esportiva do Carlos Prates, outra forma de apoio sobre a qual se falará mais adiante⁵⁵.

Assim como a destinação de recursos, a mediação junto ao Poder Executivo era outra maneira pela qual os vereadores podiam auxiliar suas bases, apoiando a resolução de problemas. Tal ajuda, no caso das agremiações varzeanas, era recompensada com a oferta de homenagens, como se viu no episódio do torneio promovido pelo *Minas Brasil Futebol Clube*:

⁴⁹ Cf. O America Suburbano tem nova diretoria. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 14 de março de 1952.

⁵⁰ Cf. **Emendas ao orçamento – 1960** – DR.01.02.05-102; **Lei nº 0848/60** – DR.01.02.09-8244; **Lei nº 0958/62** – DR.01.02.09-8359; **Lei nº 1061/63** – DR.01.02.09-8472; **Lei nº 1211/65** – DR.01.02.09-8633; **Lei nº 1296/66** – DR.01.02.09-8717 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁵¹ Cf. **Lei nº 0848/60** – DR.01.02.09-8244 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁵² Cf. COLUNA POR UM – GENTE DE POLÍTICA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 3 de dezembro de 1958.

⁵³ Cf. NETO, Nicolau. DT nos clubes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 5 de setembro de 1961.

⁵⁴ Cf. **Lei nº 0958/62** – DR.01.02.09-8359 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁵⁵ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei nº 0932/62** – Declara de utilidade pública o Tremedal Esporte Clube. DR.01.02.09-8332 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

Em partida válida pelo Torneio Vereador Antonio Menezes, conseguiu o Minas Brasil Futebol Clube, agremiação do Bairro da Graça, domingo ultimo mais uma expressiva vitória. (...)

CAMPO PRÓPRIO

O vereador Antonio de Menezes, depois de muitos esforços junto ao sr. Prefeito da Capital conseguiu autorização para que o Minas Brasil construísse sua praça de esportes na Avenida Cristiano Machado perto da rua Jacui, sendo que o trator arranjado pelo sr. Antonio de Menezes iniciará os serviços no próximo sábado.⁵⁶

A nota acima expõe bem o ciclo de reciprocidade: o vereador era homenageado por ter intermediado a cessão de terreno, bem como benfeitorias junto à *Prefeitura*, enquanto o clube beneficiado promovia um torneio com o nome do político, projetando-o no meio varzeano e junto à comunidade do bairro. Antônio Menezes, eleito em 1962, pelo *PSP*, demonstrava sua vocação de solucionador de problemas ao viabilizar não apenas a autorização da Municipalidade, como também um trator para as melhorias na área. Sua ação incidiria sobre a região considerada seu reduto eleitoral, identificada como o Sagrada Família e suas adjacências⁵⁷.

A consolidação da imagem de políticos como solucionadores de problemas em seus redutos era um importante ativo junto às bases. Nessa medida, aqueles que mesmo sem um cargo eletivo já se apresentavam como articuladores de melhorias para os bairros eram sempre considerados fortes postulantes nos pleitos municipais. Era o caso de Esmeraldo Botelho, à época, presidente do *Inconfidência Esporte Clube*⁵⁸ do bairro Concórdia⁵⁹. Chefe do *Serviço de Transportes da Prefeitura Municipal* na gestão de Américo Renê Giannetti (1951-1954), era o responsável pela distribuição das máquinas para obras de abertura de ruas⁶⁰ e construção de campos⁶¹. Aproveitando-se da visibilidade de seu posto, a cada final de semana, ele cumpria extensas agendas pelas periferias da cidade, como ressaltou a coluna “Últimas do Cartaz”:

O sr. Esmeraldo Botelho não dorme. No domingo foi ser homenageado na sede do Comité Pró Melhoramentos das Vilas Reunidas. Compareceram cerca de quinhentas pessoas representantes das seguintes vilas: Marília, Americana, Maria Joana, [Sil]vera, Lajinha, Vilma, Boa Esperança e Campos Eliseos. (...) [Acaba] o sr. Esmeraldo Botelho de abrir uma grande circular de acesso ligando essas vilas á rua Jacuí.⁶²

Toda essa proximidade com as comunidades dos bairros, tanto pelas obras, como pela atuação na várzea, colocava Esmeraldo Botelho na posição de forte postulante a um cargo eletivo,

⁵⁶ Minas-Brasil terá campo próprio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 17 de novembro de 1964.

⁵⁷ Cf. Veja como se vence a eleição com os votos de um bairro só. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 23 de novembro de 1972.

⁵⁸ Cf. Pasta do Inconfidência E.C. no Departamento de Futebol Amador. Acervo do Inconfidência Esporte Clube.

⁵⁹ Sobre o bairro Concórdia, veja nota 113 do capítulo 1. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

⁶⁰ Cf. Últimas do cartaz. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 23 de novembro de 1953.

⁶¹ Cf. A importância da Copa, na voz da Federação. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 18 de fevereiro de 1976.

⁶² Últimas do cartaz. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 22 de dezembro de 1953.

tendo ele se lançado para vereador em 1954, sendo avaliado como um dos favoritos⁶³. Apesar das expectativas, não obteve sucesso na votação. Em 1958, mais uma vez concorreu à vaga para a *Câmara Municipal*, igualmente bem cotado por ter “conseguido realizar muitas obras nas adjacências da cidade, formou nesses pontos um solido nucleo de amizades”⁶⁴. Novamente, seu desempenho frustrou os prognósticos e não alcançou uma cadeira no Legislativo.

Mesmo sem nunca ter atingido o posto de vereador de Belo Horizonte, o funcionário público e dirigente varzeano teve uma atuação relevante por décadas, sendo reconhecido como um importante mediador e solucionador de problemas. Sua atuação à frente de outro clube, o *Pitangui*, do bairro da Lagoinha⁶⁵, seria importante para a efetivação de um benefício que foi alvo de disputa que perdurou por mais de uma década na *Câmara Municipal*.

8.1.2 – Os limites da lei

Se a construção de uma forte base local possibilitava a conquista de uma cadeira na *Câmara Municipal*, a visibilidade garantida pela presença em veículos de imprensa era outra via de acúmulo de prestígio e popularidade na cidade. Não por acaso, seguidamente, jornalistas eram escolhidos para cargos eletivos, como tratou matéria do *Diário da Tarde*, em 1954:

Diversos radialistas e jornalistas vão candidatar-se nas próximas eleições.

Acredito mesmo que devem ser eleitos, todos eles, porque, estabelecendo contacto com a população a todo instante, vivem as suas dores e participam de seus sentimentos e anseios. Portanto, oportuna a atitude tomada pelos nossos companheiros de radio e jornal. (...)

Ainda para Deputado Estadual temos Ney Octaviani Bernis, antigo diretor da [Rádio] Inconfidencia e hoje secretário da redação do DIARIO DA TARDE vereador a Camara Municipal, pela UDN onde vem demonstrando grande senso político e conhecimento das necessidades de nosso povo. Pela imprensa e pelo radio, tudo tem feito, a fim de que os direitos de todos sejam iguais. (...)

João de Paulo Pires, nosso colega do DIARIO DA TARDE e autentica revelação política, soube, através de um eficiente cumprimento de seu mandato, agradar plenamente seus eleitores e adquirir centenas de outros mais, onde nós também fomos incluídos. Sua reeleição parece certa.⁶⁶

Na legislatura da *Câmara Municipal* de 1951 a 1955, contavam-se dois jornalistas integrantes da equipe do *Diário da Tarde*, Nei Octaviani Bernis e João de Paulo Pires. Enquanto o primeiro ocupava a secretaria da redação do periódico, o segundo se notabilizara por divulgar as reclamações via telefone dos leitores, na seção “Alô! Alô!”⁶⁷, conteúdo também repercutido

⁶³ Cf. Últimas do cartaz. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 28 de setembro de 1954.

⁶⁴ CANDIDATOS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 2ª edição, 30 de junho de 1958.

⁶⁵ Para informações sobre a Lagoinha, veja nota 123 do capítulo 1. Para localização, consultar mapa ao final da tese.

⁶⁶ Rádio e Música – JORNALISTAS E RADIALISTAS PERANTE O ELEITORADO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 13 de fevereiro de 1954.

⁶⁷ Cf. TRINTA ANOS DO ALÔ! ALÔ! **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 17 de fevereiro de 1971.

no programa “Praça Sete” da *Rádio Mineira*⁶⁸. O papel de denunciante de problemas dos bairros da cidade marcou a carreira de João de Paulo Pires, que ainda atuaria nas seções “Comandos DT”⁶⁹, “Nossa cidade”⁷⁰ e “O seu Alô! Alô! vai aos bairros”⁷¹, tratadas no capítulo 6.

Filiado à *UDN*, Nei Octaviani Bernis era figura recorrente na composição de palanques durante solenidades que envolviam o prefeito do mesmo partido, Américo Renê Giannetti (1951-1954)⁷². Com bom trânsito com o Poder Executivo, o vereador era uma das figuras mais lembradas nas homenagens amadoristas, seja durante os festivais⁷³, ou nas presidências de honra⁷⁴. Aproveitando-se da construção e da readequação de diversos campos de várzea durante a gestão à qual estava ligado, tinha presença frequente em inaugurações, algumas vezes ao lado de Esmeraldo Botelho⁷⁵. Apesar disso, o jornalista não obteve votos suficientes para ascender ao posto de deputado estadual. Ainda assim, bem posicionado politicamente, assumiu o cargo de procurador geral do município no governo do também udenista Celso Mello Azevedo (1955-1959)⁷⁶, continuando a participar de atos públicos⁷⁷ e sendo prestigiado pelas agremiações⁷⁸.

Diferente de Nei Octaviani Bernis, João de Paulo Pires era filiado ao *PSP*. Apesar disso, teve participação em eventos promovidos pela *Prefeitura* para a entrega de obras⁷⁹. A exemplo do colega de *Diário da Tarde*, ocupava postos de honra em agremiações varzeanas⁸⁰ e era alvo de homenagens⁸¹. Ainda que sua base⁸² fosse a região de Venda Nova⁸³, trabalhou na ampliação de

⁶⁸ Cf. CANDIDATO Á REELEIÇÃO O VEREADOR JOÃO DE PAULO PIRES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 5 de abril de 1954.

⁶⁹ Cf. “COMANDOS DT”. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 12 de outubro de 1954.

⁷⁰ Cf. PIRES, João de Paulo. Nossa Cidade. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 21 de dezembro de 1960.

⁷¹ Cf. O seu Alô! Alô! vai aos bairros – São Geraldo não tem nada; só boa vontade. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 6 de maio de 1967.

⁷² Cf. HOMENAGEM AO PREFEITO E A UM VEREADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 28 de abril de 1951; Melhoramentos para a Ressaca e Vila Americana. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 4 de janeiro de 1954.

⁷³ Cf. FESTIVAL DO AMERICA SUBURBANO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 27 de dezembro de 1950; O festival do Unidos da Pampulha. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 31 de julho de 1951; EXCELENTE PROGRAMA DO ESTRELA DE MINAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 11 de março de 1953.

⁷⁴ Cf. Nova diretoria do Vera Cruz. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 26 de outubro de 1950; Colunas amadoristas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 27 de fevereiro de 1951; Homenagem do Internacional aos seus presidentes de honra. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 31 de dezembro de 1952.

⁷⁵ Cf. INAUGURAÇÃO DO NOVO CAMPO DO BRASILIA E. C. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 5 de outubro de 1951; O OLARIA INAUGUROU A SUA PRAÇA DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 12 de junho de 1953.

⁷⁶ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. *Relatório de 1956*, apresentado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello Azevedo. Belo Horizonte, fevereiro de 1957, p. 223.

⁷⁷ Cf. Melhoramentos municipais inaugurados no dia de ontem. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 1º de abril de 1957; Importantes melhoramentos na Vila Angélica. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 19 de novembro de 1957.

⁷⁸ Cf. Amanhã o festival do Recreio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 23 de junho de 1956.

⁷⁹ Cf. Melhoramentos municipais inaugurados no dia de ontem. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 1º de abril de 1957.

⁸⁰ Cf. João de Paulo Pires, presidente de honra do Corinthians. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 27 de dezembro de 1951.

⁸¹ Cf. HOMENAGEADOS NO FLUMINENSE. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 6 de novembro de 1950; Festivas comemorações no aniversário do Nova Vista. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 10 de agosto de 1951; Festival do Frei Eustáquio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 2º caderno, 2ª edição, 3 de novembro de 1958.

⁸² Cf. Verba para Venda Nova. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 24 de agosto de 1951; ENTREGA DE DIPLOMAS EM VENDA NOVA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 4 de dezembro de 1951; AMINTAS EMPOSSA COMITÉ EM VENDA NOVA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 17 de novembro de 1959.

seu alcance, para o que contava com distribuição de subvenções. Ao se observar a destinação de verbas para clubes amadoristas entre 1953 e 1961, ano final de sua passagem pelo Legislativo Municipal, além do apoio ao *Venda Nova F. C.*, o mais recorrente nas suas listas, João de Paulo beneficiou entidades de outras áreas, a exemplo do *Parque Riachuelo* e da *A.A. Cachoeirinha*, da porção norte da capital, e do *XV de Novembro*, da zona leste⁸⁴. Sua concessão de recursos era pulverizada, com pequenas quantias para cada entidade, estratégia arriscada, que poderia desagradar aliados tradicionais. Ao que parece, fiava-se na visibilidade da atuação midiática.

O jornalista da coluna “Alô! Alô!” teve participação em uma ação que, em favor de uma agremiação varzeana da cidade, opôs a *Câmara Municipal à Prefeitura*. Ela se relacionou à propriedade do campo ocupado, desde os anos 1930, pelo *Pitangui Esporte Clube*, na área de uma pedreira desativada. A discussão levava em conta a realização de uma série de doações de terrenos promovida pelo município no final da década de 1940⁸⁵. Frente às transferências de terras, surgiam rumores sobre a possibilidade de clubes amadoristas serem beneficiados⁸⁶.

O *Pitangui* ocupava uma área pertencente à *Prefeitura*, com a qual mantinha contrato de arrendamento⁸⁷. Em 1951, o vereador João de Paulo Pires apresentou projeto para a doação dos lotes⁸⁸, cuja discussão foi a plenário quase dois anos depois, como comentou o *Diário da Tarde*:

O vereador João de Paulo Pires apresentou, ontem, na sessão da Câmara Municipal de Belo Horizonte, projeto de lei que doa definitivamente ao Pitangui, clube amadorista da capital, o terreno onde se localiza seu campo de futebol.

Argumentos dos mais ponderáveis foram apresentados pelo antigo vice-presidente da Câmara, notando-se que seu trabalho foi dos mais valiosos.

Evidentemente, o local do campo do Pitangui, na Lagoinha, não se presta a outras finalidades que não as do esporte. Trata-se de antiga pedreira e o terreno, francamente acidentado, impossibilita de toda a urbanização do trecho.

Por outro lado, é de se considerar que há 16 anos o Pitangui possui o seu campo naquê local. (...)

⁸³ O núcleo histórico de Venda Nova tem origem no século XVIII, sendo área de passagem e pouso de tropeiros, a qual se desenvolveu separadamente do Arraial do Curral Del Rei, ou seja, da área que abrigou a nova capital mineira. Até meados do século XX, conectava-se a outros municípios, sendo incorporado tardiamente e tendo se consolidado como região dormitório no contexto metropolitano. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Venda Nova. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁸⁴ Cf. **Lei nº 0356/53** – DR.01.02.09-7729; **Lei nº 0419/54** – DR.01.02.09-9857; **Lei nº 0525/55** – DR.01.02.09-7904; **Lei nº 0596/56** – DR.01.02.09-7977; **Lei nº 0663/57** – DR.01.02.09-8046; **Proposta para orçamento – 1959** - DR.01.02.05-100; **Emendas ao orçamento – 1960** – DR.01.02.05-102; **Lei nº 0848/60** – DR.01.02.09-8244 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁸⁵ A título de exemplo, podem ser citadas as seguintes normativas que autorizaram doações: BELO HORIZONTE, **Decreto Municipal nº 199**, de 23 de agosto de 1947. Autoriza a Prefeitura de Belo Horizonte a doar terrenos ao Club Mineiro de Caçadores. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kcmdb>; BELO HORIZONTE, **Lei Municipal nº 73**, de 3 de fevereiro de 1949. Autoriza doação de lotes à Legião Brasileira de Assistência. Disponível em: <http://leismunicipa.is/dmijh>; BELO HORIZONTE, **Lei Municipal nº 100**, de 1º de setembro de 1949. Autoriza a doação de terrenos à Associação de Cegos "Luiz Braille". Disponível em: <http://leismunicipa.is/jhmf>; BELO HORIZONTE, **Lei Municipal nº 131**, de 4 de março de 1950. Autoriza doação de terreno à "Casa dos Cireneus". Disponível em: <http://leismunicipa.is/gimhj>

⁸⁶ Cf. Doação definitiva de terrenos ao Terrestre, Pitangui e Tremedal. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 27 de outubro de 1950.

⁸⁷ Cf. Pasta Pitangui Esporte Clube. Contrato de arrendamento de terreno entre a Prefeitura e o referido clube. Pasta nº 71-J. Diretoria Central de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte.

⁸⁸ Cf. DOAÇÃO DE UM TERRENO AO PITANGUI. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 27 de julho de 1951.

Argumento apresentado para a rejeição do projeto – urbanização da área. Outro fator que implicou em prejuízo para o Pitangui, foi o argumento de que, se aprovado o projeto, teria a municipalidade que fazer doações a todos os outros clubes amadores. (...)

Torna-se evidente de que, diante de tal modo de pensar, o amadorismo está condenado ao desamparo. É o eterno círculo vicioso. Não se pode doar terreno a um porque se teria que doar a todos e não se podendo doar a todos, não se doa a nenhum.⁸⁹

A proposição e a defesa da doação por João de Paulo Pires também estavam relacionadas à sua aproximação do clube que, já em 1951, prestava-lhe homenagens e oferecia-lhe postos de honra na direção⁹⁰, relação que se manteve mesmo depois da reprovação da proposta em plenário⁹¹. Em seu terceiro mandato como vereador, entre 1959 e 1963, o jornalista do *Diário da Tarde*, mais uma vez, submeteu um projeto de lei que previa a transferência do terreno. Ali reforçava os argumentos, destacando que a agremiação “tem contado com o apoio da Prefeitura e da Diretoria de Esportes, para a introdução de vários melhoramentos naquela praça de esportes”⁹², fato que justificaria a manutenção de seu uso para atividades atléticas.

Dessa vez aprovado em plenário, o projeto foi vetado pelo então prefeito Amintas de Barros (1959-1963), sob alegação de que a Municipalidade “dada a debilidade financeira não comporta desfalque gracioso do patrimônio público municipal”⁹³, motivo pelo qual havia rejeitado, só em 1960, quatro outros pedidos do tipo. Segundo a *Prefeitura*, o terreno em questão estaria avaliado em Cr\$1.800.000,00⁹⁴, o que implicaria numa perda importante ao erário⁹⁵.

O veto do prefeito só voltaria a plenário mais de dois anos depois, em 31 de janeiro de 1963, último dia do mandato da legislatura 1959-1963⁹⁶. Nesse meio tempo, o *Pitangui* passava por modificações em sua diretoria, assumindo a sua presidência um velho conhecido do meio amadorista local: Esmeraldo Botelho⁹⁷. Coincidência ou não, foi durante a sua gestão que se deu a articulação para a derrubada da decisão do prefeito, que culminaria na aprovação da Lei Municipal nº 1008, de 15 de fevereiro de 1963, que autorizou a doação do terreno⁹⁸.

⁸⁹ REJEITADO O PROJETO... *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 24 de abril de 1953.

⁹⁰ Cf. O Pitangui tem nova diretoria. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 16 de fevereiro de 1951; COMEMORAÇÃO DO PITANGUI. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 26 de maio de 1951.

⁹¹ Cf. NOTAS DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 1º de março de 1955.

⁹² BELO HORIZONTE. Lei nº 1008/63 – DR.01.02.09-8413 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

⁹³ Ofício G1459/60. GR 1126 – Caixa 388 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

⁹⁴ Valor correspondente a quase 190 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. Decreto Federal nº49.119A, de 15 de outubro de 1960. Altera a tabela do salário mínimo e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49119-a-15-outubro-1960-388422-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹⁵ Cf. Ofício G1459/60. GR 1126 – Caixa 388 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

⁹⁶ Cf. DIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 2º caderno, 4 de fevereiro de 1963.

⁹⁷ Cf. Esmeraldo deixa a presidência do Pitangui. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 21 de julho de 1964.

⁹⁸ Cf. BELO HORIZONTE. Lei Municipal nº1008, de 15 de fevereiro de 1963. Autoriza doação de terreno ao Pitangui Esporte Clube. Disponível em: <http://leismunicipa.is/dbmkg>

Restava a efetivação da decisão pelo Executivo. Como tratou a coluna “Notas da Várzea”, a iminência da conquista definitiva do campo levou à articulação da diretoria do *Pitangui* que “com a doação do terreno da rua Itabira, em caráter definitivo, pela Municipalidade (...) encontrara agora, novo animo para a construção do estadinho ‘Esmeraldo Botelho’”⁹⁹. Segundo rememorou em entrevista Carlos Roberto Pimenta, o “Fumê”, zelador do campo do *Pitangui*, que vive ao lado do espaço de jogo há mais de 50 anos, uma das marcas da agremiação era a mobilização de seus dirigentes, figuras proeminentes do bairro, que, além das contribuições regulares, participavam todas as terças das reuniões na sede¹⁰⁰.

A atuação dos membros do *Pitangui*, assim como o interesse dos vereadores em atender a demanda desse setor garantiram a aprovação da doação do terreno, apesar do veto do Executivo. A intermediação do Legislativo para a resolução de problemas, somada à destinação de recursos, via emendas, aos clubes amadoristas, estreitava os vínculos entre os dois grupos. Essa última estratégia, inclusive, seria apropriada pelo governo municipal. Em 1962, ante o término de seu mandato sem a efetivação de qualquer medida em favor da várzea local, o prefeito Amintas de Barros que, como tratado no capítulo 7, tinha uma aproximação do setor, em especial pela sua passagem pela *Junta Disciplinar Desportiva*, resolveu fazer uma grande concessão de subvenções às agremiações locais. Naquele ano, 129 equipes receberam verbas que variavam entre meio e 13 salários mínimos do período¹⁰¹, somando distribuição equivalente a 500 salários mínimos¹⁰². Sem uma política consistente que pudesse deixar um legado permanente a, pelo menos, algumas entidades, o prefeito optou por destinar pequenas quantias, por um só ano, a todas as associações, seguindo a lógica do círculo vicioso citado quando da rejeição do projeto para o *Pitangui*.

Se a aprovação de um projeto de lei que garantisse benefício permanente a um clube apresentou-se como fato isolado – o *Pitangui* é o único que contou com a doação do terreno de seu campo pelo município –, outras estratégias, como as subvenções, originadas da aproximação entre as agremiações varzeanas e os vereadores, contribuíram para consolidação de redes políticas e de resolução de problemas. O Golpe Militar e Civil de 1964 interrompeu a escolha de prefeitos para a capital mineira e criou constrangimentos ao Legislativo Municipal. Vale agora examinar como se portaram, frente à ascensão autoritária, essas articulações construídas entre o final dos anos 1940 e o início da década de 1960.

⁹⁹ NOTAS DA VARZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 4 de julho de 1963.

¹⁰⁰ Cf. PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

¹⁰¹ Cf. BRASIL. **Lei Federal nº 51.336**, de 13 de outubro de 1961.

¹⁰² Cf. **Orçamento – 1962** – DR.01.02.05-082 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

8.2 – Reassentando as bases

No fim de semana após a eclosão do Golpe Militar e Civil de 1964, o meio do futebol varzeano parecia desconhecer o que se passava nos círculos de poder nacionais. Para o domingo, 5 de abril de 1964, anunciavam-se diversos amistosos. Naquele dia, seria disputada a final do campeonato do *Departamento de Futebol Amador* de 1963, que opunha *Pitangui* e *Cachoeirinha*¹⁰³. O transcurso normal do embate decisivo da temporada 1963, aponta para a baixa ressonância que a tensão política vivida no país, naquele momento, tinha nos bairros periféricos da cidade¹⁰⁴. A recepção do Golpe Militar e Civil de 1964 e suas repercussões entre grupos populares nos grandes centros brasileiros ainda carece de pesquisas mais detidas.

A normalidade vista naquele fim de semana não significava que nenhum efeito tenha sido sentido. Poucos meses após o golpe, o pedido de um clube a um dos principais militares do regime, o General Carlos Luis Guedes, dava indício de impactos do autoritarismo sobre a várzea:

APÊLO AO GENERAL GUEDES

Elementos do comando revolucionário recolheram as chaves da sede social do Conjunto Santa Maria, sob a alegação de que estão proibidas as reuniões de defesa coletiva. Acontece que a associação de defesa coletiva de Santa Maria está fechada há anos. O que existe na sede é um clube de futebol. E ali estão sendo ensaiadas quadrilhas para festas juninas. Pedem os residentes as chaves ao clube de futebol que tem ali guardadas roupas, chuteiras, calções, bolas e outros pertences. Naturalmente o comandante da Região Militar, que é um homem justo e compreensivo, saberá agir em favor de Santa Maria.¹⁰⁵

Com a ascensão do regime, houve um desmantelamento do movimento de favelas em Belo Horizonte, organizado a partir da *Federação dos Trabalhadores Favelados (FTFBH)*, citada no capítulo 5, e das incontáveis *União de Defesa Coletiva (UDCs)*, formadas nas vilas da capital mineira¹⁰⁶. Esse tipo de associação no Conjunto Santa Maria sempre esteve próximo de iniciativas como a fundação do *Esporte Clube Santa Maria*¹⁰⁷. Contudo, como aponta o trecho, com a desativação da *UDC* local, o centro social do bairro passava a ser utilizado, principalmente, pelo clube de futebol, além de outras iniciativas como quadrilhas juninas.

Aliados do movimento de “trabalhadores favelados” também seriam atingidos pelo golpe. José Maria Rabelo, candidato apoiado pela *FTFBH* e dono do *Binômio* exilou-se na

¹⁰³ Cf. ESPORTES – Pitangui x Cachoeirinha Amanhã na Decisão do Certame Varzeano. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 4 de abril de 1964.

¹⁰⁴ Cf. Conquistou Cachoeirinha o Título Amadorista de 63. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 2º caderno, 14 de agosto de 1962.

¹⁰⁵ Veemente apêlo ao diretor do DBP. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 4 de junho de 1964.

¹⁰⁶ Cf. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **“Trabalhadores favelados”**: o processo de identificação das favelas e os movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014, p. 190-191.

¹⁰⁷ Cf. ARAÚJO, Modestino da Silva [56 anos]; SILVA, Sebastião Fernandes da [63 anos]; PRADOS, Vicente de Souza [65 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 jun. 2016.

Bolívia¹⁰⁸. Igualmente esse período marcaria a suspensão da carreira política do vereador Geraldo Bizzoto, presidente do *Tremedal* e vereador na legislatura 1959-1963, referendado pela *FTFBH* para o cargo de vice-prefeito na eleição de 1962. A partir de então, ele se dedicaria a atividades em entidades de classe, só voltando à disputa eleitoral nos anos 1980¹⁰⁹.

Os efeitos da mudança política não seriam sentidos apenas com a repressão a clubes e a perseguição a figuras da várzea. Em meio às ações para respaldar o novo regime, a presença de algumas agremiações pôde ser percebida, como no caso da mobilização organizada pelos *Diários Associados* denominada Campanha “Ouro para o bem do Brasil”. Idealizada por Assis Chateaubriand, associado a Magalhães Pinto e Wenceslau Braz, a iniciativa, a exemplo dos esforços de guerra, propunha a doação de ouro, sob todas as formas, e outros recursos para financiar o governo que se instalava¹¹⁰. Em seu lançamento em Minas, a promoção contou com shows de ícones populares da música brasileira como Ângela Maria, Orlando Silva, Nelson Gonçalves, Jackson do Pandeiro, Almira Castilho, Gilda Valença e Altemar Dutra¹¹¹.

Organizando dias de arrecadação por setor da sociedade como comércio, indústria, classe política etc., chegava a data das contribuições do meio esportivo, amplamente divulgada nas páginas do *Diário da Tarde*, vespertino pertencente ao grupo do idealizador da campanha. Na ocasião, foi notada, em meio aos clubes profissionais, a presença de varzeanos. Enquanto *Atlético*, *Cruzeiro* e *América* doaram cheques de 50 mil cruzeiros cada, os amadoristas *Independente*, *Pitangui* e *Vasco da Gama* deram, respectivamente, 10, 50 e 100¹¹² mil cruzeiros¹¹³.

A matéria não relatou a presença de outras agremiações varzeanas, além das três citadas, todas elas reconhecidas como tradicionais associações dos bairros suburbanos. O *Pitangui*, inclusive, aguardava a efetivação de sua doação, para o que dependia do Executivo Municipal. Ao que parece, tanto em relação aos efeitos imediatos da repressão, quanto à mobilização em favor do regime, a postura da maioria dos clubes amadoristas era de afastamento e indiferença.

Logo no início de 1965, ocorreu o *impeachment* do prefeito Jorge Carone (1963-1965). Por indicação do então governador Magalhães Pinto, assumiu a Municipalidade Oswaldo

¹⁰⁸ Cf. A Coragem de José Maria Rabêlo. **O Beltrano**. Disponível em: <http://www.obeltrano.com.br/portfolio/a-coragem-de-jose-maria-rabelo>, acesso em 12 de fevereiro de 2021.

¹⁰⁹ Cf. Uma Coluna. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 3 de julho de 1982.

¹¹⁰ Cf. LANÇADA A CAMPANHA EM MINAS, ÀS 18 HORAS “SHOW” E INICIO DAS COLETAS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 12 de junho de 1964.

¹¹¹ Cf. MONUMENTAL SHOW. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 12 de junho de 1964.

¹¹² Para referência, o salário mínimo naquele ano era de Cr\$ 42.000,00. Cf. BRASIL. **Decreto Federal nº 53.578**, de 21 de fevereiro de 1964. Reestrutura as Regiões e Sub-regiões de Salário Mínimo, altera a tabela aprovada pelo Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53578-21-fevereiro-1964-393843-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹¹³ Cf. Esporte Leva Valiosa Contribuição à Campanha “Ouro para o Bem do Brasil”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 18 de julho de 1964.

Pieruccetti, da *UDN*, personagem ativo na trama do Golpe de 1964. Mesmo não sendo um político eleito, o novo mandatário foi prestigiado pelos clubes varzeanos que, a exemplo do que ocorria no período democrático, buscavam aproximação dos ocupantes dos cargos públicos¹¹⁴.

Dentre as homenagens, destacou-se aquela organizada pelo *Pitangui*, em 1965:

Comemorando a conquista em definitivo do terreno onde tem seu estádio, o Pitangui fará realizar domingo um festival, (...)

Na oportunidade irá o clube alvi-rubro varzeano prestar homenagem ao Prefeito, presidente da Câmara Municipal, outras autoridades e imprensa esportiva da Capital.¹¹⁵

A realização de homenagens seguia sendo mecanismo de reforço da reciprocidade entre as agremiações e as forças políticas. Após os esforços de vereadores para aprovação de lei que favorecia o clube, bem como da atuação do Executivo na conclusão do processo, o *Pitangui* oferecia sua contraprestação em forma de deferência pública no evento em celebração à conquista do bem mais importante que uma agremiação varzeana poderia ter: um campo de jogo.

A última eleição para o Executivo que aconteceria em Belo Horizonte nas próximas duas décadas escolheu o governador de Minas Gerais, em 1965. Novamente o futebol amador surgia como forma de aproximação das classes trabalhadoras urbanas. Dentre as pautas para o esporte do candidato da situação, Roberto Resende, estava: “Não basta, porém, amparar o profissional, que não se formará sem cursar a escola varzeana do futebol amador. É necessário fomentar o amadorismo, dando melhores condições aos campos existentes e construindo novos.”¹¹⁶

A vitória de Israel Pinheiro, candidato apoiado por Juscelino Kubitschek, para governador, com a consequente derrota de Roberto Resende, desencadeou o fim de um ciclo de eleições diretas para os executivos municipal e estadual que só seria retomado em 1982. Era surpreendente para o *Governo Federal* que Magalhães Pinto, um dos principais articuladores do golpe, não fizesse seu sucessor. Essa e outras demonstrações de impopularidade da Ditadura Civil-Militar impulsionaram a publicação do Ato Institucional nº 2, que impôs o bipartidarismo no Brasil, efetivou novas cassações e estabeleceu em definitivo o sistema de eleições indiretas tanto para o Executivo Nacional, como para o *Governo de Minas* e a *Prefeitura de Belo Horizonte*¹¹⁷.

Imposto em 1965, o AI-2 criou nova dinâmica nas eleições de 1966, quando seria recomposta a *Câmara de Vereadores*. A atuação do Legislativo local dava-se de forma incerta, em um contexto de paralisia e subordinação ao Executivo. Como noticiado pelo *Diário da Tarde*:

¹¹⁴ Cf. Várzea comemora amanhã brilhante encerramento do Campeonato de 1964. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 24 de julho de 1965; LIMA, Veiga, VARZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 2 de março de 1966.

¹¹⁵ PITANGUI PROMOVE TORNEIO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 8 de novembro de 1964.

¹¹⁶ ESPORTISTA MINEIRO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 6, 2º caderno, 2 de outubro de 1965.

¹¹⁷ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 61.

A Emenda Constitucional número 14 da Assembleia Legislativa não teve até o momento, na Câmara Municipal, a repercussão devida. A edilidade continua com o seu Regimento Interno intato, sem quaisquer adaptações aos atos oriundos da presidência da República, por inspiração da Revolução.

Debalde os esforços da Mesa Diretora da Câmara, face à obstrução que vem sendo mantida por determinados vereadores.

Prefeito se adianta

O prefeito Osvaldo Pieruccetti (*sic*), conforme ofício encaminhado à Câmara, acaba de sancionar leis cujas proposições, oriundas do Executivo achavam-se em tramitação demorada. O prefeito deliberou cumprir a Emenda Constitucional, deixando de tomar conhecimento do andamento de suas proposições.¹¹⁸

Respalado pela legislação “revolucionária”, o indicado para prefeito Oswaldo Pieruccetti, dados os impasses da *Câmara Municipal*, que se reorganizava após o golpe, outorgou suas proposições, ignorando a divisão entre os poderes. Como comentava artigo do *Diário da Tarde*, o legislador passava a ser mero “procurador das partes, que trata de assuntos de interesse de seus eleitores ou gasta o tempo participando de conchavos políticos”. Abordando o caso dos deputados estaduais, identificava que a esses restava, tão somente, “dar denominação a próprios estaduais, declarar de utilidade pública as entidades privadas e, sobretudo, conceder títulos de cidadão honorário”¹¹⁹. Perdas de função similares atingiam os vereadores nesse momento¹²⁰.

Tal esvaziamento do Legislativo impactaria a votação de 1966, na qual, sem poder escolher o prefeito de Belo Horizonte, a população se restringia a eleger os vereadores da cidade. Classificava-se aquele como o pleito de menor interesse dos últimos 30 anos¹²¹. Opinião que parecia corroborada pelos resultados eleitorais. Se a abstenção dos votantes teria ficado na média anterior, com 17%; o número de votos nulos girava em torno de um terço¹²² e surpreenderia pelo volume, o que seria qualificado como rejeição ao governo militar¹²³.

A implantação do bipartidarismo, meses antes da eleição, levou a uma reordenação das forças políticas na capital e em Minas. Eleito em oposição à *UDN*, partido mais alinhado aos golpistas, Israel Pinheiro, do *PSD*, que era apoiado por Juscelino Kubistchek, acabou aderindo à *Aliança Renovadora Nacional (ARENA)*¹²⁴. Tal situação gerou um desequilíbrio, já que setores do *PSD*, os quais naturalmente ingressariam no *Movimento Democrático Brasileiro (MDB)*, terminaram por compor o partido da situação, dada sua proximidade com o novo governador.

¹¹⁸ Prefeito assina leis que Câmara não votou. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 25 de julho de 1965.

¹¹⁹ SILVEIRA, Antônio, O deputado é hoje um homem sem lei. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 21, 16 de outubro de 1967.

¹²⁰ Cf. SILVA, Regina Helena Alves da (coord.). *O legislativo e a cidade*: domínios de construção do espaço público. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

¹²¹ Cf. Uma Coluna. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 14 de novembro de 1966.

¹²² Cf. Abstenção surpreende: 17%. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 16 de novembro de 1966.

¹²³ Cf. ANTUNES, Xico, Confidencial – E o govêrno perdeu as eleições. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 17 de novembro de 1966.

¹²⁴ Cf. DISCURSO DE POSSE DE ISRAEL: APOIO A CASTELO E INTEGRAÇÃO NA ARENA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 31 de janeiro de 1966.

Se a filiação à *ARENA* aproximava os parlamentares dos executivos estadual e municipal, tal opção sofria a resistência da população da capital mineira, dada a impopularidade do regime ali. Em meio às movimentações eleitorais, observou-se uma reordenação artificial de forças, pressionada pelo bipartidarismo, o que, associado à perda de relevância do Legislativo, demandaria uma reinvenção dos vereadores para manterem suas bases, sem perderem a atuação junto à administração, que garantia a atenção às demandas de seu eleitorado.

A votação de 1966 confirmou a força de candidatos paroquiais, que se reorganizavam no novo cenário. O já citado Antonio Menezes, originalmente filiado ao *PSP*, optou pela *ARENA*, sendo reconduzido à vereança¹²⁵. O mesmo acontecia com o antigo membro do *PTB*, João Batista Cardoso, integrante do *MDB*, também reeleito, com base na aproximação crescente da região do Barreiro, como indicava sua destinação de subvenções¹²⁶.

Novos nomes dentro desse perfil também podiam ser notados, a exemplo de João Gualberto Teixeira que, como publicado no *Diário da Tarde*, destacava-se pela inserção regional:

O focalizado é diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Secundário de Minas Gerais, presidente da Associação dos Pais e Mestres e da Caixa Escolar do Grupo Flavio dos Santos; presidente da Caixa Escola (*sic*) do Grupo Sabino Barroso; relações publica (*sic*) do EC Vila Concórdia e da Sociedade Pró-Melhoramento do Bairro Nova Floresta. (...)

Motivou a candidatura João (*sic*) Gualberto Teixeira a “vontade de trabalhar (*sic*) pelo progresso da cidade, principalmente no desdobramento de um programa em benefício dos bairros pobres e das vilas abandonadas, pois mora, há 26 anos, na Concórdia e tenho, inclusive, um irmão favelado”.¹²⁷

Como era próprio da cultura associativa de bairro, o vereador eleito tinha vinculação a diferentes entidades na região da Concórdia e suas adjacências, de clubes esportivos a caixas escolares, além de apresentar inserção classista como professor secundário. Filiado à *ARENA* comporia a minoria na *Câmara Municipal* na legislatura que se iniciava em 1967. Em que pese a vitória do partido do regime no interior de Minas Gerais, em Belo Horizonte, prevaleceu a preferência pelo *MDB*¹²⁸, sendo escolhidos treze vereadores da oposição contra oito da situação. Enquanto o setor governista renovava-se com apenas um nome, considerando-se que João Gualberto Teixeira já era suplente e os demais efetivos, o *MDB* apresentava nove novos representantes¹²⁹. Tal situação permitia a ascensão de jovens fenômenos eleitorais que articulavam outros capitais políticos a um repertório associado às *redes de resolução de problemas*, o que implicaria em um novo equilíbrio de forças nas disputas locais.

¹²⁵ Cf. Vereador denunciou situação do Sete. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 12, 7 de abril de 1967.

¹²⁶ Cf. **Lei nº 1211/65** – DR.01.02.09-8633 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹²⁷ CARAM, Foad. Quem é que na Câmara (VI). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 16 de dezembro de 1966.

¹²⁸ Cf. *MDB* venceu em Belo Horizonte. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 3 de dezembro de 1966.

¹²⁹ Cf. *MDB* elege mais e Mauro tem votação de deputado. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 29 de novembro de 1966.

8.2.1 – Uma força emergente

No cenário de renovação da *Camâra Municipal* impulsionado, principalmente, pelos quadros do *MDB*, algumas tendências despontavam no perfil dos eleitos. Destacavam-se os vínculos com a imprensa¹³⁰, com quatro profissionais do setor, e com o futebol, com a presença de um jogador profissional, um diretor de clube e um chefe de torcida¹³¹.

O principal destaque do *MDB* nas eleições para vereador, em 1966, foi um atleta profissional, Roberto Mauro, centroavante do *Atlético*, que recebeu 19 mil votos, mais do que o dobro de qualquer concorrente. Seguindo a tendência de popularidade de jogadores do “Galo”, com as passagens anteriores de Olavo Leite Bastos, o Kafunga, José do Monte e Afonso Silva, o Afonso Bandejão, pela *Câmara Municipal*, o atacante alvinegro ainda contava com o fato de seu pai, Geraldo Silva Oliveira, ter ocupado uma cadeira como edil, por duas ocasiões, entre 1951 e 1959¹³². Com atuação na região do Barreiro, como apontam as subvenções por ele destinadas, incluindo-se, entre 1954 e 1959, ao *Barreiro Futebol Clube*¹³³, o antigo político pôde contribuir para os extraordinários números alcançados pelo filho.

Outra concorrente que ganhou destaque foi a segunda candidata mais votada e primeira mulher eleita, única naquele pleito, Júnia Marise Coutinho. Com 22 anos, a estudante de direito e jornalista já era reconhecida, tendo recebido o prêmio de “Melhor Setorista da Imprensa Mineira” no ano de 1965. Filha de professora, tinha na educação sua maior bandeira, sendo responsável pela promoção “Professor do Ano”. Suas pautas ligavam-se, ainda, a três problemas imediatos dos bairros: “Grupos Escolares – Centros de Saúde – Telefones Públicos”¹³⁴.

Habilidosa no uso das mídias, já no início de sua atuação Júnia Marise surgia como solucionadora de problemas. Após afirmar, ainda no início de seu primeiro ano de mandato, que “conseguiu a doação de 13 terrenos para a construção de grupos escolares”¹³⁵, atacaria outro tema central do debate na cidade: o abastecimento de água. Ao cobrar o andamento das obras de captação, foi para Brasília, em ato político de pressão à *Prefeitura*¹³⁶.

¹³⁰ Situação parecida se veria na renovação do *MDB* fluminense, com muitos jornalistas eleitos. Cf. SARMENTO, Carlos Eduardo. **O espelho partido da metrópole**: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca, FAPERJ, 2008, p. 175-199.

¹³¹ Informações baseadas na série “Quem é quem na nova Câmara”, publicada entre os dias 10 de dezembro de 1966 e 10 de janeiro de 1967 no *Diário da Tarde*.

¹³² Cf. Quem é quem na Câmara (VII). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 20 de dezembro de 1966.

¹³³ Cf. Lei nº 0356/53 – DR.01.02.09-7729; Lei nº 0419/54 – DR.01.02.09-9857; Lei nº 0525/55 – DR.01.02.09-7904; Lei nº 0596/56 – DR.01.02.09-7977; Lei nº 0663/57 – DR.01.02.09-8046; **Proposta para orçamento – 1959** – DR.01.02.05-100 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹³⁴ CARAM, Foad. Quem é quem na Câmara (I). *Diário da Tarde*, p. 21, Belo Horizonte, 12 de dezembro de 1967.

¹³⁵ Vereadora obtém áreas para grupos escolares. *Diário da Tarde*, p. 2, Belo Horizonte, 19 de maio de 1967.

¹³⁶ Cf. Junia vai a Costa se não saírem verbas para água. *Diário da Tarde*, p. 5, Belo Horizonte, 30 de agosto de 1967.

Presença constante nos jornais, a vereadora rapidamente percebeu a visibilidade garantida pelo futebol. Sua primeira ação nessa área unia sua condição de torcedora do *Atlético* e de católica. Ao frequentar o Mineirão, notou a falta de uma capela, conduzindo a negociação para instalação do templo, medida que, apesar de simples, produziu boa repercussão¹³⁷.

Ainda no ano de 1968, Júnia Marise interveio a favor dos clubes profissionais para o perdão da dívida com a *Prefeitura* sobre as taxas da bilheteria dos jogos, previstas em 10% do ingresso. O montante já somava NCr\$ 706 mil¹³⁸, ou seja, mais de 1% da arrecadação municipal global de 1968, que foi de pouco mais de NCr\$ 60 milhões¹³⁹. Segundo informava a vereadora:

Ela estará junto com os times apelando no sentido da isenção da taxa e perdão da dívida levantada. Pedirá, ainda, ao prefeito que envie, nesta semana, um projeto de lei à Câmara isentando os clubes da taxa de 10%. Júnia disse: – Caso atenda esta sugestão (*sic*), apresentarei um projeto de lei autorizando a Prefeitura a isentar os clubes, desta taxa. No caso de ser vetada, farei uma campanha junto aos meus companheiros para derrubada do veto. Se necessário, pedirei uma comissão especial para dar parecer dentro da sessão ordinária, que é de 15 dias, para em tempo recorde votar o projeto e, se for necessário, até reunião extraordinária para resolver logo o assunto.¹⁴⁰

A nova vereadora ressaltava as possibilidades de atuação dentro do rito legislativo que se impunha com a tutela do Executivo. A mobilização de debates públicos, expostos na mídia, era meio de fazer pressão em favor de suas pautas. Não demoraria para que Júnia Marise se aproximasse do futebol varzeano. O seu caso permite perceber de que maneira a própria atuação na edilidade levava uma jovem mulher a se inserir num contexto que, até então, vivenciara tangencialmente. Em um artigo, publicado em 1983, a vereadora destacava suas origens:

FOI NA Vila Oeste, onde nasci, que desde menina comecei a conviver com as camadas mais sofridas de nossa cidade, na luta de uma comunidade que pedia transporte coletivo, escola, rede de água, luz, asfalto e assistência médica. A professora Maria Coutinho, diretora da Escolinha que funcionava em um galpão alugado, fazia doublê de presidente da Associação dos Moradores do Bairro, da Associação das Donas de Casa, e vez por outra mobilizava a comunidade para levar às autoridades, as suas reivindicações (...) A tudo eu acompanhava, menina ainda, até que os anos foram me conduzindo à escola primária, ao Colégio e à Universidade. Mas não podia deixar de participar da luta de minha mãe, uma educadora que ficou conhecida na região pela sua dedicação aos pobres, e de sua luta pelas melhorias do bairro.¹⁴¹

¹³⁷ Cf. Fé em Deus e olhos no futebol. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 5 de janeiro de 1968.

¹³⁸ Valor equivalente a quase 7 mil salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto nº 60.231**, de 16 de fevereiro de 1967. Modifica a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 57.900, de 2 de março de 1966, e alterada pelo Decreto nº 58.154, de 5 de abril de 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60231-16-fevereiro-1967-400952-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹³⁹ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1968**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Sousa Lima. Belo Horizonte, março de 1969, p. 50.

¹⁴⁰ CLUBES PEDEM PERDÃO A SOUZA LIMA HOJE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 14 de maio de 1968.

¹⁴¹ MARISE, Júnia. Opinião – A pobreza que politiza. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 18 de maio de 1983.

A Vila Oeste¹⁴² era região de dois clubes já citados, o *Alvorada* e o *Reunidos*. Como comentado por Nilton Graciano da Silva, o “Chapinha”, ex-goleiro do *Alvorada* e fundador do *Veteranos Unidos da Vila Oeste*, Maria Coutinho, mãe da vereadora, era uma pessoa reconhecida no bairro e, por anos, foi a diretora do grupo local. A área era um povoamento isolado, sem serviço de transporte direto. Atividades desenvolvidas na escola, como o teatro amador, e as partidas e os bailes promovidos por *Alvorada* e *Reunidos* eram das raras atividades de lazer e sociabilidade disponíveis a seus moradores¹⁴³. Ainda que Júnia tenha se afastado para cursar o colégio, em sistema de internato, e a universidade¹⁴⁴, por estar inserida na comunidade do bairro, conhecia as atividades dos clubes varzeanos, familiaridade que permitiria uma aproximação em um contexto de mudança na política de subvenções.

Desde que José do Monte, ainda na formulação do orçamento municipal de 1953, inseriu emendas para a destinação de verbas a agremiações de várzea na rubrica referente ao fomento a entidades culturais e educacionais, a prática tornou-se uma tendência seguida por inúmeros outros vereadores. A partir da previsão para 1969, contudo, os clubes esportivos da cidade consolidaram-se como recebedores de subsídios públicos, graças à Lei Municipal nº 1.513, de 31 de julho de 1968, de iniciativa do Executivo, que previu alteração do código tributário do município para concessão de auxílio ao desporto amador e universitário¹⁴⁵.

Com isso, os vereadores já não precisavam mais prever subsídios às associações amadoristas em listas de entidades culturais e educacionais, havendo segmentação específica para o tema. Contudo, da mesma forma que aquele subterfúgio era usado para atender às bases de um determinado grupo, os membros da *Câmara Municipal* que não tinham vínculo com o futebol popular, distribuíam os valores previstos para o esporte amador a clubes recreativos particulares ou a organizações assistenciais com fins de promover atividades atléticas¹⁴⁶. Além disso, nos primeiros anos, pelo fato de o *Conselho Municipal de Esportes* estar integrado à *Secretaria Municipal de Planejamento*, o destino da verba ficava mais difuso¹⁴⁷. Essa dispersão inicial se expressa no gráfico abaixo que mostra a evolução do montante reservado aos clubes de várzea em cada elaboração do orçamento, considerando-se o total de salários mínimos para o ano, entre 1953 e 1983, período em que o número de edis da cidade foi o mesmo, ou seja, 21.

¹⁴² Para informações sobre a Vila Oeste, vide nota 130 do capítulo 3. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹⁴³ Cf. SILVA, Nilton Graciano da [81 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 ago. 2016.

¹⁴⁴ Cf. Meu nome é Júnia. Sou a mais votada do Brasil. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de dezembro de 1974.

¹⁴⁵ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.513**, de 31 de julho de 1968. Introduz alteração no Código Tributário do Município, contido na Lei 1.310, de 31 de dezembro de 1966, concede auxílio ao desporto amador e universitário, através do Conselho Municipal de Esportes, e autoriza a remissão total ou parcial de créditos tributários. DR.01.02.09-8937 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁴⁶ Cf. **Lei nº 1584/68** – DR.01.02.09-9013 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁴⁷ Cf. **Lei nº 1741/69** – DR.01.02.09-9171 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.



Gráfico 4 – Valor total dos subsídios aos clubes de várzea em número de salários mínimos (1953-1983). Fonte: série de leis para elaboração orçamentária referente aos anos de 1953 a 1983 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH. Elaboração do autor.

Para montagem da série foram examinadas as leis para a elaboração do orçamento referentes aos anos de 1953 a 1983, seja a consolidação da proposta ou as indicações de emendas pelos vereadores, tendo sido somado apenas o montante da verba destinado a agremiações envolvidas com o *circuito* varzeano. Como forma de dimensionar o valor, considerou-se a variação do salário mínimo para cada ano. Há de se pontuar, que a tendência do gráfico se altera se comparado ao crescimento da receita do município, a qual evoluiu mais substancialmente do que a soma destinada aos clubes, contudo, o que se pretende captar é o impacto do apoio ao meio amadorista, sendo o poder de compra a referência mais adequada.

Posto isso, observa-se uma tendência relativamente estável na década de 1950, com um pico em 1962, explicável pela ação, já citada, do prefeito Amintas de Barros no ano derradeiro de seu mandato, e um crescimento mais ou menos constante entre 1972 e 1979. Esse último movimento é o que mais interessa, por agora, para a reflexão sobre a atuação dos vereadores. Assim, o que se percebe é que os efeitos da lei que concedia auxílio ao futebol amador passaram a ser mais sentidos a partir de 1972-1973, momento de reposicionamento do *Conselho Municipal de Esportes* na estrutura administrativa da *Prefeitura*, tema que será tratado no capítulo 9. A partir daí ficava mais clara a destinação dos recursos para entidades desportivas.

Se, no início do seu mandato, Júnia Marise destinava os subsídios da rubrica voltada às entidades culturais e educacionais para instituições escolares, as quais concentravam grande parte de sua atenção, a criação de um segmento específico para atividades esportivas permitiu maior aproximação da vereadora com os clubes que marcavam o cotidiano de seu bairro. Interessante notar que a primeira verba distribuída para uma agremiação do tipo não se deu para o *Alvorada* ou para o *Reunidos*, times de sua região, mas sim para o *Pitangui*, no orçamento para 1969¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Cf. **Lei nº 1584/68** – DR.01.02.09-9013 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

Como o exame das emendas daquele ano e do seguinte deixa claro¹⁴⁹, houve um apoio financeiro à equipe da Lagoinha a partir de vários membros da *Câmara Municipal*, justamente no período em que a agremiação promovia obras no campo que passava a ser de sua propriedade¹⁵⁰, o que provavelmente aponta para uma mobilização de seus diretores junto à edilidade. Ainda que movimentos semelhantes ao indicado acima fossem vistos na destinação da verba específica para o esporte¹⁵¹, a tendência foi a da pulverização dos valores, especialmente entre os vereadores com bases locais bem definidas. Assim, observa-se que, a partir de 1970, Júnia Marise passa a prever recursos regulares às equipes de sua região, com destaque para o *Alvorada* e o *Reunidos*¹⁵². Prática parecida com a adotada pelo já citado, Geraldo Pereira Sobrinho, que, em 1971, retornaria à *Câmara Municipal*, mantendo sua rotina de subsídios à *A.A. Cachoeirinha*.

Mas o que esses valores significavam na rotina de uma agremiação? Qual o seu impacto para sua manutenção cotidiana? Há alguns indícios que permitem dimensionar os custos decorrentes da atividade de uma equipe amadorista. Em reportagem de 1967 que abordava o impacto inicial do Mineirão e a redução do público nos campos de várzea¹⁵³, assim como as dificuldades do desaparecimento dos espaços de jogo, contabilizavam-se as despesas de um time que, sem uma área, dependia do aluguel da cancha. Essas somavam locação, transporte, lavagem dos uniformes e reposição de material, como a bola, por exemplo, o que totalizava NCr\$ 150,00 ou, um salário mínimo e meio do período por mês¹⁵⁴. O que deveria ser acrescido de gastos eventuais com a compra de um novo conjunto de camisas, que não saia por menos de NCr\$500,00, e de meiões a NCr\$40,00, montante que representava cinco salários¹⁵⁵.

Outra referência, que dá a ver as receitas das entidades, é o balanço do *Prudentina Futebol Clube*, de maio de 1972, que consta de seu processo para reconhecimento de utilidade pública. Segundo informado, enquanto o clube arrecadara naquele mês Cr\$ 290,00, correspondente à contribuição de 82 sócios, teria gasto Cr\$ 345,00 com aluguel de vestiário,

¹⁴⁹ Para 1969, o *Pitangui* conseguiu valor total superior a 26 salários mínimos destinado por 12 diferentes vereadores, enquanto, para 1970, o montante somou mais de 28 salários originados de 11 membros da *Câmara Municipal*. Cf. **Lei nº 1584/68** – DR.01.02.09-9013; **Lei nº 1741/69** – DR.01.02.09-9171 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁵⁰ Cf. *Pitangui cresce e não vai parar. Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 5 de novembro de 1968.

¹⁵¹ Vale observar que, no primeiro ano do pagamento, para 1969, *Pitangui* e *Tremedal* concentraram 60% do valor destinado aos clubes varzeanos. Cf. **Lei nº 1584/68** – DR.01.02.09-9013 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁵² Cf. **Lei nº 1741/69** – DR.01.02.09-9171; **Lei nº 1.899/70** – DR.01.02.09-9341; **Emendas à proposta orçamentária de 1972** – DR.01.02.05-078; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593; **Lei nº 2253/73** – DR.01.02.09-9704; **Lei nº 2378/74** – DR.01.02.09-9833 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁵³ Tese que não se sustentaria com os anos, pois, em 1973, os dirigentes dos clubes profissionais propunham a mudança do horário das partidas varzeanas disputadas aos domingos à tarde, para minimizar o esvaziamento do Mineirão. Cf. Amadoristas acusam: os cartolas querem acabar com a Várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 19, 1º de março de 1973.

¹⁵⁴ Cf. BRASIL. **Decreto nº 60.231**, de 16 de fevereiro de 1967.

¹⁵⁵ Cf. MARINHO, Mário Lúcio. Mineirão não dá só alegria: está matando o futebol amador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p.11, 9 de março de 1967.

lavagem de uniformes e compra de medicamentos e de uma bola A32, acumulando déficit de Cr\$55,00¹⁵⁶, valor correspondente um quarto do salário mínimo que vigoraria até aquela data¹⁵⁷.

Ao se examinar a curva de crescimento das subvenções entre 1972 e 1979, observa-se que, durante esses anos, em média, 34 clubes diferentes foram beneficiados por recursos a cada ano, os quais eram, em média, de quatro salários mínimos por ano, sendo que essas variadas agremiações nem sempre ficavam restritas à destinação de verbas de um único vereador¹⁵⁸. Em bairros com boa representação, um mesmo clube poderia ter repasses de dois ou mais integrantes do Legislativo. Assim, considerando os gastos mensais das equipes e as outras fontes de renda que possuíam, é plausível dizer que os valores originados da *Câmara* podiam representar a diferença entre um balanço de déficits anuais e uma boa saúde financeira para a associação varzeana¹⁵⁹.

Se a garantia de subvenções significava um apoio constante que os vereadores podiam oferecer, o qual permitia a manutenção mais tranquila dos clubes, a sua intervenção para a resolução de problemas que afligiam as agremiações varzeanas era muito valorizada. Nesse sentido, cabia ao representante construir acessos que potencializassem a sua mediação, no que Júnia Marise demonstrou-se hábil ao longo de sua carreira, como no caso tratado na nota a seguir:

Júnia Marise, além de bonita, é diretora da Agência Nuno de Viagens e vereadora que não esquece seus eleitores. Ela está agora construindo estádios para os pequenos clubes, nos bairros e vilas. Já pediu um a Pieruccetti, para a Vila Oeste.
*** HÁ UMA LEI municipal que manda construir pequenos estádios para os clubes amadores, beneficiando bairros e vilas Júnia Marise foi a primeira a requerer o benefício, para a Vila Oeste. Conseguiu, ali, unificar dois clubes, em benefício da obra. O requerimento já foi feito ao Conselho Municipal de Esportes, por intermédio do prefeito Osvaldo Pieruccetti.¹⁶⁰

Apesar de curto, o trecho acima, de 1972, evoca vários pontos de relevo. A começar pelo comentário pouco usual a respeito da beleza de um parlamentar, próprio de um contexto machista que marca a participação feminina na política. Faz, ainda, referência ao projeto de lei citado na abertura deste capítulo, que autorizava a criação de pequenos estádios nos bairros, o

¹⁵⁶ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2134**, de 17 de outubro de 1972 – DR.01.02.09-9582 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁵⁷ Cf. BRASIL, **Decreto Federal nº 66.523**, de 30 de abril de 1970. Altera a Tabela do Salário-Mínimo aprovada pelo Decreto nº 64.442, de 1º de maio de 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66523-30-abril-1970-409281-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁵⁸ Cf. **Emendas à proposta orçamentária de 1972** – DR.01.02.05-078; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593; **Lei nº 2253/73** – DR.01.02.09-9704; **Lei nº 2378/74** – DR.01.02.09-9833; **Lei nº 2540/75** – DR.01.02.09-3323; **Lei nº 2687/76** – DR.01.02.09-3473; **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁵⁹ Em referência dos anos 1980, outro vereador de perfil paroquial, João Gualberto da Silva comentava sobre entraves impostos pela *Prefeitura* para a disponibilização das subvenções às entidades em geral, com muitas exigências burocráticas de documentação. Pelo citado na reportagem, a papelada exigida pouco se diferenciava da prevista pelo *Departamento de Futebol Amador*, conforme tratado nos capítulos 1, 2 e 3; o que leva a crer que apesar dessa barreira, as agremiações filiadas ao *DFA* não teriam maiores dificuldades de acessar o benefício. Cf. Mais difícil receber do que ter a subvenção. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 22 de agosto de 1981.

¹⁶⁰ Uma coluna. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 7 de abril de 1972.

qual ainda não havia se desdobrado em ações efetivas. Trata, também, do risco de perda dos campos vivenciados por *Alvorada* e *Reunidos*, da Vila Oeste, em função da construção da Avenida Tejuco, tema citado no capítulo 5, ameaça combatida pela atuação de Júnia Marise. Para tanto, ela mobilizava o bom trânsito que possuía com o indicado para a *Prefeitura*, Oswaldo Pieruccetti, mesmo sendo eleita por um partido de oposição, o *MDB*. Aproximação que era alvo de polêmicas dentro da legenda, que acusava alguns integrantes de não fazer o enfrentamento à gestão do regime, em busca de benefícios para suas bases eleitorais¹⁶¹.

Ao contrário do que se referia a nota, a iniciativa de construção de estadinhos na Vila Oeste proposta por Júnia Marise não era a primeira. Ela mesma já trabalhara para a criação de uma praça de esportes em outra região, o Conjunto IAPI¹⁶², propondo um projeto de lei, depois vetado pelo Executivo¹⁶³. Mesmo sem efetivar a criação dos campos, observa-se que ela, ano a ano, expandia a sua atuação, tanto do ponto de vista temático, como das partes da cidade, consolidando a imagem de solucionadora de problemas. A força política que construíra em oito anos na *Câmara* seria expressa na eleição de 1974, quando concorreu para deputada estadual e se confirmou como a mais votada, não apenas de Minas Gerais, mas dentre todos os membros das assembleias estaduais do país, com 55 mil votos. Entrevistada sobre o seu feito, ela ponderou:

Qual o segredo de seus sucessos políticos?

“Trabalho. Muito trabalho. Minha atuação sempre levou em conta os problemas de Belo Horizonte. Os mais diversos. Não é demais afirmar que estou entre os mais atuantes vereadores de nossa cidade. Para se ter uma idéia do meu trabalho, basta afirmar que, dos 32 grupos escolares construídos pela Prefeitura, ao tempo do sr. Souza Lima, 14 o foram por minha indicação. Somente na Vila Oeste, onde nasci, providenciei o asfaltamento e calçamento para 34 ruas”¹⁶⁴.

Ao resumir seu sucesso, a vereadora enfatizava o seu papel na intermediação para o beneficiamento de regiões da cidade com escolas e, em especial, de seu bairro com calçamento e asfaltamento. O trabalho local seria ressaltado como fórmula de vitória de vários candidatos para a *Câmara Municipal* em 1972, o que foi tratado em reportagem que indicava que “Verlaine Menezes é um exemplo, tendo conseguido, só na 25ª Zona, 7.081 votos, enquanto a 28ª Zona garantiu a eleição de dois outros, Álvaro Antônio Dias, que ali conseguiu 7.283 votos e Cícero Ildefonso, que de uma votação de 6.650 teve 3.683 naquela área”¹⁶⁵. Verlaine era a herdeira política do citado Antônio Menezes, que foi homenageado em torneio do *Minas Brasil*. Já Álvaro

¹⁶¹ Cf. Vereador condena adesismo do MDB. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2 de dezembro de 1971.

¹⁶² Cf. Um estadinho no IAPI, é o que Júnia pede. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 4 de maio de 1971.

¹⁶³ Cf. Ofício G1699/71. GR 1126 – Caixa 388 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

¹⁶⁴ Meu nome é Júnia. Sou a mais votada do Brasil. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de dezembro de 1974.

¹⁶⁵ Veja como se vence a eleição com os votos de um bairro só. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 23 de novembro de 1972.

Antônio se consolidaria como liderança na região do Barreiro por anos, fazendo sucessor seu filho, o ex-vereador de Belo Horizonte e ex-ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio¹⁶⁶.

A importância da votação nos bairros fez com que vários membros da *Câmara Municipal* tivessem grande preocupação com o seu papel na mediação para resolução de problemas, atividade que, no contexto de esvaziamento dos poderes das casas legislativas pelo regime ditatorial, era uma das poucas funções a serem mobilizadas pelos políticos eleitos. Não por acaso, um comunicado da *Prefeitura* gerou grande insatisfação, como noticiou o *Diário da Tarde*:

O aviso da Prefeitura não agradou a quem faz política municipal, especialmente aos candidatos a vereador. Porque ele tira a sua influência sobre os bairros e vilas. Por isso mesmo, já está sendo criaticado (*sic*).

É um convite aos representantes de comitês pró-melhoramentos de bairros e vilas, para que se dirijam à Prefeitura, fazendo, pessoalmente, as reivindicações de obras para as suas respectivas regiões. Isso significa que está se tentando extinguir a figura do “intermediário”, que era o vereador ou o candidato. Para a Prefeitura, é só uma forma de “sentir melhor os problemas de cada bairro e vila da cidade”.¹⁶⁷

A iniciativa da *Prefeitura* em pleno contexto eleitoral, além de enfraquecer os candidatos paroquiais, visava aproximar as associações da *ARENA*. Tal medida foi pontual e não interferiu na dinâmica de mediação, a qual se manteve, como indicado por fontes posteriores¹⁶⁸. Assim, a consolidação de uma rede de contatos e de acessos para a resolução de problemas era importante ativo a ser conservado, viabilizando a constituição de um grupo político, com a eleição de aliados.

Vários foram os episódios de transferência de prestígio, em especial para familiares, observados na política local de Belo Horizonte na década de 1970. Um dos casos foi o da já citada Verlaine Menezes, eleita vereadora em 1970 e 1972, enquanto o pai disputava uma vaga no Legislativo Estadual¹⁶⁹. Ela se manteria por dois mandatos, para dar lugar novamente a Antônio Menezes. Ao se comparar as propostas de subvenções do pai e da filha, percebe-se que mantinham o atendimento aos clubes varzeanos da mesma região¹⁷⁰.

Jorge Ferraz que, em 1974, seria o deputado federal mais votado de Minas¹⁷¹ e que se firmava como o presidente regional do *MDB*¹⁷², também lançou o filho, Paulo Ferraz, eleito

¹⁶⁶ Cf. Quem é Marcelo Álvaro Antônio, ministro na mira do escândalo de 'laranjas' do PSL. *Globo.com*, 21 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/02/21/quem-e-marcelo-alvaro-antonio-ministro-na-mira-do-escandalo-de-laranjas-do-psl.ghtml>. Acesso em 14 de fevereiro de 2020.

¹⁶⁷ Aviso da Prefeitura desagrada vereadores. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 7 de agosto de 1972.

¹⁶⁸ Cf. Peça a um vereador o asfalto para a sua rua. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 30 de agosto de 1974.

¹⁶⁹ Cf. Veja como se vence a eleição com os votos de um bairro só. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 23 de novembro de 1972.

¹⁷⁰ Cf. **Lei nº 1584/68** – DR.01.02.09-9013; **Emendas à proposta orçamentária de 1972** – DR.01.02.05-078; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593; **Lei nº 2253/73** – DR.01.02.09-9704; **Lei nº 2378/74** – DR.01.02.09-9833; **Lei nº 2540/75** – DR.01.02.09-3323; **Lei nº 2687/76** – DR.01.02.09-3473; **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829; **Lei nº 3141/79** – DR.01.02.09-3966 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁷¹ Cf. Jorge Ferraz, 27 anos de atividade política. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de dezembro de 1974.

*E.C.*¹⁸⁰, clube da região do Barreiro, o que apontava para seu esforço de ampliação de áreas de influência na cidade. Tais tentativas de expansão das bases não se davam de forma tranquila, foram vários os episódios em que lideranças paroquiais questionaram a interferência de outros políticos nas suas regiões de atuação, como na ocasião em que Álvaro Antônio acusou a já deputada Júnia Marise de fazer demagogia com obras para rede de água no Barreiro de Cima¹⁸¹.

As altas votações e a atuação em mais áreas da cidade permitiriam que a deputada estadual recém-eleita trabalhasse para a condução de uma aliada à *Câmara Municipal*, com a candidatura de sua irmã, Vera Coutinho, vencedora no pleito de 1976¹⁸². A chegada da nova vereadora apontava, por um lado, a reiteração do repertório adotado por sua antecessora, com a aproximação das agremiações varzeanas, inclusive com a destinação de subsídios¹⁸³, e, por outro, a ampliação das conexões da dupla para outras regiões, em especial os bairros Primeiro de Maio¹⁸⁴ e Saudade¹⁸⁵, nas porções norte e leste de Belo Horizonte, respectivamente.

A presença das irmãs se tornou cada vez mais recorrente no meio varzeano, com diversas homenagens. Em 1978, Júnia foi a convidada especial do festival da *Ferrovária*¹⁸⁶, agremiação cuja torcida ela apoiaria, no ano seguinte, na viagem para os jogos da fase final da *Copa Arizona*, no estado do Espírito Santo¹⁸⁷. As duas foram escolhidas como presidentas de honra do *1º de maio*¹⁸⁸, clube que ainda teve Vera Coutinho como a patronesse da prova final de seu festival, em 1982, quando a equipe enfrentou o *Reunidos*¹⁸⁹, clube originado na Vila Oeste, onde nasceram as políticas. A relação com o *1º de maio* envolvia subvenções regulares da vereadora¹⁹⁰ e a declaração de utilidade pública estadual da deputada¹⁹¹. Os convites a Júnia eram tantos que, em 1981, informava-se que ela “passou o fim de semana fazendo verdadeira maratona nos bairros de BH, prestigiando festivais esportivos nos campos de várzea, como patrona de quatro torneios”¹⁹².

¹⁸⁰ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.876**, de 3 de outubro de 1970. Declara de utilidade pública o Comercial Esporte Clube sediado nesta capital – DR.01.02.09 – 9318 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁸¹ Cf. Júnia rebate acusação. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 7 de julho de 1976.

¹⁸² Cf. Está formada a futura Câmara. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 24 de novembro de 1976.

¹⁸³ Cf. **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829; **Lei nº 3141/79** – DR.01.02.09-3966; **Lei nº 3270/80** – DR.01.02.09-4107; **Lei nº 3395/81** – DR.01.02.09-4243 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁸⁴ O Primeiro de Maio tem origem em vilas formadas, desde os anos 1940, por operários do Matadouro Modelo e de indústrias relativas ao abatimento de animais. Em 1967, foi estabelecido oficialmente, com a união das ocupações. Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Norte. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹⁸⁵ Sobre o bairro Saudade, veja nota 65 do capítulo 3. Para localização, veja mapa ao final da tese.

¹⁸⁶ Cf. Cartaz GRANDE FESTIVAL ESPORTIVO DA A. FERROVIÁRIA E., 1978. Acervo Renato Arruda.

¹⁸⁷ Cf. A ERIL vai levar a torcida do campeão ao Espírito Santo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p.21, 23 de maio de 1979.

¹⁸⁸ Cf. Mais 14 clubes pediram inscrição na Copa Arizona. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 4 de junho de 1980.

¹⁸⁹ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 7 de maio de 1982.

¹⁹⁰ Cf. **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829; **Lei nº 3141/79** – DR.01.02.09-3966; **Lei nº 3270/80** – DR.01.02.09-4107; **Lei nº 3395/81** – DR.01.02.09-4243 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁹¹ Cf. **Projeto de Lei nº 647/1976**. Declara de utilidade pública a Associação Atlética Primeiro de Maio, com sede em Belo Horizonte. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1976&n=647&t=PL

¹⁹² Uma coluna. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 3 de junho de 1981.

Na memória social da várzea são várias as referências à atuação da dupla. É o caso dos membros da *A. E. Saudade* que relatam intervenção da deputada e da vereadora na resolução da perda do campo da entidade¹⁹³. Com o desaparecimento do espaço, a interferência das políticas foi importante para a viabilização da nova área de jogo, para a qual providenciaram terraplanagem e instalação de traves¹⁹⁴. A relação não se encerrava por aí, incluía subvenções¹⁹⁵ e declaração de utilidade pública¹⁹⁶. Elas ainda foram lembradas, em relatos, por apoios à *A. E. Suzana*¹⁹⁷, na mesma região do bairro Primeiro de Maio, e à *A. Ferroviária E.*¹⁹⁸.

A atuação das irmãs no futebol varzeano era parte de um movimento maior de expansão de suas influências políticas na cidade. No pleito de 1978, Júnia Marise seria a segunda deputada federal mais votada de Minas Gerais¹⁹⁹, o que levaria à sua consolidação como uma liderança local, capaz de mobilizar uma máquina eleitoral em 1982²⁰⁰, como tratou o *Diário da Tarde*:

JÚNIA MARISE, reeleita para a Câmara Federal, é um dos nomes falados para a Prefeitura. Em termos de liderança em Belo Horizonte, seu nome tem o apoio devido. Vejam só: ela, além de se reeleger para novo mandato na Câmara, com mais de 80 mil votos, conseguiu formar autêntica bancada própria, um minipartido composto por uma deputada estadual, sua irmã Vera Coutinho, eleita com mais de 30 mil votos, e de dois a três vereadores, pois já têm votos suficientes o médico José Domingos, do Barreiro, e o professor Moacir Gaspar, e está por pouco para se eleger outro professor, Milton Martins, todos apoiados por Júnia.²⁰¹

Na apuração final, os três apoiados por Júnia Marise foram confirmados na *Câmara Municipal*²⁰², consolidando a “minibancada” da deputada federal, sem que ela, contudo, fosse indicada a prefeita²⁰³. Passados menos de 20 anos de sua carreira política, iniciada como a primeira vereadora eleita da cidade, ela atingia o *status* de grande liderança local. Suas pautas eram amplas, tendo a educação como ponto central. Contudo, não se pode desprezar a articulação com os setores populares, para o que a aproximação da várzea cumpria um papel importante, tanto que, gradualmente, ela criou conexões com o meio social que não lhe fora sempre familiar.

¹⁹³ Trata-se do mesmo espaço de jogo que, décadas antes, fora requisitado pela *Associação Atlética Cruzeiro do Sul*, caso citado no capítulo anterior.

¹⁹⁴ Cf. CARMO, Enderson Moretti do [43 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 dez. 2016.

¹⁹⁵ Cf. **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829; **Lei nº 3395/81** – DR.01.02.09-4243 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁹⁶ Cf. **Projeto de Lei nº 588/1976**. Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Saudade, com sede em Belo Horizonte. Disponível em: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=1976&n=588&t=PL

¹⁹⁷ Cf. SILVA, Antônio Jorge [71 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 jun. 2016.

¹⁹⁸ Cf. FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

¹⁹⁹ Cf. Tancredo eleito. Arena faz maioria na Câmara e na AL. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 28 de novembro de 1978.

²⁰⁰ Sobre o debate de máquinas eleitorais no caso do Rio de Janeiro conferir: SARMENTO, 2008 e KUSHINIR, 2000.

²⁰¹ Uma coluna. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 25 de novembro de 1982.

²⁰² Cf. PMDB faz mais de dois terços dos vereadores. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p.4, 27 de novembro de 1982.

²⁰³ Como deputada federal, Júnia submeteu, em 1981, projeto de eleições diretas para prefeito de capitais e estâncias hidrominerais, época em que era forte candidata em Belo Horizonte. Cf. Uma coluna, **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 15 de junho de 1981.

Da mesma geração de Júnia Marise, participou um conjunto de jovens políticos que, ao contrário dela, manteve longevas relações com os futebolis espetáculo e de várzea, com conexões com diversas agremiações amadoristas. Tal como ela, esse grupo alcançaria projeção eleitoral e se consolidaria em um momento de distensão autoritária.

8.3 – “Bancada da bola”

A vinculação entre futebol e política foi percebida desde a primeira composição eleita para a *Câmara Municipal*, em 1947, quando o goleiro Kafunga, do *Atlético Mineiro*, ocupou uma cadeira. Na votação de 1972, a recorrência de candidatos ligados ao mundo da bola levou a coluna humorística “Bitoque”, do *Diário da Tarde*, a escalar uma seleção apenas com esses concorrentes:



Figura 37 – Charge seleção dos candidatos da bola, 1972. Fonte: Bitoque. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 13 de novembro de 1972, p. 11.

Na seleção formada por (em pé) Aldair Pinto, radialista e chefe da charanga do *Cruzeiro*; Benedito Adami, dirigente esportivo, com passagem pela *FMF*; Kafunga, ex-goleiro do *Atlético* e comentarista; Neri Campos, dirigente do *Atlético*; Piazza, atleta do *Cruzeiro* e da Seleção Brasileira; Fernando Sasso, radialista e cronista esportivo; (agachados) Gil César Moreira, engenheiro responsável pelas obras do Mineirão; Augusto Cardoso, fotógrafo jornalístico; Dário, jogador do *Atlético* e da Seleção Brasileira; Adelchi Ziller, advogado, cronista e dirigente do *Atlético*; e Sérgio Ferrara, radialista e cronista esportivo; o cartunista Radik indicava dez candidatos a vereadores ligados ao futebol. Por sua popularidade, Dário completava o onze, ainda que não fosse aspirante à vaga. Dos dez postulantes caricaturados, seis foram eleitos naquele ano de 1972²⁰⁴, aos quais ainda poderia se somar o ex-jogador varzeano e ex-atleta das categorias de base do *Atlético*, Luiz Otávio Valadares, mais conhecido como “Ziza”²⁰⁵. Em 1976, Kafunga que perdera em 1972, voltaria à condição de edil²⁰⁶, o sétimo eleito entre os retratados no escrete.

Dentre os candidatos identificados com o esporte eleitos, três deles tiveram atuação destacada e se firmariam eleitoralmente, tendo carreiras longevas. Os caminhos que trilharam no início de sua trajetória política apontam diferentes estratégias de atuação parlamentar no contexto de ditadura. Todos filiados ao *MDB*, Sérgio Ferrara, Luiz Otávio “Ziza” Valadares e Wilson Piazza, em diversos momentos de suas carreiras, aproximaram-se da várzea. Aqui interessa especialmente o contexto da década de 1970 e sua articulação a uma *rede de resolução de problemas* das agremiações amadoristas, muitas delas ameaçadas pela perda de espaços de jogo.

Sérgio Ferrara criou-se no bairro do Carlos Prates, como gostava de destacar em sua atuação parlamentar²⁰⁷. Adolescente, atuou pelo *Grêmio Mineiro de Esportes*, time da região²⁰⁸. Com carreira de jornalista construída, em especial, nas rádios, ocupou posto de destaque na cobertura esportiva em meados dos anos 1960²⁰⁹, posição que lhe rendia homenagens de clubes varzeanos em festivais, como em celebração do *Príncipe E. C.*, em 1962²¹⁰.

Eleito pela primeira vez em 1970, seu vínculo com as modalidades atléticas ficaria patente desde sua primeira iniciativa, com a proposta de construção de uma praça poliesportiva no Carlos Prates²¹¹, tema amplamente coberto pelos jornais a partir de 1971. A edificação desse

²⁰⁴ Cf. Conheça os 21 vereadores, oito são novos na Câmara. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 22 de novembro de 1972.

²⁰⁵ Cf. ESCOLHA O SEU VEREADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 23 de outubro de 1970.

²⁰⁶ Cf. Está formada a futura Câmara. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 24 de novembro de 1976.

²⁰⁷ Cf. Os vereadores e seus planos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 25 de novembro de 1972.

²⁰⁸ Cf. CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016.

²⁰⁹ Cf. Na nova programação da Inconfidência – Show de bola!. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 2º caderno, 13 de julho de 1965.

²¹⁰ Cf. NOTAS DA VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 8 de fevereiro de 1962.

²¹¹ Cf. Uma coluna. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 16 de fevereiro de 1971.

tipo de equipamento urbano se articulava à reorientação das políticas para o setor, que ocorreu em meados da década 1970, a qual será tratada no capítulo 9. Em sua atuação num dos bairros mais populosos da cidade, buscando se apresentar como um solucionador de problemas e mediador de obras públicas vivenciou tensões com colegas que, assim como ele, reivindicavam a paternidade das melhorias. Foi um exemplo o episódio em que faixas em agradecimento a Sérgio Ferrara pelo asfaltamento de ruas foram retiradas por adversários na madrugada, tema que se desdobrou em bate-boca no plenário contra outros dois vereadores²¹².

Sua intermediação para resolução de problemas estendia-se para além de sua base original²¹³. Em um desses episódios interveio no bairro Betânia²¹⁴ que passava por mudanças, com a desativação de um antigo lixão²¹⁵ e a construção de conjuntos habitacionais. Toda essa dinâmica afetaria diretamente o *Betânia Esporte Clube* que, havia pouco, perdera seu campo para a edificação de residências. Nessa medida, seus integrantes engajam-se na conquista de um novo espaço de jogo, vendo no fim do aterro sanitário uma alternativa. De enxadas nas mãos, dois dos fundadores, os irmãos Dalci e Sebastião Bento de Souza, trabalhavam para a capina e o nivelamento do terreno. Foi em um dia em que estavam empenhados nessa tarefa que se depararam com a ajuda inesperada, como relatou Sebastião, o “Tãozinho”, em depoimento:

Eu me lembro muito que a gente... Sérgio Ferrara parou ali perto da casa de (inaudível) e falou: “Você mais seu irmão, vão morrer de trabalhar e não vão conseguir não.” – ele estava candidato a vereador, não é? – aí eu falei assim para ele: “Ah Sérgio, mas se a gente não fizer, nós nunca mais vamos ter campo”. Aí ele falou: “Não, pode parar com isso aí que eu vou mandar uma patrôla fazer o campo para vocês aí”. Isso era na segunda-feira, que nós estávamos capinando. Parou o carro ali. Aí ele falou: “Não. Pode parar aí que vou mandar uma máquina”. Aí eu falei: “Oh Dalci, vamos parar não que isso é papo de vereador, sô. Esses caras nunca fizeram nada para ninguém”. Aí quando foi... Isso foi na segunda-feira. Aí quando foi na terça-feira, eu falei: “Oh Dalci”. O Dalci falou comigo: “Vamos lá capinar mais um pedaço então, você está achando que o cara não vem”. Aí nós viemos, cedinho nós já estávamos capinando aqui. Quando a gente assusta, para uma máquina ali, bicho. Nossa, nós fomos em outro mundo: “Será que essa máquina é para fazer o campo para nós, Dalci?” (...) Aí nós ficamos parados, continuamos capinando o gramado, vimos a máquina, mas continuamos capinando. Aí eles tornaram a parar o carro aqui. Aquele carro preto dele. E ele falou assim: “Oh Dalci, eu não falei para vocês pararem com isso, que eu ia trazer a máquina, a máquina lá para fazer o campo”. Eu quase caí duro. (risos) A emoção foi tanta, que eu quase caí duro.²¹⁶

²¹² Cf. Uma coluna. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 25 de junho de 1971.

²¹³ Suas subvenções iam, basicamente, para clubes do bairro. Cf. **Emendas à proposta orçamentária de 1972** – DR.01.02.05-078; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593; **Lei nº 2253/73** – DR.01.02.09-9704 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²¹⁴ Situado em uma área rural chamada Várzea do Felicíssimo, o Betânia teve sua ocupação acelerada na década de 1960, em especial pela construção de conjuntos habitacionais. Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Oeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. Veja mapa ao final da tese.

²¹⁵ Cf. Não se joga mais lixo na Betânia. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 15, 16 de novembro de 1970.

²¹⁶ SOUZA, Sebastião Bento de [75 anos]; SANTOS, Helder Gonçalves dos [55 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2016.

A narrativa de Tãozinho ajuda a dimensionar o impacto que uma prática corriqueira no cotidiano de um vereador, como a disponibilização de alguns dias de trator, poderia ter para os beneficiários, que contavam com o fato do irmão Dalci ter proximidade com Sérgio Ferrara para quem prestava serviços eventuais. A relação com o político ainda se expressaria em um torneio, em 1978, no campo da agremiação, em sua homenagem²¹⁷. Ainda que fosse integrante da oposição, filiado ao *MDB*, Ferrara mostrou desde o início do mandato forte alinhamento com o prefeito indicado da *ARENA* e sua base²¹⁸, adesismo criticado pelos correligionários, como já citado. Tal posicionamento parecia ser parte da estratégia de acesso a benesses, a exemplo do maquinário cedido ao *Betânia*. Da parte do mandatário municipal, controlar adversários lançando mão da concentração de poder da qual gozava no período foi atitude corrente naqueles anos.

Se Sérgio Ferrara se notabilizaria pela capacidade de acessar benefícios da *Prefeitura*, mesmo que integrasse o partido oposicionista, seu companheiro de bancada, o ex-atleta Luiz Otávio “Ziza” Valadares teria atuação na direção oposta, que indicava outra possibilidade de construção de carreira legislativa em anos de controle e esvaziamento da *Câmara Municipal*.

Filho de um médico pediatra, Ziza despontou como atleta na equipe juvenil do *Nacional F. C.*, do Carmo²¹⁹, onde foi tri-campeão do *DFA*. Tendo despertado a atenção do *Clube Atlético Mineiro*, foi contratado para as categorias de base e chegou ao time principal, realizando poucos jogos com a camisa do “Galo”²²⁰. Feita sua reversão, voltou ao *Nacional*²²¹, onde mais uma vez teve destaque, o que o levou, novamente, ao *circuito* de espetáculo, agora com a camisa do *Sete de Setembro*. Estudante de Ciências Econômicas na UFMG, abandonou o profissionalismo para se dedicar à graduação e à carreira política na qual ingressaria. Candidato a vereador pela primeira vez, em 1970, com 25 anos, tinha como foco de atuação “medidas educacionais e sanitárias no combate à gastroenterite; ajuda ao esporte amador e universitário, solução definitiva para o problema da água; e um completo planejamento para a cidade.”²²²

Desde o início de sua trajetória no Legislativo Municipal, em 1971, Ziza assumiu postura alinhada ao setor dito “autêntico” do *MDB*, com uma oposição sistemática e contínua à gestão da *ARENA* na *Prefeitura*. Rapidamente se tornou o principal porta-voz da crítica à situação, alcançando grande destaque na mídia local, que o procurava recorrentemente para repercutir contraponto aos projetos e às realizações da administração. Com um discurso ácido, o vereador se

²¹⁷ Cf. FUTEBOL AMADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 16 de setembro de 1978.

²¹⁸ Cf. A defesa de Verano e as críticas a Pieruccetti. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 21 de novembro de 1975.

²¹⁹ Sobre o bairro Carmo, vide nota 11 do capítulo 6. Para localização, veja mapa ao final da tese.

²²⁰ Cf. RUAS, Lineu. *Nacional do Carmo*: “uma paixão imensurável”. Belo Horizonte: Clube de autores, [200-?], p. 39.

²²¹ Cf. FALTA DE JULGAMENTO AINDA PARA A VÁRZEA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 22 de outubro de 1970.

²²² ESCOLHA O SEU VEREADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 23 de outubro de 1970.

destacava principalmente pelo papel fiscalizador, sua popularidade na cidade construía-se, antes de tudo, pelas denúncias que realizava e menos pela sua condição de mediador que viabilizava benesses para suas bases. Associando-se a uma ideia de juventude e contestação²²³, ao se colocar como representante da classe estudantil²²⁴, cobrava recorrentemente de seus colegas posturas mais firmes de oposição contra a administração municipal, a exemplo de ocasião em que

Dois vereadores do MDB elogiaram ontem a administração Pierucetti: Geraldo Pereira Sobrinho e João Pinto Ribeiro. Luiz Valadares, líder do partido, não concordou e chegou a pedir um minuto de silêncio pela “morte do MDB”. Fez críticas ao comportamento dos dois representantes da oposição, dizendo ainda que “dia a dia a nossa bancada vai se diluindo. E é com tristeza que vejo um companheiro pular para o outro lado, deixando a alguns poucos a inglória missão de fazer oposição”.²²⁵

Devotado à difícil tarefa da oposição, Ziza Valadares ao menos tentava capitalizar politicamente afirmando-se como um dos “autênticos” do *MDB*. Críticas a posturas de membros do partido que aprovavam projetos do Executivo e faziam elogios à administração eram recorrentes. O edil Gil Nunes, também do *MDB*, considerava que “Os vereadores, no entanto, preferem receber um pequeno benefício da *Prefeitura*, ou seja o calçamento de uma rua ou uma rede de esgoto, a fazer oposição ou pelo menos examinar um projeto criteriosamente.”²²⁶

A postura de oposição mais sistemática à administração municipal não significava o abandono do cultivo de relações com suas bases, ainda que restringisse possibilidades de mediação com o Executivo para a resolução de problemas. Nessa medida, até mesmo por todo o histórico que tinha na várzea local, em especial no *Nacional*, do Carmo, Ziza foi autor de proposições de declaração de utilidade pública e destinação de subvenções a vários clubes. Para sua agremiação de origem, reservou valores anuais em todos os anos em que esteve na *Câmara*, com média de 15 salários mínimos por repasse²²⁷, tendo, ainda, enviado projeto de lei para reconhecimento da entidade²²⁸. Além da influência na zona sul, expandia a relação com clubes da parte norte da cidade, como demonstram várias propostas de utilidade pública²²⁹.

²²³ Interessante notar as aproximações entre juventude e rebeldia presente no momento, tal como observado no caso do periodismo e das torcidas organizadas. Cf. HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O clube como vontade e representação**: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967- 1988). 2008. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 158-210.

²²⁴ Cf. ESCOLHA O SEU VEREADOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 10, 23 de outubro de 1970.

²²⁵ Líder do MDB na Câmara de BH critica adesismo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 3 de julho de 1973.

²²⁶ Vereador condena adesismo do MDB. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 2 de dezembro de 1971.

²²⁷ Cf. **Emendas à proposta orçamentária de 1972** – DR.01.02.05-078; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593; **Lei nº 2253/73** – DR.01.02.09-9704; **Lei nº 2378/74** – DR.01.02.09-9833; **Lei nº 2540/75** – DR.01.02.09-3323; **Lei nº 2687/76** – DR.01.02.09-3473; **Lei nº 2834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3012/78** – DR.01.02.09-3829 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²²⁸ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.952**, de 8 de junho de 1971. Declara de utilidade pública o Nacional Futebol Clube. DR.01.02.09-9395 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²²⁹ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.122**, de 13 de setembro de 1972. Declara de utilidade pública a Associação Atlética Popular, com sede nesta capital. DR.01.02.09-9569; BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.663**, de 29 de novembro

Outra estratégia usada por Ziza Valadares em sua atuação no Legislativo era o encaminhamento de projetos de impacto, os quais dificilmente prosperariam, mas que suscitavam visibilidade e colocavam em xeque a *Prefeitura* e a base governista. Exemplo disso foi a proposta de regulamentação de todos os loteamentos clandestinos da cidade, por meio de um processo facilitado²³⁰, o que solucionaria um problema com várias consequências práticas à periferia da cidade, como tratado no capítulo 6. Assim, mesmo assumindo postura que o afastava do acesso aos benefícios diretos do Executivo, o jovem político conseguiu avançar em sua carreira, sendo eleito, em 1978, o terceiro deputado estadual mais bem votado do *MDB*²³¹.

Ao contrário de Sérgio Ferrara e Ziza Valadares, Wilson Piazza tinha um perfil discreto. O jogador muito identificado com o *Cruzeiro*, onde passou a maior parte de sua carreira (1963-1978), teve seu início no *Renascença*, clube de fábrica tratado no capítulo 1, do qual fez parte do time de juvenis e onde se profissionalizou em 1962²³². Sua entrada na política não foi programada, como relatou em entrevista concedida ao *Museu do Futebol*, em 2011:

E eu entrei no MDB. Não seria eu o candidato. O candidato que o MDB estava buscando em Belo Horizonte para ocupar uma cadeira na Câmara Municipal, o candidato era o Raul [Plassmann]. Raul, que era o goleiro da camisa amarela. E, além do mais, o Raul era casado com a filha de um tradicional político de Belo Horizonte, de Minas Gerais, que era o deputado Jorge Ferraz. (...) Só que o Raul não tinha o título domiciliado em Belo Horizonte. Era de Curitiba. (...) Ai, o Raul indica: “Não, só se for o Piazza”. E aí, vão atrás de mim. Inclusive, um deles, responsáveis, para que fizesse com que eu acabasse com a minha relutância em aceitar e chegasse a aceitar, foi um ex-presidente do Atlético, talvez jogador, na época: Luiz Otávio Valadares, que é o Ziza. Conhecido lá em Belo Horizonte. Fez parte... O filho dele ainda faz parte da política em Minas. Ele foi atrás de mim perguntar se eu aceitava. Eu falei: “Eu absolutamente não aceito”. Até porque eu tinha uma aversão à política (...) ²³³

Como tratado em seu relato, a candidatura de Piazza, em 1972, foi fruto de uma articulação de lideranças do *MDB* local que envolvia, dentre outros, o presidente regional do partido, Jorge Ferraz, e o vereador Ziza Valadares. Apesar da relutância inicial, o ídolo cruzeirense aceitou o convite e, com o passar dos anos, tomou gosto pela política²³⁴. Em seu período inicial de atuação o jogador seguia com a carreira futebolística, a qual se prolongou até

de 1976. Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Suzana. DR.01.02.09-3448; BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.758**, de 14 de julho de 1977. Declara de utilidade pública a Associação Atlético Aarão Reis, com sede nesta capital. DR.01.02.09-3552; BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.759**, de 14 de setembro de 1977. Declara de utilidade pública o Matadouro Futebol Clube, com sede nesta capital. DR.01.02.09-3553 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²³⁰ Cf. Vereador quer aprovar todos os loteamentos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 30 de setembro de 1975.

²³¹ Cf. Tancredo eleito. Arena faz maioria na Câmara e na AL. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 8, 28 de novembro de 1978.

²³² Cf. PIAZZA, Wilson da Silva [68 anos]. [set. 2011]. Entrevistadores: Theo Ortega e Clarissa Batalha. São Paulo, SP, 15 de setembro. 2011. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/museu_do_futebol/wilson_piazza/TranscricaoWilsonPiazza.pdf

²³³ *Idem*.

²³⁴ Cf. *Idem*.

1978, o que tornava sua atuação no Legislativo ainda mais discreta. Já na fase final da trajetória esportiva, ele se envolveu com a *Associação de Garantia do Atleta Profissional (AGAP)*²³⁵, tratada no capítulo 3, entidade classista de apoio aos profissionais da bola, que contava, inclusive, com um time de veteranos que faziam partidas para arrecadação de fundos.

Como ele mesmo citou em entrevista e como a cobertura jornalística apontava, Piazza não tinha uma atuação destacada em plenário ou na proposição de leis. Apesar disso, mantinha uma atividade cotidiana de atendimento aos cidadãos, com a distribuição de bolsas de estudos – as quais eram disponibilizadas pelo Executivo para todos os vereadores²³⁶ –, indicação de utilidades públicas, inclusive para agremiações varzeanas²³⁷, e destinação de subvenções. Nesse último caso, com a criação da *AGAP*, boa parte da verba era repassada à entidade classista. Apesar disso, o que se observou com o passar dos anos é que, ainda que com valores reduzidos, que variavam de meio a dois salários mínimos ao ano por clube, o ídolo cruzeirense apoiava um número crescente de associações amadoristas que, no início dos anos 1980, ultrapassava uma dezena²³⁸.

Nessa medida, ao mobilizar sua popularidade e realizar atendimentos pontuais às bases, além de se destacar na atuação em favor da classe dos atletas profissionais, Piazza consolidou-se no posto de vereador, tendo trajetória na *Câmara Municipal* que se estendeu de 1972 a 1988. Além dos três membros do Legislativo citados, a cada nova eleição observava-se o ingresso de, ao menos um vereador com relação com o futebol²³⁹, seja em sua vertente espetacularizada ou na expressão varzeana, ou, ainda, como era mais comum, que mesclavam as duas inserções.

A presença de um grupo de vereadores com estreita ligação com o futebol, assim como os laços criados pelas lideranças locais com as entidades varzeanas em busca da consolidação de bases nos bairros populares da cidade, proporcionariam a construção de uma agenda de debates e projetos para se combater as pressões da transformação urbana sobre os clubes e os campos de jogo. A condução dessas questões testaria os limites impostos pela combinação de um regime autoritário com uma lógica de ocupação do espaço pautada no valor de troca da terra.

²³⁵ Cf. AGAP: uma grande vitória dos profissionais em 77. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 17, 24 de dezembro de 1977.

²³⁶ Cf. PIAZZA, Wilson da Silva [68 anos]. [set. 2011]. Entrevistadores: Theo Ortega e Clarissa Batalha. São Paulo, SP, 15 de setembro. 2011. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/museu_do_futebol/wilson_piazza/TranscricaoWilsonPiazza.pdf

²³⁷ Cf. BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 2.397*, de 23 de dezembro de 1974. Declara de utilidade pública o Grêmio Esportivo União, com sede em Belo Horizonte. DR.01.02.09-9853 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²³⁸ Cf. *Lei nº 2253/73* – DR.01.02.09-9704; *Lei nº 2378/74* – DR.01.02.09-9833; *Lei nº 2540/75* – DR.01.02.09-3323; *Lei nº 2687/76* – DR.01.02.09-3473; *Lei nº 2834/77* – DR.01.02.09-3633; *Lei nº 3012/78* – DR.01.02.09-3829; *Lei nº 3141/79* – DR.01.02.09-3966; *Lei nº 3270/80* – DR.01.02.09-4107; *Lei nº 3395/81* – DR.01.02.09-4243; *Lei nº 3510/82* – DR.01.02.09-4363 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²³⁹ Além do já citado Kafunga, outros vereadores ligados ao futebol que merecem destaque são os narradores Fernando Sasso (1973-1977) e Vilibaldo Alves (1977-1988) que ocupariam uma vaga na *Câmara Municipal*. Cf. Números e nomes dos candidatos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 13 de novembro de 1972; Veja em quem votar em BH. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 15 de novembro de 1976.

8.3.1 – Em busca da solução definitiva

Do ponto de vista das políticas públicas voltadas para o esporte conduzidas pelo Executivo Municipal no final do período democrático (1945-1964), o cenário era desolador. Sem merecer qualquer atenção, o *Conselho Municipal de Esportes (CME)* sequer teve seus membros nomeados pelo prefeito Jorge Carone (1963-1965). A imposição da ditadura não interferiu na situação, com a continuidade da inoperância do órgão. Na mesma medida, a *Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG)* não oferecia apoio ao desenvolvimento da várzea na capital mineira. Durante o final da década de 1960 e a primeira metade dos anos 1970, houve apenas um breve período em que se esboçou uma iniciativa para o fomento ao amadorismo.

Foi durante a gestão de Natalino Triginelli à frente da *DEMG* que, em 1965, o órgão promoveu reunião com as agremiações filiadas ao *Departamento de Futebol Amador (DFA)* com a promessa de franquear verdadeiro apoio à várzea belo-horizontina²⁴⁰. Tal compromisso se desdobraria, tempos depois, em uma política de doação de conjuntos de uniformes sorteados entre os filiados da entidade oficial do amadorismo²⁴¹, a qual parece ter se concentrado no ano 1967, por falta de referência a novas ações em datas posteriores. Apesar de representar uma contribuição importante, pois, como tratado na seção anterior, o material esportivo para toda a equipe poderia significar um custo de até cinco salários mínimos, uma iniciativa localizada não teria efeitos para a manutenção da prática atlética popular em longo prazo. Além dessa ação, a instância estadual atuou apenas no financiamento de reformas de alguns campos²⁴².

Na mesma medida, o *Conselho Municipal de Esportes* teve atuação apagada durante toda a década de 1960. Nessa época de paralisia do colegiado, a *Prefeitura* ensaiou projetos de apoio ao futebol varzeano, como a retomada da proposta de construção de campos nas proximidades da Lagoa da Pampulha²⁴³. A edição da Lei Municipal nº 1.513, de 31 de julho de 1968, com concessão de auxílio ao desporto amador e universitário, a ser distribuído pelo *CME*²⁴⁴, indicava possibilidade de retomada do órgão. Contudo, como citado na seção anterior, foi apenas no início dos anos 1970 que a instância passou a ter mais autonomia, ao se desvincular da *Secretaria Municipal de Planejamento*. Sobre suas iniciativas na nova fase, comentou o *Diário da Tarde*:

Criado por lei municipal, o Conselho Municipal de Esportes, desde a administração Otáclio (*sic*) Negrão de Lima, somente agora passou a ter uma

²⁴⁰ Cf. NATALINO PROMETE APOIO AOS CLUBES AMADORISTAS. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 19 de fevereiro de 1965.

²⁴¹ Cf. Material esportivo para os clubes filiados ao DFA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 16, 13 de fevereiro de 1967.

²⁴² Cf. Pitangui cresce e não vai parar. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 13, 5 de novembro de 1968; Minas que ser clube completo. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 7 de novembro de 1968.

²⁴³ Cf. Os grandes projetos para a Pampulha. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 6, 18 de junho de 1969.

²⁴⁴ Cf. BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 1.513*, de 31 de julho de 1968 – DR.01.02.09-8937 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

atuação eficiente. Ainda não atingiu os seus reais objetivos, mas tem ajudado os times amadores com material esportivo. Remodelação de campos, pouquíssimos (*sic*). Construção de novos não há. No entanto, ainda é do CME que os clubes esperam alguma coisa. Tem planos para fazer estadinhos. Mas é preciso dinheiro e a sua verba orçamentária é pequena para esses empreendimentos, pois não existem áreas em condições e têm que ser feitas desapropriações.

Então o dinheiro fica curto. Limita-se a dar alguns jogos de camisas e bolas, solução imediatista, mas que resolve para quem está a perigo.

Apesar de algumas falhas, ainda é do Conselho que se pode esperar algum benefício e bem maiores serão as suas possibilidades quando for transformado em Secretaria. Até que chegue a essa realidade, a várzea vai vivendo os seus dramas e angustias. Com pouco auxílio do CME e quase, ou nenhum, da Diretoria de Esportes, sem falar na Federação Mineira de Futebol.²⁴⁵

O trecho que cita as origens para a formação do *CME* acaba por ignorar a fase inicial das atividades do órgão durante a gestão de Renê Giannetti, quando várias dezenas de campos foram construídas e recuperadas pela *Prefeitura*. Essa época, no entanto, já se distanciava 20 anos da escrita do texto. Sem essa referência, considerava aquele período o de mais efetiva atuação do colegiado, que passava a ter uma política sistemática de distribuição de materiais esportivos, similar à vista na *Diretoria de Esportes*, alguns anos antes. Apesar disso, apontava que uma medida realmente definitiva passava pela implantação de novos espaços de jogo, para o que a possibilidade de conversão do *Conselho* em secretaria era uma esperança.

A ideia da criação de uma secretaria de esportes na Municipalidade já vinha sendo gestada naquele momento. Em 1971, Ziza Valadares encaminhou um projeto que elevava o *CME* a essa condição²⁴⁶, o qual, aprovado em plenário, foi vetado pelo Executivo²⁴⁷. Em 1973, seria a vez de a *Prefeitura* enviar à *Câmara* a proposição para a criação da *Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes*²⁴⁸, à qual o *Conselho* passaria a se vincular, sem alteração do seu desenho institucional. Sobre a atuação da nova pasta se falará no capítulo seguinte.

Toda essa movimentação, no entanto, não atacava o problema que mais afligia o meio varzeano belo-horizontino que era a falta de campos e o sistemático desaparecimento daqueles que ainda existiam. Com a aceleração das transformações urbanas, impulsionadas por obras de infraestrutura capitaneadas pelo poder público municipal, tema tratado no capítulo 5, a pressão sobre os espaços de jogo se ampliava. Além disso, a partir de meados dos anos 1960, com a inauguração do estádio Mineirão e a solução da falta de uma grande arena para o futebol espetáculo, a discussão se voltava para a necessidade de melhor estrutura para o amadorismo. Já

²⁴⁵ Na várzea é assim: clubes morrem, campos desaparecem. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 14, 13 de março de 1973.

²⁴⁶ Cf. Projetos de lei – Ano 1971, folha 3. GR0261 – Caixa 8 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH

²⁴⁷ Cf. Ofício G2013/71. GR 1126 – Caixa 388 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

²⁴⁸ Cf. BELO HORIZONTE. *Lei Municipal nº 2.185*, de 14 de maio de 1973. Cria a Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes e dá outras providências. DR.01.02.09-9634 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

em 1966, o vereador Antônio Menezes, que tinha bases estabelecidas nos bairros Sagrada Família, Horto e adjacências, apontava para uma possibilidade de solução:

O vereador Antônio Menezes esteve com o prefeito Luiz Souza Lima, ontem, pela manhã, e denunciou a situação que qualifica de irregular do Estádio Independência ao mesmo tempo em que advogou sua destinação ao futebol amadorista.

Falando ao DIÁRIO DA TARDE minutos após sua conferência com o Chefe do Executivo Municipal, o sr. Antônio Menezes declarou que o Sr. Souza Lima não só ficou vivamente impressionado com o plano de revitalização do futebol varzeano como achou perfeitamente justo o fundamento de seu trabalho. (...)

O vereador Antonio Menezes depois de seu contato com o prefeito Souza Lima vai convocar os dirigentes do Departamento de Futebol Amador e dos clubes da várzea para um encontro com o Chefe do Executivo do Município, em seu gabinete, nos próximos dias. Naquela oportunidade o prefeito da Capital quer tomar conhecimento dos mínimos detalhes do plano de transferência do Estádio Independência para o futebol amador e ouvir a opinião dos dirigentes dos clubes que estão acompanhando o trabalho do sr. Antonio Menezes com o máximo interesse e apoiam integralmente a justificativa do edil empenhado na preservação do inesgotável celeiro representado pelo futebol amadorista de Belo Horizonte.

O sr. Octacilio Ferreira da Costa, mentor do amadorismo está organizando o encontro com o prefeito através do sr. Antônio Menezes.²⁴⁹

Tal proposta, segundo o vereador, era resposta à solução do problema do profissionalismo, com a construção do Mineirão²⁵⁰, e alternativa ao cenário no qual “se constata que 90% dos clubes varzeanos dependem da benevolência das empresas imobiliárias, proprietárias da maioria dos campos varzeanos”²⁵¹. Apesar da formação de uma comissão dedicada ao tema²⁵², a conversão do Independência em estádio municipal amadorista não passou de especulação.

Nova alternativa se desenhou com um projeto de lei formulado pelo antigo integrante do *Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)* e membro do *MDB*, João Batista Cardoso, que autorizava a *Prefeitura* a construir pequenos estádios destinados, exclusivamente, à prática do futebol amador. Segundo justificativa apresentada pelo político no encaminhamento de sua proposição:

O simples fornecimento de material esportivo é política pouco recomendável. (...)

Ajuda substancial, entendemos, é extamente (sic) a de formar o patrimônio das associações, garantir-lhes meios de desenvolvimentos, financeiro e técnico.

Isto só é possível com a construção de “estadinhos”, com razoáveis condições de utilização, conforto e segurança tais construções seriam disseminadas pelos Bairros e Vilas. (...)

²⁴⁹ Vereador denunciou situação do Sete. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 7 de abril de 1967.

²⁵⁰ Sobre a construção do Mineirão: SCHETINO, André Maia. **Os gigantes e as multidões: estádios e cultura esportiva em Belo Horizonte (1950-1965)**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

²⁵¹ Estádio do 7 a independência do futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 6 de abril de 1967.

²⁵² Cf. Situação do Independência terá comissão. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 10 de abril de 1967.

(...) Nestas condições, evitar-se-ia o esfacelamento do futebol varzeano, cada vez (sic) mais empobrecido com a falta de campos, tomado pelo crescimentos (sic) da “urbs”.²⁵³

A justificativa apresentada pelo vereador fazia eco a um discurso recorrente sobre o principal problema que afetava, naquele momento, os clubes varzeanos da cidade. O projeto de lei submetido em 1968, ainda incorporaria outra proposição, de autoria do vereador Fausto Santana, que indicava a construção de um estádio municipal para o amadorismo, considerando-se que o *Governo do Estado* já havia provido o profissionalismo com uma praça de esportes representada pelo Mineirão²⁵⁴. Como citado no início deste capítulo, em 1970, ocorreu a aprovação e a sanção pelo Executivo da lei formulada por João Batista Cardoso.

A normativa, apesar de autorizar o prefeito a realizar a edificação de pequenos estádios não tinha qualquer previsão sobre os recursos para tal, informando apenas que o município poderia estabelecer convênios com a *Diretoria de Esportes* e que a administração dos espaços caberia ao *Conselho Municipal de Esportes*²⁵⁵. Nessa medida, o vereador Ziza Valadares, a partir de 1971, passou a encaminhar projetos de incentivo para a construção de campos de futebol²⁵⁶ ou de isenção do IPTU para os terrenos que fossem cedidos para tal fim²⁵⁷. Propostas que, apesar de aprovadas em plenário, eram, sistematicamente, vetadas pelo indicado a prefeito²⁵⁸.

Seguindo seu estilo de pressão sobre o Poder Executivo, com projetos de apelo, no final de 1973, Ziza encaminhou proposta que previa a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação dos terrenos ocupados pelos clubes de várzea²⁵⁹. A medida defendida pelo vereador, caso efetivada, atingiria, principalmente, especuladores imobiliários que cediam lotes para a instalação de espaços de jogo. E não demorou a se desenhar uma reação por parte do principal deles, Antônio Luciano, a qual foi apresentada na voz de outro vereador, Sérgio Ferrara:

A denúncia foi feita pelo vereador Sérgio Ferrara que, da tribuna, chegou a dizer que o sr. Antônio Luciano ficou desorientado com a providência do Sr. Luiz Valadares e, na iminência de perder suas terras, não achou outra solução senão a de interromper o empréstimo de áreas ocupadas pelos clubes amadores de Belo Horizonte. Sérgio Ferrara pediu a constituição de comissão especial de vereadores para um contato com o sr. Antônio Luciano, a fim de prestar-lhe esclarecimentos em torno do projeto do sr. Luiz Valadares, e, ao mesmo tempo, fazer um apelo para que não prejudique o futebol amadorista. (...)

²⁵³ BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.837**, de 10 de junho de 1970. Autoriza o prefeito a construir pequenos estádios. DR.01.02.09-9276 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²⁵⁴ Cf. *Idem*.

²⁵⁵ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.837**, de 10 de junho de 1970.

²⁵⁶ Cf. Projetos de lei – Ano 1971, folha 8. GR0261 – Caixa 8 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

²⁵⁷ Cf. Proposições de lei – Ano 1972, folha 9. GR0261 – Caixa 3 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

²⁵⁸ Cf. Ofício G403/72. GR 1126 – Caixa 388; Ofício G532/72. GR 1126 – Caixa 385 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

²⁵⁹ Cf. Clubes de várzea terão os terrenos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 31 de dezembro de 1973.

Mas a comissão de vereadores vai ser nomeada pelo presidente Álvaro Antônio e entrará imediatamente em ação, junto ao sr. Antônio Luciano e à Secretaria de Esportes.²⁶⁰

A tensão gerada pela proposta de lei de Ziza Valadares faria com que, ao contrário das medidas anteriores, aprovadas em plenário e vetadas pelo Executivo, dessa vez, o projeto não prosperasse e fosse arquivado. A oposição entre o autor da iniciativa e seu colega de *MDB*, Sérgio Ferrara, que buscava a mediação junto a Antônio Luciano, é representativa das contradições e ambiguidades que marcavam a atuação do Legislativo na resolução de problemas, como eram os casos relacionados à posse dos campos amadoristas, em um contexto autoritário e ante as pressões do poder econômico. Enfrentamento em busca de uma solução definitiva ou negociação de uma saída provisória em um cenário de assimetria de forças? Tal dilema também permeava o cotidiano dos sujeitos varzeanos e das populações trabalhadoras e periféricas da capital mineira de uma forma geral.

Ao longo da década de 1970, a discussão em torno de solução mais efetiva para o problema dos campos seguiria na pauta de debates da *Câmara Municipal*. Ziza Valadares e o autor do projeto dos estadinhos, João Batista Cardoso, denunciavam a não efetivação da lei para a construção de praças de esportes nos bairros e nas vilas²⁶¹. A inoperância do *Conselho Municipal de Esporte* e a falta de uma política para o amadorismo seria retomada em discurso de Kafunga, no plenário, em 1977. A oferta de vantagens a agremiações profissionais de futebol ou clubes esportivos e recreativos privados também seria motivo para pressão por ações a favor da várzea.

Foi o caso de dois projetos de lei de autoria do Executivo que propunham a doação de terrenos para agremiações esportivas, o *Minas Tênis Clube*²⁶² e o *Clube Atlético Mineiro*²⁶³. Como tratado no caso do campo do *Pitangui*, na seção inicial do capítulo, o tema da transferência de propriedade da Municipalidade era delicado e continuava suscitando debates sobre a legitimidade de tal iniciativa²⁶⁴. Quando se referia a entidades com bom número de sócios pagantes e fontes regulares de renda, a polêmica era ainda maior. Foi nessa perspectiva que vereadores propuseram emendas que estendiam o benefício a outros clubes. Na primeira proposição, referente ao *Minas*, o vereador Jorge Carone, filho do prefeito que sofrera *impeachment* logo após o Golpe de 1964, aprovou uma emenda que previa a doação de terreno de

²⁶⁰ Futebol movimentou a Câmara. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 22 de janeiro de 1974.

²⁶¹ De como não cumprir, em quatro anos, o prometido. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 21 de março de 1975; Vereador quer saber se o Prefeito cumpre a lei 1837. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 20 de fevereiro de 1975.

²⁶² Cf. **Lei Municipal nº 2.371**, de 25 de outubro de 1974. Autoriza doação de imóvel ao Minas Tênis Clube. DR.01.02.09-9825 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²⁶³ Cf. **Lei Municipal nº 2.592**, de 18 de maio de 1976. Autoriza doação de terreno ao Clube Atlético Mineiro. DR.01.02.09-3376 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²⁶⁴ Cf. Câmara aprovou emendas ao Quadro Permanente. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 23 de agosto de 1977.

igual valor ao *Nacional*, do Carmo²⁶⁵, equipe à qual Ziza Valadares era ligado. Na segunda vez, o edil Paulo Portugal foi além e incluiu, na iniciativa a favor do *Atlético*, mais de uma centena de associações varzeanas que fariam jus a lotes similares²⁶⁶. Essas retificações serviam como provocação, sendo vetadas pela Municipalidade, sem prejuízo à cessão originalmente prevista.

Em 1978, dessa vez por meio do vereador e narrador esportivo Vilibaldo Alves, um projeto para a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação dos terrenos ocupados pelos clubes amadoristas foi encaminhado²⁶⁷, sem a mesma reação dos especuladores imobiliários, sendo aprovado em plenário. Ao chegar ao Executivo, contudo, foi rejeitado²⁶⁸. Caso parecido com o que ocorrera, em 1976, com a proposta de delimitação dos espaços de jogo como setor especial, constante na Lei de Uso e Ocupação do Solo²⁶⁹, episódio tratado no capítulo 5.

A década de 1970, que se iniciara com a expectativa da construção de estádios para a várzea, terminaria com poucas perspectivas para a consolidação de uma rede de campos, a qual, progressivamente, ia sendo desfalcada de seus espaços mais tradicionais, o que era apenas parcialmente compensado pelo surgimento de novas áreas nas recentes periferias. A sobrevivência dos clubes mais antigos, em muito, dependia de sua capacidade de articulação com as forças políticas que disputavam influência pelos bairros populares da capital mineira.

A criação dos arranjos que permitiam a sobrevivência das agremiações e a preservação de seus campos de jogo inseria-se em um fenômeno mais amplo de consolidação de lideranças locais e de grupos políticos que redesenhava o equilíbrio de forças na cidade. Em um contexto de distensão autoritária e de rompimento com o bipartidarismo imposto pela Ditadura Civil-Militar, novas figuras que ganharam espaço na década de 1970 teriam papel destacado na gestão da capital mineira e na construção de alternativas para a manutenção da várzea. Seria um momento de rediscussão do urbano e de questionamento da concentração de poderes, mas também seria ocasião para a confrontação de diferentes projetos para o meio atlético, contrastando variadas percepções sobre a difusão dos exercícios corporais, com um balanço nem sempre favorável às expressões esportivas populares.

²⁶⁵ Cf. **Lei Municipal nº 2.371** – DR.01.02.09-9825 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²⁶⁶ Cf. **Lei Municipal nº 2.592** – DR.01.02.09-3376 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²⁶⁷ Cf. Futebol amador tem projeto na Câmara. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 11 de dezembro de 1978.

²⁶⁸ Cf. Discussão na câmara pelos campos de futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 11 de outubro de 1979.

²⁶⁹ Cf. Verano veta 17 artigos e devolve à Câmara a Lei de Uso do Solo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 30 de novembro de 1976.

Capítulo 9 – Projetos esportivos em disputa

O final dos anos 1960 e a década de 1970 foram um período de grande pressão sobre os campos de várzea em Belo Horizonte e, em consequência, sobre as agremiações nele sediadas, tema tratado no capítulo 5. Apesar da inserção dos clubes em uma *rede de resolução de problemas* associada a lideranças políticas locais, o desafio da preservação dos espaços de jogo era uma questão enfrentada, especialmente, pelas equipes mais tradicionais, situadas em bairros próximos ao centro, os quais passavam por um processo de valorização imobiliária.

Nesse conjunto inseria-se uma das mais antigas associações esportivas locais, o *Social Olímpico Ferroviário*, fundado em 1928, no bairro do Horto¹, com forte ligação com a *Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB)*, convertida em *Rede Ferroviária Federal (RFFSA)*². No início dos anos 1980, o clube ainda era próximo à empresa, cujos diretores da oficina ali existente sempre influenciavam na escolha da diretoria de sua predileção. A perda do apoio oferecido pelo *RFFSA* podia significar um risco para a manutenção do campo, situado nas suas imediações. Em meio às disputas eleitorais para escolha dos novos dirigentes do *Ferroviário*, o advogado Mauro Cândido, integrante da chapa de oposição, em carta, enviou um poema sobre o momento do futebol amador local, publicado no *Diário da Tarde*:

Elegia ao Futebol Amador

Monte Castelo acabou-se
O Cruzmaltino onde está??
Santa Tereza nem trouxe,
O Quinze para jogar

O time do Frade agora,
Nem mesmo sei se existe,
Do Ferroviário moço,
Prevejo um destino triste:

Seu campo é levado em grosso,
Pelo rio sempre cheio,
Poluindo malcheiroso,
O povo daquele meio.

Uns dizem é o progresso,
O culpado principal,
Outros pedem retrocesso,
Ao Luciano e a Fayal...

Bons Santos tem o seu Lima
Todos eles na Central,
Uns por baixo outros por cima,
Tupinambás no moral...

¹ Sobre o bairro do Horto, vide nota 67 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

² Cf. MANÇUR, Mauro Sérgio [57 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 9 mar. 2018.

Renascença que ficou,
 Tal qual o Sete sem glória,
 Da história se despojou,
 Igual povo sem memória
 Amigo que morte fria,
 Tem o futebol amador,
 Amparado na agonia,
 Pela fábrica do doutor...³

A escolha da forma lírica, a elegia, já aponta para o tom melancólico do poema, que remete ao momento de desaparecimento de inúmeros clubes tradicionais do amadorismo belo-horizontino, alguns dos quais citados textualmente, a exemplo do *Monte Castelo*, do *Cruzmaltino* e do *XV de Novembro*, tradicional adversário do *Santa Tereza*. O *Ferrovário* que era afetado pelas constantes cheias do Ribeirão Arrudas, em cuja várzea seu espaço de jogo se localizava, agora sofria com o risco de desfavores dos diretores da RFFSA. Cenário diverso do *Tupinambás*, cujo presidente, por décadas, Luís Lima de Oliveira, o “Seu Lima”, tinha bom trânsito com a direção da empresa e contava com suas benesses⁴. Agremiações com atuação no profissionalismo e que não se firmaram no *circuito* de espetáculo também eram citadas, como o *Sete de Setembro* e o *Renascença*, este último de volta à várzea, mas já sem o apoio da fábrica de tecidos homônima, sua principal patrocinadora. Todo esse quadro de desesperança que prenunciava a “morte fria do futebol amador” era associado ao progresso da capital e à atuação do setor especulativo imobiliário, personificado nas figuras de Antônio Luciano e de sua empresa, a *FAIAL*⁵.

O poema acima articula temas importantes para a compreensão do amadorismo na passagem dos anos 1970 para os 1980. O desaparecimento de um número considerável de clubes que foram fundamentais para constituição de um *circuito* de várzea desde os anos 1940 criava a sensação da morte de uma dada cultura esportiva, por eles representada. Apesar do aparecimento de agremiações nas novas periferias da capital mineira, uma tradição associativa sucumbia junto às antigas entidades. Nesse contexto, mesmo com as alternativas criadas na década 1970, em especial, na relação com o Poder Legislativo Municipal, a insegurança sobre a posse e o uso dos espaços de jogo produzia uma sensação de desesperança no futebol popular.

A rede de campos que se expandira, entre os anos 1950 e 1960, sofria muitas perdas, sem que uma política pública consistente oferecesse proteção ante as pressões da valorização da terra no que esta tese chamou de a primeira periferia da capital, formada pelas zonas suburbanas e pelas vilas operárias (veja mapa ao final da tese). É a partir desse contexto que se examinarão as

³ Cartas – Política influenciando no esporte. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 9 de janeiro de 1981.

⁴ Um quadro que em breve se alteraria, como tratado no capítulo 6.

⁵ Há variações na grafia do nome da empresa imobiliária de Antônio Luciano, adota-se um padrão único em toda a tese.

mudanças das políticas para o esporte no município, em um momento de distensão autoritária e de ascensão de novas lideranças partidárias. Para tanto, é importante compreender as ações efetivadas pelo Executivo nos anos 1970. Se por um lado, a *Câmara de Vereadores* aproximava-se do meio varzeano, com a oferta de subvenções, reconhecimentos de utilidade pública e leis para a solução da escassez de espaços de jogo, por outro, a *Prefeitura* estruturava uma secretaria mais voltada à temática, cujas ações iniciais pouco repercutiriam a favor do futebol amador.

9.1 – A vez do especializado

Como tratado nos capítulos 7 e 8, do ponto de vista da implantação de políticas para o esporte, em especial o futebol de várzea, o Executivo Municipal viveu um cenário de descontinuidades ao longo dos anos 1950 e 1960, com períodos de atuação mais intensa, como na gestão de Américo Renê Giannetti (1951-1954), ou de total inoperância, a exemplo de boa parte da década de 1960. Ações pontuais também marcaram a relação do meio amadorista belo-horizontino com a *Diretoria de Esportes de Minas Gerais (DEMG)*, mais centrada no interior do estado e nas chamadas modalidades especializadas.

Tal oposição entre o futebol de várzea – associado a uma prática atlética popular e não supervisionada por profissionais habilitados – e o esporte especializado – cujo desempenho se dava sob os preceitos das Ciências do Desporto, em clubes privados – era um debate que, vez ou outra, emergia, em especial, em contextos de disputas por verbas entre as agremiações e as ligas⁶. A criação da *Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais*, em 1952, reforçou os discursos a favor das atividades mais institucionalizadas⁷. As contraposições entre essas diferentes perspectivas expressavam-se na composição do *Conselho Municipal de Esportes* que, desde a sua primeira versão, buscava equilibrar os interesses, com a nomeação de representantes de segmentos variados⁸. Como se tentou demonstrar, em especial, no capítulo 7, a viabilização de ações em benefício das agremiações varzeanas nos anos 1950 teve relação com a aproximação dos clubes de disputas eleitorais em que o voto popular se afirmava como fator determinante. O interesse dos postulantes à *Prefeitura* em conquistar esse público se refletia no desenvolvimento de políticas para o setor, as quais foram, mais ou menos, abrangentes.

Com a suspensão das votações para prefeito das capitais durante a Ditadura Civil-Militar, entende-se que um novo equilíbrio se estabeleceu. Apesar da aproximação das agremiações com

⁶ Cf. ESPORTE PARA O OPERARIADO. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 10 de abril de 1954; Os amadoristas querem um lugar na Diretoria de Esportes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 9, 26 de julho de 1956.

⁷ Cf. Uma iniciativa que trará grandes benefícios para os esportes mineiros. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 2 de fevereiro de 1952.

⁸ Cf. IMPOSSÍVEL SEM OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTES. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 15 de maio de 1952.

os indicados para mandatário municipal, com homenagens em festivais e em torneios e a oferta de cargos de honra⁹, não havia a mesma demanda de mobilização do voto popular, pois a definição do prefeito se dava de forma indireta. O pouco prestígio das gestões era, inclusive, representado pelas baixas votações da *ARENA*, em especial para eleição da *Câmara Municipal*¹⁰.

Nessa nova dinâmica, a busca do equilíbrio nas políticas públicas para o setor, com uma composição diversificada do *Conselho Municipal de Esportes*, já não se observava. São esparsos os dados sobre as nomeações para o *CME* nos anos 1970. Por serem realizadas por portaria não estão acessíveis na íntegra em relatórios ou compilações de normas e pouco se falou sobre elas no *Diário da Tarde*. Contudo, registros orais apontam para o perfil à época, com destaque para a presença de militares¹¹ entre os integrantes do colegiado¹² que era presidido, no início dos anos 1970, pelo Major Wilmar Barros¹³. Publicações em relatórios de prefeito ainda apontam a presença de representantes da *Associação Mineira de Cronistas Esportivos (AMCE)*, dentre os quais o jornalista e ex-diretor do *DFA* Foad Caram, que ocupou uma cadeira até 1974¹⁴. Ao contrário de edições anteriores, não há referência a integrantes de clubes varzeanos.

A retomada de atuação do *Conselho Municipal de Esportes*, durante a segunda passagem de Oswaldo Pieruccetti (1971-1975), gerava expectativas dada a aprovação da Lei Municipal nº1513/68, tratada no capítulo anterior, que previa concessão de auxílio ao desporto amador e universitário, a ser distribuído pelo *CME*. Em especial no ano de 1972, o órgão esboçou uma aproximação do futebol de várzea, com grande distribuição de material esportivo que beneficiou mais de uma centena de clubes, além de reformas pontuais em campos da cidade¹⁵. Tais iniciativas, contudo, não persistiriam e, a partir de então, a Municipalidade teve um novo foco de ação junto ao meio atlético, o que mobilizou seus esforços nos anos seguintes.

⁹ Cf. LIMA, Veiga. VARZEA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 2 de março de 1966; ICA faz festival. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 12, 10 de junho de 1967; Garagem organiza festival interno. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 15, 13 de outubro de 1971.

¹⁰ Entre 1966 e 1976, eleições realizadas sob o bipartidarismo, apenas em uma das 4 votações, a de 1972, a *ARENA* fez maioria na *Câmara Municipal*, com a apertada diferença de 11 a 10 vereadores. Cf. Conheça os 21 vereadores, oito são novos na Câmara. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 22 de novembro de 1972.

¹¹ A militarização do esporte nos anos 1970 no Brasil é tratada em diversas obras, podem ser citadas: FLORENZANO, José Paulo. **Afonso & Edmundo: a rebeldia no futebol brasileiro**. São Paulo: Musa Editora, 1998; LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996; MOREIRA, Jorge Fernando Albuquerque D’Amaral. **Futebol e Ditadura Militar: a elaboração dos projetos políticos para o futebol brasileiro (1966-1971)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

¹² Cf. ROQUE, Orlando Neves [75 anos]. [jun. 2014]. Entrevistadoras: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Rita Márcia de Oliveira. Belo Horizonte, MG, 3 jun. 2014.

¹³ Cf. Conselho de Esportes em Secretaria é necessidade. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 2º caderno, 19 de abril de 1971.

¹⁴ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do quadriênio 1971-1974**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte, março de 1975, p. 276.

¹⁵ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1972**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte, março de 1973, p. 16-21.

9.1.1 – Um projeto para os esportes

A passagem da década de 1960 para a de 1970 foi um momento de reconfiguração das políticas para o desporto e a Educação Física nacionais, com o delineamento de uma proposta do regime para o setor. A criação da *Loteria Esportiva*, em 1969, foi importante passo para o financiamento de ações na área, assim como a institucionalização do *Departamento de Educação Física e Desporto (DED)*, vinculado ao *Ministério da Educação e Cultura (MEC)*, em 1970, que, a partir de então, assumiria a elaboração *Plano Nacional de Educação Física e Desporto*, o qual foi publicado em 1976¹⁶.

Na esfera municipal, as transformações também eram notadas. Além da promulgação da Lei Municipal nº1513/68, que previa concessão de auxílio ao desporto amador e universitário, foi instituída, em 1973, a *Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes (SMCITE)*, que passou a abrigar o *Conselho Municipal de Esportes*¹⁷. A criação da nova pasta redirecionava a atuação da *Prefeitura* no âmbito esportivo. Já nos primeiros meses de atividade do órgão, formou-se um grupo de trabalho para definir, seguindo a tônica federal, plano para o setor:

A Prefeitura decidiu estabelecer uma política esportiva para a cidade. Criou um grupo de trabalho ontem e uma das propostas que ele deverá examinar é a instituição de incentivos às empresas que aceitarem construir dependências para a prática do esporte por parte dos seus empregados. Além disso, estabelecerá os meios de mobilizar clubes de serviço, entidades de classe e outras organizações semelhantes, para se integrarem num programa esportivo permanente.

O grupo instituído por Oswaldo Pieruccetti é coordenado por Virgílio Veado, secretário municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esporte, e dele fazem parte Fernando Nunes da Ademg, José Galeno da ACM; professor Pedro Advíncula Veado, da Escola de Educação Física; Herbert Dutra, da Diretoria de Esportes; Camil Caram, presidente do Conselho Municipal de Esportes; e Nelson Marques Lisboa, superintendente da Sudecap. (...)

O grupo de trabalho foi constituído ontem, durante uma reunião em que já foram fixados alguns pontos básicos de seu trabalho. Ficou decidido que o plano esportivo será desenvolvido com base na dinamização do Conselho Municipal de Esportes.

Por outro lado, ele deverá decidir sobre o projeto dos parques esportivos, com a escolha dos locais, a partir da filosofia de dar preferência às regiões de nível econômico mais baixo. (...) ¹⁸

A exemplo do que se verificava no âmbito federal, o município organizava um plano próprio para o setor, com a formação de um grupo de trabalho com representações da *Administração dos Estádios de Minas Gerais (ADEMG)*, da *Associação Cristã de Moços (ACM)*,

¹⁶ Cf. LINHALES, 1996, p. 139-151; MOREIRA, 2017, p. 14-90.

¹⁷ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.185**, de 14 de maio de 1973. Cria a Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes e dá outras providências. DR.01.02.09-9634 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁸ Agora vamos ter plano esportivo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 23 de junho de 1973.

da *Escola de Educação Física*, da *Diretoria de Esportes (DEMG)*, do *Conselho Municipal de Esportes (CME)* e da *Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP)*. A constituição da comissão apontava para um perfil técnico e burocrático, sem integrantes dos clubes, em especial dos varzeanos. Como destacado no final do trecho, o novo planejamento teria foco na reorientação do *CME* e na construção de parques esportivos nos bairros.

A presidência do *Conselho Municipal de Esportes*, até então nas mãos do Major Wilmar Barros, passava a Camil Caram, ex-vereador da *ARENA*, com atuação na *Câmara* por quatro legislaturas, que fora derrotado nas eleições de 1972¹⁹. Apesar da longa trajetória, sua relação com a várzea era quase nula e foram raras as subvenções que destinou para agremiações do meio²⁰. Formado dentista, na juventude atuou em diversas modalidades tendo praticado futebol, vôlei, basquete e jiu-jitsu, com passagem pelas categorias menores do *América*²¹. Era sócio do *Olímpico*, um clube esportivo e recreativo particular, ao qual destinou algumas verbas²².

O meio dos anos 1970 foi um momento em que o *CME* se afastou do futebol de várzea, seguindo tendência próxima da observada na *Diretoria de Esportes de Minas Gerais*. Como relatou Orlando Roque, funcionário do colegiado no período: “A maior finalidade era o incremento ao esporte amador, pois ele não significava somente o futebol, mas o basquete, vôlei, etc. Nós atuávamos com todos estes esportes, inclusive todo esporte especializado”²³. Como aponta o depoente, foi um período em que prevaleceu a ideia da diversificação esportiva.

Seguindo tal tendência, com recursos da *Loteria Esportiva*, que repassava verbas à *DEMG*, e com o apoio do grupo de trabalho criado na *SMCITE*, foram planejados três centros esportivos em bairros suburbanos da cidade²⁴. Tal projeto se alinhava a ideias que já vinham sendo gestadas na *Prefeitura*, que havia anunciado a intenção de construir um equipamento público do tipo no Instituto Agrônomo²⁵. Articulava-se, ainda, à proposta vinda da *Câmara Municipal*, por meio do vereador da *ARENA*, Gil César Moreira, engenheiro responsável pelas obras do Mineirão e então vice-presidente da *Federação Mineira de Futebol*²⁶.

¹⁹ Cf. Números e nomes dos candidatos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 4, 13 de novembro de 1972.

²⁰ Cf. **Emendas ao orçamento – 1960** – DR.01.02.05-102; **Lei nº 1584/68** – DR.01.02.09-9013; **Lei nº 2145/72** – DR.01.02.09-9593 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²¹ Cf. COLUNA POR UM – GENTE DE POLÍTICA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 8 de dezembro de 1958.

²² Cf. **Lei nº 1741/69** – DR.01.02.09-9171; **Lei nº 1.899/70** – DR.01.02.09-9341 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

²³ ROQUE, Orlando Neves [75 anos]. [jun. 2014]. Entrevistadoras: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Rita Márcia de Oliveira. Belo Horizonte, MG, 3 jun. 2014.

²⁴ Cf. RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues. *Diretoria de Esportes de Minas Gerais: suas políticas, sua história (1946-1987)*. In: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927-2006**. Contagem: MJR, 2014, p. 89.

²⁵ Cf. Praça de Esportes para o povo na Vila São João. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 10 de novembro de 1972.

²⁶ Cf. Vereador pede mais praças de esportes. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 2, 7 de março de 1973.

Sobre a construção dos centros esportivos, em relatório, a *Prefeitura* informou que:

No campo esportivo, estabeleceu-se abrangente esquema de incentivos, de proteção e de ampliação das atividades ligadas ao esporte, tendo sido montado um esquema para construção de centros esportivos em locais estratégicos da Capital, o primeiro dos quais já em plena fase de execução, no Bairro do Carlos Prates, a cargo da SUDECAP, e o segundo, na Praça da Saudade, a cargo da Secretaria Municipal de Comunicações e Obras. Para ambos esses conjuntos esportivos foi decisiva a colaboração do Estado, que ofereceu à Prefeitura apreciáveis recursos financeiros. Em contrapartida, o Município cedeu ao Estado um valioso quarteirão situado na Avenida Pedro II, no qual o Governador Rondon Pacheco mandou construir um terceiro Centro Esportivo, a cargo da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social e da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado de Minas Gerais (CODEURB), antiga CIURBE – Companhia Urbanizadora Serra do Curral.²⁷

As três obras lançavam um novo formato de equipamento esportivo que pressupunha a administração pela própria comunidade²⁸, além da “construção e a colocação de itens relacionados à assistência social, exemplo do que existe nos Estados Unidos”²⁹. As regiões escolhidas para as iniciativas pioneiras foram o bairro Saudade³⁰ e o Carlos Prates³¹. Este último teria duas unidades, uma delas na área também conhecida como bairro Pedro II.

A construção das praças de esportes em meados da década de 1970 é reveladora de novas perspectivas de atuação da *Prefeitura* no meio atlético, tanto do ponto de vista do processo para a edificação dos centros, como de sua forma de administração. O caso visto no bairro Saudade condensa bem essas questões e será examinado de forma mais detida.

As primeiras movimentações para a construção do que viria a ser a Praça de Esportes do Saudade conectam-se às políticas de “desfavelamento” empreendidas pela *Prefeitura*, por meio da *Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL)*, tema tratado no capítulo 5. O órgão criado em 1971 realizou, já no ano seguinte, a remoção de uma pequena ocupação em frente ao cemitério que batiza o bairro³², com o objetivo da instalação do novo equipamento comunitário. Tal iniciativa alinhava-se a outras medidas da Municipalidade que desalojaram famílias com moradias irregulares para a edificação de mercados públicos, praças e parques, mas também para doação de terrenos a entidades particulares, a exemplo de clubes esportivos e recreativos privados como o *Minas Tênis Clube* e o *Esporte Clube Ginástico*³³.

²⁷ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do quadriênio 1971-1974**, p. 310.

²⁸ Cf. Muitos projetos para praças de esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 8 de março de 1973.

²⁹ Praça de Esportes em pleno Carlos Prates. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 29 de março de 1973.

³⁰ Para informações sobre o Saudade, ver nota 65 do capítulo 3. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

³¹ Sobre o Carlos Prates, vide nota 66 do capítulo 1. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

³² Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1975**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Belo Horizonte, 1976, p. 293-294.

³³ Cf. PREFEITURA DE BELO HORIZONTE – CONVITE. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 13 de março de 1975.

A construção do centro esportivo do Saudade ainda implicou na destruição do campo do *Cruzeiro do Sul*, tradicional clube da região³⁴, que ocupava o lugar desde os anos 1950. Tal espaço de jogo, situado em terreno da Municipalidade é o mesmo cuja cessão foi tratada no capítulo 7, que envolveu a negociação entre os membros da agremiação e o então prefeito Celso Mello Azevedo (1955-1959). A área que também era utilizada por outras equipes do bairro, como o *Novo Horizonte* e o *Rei de Paus*³⁵, no novo desenho, não abrigaria o futebol de várzea, dedicando-se às chamadas modalidades especializadas e a outras atividades recreativas.

O desaparecimento do antigo campo levou a um período de inatividade de vários clubes da região, incluindo o *Cruzeiro do Sul*, que passou, a partir de então, a se chamar *Saudade*³⁶. Como tratado no capítulo 8, a solução para o espaço de jogo da agremiação envolveu uma negociação com o *Governo do Estado*, com a interferência da dupla Junia Marise e Vera Coutinho, que viabilizou a cessão e o beneficiamento de um terreno fora do bairro.

A remoção do campo do *Cruzeiro do Sul* para dar lugar à Praça de Esportes do Saudade não foi fato isolado. O mesmo ocorreu para a instalação do Centro Esportivo Pedro II, um dos três equipamentos piloto, em área repassada ao *Governo do Estado*, fruto da declaração de utilidade pública para fins de desapropriação do terreno pertencente ao *Vasco da Gama Esporte Clube*, tradicional agremiação do Carlos Prates³⁷. Como aponta o relatório do indicado para prefeito Luiz Verano (1975-1979), em 1975, tal escolha não era fortuita, segundo o documento previam-se novas ações do tipo, cujo plano era: “CENTROS ESPORTIVOS – Construção de 15 centros Esportivos, com o aproveitamento dos locais onde o povo já pratica as tradicionais ‘peladas’”³⁸.

Vale lembrar que, como tratado no início do capítulo 8, a década de 1970 iniciou-se com a expectativa de expansão da rede de campos de várzea, dada a aprovação do projeto de lei para a construção dos estádinhos para o futebol amador. O que se viu na prática, contudo, foi a adoção de uma perspectiva que não só inviabilizava a edificação desses equipamentos, como se apropriava das áreas usadas pelo amadorismo para a efetivação de outro projeto esportivo.

Tal proposta atualizava uma longa disputa entre a expressão esportiva popular e os defensores das práticas atléticas supervisionadas, associadas às modalidades ditas especializadas. Em matéria que cobrava a efetivação da lei dos estádinhos essa contradição era pontuada:

– “Só se fala em “esporte amador”, nunca em “futebol amador”.

³⁴ Cf. MARQUES, Edson; MOREIRA, Zu. **Uma praça, uma saudade**: resgate histórico e sentimental da Praça de Esportes do Saudade. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003, p. 57-58.

³⁵ Cf. *Idem*, p. 68-70.

³⁶ Cf. CARMO, Enderson Moretti do [43 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 dez. 2016.

³⁷ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.592**, de 22 de julho de 1974. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/imbck>

³⁸ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1975**, p. 162.

O Grupo de Trabalho criado pelo prefeito reuniu só representantes do “esporte amador”, ou do “esporte especializado”, que desconheceu, simplesmente, a existência do futebol amador. Em virtude dessa parcialidade, Foad Caram, exonerou-se do Conselho Municipal de Esportes já que não entendia, também, a existência de um organismo de atividades paralelas às do Conselho Municipal de Esportes. (...)

Hoje, voltando à Câmara Municipal, o sr. João Batista Cardoso deseja saber quantos estádinhos foram construídos.

– “O que se pretendeu, com a lei, foi construir estádinhos acanhados, sem pompa alguma – retângulo de jogo, um alambrado e dois vestiários simples. Nada de suntuosidade e de dispêndios de grande monta”.

Enquanto isso, o grupo de trabalho criado pelo prefeito fez um grande trabalho: um curso de liderança esportiva, com distribuição de diplomas...

– “As praças de esportes que “planejou” para o Carlos Prates, Santa Teresa, Pompéia etc. já eram do quadro de prioridades do prefeito”.³⁹

Ao cobrar providências para a efetivação da “Lei dos estádinhos”, seu autor, o vereador João Batista Cardoso, explicitava as tensões entre as duas perspectivas de desenvolvimento esportivo. Ele destacou a renúncia do jornalista Foad Caram à sua cadeira no *Conselho Municipal de Esportes*, órgão que, segundo o antigo diretor do DFA, estava esvaziado pela criação de um grupo de trabalho que tinha atuação paralela e só tinha olhos para o especializado. Tratou, ainda, de forma irônica, dos resultados obtidos pelo novo colegiado em mais de um ano de atuação: “um curso de liderança esportiva”. Considerava, por fim, a proposta das praças de esportes um projeto anterior do Executivo e reclamava que, apesar de se constituírem em obras simples, nenhum novo campo para a várzea havia sido construído.

A fala do vereador aproxima-se das ações indicadas nos relatórios de prefeito de meados dos anos 1970. Além do esforço de construção dos centros esportivos e de sua efetivação, as ações da recém-criada *SMCITE* para o esporte restringiam-se ao apoio a competições variadas e aos cursos formativos. O *Conselho Municipal de Esportes*, por sua vez, além do suporte às atividades da secretaria, promovia a distribuição das subvenções previstas pelos vereadores⁴⁰.

Como indicado no caso da cancha do *Cruzeiro do Sul*, no Saudade, a remoção do campo de várzea não foi seguida de qualquer medida para a realocação da equipe, a qual só foi possível por meio da mobilização de seus integrantes e do apoio de lideranças políticas locais. Do ponto de vista da gestão dos centros esportivos, a ideia original de uma coordenação comunitária daria lugar ao repasse, via convênio, da administração dos espaços por entidades como a *Associação Cristã de Moços (ACM)*, que assumiu a Praça de Esportes do Saudade, providenciando equipes de

³⁹ Vereador quer saber se o Prefeito cumpre a lei 1837. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 11, 20 de fevereiro de 1975.

⁴⁰ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do quadriênio 1971-1974**; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1975**.

profissionais da Educação Física para a condução de aulas e atividades atléticas e recreativas⁴¹. Os membros da ACM eram acompanhados por uma comissão de moradores, que participava das decisões⁴². No caso do Centro Esportivo do Carlos Prates foi o *Serviço Social do Comércio (SESC)* que assumiu a gestão do local, em moldes parecidos com o que se viu no Saudade⁴³.

O repasse da administração dos centros esportivos impactava nas possibilidades de uma atuação abrangente desses espaços poliesportivos. Como informou o *Diário da Tarde*:

Embora o Sesc tenha se esforçado no sentido de proporcionar o bem-estar e melhoria do padrão de vida dos comerciários, vem enfrentando vários problemas nos Centros Esportivos. Um exemplo disso é o Centro Esportivo e Cultural Carlos Prates, onde os frequentadores só podem utilizar a piscina nos sábados e domingos, causando assim uma insatisfação geral naqueles que desejam aproveitar melhor o verão. O pior problema mesmo são os muros: medindo 1,20m, são de fácil acesso àqueles que desejam dar um mergulho e usufruir das quadras de esportes. É o que vem acontecendo em qualquer dia e hora: “Pular os baixos muros do Centro já está sendo encarado como um fato até normal, mas ali tornou-se um sério problema, pois até de madrugada há invasão da meninada para quebrar os refletores e vidraças do prédio”, afirma o administrador, meio decepcionado. (...)

O centro já dispõe de uma ampla programação para o público a partir desse mês e deverá ampliar o número de associados para 6.000, contando já com 1.800 sócios e seu funcionamento aumentará para cinco dias na semana. Brevemente, contará com uma recreadora, dependências para pingue-pongue, basquete, feira de artesanato, horas dançantes semanais e programação para teatro. Os interessados poderão procurar a secretaria para associar-se e não é necessário que seja comerciário.⁴⁴

Com um funcionamento restrito aos fins de semana, o centro esportivo era alvo de constantes invasões pela meninada do bairro que buscava usufruir das estruturas do espaço, em especial, da piscina e de suas quadras. Tipo de apropriação muito semelhante à observada nos campos de várzea que, ainda hoje, durante os dias de semana, quando não ocorrem as disputas normalmente concentradas nos sábados e nos domingos, assumem a função de área de recreação para as comunidades de seu entorno. A pressuposição de que a frequência aos centros esportivos era restrita aos associados implicava na criação de barreiras para a presença de estranhos, tais como os muros. Esse fechamento, por exemplo, não fazia parte do projeto original da Praça de Esportes do Saudade, mas converteu-se em um acréscimo posterior⁴⁵.

Após a construção dos três primeiros centros esportivos foram indicadas obras para a ampliação da rede que, como o relatório da *Prefeitura* revelava, previa 15 outros espaços.

⁴¹ Cf. MARQUES; MOREIRA, 2003, p. 32-36; ACM vai administrar outra praça de esportes da PBH. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 31 de julho de 1975.

⁴² Cf. MARQUES; MOREIRA, 2003, p. 32-36.

⁴³ Cf. Ofício G1512/76. GR 1126 – Caixa 379 – Fundo Gabinete do Prefeito/APCBH.

⁴⁴ Invadem o centro esportivo. Para nadar. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 11 de janeiro de 1977.

⁴⁵ Cf. MARQUES; MOREIRA, 2003, p. 26.

Foram anunciadas obras em diferentes bairros como Santa Tereza⁴⁶, Miramar, São Gabriel e São Marcos⁴⁷, sem notícias de conclusão. No caso do último bairro⁴⁸, em 1981, anunciava-se a organização de mutirão por seus habitantes para a implantação de uma praça de esportes⁴⁹. Não fica claro, contudo, se seria a mesma área prevista para a ação municipal.

Áreas poliesportivas foram demandadas em outras regiões da cidade, em locais cujos planos de loteamento tinham essa previsão, como no Conjunto IAPI⁵⁰ ou no bairro Dom Cabral⁵¹. Nesse último lugar, uma área doada pela *Caixa Econômica Estadual* para esse fim específico corria o risco de ser perdida pela comunidade se não fosse implantada⁵². Apesar desses casos, a prevalência da edificação de centros esportivos ficou restrita a meados dos anos 1970, quando um planejamento centrado nas modalidades especializadas e na Educação Física e uma política estadual e nacional para o desporto na mesma linha financiaram esse tipo de iniciativa. Contava a favor, ainda, ser uma época de prefeitos indicados, figuras ligadas ao mundo empresarial, com ênfase na técnica⁵³ e pouca aproximação dos grupos populares e do meio varzeano.

O clima de distensão autoritária do final dos anos 1970 impactaria nas políticas de esporte. A perspectiva de retorno das eleições e a impopularidade da *ARENA* refletiram na indicação de uma figura de perfil político para a *Prefeitura*, com a mudança da relação entre o Executivo Municipal e os grupos populares. Nessa medida, a preocupação em relação a um possível desaparecimento da várzea teve ressonância e orientou ações em favor do meio amadorista.

9.2 – Mais uma vez o popular

A política local em Belo Horizonte, na década de 1970, foi marcada pela ascensão de várias lideranças com vínculos com os bairros populares da cidade, tema tratado no capítulo 8.

⁴⁶ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1975**, p. 165.

⁴⁷ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1976**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Verano. Belo Horizonte, março de 1977, p. 195.

⁴⁸ O bairro São Marcos fazia parte da região antigamente chamada Gorduras que, até os anos 1940, integrava o município de Santa Luzia. Sua ocupação se intensificou na segunda metade do século XX, com população de perfil trabalhador. Cf. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Nordeste**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

⁴⁹ Cf. Mutirão de crianças para construir uma quadra no São Marcos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 30 de janeiro de 1981.

⁵⁰ Cf. IAPI tem agora quadras para cinco esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 18 de julho de 1978.

⁵¹ O bairro Dom Cabral foi criado em terrenos que pertenceram ao Seminário Coração Eucarístico, nas proximidades da Pontifícia Universidade Católica de MG, e foi ocupado, nos anos 1960, principalmente por funcionários públicos que acessaram recursos de programas habitacionais. ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Noroeste**. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008. Veja mapa ao final da tese.

⁵² Cf. Dom Cabral tema perder a sua praça de esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 8 de março de 1978; SANTIAGO, Carla Ferretti. **O lugar de morar: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (o Bairro Dom Cabral, 1959/1981)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

⁵³ Cf. Políticos ainda lutam pela nossa Prefeitura. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 11 de março de 1975; CONFIRMADO: SUPERPREFEITO TÉCNICO, PREFEITO POLÍTICO. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 1, 12 de março de 1975.

Enquanto fenômenos eleitorais se consolidavam na cidade, tanto entre membros do *MDB*, quanto da *ARENA*, seguia-se a tendência de nomeação de figuras sem apelo popular para o cargo de prefeito da capital mineira, as quais eram justificadas pelo seu perfil técnico. A segunda metade da década de 1970, contudo, era um momento de agitação social, marcado pela ascensão de movimentos de trabalhadores e de grupos sociais diversos⁵⁴, o que se refletia nas ruas da cidade⁵⁵. Tais transformações presenciadas no país culminariam com a suspensão, em 1979, dos atos institucionais editados pelo regime⁵⁶. Havia, assim, a percepção da necessidade de fortalecimento de nomes da *ARENA*, com vistas às eleições que se prenunciavam para o início dos anos 1980.

Tal questão repercutiu na indicação da figura que assumiria a *Prefeitura de Belo Horizonte* em 1979. Membros do *MDB* pressionavam a situação, condenando a nomeação de um mandatário que não tivesse perfil técnico, pois diziam ser essa a justificativa do regime para a suspensão da escolha do prefeito pelo voto e seria uma contradição a sugestão de alguém com pretensões eleitorais⁵⁷. A *ARENA*, por sua vez, preocupava-se com a baixa popularidade do último indicado, Luiz Verano, e propunha nomes que tivessem carreiras políticas anteriores⁵⁸.

O escolhido, por fim, foi Maurício Campos (1979-1982), deputado federal que alcançara a segunda melhor votação de seu partido nas eleições de 1978⁵⁹. Tão logo assumiu o governo, o novo mandatário municipal buscou aproximação das associações comunitárias⁶⁰, com as quais estabeleceu, ao longo dos anos, uma estreita relação. Chegou, inclusive, a ser acusado de interferir na formação de novas entidades representativas dos bairros nas quais acomodou familiares e correligionários⁶¹, tema tratado no capítulo 6. Sua passagem pelo Executivo da capital mineira ainda foi marcada pelo apoio que ofereceu ao carnaval local⁶², do qual era um entusiasta, sendo recorrentemente flagrado durante as festividades⁶³.

Tal postura permitia ao indicado a prefeito da *ARENA* a contraposição a figuras do *MDB* que também se consolidavam eleitoralmente a partir de uma aproximação com os bairros

⁵⁴ Há vasta bibliografia sobre a movimentação social e sindical em fins dos anos 1970, a título de referência, podem ser citados: PAOLI, Maria Celia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987, p. 53-101; SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵⁵ Cf. Em 79 BH ganhou mais um título: o de Capital Nacional das Greves. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p.9, 31 de dezembro de 1979.

⁵⁶ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

⁵⁷ Cf. *MDB* insiste em técnico para nossa Prefeitura. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 10 de janeiro de 1979.

⁵⁸ Cf. Lista tríplice para prefeito: Maurício, Celso e Gil César. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 16 de fevereiro de 1979.

⁵⁹ Cf. Maurício promete muito carinho para a população. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 19 de março de 1979.

⁶⁰ Cf. Bairros levam pedidos a Maurício Campos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 30 de março de 1979.

⁶¹ Cf. Acusado de falta de ética. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 30 de novembro de 1983.

⁶² Cf. PBH garante, o povo não vai ficar sem o carnaval. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 8 de janeiro de 1980.

⁶³ Cf. “Eu quero sambar até morrer...” “Eu quero é sambar”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 11 de fevereiro de 1981.

periféricos e com suas variadas expressões associativas. As transformações políticas por que passava o país apontavam, no horizonte, a votação de 1982, que escolheria o governador de Minas Gerais e, por consequência, aquele que seria conduzido indiretamente ao cargo de mandatário do Executivo Municipal⁶⁴. Mais uma vez a disputa do apoio popular ganhava espaço na agenda dos partidos e, nessa medida, o futebol de várzea não passaria despercebido.

9.2.1 – Projetos para a várzea

Ao contrário de integrantes do *MDB* que se destacavam por sua atuação no Poder Legislativo, utilizando-se dos mecanismos que lhes eram disponíveis para apoio às suas bases, os membros da *ARENA* tinham a possibilidade de integrar a máquina governamental, ocupando cargos em órgãos ligados direta ou indiretamente aos executivos municipal e estadual. Foi nessa medida que, algumas figuras políticas com histórico de relações com o futebol, seja em sua expressão varzeana ou na sua vertente de espetáculo, atuaram em setores responsáveis pela condução de ações voltadas aos esportes, em especial, na segunda metade da década de 1970.

Dentre os vereadores da *ARENA* eleitos em 1972 que tinham proximidade do futebol, conforme indicava charge reproduzida no capítulo anterior, dois deles tiveram atuação mais destacada: Gil César Moreira e Fernando Sasso. O primeiro tratava-se do engenheiro responsável pelas obras de construção do Mineirão que, por sua formação, era encarado como um quadro ao mesmo tempo técnico e político⁶⁵. Antes de ser eleito para a *Câmara Municipal*, Gil César já havia ocupado o cargo de Superintendente de Desenvolvimento da Capital, na *SUDECAP*, autarquia que ajudou a criar⁶⁶. No terceiro ano do mandato, abandonou a edilidade para assumir a *Empresa Brasileira de Transporte Urbano*, a convite do *Governo Federal*⁶⁷. Foi vice-presidente da *Federação Mineira de Futebol* no início dos anos 1970⁶⁸ e, em 1982, voltaria a disputar as eleições, agora como candidato a deputado estadual⁶⁹.

Seja como vereador ou após a renúncia ao cargo, Gil César Moreira sempre esteve próximo da temática do esporte, em especial dos debates sobre a criação de equipamentos públicos. Como citado na seção anterior, foi um dos idealizadores dos centros esportivos, cujos primeiros foram construídos no Saudade e no Carlos Prates. Sobre eles faria a crítica anos depois:

(...) a construção das praças de esportes do bairro Carlos Prates, Saudade e da Avenida Pedro II representou um investimento público superior a seis

⁶⁴ Cf. Na Câmara dizem que prefeito faz campanha. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 26 de abril de 1979.

⁶⁵ Cf. Lista tríplice para prefeito: Maurício, Celso e Gil César. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 16 de fevereiro de 1979.

⁶⁶ Cf. *Idem*.

⁶⁷ Cf. *Idem*.

⁶⁸ Cf. Vereador pede mais praças de esportes. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 7 de março de 1973.

⁶⁹ Cf. Verbete biográfico MOREIRA Gil César, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gil-cesar-moreira-de-abreu>, acesso em 12 de março de 2021.

milhões de cruzeiros⁷⁰, com resultados que podem ser considerados modestos salientando-se apenas aqueles que foram conseguidos pela ACM na administração do Centro Comunitário Praça de Esportes Saudade. Discordo frontalmente da política adotada no governo anterior (Osvaldo Pierucetti) no que diz respeito ao incentivo ao esporte.⁷¹

Como relatado na obra “Uma praça, uma saudade: resgate histórico e sentimental da Praça de Esportes do Saudade”, ante sua avaliação negativa da iniciativa, ele ainda ponderaria:

Em sua defesa para que a prefeitura cessasse o programa de construção de centros comunitários, o vereador Gil César Almeida (sic) de Abreu lembra ao presidente da ACM, Nilo Antônio Gazire, que, *em 1976, de 200 campos de futebol amador existentes na década de 40, restaram somente 20, com tendência desse número ser reduzido ainda mais.* (grifo no original)⁷²

Apesar dos números superlativos apresentados pelo engenheiro, os quais destoam dos levantamentos realizados por esta tese, o ainda vereador Gil César Moreira apontava para os limites do programa de construção de centros esportivos comunitários e para a falta de atenção à rede de campos de várzea, pressionada pelas transformações urbanas. Dada sua projeção na cidade e o reconhecimento que gozava no Executivo Municipal, sua crítica seria um importante argumento a favor de uma mudança de rumos das políticas para o setor em Belo Horizonte.

Assim como ele, Fernando Sasso, igualmente eleito vereador em 1972, solicitou licença do cargo na *Câmara Municipal*, em 1975, para assumir, temporariamente, a *Secretaria Municipal de Cultural, Informação, Turismo e Esportes*⁷³. Radialista e cronista esportivo, Sasso se elegeu para apenas um mandato. Apesar disso, seguiu atuando no Poder Executivo de Belo Horizonte, retornando à *SMCITE* no final dos anos 1970, durante o governo de Maurício Campos, agora como secretário adjunto⁷⁴. Mesmo estando no cargo público, o jornalista presidia uma associação de agremiações varzeanas, a *Associação dos Clubes Amadores de Minas Gerais* que, dentre outras ações, organizava o *Torneio Classista*⁷⁵.

Outra entidade com papel importante no amadorismo no final dos anos 1970 foi a *Associação das Ligas Desportivas do Estado de Minas Gerais (ALDEMG)*, idealizada e presidida por uma conhecida figura do meio varzeano belo-horizontino, Otacílio Ferreira da Costa, que atuara no *Departamento de Futebol Amador* nos anos 1960, tendo, inclusive, se

⁷⁰ Considerando-se valores de 1973, ano de contratação das obras, o montante corresponde a pouco menos de 20 mil salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto Federal nº 72.148**, de 30 de abril de 1973. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 70.465, de 27 de abril de 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72148-30-abril-1973-420627-norma-pe.html>

⁷¹ MARQUES; MOREIRA, 2003, p. 53-54.

⁷² *Ibidem*, p. 61-62.

⁷³ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1975**, p. 7.

⁷⁴ Cf. Comissão de lazer começa hoje os seus trabalhos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 11, 7 de maio de 1980.

⁷⁵ Cf. As notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 2 de maio de 1980.

candidatado a presidente da *Federação Mineira de Futebol*, em 1971⁷⁶, fato tratado no capítulo 6. Como também citado nessa seção da tese, ele se envolveu com o associativismo de bairro, por meio da *Federação das Associações Comunitárias de Minas Gerais (FACEMG)*, constituindo-se em um aliado do prefeito Maurício Campos⁷⁷.

A atuação de Otacílio Ferreira da Costa aponta para a diversidade de movimentos sociais existentes na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, os quais podiam assumir as mais variadas agendas políticas. Se alguns deles foram importantes para a criação de alternativas em momentos de redemocratização, a exemplo de vários que se aglutinaram na criação do *Partido dos Trabalhadores*⁷⁸, outros tantos se articulavam com os poderes constituídos, reforçando a manutenção de forças partidárias já estabelecidas⁷⁹.

O ex-diretor do *DFA*, advogado de formação, esteve próximo da vida política durante décadas. Em 1966, lançou-se, sem sucesso, como candidato a vereador pelo *MDB*⁸⁰. Em 1971, quando concorreu à presidência da *FMF*, ocupava cargo no *Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais*⁸¹. No final dos anos 1970, quando fundou a *Associação das Ligas Desportivas do Estado de Minas Gerais (ALDEMG)*, Otacílio Ferreira da Costa já demonstrava aproximação com o *Governo do Estado*, encabeçado por membros da *ARENA*. Prova dessa afinidade foi a visita do deputado e futuro governador, indiretamente eleito, Francelino Pereira, durante a *II Festa de Confraternização e Amizade do Futebol Amador de Minas Gerais*, promovida pela *ALDEMG*, em 1978. Na ocasião, tratou-se da possibilidade de criação da *Superintendência de Futebol Amador na Diretoria de Esportes (DEMG)*, antiga reivindicação do meio varzeano⁸².

Com a chegada de Francelino Pereira ao *Governo do Estado*, não demorou a que a referida superintendência fosse instituída, vinculada à *DEMG*, sendo coordenada justamente por Otacílio Ferreira⁸³. Uma das primeiras ações na qual se envolveu, em parceria com o *Departamento de Futebol Amador*, foi a organização do *I Encontro de Ligas do Interior*, o qual, apesar do nome, contou também com a participação de 87 clubes de várzea da capital mineira⁸⁴.

⁷⁶ Cf. Cada candidato tem seu plano, qual o melhor? *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 19, 30 de dezembro de 1971.

⁷⁷ Cf. Diretoria das Associações Comunitárias. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 17 de novembro de 1981.

⁷⁸ Cf. Recordista em comissões, PT anuncia protesto dia 15 contra a prorrogação. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 24 de outubro de 1980.

⁷⁹ A associação presidida por Otacílio Ferreira da Costa é abordada na obra “Lutas urbanas em Belo Horizonte”, importante estudo sobre movimentos sociais na cidade no início dos anos 1980. Cf. SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Maria Rezende. *Lutas urbanas em Belo Horizonte*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

⁸⁰ Cf. ROTEIRO DO ELEITOR. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 2º caderno, 14 de novembro de 1966.

⁸¹ Cf. Cada candidato tem seu plano, qual o melhor? *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 19, 30 de dezembro de 1971.

⁸² Cf. Apoio total do Governador ao futebol amador de Minas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 24 de outubro de 1978.

⁸³ Cf. O encontro da Várzea com o governador. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 29 de novembro de 1979.

⁸⁴ Cf. Amanhã, o I Encontro do futebol amador mineiro. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 28 de novembro de 1979.

Ao longo de dois dias de evento, foram debatidos problemas ligados ao amadorismo em Belo Horizonte e no interior de Minas Gerais, com a participação de representantes de ligas de diversas regiões do estado e dos clubes de várzea da capital. Durante o encontro, compuseram as mesas redondas integrantes das principais entidades ligadas a esse meio esportivo, como evidencia a foto abaixo publicada pelo *Diário da Tarde*:



Figura 38 – Abertura do I Encontro de Ligas do Interior, 1979. Fonte: Continua o Encontro da Várzea no Mineirão. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 30 de novembro de 1979.

A foto apresenta a composição da mesa de abertura do *I Encontro das Ligas do Interior*, na sala de imprensa do Mineirão. Apesar de ser realizado em um estádio de futebol, o cenário é muito similar ao de outras solenidades públicas, com a feição típica de um auditório. Na bancada, da esquerda para a direita, estão Sebastião Pinheiro Chagas, diretor geral da *Diretoria de Esportes de Minas Gerais*; Coronel José Guilherme, presidente da *FMF*; João Pedro Gustin, secretário estadual do Trabalho, Ação Social e Desportos; Afonso Celso Raso, diretor geral da *Administração dos Estádios de Minas Gerais*; Erasmo Ângelo, presidente do *Conselho Regional de Desportos*; e Otacílio Ferreira da Costa, diretor da *Coordenadoria de Futebol Amador da DEMG*, todos eles representantes de entidades governamentais ou dirigentes.

Como indicado na programação, a participação nas mesas de discussão restringiu-se aos ocupantes de cargos públicos e no sistema esportivo, cabendo, aos clubes e às ligas, a condição de espectadores, cenário parecido com o de congressos do tipo realizados nos anos 1950⁸⁵, tratados no capítulo 1. De todo modo, vale notar que, apesar da ausência de integrantes da *Prefeitura*, efetivava-se um debate raras vezes visto, com a reunião de diversas entidades ligadas ao tema, inclusive com o envolvimento do governador, que compareceu à solenidade de encerramento⁸⁶. Tudo isso indicava um interesse recente em se pensar ações para a várzea.

⁸⁵ Cf. Começou mal o Congresso Amadorista. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 5, 25 de abril de 1950.

⁸⁶ Cf. Futebol amador – Governador encerra hoje o I Encontro. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 17, 1º de dezembro de 1979.

Alguns dos desdobramentos efetivos se manifestaram no ano seguinte, em especial, o projeto de alteração da Lei Estadual nº 6.433, de 3 de outubro de 1974, que destinava 24% do valor arrecadado com a *Loteria do Estado de Minas Gerais* para o *Fundo de Assistência à Educação Física e ao Esporte Especializado*⁸⁷. Previa-se a inclusão do futebol amador, o que, segundo o deputado Rufino Neto, autor da proposta, seria a correção de uma falha, pois

É incompreensível que o governo do Estado ampare, através da Diretoria de Esportes, os chamados esportes especializados (vôlei, basquete, natação, handebol etc.) e marginalize o futebol amador, que vive do sacrifício e do ideal desses verdadeiros heróis anônimos, que são os diretores de ligas desportivas e de clubes amadoristas.⁸⁸

A proposta aprovada em plenário foi, contudo, vetada pelo Executivo, mantendo-se a destinação dos recursos restrita ao fundo já existente. Otacílio Ferreira da Costa buscou, ainda, articular, em âmbito nacional, junto à *Confederação Brasileira de Futebol*, a destinação de recursos de, ao menos, uma extração da *Loteria Esportiva* para o futebol amador⁸⁹. Toda essa aproximação com o meio fez com que ele, mais uma vez, lançasse candidatura à presidência da *Federação Mineira de Futebol*, saindo novamente derrotado pelo Coronel José Guilherme⁹⁰.

Como tratado no capítulo 3, o início dos anos 1980 foi um período de ampliação da atuação do *Departamento de Futebol Amador* da FMF. Com a chegada do diretor Antônio Carlos Bregunci, em 1981, o setor dirigente da várzea empreendeu esforços para a reaproximação dos clubes, em especial com a desburocratização dos procedimentos administrativos⁹¹. Para a boa relação contou, também, com a destinação de recursos da *União* garantidos pela edição do Decreto Federal nº 86.885, de 28 de janeiro de 1982, que reorganizava a distribuição de verbas originadas da *Loteria Esportiva*⁹², prevendo no seu artigo 7º, percentuais a serem aplicados exclusivamente “no apoio ao desenvolvimento do futebol regional”⁹³.

Como citado a coluna “Futebol Amador” do *Diário da Tarde*, os clubes filiados ao DFA receberam, naquele ano de 1982, repasse de Cr\$5.000,00, menos de um terço do salário mínimo⁹⁴.

⁸⁷ Cf. MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 6433**, de 3 de outubro de 1974. Altera dispositivos da Lei nº 6.265, de 18 de dezembro de 1973, sobre a Loteria do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-6433-1974-minas-gerais-altera-dispositivos-da-lei-no-6-265-de-18-de-dezembro-de-1973-sobre-a-loteria-do-estado-de-minas-gerais?q=6433>

⁸⁸ Otacílio mostra o que está fazendo pelo futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 12 de novembro de 1980.

⁸⁹ Cf. *Idem*.

⁹⁰ Otacílio quer o lugar de Zé Guilherme para “moralizar a FMF”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 33, 8 de dezembro de 1980.

⁹¹ Cf. Apoio do DFA e FMF fortalece a várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 32, 18 de julho de 1983.

⁹² Cf. Futebol Amador – FMF ajuda com Cr\$5 mil cada filiado do DFAC. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 15 de julho de 1982.

⁹³ BRASIL. **Lei Federal nº 86.885**, de 28 de janeiro de 1982. Regulamenta o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86885-28-janeiro-1982-436549-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹⁴ Cf. BRASIL. **Decreto Federal nº 87.136**, de 29 de abril de 1982. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87139-29-abril-1982-437065-publicacaooriginal-1-pe.html>

Dois anos depois, o valor do auxílio pago a cada agremiação já atingia Cr\$150.000,00⁹⁵, o equivalente a três salários mínimos⁹⁶, algo parecido às subvenções dos vereadores, como abordado no capítulo 8. Depois de muito tempo sendo visto como um empecilho aos clubes, pelas cobranças de taxas de várias naturezas, o *DFA* passava a ser percebido como um benfeitor.

O reposicionamento do setor amadorista da *FMF* conduzido por seu diretor, Antônio Carlos Bregunci, também se refletiria numa atuação política mais intensa. Como tratado ao longo desta tese, em especial no seu capítulo 5, o final dos anos 1970 representava momento de preocupação do meio varzeano, decorrente de mais de uma década de perdas sistemáticas de espaços de jogo tradicionais. Equipes de longa trajetória como o *Alvorada F.C.*⁹⁷ e o *Cruzeiro do Sul E.C.*⁹⁸ – não se confunda esta última entidade, do bairro Calafate, com a *A.A. Cruzeiro do Sul*, do Saudade – anunciavam o abandono das competições oficiais pela perda de seus campos. O avanço da urbanização, com a construção no entorno das áreas ocupadas pelas agremiações aumentava as tensões entre o uso do lugar e as demais atividades desempenhadas ali⁹⁹. A escassez de terrenos para a prática atlética fazia com que canteiros de avenidas e alagados de fundos de barragem se convertessem em canchas improvisadas pelos times da cidade¹⁰⁰. Os discursos em torno da várzea cada vez mais remetiam à sua morte, em um tom nostálgico¹⁰¹.

Nesse contexto desfavorável, o *DFA* aproveitava-se de ocasiões como as festividades de fim de temporada, nas quais, inclusive, passou a realizar a distribuição de auxílios financeiros aos clubes, para promover aproximações com os poderes públicos e as demais entidades diretivas. Era recorrente, nesses eventos, a presença de autoridades que protagonizavam papel de destaque ao fazerem a entrega de troféus e outras premiações às agremiações¹⁰². Criava-se um momento para que fossem anunciados projetos ou políticas para o setor, assim como para que se afirmassem vínculos de postulantes a cargos eletivos com o meio amadorista, como evidencia a foto reproduzida abaixo:

⁹⁵ Cf. *FMF* distribui dinheiro e isenta clubes de taxa. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 5 de janeiro de 1984.

⁹⁶ Cf. BRASIL. **Decreto Federal nº 88.930**, de 31 de Outubro de 1983. Fixa novos níveis de salário mínimo para todo o território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88930-31-outubro-1983-438951-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁹⁷ Cf. Casemiro e Ateneu decidem o título de Montes Claros. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 35, 5 de setembro de 1977.

⁹⁸ Cf. FUTEBOL AMADOR – Diretoria de Esportes não vai deixar o Cruzeiro do Sul morrer. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 19, 24 de novembro de 1978.

⁹⁹ Cf. alô! alô! **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 6 de julho de 1978; Alô! Alô! **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 27 de agosto de 1979; Poeira do campo de futebol impede aulas no grupo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 30 de agosto de 1980.

¹⁰⁰ Cf. Campos de futebol na Cristiano Machado. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 24 de outubro de 1977; Barragem do Acaba Mundo é hoje um imenso depósito de lixo. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 7, 30 de maio de 1978.

¹⁰¹ Cf. DRUMMOND, Felipe. A várzea não pode parar! **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 16, 30 de novembro de 1978; MEIRA, Cefas Alves. Fica, pião, botões e bambolê. Brinquedos que já não existem mais (1ª parte). **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 23 de janeiro de 1979; MEIRA, Cefas Alves. Fica, pião, botões e bambolê. Brinquedos que já não existem mais (2ª e última parte). **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 9, 24 de janeiro de 1979.

¹⁰² Cf. Bolas e troféus na grande festa do DFA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 17 de agosto de 1982; Várzea ganha mais de 10 milhões. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 14 de dezembro de 1983.

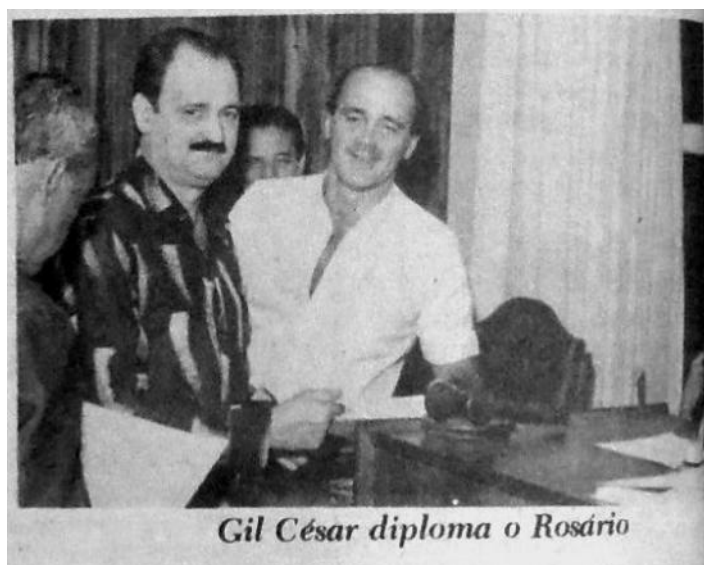


Figura 39 – Gil César diploma o *Rosário*, 1982. Fonte: Bolas e troféus na grande festa do DFA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 17 de agosto de 1982.

A foto apresenta um dos vários flagrantes publicados na reportagem, os quais registravam a interação entre autoridades e dirigentes varzeanos por meio da entrega de premiações. A imagem acima documenta o momento em que o ex-vereador e então candidato a deputado estadual Gil César Moreira, de camisa branca, passava às mãos do representante da equipe do *Rosário* um diploma. Considerando-se as instalações da *FMF*, o evento ocorria no espaço em que eram realizadas as sessões da *Junta Disciplinar Desportiva* e do *Tribunal de Justiça Desportiva*, o que se evidencia pelo martelo de madeira típico das cortes judiciárias sobre a mesa. O espaço de punição e correição dos clubes, ao menos por um dia, tornava-se um local de celebração.

Tais eventos de fim de temporada reuniam os integrantes dos clubes filiados ao *DFA*, os quais recebiam kits de materiais esportivos e, a partir de 1982, auxílio financeiro. Toda essa presença criava ótima oportunidade para a visibilidade de figuras com projetos políticos que envolviam o meio varzeano, como era o engenheiro e candidato Gil César Moreira. Naquele ano, em sua fala durante a solenidade, várias ações para a várzea foram anunciadas:

Na oportunidade, o engenheiro Gil César falou sobre a construção de sete novos campos, já iniciados ao longo da via Leste-Oeste e que devem ser concluídos dentro de 40 dias. Além disso, manteve longo diálogo com os clubes sobre o seu plano de construir mais de 40 campos, inclusive um estádinho para 12 mil pessoas, próximo ao aeroporto de Carlos Prates. (...)

A Diretoria de Esportes de Minas Gerais, sob a direção de Afonso Celso Raso, vem-se empenhando, nesses quatro meses de sua administração, em obter a participação de diferentes órgãos na solução de problemas da área esportiva, através de um trabalho único, visando a soma de recursos na execução de uma programação que seja mais objetiva para o desenvolvimento e crescimento do esporte. (...)

Em busca desse objetivo, vem a entidade estimulando a coordenação de esforços, assinando convênios, equacionando e resolvendo dificuldades.

Com a assinatura de um convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte, Departamento de Estradas e Rodagens e a própria Diretoria de Esportes foi concretizado o sonho de uma grande parcela de desportistas mineiros, com a construção de campos de futebol ao longo da Via Expressa e na periferia de Belo Horizonte, em terrenos doados pela Prefeitura, ficando o DER/MG com a obrigação de ceder seis tratores e duas motoniveladoras (*sic*), custeando as despesas com os respectivos operadores, além de fiscalizar a execução dos serviços, através da Assessoria Técnica da Diretoria de Assistência Rodoviária aos Municípios.

A manutenção desses campos de várzea é de responsabilidade da Diretoria de Esportes, cabendo a programação oficial ao DFAC. (...) ¹⁰³

A proposta apresentada por Gil César Moreira, que à época não tinha vínculo oficial com os órgãos envolvidos, e detalhada por Afonso Celso Raso, ex-dirigente da *Administração dos Estádios de Minas Gerais (ADEMG)*, que assumira a *Diretoria de Esportes (DEMG)*, significaria a reversão de uma tendência de expansão e manutenção da rede de campos de várzea na cidade, a qual não se via desde os anos 1950. Como tratado no capítulo 7, foi apenas durante a gestão de Américo Renê Giannetti (1951-1954) que o poder público foi o principal responsável pela implantação de espaços de jogo na capital mineira. De meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, apesar da viabilização de apoios governamentais e do setor imobiliário com cessão de máquinas e de recursos financeiros, as agremiações varzeanas foram as principais protagonistas da criação de áreas para a prática esportiva popular em Belo Horizonte.

A elaboração de um projeto extenso para a construção de campos respondia a um debate cada vez mais presente sobre o risco que pairava sobre a várzea belo-horizontina, mas também se articulava ao momento político das gestões estadual e municipal. Promessas de implantação de espaços de jogo para suprir a defasagem enfrentada pelas agremiações amadoras foram vistas em todas as décadas, como tratado nos capítulos 7 e 8. No final dos anos 1970, especulações similares também ocorreram. Em 1976, ainda como vereador, Gil César Moreira encaminhou proposta de destinação de Cr\$ 6 milhões, mesmo valor gasto nos centros esportivos, para a recuperação de canchas de futebol nos bairros ¹⁰⁴. Em 1978, falou-se na implantação pela *DEMG* de seis estádios na periferia da capital mineira ¹⁰⁵.

Nenhum dos projetos acima teve desdobramentos mais notórios. Apesar das constantes especulações, ações abrangentes para o futebol amador não prosperavam. A passagem para os anos 1980 trazia consigo a reordenação do jogo político na capital e no estado de Minas Gerais. O cancelamento dos atos institucionais impostos pelo regime implicava no fim do bipartidarismo e abria espaço para eleições regionais, como seriam aquelas para governador em

¹⁰³ Bolas e troféus na grande festa do DFA. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 17 de agosto de 1982.

¹⁰⁴ Cf. Integração do povo através do esporte. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 13 de janeiro de 1976.

¹⁰⁵ Cf. Diretoria de esportes vai construir 6 estádios para o futebol amador. **Diário da Tarde**, p. 19, 18 de outubro de 1978.

1982. Como citado anteriormente, a escolha de Maurício Campos para prefeito já se adequava a essa lógica. O fim da *ARENA*, com a consequente criação do *PDS*, significava o risco de perda de forças eleitorais para os novos partidos que eram criados. Como salientava peemedebista Ziza Valadares, “por mais que os vereadores da Câmara Municipal de Belo Horizonte queiram, eles não conseguem ir para o PDS, por pressões das próprias bases”¹⁰⁶. Apesar de um discurso que valorizava o papel de oposição de sua legenda, o deputado estadual indicava a pressão de ser situação numa cidade com histórico de baixa popularidade da *ARENA*.

Maurício Campos, por outro lado, aproveitava-se do controle da máquina municipal e da boa relação com as associações comunitárias para angariar vereadores para o novo partido¹⁰⁷. Toda essa movimentação mirava a disputa estadual que, após quase vinte anos, novamente permitiria a eleição do governador de Minas. O próprio indicado a prefeito tinha um projeto pessoal, já que, como ficaria claro depois, lançou-se a deputado federal naquele mesmo pleito¹⁰⁸.

Nesse contexto, a efetivação de uma demanda histórica da várzea poderia ter um peso na disputa, mobilizando um grupo com capilaridade na cidade. De forma pontual, Maurício Campos se envolvia nas melhorias dos espaços de jogo, como foi a construção do campo do *Racing*¹⁰⁹, no bairro Universitário¹¹⁰, com o qual tinha relação próxima, dado o conhecimento com o presidente da entidade¹¹¹. Contudo, foi no ano eleitoral de 1982 que um amplo projeto para o futebol amador se desenvolveu, contando com a já citada articulação com o *Governo do Estado*.

Maurício Campos permaneceu à frente da *Prefeitura* até maio de 1982, quando se licenciou para disputar vaga na *Câmara Federal*, dando lugar a Júlio Laender¹¹². Ao longo do ano anterior, em reuniões com o diretor do *DFA*, Antônio Carlos Bregunci, o futuro candidato a deputado garantia atenção à várzea, prometendo que “até o fim de sua administração pretende entregar cerca de 50 campos de futebol aos clubes amadores”¹¹³, já indicando lista de 26 áreas que receberiam melhorias, conforme solicitações direcionadas à *DEMG*¹¹⁴. À exceção de notícias pontuais, como a das obras no *Racing*, nada foi divulgado em 1981. No mês de sua saída do Executivo Municipal, contudo, o seguinte anúncio publicitário foi veiculado no *Diário da Tarde*:

¹⁰⁶ Secretário do PMDB diz que bases não deixam vereadores da capital irem para o PDS. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 5 de março de 1981.

¹⁰⁷ Cf. *Idem*.

¹⁰⁸ Cf. VEJA EM QUEM VOTAR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 8 de novembro de 1982.

¹⁰⁹ Cf. Clube decidiram tudo sobre a 3ª rodada. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 30 de outubro de 1981.

¹¹⁰ Sobre o bairro Universitário, veja nota 165 do capítulo 4. Para localização, conferir mapa ao final da tese.

¹¹¹ Cf. VIEIRA, Aluísio [60 anos]; JUNIOR, Márcio Magalhães [30 anos]; SILVA, Nilton Pereira da [58 anos]; HERCULANO, Leonardo [30 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2017.

¹¹² Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1982**, enviado à Egrégia Câmara Municipal pelo Prefeito Júlio Arnoldo Laender. Belo Horizonte, março de 1983, p. 1.

¹¹³ No encontro com a várzea, prefeito promete ajuda e campos. **Diário da Tarde**, p. 16, 14 de agosto de 1981.

¹¹⁴ Cf. *Idem*.



Figura 40 – Anúncio publicitário da *Prefeitura* e do *Governo do Estado*, 1982. Fonte: **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 10 de maio de 1982.

A composição mobilizava uma linguagem publicitária, foto e legenda buscavam transmitir uma mensagem que era reforçada pelo texto final. Em primeiro plano, um jovem traja calção e camisa de um time genérico, varzeano. Em segundo plano outros garotos, sendo um deles o goleiro, batem bola. Pessoas circulam no entorno de uma segunda cancha ao fundo. Um prédio que compõem um conjunto maior emerge na paisagem, evidenciando a transformação do cenário dos bairros onde o futebol amador era praticado. Com o travessão do gol servindo de pauta, a legenda expressa a fala do personagem principal que, em uma linguagem descontraída, aponta para a necessidade da qualificação do espaço de jogo. O texto abaixo reforça que aquele era um exemplo dentre as mais de 40 áreas beneficiadas pela Municipalidade, trazendo vantagens para a saúde e a beleza da cidade. As marcas da *Prefeitura* e do *Governo do Estado* encerram o anúncio. Na logo belo-horizontina, a ideia de uma gestão feita com o coração sublinha a tendência mais política e menos técnica da atual administração.

O grande número de áreas para esporte e lazer citadas, ao que parece, não correspondia exatamente aos locais já inaugurados até aquele momento. Eram, provavelmente, espaços com

obras já concluídas, em andamento ou planejadas que comporiam um amplo convênio estabelecido entre a *Prefeitura*, a *FMF*, a *DEMG*, a *ADEMG*, a *SUDECAP* e a *Superintendência Municipal de Transportes (SMT)*, com vistas à implantação e recuperação de campos de futebol em Belo Horizonte¹¹⁵. O termo de cooperação, que só foi assinado no segundo semestre de 1983, teve atividades iniciadas ao menos desde princípios de 1982, ano com diversas entregas de melhorias elencadas no documento¹¹⁶. A confirmação dessa parceria consolidava articulação que se desenhava desde o final dos anos 1970, como apontou o *I Encontro das Ligas do Interior*.

Muitos dos campos situavam-se em áreas periféricas da cidade, em bairros originados de loteamentos clandestinos, como indicado no capítulo 6. A expansão da rede de espaços de jogo atendia a uma nova geração de agremiações surgidas no movimento de crescimento urbano¹¹⁷. Um exemplo dessa tendência foi o Estádio Beira-Lixo, construído às margens do recente aterro sanitário da capital mineira, coordenado pela *Superintendência de Limpeza Urbana (SLU)*¹¹⁸.

Uma obra, no entanto, visava repor perdas dos últimos anos, que atingiram tradicionais clubes varzeanos. Sua idealização passava por uma conhecida figura do meio político e esportivo:

O engenheiro Gil César Moreira de Abreu, candidato a deputado estadual pelo PDS nas próximas eleições foi encarregado pelo candidato a governador, Eliseu Resende, de preparar o programa de esportes que deverá ser seguido durante sua administração, caso venha a ser eleito. (...) O trabalho que Gil César vem elaborando tem encontrado tanta receptividade, que o prefeito Júlio Laender criou uma comissão encarregada de já aplicar algumas das medidas defendidas por Gil César. Entre elas, o aproveitamento de áreas remanescentes e adjacentes da leste-Oeste (*sic*) para a construção de campos de futebol (...) ¹¹⁹

Em meio à disputa eleitoral, Gil César coordenava o plano esportivo do candidato a governador pelo partido sucessor da *ARENA*, o *PDS*, Eliseu Resende, tendo parte das propostas incorporada pela *Prefeitura*, agora capitaneada por Júlio Laender (1982-1983). Dentre as sugestões estava a construção de campos ao longo da Leste-Oeste, a conhecida Via Expressa. A avenida de trânsito rápido cuja implantação havia levado à remoção de diversos espaços de jogo, conforme tratado no capítulo 5, ironicamente surgia como saída para agremiações desterradas, com a recuperação da ideia de um parque em sua extensão, presente no seu desenho original¹²⁰.

Com o acordo entre a *Prefeitura*, o *Governo do Estado de Minas* e a *FMF*, os planos de construção do conjunto de campos da Via Expressa previam uma execução ágil, em cerca de três

¹¹⁵ Cf. BELO HORIZONTE. **Resolução nº 525**, de 29 de agosto de 1983. Aprova termo de cooperação entre a PMBH e a Federação Mineira de Futebol, com as interveniências da Diretoria de Esportes de M.G. Administração do Estádio M.G., Superintendência Municipal de Transportes – DR.01.02.03-0525 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹¹⁶ Cf. *Idem*.

¹¹⁷ É o que se pode depreender da lista integrante do termo de cooperação que cita mais de 40 campos beneficiados. Cf. *Idem*.

¹¹⁸ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 10 de setembro de 1982.

¹¹⁹ Cf. Paulo César de Oliveira. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 19 de julho de 1982.

¹²⁰ Cf. Via expressa da Cidade Industrial até a Rodoviária. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 12 de março de 1973.

meses¹²¹. A sequência dos trabalhos era oportunidade para exaltar os esforços de Maurício Campos e de seu sucessor Júlio Laender em favor do amadorismo¹²². O cronograma das obras favorecia o uso eleitoral da iniciativa. Com o pleito previsto para novembro de 1982, os meses finais do ano registraram intensa movimentação das candidaturas de Eliseu Resende, do *PDS*, e de seu concorrente para governador, Tancredo Neves, do *PMDB*. Ambas as campanhas divulgavam seus apoios e o futebol não ficava de fora. Nesse último caso, dois dos principais ídolos do *Atlético Mineiro* naquele momento estavam em lados opostos. Enquanto Reinaldo declarava voto no *PMDB*¹²³, Toninho Cerezo, candidato a vereador¹²⁴, ligava-se ao *PDS*¹²⁵.

A data para a inauguração dos campos da Via Expressa foi cuidadosamente escolhida, 13 de novembro, fim de semana que antecedia a eleição. Conforme se anunciava “em disputa estão os troféus ‘Francelino Pereira’, ‘Eliseu Resende’, ‘Mauricio Campos’, ‘Júlio Laender’ e Gil César Moreira de Abreu”¹²⁶. Com a participação de 32 times, a solenidade garantia uma extensa plateia aos candidatos homenageados, a exemplo do que registra a foto reproduzida abaixo:



Figura 41 – Inauguração dos campos da Via Expressa, 1982. Fonte: Várzea ocupa os novos campos com muita festa. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 30, 15 de novembro de 1982.

A foto está centrada nos grupos de praticantes que, provavelmente, se exibem frente a um palanque, como era tradicional nesse tipo de solenidade. Com diversas equipes perfiladas,

¹²¹ Cf. Um convênio para salvar o futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 10, 7 de agosto de 1982.

¹²² Cf. Futebol amador está ganhando sete novos campos. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 30, 16 de agosto de 1982.

¹²³ Cf. “Eu penso, por isso voto em Tancredo”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 33, 15 de novembro de 1982.

¹²⁴ Cf. VEJA EM QUEM VOTAR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 8 de novembro de 1982.

¹²⁵ Cf. Porque votarei e peço aos meus amigos que votem em Eliseu. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 31, 15 de novembro de 1982.

¹²⁶ Amanhã, a grande festa do futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 12 de novembro de 1982.

trajando uma variedade de uniformes, observam-se de times das categorias menores, formados por garotos, a conjuntos adultos, os quais ocupam a extensão de um dos campos inaugurados¹²⁷. Ao fundo identificam-se bandeiras do Brasil e de Minas, as quais eram empunhadas. O entorno aponta para um espaço pouco estruturado, a delimitação da cancha restringia-se às linhas de cal traçadas no chão, sem sinal de vestiários ou de alambrados.

A gestão dos campos ficou a cargo do *Departamento de Futebol Amador* responsável pela manutenção e a definição de horários dos clubes filiados interessados. A criação do espaço gerou oportunidade para tradicionais agremiações¹²⁸, como o “Paulistano, que estava inativo e voltou às atividades”, ou o “Rosário, que passou 22 anos sem possuir uma praça de esportes”¹²⁹.

Apesar da mobilização da máquina pública em favor de sua candidatura, Eliseu Resende acabou derrotado por Tancredo Neves nas votações para o *Governo do Estado* em 1982¹³⁰. Gil César Moreira, por outro lado, saíra vitorioso, como o segundo deputado estadual de seu partido, enquanto Maurício Campos confirmava-se um fenômeno eleitoral, o mais popular entre os deputados federais de Minas¹³¹. A retomada das eleições para o Executivo Estadual coincidia com um momento de reversão das políticas para o amadorismo, com a retomada, após décadas, da atuação governamental no desenvolvimento da rede de campos de jogo. Com a ascensão do *PMDB*, novas lideranças chegariam ao Executivo Municipal. Eram figuras conhecidas da várzea que cumpririam importante papel na definição dos novos rumos que se anunciavam.

9.3 – Um novo horizonte

A nomeação de Maurício Campos e seu trabalho junto aos grupos populares foi uma resposta do *PDS* à atuação do *PMDB* que, ao longo dos anos 1970, consolidou lideranças locais, com penetração nos bairros da capital mineira. Deputados federais como Jorge Ferraz, Júnia Marise e Sérgio Ferrara ou, estaduais, como Paulo Ferraz, Vera Coutinho e Ziza Valadares eram políticos consolidados na cidade. Álvaro Antônio, importante liderança na região do Barreiro, com a dissolução da *ARENA*, transferiu-se para a legenda oposicionista, pela qual se elegeu para a *Assembleia Legislativa de Minas Gerais*¹³², fortalecendo, ainda mais, os quadros do partido.

¹²⁷ Cena comum em solenidades esportivas. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, p. 156; PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2009.

¹²⁸ A migração de equipes por diferentes campos em função de perdas decorrentes da transformação urbana é examinada na dissertação FAVERO, Raphael Piva Favalli. **“A várzea é imortal”**: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

¹²⁹ Cf. Parque esportivo, um sonho do futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 28, 16 de maio de 1983.

¹³⁰ Cf. Tancredo antecipa a sua volta. Já está eleito. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 1, 20 de novembro de 1982.

¹³¹ Cf. Maurício, com 160 mil votos, é líder disparado para federal. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 4, 24 de novembro de 1982.

¹³² Cf. VEJA EM QUEM VOTAR. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 2º caderno, 8 de novembro de 1982.

Todas essas lideranças, além de garantirem boas votações para os legislativos federal e estadual, representavam importantes articuladores políticos e puxadores de votos para figuras emergentes que manteriam a hegemonia do partido na *Câmara Municipal*, como se viu no ano de 1982. Finalizada a apuração do pleito em que o *PMDB*, mais uma vez, fez a maioria, ocupando 23 de 33 cadeiras possíveis¹³³, o *Diário da Tarde* publicou uma série de perfis dos novos vereadores da capital mineira, onde ficavam patentes as influências de Jorge Ferraz¹³⁴, Júnia Marise¹³⁵, Sérgio Ferrara¹³⁶ e Ziza Valadares¹³⁷ na eleição local. Apesar do sucesso pessoal de Maurício Campos, o *PDS* conquistaria apenas oito vagas, sendo as outras duas do recém-criado *PT*¹³⁸.

Como tratou o *Diário da Tarde*, eram renovadas as esperanças de atuação do Legislativo:

A atividade política municipal a nível de Belo Horizonte antecipa-se como das mais movimentadas e em plenas condições de impor-se como um poder atuante e participativo, na medida exata do seu grau de representação. (...) A legitimidade do mandato do governador do Estado, sacramentada numa eleição exemplar, é outro fator a garantir a inauguração de um novo estilo, desde que a designação do prefeito, continua a processar-se no modelo antigo, terá de ser feita agora sob critérios essencialmente políticos. Estes critérios passam naturalmente pelo crivo da vereança e obrigatoriamente terão de considerar um relacionamento harmônico e valores de reciprocidade, até aqui ausentes da política municipal. (...) Desde 1962, de quando data a derradeira eleição direta a Prefeitura, o que ocorreu gradativa e progressivamente foi uma completa deterioração da atividade legislativa, estabelecendo o contrassenso de um poder legítimo e constituído pelo povo, abandonado à própria sorte, enquanto mandatários indiretos fortaleciam-se sem o aval popular.¹³⁹

Como ressaltava a coluna, apesar da eleição para governador, a indicação para a *Prefeitura* persistia. Com a vitória peemedebista, caberia à antiga oposição, pela primeira vez, escolher o novo mandatário municipal. Depois de especulações que passavam por nomes como Jorge Ferraz, Júnia Marise e Sérgio Ferrara¹⁴⁰, o escolhido foi o vice-governador eleito, Hélio

¹³³ Cf. *PMDB* fez maioria com 23 na Câmara. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 27 de novembro de 1982.

¹³⁴ Cf. Os novos vereadores – Ronaldo volta-se para lazer, ensino e obras. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 7 de dezembro de 1982; Os novos vereadores – Irani promete ser fiel ao Venda Nova. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 9 de dezembro de 1982; Os novos vereadores – Mário Teixeira defenderá administrações regionais. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 20 de dezembro de 1982.

¹³⁵ Cf. Os novos vereadores – Moacir vai defender a classe estudantil. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 11 de dezembro de 1982; Os novos vereadores – Milton pede atenção para a população de baixa renda. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 27 de dezembro de 1982.

¹³⁶ Cf. Os novos vereadores – Elon quer um trânsito melhor na cidade. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 6 de dezembro de 1982; Os novos vereadores – Márcio Cunha promete trabalho comunitário. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 18 de dezembro de 1982; Os novos vereadores – Milton pede atenção para a população de baixa renda. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 27 de dezembro de 1982.

¹³⁷ Cf. Os novos vereadores – Arthur Vianna Neto (*PMDB*). *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 4 de dezembro de 1982; José Lino sugere equipe de transição para a PBH. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 13 de dezembro de 1982; Édson Andrade, uma eleição pelo Rádio. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 17 de dezembro de 1982.

¹³⁸ Cf. *PMDB* fez maioria com 23 na Câmara. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 27 de novembro de 1982.

¹³⁹ Pequeno Expediente – A nova Câmara de Vereadores. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 30 de dezembro de 1982.

¹⁴⁰ Cf. Uma coluna. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 8 de fevereiro de 1983; Uma coluna. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 8 de março de 1983.

Garcia (1983-1984)¹⁴¹, que geriu a cidade por um período de pouco mais de um ano, assumindo o *Governo do Estado*, em agosto de 1984, para que Tancredo Neves concorresse à presidência¹⁴². Seu substituto foi o secretário de Indústria, Comércio e Abastecimento, Ruy Lage¹⁴³, que teve mandato igualmente curto, já que eleições municipais estavam previstas para 1985.

Já durante o movimento para a escolha do sucessor de Hélio Garcia, nomes de possíveis concorrentes para 1985 eram aventados, em especial, entre o *PMDB* e o *PDS*:

Em Belo Horizonte, não é preciso pesquisar muito para se descobrir quase uma dezena de “prefeituráveis”, especialmente nos dois principais partidos, PMDB e PDS. Superariam uma dezena, se o critério para apontá-los fosse o de computar apenas os mais votados. São, antes de tudo, os que não escondem suas pretensões e, numa pesquisa popular, estariam com certa facilidade na boca do povo: no PMDB, os deputados federais Sérgio Ferrara, Jorge Carone e Júnia Marise e os estaduais João Pinto Ribeiro, Luis Otávio Valadares (secretário de Administração), Paulo Ferraz e Alvaro Antônio (secretário de Transportes); no PDS Maurício Campos, deputado federal e ex-prefeito da cidade, e Gil César Moreira de Abreu, deputado estadual.¹⁴⁴

A reportagem, além de apontar o que entendia ser os principais postulantes – praticamente todos da mesma geração de políticos, à exceção de Jorge Carone, prefeito alvo de *impeachment*, em 1965, no início da Ditadura Civil-Militar –, traçava o perfil dos mais cotados e suas expectativas. Sérgio Ferrara era qualificado como um vereador federal, pois, mesmo em Brasília, seguia atento à resolução de problemas de suas bases; Paulo Ferraz ressaltava sua preocupação com a periferia; Maurício Campos apostava que a sucessão presidencial influenciaria a votação na cidade; Júnia Marise fiava-se em sua trajetória eleitoral; Ziza Valadares contava com a popularidade do *PMDB* em Belo Horizonte; Gil César Moreira afirmava que os moradores da capital estavam ligados na atuação pessoal dos candidatos e não em sua filiação partidária¹⁴⁵. Foi desse universo que saíram os principais adversários em 1985, justamente os dois deputados federais mais votados em 1982.

Maurício Campos e Sérgio Ferrara, campeões de votos para a *Câmara dos Deputados* em 1982, por, respectivamente, *PDS* e *PMDB*, protagonizaram as eleições municipais que, passados mais de vinte anos, voltariam a escolher o prefeito de Belo Horizonte. Apesar de as pesquisas de opinião iniciais indicarem vantagem de Maurício Campos, então ligado ao *PFL*,

¹⁴¹ Cf. Assembléia aprovou Hélio para prefeito. Só dois deputados votaram contra. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 6 de abril de 1983.

¹⁴² Cf. Verbete biográfico GARCIA, Hélio, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-carvalho-garcia>, acesso em 14 de março de 2021.

¹⁴³ Cf. Hélio indica Ruy para a PBH e repete que não é político de unanimidade. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 17 de agosto de 1984.

¹⁴⁴ BRAGA, Lúcio. Os “prefeituráveis”. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 3, 11 de junho de 1984.

¹⁴⁵ Cf. *Idem*.

Sérgio Ferrara garantiu uma vitória folgada, com mais de 50% dos votos válidos. O tema do popular seguia em evidência, não por acaso o programa de governo do eleito se chamava “da Periferia para o Centro”¹⁴⁶. A escolha do antigo radialista e comentarista esportivo era mais um sinal da consolidação de uma geração de políticos que, na falta de possibilidades de atuação mais abrangente no Legislativo, tinha na resolução de problemas locais o foco de sua atividade.

A chegada do *PMDB* ao poder, em 1982, coincidia com a transformação de várias políticas municipais, decorrentes de longas mobilizações sociais, a exemplo dos programas de regularização dos bairros, da titulação de propriedades em vilas e favelas e da urbanização dessas áreas. A força do associativismo comunitário e suas intervenções para as melhorias da infraestrutura nas periferias impactava a organização do poder público, assuntos tratados nos capítulos 5 e 6. A consolidação das demandas populares refletia no desenho institucional da *Prefeitura*, com a criação de novas secretarias temáticas, como noticiou o *Diário da Tarde*:

Até o final da semana, pela previsão do presidente da Câmara, vereador Antônio Carlos Carone, estará aprovado o projeto que cria 7 secretarias municipais. Pelo que se sabe, o prefeito Hélio Garcia pretende instalar imediatamente os novos órgãos, o que aumenta a especulação em torno dos cotados para os lugares. Já está estabelecido que o secretário de Abastecimento será Rui Lage e, o de Planejamento, Walfrido dos Mares Guia, enquanto se admite que para a Secretaria de Governo deverá ser convocado José Ferraz. Para a de Esporte, a indicação estaria oscilando entre Wilson Piazza, José Lino Sousa Barros e Afonso Celso Raso.¹⁴⁷

Dentre as novas pastas, estava uma dedicada exclusivamente à temática esportiva, para a qual eram aventados os nomes de dois vereadores, o ex-atleta Wilson Piazza e o radialista José Lino Sousa Barros, além de Afonso Celso Raso, jornalista com passagens pela *ADEMG* e pela *Diretoria de Esportes*. Como esse último revelaria em uma fala, anos depois¹⁴⁸, ele e Piazza receberam de Hélio Garcia a tarefa de produzirem o anteprojeto do que viria a ser a *Secretaria de Esportes*, dos quais ambos fariam parte. Ao ídolo cruzeirense coube a titularidade da pasta, enquanto Afonso Celso atuou como secretário adjunto.

A criação de uma secretaria temática, dedicada ao esporte, permitiu que a agenda que já vinha sendo desenvolvida pelo governo anterior se aprofundasse. A presença de Piazza e Afonso Celso Raso à frente da pasta garantia a proximidade com o futebol de várzea, dada a trajetória dos dois que, respectivamente, como vereador e como diretor de órgãos estaduais, já

¹⁴⁶ As informações sobre a disputa de 1985 constam do episódio do *podcast* “O Tempo Hábil”, na série especial “Eleições Municipais em BH”. Cf. ALMEIDA, Jéssica; FERNANDES, Getúlio. Eleições em BH: em 1985, a disputa foi entre apoiadores e opositores da ditadura. *O Tempo*, Belo Horizonte, 14 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/podcasts/tempo-habil/eleicoes-em-bh-em-1985-a-disputa-foi-entre-apoiadores-e-opositores-da-ditadura-1.2384821>. Acesso em 14 de março de 2021.

¹⁴⁷ Cf. Pequeno Expediente. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 3, 18 de maio de 1983.

¹⁴⁸ Cf. RASO, Afonso Celso [80 anos]. [out. 2013]. Depoimento no Seminário Memória das Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade de Belo Horizonte. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, MG, 31 out. 2013.

se relacionavam com as agremiações amadoristas da cidade. Inseridos no governo de um partido que buscava consolidar vínculos com os grupos populares dos bairros periféricos da cidade, teriam oportunidade de encampar projetos, há muito, reivindicados pelas equipes.

9.3.1 – *Consolidação da rede de campos de várzea*

Como tratado no capítulo 4, os anos 1950 e 1960 representaram momento de expansão da rede de campos de várzea em Belo Horizonte. Inicialmente impulsionado pela atuação do poder público municipal durante a gestão de Américo Renê Giannetti (1951-1954), esse crescimento deveu-se, principalmente, à iniciativa de autoconstrução dos clubes que se instalavam, na maioria das vezes, em terrenos particulares, mantidos vagos à espera de valorização imobiliária. O avanço de um plano de reestruturação urbana no final da década de 1960 e ao longo da década de 1970, o qual, em boa medida, ignorou os usos populares do espaço citadino, implicou na destruição da maior parte das áreas de jogo criadas. Isso se deu tanto por remoções, quanto pelo aumento do preço da terra que estimulava a venda dos locais utilizados pelas agremiações, tema investigado no capítulo 5. A expansão dos loteamentos clandestinos, entre 1950 e 1980, por outro lado, criava novas oportunidades de implantação de canchas amadoristas, as quais se tornavam ainda mais periféricas, como abordado no capítulo 6.

A avaliação dos efeitos nocivos da reestruturação espacial que consolidou a conversão de Belo Horizonte em uma metrópole e a organização de lutas populares pelo direito à terra e à cidade, em um contexto de distensão autoritária, permitiram a revisão de marcos legais para a regulação do uso e da ocupação do solo urbano em finais dos anos 1970¹⁴⁹. Como citado no capítulo 6, a previsão da reserva da área institucional em novos loteamentos aprovados, a qual deveria ter destinação comunitária, viabilizava a transferência de terrenos para a *Prefeitura*, a qual aproveitava esses locais conforme demandas dos bairros e o desenvolvimento de suas políticas.

A implantação dessa novidade na legislação urbanística nacional¹⁵⁰ associada a um esgotamento dos terrenos livres pelos bairros, os quais eram comercializados em função de sua valorização, transformava a dinâmica das áreas apropriadas pelas agremiações varzeanas, cada vez mais ligadas ao poder público municipal. A passagem dos anos 1970 para os 1980 foi um momento em que se discutiam, intensamente, as responsabilidades dos governos, em especial da Municipalidade, sobre a política fundiária da cidade. A falta de regulação dos usos da terra em

¹⁴⁹ Discussão sobre as mobilizações sociais, em São Paulo, em torno do tema são apresentadas em: HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

¹⁵⁰ Cf. BRASIL. **Lei Federal nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/fed/lei/1970-1979/lei-6766-19-dezembro-1979-366130-publicacaooriginal-1-pl.html>

Belo Horizonte durante as gestões não eleitas da década de 1970, em um período crucial da transformação da capital mineira, havia favorecido decisivamente a especulação imobiliária, com impactos na organização urbana, no meio ambiente e na moradia das populações mais pobres¹⁵¹.

Nessa medida, havia a compreensão do poder público municipal acerca da necessidade de assumir o controle sobre a regulação do espaço urbano, o que além de uma lei de uso e ocupação do solo aprovada em 1976¹⁵² e atualizada em 1985¹⁵³, significava ações complementares, adaptadas aos vários segmentos. No caso da política esportiva, essa preocupação se faria presente. Ela respondia à antiga questão do desaparecimento dos campos das agremiações tradicionais do *circuito* da várzea, como evidencia a fala do ex-secretário adjunto Afonso Celso Raso:

Muito bem, aproveito agora a fala do Willer [Ferreira, ex-funcionário da Secretaria Municipal de Esportes], desenvolvimento da capital e os campos de futebol de várzea, eu até anotei, mas vou falar de memória os campos onde eu joguei, e eu tenho a impressão de que aqui quase ninguém se lembra disso, Campo do Colégio Alvim, é onde é o Conjunto JK na Praça Raul Soares, o Eldorado, onde hoje é o Colégio Estadual ao lado ali do Minas Tênis Clube, o Cerâmica, onde hoje está o Mackenzie, o Nacional do Carmo, Nacional de (ininteligível) lá do Alto da Afonso Pena, o Campo do Sampaio, onde hoje é CPOR, esses campos todos que a gente... (Intervenção fora do microfone) Os Colégios, Colégio Arnaldo, Colégio Santo Antônio, Colégio Santo Agostinho, eram campos pequenos, mas era onde se jogavam futebol, e tudo ia acabando com a expansão imobiliária. Aí veio o Orlando [Neves, ex-funcionário do Conselho Municipal de Esportes] se lembrando lá do Carlos Prates, aqueles quatro campos que tinham lá, depois veio o IAPI, o Campo da Lagoinha, Terrestre, Tremedal, Rio Casca, tudo aquilo ia acabando com a expansão imobiliária (...)¹⁵⁴

No contexto de criação da pasta, em 1983, o ex-secretário adjunto apontou sua experiência com campos da cidade, alguns deles de várzea, outros de instituições de ensino particulares, todos situados na zona sul. Ainda se recordou de espaços de jogo no Carlos Prates e na Lagoinha, áreas já desaparecidas no início dos anos 1980. Como citado anteriormente, essa percepção da desmobilização de uma rede de canchas das agremiações tradicionais dava suporte ao discurso da morte do amadorismo, fato que, associado à emergência de políticas para a regulação fundiária, impactaria no avanço das ações voltadas ao meio atlético.

Como tratado no capítulo 7, uma das possibilidades de articulação entre as agremiações varzeanas e a *Prefeitura*, nos anos 1950, era a cessão ou o arrendamento de terrenos públicos para

¹⁵¹ Cf. Especulação imobiliária é uma preocupação. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 8, 6 de abril de 1976; Exploração imobiliária. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 2, 3 de maio de 1976.

¹⁵² Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.662**, de 29 de novembro de 1976. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/aimck>.

¹⁵³ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 4.034**, de 25 de março de 1985. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo urbano do município de Belo Horizonte, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/iffkm>.

¹⁵⁴ RASO, Afonso Celso [80 anos]. [out. 2013]. Depoimento no Seminário Memória das Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade de Belo Horizonte. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, MG, 31 out. 2013.

a instalação de campos. Uma prática esporádica, dada a grande disponibilidade de lotes particulares vagos em um momento de expansão urbana. Na passagem da década de 1970 para a de 1980, o quadro era diferente, a ocupação de áreas municipais pelo futebol tornou-se mais comum por fatores como a previsão da área institucional e a escassez de espaços privados livres.

Assim, a partir dos anos 1980, uma série de terrenos municipais passou a ser cedido, por meio de decretos, com permissão de uso a título precário para clubes varzeanos da cidade. O instrumento normativo teve três casos pontuais ainda na década de 1970¹⁵⁵, dois dos quais mais conhecidos. O referente à *Associação Esportiva Santa Tereza* trata-se da praça de esportes citada no capítulo 3, a qual contou com grandes investimentos dos dirigentes do clube, com construção de estrutura semiprofissional, voltada à formação de jogadores. Já o campo do *Palmeirense* refere-se ao estádio Beira-Lixo, tratado na seção anterior deste capítulo.

Contudo, foi entre os anos 1982 e 1988 que uma grande quantidade de cessões de terrenos públicos municipais foi formalizada. O período coincide exatamente com a data do início do programa de requalificação de campos empreendido pela gestão de Maurício Campos e o período em que Piazza manteve-se à frente da recém-criada *Secretaria Municipal de Esportes*. Nesse intervalo de sete anos, 18 áreas para a instalação de espaços de jogo¹⁵⁶, além de três para a implantação de sedes¹⁵⁷, tiveram permissões de uso publicadas por decreto.

¹⁵⁵ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.666**, de 10 de dezembro de 1974. Autoriza cessão de uso de terreno à Associação Esportiva Santa Tereza. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kacim>; BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.029**, de 11 de fevereiro de 1977. Concede ao Coroa Futebol Clube permissão de uso de terreno para suas atividades esportivas. Disponível em: <http://leismunicipa.is/dkeim>; BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.771**, de 17 de julho de 1980. Concede permissão de uso, a título precário, ao Palmeirense Futebol Clube, de imóvel que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/himkb>

¹⁵⁶ Cf. BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.142**, de 25 de janeiro de 1982. Permite o uso de imóvel que menciona, ao Racing Esporte Clube e contém outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hakim>; **Decreto Municipal nº 4.274**, de 30 de julho de 1982. Permite ao Quatro Estrelas Futebol Clube, o uso do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jbcmk>; **Decreto Municipal nº 4.293**, de 23 de agosto de 1982. Permite ao Garage Municipal Esporte Clube, o uso do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/bmcjk>; **Decreto Municipal nº 4.416**, de 4 de fevereiro de 1983. Concede permissão de uso ao Cavaleiro Negro Esporte Clube, do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kjmdc>; **Decreto Municipal nº 4.428**, de 3 de março de 1983. Concede permissão de uso do imóvel abaixo descrito ao Acará Esporte Clube. Disponível em: <http://leismunicipa.is/dmkjc>; **Decreto Municipal nº 4.450**, de 29 de março de 1983. Permite ao Taça de Ouro Futebol Clube, o uso do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mjckd>; **Decreto Municipal nº 4.654**, de 13 de março de 1984. Permite à Associação Atlético Municipal o uso do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/cejmk>; **Decreto Municipal nº 5.020**, de 3 de julho de 1985. Permite ao Santa Cruz Futebol Clube, o uso do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mjfk>; **Decreto Municipal nº 5.107**, de 25 de setembro de 1985. Concede ao Galo Esportivo Dom Bosco permissão de uso dos terrenos que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kjbgm>; **Decreto Municipal nº 5.148**, de 18 de outubro de 1985. Concede permissão ao São Bernardo Esporte Clube permissão de uso dos terrenos que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/gmkjc>; **Decreto Municipal nº 5.426**, de 20 de agosto de 1986. Concede permissão de uso ao “Coqueiro Esporte Clube” do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kamgj>; **Decreto Municipal nº 5.508**, de 13 de novembro de 1986. Concede, em regime de comodato, ao Betânia Esporte Clube, terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hmkjc>; **Decreto Municipal nº 5.647**, de 9 de junho de 1987. Concede permissão de uso à Associação Atlético Bom Retiro, do terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kjehm>; **Decreto Municipal nº 5.730**, de 18 de setembro de 1987. Concede, sob regime de comodato, ao Santa Mônica Futebol Clube, terreno que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mfhkj>; **Decreto Municipal nº 5.880**, de 19 de fevereiro de 1988. Concede à entidade amadora Associação Atlético Cachoeirinha permissão de uso do imóvel, que menciona, e contém outras providências.

A forma da cessão, com pequenas variações, era a mesma. A disponibilização era gratuita, com a exigência de uso exclusivo para o fim ao qual eram destinadas por 20 anos ou por período indeterminado, podendo a Municipalidade requerer o espaço a qualquer tempo. Beneficiamentos não seriam indenizados. No caso de locais em que os campos não estavam instalados, havia um prazo de poucos meses para a sua efetivação, sob pena da nulidade da concessão.

Os clubes beneficiados foram diversos, criados em épocas diferentes e com inserção variada no *circuito* da várzea. Ao que parece, dependia-se da oportunidade de um terreno público em área adequada à demanda de uma agremiação para que a ação fosse efetivada. Em certos casos, é possível identificar outras relações, como o bom trânsito das entidades amadoristas com personalidades políticas, como se viu no episódio já citado do *Racing*, do bairro Universitário, o primeiro dos favorecidos na série que se inicia em 1982, cujo presidente tinha conexões com Maurício Campos¹⁵⁸. Ou do *Betânia*, do bairro homônimo, cuja proximidade com Sérgio Ferrara foi tratada no capítulo anterior¹⁵⁹, ou, ainda, do *Grêmio Mineiro*, associação do Carlos Prates, onde esse mesmo prefeito atuou na adolescência e com o qual manteve estreito vínculo por décadas¹⁶⁰. Em outras vezes, a articulação com a *FAIAL*, que destinava áreas institucionais em novos loteamentos, criava a viabilidade de um campo, casos do *Santa Cruz* e do *Cachoeirinha*¹⁶¹.

De modo geral, o mecanismo adotado nos anos 1980 contribuiu para maior estabilidade na presença dos clubes por eles beneficiados, que tinham a segurança de uma normativa e da menor volatilidade das decisões públicas em relação aos terrenos, se comparado aos especuladores imobiliários. Contudo, a precariedade como os campos se instalavam, muitos deles restritos a uma área mal terraplanada com apenas dois gols nas extremidades e a típica marcação de cal, sem alambrados e vestiários, colocava muitos desses espaços de jogo em risco. O avanço da ocupação urbana fazia com que, cada vez mais, os locais disponibilizados às agremiações fossem porções de difícil aproveitamento, seja pela erosão constante ou pela possibilidade de alagamento.

Disponível em: <http://leismunicipa.is/ikmbj>; **Decreto Municipal nº 5.890**, de 15 de março de 1988. Concede permissão de uso de imóveis que menciona ao Grêmio Mineiro de Esportes. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jkmbi>; **Decreto Municipal nº 5.941**, de 19 de maio de 1988. Concede ao Matadouro Futebol Clube o uso de próprio municipal. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ikcjm>; **Decreto Municipal nº 6.051**, de 2 de setembro de 1988. Concede permissão de uso de bem público ao Estrela Azul Esporte Clube. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ikjem>.

¹⁵⁷ Cf. **Decreto Municipal nº 5.256**, de 30 de dezembro de 1985. Permite o uso de imóvel que menciona à Associação Comunitária do Bairro Alto Vera Cruz (Ex-Vila Taquaril), e contém outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kjmge>; **Decreto Municipal nº 5.515**, de 21 de novembro de 1986. Concede permissão de uso de bem público de uso comum, que individualiza, ao XV de Novembro Esporte Clube. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mkhcj>; **Decreto Municipal nº 5.832**, de 18 de dezembro de 1987. Concede, ao Montanhês Atlético Clube, permissão de uso de imóvel que menciona. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jmakh>.

¹⁵⁸ Cf. VIEIRA, Aluísio [60 anos]; JUNIOR, Márcio Magalhães [30 anos]; SILVA, Nilton Pereira da [58 anos]; HERCULANO, Leonardo [30 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2017.

¹⁵⁹ Cf. SOUZA, Sebastião Bento de [75 anos]; SANTOS, Helder Gonçalves dos [55 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2016.

¹⁶⁰ Cf. CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016.

¹⁶¹ Cf. SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016.

Áreas com essas características, se não tivessem seus problemas sanados, poderiam ter um custo de manutenção muito mais alto que o de locação de um espaço de jogo. Passado o ano de 1982, quando a gestão Maurício Campos/Júlio Laender fez a entrega de dezenas de campos construídos ou reparados pelo convênio com o *Governo do Estado*, uma série de chuvas acometeu a cidade, entre aquele ano e o início de 1983, deixando um rastro de mortes e destruição¹⁶², o que colocou a perder várias das melhorias, como citou o diretor do *DFA*, Carlos Bregunci:

E faz um apelo às autoridades competentes para que ajudem os clubes amadores que tiveram seus campos castigados pelas chuvas. “Alguns campos foram completamente danificados. Os clubes precisam de ajuda para recuperar seus campos.”¹⁶³

Era o caso do campo do *Santa Tereza*, situado às margens do Ribeirão Arrudas, a altura do Ponte do Perrela, que perdeu mais de 40% de sua área, em função da queda da ponte e do desbarrancamento ocasionados pela enchente¹⁶⁴. Ou do espaço de jogo do *Saudade* que sofreu vários danos por estar numa área suscetível à erosão¹⁶⁵, terreno para o qual se deslocou depois da perda do local onde foi feita a construção da Praça de Esportes do Saudade.

Muitas das obras realizadas ao longo de 1982, quando um intenso esforço se realizou para permitir a entrega de melhorias em dezenas de praças de esportes, não estavam propriamente finalizadas durante sua inauguração ou contavam com uma estrutura precária. Com os danos das chuvas de 1983, muitas não atendiam às demandas para a promoção de jogos em competições, como os torneios do *DFA*. Era o caso dos campos da Via Expressa:

Um dos grandes problemas que o DFAC tem encontrado para realização dos 48 jogos do seu campeonato é a falta de campos em condições de uso. Os sete da Leste-Oeste, recentemente construídos, foram recuperados pelo DFAC, num grande trabalho, pois três deles foram danificados pelas chuvas. (...)

A área onde estão os sete campos têm (*sic*) uma extensão de 800.000 metros quadrados, na Vila (*sic*) Leste-Oeste, mas não possui vestiário em condições de ser utilizado pelos atletas. O atual está semi-acabado, não (*sic*) tem água e nem luz, “o que tem trazido muitos dissabores para o futebol amador”, segundo o diretor Carlos Bregunci, já que mais de mil pessoas afluem àquela área por semana.

– “Os atletas são obrigados a trocar de roupas dentro dos carros ou embaixo de árvores, por falta de vestiários. Não têm água para nada. (...)

Assim, BH reclama uma área da Leste-Oeste para ser transformada num parque esportivo, o grande sonho dos desportistas mineiros. E necessita das seguintes obras: 1 – conclusão dos vestiários e da lanchonete. 2 – urbanização de toda a área, com o plantio de árvores. 3 – que sejam cercadas todas as dependências, inclusive os campos. 4 – conservação dos campos, disciplina de

¹⁶² Cf. BH conta os seus mortos. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 4 de janeiro de 1983; Mar de lama e dramas. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 1, 5 de janeiro de 1983.

¹⁶³ DFAC trabalha para fortalecer mais ainda os times de várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 28, 21 de fevereiro de 1983.

¹⁶⁴ Cf. Apelo ao prefeito para salvar o estádio Celso Alves Balena. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 7, 8 de abril de 1983.

¹⁶⁵ Cf. Notícias da várzea. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 18, 16 de março de 1983.

seu uso pelos clubes e controle de acesso dos clubes e do público. 5 – instalação de serviço d'água nos vestiários e água potável para o público. 6 – iluminação para se evitar invasão e danificação nas benfeitorias. 7 – alambrados nos campos ou meio-alambrados, se a área for inteiramente cercada. 8 – áreas de estacionamento. 9 – implantação de brinquedos para crianças (play-ground). 10 – rondante (para tomar conta do local).¹⁶⁶

Apesar da pomposa inauguração tratada na seção anterior, os campos da Via Expressa não contavam ainda com estruturas como vestiários, alambrados, água e luz. Para que se pudesse implantar um parque esportivo¹⁶⁷, a direção do *Departamento de Futebol Amador* defendia diversas melhorias para o local. O fim do convênio que havia viabilizado a obra faria com que a área nunca fosse qualificada. Nos anos posteriores, novos danos seriam registrados, com a necessidade de mais medidas de recuperação¹⁶⁸. Novos planos do município para o uso da área fariam com que a maioria dos espaços de jogo ali existentes desaparecessem ainda na década de 1980, dando lugar a instalações de órgãos públicos. A exceção foi a cancha utilizada pelo *Nacional*, do Carmo, equipe em que Ziza Valadares se destacou. Por meio de sua interferência e de outros apoiadores, o clube conseguiu manter o lugar que ocupa até os dias de hoje¹⁶⁹.

O caso dos campos da Via Expressa apontava não apenas para a necessidade da regulação da concessão dos terrenos, mas para um trabalho de qualificação das áreas ocupadas pelas agremiações amadoras, como parte do esforço para a consolidação de rede de espaços de jogo da várzea em Belo Horizonte. A constituição da *Secretaria Municipal de Esportes (SME)* foi acompanhada de investimentos no setor, o que permitia uma atuação mais abrangente da pasta, como informou o *Diário da Tarde*:

Até ontem, a Secretaria Municipal de Esportes distribuiu um total de Cr\$774.333.500¹⁷⁰ para o futebol amador, entre dinheiro, material esportivo e obras em vários campos da cidade. Em solenidade realizada ontem, no salão nobre da Prefeitura, com a presença do Prefeito Ruy Lage e do secretário municipal de esportes, Wilson Piazza, 50 clubes receberam o auxílio financeiro de Cr\$500 mil¹⁷¹ cada um e três outros ganharam material esportivo no valor

¹⁶⁶ Parque esportivo, um sonho do futebol amador. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 28, 16 de maio de 1983.

¹⁶⁷ A instalação de parques esportivos ou parques públicos equipados com campos de uso franqueado não é uma exclusividade do urbanismo belo-horizontino, pôde ser notada no futebol amador de cidades como Porto Alegre e São Paulo. Cf. MYSKIW, Mauro. **Nas controvérsias da várzea**: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012; STIGGER, Marco Paulo. Futebol de veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no cotidiano urbano. **Movimento**, Porto Alegre, v.4, n.7, p.52-66, 1997; FAVERO, 2018; MAGNANI, José Guilherme; MORGADO, Naira. Futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 24, p. 175-184, 1996.

¹⁶⁸ Cf. Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 28, 31 de outubro de 1983; Notícias da Várzea. **Diário da Tarde**, Belo Horizonte, p. 18, 2 de maio de 1984.

¹⁶⁹ Cf. SANTOS, Joaquim Tomé dos [81 anos]. [out. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 out. 2017.

¹⁷⁰ Valor correspondente a mais de 4.600 salários mínimos do período. Cf. BRASIL. **Decreto Federal n. 90.381**, de 29 de outubro de 1984. Fixa novo salário mínimo para todo o território nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90381-29-outubro-1984-440657-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁷¹ Valor de aproximadamente 3 salários mínimos do período, cotada a Cr\$166.560,00. Cf. *Idem*.

total de Cr\$1,5 milhão. Também outros três clubes receberam o repasse financeiro para obras em seus campos: o Pitangui pegou Cr\$18 milhões, o Alvorada, Cr\$4.980.000 e a Febem, Cr\$3,5 milhões. (...)

No dia 24 de setembro, a Secretaria Municipal de Esportes ajudou 74 clubes amadores, que receberam, cada um, Cr\$500 mil (no total de 37 milhões) e deu material esportivo no valor total de Cr\$17,5 milhões para 35 associações. Foram autorizadas também obras nos seguintes campos e que serão feitas pela Sudecap; popular, Acaraí, Tereza Cristina, Cavaleiro Negro, São Gabriel, Inconfidência, Pameirense, Racing, Santa Cruz e São Bernardo. Também uma verba de Cr\$500 milhões foi destinada para obras no parque esportivo da Via Leste/Oeste (4 campos de futebol, 5 quadras poliesportivas, 2 de peteca, 2 de vôlei, pista de bicicross, vestiários, bares e áreas de estruturamento.

Ontem, mais 50 clubes receberam um total de Cr\$25 milhões em dinheiro e outros três material esportivo no valor de Cr\$1,5 milhão. O total de repasse financeiro dado ontem aos clubes foi de Cr\$52.980.000.

Mediante o convênio serão feitas obras em praças de esportes no total de Cr\$26.480.000. O DFAC recebeu também uma verba de Cr\$3 milhões para ajuda na filiação de clubes. Bola de Ouro, Ica e Letícia, cada um, receberam um par de traves.

Sete outros clubes vão receber o auxílio financeiro, desde que apresentem requerimentos: Aiuruoca, Monte Negro, Santa Isabel, Botafogo de Minas, Grêmio União, Montrianil, Vista Alegre e Barcelona.¹⁷²

Como noticiado, a solenidade marcou mais uma rodada de repasses às agremiações pela recém-criada *SME*. O evento que contou com a participação de representantes do *DFA*, da *Câmara Municipal*, dos clubes e da imprensa¹⁷³, servia à divulgação de ações desenvolvidas ou planejadas pela pasta. Além da distribuição de recursos – em valores semelhantes aos vistos nas subvenções dos vereadores, tratadas no capítulo anterior – e materiais esportivos, eram divulgadas inúmeras obras de construção e qualificação de campos para entidades amadoristas, das mais diferentes regiões da capital mineira, várias melhorias eram precedidas da cessão do terreno, conforme citado anteriormente. Algumas das medidas propostas nunca foram efetivadas, como a implantação do Parque Esportivo da Via Expressa (Leste/Oeste). Com relação aos convênios, a documentação confirma a realização de vários deles nos anos posteriores, voltados à qualificação das praças esportivas, com edificação de vestiários, alambrados, quadras, arquibancadas etc.¹⁷⁴

¹⁷² FUTEBOL AMADOR RECEBE MILHÕES DA PREFEITURA. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 16, 14 de novembro de 1984.

¹⁷³ Cf. *Idem*.

¹⁷⁴ Cf. BELO HORIZONTE, **Resolução Municipal nº 683**, de 6 de novembro de 1985. Aprova termo de convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte faz (*sic*) o Venda Nova Futebol Clube – DR.01.02.03-0683; BELO HORIZONTE, **Resolução Municipal nº 776**, de 13 de agosto de 1986. Aprova convênio que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, firma com o Céu Azul Futebol Clube, na forma que dispõe – DR.01.02.03-0776; BELO HORIZONTE, **Resolução Municipal nº 836**, de 4 de fevereiro de 1987. Aprova convênio que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte firma com o Alvorada Futebol Clube – DR.01.02.03-0836; BELO HORIZONTE, **Resolução Municipal nº 873**, de 11 de março de 1987. Aprova convênio que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, firma com o Inconfidência Esporte Clube – DR.01.02.03-0873; BELO HORIZONTE, **Resolução Municipal nº 879**, de 12 de março de 1987. Aprova convênio que a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, firma com o Santa Cruz Futebol Clube – DR.01.02.03-0879;

Com a dinâmica implantada pela *Secretaria de Esportes*, observava-se que a estruturação dos campos era pensada, inclusive, como estratégia de preservação, segundo Afonso Celso Raso:

(...) então qual foi a nossa sugestão ao Prefeito e que era para preservar os campos então existentes, pelo menos, através de alambrado e entregando à comunidade, e nós tivemos a oportunidade de fazer um anteprojeto, (...) que o Sérgio Ferrara, então Prefeito, adotou e foi um avanço que eu considero histórico no esporte amador de Belo Horizonte, que foi fazer a concessão de uso dos imóveis da Prefeitura que estavam sendo ocupados pelos campos naquela oportunidade, e foram mais de 30 campos que, vamos dizer, se salvaram dessa expansão imobiliária (...)¹⁷⁵.

Como indicou o ex-secretário adjunto, a cessão de uso e a qualificação dos espaços foram medidas complementares para a consolidação dos campos. Elas, até mesmo, permitiam melhorias que viabilizassem a diversificação esportiva, como evidencia a foto abaixo:



Figura 42 – Inauguração de quadra no campo do *Suzana*, 1986. Acervo Antônio Jorge Silva.

A imagem registra a inauguração da quadra poliesportiva no campo da *Associação Esportiva Suzana*, no bairro Suzana¹⁷⁶, em 1986. Sem cobertura, a área de concreto com alambrados de tela, integra-se ao campo de terra contíguo, ocupado pela agremiação desde os anos 1960¹⁷⁷. Enquanto uma partida se desenrola no lugar, alguns espectadores se distribuem em volta da cerca, em pé ou assentados em mesas de bar. Do alto do gradil partem faixas que

BELO HORIZONTE, **Resolução Municipal nº 1173**, de 31 de agosto de 1988. Aprova termo de convênio que a PMBH firma com a Associação Atlética Popular – DR.01.02.03-1173 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁷⁵ RASO, Afonso Celso [80 anos]. [out. 2013]. Depoimento no Seminário Memória das Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade de Belo Horizonte. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, MG, 31 out. 2013.

¹⁷⁶ A ocupação do Suzana foi estimulada pela existência do Matadouro Modelo e de indústrias que beneficiavam itens derivados do abate. Sua aprovação só se deu nos anos 1980. Cf. RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Pampulha. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011. Veja mapa ao final da tese.

¹⁷⁷ Cf. SILVA, Antônio Jorge [71 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 jun. 2016.

podem ser lidas apenas parcialmente, com agradecimentos a autoridades pelo benefício oferecido. Um cartaz faz a propaganda eleitoral de Ziza, Luiz Otávio Valadares, a deputado federal pelo *PMDB*, político que tinha relação antiga com o clube, ao qual destinava subvenções¹⁷⁸ e cuja lei para o reconhecimento de utilidade pública municipal foi de sua autoria¹⁷⁹. Uma placa indica se tratar de uma obra da *Secretaria Municipal de Esportes*, cujo *slogan* era “jogando ao seu lado”, comandada por Wilson Piazza, durante a gestão do prefeito Sérgio Ferrara e do governador Hélio Garcia, todos eles do *PMDB*.

As figuras destacadas no contexto da entrega da quadra do *Suzana* inseriam-se na nova configuração política na cidade, consolidada nos anos 1980, com a ascensão de lideranças locais que construíram suas carreiras em estreita relação com grupos populares, incluindo o futebol de várzea. A instalação de um espaço poliesportivo na área de um campo indicava para perspectiva que contrastava com a tendência de destruição de “áreas de pelada” para criação de centros esportivos, vista nos anos 1970. Além disso, como citado por Afonso Celso Raso, o benefício era entregue à comunidade, sem uma gestão terceirizada. Como registram os relatórios do mandato de Sérgio Ferrara, essa obra não foi isolada, com várias quadras sendo feitas no período¹⁸⁰. Entre os integrantes dos clubes, são várias as referências aos beneficiamentos conduzidos pela *SME* nos tempos de Piazza, como construções de vestiários, alambrados e arquibancadas¹⁸¹.

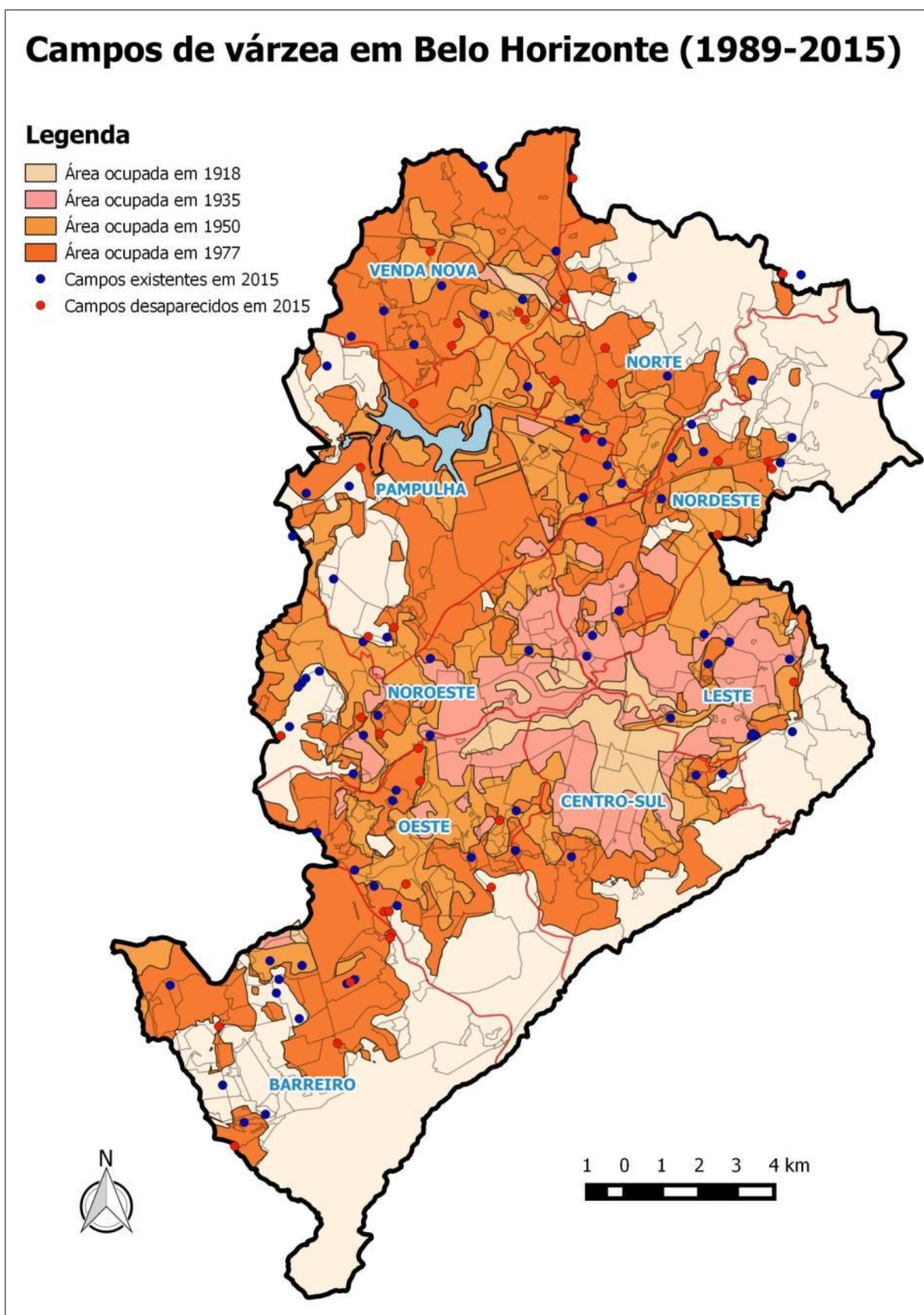
A implantação dessas políticas para o esporte impactou na manutenção da rede de campos de futebol de várzea que se desenvolvera nos anos 1980. Com tratado no capítulo 6, o desaparecimento de espaços de jogo situados nas regiões integrantes do que esta tese denominou de primeira periferia de Belo Horizonte, foi compensado e superado pela criação de novas áreas nas franjas urbanas compostas pelos bairros decorrentes de loteamentos clandestinos. As canchas originadas dessa expansão, somadas às áreas remanescentes das décadas de 1950 e 1960, com o projeto de qualificação e estruturação conduzido pela *SME*, vivenciaram um cenário de maior estabilidade em comparação aquele visto nos anos 1970, como demonstra o mapa abaixo:

¹⁷⁸ Cf. **Lei nº 2.687/76** – DR.01.02.09-3473; **Lei nº 2.834/77** – DR.01.02.09-3633; **Lei nº 3.012/78** – DR.01.02.09-3829 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁷⁹ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.663**, de 29 de novembro de 1976. Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Suzana – DR.01.02.09-3448 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

¹⁸⁰ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório anual de atividade – Exercício 1986**. Belo Horizonte, 1987, p. 120; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório anual de atividade – Exercício 1987**. Belo Horizonte, 1988, p. 119; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório anual de atividade – Exercício 1988**. Belo Horizonte, 1989, p. 105.

¹⁸¹ Cf. CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016; JANUÁRIO, Wellerson Fabian [49 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2016; OLIVEIRA, Belmontes de [65 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2016; PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017; PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.



Mapa 13 – Situação dos campos de várzea existentes em 1989 durante o ano de 2015, sobre mapa atual do município. Fonte: PLAMBEL, levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte, 1989 e *Google Earth*. Elaboração do autor.

O mapa acima mostra a situação dos campos identificados em 1989, passados mais de 25 anos, ou seja, em 2015. O que se observa é que a rede de 120 espaços de jogo manteve 83 áreas, indicadas em azul, em detrimento da perda de 37, em vermelho. Essas foram compensadas pelo surgimento de novas canchas, de modo que na segunda década do século XXI, estima-se em aproximadamente 150 a extensão da rede varzeana¹⁸², acréscimos que não estão representados no mapa 12. Cerca de dois terços da rede existente em 2015 está em terrenos da *Prefeitura*¹⁸³. Ao contrário das tendências de desaparecimento anteriores, em especial nos anos 1960 e 1970, os locais subtraídos são mais dispersos e se encontram na periferia, muitas vezes próximos a outros equipamentos remanescentes, apontando para um processo de acomodação nessas regiões.

Isso não significa afirmar que não houve prejuízo ao meio varzeano. Em termos *per capita*, por exemplo, a rede de campos de 1967 que contava com pouco mais de 100 áreas, atendia a uma população total de cerca de 1 milhão e 200 mil habitantes¹⁸⁴, enquanto os cerca de 150 espaços de jogo de 2015, contemplavam o dobro de habitantes¹⁸⁵, uma clara redução do número relativo. Ao que se soma o fato de as novas canchas estarem em regiões mais periféricas, com quantidade menor de vias de acesso e menos disponibilidade de meios de transporte, o que impacta na visibilidade da prática e na frequência do público interessado.

Esse cenário, no entanto, não permite dizer que a várzea em Belo Horizonte caminha para o desaparecimento. A construção de uma rede de campos relativamente estável não foi obra do acaso, como se tentou demonstrar na última parte da tese. Ela foi o resultado da articulação constante dos integrantes dos clubes e de outros membros do *circuito* amadorista que, mesmo em contextos políticos desfavoráveis, mantiveram-se ativos na resolução de problemas cotidianos.

Ao longo das décadas, houve a migração dos espaços de jogo para as franjas urbanas da capital, com o desaparecimento de canchas, sedes sociais e entidades mais antigas, com as quais se esvaiu uma dada tradição associativa que não se veria no momento posterior. Agremiações abrangentes responsáveis pela promoção de bailes, obras assistenciais e um amplo programa atlético foram uma tendência que se concentrou principalmente até os anos 1960, com poucas continuidades desse perfil depois disso. Talvez essa forma de organização possa ter morrido, mas uma cultura esportiva popular persistiu e adentrou no século XXI.

Nesse percurso, os sujeitos varzeanos afirmaram-se como um grupo que sempre mereceu a atenção de lideranças políticas, em especial aquelas empenhadas na construção de

¹⁸² Levantamento do autor, a partir do exame de imagens de satélite disponíveis na plataforma *Google Earth*.

¹⁸³ Com base em dados levantados pelo autor na plataforma BHMap, disponível em: <http://bhmap.pbh.gov.br>.

¹⁸⁴ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do exercício de 1967**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Luiz Gonzaga de Souza Lima. Belo Horizonte, janeiro de 1968, p. 0-D.

¹⁸⁵ Cf. IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>

bases eleitorais duradouras por meio da interlocução com os segmentos populares. A importância que o voto do trabalhador urbano assumiu na redemocratização que sucedeu o fim do Estado Novo, permitiu que clubes amadoristas e seus integrantes fossem notados e se consolidassem como alvo do interesse das forças partidárias não apenas em momentos eleitorais, mas na interação cotidiana. Tanto os candidatos ao Executivo, como, especialmente, os postulantes ao Legislativo Municipal, tinham nesse setor um dos públicos a ser conquistados.

A aproximação de forças políticas que se consolidaram ao longo dos anos 1970, em plena Ditadura Civil-Militar, e a articulação de suas pautas com uma ampla discussão sobre direito à cidade e cidadania¹⁸⁶ permitiram que, em um novo momento de redemocratização, fossem viabilizadas soluções mais duradouras para a manutenção da prática amadorista, em especial a conservação de uma rede de campos, base material fundamental para a existência das agremiações. A exemplo de outros grupos populares e trabalhadores cuja presença na cidade é marcada pela instabilidade e a incerteza, os clubes varzeanos equilibraram-se entre o investimento e o cuidado com o espaço por eles ocupados e a possibilidade de uma remoção, realizando as mobilizações necessárias para a conquista de uma nova área, quase sempre encarada como provisória e, portanto, precária. As pelepas por ali são constantes e compõem um calendário ininterrupto de disputas.

¹⁸⁶ Cf. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001; HOLSTON, 2013.

Epílogo – A peleja não tem fim

O final da década de 1980 apontava para um novo momento do futebol de várzea em Belo Horizonte. Nas décadas seguintes, a confluência de vários fenômenos ligados à organização esportiva, à estruturação do espaço da cidade e à vida política na capital mineira impactou na conformação de uma dinâmica do amadorismo local, cujas bases se encontram em processos examinados nesta tese. A seguir serão tratados, pontualmente, desdobramentos de tendências que já emergiam no período da redemocratização brasileira, conectados à reorientação do sistema esportivo nacional, aos debates sobre cidadania e direito à cidade¹ e à preocupação com iniciativas públicas mais voltadas às periferias urbanas. Uma visão panorâmica que propõem traçar, de forma superficial, alguns percursos da prática até o presente.

No que se refere à configuração do *circuito* da várzea em Belo Horizonte, a aproximação conduzida pelo *Departamento de Futebol Amador* da *Federação Mineira de Futebol* junto aos clubes, com a desburocratização dos processos e a revogação de taxas que constrangiam a filiação de equipes menos estruturadas, levou à ampliação dos quadros da entidade diretiva. Por consequência, aumentou-se o número de participantes na competição sob sua organização, com um contingente maior de times no principal campeonato da agenda esportiva do amadorismo local. Tendência que se mantém até os dias atuais, com quase 150 agremiações engajadas nas disputas masculinas adultas², um caso raro, tendo em conta que, no final do século XX, na maioria dos estados, a várzea se tornaria autônoma e não se ligava mais à estrutura oficial.

Nessa medida, a organização de um calendário de jogos nos fins de semana, em parte, era contornada pela participação de um número maior de times no torneio oficial. Situação que se reforçava com a progressiva ampliação das competições anuais. A *Copa Itatiaia*, organizada pela rádio homônima, consolidou-se como o encerramento da temporada, na virada do ano, sendo disputada ininterruptamente da década de 1960 até a passagem de 2019 para 2020³. No final da década de 1990, surgiu a *Copa Centenário*, uma promoção da *Prefeitura*, cuja primeira edição celebrou o 100º aniversário da fundação de Belo Horizonte, mais um evento que se estabeleceu na agenda esportiva da cidade⁴.

¹ Cf. HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2013; LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

² Cf. **Federação Mineira de Futebol**. Disponível em: <http://fmf.com.br/>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

³ A interrupção da disputa, com o cancelamento do torneio 2020/2021, deu-se em função da pandemia da COVID-19, que igualmente suspendeu todo o calendário esportivo oficial da várzea ao longo dos anos de 2020 e 2021. Há que se pontuar, contudo, que torneios paralelos têm sido disputados em 2021, mesmo com as restrições de distanciamento social em vigor. Cf. **Copa Itatiaia Kaiser**. Disponível em: <http://www.itatiaia.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2021; **Futebol Brasil**. Disponível em: <http://futebolbh.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2021.

⁴ Cf. **Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima**. Disponível em: <http://www.copacentenario.com.br/>. Acesso em 25 de maio de 2021.

A passagem para os anos 2000 trouxe nova ampliação das competições, com a criação do *Torneio Corujão*, coordenado pela *Rede Globominas*⁵, em parceria com o *Departamento de Futebol Amador* da FMF. Uma disputa idealizada na esteira do projeto “Campos de Luz”, implantado pela *Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG)* que viabilizou, naquele período, a iluminação de diversos espaços de jogo na capital mineira e no interior. Considerando-se essa inovação, o *Torneio Corujão* realiza-se em dias de semana, no período noturno. Por fim, durante alguns anos da década de 2010, foi disputada a *Copa Kaiser*, uma expansão para outros estados do tradicional campeonato realizado em São Paulo, desde 1995, que, a exemplo do que foi a *Copa Arizona*, propunha a criação de uma peleja entre equipes de diferentes estados, com realização de uma fase final nacional⁶. À exceção dessa última promoção, que foi descontinuada, todas as demais compõem o calendário local na entrada dos anos 2020. Esse ainda é preenchido por incontáveis torneios avulsos, que se expandiram significativamente com o passar do tempo, inclusive com a criação de ligas de times não filiados⁷.

Além da ampliação da lista de competições, algumas delas, como o campeonato do *DFA* e a *Copa Centenário*, com três divisões cada, observou-se uma progressiva consolidação de um *circuito* metropolitano, especialmente do ponto de vista da circulação de jogadores. A exemplo do observado no profissionalismo⁸, transferências sucessivas de uma equipe a outra se tornaram uma constante entre a elite dos atletas da várzea. Sempre em busca de partidas inseridas em disputas oficiais, mais absorventes, mas, igualmente, com melhores possibilidades de se auferir vantagem financeira, grupos de futebolistas, articulados a partir de parcerias⁹, rodam entre times da capital e da região metropolitana, em meio aos certames principais de cada localidade.

Nessa dinâmica, a maior capacidade de levantamento de recursos dos clubes das cidades vizinhas, muitas vezes apoiados pelas prefeituras locais, impacta o *circuito* da capital mineira, com a perda de atletas tão logo se iniciam as disputas daquelas ligas municipais¹⁰. Essa discrepância se expressa, mais claramente, na realização da *Copa Itatiaia* e do *Torneio Corujão* –

⁵ Cf. Torneio Corujão 2019 tem congresso técnico para apresentar detalhes da competição. **GloboEsporte.com**, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/mg/torneio-corujao/noticia/torneio-corujao-2019-tem-congresso-tecnico-para-apresentar-detalhes-da-competicao.ghtml>. Acesso em 25 de maio de 2021.

⁶ Cf. **Futebol Brasil**. Disponível em: <http://futebolbh.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2021.

⁷ Um panorama dessas disputas pode ser visto no principal sítio eletrônico que cobre o futebol de várzea da cidade na atualidade: **Futebol Brasil**. Disponível em: <http://futebolbh.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2021.

⁸ Cf. RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul./dez. 2008.

⁹ Cf. MYSKIW, Mauro. **Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p. 171-248.

¹⁰ Cf. SILVA, Jarbas José da [68 anos]. [jun. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 23 jun. 2018; SILVA, Rosângelo Aparecido da [64 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 mar. 2016; VIEIRA, Aluísio [60 anos]; JÚNIOR, Márcio Magalhães [30 anos]; SILVA, Nilton Pereira da [58 anos]; HERCULANO, Leonardo [30 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2017.

os quais reúnem as equipes mais bem colocadas no campeonato do *DFA*, na *Copa Centenário* e nas competições das demais localidades da região metropolitana –, quando a hegemonia das agremiações de fora de Belo Horizonte se afirma, com maior número de títulos recentes¹¹.

Outra consequência dessa nova estruturação do *circuito* passa pela organização de um calendário ininterrupto de fins de semana ocupados por partidas. Com a ampliação da circulação dos atletas, em especial aqueles componentes das equipes integrantes da elite da várzea local, percebe-se um abandono, pelas agremiações mais engajadas nas competições, da ideia da organização de disputas constantes, com uma tendência de montagens e desmontagens dos times a cada novo torneio. Assim, elas alternam períodos de atividade e inatividade ao longo do ano, o que impactou diretamente na manutenção de formas de disputas mais associadas a uma *cultura esportiva popular*.

A isso se associa a construção de novos referenciais de sociabilidade que levaram a um afastamento dos sentidos mobilizados em cerimônias como são os festivais. Sobre isso comentou Carlos Roberto Pimenta, o “Fumê”, ligado ao *Pitangui*:

É... aquelas bandeirolas... era difícil, cercava o campo todo com aquele trem, patrono tinha que trazer uma bola. Nossa, o negócio era show de bola. Quem viu, viu... e infelizmente a meninada hoje, se você fala, você conta para um menino, eles ficam é rindo da gente... era um negócio simples, entendeu? Mas que chamava a atenção.¹²

Nessa perspectiva, é interessante notar o decréscimo de formas de disputa ligadas ao que esta tese denominou de *cultura esportiva popular*. Elas não foram completamente abandonadas, seguem sendo vistas pelos campos da cidade, em especial entre equipes menos aderentes às diversas competições oficiais ou entre clubes cujos dirigentes são mais vinculados a modos de fazer que hoje são percebidos como “tradicionais” na várzea local¹³. Apesar de sua persistência, pode-se afirmar que já não são compreendidas como tão absorventes e que ocupam posição de menos destaque na estruturação dos calendários da maioria das equipes.

A ampliação das competições também atingiu outros grupos e, não apenas, os homens adultos. Assim, observou-se a expansão dos torneios das categorias de base e de veteranos. Hoje, o *DFA* mantém disputas do infantil, do juvenil e dos juniores, com a exigência de que os clubes inscritos no torneio “amador” ingressem em, pelo menos, uma das faixas etárias¹⁴. O advento da

¹¹ Cf. **Futebol Brasil**. Disponível em: <http://futebolbh.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2021.

¹² PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

¹³ Cf. JANUÁRIO, Wellerson Fabian [49 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2016; SILVA, Antônio Jorge [71 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 jun. 2016.

¹⁴ Cf. **Federação Mineira de Futebol**. Disponível em: <http://fmf.com.br/>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

Copa Centenário, organizada pela *Prefeitura*, por meio da *Secretaria de Esportes e Lazer*, reserva espaço para garotos de 12 a 17 anos, com módulos destinados a tal segmento¹⁵.

No caso dos veteranos também foram criados campeonatos específicos durante os anos 1990, os quais acontecem fora da estrutura oficial e são coordenados pelo *Sindicato dos Árbitros de Futebol do Estado de Minas Gerais*¹⁶. Divididos nas categorias sênior (acima de 35 anos), máster (acima de 40 anos) e supermáster (acima de 48 anos), reúnem jogadores que, em alguns episódios, mais raros, mantêm-se em atividade até mais de setenta anos¹⁷.

Ao contrário das demais faixas etárias masculinas, o futebol de mulheres vivenciou um desenvolvimento descontínuo no contexto varzeano local. Apesar da visibilidade e da rápida organização de competições no início dos anos 1980, a segunda metade dessa década e a seguinte foram marcadas por iniciativas pontuais e pela falta de acolhimento por parte das competições oficiais e, também, dos clubes estabelecidos no *circuito* amadorista¹⁸. A retomada de disputas regulares envolvendo equipes femininas se deu, apenas, em 1999, com a criação da categoria na *Copa Centenário* daquele ano¹⁹.

As primeiras edições do torneio feminino apontavam não só as contradições do futebol de mulheres em Belo Horizonte, mas também da organização da categoria no país. A primeira disputa foi vencida por uma equipe ligada a um clube do *circuito* de espetáculo, o *Atlético*, que apesar de profissional em sua versão masculina, tinha inserção amadora entre as mulheres. Nos anos seguintes, foi registrada a passagem de jogadoras estabelecidas, já com convocações para a Seleção Brasileira, sendo o caso mais conhecido o da futura seis vezes melhor do mundo, Marta, que atuou pelo *Santa Cruz*²⁰ e disputou jogos por equipes como o *Nacional*²¹. Hoje, a *Copa Centenário* também possui um módulo feminino sub-17²². O *Departamento de Futebol Amador*, por sua vez, é responsável pela realização da *Copa BH de futebol feminino*²³.

Essa expansão de disputas voltadas a outras categorias, no entanto, não representou a ruptura com a hegemonia das competições masculinas adultas, ainda vistas como as mais

¹⁵ Cf. **Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima**. Disponível em: <http://www.copacentenario.com.br/>. Acesso em 25 de maio de 2021.

¹⁶ Cf. **Futebol Brasil**. Disponível em: <http://futebolbh.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2021.

¹⁷ Cf. RUFINO, Denerval Martinho [52 anos]; SANTOS, João Pereira dos [73 anos]. [ago. 2017]. Entrevistadores: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 ago. 2017.

¹⁸ Cf. OLIVEIRA, Belmontes de [65 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2016.

¹⁹ Cf. CEMEL – Centro de Memória do Esporte e do Lazer. Relatório final do Seminário Futebol Amador em Debate: 20 anos da Copa Centenário e da Exposição comemorativa: 20 anos da Copa Centenário: memória e celebração da Cultura Esportiva Popular. Belo Horizonte, 2017. Fundo Secretaria Municipal de Esportes e Lazer/APCBH.

²⁰ Cf. SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016.

²¹ Cf. RUAS, Lineu. **Nacional do Carmo**: “uma paixão imensurável”. Belo Horizonte: Clube de autores, [200-?].

²² Cf. **Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima**. Disponível em: <http://www.copacentenario.com.br/>. Acesso em 25 de maio de 2021.

²³ Cf. **Federação Mineira de Futebol**. Disponível em: <http://fmf.com.br/>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

prestigiadas do *circuito*. Não por acaso, os dois certames de maior visibilidade, associados a empresas de mídia, *Copa Itatiaia* e *Torneio Corujão*, são disputados apenas no “amador”.

Ao se observar a trajetória urbana de Belo Horizonte, também é possível notar desdobramentos de tendências que despontavam no final dos anos 1980. Ainda que grandes obras de infraestrutura se mantivessem, com a criação de avenidas sanitárias e a expansão de uma rede de vias voltadas à circulação de veículos, esse processo se daria em paralelo à ampliação de investimentos em regiões periféricas da cidade, na busca de maior qualificação dessas áreas. Para isso, contava-se com os já citados projetos de regularização de bairros não aprovados e de titulação e urbanização de vilas e favelas, duas iniciativas da década de 1980.

O aprofundamento de debates sobre a atuação popular, inclusive por meio do engajamento das associações comunitárias, repercutiu em programas como o “orçamento participativo”, implantado em 1994²⁴. Tal iniciativa garantiu, por um lado, a destinação de uma parcela do gasto público para melhorias urbanas escolhidas pelos moradores de diferentes territórios da cidade. Por outro, criou uma dependência das entidades de bairro em relação ao Poder Executivo, que passava a ter controle sobre o ritmo de liberação das verbas para as obras, nem sempre ágil, e maior ascendência sobre as associações²⁵, com o, consequente, enfraquecimento da mediação verificada na atuação de outras lideranças políticas, notadamente vereadores, e da busca de soluções autônomas, com a realização dos mutirões, por exemplo.

Uma tendência de consolidação da reestruturação urbana empreendida entre os anos 1960 e 1980, com menos pressões para a remoção de grandes contingentes e uma perspectiva de criação de infraestrutura em áreas de ocupação popular recente, contribuiu para a estabilização da rede de campos de várzea na cidade. Ao que se associou a primazia da utilização de terrenos públicos, em sua maioria, da *Prefeitura*, para a implantação de espaços de jogo.

A política de concessão de permissão de uso de terrenos municipais por meio de decreto, verificada nos anos 1980, não persistiu nas décadas seguintes. Mesmo assim, as autorizações que previam prazos indefinidos, ou, então, por 20 anos, garantiram uma relativa segurança para a permanência dos clubes nos territórios. Ao que se somou a continuidade das iniciativas da *Prefeitura*, por meio da *Secretaria de Esportes*, de qualificação das áreas. Nas narrativas dos integrantes dos clubes são lembradas obras realizadas durante as passagens de vários secretários, dentre eles Ziza Valadares (1990-1992)²⁶, que atuou no mandato de Eduardo

²⁴ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de atividades – 1994**. Belo Horizonte, março de 1995, p. 3.

²⁵ Cf. DIAS, Carlos Magno Machado. **Movimentos sociais e clientelismo no orçamento participativo em Belo Horizonte**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

²⁶ Cf. Verbetes biográfico VALADARES, Ziza, DHBB/CPDOC, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-otavio-ziza-mota-valadares>, acesso em 25 de maio de 2021.

Azeredo (1990-1992), do *PSDB*, ou do técnico de vôlei, Wadson Lima (1997-2000)²⁷, um dos mais lembrados, no governo de Célio de Castro (1997-2001), do *PSB*²⁸. O desempenho desse último gestor à frente da pasta se desdobrou na sua eleição para vereador em 2001.

A década de 1990 representou um momento de reestruturação da *rede de resolução de problemas*, em especial, daquela ligada ao futebol de várzea. Além da nova dinâmica decorrente da criação do “orçamento participativo”, que estabeleceu um canal de relação mais direto entre as associações e o Executivo Municipal, incluindo a aprovação de projetos para melhorias de espaços de jogo²⁹, o período registrou a extinção das subvenções reservadas às agremiações. Uma renovação do código tributário de Belo Horizonte, em 1995³⁰, implicou no fim do programa de auxílio ao desporto amador e universitário sancionado em 1968³¹. Ainda que verbas pudessem ser destinadas, por vereadores, às agremiações³², a ausência de uma rubrica específica para tal fim escassearia os recursos viabilizados por esse mecanismo. Nessa perspectiva, subsídios originados nas esferas legislativas federais e estaduais passaram a cumprir um papel importante na manutenção dos clubes e na efetivação de melhorias³³.

A propriedade da maioria dos terrenos onde se localizam os campos e a centralização das verbas para obras de infraestrutura daqueles espaços fizeram com que a *Prefeitura* passasse a desempenhar um papel fundamental na definição dos destinos do futebol de várzea em Belo Horizonte, na passagem para o século XXI. Os diferentes processos de ordenamento urbano, de controle sobre a terra e de gestão do orçamento público desembocaram na concentração de poder pelo Executivo Municipal, com repercussões tanto na organização da rede de canchas, como na liberação de verbas para os clubes amadoristas. Essa tendência se consolidou durante um contexto

²⁷ Cf. Lei garante nome de Wadson Lima para Copa Centenário de Futebol Amador. **Câmara Municipal de Belo Horizonte**, 8 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/comunicação/noticias/2006/08/lei-garante-nome-de-wadson-lima-para-copa-centenário-de-futebol>. Acesso em 25 de maio de 2021.

²⁸ Cf. LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017; OLIVEIRA, José Pimenta Gomes de [71 anos]; GOMES, Pedro Pimenta [65 anos]; DINIZ, Marco Antônio [60 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 fev. 2017; JANUÁRIO, Wellerson Fabian [49 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2016; SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016.

²⁹ Cf. LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

³⁰ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.513**, de 31 de julho de 1968. Introdz alteraçã no Código Tributário do Município, contido na Lei 1.310, de 31 de dezembro de 1966, concede auxílio ao desporto amador e universitário, através do Conselho Municipal de Esportes, e autoriza a remissão total ou parcial de créditos tributários. DR.01.02.09-8937 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

³¹ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 6.943**, de 22 de agosto de 1995. Altera a tabela II da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mebla>

³² Cf. RIBEIRO, Laudelino Gonçalves [85 anos]; ARAÚJO, João Batista [67 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 22 abr. 2017.

³³ Cf. PEREIRA, Nildo André [51 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016; COELHO, Márcio Antônio [62 anos]; VALE, Bertolino do [63 anos]; JESUS, Gardoni Miguel de [52 anos]; MONTEIRO, Cristiano Fernandes [44 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 2 mai. 2016.

de redemocratização, de mobilização social em defesa do direito à cidade e de busca de consolidação de uma cidadania abrangente. De modo que, essa convergência de atribuições se deu na expectativa de que seria o ente público aquele com maior capacidade de resguardar uma expressão esportiva popular e periférica de pressões como as da especulação imobiliária.

Se esses parâmetros orientaram a gestão e a elaboração de políticas públicas pela *Prefeitura* nas décadas de 1980 e 1990 – em grande medida, pressionada por um acúmulo de mobilizações sociais que demandavam respostas para problemas que se aprofundaram durante os governos sem controle eleitoral entre os anos 1960 e 1970 –, novas perspectivas despontaram no início do século XXI. Em especial, pela penetração tardia de uma ideologia de matriz neoliberal³⁴ na administração da capital mineira, que teve como um de seus principais efeitos a criação, em 2010, da chamada *PBH Ativos*³⁵, uma sociedade de capital aberto cujo objetivo número um é “titular, administrar e explorar economicamente ativos municipais”³⁶.

A fundação dessa nova empresa significou uma mudança de perspectivas sobre os diversos terrenos mantidos pela *Prefeitura* e cedidos às agremiações varzeanas. Os chamados “próprios” municipais passavam a ser pensados na condição de “ativos”, que seriam mais bem aproveitados se explorados economicamente, com a geração de recursos para seus cofres, sob pena de se tornarem um peso para administração, um “passivo”. Nessa nova ótica, a preservação de uma prática esportiva popular e periférica, como o futebol de várzea, não era mais justificativa para a não realização daquela terra em seu valor de troca³⁷, mesmo que seu valor de uso permanecesse sendo garantido. A apropriação do espaço pelos clubes dependeria, a partir de então, da criação de um “modelo de negócio” capaz de desonerar o poder público.

Foi nesse contexto que o vereador Adriano Ventura (2009-2016), do *PT*, apresentou, naquele mesmo ano de 2010, um projeto de lei que tinha por ementa “Autoriza o Executivo a criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento de Campos de Futebol de Várzea no Município”³⁸. A mobilização de um mecanismo de patrimonialização era apresentada como estratégia para a reafirmação de uma compreensão daqueles terrenos

³⁴ Ainda que o uso corrente do termo tenha levado a certo esgarçamento do conceito, faz-se aqui referência à corrente do pensamento econômico elaborada na primeira metade do século XX. Cf. FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

³⁵ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 10.101**, de 14 de janeiro de 2011. Altera a lei 9.011/05 e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/lbiem>

³⁶ BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 10.003**, de 25 de novembro de 2010. Autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do município de Belo Horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da entidade. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ildma>

³⁷ Cf. MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

³⁸ Cf. BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei n. 1.634**, de autoria do vereador Adriano Ventura. Autoriza o Executivo a criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento de Campos de Futebol de Várzea no Município. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/1634/2015>. Acesso em 26 de abril de 2021.

utilizados para o jogo como uma conquista coletiva, voltada à manutenção de uma prática com profundas raízes comunitárias. Uma medida para “prevenção da cultura e dos poucos espaços de socialização que ainda restam na cidade”³⁹, nas palavras do proponente.

Vale lembrar que, apesar da longa trajetória das políticas patrimoniais em âmbito federal⁴⁰, foi no contexto da redemocratização que se criaram conselhos municipais devotados ao tema em cidades como São Paulo⁴¹ e Belo Horizonte⁴². Sua origem remete a mobilizações sociais igualmente preocupadas com a garantia do direito à cidade, em especial à preservação da memória histórica, artística e arquitetônica⁴³. Nessa medida, vale notar como o futebol de várzea, inserido em uma rede de apoio que inclui vereadores, utiliza-se de instrumentos contemporâneos de proteção, adaptando-se às novas estratégias de ação pública para sua sobrevivência. Algo não muito diferente de outros grupos populares que, mais recentemente, vêm evocando categorias como “identidade” e “patrimônio” como parte de um repertório de luta por reconhecimento e por melhorias em suas condições de vida⁴⁴.

Mesmo no contexto da várzea, o recurso a políticas patrimoniais não é uma novidade dentre as medidas para a manutenção de sua cultura, em especial para a conservação dos espaços de jogo. O tombamento do complexo de campos do “Parque do Povo”, em São Paulo, é referencial de uma ação empreendida já nos anos 1990⁴⁵, inclusive tendo servido de inspiração para o projeto de lei do vereador Adriano Ventura, sendo textualmente citado⁴⁶. A criação de mecanismos para a salvaguarda do patrimônio imaterial igualmente teve efeitos sobre as práticas corporais, a exemplo do reconhecimento da capoeira⁴⁷.

A realização do “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte”, citado na introdução desta tese, empreendido entre 2016 e 2018, insere-se, por si só, nessa longa

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, MinC/IPHAN, 2005; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁴¹ Cf. SÃO PAULO. **Lei Municipal nº 10.032**, de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo. Disponível em: <http://leismunicipa.is/jbdtf>

⁴² Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 3.802**, de 6 de julho de 1984. Organiza a proteção do patrimônio cultural do Município de Belo Horizonte. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mbihk>

⁴³ Cf. CARSALADE, Flávio de Lemos. Uma agenda unindo passado e futuro: os debates e realizações patrimoniais da década de 1980 e seus reflexos nas décadas seguintes em Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, p. 1-30, 2020.

⁴⁴ Cf. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.

⁴⁵ Cf. MAGNANI, José Guilherme; MORGADO, Naira. Futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 24, p. 175-184, 1996; SCIFONI, Simone. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 125-151, jul/dez, 2013.

⁴⁶ Cf. BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei n. 1.634**.

⁴⁷ Cf. FONSECA, Vivian Luiz. A outra face da imaterialidade: o registro e o inventário como meios de preservação de patrimônio cultural imaterial a partir do estudo de caso da capoeira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 106-117, jul./dez. 2014.

trajetória de estratégias de criação e recriação da várzea na capital mineira. Sua produção entrelaça-se a um modo de fazer que tem na maleabilidade para incorporação dos mais diferentes debates sobre a cidade uma de suas grandes virtudes. O compartilhamento de saberes para a construção e reconstrução de campos, a elaboração de uma cultura esportiva capaz de dialogar com as comunidades do entorno e com outras manifestações festivas, a oferta de uma sociabilidade abrangente em regiões carentes de opções de lazer, bem como a capacidade de articulação com mobilizações sociais e grupos políticos para a resolução de problemas, são alguns dos elementos que atravessam a história desse fenômeno futebolístico e que ajudam a entender a sua adaptação em contextos muitas vezes desfavoráveis.

Ainda que tradicional, é no poder de reinvenção que reside a força da várzea. Uma capacidade de fazer e refazer que se afirma como central quando se leva em conta a trajetória de desafios enfrentados pela prática e pelos grupos populares em um lugar como Belo Horizonte, uma capital que em sua origem guarda as marcas do aniquilamento de um antigo arraial. Ou na metrópole, ela mesma uma formação espacial criada a partir do dilaceramento da cidade⁴⁸. Ao examinar os discursos sobre o patrimônio cultural, o antropólogo José Reginaldo Gonçalves contrapõe à ideia da busca da autenticidade, que orienta o que chama de “retórica da perda”, marcante dos discursos clássicos do modernismo arquitetônico; o poder criador da destruição, com sua potencialidade criativa frente ao desafio da desintegração material⁴⁹. Tal noção dialoga com o contraste entre a visão exógena, amplamente divulgada nas mídias e mesmo na administração pública, da “morte da várzea” e a predição “a várzea é imortal”, enunciada pelo “abnegado” paulistano Otacílio, segundo citado pelo antropólogo Raphael Piva Favero⁵⁰.

A capacidade criativa e adaptativa da prática desdobra-se em meio à contradição entre o negócio e a festa⁵¹. Um novo ciclo parece se iniciar na várzea belo-horizontina. Enquanto o processo de patrimonialização do futebol amador segue suspenso, sem o encaminhamento da votação pelo *Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município*, a Prefeitura desenvolve, desde 2017, um modelo de exploração dos campos no sistema de parceria público-privada, projeto intitulado com o sugestivo nome “Várzea Viva”⁵² – uma referência à “morte da várzea”? Trata-se de uma iniciativa que prevê a qualificação dos espaços, com a implantação de

⁴⁸ Cf. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. De cidade à metrópole. *Revista Geografica*, Vitória, n. 9, p. 49-79, jul-dez 2011.

⁴⁹ Cf. GONÇALVES, 2015.

⁵⁰ Cf. FAVERO, Raphael Piva Favalli. “A várzea é imortal”: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

⁵¹ Cf. SEABRA, 2011.

⁵² Cf. Projeto viabiliza grama sintética e iluminação de LED para Campo do Betânia. *Prefeitura de Belo Horizonte*, 21 de janeiro de 2021. Disponível em: <http://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/projeto-viabiliza-grama-sintetica-e-iluminacao-de-led-para-campo-do-betania>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

grama sintética e iluminação com lâmpadas de LED, em troca da concessão para a exploração comercial do local por 15 anos, renováveis por mais 15. À comunidade é reservado um percentual de 30% do tempo de uso da área, com a preservação de uma agenda de horários para os clubes que historicamente ocupam o lugar, os quais, a partir de então, passam a se subordinar à gestão de um investidor particular, mediada pela *Secretaria Municipal de Esportes e Lazer*.

Balizado pela criação da *PBH Ativos*, o projeto “Várzea Viva” trata-se de uma deliberação do Executivo Municipal, sem avaliação pelo Legislativo. Até o momento, a ação atingiu quatro campos, que passaram pela requalificação física – do *Inconfidência*, do *Santa Cruz* e do *Reunidos*, além da Arena Morro das Pedras – e mais dois deles têm licitações encaminhadas – do *Betânia* e do *Jonas Veiga*. Situados em regiões de fácil acesso viário, são áreas com bom potencial de exploração comercial⁵³. Nas palavras do atual secretário “O Várzea Viva já se tornou um *case* de sucesso. Belo Horizonte passa a contar cada vez mais com campos de várzea com estrutura de ponta. São melhorias com custo zero aos cofres públicos e que permitem à população, por meio de programas da Prefeitura, usufruir de espaços esportivos reestruturados”⁵⁴.

Não há dados suficientes para se avaliar os desdobramentos do novo programa que, até o momento, atinge um pequeno percentual das dezenas de espaços varzeanos de Belo Horizonte. Difícil dizer se eles se aproximarão mais da iniciativa dos centros esportivos construídos em áreas de tradicionais canchas, terceirizados a gestão de associações privadas, em meados dos anos 1970, ou do amplo programa de requalificação dos campos, com concessão às agremiações, desenvolvido entre os anos 1980 e 1990. Interessante notar, contudo, que assim como aquelas duas políticas públicas, tanto o projeto “Várzea Viva”, como a iniciativa que desembocou no “Inventário do futebol amador em Belo Horizonte” dialogam com seus momentos históricos, incorporando novos repertórios da administração pública e da mobilização social.

Os sujeitos varzeanos acompanham a movimentação dos agentes municipais, atentos aos possíveis desdobramentos de seus projetos. A referência a iniciativas desenvolvidas, todas elas, em espaços de poder ligados à administração pública pode dar a entender que tal como se pressupôs em outros tempos, esse grupo observa tudo sem reação ou opinião, “bestializado”⁵⁵. Contudo, algo que aprendi em meu contato com os integrantes das equipes é que eles estão muito longe de serem participantes iniciantes ou ingênuos nessa peleja que parece nunca ter um fim.

Uma ocasião me marcou, especialmente, nesse percurso, a qual compartilhei com José Maciel Campos, o “Zeca”, pedreiro de profissão, fundador e presidente do *Campo Verde* e

⁵³ Cf. *Idem*.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ Cf. CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

líder comunitário na Vila Aeroporto, entre os anos 1980 e 1990. Ao visitar o campo e a sede do clube, para entrevistá-lo, folheávamos recortes de jornais, quando me deparei com uma matéria do *Diário da Tarde*, com a impactante manchete “O Campo Verde pede socorro”. Intrigado pela veemência da chamada, questionei-lhe sobre o que se passava com o clube naquele momento para que fizesse tal apelo, ao que me respondeu que “nada, não se passava nada em especial”, que vivia tão somente os problemas cotidianos de uma agremiação amadorista. Contudo, era mobilizando aquele repertório do perigo do desaparecimento da equipe que poderia ganhar o espaço no jornal, sempre em busca da imagem da precariedade e do risco iminente da “morte da várzea”.

Entendi com isso que ele não queria dizer que tudo corresse bem com seu clube, que não enfrentasse dificuldades, mas que esse risco era como que uma sensação permanente que orientava a própria organização da agremiação e da prática na qual se engajava. Uma perspectiva que levava a um cálculo constante entre os limites de um investimento maior na manutenção da atividade e do espaço de jogo e a expectativa, sempre presente, de uma mobilização para lidar com um prejuízo ou uma perda, seja pela remoção, seja pela interrupção de um auxílio externo, seja, ainda, por uma intervenção indevida do poder público. Algo como o “saber levar” que orientava a condução das pelepas em Porto Alegre, citadas por Mauro Myskiw⁵⁶.

A lição de Zeca e de tantos outros episódios examinados nesta tese apontam para uma percepção de que, mais do que se possa imaginar de antemão, os integrantes da várzea belo-horizontina entendiam estar em meio a disputas que se desenrolavam em meio à própria trajetória da cidade. Elas sabiam que estavam imersos em um processo abrangente, no qual diferentes forças antagonizavam-se, e que precisavam saber se posicionar frente essa realidade. Um conhecimento apesar do qual... ou melhor dizendo, exatamente pelo qual, eles vivenciam, da forma mais intensa possível, semana após semana, histórias de uma várzea que não tem fim.

⁵⁶ Cf. MYSKIW, 2012, p. 168-170.

Fontes

Relatos Oraís

ARAÚJO, Modestino da Silva [56 anos]; SILVA, Sebastião Fernandes da [63 anos]; PRADOS, Vicente de Souza [65 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 jun. 2016.

CAMPOS, José Maciel [58 anos]. [jun. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 1º jun. 2017.

CAMPOS, Rui [60 anos]. [jun. 1983]. Entrevistador: José Sebastião Witter. São Paulo, SP, 28 jun. 1983. Disponível em: <https://acervo.mis-sp.org.br/audio/entrevista-de-rui-campos-parte-12>

CARMO, Enderson Moretti do [43 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 dez. 2016.

COELHO, Márcio Antônio [62 anos]; VALE, Bertolino do [63 anos]; JESUS, Gardoni Miguel de [52 anos]; MONTEIRO, Cristiano Fernandes [44 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 2 mai. 2016.

COLEN FILHO, Jair [68 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 set. 2016.

COSTA, Geraldo Antônio da [67 anos]; ALEXANDRINO, Jefferson Geraldo [59 anos]. [out. 2016]. Entrevistador: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 out. 2016.

CUSTÓDIO, João Batista [90 anos]; SILVA, Vitorino Vieira da [88 anos]; ARAÚJO, Wallace da Silva [53 anos]; ALMEIDA, Renato Adelino de [68 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016.

FAUSTINO, Paulo Roberto [53 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 27 ago. 2017.

FERNANDES, Raimundo Expedito [66 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 jan. 2017.

FERREIRA, Alexandre [45 anos]. [set. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 set. 2016.

FILHO, José Fernandes de Almeida [61 anos]; DIAS, José Gonçalves [77 anos]; ALMEIDA, Tadeu Felipe Fernandes de [27 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 12 mar. 2016.

GUEDES, João Batista Sá [56 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 27 jan. 2017.

JANUÁRIO, Wellerson Fabian [49 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2016.

LEÃO, João Antônio Paranhos [58 anos]; PEREIRA, José Fernando [71 anos]. [jan. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 jan. 2017.

LIMA, Jorgeval Costa [59 anos]; ROCHA, Edval Gomes da [51 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2017.

LIMA, Márcio Rodrigues de [68 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 jan. 2018.

MACHADO, Manoel Lúcio [74 anos]; SILVA, Jailson Santos da [40 anos]. [jul. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 12 jul. 2018.

MANÇUR, Mauro Sérgio [57 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 9 mar. 2018.

MENEZES, Reinaldo Leis de [44 anos]; MENEZES, Allan Pablo de Oliveira [27 anos]; SILVA, Wallisson Alexandre da [41 anos]. [ago. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 ago. 2018.

MESQUITA, José Antônio de [64 anos]; SANTOS, Paulo Sérgio dos [42 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 27 ago. 2017.

MOREIRA, Antônio Aluízio [79 anos]; MOREIRA, Maria das Dores Castro [74 anos]; MACHADO, José Vicente [57 anos]; MACHADO, Denise de Castro Moreira [54 anos]. [dez. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 30 dez. 2016.

MOREIRA, Carlos Roberto [55 anos]; PIRES, Giovanni Lima Cadete [32 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 20 ago. 2017.

OLIVEIRA, Belmontes de [65 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 abr. 2016.

OLIVEIRA, José Pimenta Gomes de [71 anos]; GOMES, Pedro Pimenta [65 anos]; DINIZ, Marco Antônio [60 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 8 fev. 2017.

PAULINO, Lenir [82 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 5 set. 2017.

PEREIRA, Nildo André [51 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 jun. 2016.

PEREIRA, Rosalvo Conceição [78 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 29 mar. 2016.

PIAZZA, Wilson da Silva [68 anos]. [set. 2011]. Entrevistadores: Theo Ortega e Clarissa Batalha. São Paulo, SP, 15 de setembro. 2011. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/museu_do_futebol/wilson_piazza/TranscricaoWilsonPiazza.pdf

PIMENTA, Carlos Roberto [60 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

RASO, Afonso Celso [80 anos]. [out. 2013]. Depoimento no Seminário Memória das Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade de Belo Horizonte. Museu Histórico Abílio Barreto, Belo Horizonte, MG, 31 out. 2013.

RIBEIRO, Laudelino Gonçalves [85 anos]; ARAÚJO, João Batista [67 anos]. [abr. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 22 abr. 2017.

RODRIGUES, Célio Gonçalves [52 anos]. [mar. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 3 mar. 2018.

ROQUE, Orlando Neves [75 anos]. [jun. 2014]. Entrevistadoras: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Rita Márcia de Oliveira. Belo Horizonte, MG, 3 jun. 2014.

RUFINO, Denerval Martinho [52 anos]; SANTOS, João Pereira dos [73 anos]. [ago. 2017]. Entrevistadores: Marilita Aparecida Arantes Rodrigues; Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 18 ago. 2017.

SÁ, Nival Dias de [64 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 29 mar. 2016.

SANTOS, Ademilson dos [45 anos]; MATIAS, Valter Matos de [59 anos]. [jan. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jan. 2018.

SANTOS, Guilherme Ferreira dos [68 anos]; SANTOS, Maurílio José dos [57 anos]; DIAS, José João Narcizo [56 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 abr. 2016.

SANTOS, Joaquim Tomé dos [81 anos]. [out. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 7 out. 2017.

SILVA, Antônio Jorge [71 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 jun. 2016.

SILVA, Maria da Conceição [89 anos]; COSTA, Eliana da Conceição [62 anos]; PEREIRA, Carlos [51 anos]. [mar. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 mar. 2017.

SILVA, Jarbas José da [68 anos]. [jun. 2018]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 23 jun. 2018.

SILVA, Nilton Graciano da [81 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 21 ago. 2016.

SILVA, Osvaldo Patrocínio da [69 anos]; BARROS, Sergio Thadeu [63 anos]. [set. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 25 set. 2017.

SILVA, Rosangelo Aparecido da [64 anos]. [mar. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 17 mar. 2016.

SOARES, Claudio Henrique [64 anos]. [ago. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 ago. 2016.

SOBRAL, Osmar Torres [79 anos]. [mai. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 13 mai. 2016.

SOUZA, Elias de [70 anos]; ISAAC, José [73 anos]; ISAAC, João [70 anos]. [fev. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 19 fev. 2017.

SOUZA, Gemir de [89 anos]; PAULA, Marcelo de [62 anos]. [jun. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 jun. 2016.

SOUZA, Sebastião Bento de [75 anos]; SANTOS, Helder Gonçalves dos [55 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 15 abr. 2016.

VIEIRA, Aluísio [60 anos]; JUNIOR, Márcio Magalhães [30 anos]; SILVA, Nilton Pereira da [58 anos]; HERCULANO, Leonardo [30 anos]. [ago. 2017]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 10 ago. 2017.

VIMIEIRO, Amir Bertholdo [76 anos]; CARVALHO, Antônio Geraldo de [60 anos]. [abr. 2016]. Entrevistador: Raphael Rajão Ribeiro. Belo Horizonte, MG, 24 abr. 2016.

Acervos privados

Alvorada Futebol Clube.

Amir Bertholdo Vimieiro.

Antônio Jorge Silva.

Associação Esportiva Cultura Ponte Preta.

Departamento de Futebol Amador da Capital / Federação Mineira de Futebol.

Esporte Clube Santa Maria.

Família Moreira.

Inconfidência Esporte Clube.

Nilton Graciano da Silva.

Renato Arruda.

Periódicos

Diário da Tarde, Belo Horizonte, out. 1948 - dez. 1984. Acervo Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais.

Atos normativos

Federal

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.688**, de 3 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais.

BRASIL. **Decreto Lei n. 5.977**, de 10 de novembro de 1943. Altera a tabela do salário mínimo, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 30.342**, de 24 de dezembro de 1951. Altera as tabelas do salário mínimo dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 34.450**, de 1º de maio de 1954. Altera a tabela do salário mínimo e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 39.604-A**, de 14 de julho de 1956. Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 45.106-A**, de 24 de dezembro de 1958. Altera a tabela de salário-mínimo e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 49.119-A**, de 15 de outubro de 1960. Altera a tabela do salário mínimo e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 50.776**, de 10 de junho de 1961. Disciplina o funcionamento das secções de jogos lícitos carteados nas sedes das sociedades, clubes e demais entidades recreativas sociais, culturais, literárias beneficentes, esportivas e congêneres.

BRASIL. **Decreto nº 51.336**, de 13 de outubro de 1961. Dispõe sobre níveis de salário-mínimo.

BRASIL. **Decreto nº 53.578**, de 21 de fevereiro de 1964. Reestrutura as Regiões e Sub-regiões de Salário Mínimo, altera a tabela aprovada pelo Decreto nº 51.613, de 3 de dezembro de 1962, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 55.803**, de 26 de fevereiro de 1965. Altera a tabela de salário mínimo aprovada pelo Decreto nº 53.578, de 21 de fevereiro de 1964, e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. **Deliberação nº 7**, de 7 de agosto de 1965.

BRASIL. **Decreto nº 57.900**, de 2 de março de 1966. Modifica a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 55.803, de 26 de fevereiro de 1965, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 60.231**, de 16 de fevereiro de 1967. Modifica a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 57.900, de 2 de março de 1966, e alterada pelo Decreto nº 58.154, de 5 de abril de 1966.

BRASIL. **Decreto nº 62.461**, de 25 de março de 1968. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 60.231, de 16 de fevereiro de 1967.

BRASIL. **Decreto nº 64.442**, de 1º de maio de 1969. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 62.461, de 25 de março de 1968.

BRASIL. **Decreto nº 66.523**, de 30 de abril de 1970. Altera a Tabela do Salário-Mínimo aprovada pelo Decreto nº 64.442, de 1º de maio de 1969.

BRASIL. **Decreto nº 68.576**, de 1º de maio de 1971. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 66.523, de 30 de abril de 1970.

BRASIL. **Decreto Federal nº 70.465**, de 27 de abril de 1972. Altera a tabela do salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 68.576, de 1º de maio de 1971.

BRASIL. **Decreto Federal nº 72.148**, de 30 de abril de 1973. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto nº 70.465, de 27 de abril de 1972.

BRASIL. **Lei Federal Complementar nº 14**, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

BRASIL. **Decreto Federal nº 73.995**, de 29 de abril de 1974. Altera a tabela de salário-mínimo aprovada pelo Decreto n.º 72.148, de 01 de maio de 1973.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.147**, de 29 de novembro de 1974. Dispõe sobre o reajustamento coletivo de salário das categorias profissionais e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 75.679**, de 29 de abril de 1975. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 77.510**, de 29 de abril de 1976. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 79.610**, de 28 de abril de 1977. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 81.615**, de 28 de abril de 1978. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 84.135**, de 31 de outubro de 1979. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 84.674**, de 30 de abril de 1980. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 85.310**, de 31 de outubro de 1980. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 85.950**, de 29 de abril de 1981. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 86.514**, de 29 de outubro de 1981. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Lei Federal nº 86.885**, de 28 de janeiro de 1982. Regulamenta o Decreto-Lei nº 1.923, de 20 de janeiro de 1982, que modifica a legislação que dispõe sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS.

BRASIL. **Decreto nº 87.139**, de 29 de abril de 1982. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 87.743**, de 29 de outubro de 1982. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 88.267**, de 30 de abril de 1983. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto nº 88.930**, de 31 de outubro de 1983. Fixa novos níveis de salário mínimo para todo o território nacional.

BRASIL. **Decreto Federal n. 90.381**, de 29 de outubro de 1984. Fixa novo salário mínimo para todo o território nacional.

Estadual

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 1.947**, de 13 de agosto de 1959. Dispõe sobre a construção de um estádio em Belo Horizonte, para a prática do futebol e atletismo, e contém outras providências.

MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 6433**, de 3 de outubro de 1974. Altera dispositivos da Lei nº 6.265, de 18 de dezembro de 1973, sobre a Loteria do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS. **Projeto de Lei nº 588/1976**. Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Saudade, com sede em Belo Horizonte.

MINAS GERAIS. **Projeto de Lei nº 647/1976**. Declara de utilidade pública a Associação Atlético Primeiro de Maio, com sede em Belo Horizonte.

Municipal

BELO HORIZONTE, **Decreto Municipal nº 199**, de 23 de agosto de 1947. Autoriza a Prefeitura de Belo Horizonte a doar terrenos ao Club Mineiro de Caçadores.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 10**, de 8 de março de 1948. Autoriza a emissão de apólices.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 10**, de 4 de junho de 1948. Abre crédito especial para incentivar atividades culturais, artísticas e esportivas.

HORIZONTE. **Lei Municipal nº 26**, de 4 de junho de 1948. Cria o Conselho Municipal de Esportes.

BELO HORIZONTE, **Lei Municipal nº 73**, de 3 de fevereiro de 1949. Autoriza doação de lotes à Legião Brasileira de Assistência.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 37**, de 15 de junho de 1949. Abre crédito especial para pagamento de auxílio.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 100**, de 1º de setembro de 1949. Autoriza a doação de terrenos à Associação de Cegos "Luiz Braile".

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 131**, de 4 de março de 1950. Autoriza doação de terreno à "Casa dos Cireneus".

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1008**, de 15 de fevereiro de 1963. Autoriza doação de terreno ao Pitangui Esporte Clube.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.212**, de 1º de dezembro de 1965. Dispõe sobre a aprovação de vilas e bairros e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 1.369**, de 7 de dezembro de 1965. Cria a Coordenação Municipal de Órgãos e Serviços para superintender as providências relativas ao problema de desfavelamento de áreas e logradouros públicos da Capital.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.830**, de 5 de junho de 1970. Reserva uma área de terreno de 1.000 m² mais ou menos, no centro de cada bairro ou vila, para servir como ponto de recreação destinado aos moradores da região.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.837**, de 10 de junho de 1970. Autoriza o prefeito municipal a construir pequenos estádios nos bairros e vilas.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.157**, de 13 de janeiro de 1972. Regulamenta a lei municipal nº 1.212, de 1º de dezembro de 1965.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.192**, de 19 de abril de 1972. Aprova loteamento com as denominações de Bairro Santa Branca, Bairro COMITECO, Bairro Santa Inês, Vila Indaiá e Vila Ipiranga.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.232**, de 13 de julho de 1972. Aprova loteamento com a denominação de "Vila 1º Novembro", e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.235**, de 25 de julho de 1972. Aprova loteamento com a denominação de “Bairro Santa Monica”, ao qual integra quatro loteamentos já aprovados, ainda sem denominação, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.241**, de 17 de agosto de 1972. Aprova loteamento com a denominação de “Bairro Lucas”, ao qual integra partes de quarteirões e lotes da ex-Colônia Bias Fortes e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.258**, de 19 de setembro de 1972. Aprova loteamento com a denominação de “Vila Tiradentes”, à qual anexa quarteirões anteriormente aprovados e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.263**, de 26 de setembro de 1972. Aprova loteamento com a denominação de “Bairro Itapoã”, ao qual anexa loteamento anteriormente aprovado e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.269**, de 11 de outubro de 1972. Aprova loteamento com a denominação de “Cidade Nova” e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.317**, de 16 de janeiro de 1973. Aprova loteamento com a denominação de “Bairro das Mangabeiras” e contém outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.466**, de 13 de dezembro de 1973. Aprova loteamento com a denominação de “Bairro Miramar” e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.489**, de 10 de janeiro de 1974. Aprova loteamento com a denominação de “Vila Assunção” e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.560**, de 29 de maio de 1974. Aprova loteamento com a denominação de Bairro Planalto e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.592**, de 22 de julho de 1974. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.609**, de 16 de setembro de 1974. Aprova loteamento com o nome de Bairro Letícia e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.639**, de 5 de novembro de 1974. Aprova plantas de parte de loteamento denominado Bairro das Indústrias, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.647**, de 19 de novembro de 1974. Aprova loteamento com as denominações de Vila Vista Alegre e Vila Brasil Industrial.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.652**, de 29 de novembro de 1974. Aprova plantas de loteamentos que passam a constituir o Bairro Floramar, e ao mesmo incorpora os atuais bairros Guarujá, Santa Isabel, parte da Vila Jardim Pampulha e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.664**, de 10 de dezembro de 1974. Aprova loteamento com a denominação de Bairro Piratininga e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.666**, de 10 de dezembro de 1974. Autoriza cessão de uso de terreno à Associação Esportiva Santa Tereza.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.695**, de 29 de janeiro de 1975. Aprova loteamento com a denominação de Bairro Diamante.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.711**, de 17 de fevereiro de 1975. Aprova loteamento com a denominação de Vila São Francisco, muda a denominação do bairro São Francisco e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.729**, de 6 de março de 1975. Aprova loteamentos que passam a constituir o bairro Patrocínio e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.731**, de 7 de março de 1975. Aprova loteamento com a denominação Bairro Flávio Marques Lisboa e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.732**, de 7 de março de 1975. Aprova loteamentos com a denominação de Bairro da Glória e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.900**, de 1º de julho de 1976. Aprova loteamentos que passam a constituir o bairro dos Milionários e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.941**, de 28 de setembro de 1976. Aprova loteamento que passa a formar o bairro Canaã e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.948**, de 12 de outubro de 1976. Aprova loteamento com passa a constituir o Bairro União e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.971**, de 23 de novembro de 1976. Aprova loteamento com a denominação Bairro Goiânia e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.972**, de 24 de novembro de 1976. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Pindorama e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 2.662**, de 29 de novembro de 1976. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 2.995**, de 5 de janeiro de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Mantiqueira e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.023**, de 2 de fevereiro de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Paquetá e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.029**, de 11 de fevereiro de 1977. Concede ao Coroa Futebol Clube permissão de uso de terreno para suas atividades esportivas.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.041**, de 23 de março de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Paraúna e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.084**, de 1º de julho de 1977. Aprova loteamento com a denominação de Bairro Ouro Preto e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.090**, de 18 de julho de 1977. Fixa limites do Bairro Santa Amélia, aprova parte de loteamentos que passa a integrar o mesmo bairro e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.091**, de 21 de julho de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Saramenha e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.095**, de 28 de julho de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Solimões e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.111**, de 12 de setembro de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Lindéia, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.023**, de 2 de fevereiro de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Paquetá e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.119**, de 28 de setembro de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Urucuia e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.149**, de 9 de novembro de 1977. Aprova loteamento que passa a formar o Vila Adelaide e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.230**, de 6 de abril de 1978. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Jatobá e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.231**, de 6 de abril de 1978. Aprova loteamento denominado Bairro Califórnia e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.391**, de 24 de novembro de 1978. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro do Pilar e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.394**, de 28 de novembro de 1978. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Braúnas, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.395**, de 29 de novembro de 1978. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Itaipu e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.507**, de 5 de junho de 1979. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Palmeiras e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.527**, de 9 de julho de 1979. Aprova loteamento com a denominação de Bairro Tupi e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.534**, de 30 de julho de 1979. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Itatiaia e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.545**, de 9 de agosto de 1979. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Pirajá e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.673**, de 29 de janeiro de 1980. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Mangueiras e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.710**, de 18 de abril de 1980. Aprova loteamento que passa a complementar o Itaipu e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.771**, de 17 de julho de 1980. Concede permissão de uso, a título precário, ao Palmeirense Futebol Clube, de imóvel que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.851**, de 10 de novembro de 1980. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro São Vicente e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 3.956**, de 6 de maio de 1981. Aprova parte de loteamento que passa a formar o Bairro Europa e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.055**, de 22 de outubro de 1981. Reorganiza o processo de aprovação de loteamentos existentes de fato, anteriormente à lei municipal nº 2.662 de 29 de novembro de 1976, e contém outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.069**, de 10 de novembro de 1981. Aprova parte de loteamento que passa a formar o Bairro Belmonte e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.072**, de 13 de novembro de 1981. Aprova loteamento denominado Bairro Lagoa e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.142**, de 25 de janeiro de 1982. Permite o uso de imóvel que menciona, ao Racing Esporte Clube e contém outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.235**, de 12 de maio de 1982. Aprova loteamento que passa a formar o Bairro Monte Azul e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 4.239**, de 13 de maio de 1982. Permite ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Belo Horizonte o uso do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.274**, de 30 de julho de 1982. Permite ao Quatro Estrelas Futebol Clube, o uso do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.293**, de 23 de agosto de 1982. Permite ao Garage Municipal Esporte Clube, o uso do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.416**, de 4 de fevereiro de 1983. Concede permissão de uso ao Cavaleiro Negro Esporte Clube, do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.428**, de 3 de março de 1983. Concede permissão de uso do imóvel abaixo descrito ao Acaraí Esporte Clube.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.450**, de 29 de março de 1983. Permite ao Taça de Ouro Futebol Clube, o uso do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.654**, de 13 de março de 1984. Permite à Associação Atlética Municipal o uso do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 3.802**, de 6 de julho de 1984. Organiza a proteção do patrimônio cultural do Município de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 4.773**, de 20 de agosto de 1984. Aprova loteamento denominado Bairro Heliópolis e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 4.856**, de 2 de novembro de 1984. Revoga o decreto nº 4.239 de 13 de maio de 1982.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 4.034**, de 25 de março de 1985. Dispõe sobre normas de uso e ocupação do solo no município de Belo Horizonte, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.020**, de 3 de julho de 1985. Permite ao Santa Cruz Futebol Clube, o uso do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.021**, de 4 de julho de 1985. Aprova loteamento denominado Bairro Jaqueline e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.107**, de 25 de setembro de 1985. Concede ao Galo Esportivo Dom Bosco permissão de uso dos terrenos que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.148**, de 18 de outubro de 1985. Concede permissão ao São Bernardo Esporte Clube permissão de uso dos terrenos que menciona.

SÃO PAULO. **Lei Municipal nº 10.032**, de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da cidade de São Paulo.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.256**, de 30 de dezembro de 1985. Permite o uso de imóvel que menciona à Associação Comunitária do Bairro Alto Vera Cruz (Ex-Vila Taquaril), e contém outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.426**, de 20 de agosto de 1986. Concede permissão de uso ao “Coqueiro Esporte Clube” do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.508**, de 13 de novembro de 1986. Concede, em regime de comodato, ao Betânia Esporte Clube, terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.515**, de 21 de novembro de 1986. Concede permissão de uso de bem público de uso comum, que individualiza, ao XV de Novembro Esporte Clube.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.647**, de 9 de junho de 1987. Concede permissão de uso à Associação Atlética Bom Retiro, do terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.730**, de 18 de setembro de 1987. Concede, sob regime de comodato, ao Santa Mônica Futebol Clube, terreno que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.832**, de 18 de dezembro de 1987. Concede, ao Montanhês Atlético Clube, permissão de uso de imóvel que menciona.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.880**, de 19 de fevereiro de 1988. Concede à entidade amadora Associação Atlética Cachoeirinha permissão de uso do imóvel, que menciona, e contém outras providências.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.890**, de 15 de março de 1988. Concede permissão de uso de imóveis que menciona ao Grêmio Mineiro de Esportes.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.926**, de 3 de maio de 1988. Cria o Programa municipal de regularização e urbanização dos loteamentos existentes de fato (clandestinos) – PROBAIRRO.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 5.941**, de 19 de maio de 1988. Concede ao Matadouro Futebol Clube o uso de próprio municipal.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 6.051**, de 2 de setembro de 1988. Concede permissão de uso de bem público ao Estrela Azul Esporte Clube.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal nº 6.185**, de 9 de dezembro de 1988. Modifica artigos do decreto nº 4055, de 22 de outubro de 1981, que reorganizou o processo de aprovação de loteamentos existentes de fato.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 6.943**, de 22 de agosto de 1995. Altera a tabela II da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 10.101**, de 14 de janeiro de 2011. Altera a lei 9.011/05 e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 10.003**, de 25 de novembro de 2010. Autoriza a criação de sociedade sob o controle acionário do município de Belo Horizonte e estabelece outras disposições relativas à atuação da entidade.

BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei n. 1.634**, de 2015, de autoria do vereador Adriano Ventura. Autoriza o Executivo a criar o Programa de Preservação, Revitalização e Tombamento de Campos de Futebol de Várzea no Município.

BELO HORIZONTE. PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 6/16 – RAZÕES DO VETO. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Governo, 1º de março de 2016.

BELO HORIZONTE. **Portaria Conjunta FMC/SMEL n. 001/2016**. Institui Comissão para Elaboração de Inventário do Futebol Amador em Belo Horizonte.

CDPCM. DELIBERAÇÕES GERAIS DA 276ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Cultura – CDPCM, 9 de janeiro de 2018.

Relatórios e dados estatísticos

IBGE. **Censo demográfico**: 1960, vol. 1, tomo 9. Rio de Janeiro, IBGE, 1960.

Arquivos públicos

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)

PLANTA geral da Cidade de Minas, organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral do Belo Horizonte, 1985.

PLANTA geral da cidade de Belo Horizonte, organizada pela 1ª Seção da Subdiretoria de Obras em 1928-1929. Belo Horizonte, 1929.

Levantamentos aerofotogramétricos do Município de Belo Horizonte – 1951.

Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte – 1981.

Coleção Relatórios dos Prefeitos de Belo Horizonte

Fundo Secretaria Municipal da Fazenda – Série Livros Caixa

Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte – Série Proposições

Fundo Gabinete do Prefeito

Diretoria Central de Patrimônio da Prefeitura de Belo Horizonte

Pasta Beverly Sport Club. Concessão de terreno. Pasta nº 57-H

Pasta Associação Atlética Cruzeiro do Sul. Pede autorização para assinar termo de compromisso. Pasta nº 57-I

Pasta Pitangui Esporte Clube. Contrato de arrendamento de terreno entre a Prefeitura e o referido clube. Pasta nº 71-J.

Pasta Terrestre Esporte Clube. Contrato de arrendamento de terreno entre a Prefeitura e o referido clube. Termo de rescisão de contrato de arrendamento. Pasta nº 71-K.

Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte (PRODABEL)

Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte – 1981.

Levantamento aerofotogramétrico do Município de Belo Horizonte – 1989.

Referências bibliográficas

- ABRAHÃO, Fernando Antônio. **XXV de Agosto Futebol Clube**: uma história do futebol amador de São Paulo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 83-102.
- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ALBA, Jorge Antônio. **Memórias do Clube Esportivo e Recreativo Atlântico da cidade de Erechim**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”**: uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; FERREIRA, Renata; GUTIERREZ, Gustavo Luiz; MARQUES, Renato Francisco. Os clubes de futebol e o processo de urbanização na região do Rio Tietê 1889 – 1945. **Recorde**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.1-38, 2013.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015.
- ANTUNES, Fátima Martin Rodrigues Ferreira. **Futebol de fábrica em São Paulo**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- ARCHETTI, Eduardo P. **Masculinidades**: fútbol, polo y tango en la Argentina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Deldragón, 2016.
- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Barreiro. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.
- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Centro-Sul. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.
- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.
- ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Venda Nova. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2008.

AUYERO, Javier. **La política de los pobres**: las prácticas clientelistas del peronismo. Buenos Aires: Manantial, 2012.

BANÉGAS, Richard. Clientelismo electoral y subjetivación política en África. Reflexiones a partir del caso de Benín. **Revista Desacatos**, Dossiê saberes y razones, Ciudad de México, México, n. 36, p. 33-48, 2011.

BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (coord.). **História da virilidade – volume 3**: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 189-220.

BAULER, Sílvia Regina Godinho. **O futebol faz rolar mais do que uma bola**: um estudo sobre o significado do futebol numa periferia urbana. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

BIAGI, Diego Fernandes de. **Amadores, profissionais e varzeanos**: os significados das práticas futebolísticas na cidade de São Paulo e os clubes da comunidade. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2017.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

BONDUKI, Nabil; KOWARICK, Lúcio. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 133-165.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos**: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983, p. 136-153.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BURKE, Peter. (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURLAMAQUI, Luiz Guilherme. **A dança das cadeiras**: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974). São Paulo: USP/Capes; Intermeios, 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 e Edusp, 2000.

CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. **Uma geografia do futebol amador**: espaços de representação do futebol amazonense a partir do "peladão". 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARRILLO, Alfonso Torres. **La ciudad en la sombra**: bairros y luchas populares em Bogotá 1950-1977. Bogotá: Universidad Piloto de Colombia, 2013.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Uma agenda unindo passado e futuro: os debates e realizações patrimoniais da década de 1980 e seus reflexos nas décadas seguintes em Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, p. 1-30, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola *et al.* **Folhas do tempo**: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte 1895-1926. Belo Horizonte: UFMG, Associação Mineira de Imprensa, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHACHAM, Vera. A memória urbana entre o panorama e as ruínas: a rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p.183-237.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular”: revisando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p. 179-192, 1995.

CHIQUELTO, Rodrigo Valentim. **A cidade do futebol**: etnografia sobre a prática futebolística na metrópole manauara. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CIOCCARI, Marta Regina. **Do gosto da mina, do jogo e da revolta**: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

COMBES, Hélène. ¿Dónde estamos com el estudio del clientelismo? **Revista Desacatos**, Dossiê saberes y razones, Ciudad de México, México, n. 36, p. 13-32, 2011.

COSTA, Leda Maria da. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 13, Rio de Janeiro, p. 493-507, 2017.

COSTA, Tarcízio Ildefonso. **A turma, o Leão da Lagoinha e outros casos**. Belo Horizonte: O Lutador, 1998.

COUTO, Euclides de Freitas. **Da ditadura à ditadura**: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978). Niterói: Editora da UFF, 2014.

DAMATTA, Roberto *et al* (Org.) **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à profissão**: uma etnografia do futebol espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DAMO, Arlei Sander. O espetáculo das identidades e alteridades: as lutas pelo reconhecimento no espectro do clubismo brasileiro. *In*: CAMPOS, Flávio de; ALFONSI, Daniela (org.) **Futebol objeto das ciências humanas**. São Paulo: Leya, 2014, p. 23-55.

DAMO, Arlei Sander. Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política. **FuLiA/UFGM**, Belo Horizonte, v. 3, n. 3, p. 37-66, set.-dez. 2018.

DARTON, Robert. História e Antropologia. *In*: DARTON, Robert. **O beijo de lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 284-303.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, volume 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Carlos Magno Machado. **Movimentos sociais e clientelismo no orçamento participativo em Belo Horizonte**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Nota metodológica: configuração dos vetores de expansão da RMBH. *In*: ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.). **Belo Horizonte: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015, p. 33-46.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimento no bairro da Mooca (1942-1973)**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 85-122, 2004.

DUARTE, Regina Horta. “Eu quero uma casa no campo”: a busca do verde em Belo Horizonte, 1966-1976. **Topoi (Rio Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 159-186, jan./jun. 2014.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. *In*: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo: passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 169-204.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1992.

ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FAVERO, Raphael Piva Favalli. **“A várzea é imortal”**: abnegação, memória, disputas e sentidos em uma prática esportiva urbana. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia. Metropolização do espaço, gestão territorial e relações urbano-rurais: algumas interações possíveis. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, ano 16, n. 25, v. 2, p. 477-504, 2º semestre de 2014.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: O populismo na política brasileira. *In*: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano**, volume 3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORENZANO, José Paulo. **Afonso & Edmundo**: a rebeldia no futebol brasileiro. São Paulo: Musa Editora, 1998.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, MinC/IPHAN, 2005.

FONSECA, Vivian Luiz. A outra face da imaterialidade: o registro e o inventário como meios de preservação de patrimônio cultural imaterial a partir do estudo de caso da capoeira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 106-117, jul./dez. 2014.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FONTES, Paulo. Futebol de várzea and the working class – amateur football clubs in São Paulo, 1940s – 1960s. In: FONTES, Paulo; HOLLANDA, Bernardo Buarque de (Org.). **The country of football**: politics, popular culture, and the beautiful game in Brazil. Londres: Hurst Publishers, 2014, p. 87-101.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. Futebol é ‘coisa para macho’? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, v. 25, n. 50, São Paulo, p. 315-328, 2005.

FRENCH, John D. **O ABC dos operários**: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo; São Caetano do Sul: Editora HUCITEC; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

FRYDENBERG, Julio. **Historia social del fútbol**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

GAMBETA, Wilson Roberto. **A bola rolou**: O Velódromo Paulista e os espetáculos de futebol (1895-1916). 2013. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GASTALDO, Édison. As relações jocosas futebolísticas. Futebol, sociabilidade e conflito no Brasil. **Mana**, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, p. 311-325, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v.19, n. 2, São Paulo, p.143-151, jun. 2005.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *In*: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 17-57.

GOMES, Eduardo de Souza; PINHEIRO, Caio Lucas Moraes (org.). **Olhares para a profissionalização do futebol**: análises plurais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

GOMES, Lívio Rodrigues. **Entre campos e cantos**: para uma sociologia do futebol amador. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

GONÇALVES, Alana Mara Alves. **Futebol amador**: campo emergente de sociabilidade. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

GONÇALVES, Glauco Roberto. **A crise da cidade em jogo**: o futebol na contramão em ruas da Penha. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.

GUEDES, Simoni Lahud. Subúrbio: Celeiro de craques. *In*: DAMATTA, Roberto *et al* (Org.) **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, p. 59-74.

GUEDES, Simoni Lahud. **O Brasil no campo de futebol**: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: EDUFF, 1998.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Entre bordados, costuras e tambores: a oralidade nos maracatus-nação do Recife, Pernambuco. Apontamentos para pensar o trabalho de campo e a história oral nos inventários do patrimônio imaterial. *In*: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade (org.) **História oral e patrimônio cultural**: potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 113-135.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 1988.

HELAL, Ronaldo, SOARES, Antonio Jorge e LOVISOLO, Hugo. **A invenção do país do futebol**: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. Acervos de história oral: um patrimônio silencioso? *In*: BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade (org.) **História oral e patrimônio cultural**: potencialidades e transformações. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 11-29.

HIRATA, Daniel Veloso. **O futebol varzeano**: práticas sociais e disputas pelo espaço em São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. A sacração dos “Reis do Futebol”. *In*: LOURENÇO, Marcos; ANDREUCCI, Raul; FIGOLS, Victor L. (org.) **Uma década de Ludopédio**: dez textos da história da Arquibancada. São Paulo: Editora Ludopédio, 2020, p. 29-40.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O clube como vontade e representação**: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967- 1988). 2008. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. **O descobrimento do futebol**: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais**: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 227-250, 1999.

LAGE, Marcus Vinicius Costa; MEDEIROS, Regina de Paula. Aspectos sociológicos da profissionalização do futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930. **Esporte e Sociedade**, Niterói, ano 9, n. 23, p. 1-14, mar. 2014.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. *In*: **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR**, Belo Horizonte, 2003, CD-Rom.

LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil**: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

LINHARES, Joaquim Nabuco. **Itinerário da imprensa de Belo Horizonte**: 1895-1954. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LOPES, José Sérgio Leite. A vitória do futebol que incorporou a pelada. **Revista USP**, São Paulo, v. 22, p. 64-83, 1994.

LOPES, José Sérgio Leite. Da usina de açúcar ao topo do mundo do futebol nacional: trajetória de um jogador de origem operária. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 16, n. 28, p. 13-40, 2010.

LUZ, Rogério Silva. **Futebol e política**: um estudo do clientelismo político em Florianópolis-SC (1946 a 1964). 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2000.

MAGNANI, José Guilherme C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme C.; TORRES, Lilian de Lucca (org.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008, p. 12-53.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme; MORGADO, Naira. Futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio**, Brasília, n. 24, p. 175-184, 1996.

MANIRAKIZA, Désiré. Football amateur au Cameroun: entre clientélisme politique et échanges mutuels. **Politique africaine**, Paris, França, n. 118, p. 103-122, 2010/2.

MARQUES, Edson; MOREIRA, Zu. **Uma praça, uma saudade**: resgate histórico e sentimental da Praça de Esportes do Saudade. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2003.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: EDUSC, 2002.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. MAUSS, Marcel. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, Cosac Naify, 2003, p. 183-314.

MAYOR, Sarah Teixeira Soutto. **O futebol na cidade de Belo Horizonte**: amadorismo e profissionalismo nas décadas de 1930 e 1940. 2017. Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. A Noiva do Trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1996, p. 11-47.

MELO, Victor Andrade de. Diversão no paraíso? Experiências esportivas no bairro de Sepetiba (Rio de Janeiro, décadas de 1940-1970) – na encruzilhada da memória e da história. **Recordes**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-74, jan./jun. 2020.

MELO, Victor Andrade de. Trânsitos culturais: as experiências dos primeiros clubes athleticos do Rio de Janeiro (1873-1883). **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, p. 1-13, 2019.

MELO, Victor Andrade *et al* (org.) **Pesquisa histórica e história do esporte**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

MESQUITA, Yuri Mello. **Jardim de asfalto**: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MILAN VALDES, Rodrigo. **Urbanismo esportivo na América do Sul**: ordem, espetáculo e operações imobiliárias (1920-1955). 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOREIRA, Jorge Fernando Albuquerque D'Amaral. **Futebol e ditadura militar**: a elaboração dos projetos políticos para o futebol brasileiro (1966-1971). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MOURÃO, Ludmila; MOREL, Márcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 26, n. 2. Campinas, SP, p. 73-86, jan. 2005.

MYSKIW, Mauro. **Nas controvérsias da várzea**: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre. 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Leônidas José de; RIBEIRO, Raphael Rajão; SCHIRM, Letícia Dias (org.) **Belo Horizonte F.C.**: trajetórias do futebol na capital mineira. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura, Museu Histórico Abílio Barreto, 2013.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. **"Trabalhadores favelados"**: o processo de identificação das favelas e os movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014. Tese (Doutorado em História) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

OSSONA, Jorge Luis. **Punteros, malandras e porongas**: ocupación de tierras y usos políticos de la pobreza. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, NuAP, 2010.

PAOLI, Maria Celia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. **Cultura e identidade operária**: aspectos da cultura da classe trabalhadora. São Paulo: Marco Zero, 1987, p. 53-101.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando nação**: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2009.

PEREIRA, Josemeire Alves. **Para além do horizonte planejado**: racismo e produção do espaço urbano em Belo Horizonte: século XIX e XX. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A cidade que dança**: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881-1933). Campinas, SP: Editora Unicamp; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2020.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PEREIRA, Tatiana Rovina Castro. **Interação, sentido e visibilidade no futebol de várzea em São Paulo**: sujeitos, comunidades, marcas e uma cidade em jogo. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

PILLON, Thierry. Virilidade operária. In: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques e VIGARELLO, Georges (coord.). **História da virilidade – volume 3**: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 364-393.

PIMENTA, Rosângela Duarte. **Desvendando o jogo**: futebol amador e pelada na cidade e no sertão. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVEL, Jacques. **Jogo de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIAL, Carmen. Rodar: a circulação dos jogadores de futebol brasileiros no exterior. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 21-65, jul./dez. 2008.

RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Oeste. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Pampulha. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.) **Histórias de bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Norte. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

RIBEIRO, Raphael Rajão. **A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal**: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921). Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018.

RIBEIRO, Raphael Rajão. Futebol de mulheres em tempos de proibição: o caso das partidas Vespasiano x Oficina (1968). **Mosaico**, v. 9, n. 14, Rio de Janeiro, p. 48-69, 2018.

RIGO, Luiz Carlos. **Memórias de um futebol de fronteira**. Pelotas, RS: UFPEL, Editora Universitária, 2004.

RIGO, Luiz Carlos; GUIDOTTI, Flávia Garcia; THEIL, Larissa Zanetti; AMARAL, Marcela. Notas sobre o futebol feminino pelotense em 1950: um estudo genealógico. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 173-188, maio de 2008.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Relatório**/ Comissão da Verdade do Rio. Rio de Janeiro: CEV, 2015.

RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira *et al.* Mapeando as primeiras ações de políticas públicas de esporte em Minas Gerais (1927-1946). In: RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927-2006**. Contagem: MJR, 2014, p. 29-46.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues. Diretoria de Esportes de Minas Gerais: suas políticas, sua história (1946-1987). RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (org.). **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927-2006**. Contagem: MJR, 2014, p. 47-118.

RUAS, Lineu. **Nacional do Carmo**: “uma paixão imensurável”. Belo Horizonte: Clube de autores, [200-?].

RYKWERT, Joseph. **A sedução do lugar**: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTIAGO, Carla Ferretti. **O lugar de morar**: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte (o Bairro Dom Cabral, 1959/1981). 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. **A construção do sentimento local**: o futebol nos arrabaldes de Bangu e Andaraí. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

SANTOS, Alberto Luiz dos. **O samba como patrimônio cultural em São Paulo (SP)**: as batucadas de beira de campo e o futebol de várzea. 2021. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Marco Antonio da Silva. **Futebol de várzea como espaço de sociabilidade**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O espelho partido da metrópole**: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca, FAPERJ, 2008.

SCHETINO, André Maia. **Os gigantes e as multidões**: estádios e cultura esportiva em Belo Horizonte (1950-1965). 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SCHIFNAGEL, Betty. Caracterização geral do futebol de várzea como atividade popular de lazer. **Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos – CERU**, São Paulo, nº 12, p. 110-122, 1979.

SCIFONI, Simone. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 125-151, jul/dez, 2013.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. De cidade à metrópole. **Revista Geografares**, Vitória, n. 9, p. 49-79, jul-dez 2011.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Futebol: do ócio ao negócio. In: DEBERTOLI, José Alfredo Oliveira; MARTINS, Maria de Fátima Almeida e MARTINS, Sérgio. **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 129-146.

SEGALEN, Martine. **Ritos e rituais contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SILVA, Alexsander Batista e. **Territórios peladeiros da periferia proletária de Goiânia**: o jogo de bola que subverte o tempo e o espaço. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, 2008.

SILVA, Daniela Alves da. **Cultura operária**: um estudo de caso do Villa Nova Atlético Clube. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol de várzea em São Paulo**: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940). São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol e cultura visual**: a construção da figura do craque. Marcos Carneiro de Mendonça e Leônidas da Silva (1910-1942). 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 205-271.

SILVA, Giovana Capucim e. **Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Joanna Lessa Fontes. **Os significados do futebol amador recifense a partir de sua interdependência com o futebol profissional**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Lisandra Mara. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. **Mil e uma noites de futebol: o Brasil moderno de Mario Filho**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

SILVA, Pedro Vasconcelos Costa e; MARCELINO, Fábio Cesar. A midiatização dos encontros varzeanos: uma netnografia dos grupos de WhatsApp destinados a marcação de jogos amistosos em Belo Horizonte. In: **Anais do X Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social de Minas Gerais**, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2017.

SILVA, Regina Helena Alves da (coord.). **O legislativo e a cidade: domínios de construção do espaço público**. Belo Horizonte: CMBH, 1998.

SILVA, Roberta Pereira da. **Campo de terra, campo da vida: interfaces das expressões cotidianas, as alternativas de resistência popular e o Negritude Futebol Clube**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

SOARES, Jorge Miguel Acosta. **Justiça desportiva: o Estado Novo entra em campo (1941-1945)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOMARRIBA, Maria das Mercês G.; VALADARES, Maria Gezica; AFONSO, Maria Rezende. **Lutas urbanas em Belo Horizonte**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

SOUZA, Celina Maria de. **Metropolização brasileira: uma análise e um estudo de caso**. 1981. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981.

SOUZA, Denaldo Alchorne de. **O Brasil em ação! Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)**. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Glauco José Costa. **“Adiantam-se bastante nos subúrbios”**: o desenvolvimento do futebol na região suburbana do Rio de Janeiro (1907-1924). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SOUZA, Jhonatan Uewerton. A “Candidatura Sportiva” e outras aproximações entre esporte e política na Curitiba da Primeira República. **Vozes, Pretérito & Devir**, Teresina, vol. V, n. 1, p. 122-148, 2016.

SPAGGIARI, Enrico. **Família joga bola**: constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SPAGGIARI, Enrico. Ganhar jogo, pagar jogo e ganhar visita: prática futebolística em um bairro rural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 165-190, jul-dez, 2008.

STÉDILE, Miguel Enrique. **Da fábrica à várzea**: clubes de futebol operário em Porto Alegre. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

STIGGER, Marco Paulo. Futebol de veteranos: um estudo etnográfico sobre o esporte no cotidiano urbano. **Movimento**, Porto Alegre, v.4, n.7, p.52-66, 1997.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura *et al.* Estrutura produtiva e mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte: formação histórica e perspectivas contemporâneas. ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de; DINIZ, Alexandre Magno Alves (org.). **Belo Horizonte**: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte, MG: PUC-Minas, 2015, 49-87.

VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920) **Educar**, Curitiba, n. 16, p. 121-135, 2000.

VILARINO, Marcelo de Andrade. **Festas, cortejos, procissões**: tradição e modernidade no congado belo-horizontino. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

VOMMARO, Gabriel e QUIRÓS, Julieta. “Usted vino por su propia decisión”: repensar el clientelismo em clave etnográfica. **Revista Desacatos**, Dossiê saberes y razones, Ciudad de México, México, n. 36, p. 65-84, 2011.

WEINSTEIN, Barbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920 – 1964)**. São Paulo: Cortez, 2000.

WHITE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WITTER, José Sebastião. Futebol...futebol. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; WITTER, José Sebastião. **Futebol e cultura**: coletânea de estudos. São Paulo: Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 1982, p. 71-85.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ANEXOS

Nota explicativa

Os dois mapas anexos visam organizar informações tratadas ao longo da tese, permitindo sua espacialização e sua visualização, uma vez que tais dados foram abordados apenas de forma textual em diferentes momentos do trabalho.

O primeiro deles, “Bairros citados ao longo da tese”, apresenta a localização das áreas que mereceram maior atenção ao longo dos capítulos, com a produção de notas de rodapé que apresentavam suas origens ou seu perfil de ocupação. Trata-se, assim, de um complemento a essa informação, de modo a permitir ao leitor a visualização dessas unidades espaciais no contexto territorial do município. Para a seleção aqui apresentada, foi utilizada a atual delimitação dos bairros de Belo Horizonte, a qual pode apresentar pequenas divergências com configurações passadas, dada a dinâmica histórica de conformação dessas regiões.

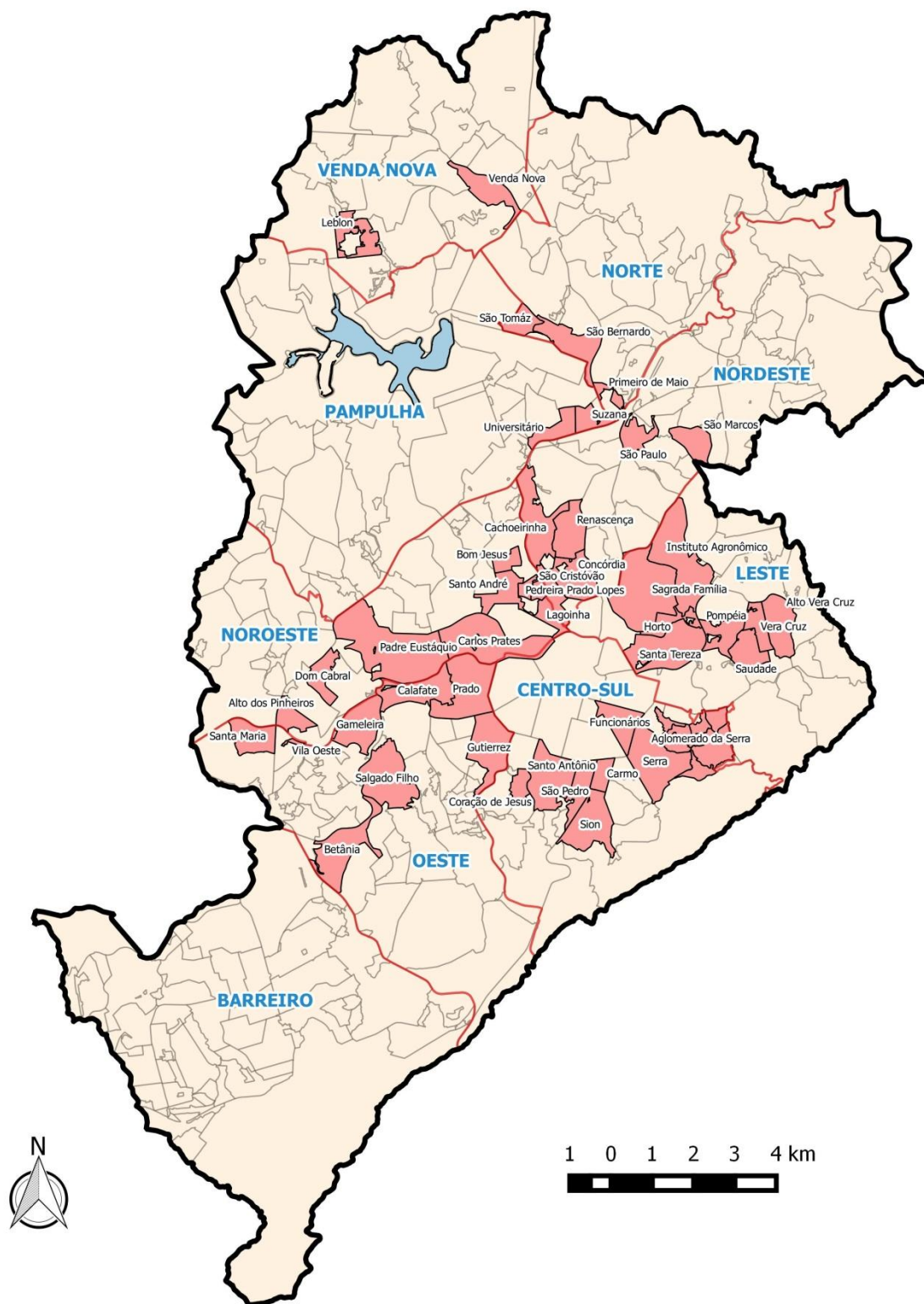
O segundo mapa, “Padrões de ocupação citados na tese”, propõe-se a espacializar alguns fenômenos do desenvolvimento urbano de Belo Horizonte tratados no trabalho. Assim, em dois tipos de hachura são indicadas as zonas urbana e suburbana conforme o plano original da capital mineira, formulado na última década do século XIX. São ainda indicados três conjuntos de bairros representantes de processos de conversão das áreas da cidade.

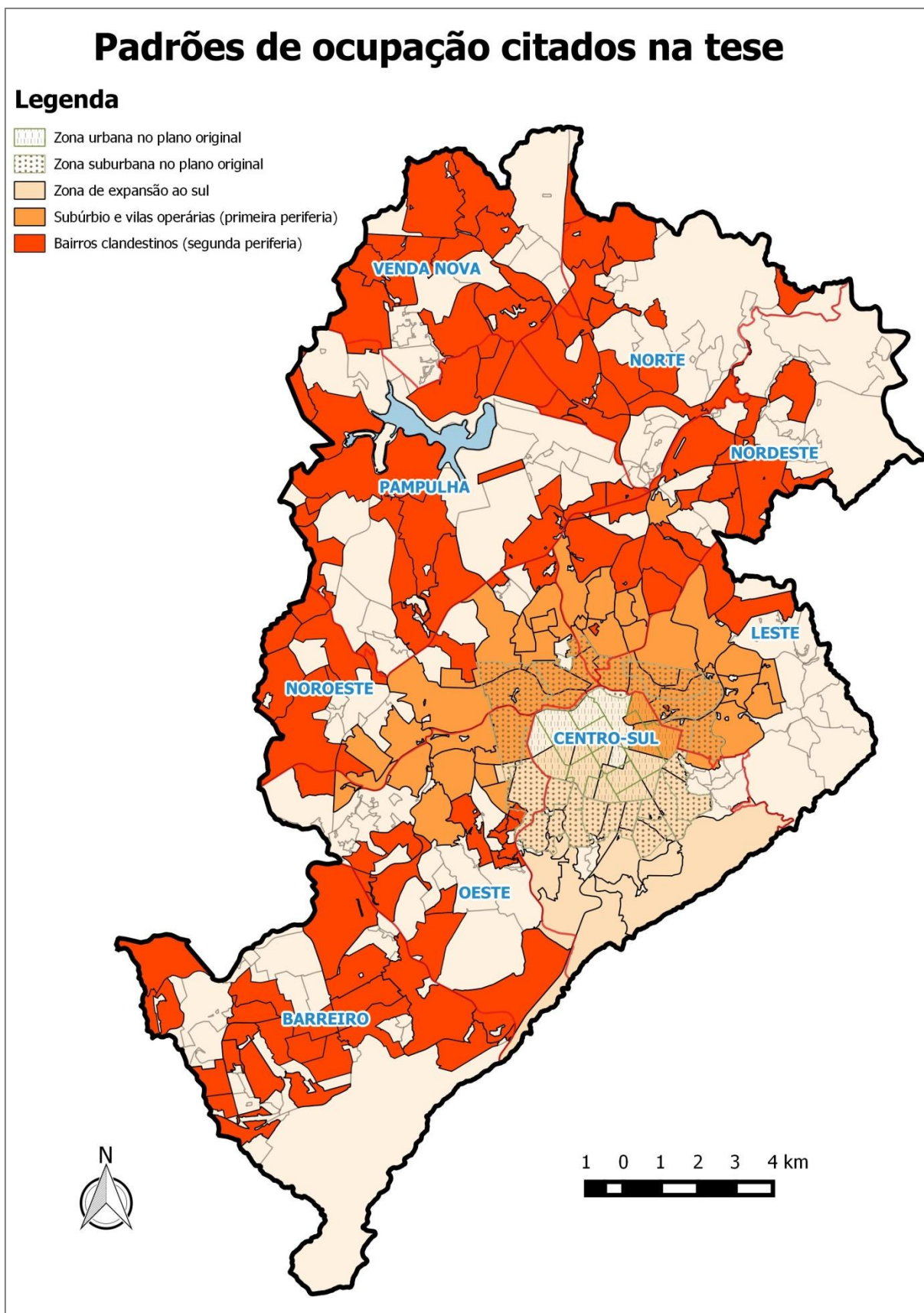
O primeiro concentra o que o mercado imobiliário configurou como a zona sul do município, uma série que abarca partes das zonas urbanas e suburbanas originais, além de antigas colônias agrícolas e áreas rurais urbanizadas que foram conformadas para um público consumidor das classes médias e altas. Os intervalos ou vazios nessas extensões referem-se a enclaves, mais ou menos extensos, de vilas e favelas que resistiram às pressões para sua remoção.

O segundo trata-se do que a presente tese chamou de a primeira periferia de Belo Horizonte, região ocupada por grupos trabalhadores e pobres, ainda na primeira metade do século XX, conformada pela reunião de bairros originados da zona suburbana, de antigas colônias agrícolas e de vilas operárias criadas a partir dos anos 1920. Uma área que progressivamente foi se integrando ao contexto urbano e perdendo sua identidade de subúrbio.

O terceiro reúne a seleção de bairros regularizados pelas políticas de reconhecimento de bairros clandestinos empreendidas entre os anos 1970 e 1980, grupo categorizado na tese como a segunda periferia da cidade. Sua ocupação, no entanto, se desenvolveu desde a metade do século XX, com a comercialização de loteamentos não aprovados. O caráter descontínuo das áreas, por um lado, representa a explosão urbana típica do padrão periférico, mas também se deve à metodologia adotada, que se restringiu às áreas regularizadas entre as décadas de 1970 e 1980. Assim, não significa que outros bairros não pudessem ser incluídos. Contudo, para os fins de situação do leitor, entende-se que a seleção cumpre o seu papel.

Bairros citados ao longo da tese





Mapa 15 – Padrões de ocupação citados na tese sobre mapa atual do município, bairros selecionados. Fonte: PRODABEL e legislação municipal. Elaboração do autor.